



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MEMÓRIA E LEGADO DAS LANIFÍCIAS DOS DISTRITOS DE AVEIRO, BRAGA E PORTO (SÉCULOS XIX- XXI)

Proposta metodológica multidisciplinar de estudo e gestão integral do património industrial

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de Doutor em Estudos de Património

por

Mário Bruno Carvalho Pastor

ESCOLA DAS ARTES

(junho de 2022)



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MEMÓRIA E LEGADO DAS LANIFÍCIAS DOS DISTRITOS DE AVEIRO, BRAGA E PORTO (SÉCULOS XIX- XXI)

Proposta metodológica multidisciplinar de estudo e gestão integral do património industrial

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de Doutor em Estudos de Património

por:

Mário Bruno Carvalho Pastor

Sob orientação de:

Eduarda Maria Martins Moreira da Silva Vieira

Juan Manuel Cano Sanchiz

ESCOLA DAS ARTES

(junho de 2022)

O autor foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal:
Bolsa SFRH/BD/139122/2018



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Investigador afiliado ao CITAR, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa - Porto



CATOLICA

CITAR · CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES



PORTO

Índice de Conteúdos

Índice de Mapas.....	vi
Índice de Quadros.....	viii
Índice de Figuras.....	x
Resumo.....	xvii
Abstract.....	xix
Agradecimentos.....	xxi
Abreviaturas.....	xxiii
1. Introdução.....	1
2. Estado da Arte.....	8
2.1. Arqueologia da industrialização e património industrial, ponto de situação e a sua atualização em Portugal.....	8
2.1.1. Divulgação, definição e agregação de conceitos.....	8
2.2. Revisão bibliográfica - leituras sobre a indústria lanífrica em Portugal.....	24
3. Definição do tema, objetivos e abordagem metodológica.....	30
3.1. A indústria lanífrica enquanto elemento transformador primordial.....	30
3.2. Seleção e justificação do tema.....	33
3.3. Objetivos do trabalho.....	47
3.4. Fontes e Metodologia.....	48
3.4.1. Fontes.....	49
3.4.1.1. Fontes escritas.....	49
3.4.1.2. Fontes gráficas.....	58
3.4.1.3. Fontes materiais.....	59
3.4.2. Abordagem e interpretação documental.....	60
3.4.3. Métodos.....	63
4. Lanífricas de Aveiro, Porto e Braga, inscritas nos inquéritos industriais de 1881 e 1890.....	70

4.1.	Ficha número 1.....	71
4.2.	Ficha número 2.....	73
4.3.	Ficha número 3.....	76
4.4.	Ficha número 4.....	79
4.5.	Ficha número 5.....	82
5.	Amostragem monográfica - os casos em estudo	85
5.1.	A Fábrica de Lanifícios de Palmaz, no Rio Caima, Oliveira de Azeméis	85
5.1.1.	Localização e demografia.....	85
5.1.2.	A fábrica <i>Costas & Carvalho</i> - projeção e obliúvio	91
5.1.2.1.	Os sócios fundadores.....	91
5.1.2.2.	Mão de obra	96
5.1.2.3.	Estrutura fabril, implementação e equipamento.....	101
5.1.2.4.	Produção.....	122
5.1.2.5.	Distribuição.....	129
5.1.3.	Destinos e considerações	132
5.2.	A Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia	136
5.2.1.	Localização - o antigo convento de Santo António de Vale de Piedade.....	136
5.2.2.	Fundação e licenciamento	138
5.2.3.	Financiamento e investidores.....	141
5.2.4.	Produção e mão de obra	147
5.2.5.	Falência e destinos	150
	Nota adicional.....	152
5.2.6.	Análise espacial e reconstituição do espaço.....	153
5.3.	A Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro, Porto.....	168
5.3.1.	Localização e demografia.....	168
5.3.2.	Evolução do espaço	170
5.3.3.	Uma implantação prévia em Lordelo: a fábrica <i>Martins, Arantes e Martins</i>	175
5.3.3.1.	O Registo das Cartas da Junta do Comércio de 1772.....	175

5.3.3.2.	Proprietários	179
5.3.3.3.	Mão de obra	182
5.3.3.4.	Transmissão e destino	186
5.3.4.	A fábrica de Plácido Lino dos Santos Teixeira	194
5.3.4.1.	Localização e implantação original	194
5.3.4.2.	O proprietário	197
5.3.4.3.	Mão de obra 1. - Os operários	200
5.3.4.4.	Mão de obra 2. - Jonathan Mallalow	203
5.3.5.	Destinos	208
5.3.5.1.	Depois da morte de Plácido Lino até ao Cerco do Porto	208
5.3.5.2.	A fábrica durante o Cerco do Porto	209
5.3.5.3.	Reabilitação e fundação da Cia. de Lanifícios de Lordelo	220
5.3.5.4.	Redefinição da fábrica do século XX	225
5.4.	A Fábrica de Lanifícios de Padronelo, Amarante	231
5.4.1.	Localização e demografia.....	231
5.4.2.	Fundação da <i>Garcia Ribeiro & Cia.</i> e reestruturações	233
5.4.3.	Mão de obra	239
5.4.4.	Produção e distribuição	244
5.4.5.	Organização espacial	249
5.4.5.1.	Tipologia e modelo inspiracional - uma referência omissa	249
5.4.5.2.	A <i>Lopes da Costa</i> , em Moimenta da Serra - um referencial de Padronelo	254
5.4.5.3.	Análise reconstitutiva da Fábrica de Lanifícios de Padronelo	256
5.4.5.4.	Planta da lanifícia	263
5.4.5.5.	Perspetivas históricas da distribuição espacial	264
5.4.5.6.	Perspetivas atuais da distribuição espacial	266
5.4.5.7.	Modelação 3D comparativa georreferenciada das fotografias históricas.....	270
5.4.5.8.	Levadas, represas e hidroelétrica	273
5.5.	A Fábrica de Lanifícios do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão .	277

5.5.1.	O Vale do Ave - laboratório da industrialização oitocentista portuguesa.....	277
5.5.2.	Localização e demografia.....	278
5.5.3.	José Francisco da Cruz Trovisqueira - algumas linhas biográficas.....	280
5.5.4.	A fábrica - legado documental e material.....	290
5.5.4.1.	Memória escrita.....	290
5.5.4.2.	Memória material da fábrica do barão da Trovisqueira	300
5.5.4.3.	Fusão e esquecimento, a implantação da <i>Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.</i>	312
6.	Análise de enquadramento: contextualização e tipologias da indústria lanifícia portuguesa.....	314
6.1.	Contextualização histórica, económica e social.....	314
6.1.1.	Produção medieval	314
6.1.2.	A manufatura setecentista	316
6.1.3.	Reflexos do fomento pombalino no setor lanifício	323
6.1.4.	A industrialização liberal.....	327
6.1.5.	Condicionamento e monopólio	330
6.1.6.	O processo de desindustrialização.....	331
6.2.	Tipologias de infraestruturas	333
6.2.1.	Primeiras tipologias: os exemplos das <i>Reais Fábricas</i> do século XVIII	336
6.2.2.	Os casos das lanifícias da amostragem em apreço: Aveiro, Braga e Porto	340
6.2.2.1.	Costas & Carvalho, Palmaz, Oliveira de Azeméis	341
6.2.2.2.	Companhia de Lanifícios de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia.....	341
6.2.2.3.	Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro, Porto.....	341
6.2.2.4.	Fábrica de Lanifícios de Padronelo, Amarante.....	341
6.2.2.5.	Fábrica do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão	342
7.	Discussão - diálogo interdisciplinar: práticas e propostas de gestão do património industrial no terreno.....	343
7.1.	Ciências patrimoniais: diferentes óticas e contributos	343
7.2.	Gestão do património industrial - plataformas de diálogo e código de práticas comuns	351

7.3.	Análise de práticas no contexto da amostragem	353
7.3.1.	<i>Costas & Carvalho</i> , Palmaz, Oliveira de Azeméis	353
7.3.2.	Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia	354
7.3.3.	Lanifícia de Lordelo do Ouro, Porto	355
7.3.4.	Lanifícia de Padronelo, Amarante	356
7.3.5.	Fábrica do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão	356
7.3.5.1.	O concurso <i>Desafios Urbanos '16</i> - análise de projetos de reconversão de património industrial entre a <i>Sampaio, Ferreira</i> e a fábrica do barão da Trovisqueira	357
7.4.	Critérios de boas práticas na conservação e reconversão	369
8.	Conclusão	372
9.	Fontes.....	379
9.1.	Fontes manuscritas.....	379
9.1.	Fontes impressas: dicionários, memórias e monografias	386
9.2.	Compilações de legislação, regimentos e alvarás	389
9.3.	Imprensa.....	390
9.4.	Inquéritos industriais e fontes estatísticas	392
9.5.	Anuários e almanaques	394
9.6.	Catálogos de exposições.....	394
9.7.	Fontes pictóricas (fotografias e gravuras).....	395
10.	Bibliografia	398
	Apêndices.....	417
	Apêndice I - Glossário de produtos, processos e equipamentos da indústria de lanifícios.....	419
	Apêndice II - Distribuição da indústria lanifícia portuguesa continental nos inquéritos industriais de 1881 e 1890.....	431
	Apêndice III - Localização georreferenciada das lanifícias portuguesas em 1881 - 1890.....	449
	Apêndice IV - Ficha de inventariação adaptada de KIT03 - IGESPAR	454

Índice de Mapas

Mapa 1 - Distribuição das lanifícias da amostragem (©MBPastor).	45
Mapa 2 - Implantação e coordenadas da Lanifícia do Caima/ <i>Costas & Carvalho</i> - WGS-84 (©MBPastor).	71
Mapa 3 - Implantação e coordenadas da lanifícia de Vale de Piedade - WGS-84 (©MBPastor).	73
Mapa 4 - Implantação e coordenadas da Lanifícia de Lordelo do Ouro - WGS-84 (©MBPastor).	76
Mapa 5 - Implantação e coordenadas da Lanifícia de Padronelo - WGS-84 (©MBPastor).	79
Mapa 6 - Implantação e coordenadas da lanifícia do barão da Trovisqueira - WGS-84 (©MBPastor).	82
Mapa 7 - Linha industrial do Caima, entre Palmaz, Oliveira de Azeméis e Valmaior, Albergaria-a-Velha (©MBPastor).	88
Mapa 8 - Georreferenciação da fábrica do Caima e respetivos elementos (Earth 2022 - ©MBPastor).	102
Mapa 9 - Georreferenciação de ortofotografia da RAF, 1947, do Vale do Rio Caima com indicação da distribuição dos elementos das fábricas de lanifícios e papelaria (©MBPastor).	105
Mapa 10 - Georreferenciação de ortofotografia histórica da <i>Costas & Carvalho</i> ; de cima para baixo: voo RAF, 1947; voo USAF, 17 de maio de 1958 e Google Earth, fevereiro de 2004 (©MBPastor).	111
Mapa 11 - Georreferenciação de ortofotografia histórica da <i>Costas & Carvalho</i> ; de cima para baixo: Google Earth, outubro de 2006; março de 2010 e maio de 2021 (©MBPastor).	112
Mapa 12 - Rede ferroviária de ligação de Oliveira de Azeméis a Porto e Lisboa (Linhas do Vouga e Norte), em 1909 (©MBPastor).	131
Mapa 13 - Georreferenciação da planta de licenciamento, 1873 sobre a área atual, 2021 (©MBPastor).	158
Mapa 14 - Georreferenciação da área entre Vale de Piedade e Massarelos, esta sob fotografia da SPLAL, de 1939, e onde é visível a <i>Barbot & Meireles</i> (©MBPastor).	166
Mapa 15 - Georreferenciação de Vale de Piedade: em cima, voo RAF 1947; em baixo, vista atual (©MBPastor).	167
Mapa 16 - União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (©MBPastor).	169
Mapa 17 - Georreferenciação da distribuição toponímica e localização dos principais eixos territoriais de Lordelo do Ouro. De cima para baixo: Planta Reduzida de Teles Ferreira (1895); voo SPLAL (1939) e imagem de satélite atual (©MBPastor).	174
Mapa 18 - Excerto georreferenciado da Planta do Col. Moreira com posição da <i>Fábrica do Fontana</i> (©MBPastor).	190

Mapa 19 - Complexo industrial da Rua da Pasteleira: em cima voo SPLAL de 1939 e imagem de 2021, em baixo (©MBPastor).	193
Mapa 20 - Detalhe georreferenciado da carta impressa por Dean & Munday (Londres, c. de 1840), esta representação cartográfica é o primeiro mapa onde surge claramente a legenda <i>F Placido</i> (©MBPastor).	197
Mapa 21 - Posição dos elementos referidos nas ofensivas miguelistas de 5 e 25 de julho de 1833 (©MBPastor).	212
Mapa 22 - Georreferenciação do mapa <i>Plan of the Military Lines of the Siege of Oporto 1832-3</i> , ed. de William Bollaert, 1870, com as posições ocupadas por Shaw: 50 e 50a (©MBPastor).	215
Mapa 23 - Sobreposição georreferenciada do tanque de 1918-21 sobre planta da fábrica na quadrícula 109 de Teles Ferreira, de 1892.	219
Mapa 24 - Elementos da fábrica e da sua envolvente em 1892, a partir da planta de Teles Ferreira(©MBPastor).	224
Mapa 25 - Georreferenciação da organização espacial do espaço da fábrica e sua envolvente em 2007, em cima, e em 2021, em baixo(©MBPastor).	228
Mapa 26 - Área de implantação da lanifícia de Padronelo (©MBPastor).	232
Mapa 27 - Evolução da organização do espaço da fábrica de lanifícios de Padronelo (©MBPastor).	263
Mapa 28 - Georreferenciação de ortofotografias do Lugar da Ponte (Riba de Ave) e respetivas fábricas; em cima, voo SPLAL, 1948; ao centro USAF, 1958; em baixo vista em 2021.	302
Mapa 29 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 1 - Norte e Beira Litoral (©MBPastor)	449
Mapa 30 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 2 - Trás-os-Montes e Beira Alta (©MBPastor)	450
Mapa 31 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 3 - Estremadura, Ribatejo e Setúbal (©MBPastor)	451
Mapa 32 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 4 - Beira Baixa e Alto Alentejo (©MBPastor)	452
Mapa 33 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 5 - Setúbal, Alentejo e Algarve (©MBPastor).	453

Índice de Quadros

Quadro 1 - Número de comunicações e pósteres apresentados nos quatro últimos <i>Congressos Internacionais sobre Património Industrial</i> , realizados em Portugal (©MBPastor). _____	16
Quadro 2 - Distribuição e número de países representados no <i>I Congresso Internacional sobre Património Industrial</i> (©MBPastor). _____	17
Quadro 3 - Distribuição e número de países representados no <i>II Congresso Internacional sobre Património Industrial</i> (©MBPastor). _____	17
Quadro 4 - Distribuição e número de países representados no <i>III Congresso Internacional sobre Património Industrial</i> (©MBPastor). _____	18
Quadro 5 - Distribuição e número de países representados no <i>IV Congresso Internacional sobre Património Industrial</i> (©MBPastor). _____	19
Quadro 6 - Distribuição relativa das apresentações por tema em cada Congresso Internacional sobre Património Industrial (©MBPastor). _____	20
Quadro 7 - Evolução demográfica de Palmaz - 1758-2011 (©MBPastor). _____	89
Quadro 8 - Distribuição etária dos operários e operárias da <i>Costas & Carvalho</i> em 1881 (©MBPastor). _____	97
Quadro 9 - Distribuição etária dos operários e operárias da <i>Costas & Carvalho</i> em 1890 (©MBPastor). _____	98
Quadro 10 - Distribuição média do rendimento diário na <i>Costas & Carvalho</i> em 1881 (©MBPastor). _____	98
Quadro 11 - Distribuição dos expositores de lanifícios portugueses em Filadélfia (©MBPastor). _	123
Quadro 12 - Número e distribuição dos operários das lanifícias portuguesas presentes em Filadélfia, em 1876 (©MBPastor). _____	126
Quadro 13 - Estatística económica e produtiva da <i>Costas & Carvalho</i> , entre 1876 e 1889 (* dados até ao dia 11 de outubro de 1881; ** valores calculados a partir do preço por quilograma das lãs portuguesas e espanholas em 1889), ©MBPastor. _____	133
Quadro 14 - Acionistas da Cia. de Lanifícios de Vale de Piedade em 1878. (*) acionistas maioritários e membros da comissão instaladora original, em 1874; (**) administração em 1878 (©MBPastor). _____	144
Quadro 15 - Evolução demográfica de Lordelo do Ouro, 1758-2011 (©MBPastor). _____	170
Quadro 16 - Distribuição geográfica de proveniência de empregados masculinos da <i>Martins, Arantes & Martins</i> , em 1813 (©MBPastor). _____	185
Quadro 17 - Pirâmide etária de empregados masculinos da <i>Martins, Arantes & Martins</i> , em 1813 (©MBPastor). _____	186

Quadro 18 - Distribuição geográfica de proveniência de empregados masculinos de Plácido Lino, em 1813 (©MBPastor). _____	202
Quadro 19 - Pirâmide etária dos empregados masculinos de Plácido Lino, em 1813 (©MBPastor). _____	203
Quadro 20 - Evolução demográfica de Padronelo, 1758-2021 (©MBPastor). _____	231
Quadro 21 - Capital Social da <i>Sociedade Industrial de Padronelo</i> , 1914 (©MBPastor). _____	238
Quadro 22 - Reforço de investimentos na <i>Sociedade Industrial de Padronelo</i> , 1914 (©MBPastor).	238
Quadro 23 - Evolução do número total de trabalhadores em Padronelo, entre 1867 e 1959 (©MBPastor). _____	242
Quadro 24 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1867 (©MBPastor).	242
Quadro 25 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1881 (©MBPastor).	242
Quadro 26 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1890 (©MBPastor).	243
Quadro 27 - Distribuição de salários por atividade em Padronelo, 1959 (©MBPastor). _____	243
Quadro 28 - Evolução demográfica de Riba de Ave - 1758-2021 (©MBPastor). _____	280
Quadro 29 - Taxa de crescimento da produtividade em Portugal - 1910-1995 (ad. de Aguiar & Martins 2005:198). _____	332

Índice de Figuras

Fig. 1 - Escavações nas dornas da tinturaria da Real Fábrica dos Panos da Covilhã, 1987 (DGPC). _	12
Fig. 2 - Cartaz da Primeira Exposição de Arqueologia Industrial, Tomar, 1978 (BNP). _____	14
Fig. 3 - Catálogo da exposição A Indústria Conserveira em Matosinhos, CMM, 1989. _____	14
Fig. 4 - Frontispício do Volume I do <i>Inquerito Industrial de 1890</i> , Imprensa Nacional, 1891 (BMP). 62	
Fig. 5 - Mapa de testagem de motores in <i>Boletim do Trabalho Industrial N.º 13</i> , 1907 (BMP). ____	63
Fig. 6 - Exemplo e georreferenciação por marcação de GCP de ortofotografia histórica em ambiente QGIS 3.0, fábrica de Padronelo, Amarante, voo RAF, 1947 sobre imagem de satélite atual (©MBPastor). _____	66
Fig. 7 - Exterior C&C (©MBPastor). _____	72
Fig. 8 - Interior C&C (©MBPastor). _____	72
Fig. 9 - Cais do Ivens, armazém do carvão e lanifícia de Vale de Piedade (©MBPastor). _____	74
Fig. 10 - Lanifícia de Lordelo (<i>Álbum das Fábricas</i> , 1914, BMP). _____	77
Fig. 11 - Portaria da lanifícia de Lordelo atualmente (MBPastor). _____	77
Fig. 12 - Fábrica de Padronelo (A. T. Cordeiro, c. 1925). _____	80
Fig. 13 - Perspetiva atual (©MBPastor). _____	80
Fig. 14 - Antiga lanifícia (<i>Álbum das Fábricas</i> , 1913, BMP). _____	83
Fig. 15 - Perspetiva atual (©MBPastor). _____	83
Fig. 16 - Perspetiva 3D do Vale do Caima, em Palmaz, sob fotografia do voo SPLAL n/d (representação da <i>Costas & Carvalho</i> a vermelho, ©MBPastor). _____	86
Fig. 17 - Placa celebrativa da inauguração da Fábrica de Papel do Caima, (©MBPastor). _____	89
Fig. 18 - Fábrica de Papel do Caima, Emílio Biel & Cia., 1908 (CPF). _____	90
Fig. 19 - Vistas gerais da Fábrica de Papel do Caima na atualidade (©MBPastor). _____	90
Fig. 20 - Obituário de Bernardo José da Costa Basto na imprensa do Rio de Janeiro. O apelido Basto alterna com <i>Bastos</i> nos dois anúncios de dias diferentes (<i>Jornal do Commercio</i> de 8 e 9 de julho de 1898. _____	95
Fig. 21 - Jazigo de José Marques de Carvalho e família, Oliveira de Azeméis (©MBPastor). _____	96
Fig. 22 - <i>A Opinião</i> , bissemanário oliveirense impresso em papel da <i>Fabrica do Caima</i> , 11 de julho de 1907. Os temas da condição operária no concelho eram frequentemente debatidos neste periódico. _____	101
Fig. 23 - Vistas em 2020 da central de energia da C. & C. De cima para baixo: fachada; acessos posteriores e interior (©MBPastor). _____	103
Fig. 24 - Página web da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, com referência à Fábrica de Papel do Caima; no texto é referido que a papelreira foi instalada sobre uma antiga <i>fábrica de tecidos</i> ,	

como alusão à *Costas & Carvalho*. Não só a papelreira foi construída de raiz, como as instalações da lanifícia, mais a montante, ainda existem (https://www.cm-oaz.pt/oliveira_de_azemeis.1/freguesias.42/palmaz.56/fabrica_de_papel_do_caima.a3147.html).

_____ 107

Fig. 25 - A *Costas & Carvalho* em 2010 (Martins 2010); a fábrica é identificada como sendo a *Fábrica de Papel do Rio Caima*. _____ 108

Fig. 26 - Novo alternador, para geração elétrica, tanque de abastecimento e grade de filtragem da turbina original da *Costas & Carvalho* (©MBPastor). _____ 109

Fig. 27 - A casa da turbina da antiga lanifícia (a púrpura): em cima, em 2010, durante a reconversão imobiliária; em baixo, 2020, já integrada no complexo hoteleiro (Martins, 2010 e valedorio.pt, 2021). _____ 110

Fig. 28 - Modelo de turbina axial tipo Jonval, com direcionador de fluxo e respetivos controladores manuais. A turbina Knop da *Costas & Carvalho* segue este modelo (Pechan 1890:100, fig. 26).__ 114

Fig. 29 - Engrenagem de regulação manual do fluxo de água da turbina Knop da *Costas & Carvalho* (©MBPastor). _____ 115

Fig. 30 - Veio de transmissão da turbina com respetiva roldana de distribuição (©MBPastor). ____ 116

Fig. 31 - Carda de Achilles Mercier, modelo levado à Grande Exposição Universal de 1851, em Londres (fotografia de Claude-Marie Ferrier, 1851). _____ 118

Fig. 32 - Perspetiva lateral do controlador automático de fluxo da turbina, também designando *regulador de velocidade* (©MBPastor). _____ 119

Fig. 33 - Vista frontal do mesmo controlador de fluxo (©MBPastor). _____ 119

Fig. 34 - Quadro de monotorização da produção elétrica (©MBPastor). _____ 120

Fig. 35 - Excerto da ata da reunião municipal que autoriza a instalação da linha telefónica (AMOA). _____ 121

Fig. 36 - Detalhe do catálogo fotográfico da Exposição de Filadélfia, na exposição de Portugal. Por trás da estátua, vê-se a vitrine dos lanifícios portugueses, onde, destacamos, à esquerda, os xales de quadrados (*Centennial Photographic Company Collection*, p. 51) _____ 124

Fig. 37 - Excertos de duas estereografias (88 e 93) de *John J. Killelea & Co.*, 1907, ed. de H. C. White Co.; à esquerda, instantâneo da antiga Rua de D. Pedro IV, no Porto (atual Av. dos Aliados); à direita uma cena no primitivo Mercado do Bolhão, no Porto (está erradamente indicada como sendo em Leixões, Matosinhos). Destacamos as figuras femininas que envergam os longos xales de quadrados em lã (2021640955 e 2021640949 *Library of Congress*, EUA). _____ 125

Fig. 38 - Vistas gerais da Exposição Internacional de Filadélfia em 1876 [(1 - Expositores portugueses; 2 - Pavilhão português - ("The Centennial - Balloon view of the grounds," 1876 e Gardner, 1876; ©MBPastor)] _____ 127

Fig. 39 - Placa da <i>Costas & Carvalho</i> com datação de 21 de setembro de 1889 (©MBPastor).	135
Fig. 40 - Convento de Santo António de Vale de Piedade, litografia de G. Childs, sobre desenho de Joseph James Forrester, ed. em 1835 (AMSMB).	137
Fig. 41 - Planta apresentada ao Governo Civil e Câmara Municipal de Gaia para o licenciamento da fábrica de Vale de Piedade, 1873 (ADP).	140
Fig. 42 - Panorâmica de Santo António de Vale de Piedade e Cais do Ivens; 1a - palacete atual/antiga igreja do convento; 1b - áreas dos logradouros e ruínas do antigo convento; 2 - antiga saboaria/oficinas de fiação e tecelagem da <i>Cia. de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade</i> (fotografia de drone, ©MBPastor).	146
Fig. 43 - Projeto de alçado da <i>Barbot & Meireles</i> , Rua D. Pedro V, Porto, 1888 (AHMP).	153
Fig. 44 - Vista atual do muro e portão da antiga <i>Barbot & Meireles</i> , Rua D. Pedro V, Porto (©MBPastor).	153
Fig. 45 - Panorâmica de Vale de Piedade, a partir da Bandeirinha, Porto (©MBPastor).	155
Fig. 46 - Pormenor da ilustração da Planta de Belcher (1833), onde se veem os armazéns à entrada do Convento de Santo António de Vale de Piedade (2) e a igreja do convento (1a) (©MBPastor).	159
Fig. 47 - Reprodução de aguarela da Quinta da Eira e Vale de Piedade, antiga coleção Aires de Gouveia, primeira metade do século XIX (Valente, 1938, p. 13); 1a - antigo convento; 1b - acessos e logradouros do convento; - armazém sobre a antiga entrada do convento; 2 - edifício de armazéns à entrada do convento (©MBPastor).	160
Fig. 48 - Perspetiva atual de Vale de Piedade a partir da Bandeirinha (©MBPastor).	161
Fig. 49 - Alberto Ferreira, cartão postal 66, vista de Vale de Piedade a partir do Palácio de Cristal, c. de 1900 (AHMP; ©MBPastor).	162
Fig. 50 - Esquerda: igreja do convento de Vale de Piedade, por Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, 1833 (AHMP); direita: fotografia atual de Vale de Piedade (©MBPastor).	165
Fig. 51 - Excerto da resposta que a Junta do Comércio devolveu à fábrica <i>Martins, Arantes e Martins</i> , a 23 de março de 1772 (ANTT).	179
Fig. 52 - Excerto do testamento de Maria Rosa Arantes, 16 de agosto de 1811 (AHMP).	188
Fig. 53 - Anúncio de G. Fontana (<i>Chronica Constitucional do Porto</i> , dezembro de 1833).	190
Fig. 54 - Gaudêncio Fontana como responsável pela linha de faróis da costa portuguesa, ilustração de Fonseca Portuense, litografia de Manuel Luís da Costa, c. de 1842 (e-19-a, BNP).	191
Fig. 55 - Perspetiva atual do Lugar da Ponte em Lordelo: 1 - Ponte; 2 - Ruínas de São Francisco de Paula; 3 - Antiga portaria e escritórios (1918-21) da Fábrica de Lanifícios de Lordelo (Google Earth; ©MBPastor).	194
Fig. 56 - Excerto do bosquejo de Joaquim dos Santos Quintela, 21 de abril de 1821 (AHP).	199

Fig. 57 - Anúncio de Dona Antónia Maria de Matos procurando vender ou constituir sociedade para a fábrica de Plácido Lino (<i>Suplemento N.º 7 do Diário do Governo</i> , 1822). _____	200
Fig. 58 - Detalhe do manuscrito do <i>Mappa das Fabricas</i> de 1813, com a inscrição de Jonathan Mallalow (ANTT). _____	204
Fig. 59 - Carda de lã de Arthur Scholfield (Museu Henry Ford, Michigan, EUA) início do século XIX (Rogers 1959:10). _____	207
Fig. 60 - Distribuição topográfica da Mouteira e Vale de Mata-Sete, em Lordelo Ouro, em cima, 1963 (CPF); em baixo, panorâmica de 2021 a partir de Google Earth, ©MBPastor). _____	210
Fig. 61 - Possível vala de trincheira no corte Oeste. Unidades Estratigráficas 205, 210 e 211 (<i>Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de Serralves</i> , 2007). _____	216
Fig. 62 - Sobreposição da fotografia aérea de 1939 e possível implantação do forte (<i>Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de Serralves</i> , 2007). _____	216
Fig. 63 - Ilustração da distância de 137 metros (150 jardas) entre as trincheiras de Shaw (50a) e atual Bairro da Mouteira (Google Earth; ©MBPastor). _____	217
Fig. 64 - Fiandeiras e teares em Lordelo do Ouro (<i>Álbum das Fábricas</i> , 1913, BMP). _____	222
Fig. 65 - Tear mecânico <i>Louis Schoenherr</i> recolhido da lanifícia de Lordelo (detalhe da placa identificativa em cima), 1992.1.2.002, RMI (©MBPastor). _____	223
Fig. 66 - Etiqueta da <i>Fábrica de Lanifícios de Lordelo</i> , RMI ©(MBPastor). _____	223
Fig. 67 - Vista da fábrica em 1914, com os elementos visíveis no mapa 24 (<i>Álbum da Indústria</i> , 1914, BMP). _____	224
Fig. 68 - Anúncio da <i>Cia. de Lanifícios de Lordelo</i> (<i>Álbum da Indústria</i> , 1914, BMP). _____	225
Fig. 69 - A fábrica de lanifícios logo após as obras de 1918-21 (AHMP). _____	226
Fig. 70 - Licença de obra 666/1918, de 7 de dezembro de 1918 (AHMP). _____	227
Fig. 71 - Panorâmica atual do antigo complexo da fábrica de Lordelo do Ouro (©MBPastor). ____	229
Fig. 72 Elementos reconstruídos do fragmento do edifício do século XIX: a laranja reconversão da ruína e amarelo acrescento do grupo SACHE (esquerda: voo de drone 2020; direita: vista atual do pátio ©MBPastor). _____	230
Fig. 73 - Anúncio da fábrica de Padronelo, com o referencial de prémios (<i>Álbum da Indústria</i> , BMP, 1925; ©MBPastor). _____	248
Fig. 74 - <i>Fábrica do Dr. Joaquim Borges</i> , c. 1890 (AHMP). _____	251
Fig. 75 - Justaposição da <i>Fábrica Rainha</i> em c. de 1890 (AHMP) e em 2022 (©Google Earth; ©MBPastor). _____	253
Fig. 76 - Lanifícia <i>Lopes da Costa</i> c. de 1891-1898; organização espacial (CPF.; ©MBPastor). ____	256
Fig. 77 - Fabrica de lanifícios de Pedornello, 1865 (<i>Archivo Pittoresco</i>). _____	257

Fig. 78 - Detalhe da fotografia de Antero da Mota e Silva (c. de 1860), com o bloco anexo de alojamento da roda em destaque (CPF; ©MBPastor).	258
Fig. 79 - Vista atual de parte da estrutura onde esteve instalada a roda hidráulica, destaque a vermelho (©MBPastor).	259
Fig. 80 - Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva, c. de 1860 (CPF; ©MBPastor).	264
Fig. 81 - <i>Álbum das Fábricas</i> , 1913 e 1922 (<i>Comércio do Porto Ilustrado</i> , BMP; ©MBPastor).	265
Fig. 82 - A. T. Cordeiro, c. 1925 (postal n.33 / <i>Álbum da Indústria</i> , 1925, BMP; ©MBPastor).	265
Fig. 83 - Vista geral da fábrica atualmente (©MBPastor).	266
Fig. 84 - Frontaria da fábrica e antiga balança (©MBPastor).	266
Fig. 85 - Perspetiva SW (©MBPastor).	267
Fig. 86 - Perspetiva NE (©MBPastor).	267
Fig. 87 - Remanescente atual da oficina de tecelagem manual (2a) (©MBPastor).	268
Fig. 88 - Interior da antiga oficina de tecelagem manual; atual armazém de urnas (©MBPastor).	269
Fig. 89 - Depósito de caixilhos de janela e telhas do edifício original (©MBPastor).	269
Fig. 90 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização inicial da fábrica em c. de 1860 (©MBPastor).	270
Fig. 91 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização da fábrica, a partir de fotografia de c. 1913 (©MBPastor).	271
Fig. 92 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização da fábrica, a partir de fotografia de c. de 1925 (©MBPastor).	272
Fig. 93 - Comporta 1 e respetiva levada de desvio de água para os canais da fábrica (©MBPastor).	273
Fig. 94 - Comporta 2 e grelha de filtragem na entrada da levada subterrânea (©MBPastor).	274
Fig. 95 - Comporta 3 e levada de alimentação da turbina de 1932 (©MBPastor).	274
Fig. 96 - Poço e turbina hidroelétrica de 1932 (©MBPastor).	275
Fig. 97 - Central hidroelétrica, exterior (©MBPastor).	275
Fig. 98 - Central hidroelétrica, interior (©MBPastor).	276
Fig. 99 - Litografia de Pieter Godfred Bertichem representando a velha alfândega do Rio de Janeiro na Praia dos Mineiros, em 1856. Manuel Fernandes Machado Guimarães e José Francisco da Cruz Trovisqueira tinham aí morada e armazéns no número 41 (BDL-B).	283
Fig. 100 - Anúncio publicado por Manuel Fernandes Machado Guimarães sobre a fuga de um escravo. No anúncio identificamos a morada no 41 (<i>Jornal do Commercio</i> , 1842).	284
Fig. 101 - Os barões da Trovisqueira, cerca de 1864 (Espólio Vasco de Carvalho VC 2977 e VC 2980)	286

Fig. 102 - O barão da Trovisqueira em uniforme de deputado. Candidato pelos <i>Históricos</i> no círculo eleitoral de Vila Nova de Famalicão, foi eleito deputado na curta legislatura de 1868 a 1869 (conversão de negativo do Espólio Vasco de Carvalho - VC 2985).	288
Fig. 103 - Retrato de final de vida do barão da Trovisqueira, c. 1895 (Espólio Vasco de Carvalho - VC 2978)	290
Fig. 104 - Folha 117, do Livro B, n.º 43 da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão. A fábrica de lanifícios do barão da Trovisqueira é inscrita, pela primeira vez, em 1881, com a entrada 13.918, a matrícula que viria a ser adquirida pela <i>Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.</i> (CRPCVNF).	293
Fig. 105 - A primeira referência à fábrica do barão da Trovisqueira foi publicada no Rio de Janeiro (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 1873).	295
Fig. 106 - A antiga fábrica do barão da Trovisqueira, (<i>Álbum das Fábricas</i> , 1913, BMP).	299
Fig. 107 - Fotografia de Alvão (cerca de 1934-1950) à esquerda (CPF) e vista atual da antiga fábrica do barão da Trovisqueira, com a saída de água da roda e respetiva comporta assinalados (©MBPastor).	303
Fig. 108 - Fotografia de Alvão (c. de 1940). Ao centro, a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, ladeada à esquerda ainda por terreno maninho, vendo-se parte do átrio da entrada da <i>Sampaio, Ferreira</i> . A jusante, à direita, na foto, vê-se que ainda não havia sido construído o cineteatro, 1944, e o mercado, 1950 (CPF).	304
Fig. 109 - Vista atual do pavilhão da caldeira instalada em 1911, como anexo da antiga fábrica do barão da Trovisqueira (©MBPastor).	305
Fig. 110 - Fotografia de Alvão (c. de 1950). Nesta imagem, captada imediatamente antes das obras de 1951, é possível verificar que a antiga fábrica do barão da Trovisqueira ainda se mantinha isolada do restante conjunto industrial da <i>Sampaio, Ferreira</i> (CPF; ©MBPastor).	306
Fig. 111 - Vista poente do paredão onde assentam o posto dos correios (1); quartel dos bombeiros (2) e mercado (3). O aparelho do paredão sob os correios e o quartel corresponde a uma sedimentação mais antiga, provavelmente ainda das obras efetuadas pelo barão da Trovisqueira, logo após 1873 (©MBPastor).	308
Fig. 112- Pormenor do enchimento de abertura quadrangular imediatamente sob o edifício dos correios (©MBPastor).	308
Fig. 113 - Vista dos varandões da <i>Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.</i> sobre a antiga levada de <i>Pena Cabrão</i> . A fiação (e residência) original de Narciso Ferreira, identificada em 1896 no documento de escritura da empresa estava instalada nesta área, hoje prolongada com os pavilhões sobrepostos sobre o Ave (©MBPastor).	310
Fig. 114 - Frontispício do regimento de 1690 (BNP).	316

Fig. 115 - Última página do Regimento de 1690, com a firma do rei e do marquês de Alegrete (BNP).	320
Fig. 116 - Museu de Lanifícios (secção de fiação), Covilhã (©MBPastor).	337
Fig. 117 - Antiga Real Fábrica de Lanifícios do Fundão [litografia de Francisco Pastor, c. 1890 (apud. Pinheiro, 1998a, p. 26) e vista atual ©MBPastor].	338
Fig. 118 - Vista geral de Cascais em 1890, Quinta de Santa Clara e Casa da Horta em destaque colorido, onde laborou a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais (AHMC.; ©MBPastor).	339
Fig. 119 - Vista da atual Biblioteca Municipal de Cascais na Casa da Horta da Quinta de Santa Clara (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas http://bibliotecas.dglab.gov.pt/).	340
Fig. 120 - Fachada e contrafachada da antiga <i>Fábrica de Fiação e Tecidos de Sá</i> , Ermesinde, Grande Porto. Exemplo de transformação de um documento industrial em <i>património-pastiche</i> (©MBPastor).	346
Fig. 121 - Rotunda da Boavista, Porto: à esquerda, 1964: 1 - instalações da <i>remise</i> dos carros elétricos (AHMP); à direita, 2022: 1 - Casa da Música (Google Earth/©MBPastor). A demolição da antiga <i>remise</i> em 1999 foi apresentada como uma <i>reconversão</i> em Casa da Música.	347
Fig. 122 - Dimensões da arqueologia industrial, (adaptado por ©MBPastor de Santacreu Soler, 1992, p. 26; e de R. A. R. da Silva & Cordeiro, 2017, p. 18).	348
Fig. 123 - Vista atual de Riba de Ave, com destaque a vermelho da área de implantação da <i>Sampaio, Ferreira, Lda.</i> (Google Earth 2022). Legenda: 1 - Fábrica do barão da Trovisqueira; 2 - núcleo central da <i>Sampaio, Ferreira, Lda.</i> (©MBPastor).	363
Fig. 124 - DU16 - Primeiro Prémio - Arquitetos: perspetiva isométrica e planta geral (DU16.010 ©João Oliveira e Rafael Ramalho, Arquiteto).	364
Fig. 125 - DU16 - Segundo Prémio - Arquitetos: perspetiva isométrica de organização do espaço e vista geral em colagem sobre fotografia aérea (DU16.017 ©FMVS - Arquitetos).	365
Fig. 126 - DU16 - Terceiro Prémio - Arquitetos: organização geral do espaço (DU16.016 ©Marcelo M. Silva - Arquiteto).	366
Fig. 127 - DU16 - Primeiro Prémio - Estudantes: axonometria do projeto e fotomontagem de vista exterior (DU16.002 ©Joana Francisco Tomaz).	367
Fig. 128 - DU16 -Segundo Prémio - Estudantes: planta de organização do espaço (DU16.003 ©Rafael Monteiro).	368

Resumo

Em termos globais, a indústria dos lanifícios tem acompanhado de perto os diferentes momentos históricos do desenvolvimento produtivo, desde os contextos pré-industriais, passando pela manufatura e a industrialização propriamente dita. Em Portugal, essa realidade está também vincada. Contudo, a difusão geográfica da indústria lanifícia portuguesa não é homogénea. Os polos de desenvolvimento pré-industrial e industrial deste setor concentraram-se, historicamente, nas regiões centrais das Beiras e Alto Alentejo, nomeadamente os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre, com uma expansão posterior no sentido litoral, em torno do Vale do Tejo e Estremadura. Deste modo, as regiões do centro norte e norte de Portugal não têm uma tradição histórica lanifícia intensa. Não obstante, existiram unidades industriais lanifícias no norte que marcaram, até num sentido de adiantamento tecnológico, este setor da indústria portuguesa. É o caso, por exemplo da fábrica de Lordelo do Ouro, no Porto, a primeira lanifícia a ter cardagem e fiação mecanizadas em Portugal, ainda em 1808. Assim, procurando recuperar a memória histórica e material das lanifícias dos distritos de Aveiro, Porto e Braga, empreendemos este trabalho de investigação, tendo como ponto de partida a inscrição das lanifícias nos inquéritos industriais oitocentistas, o que se reduz a cinco unidades nos seguintes concelhos: Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Gaia, Porto, Amarante e Vila Nova de Famalicão. De todas estas fábricas, conhecia-se apenas o destino e localização de duas (Porto e Amarante), as restantes eram consideradas perdidas. Através de uma abordagem interdisciplinar, integrando desde as tecnologias de sistemas de informação geográfica digitais, até às metodologias arqueológicas e historiográficas, foi-nos possível localizar e identificar cada uma das estruturas e compreender os seus processos de implantação, crescimento e declínio, as suas especificidades tecnológicas e culturais. Tal como os seus impactos na paisagem física e o seu legado humano, entre o trabalho e as migrações, as transferências de tecnologia e do próprio capital. Partindo de cada um destes exemplos, procuramos dar continuidade a um processo de reflexão atualizado sobre a seleção patrimonial que se impõe, em torno das memórias e das estruturas, da sua gestão e valorização no seio das comunidades locais que as acolhem.

Palavras-chave: indústria lanifícia; arqueologia da industrialização; arqueologia documental; gestão patrimonial; HOPHGeo (*Historic Orthophotography Georeference*).

Abstract

The woollen industry has closely followed the different historical stages of production and technology development. In Portugal, this reality was also pronounced. However, the geographical spread of the Portuguese woollen industry is not uniform. The pre-industrial and industrial development centres of this sector were historically localized in the central regions of Beiras and Alto Alentejo, namely the districts of Guarda, Castelo Branco and Portalegre, with a later expansion towards the coast, in Lisbon and Setubal. Thus, the regions of Central North and North of Portugal do not have a substantial historical woollen tradition. However, there were woollen mills in the North that marked, even in a sense of technological development, this sector of the Portuguese early industry. This is the case, for example, of the Lordelo do Ouro woollen mill, in Porto, the first mill to have mechanized carding and spinning in Portugal, as early as 1808. Seeking to recover the historical and material memory of the woollen mills in the districts of Aveiro, Porto and Braga, we undertook this study, having as a starting point the 19th-century industrial surveys, that show us the reference of five mills in the region: Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Gaia, Porto, Amarante and Vila Nova de Famalicão. Of all these mills, only two were known (Porto and Amarante), the rest were considered lost. Through an interdisciplinary approach, integrating technologies of digital geographic information systems, and archaeological and historiographical methodologies, it was possible for us to locate and identify each of the structures and understand their processes of implantation, growth and decline, their technological and cultural specificities. As well as their impacts on the landscape and their human legacy, between work and migration, technology transfers and capital itself. Starting from each of these examples, we seek to continue a process of reflection on heritage values and selection, their management and valuation within the local communities.

Keywords: woollen industry; archaeology of industrialization; documentary archaeology; heritage managing; HOPHGeo (Historic Orthophotography Georeference).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos orientadores, a Doutora Eduarda Vieira e o Doutor Juan Cano Sanchiz, por todo o apoio, trabalho e conhecimento que nos dedicaram.

Ao Doutor Gonalo de Vasconcelos e Sousa, enquanto diretor do programa de doutoramento em Estudos de Patrim3nio, pelo incentivo e apoio na concretiza3o deste projeto.

Ao Doutor Alexandre Gonalves, pela importante forma3o e acompanhamento que nos facultou no campo das tecnologias e nos sistemas de informa3o geogr3fica.

Ao Doutor Jos3 Manuel Lopes Cordeiro, pelos importantes contributos e apoio, nomeadamente na publica3o, na revista *Arqueologia Industrial*, de v3rios dos resultados que fomos sistematizando ao longo deste percurso.

À Dra. Alexandra Cerveira Lima, chefe da Divis3o Municipal de Patrim3nio Cultural da C3mara Municipal do Porto e à Dra. Manuela Oliveira, t3cnica superior de Conserva3o e Restauro das Reservas do Museu da Ind3stria, pelo disponibilidade e apoio no acesso ao arquivo e às reservas do Museu da Ind3stria.

A Geoff Wallis, da *Association for Industrial Archaeology* (AIA), pela ajuda na identifica3o e compreens3o dos equipamentos industriais.

À Dra. Rita Alves, diretora do empreendimento Vale do Rio, pela disponibiliza3o de acesso ao complexo fabril de Palmaz.

Aos senhores Jos3 Manuel Pinto Moreira e Rui Paulo Carneiro, nas visitas à f3brica de Padronelo.

A todas as funcion3rias e funcion3rios dos arquivos e bibliotecas que consultamos, bem como demais pessoas af3veis e dispon3veis que encontramos ao longo deste processo de investiga3o.

À fam3lia, especificamente à minha mulher, pelo apoio e paci3ncia votados durante este longo percurso.

Por fim, à Funda3o para a Ci3ncia e a Tecnologia, sem cuja bolsa de doutoramento este projeto n3o teria sido poss3vel

Abreviaturas

AAIRL - Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
ADA - Arquivo Distrital de Aveiro
ADB - Arquivo Distrital de Braga
ADG - Arquivo Distrital da Guarda
ADP - Arquivo Distrital do Porto
ADRFMI - Arquivo Documental das Reservas do Museu da Indústria
AHMC - Arquivo Histórico Municipal de Cascais
AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto
AHP - Arquivo Histórico Parlamentar
AMA - Arquivo Municipal de Amarante
AMASVNF - Arquivo Municipal Alberto Sampaio de Vila Nova de Famalicão
AMOA - Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis
AMSMB - Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)
AMVR - Arquivo Municipal de Vila Real
ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial
BCCB - Biblioteca Camilo Castelo Branco (Vila Nova de Famalicão)
BDL-B - Biblioteca Digital Luso-Brasileira
BNP - Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto
CIGE - Centro de Informação Geoespacial do Exército
CNOAZ - Cartório Notarial de Oliveira de Azeméis
CNP - Cartório Notarial do Porto
CNPNF - Cartório Notarial de Penafiel
CPF - Centro Português de Fotografia
CRCPCA - Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Amarante
CRPP - Conservatória do Registo Predial do Porto
CRPCVNF - Conservatória do Registo Predial e Comercial de Vila Nova de Famalicão
CRPCVNG - Conservatória do Registo Predial e Comercial de Vila Nova de Gaia
DGPC - Direção Geral do Património Cultural
FAP - Força Aérea Portuguesa
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
RAF - Royal Air Force
RMI - Reservas do Museu da Indústria (Porto)
SPLAL - Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda.
TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
USAF - United States Air Force

1. Introdução

A indústria têxtil no geral, e a produção lanifícia em concreto, tem sido diversas vezes apontada como um setor chave de desenvolvimento do arranque do processo de industrialização. Esta situação reveste-se de particular importância não só na análise das condições estruturais que conduziram, desde muito cedo, ainda que lenta e dispersamente, à criação de um quadro socioeconómico particular, a que o próprio Henri Pirenne designou como sendo a *génese da indústria capitalista* (Pirenne 1969:187).

Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos que a produção lanifícia implementou, com a sua progressiva mecanização, ainda em contextos pré-industriais, impulsionou no noroeste de Inglaterra, o caldo cultural que abriu, mais do que em qualquer outro setor, as primeiras portas para a Revolução Industrial (Nevell 2008a, 2008b). Nesse sentido, Buchanan chega a referir que a transferência de capitais das lanifícias pré-industriais para outras construções cívicas e religiosas, nomeadamente em alguns centros laneiros ingleses, podem ser já considerados, por *extensão*, como monumentos industriais (Buchanan 1972:129-36). Naturalmente, estas extensões não podem ser vistas literalmente, mas o facto é que a prioridade da produção lanígera na economia do final da Idade Média articula-se com o que vieram a ser os processos que conduziram à manufatura e, daí, à industrialização.

No caso português, estudos recentes, como o trabalho de Joana Sequeira, demonstram que o setor lanifício, ainda que a uma escala pouco significativa em termos europeus, constitui, também na transição da Idade Média para a Moderna, um contributo fundamental para a criação de um mercado interno verdadeiramente nacional. Ao mesmo tempo, o setor também se revestiu de algumas inovações técnicas, tal como soluções para a produção em série, que Sequeira classifica já como *indústria dos panos* (Sequeira 2014:39-49). E foi, em grande medida a partir dessas pré-condições, que também a manufatura portuguesa viria a ser fundada, tendo por base, precisamente, os lanifícios. Primeiro com o conde da Ericeira, posteriormente com Pombal (Pinheiro 2008a:232-63). Mesmo já durante o Liberalismo, o setor lanifício constituiu, *a indústria que mais se desenvolveu em Portugal na segunda metade do século XIX* (Pereira 1998:577).

Ainda que amplamente conhecida e estudada, esta realidade fez-nos levantar uma questão fundamental: qual o alcance geográfico das unidades produtivas da indústria dos lanifícios portuguesa? Ou seja, ao contrário do mercado de escoamento que foi, de certo modo, de dimensão nacional, sabemos que a manufatura lanifícia esteve sempre muito concentrada nas regiões das Beiras e Alto Alentejo. A tradição serrana e de planalto de pastagens e transumância transfronteiriça, bem como a profusão de pequenos núcleos de produção doméstica na região, contribuíram para uma tradição local relacionada com os lanifícios. Foi precisamente nesse espaço onde se instalaram todas as Reais Fábricas de Panos (Cascais foi uma exceção e, na verdade, uma experiência efémera). Já com a industrialização, a distribuição geográfica pouco se alterou, isto é, uma grande concentração na região da Covilhã e Guarda, contrabalançada por, literalmente, meia dúzia de grandes unidades industriais na região de Lisboa, Setúbal e Alenquer.

Esta situação condicionou a perceção histórica e arqueológica sobre a indústria lanifícia como um epifenómeno local, perceção que se continua a materializar nos estudos e na inventariação do património industrial do setor lanifício, mesmo já no enquadramento contemporâneo do processo de industrialização moderno. O que significa que as unidades lanifícias oitocentistas que laboraram fora do quadro geográfico tradicional, nunca foram, ou muito raramente o foram, alvo de estudo. Tal verifica-se muito veementemente no contexto dos distritos de Aveiro e norte litoral do país, onde o conhecimento da indústria lanifícia oitocentista é praticamente inexistente, sendo as referências às fábricas conhecidas muito discretas e integradas no quadro geral da indústria têxtil, onde as algodojeiras são, efetivamente, elementos destacados em todos os estudos da industrialização do Norte de Portugal.

Deste modo, procuramos saber quais eram exatamente as fábricas lanifícias que laboraram nos distritos de Aveiro, Braga e Porto durante o século XIX. Quantas eram? Quais os seus impactos históricos e económicos e, sobretudo, numa perspetiva da arqueologia da industrialização, o que é que restava delas? Tínhamos já um referencial prévio à fábrica de Plácido Lino, em Lordelo do Ouro, não só por esta ser várias vezes referida na literatura historiográfica, mas também pela sua imposição na paisagem que tão bem conhecíamos. Assistimos, aliás, à sua demolição, já em 2016. Por seu turno, a fábrica de Padronelo fazia parte de algumas memórias familiares mais distantes, mas sem, contudo, haver um

conhecimento desenvolvido sobre ela. De resto, as questões iniciais eram as mesmas. Consequentemente, procuramos saber quais foram as lanifícias inscritas nos inquéritos industriais de 1881 e 1890 na região. Encontramos apenas cinco: uma em Palmaz, Oliveira de Azeméis, outra em Vila de Nova de Gaia, as fábricas de Lordelo e Padronelo, e uma pequena unidade em Riba de Ave, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Selecionadas as fábricas, procuramos compreender o que já se sabia delas, onde se localizavam exatamente e quais haviam sido os seus destinos. Verificamos, com as duas exceções já referidas, que três delas não estavam assinaladas no território, eram apenas referências historiográficas e documentais, sem memória material e consideradas perdidas. Eram elas também as fábricas mais pequenas e menos longevas, a de Palmaz, a de Vila Nova de Gaia e a de Riba de Ave.

A procura destas informações implicou um tratamento verdadeiramente interdisciplinar, cruzando dados de natureza historiográfica, geográfica e prospeção arqueológica direta no terreno, mas também remota, georreferenciando ortofotografia histórica e imagem de satélite. Recolhemos também informações no contacto pessoal com os moradores dos locais que visitamos. Deste modo, foi-nos possível localizar cada uma das unidades da amostragem.

As questões seguintes prendiam-se com dois tipos de abordagem:

- a) A abordagem arqueológica, isto é, procurar compreender qual a configuração física dessas fábricas, o que é que representaram do ponto de vista técnico e humano, quem e como trabalhou lá; que impactos deixaram nas suas paisagens e dentro e fora das suas comunidades e, essencialmente, que significado tiveram ou ainda têm, no seu enquadramento económico, social, cultural e tecnológico;
- b) A abordagem patrimonial. Quais as razões do seu esquecimento e se teriam, ou não, valores que pudessem ser recuperados e transmitidos. O que fazer com essas fábricas?

O resultado da ligação entre estas linhas de abordagem é, no fundo, a síntese de debate e reflexão que procuramos desenvolver ao longo de todo o trabalho, uma proposta metodológica multidisciplinar de estudo e gestão integral do património industrial. Tendo como ponto de partida o exemplo das lanifícias estudadas, enquanto modelos exemplares para uma reflexão e diálogo mais alargado sobre os conceitos e as práticas em torno da arqueologia e do património da industrialização.

Em termos de estrutura, organizamos presente o trabalho seguindo os passos de debate que procuramos desenvolver.

Depois da apresentação do tema e das questões levantadas nesta introdução, expomos no estado da arte dois apartados distintos. No primeiro, encetamos uma reflexão sobre o ponto de situação da arqueologia da industrialização e do património industrial em Portugal, quais os conceitos inerentes que foram sendo definidos ao longo das últimas cinco décadas de arqueologia industrial portuguesa. Para tal resumimos não só o percurso das intervenções e publicações sobre a arqueologia e o património industrial, mas também as definições de conceitos que essas iniciativas foram reproduzindo, desde as primeiras iniciativas nas décadas de 1970 a 1990, até a práticas e perceções atuais, traçando desse modo um resumo da história da arqueologia industrial portuguesa e da sua divulgação. Neste contexto, procuramos integrar uma análise dos temas que têm sido mais debatidos dentro da arqueologia industrial no nosso país. Esta análise breve permitirá compreender quais as principais tendências de investigação em torno da matéria, quais os desafios teóricos que são, ou não, discutidos ou qual é, na prática, o estado da investigação na arqueologia da industrialização em Portugal. O segundo apartado do Estado da Arte compreende uma revisão bibliográfica sobre os estudos da indústria lanífrica em Portugal, desde aqueles que foram produzidos ainda em contexto histórico, até à produção académica propriamente dita. Neste concerne, procuramos identificar quais são e analisar especificidades sobre os casos da nossa amostragem, o que na verdade são, praticamente, nulos.

O terceiro capítulo da dissertação é, de um ponto de vista estrutural, o bloco de conceptualização teórica propriamente dito. Aí definimos o tema e a sua pertinência em termos gerais, especificando e justificando depois quais os critérios adotados na nossa seleção. Integramos também aqui os objetivos do trabalho e abordagem metodológica definida para os alcançar, definindo as linhas e opções de orientação disciplinar, nomeadamente dos quadros da arqueologia da industrialização e da arqueologia documental, mas também o tratamento técnico operativo, como os métodos de georreferenciação e cartografia utilizados. Elencamos também neste capítulo uma relação das principais fontes disponíveis, nomeadamente os *Inquerito Industriais* do último quartel do século XIX, bases da amostragem. Entendemos também ser útil traçar um quadro de

sistematização da organização interna de cada um destes inquéritos, cuja informação estatística nem sempre é facilmente encontrada.

O quarto capítulo é composto pela apresentação do catálogo das fábricas, feito a partir das fichas de inventariação no terreno. Para tal, recorremos às orientações propostas pelo KIT03 - Património Industrial do IGESPAR, mas adaptando as fichas pré-desenhadas com novos campos de inserção mais atualizados. O modelo que foi adotado no inventário das lanifícias pode ser consultado no apêndice IV.

O quinto capítulo é composto pelas monografias das lanifícias. Organiza-se em cinco apartados com a memória descritiva de cada uma das fábricas, onde expomos, sob uma estrutura narrativa, os percursos das unidades e dos seus intervenientes, desde a fundação, até à sua desativação e condição atual. Neste capítulo sintetizamos e selecionamos a documentação inédita que recolhemos, fazendo a sua leitura e interpretação em perspetiva interdisciplinar, procurando alcançar uma diversidade de aspetos que possam ajudar a compreender e valorizar o legado material e imaterial das fábricas. Nesse sentido, a memória das lanifícias compõe o núcleo do estudo. Estas memórias devem ser perspectivadas como base de trabalho não só para as secções de análise e debate do nosso estudo, mas também como bases de consulta para o conhecimento geral das fábricas no espaço social, externo ao universo académico. Neste âmbito, damos relevância ao discurso escrito enquanto veículo de comunicação e mediação entre a perceção patrimonial, a sua organização e compreensão.

É também no quinto capítulo que aplicamos as premissas da arqueologia documental, nomeadamente a elaboração de microbiografias de agentes históricos que se correlacionaram com as fábricas da amostragem. Este exercício, que contextualizamos no conceito de *meaningful narratives* proposto por Laurie Wilkie (Wilkie 2014:33), procura reunir diferentes fontes informativas de modo a dimensionar o lado humano em torno da industrialização. Assim, mais do que imprimir ao nosso acervo monográfico um rol de anedotário ou pontualidades histórico-sociais, reunimos e organizamos, com coesão narrativa, uma memória alargada que possibilita um exercício de valorização do património em diferentes perspetivas. Perspetivas que se articulam, por exemplo, com as dinâmicas familiares em torno dos empreendedores e operários de cada uma das fábricas, as suas

migrações e transferências técnico geográficas, entre diferentes contextos regionais e até globais; as dinâmicas de representação da fábrica e dos seus produtos, a sua transmissão patrimonial, os percursos económicos que conduziram aos diferentes modos de financiamento e investimento, os traços de representação social simbólicos dos seus atores, a sua ascensão e queda, e até, quando possível, os seus próprios enquadramentos comportamentais e perfis psicológicos. Ao apresentar estas *narrativas significativas* estamos, no nosso entender, a permitir não só a dignificação da memória daqueles que fizeram parte dos acontecimentos, mas também a transmitir essa mesma memória ao presente, valorizando os espaços materiais, no caso, as fábricas, onde a memória ocorreu, bem como valorizamos as próprias comunidades locais.

No sexto capítulo, expomos analiticamente o enquadramento das lanifícias da amostragem no seu contexto geral. Primeiro numa perspetiva histórica diacrónica, conhecendo e interpretando a factualidade social, política e económica em torno da indústria lanifícia; e analisando de seguida as tipologias estruturais recorrentes dos diferentes contextos histórico-tecnológicos. Nesta matéria, desenvolvemos um código de classificação tipológica próprio, para adaptar às lanifícias da amostragem e que poderá servir de base para classificações posteriores.

No capítulo sétimo, de discussão retrospectiva, empreendemos o debate interdisciplinar propriamente dito, procurando articular um plano de organização interdisciplinar, com linhas de orientação de gestão patrimonial. Para tal, debruçamo-nos sobre referenciais teóricos de gestão patrimonial, como as cartas patrimoniais em vigor, reflexões já clássicas (Alfrey & Putnam 1992) e outras abordagens mais recentes (Kühl 2009; Oevermann 2021; Sobrino Simal 2016), transferindo-as para o plano português, através dos casos concretos da amostragem, sobretudo a partir da análise dos projetos de intervenção arquitetónica desenvolvidos no quadro de um concurso de renovação urbana de 2016, que afetou, ainda que indiretamente, uma das lanifícias que estudamos.

Por fim, remetemos para o apartado de apêndices, um conjunto de ferramentas desenvolvidas que consideramos úteis para a abordagem e interpretação do património da indústria lanifícia portuguesa. Trata-se de um glossário exaustivo de produtos, processos e equipamentos relacionados com os lanifícios, cujo vocabulário e complexidade técnica nem

sempre é de fácil apreensão, constituindo, praticamente, uma *linguagem específica* (Mendonça 2003). Este glossário poderá servir de base para a adoção de um vocabulário controlado¹ a ser empregue por outros investigadores, em futuros estudos sobre o tema. Apresentamos também um inventário com a identificação e localização de todas as lanifícias portuguesas inscritas nos *Inqueritos* de 1881 e 1890. Deste último exercício resultou também o último apêndice, um conjunto georreferenciado dos mapas com as lanifícias e centros lanifícios representadas nos mesmos documentos. É também no apartado de apêndices que inserimos a ficha de inventariação adaptada do KIT03 do IGESPAR, para património industrial.

Este trabalho segue a norma APA 6, formatada a partir de Mendeley Desktop 1.19.8.

¹ Patricia Harpring define *controlled vocabulary* como uma ferramenta informativa que contém palavras e frases estandardizadas referentes a ideias, características físicas, pessoas, locais, matérias e outros conceitos, o que permite uma indexação e padronização de informação sobre determinado tema (Harpring 2010: 1-2).

2. Estado da Arte

2.1. Arqueologia da industrialização e património industrial, ponto de situação e a sua atualização em Portugal

2.1.1. Divulgação, definição e agregação de conceitos

Com um eco internacional pouco comum (Cano Sanchiz 2007:56; Labadi 2001:77), o alegado pioneirismo português na cunhagem da expressão *arqueologia industrial*, feito a partir da redescoberta de um artigo de 1896 de Sousa Viterbo, *Archeologia Industrial Portuguesa - Os moinhos* (Viterbo 1896:193), acabaria rapidamente por se diluir, com a descoberta de bastantes mais referenciais históricos internacionais da mesma expressão. Desses referenciais, alguns são tão remotos como 1842 (Ramos 2014:19). Efetivamente, desde, pelo menos, a primeira metade do século XIX na Europa, mas também passando pelo Brasil de 1870 (Silva 2020:50-53), é-nos possível identificar, pontualmente e com sentidos muito diversificados, a expressão equivalente a *arqueologia industrial*. Não significa, contudo, que o nome igual designe coisas iguais.

Deste modo, apesar de podermos remontar a utilização da expressão *arqueologia industrial* até à primeira metade do século XIX, a sua definição nunca foi estanque. Os critérios por trás de cada uma das utilizações, partem de um pressuposto comum muito remoto, que é a materialidade dos objetos e das estruturas ligadas à produção. Todavia, esse ponto é a única coisa que podemos ver em comum em todos estes 180 anos de utilização da expressão *arqueologia industrial*.

No caso do rastreio dos primeiros usos da expressão *arqueologia industrial*, importa compreender que a sua longa utilização foi pontuada por diversos significados. Cada um desses significados teve, a seu tempo, um alcance muito limitado, pois iam desde o conceito de obsolescência da maquinaria, até ao simples conceito antiquarista em torno dos objetos. Nesta matéria, poderíamos até recuar o referencial português para um momento quase 25 anos anterior a Viterbo. Em 1873, quando Manuel Pinheiro Chagas, jornalista, polemista e parlamentar português visitou a Covilhã, referiu-se ao interesse, *do ponto de vista archeologico das velhas thesouras, as velhas machinas, todo o aparelho antigo da antiga fabricação*, aquando de uma visita à Real Fábrica da Covilhã². Apesar da descrição se referir

² *Diario Illustrado*, N.º 424, quinta-feira, 9 de outubro de 1873, *Cartas da Beira VII*.

ao equipamento da velha lanifícia do século XVIII, a referência é feita sob uma ótica antiquarista.

No caso de Sousa Viterbo, poderíamos dizer que a sua *archeologia industrial* definia-se como uma memória de infância, impressionada pela imagem e som de um incerto moinho de vento, que visitara em criança (Viterbo 1896:195). Ancorado nesse momento pessoal, Viterbo desenvolve a sua perceção de arqueologia industrial como sendo a inventariação dos moinhos e azenhas de moagem portugueses do final da Idade Média e do século XVI, isto é, a conceção sugerida de *archeologia industrial* portuguesa no final do século XIX debruçava-se sobre um mundo rural e pré-industrial.

Deste modo, entendemos que continua a ser importante referir que o conceito académico moderno de arqueologia industrial não pode ser, com rigor, indexado às primeiras cunhagens da expressão no século XIX. Em termos científicos, o seu ponto de partida continua a ser a segunda metade do século XX, nomeadamente no Reino Unido, com a emblemática publicação de Michael Rix, em 1955 (Rix 1955:225). Rix viria a dar o mote para o desenvolvimento do conceito do ponto de vista científico e para o seu associativismo. Nessa fase, ainda assim, também, muito embrionária, a formulação conceptual da disciplina estava muito orientada para a urgência da conservação das estruturas e equipamentos, numa perspetiva mais descritiva, ainda sem grande alcance teórico, ou mesmo metodológico (Palmer & Neaverson 2001:1-3).

Apesar de determinante na projeção da nova disciplina, esta primeira leitura contemporânea, precisamente pelo seu amadorismo inerente, gerou um certo afastamento entre a arqueologia académica tradicional e a nova arqueologia industrial. Não obstante, devemos realçar que a vertente conservadorista dos primeiros passos da arqueologia industrial tem uma importância adicional, pois, para além do carácter de urgência que a salvaguarda de estruturas industriais ainda, infelizmente, vai tendo, foi precisamente a partir do debate conservacionista que a arqueologia industrial entrou no vocabulário da discussão pública. Em 1962 estalou em Inglaterra uma polémica em torno da demolição do arco neodórico da Estação de Euston, construído em 1837. Este foi um dos momentos chave para a divulgação e sensibilização do público face ao legado da industrialização (Buchanan

1972:23). Malgradadamente, o arco acabaria por ser demolido pela *Bristish Railways*, nesse mesmo ano de 1962, mas o repto fora lançado.

As premissas da disciplina evoluíram para um espectro muito mais alargado, alicerçado numa sustentação teórica e metodológica que, lentamente, mas com firmeza, foi sendo desenhada a partir de trabalhos de divulgação, como os de Hudson (Hudson 1963) ou Buchanan (Buchanan 1972), entre outros. Um dos contributos destas abordagens, foi a capacidade de compreender que a arqueologia industrial só pode ser entendida quando integrada no âmbito de mudanças de transformação social e económica mais profundas (Buchanan 1972:20). Ao mesmo tempo, o reconhecimento da sua vertente interdisciplinar também foi reforçado a partir das décadas de 60 e 70 do século XX. Foi também, e ainda no Reino Unido, pela ação de associações, nomeadamente a *Association for Industrial Archaeology* (AIA), fundada em 1973, que a nova disciplina foi alcançando uma dupla sustentação: o reconhecimento dentro da universidade, e o reconhecimento junto do público (Palmer & Neaverson 2001:2-3). Para tal, foram peças fundamentais, a partir de 1976, vários ciclos de conferências, nomeadamente na Universidade de Bath, e a edição regular de uma nova publicação científica, a *Industrial Archaeology Review*.

Nas décadas seguintes, até ao início do século XXI, a teorização em torno do objeto e da metodologia de registo e interpretação do legado industrial também foi sendo desenvolvida, especialmente com a publicação, em 1998, de *Industrial Archaeology, principles and practice*, de Marilyn Palmer e Peter Neaverson (Palmer & Neaverson 2001). Já muito para além da simples descrição das estruturas e do seu funcionalismo, a análise da arqueologia industrial passou a procurar integrar o processo mais amplo de transformação histórica, e, com ele, as relações de classe, entre os diferentes grupos sociais que protagonizaram a mudança. Este alargamento conceptual do escopo, engloba também a ampliação do foco do monumento industrial, para a paisagem industrial (Palmer & Neaverson 1994). Os impactos no território e nas comunidades locais e na sua perceção de autoidentificação, são outras das vertentes analíticas da arqueologia industrial. Todo este conjunto de elementos reveladores de mudança, mesmo do ponto de vista material, está muito para além da fábrica e da maquinaria. Inclui as redes de fornecimento e distribuição, circuitos energéticos, instalações e alojamento operário, canais migratórios da mão de obra, entre outros elementos que, em conjunto, confluem no processo de industrialização. Este novo salto de abordagem teórica

implica também uma redefinição do conceito para uma nova categorização: *arqueologia da industrialização ou arqueologia do período industrial* (Nevell 2006:3-15; Palmer 2004:2-4).

No caso concreto do desenvolvimento da disciplina em Portugal, a evocação da memória de Viterbo, tal como referimos, tem sido assinalada como uma curiosidade temática que, teria, eventualmente, inaugurado a cunhagem da expressão *arqueologia industrial*. Mas tal não significa qualquer tipo de afirmação disciplinar, ou mesmo que tenha tido qualquer tipo de continuidade, ainda que amadora. Ao mesmo tempo, também é alvo de referência contextualizada, o facto de, em 1925, o Governo Geral português em Angola ter classificado como *Monumento Nacional* a fundição da antiga Nova Oeiras, ou a *Fábrica do Ferro*, uma estrutura pombalina erguida entre 1767 e 1772, em Cambambe, Cuanza Norte (Costa & Cordeiro, 2013: 484)³. Todavia, apesar do pioneirismo do decreto de 1925, tem sido ressalvado, com inteira justiça, que não se trata exatamente de um documento de proteção de património industrial *avant la lettre*⁴. Trata-se de um documento de proteção de equipamento histórico colonial, redigido num contexto de fomento e valorização do legado português em Angola. Com efeito, o mesmo decreto contempla, também, a proteção do forte e da igreja setecentista de Encoje (Ramos 1970:535).

Assim, ainda que considerando historicamente os exemplos pontuais atrás mencionados, podemos afirmar que somente a partir do final da década de 1970 é que podemos verdadeiramente falar em arqueologia industrial portuguesa, contemporizando, aliás, com a irradiação internacional que a disciplina começava a ter, a partir do Reino Unido.

³ A Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, junto ao Rio Luinha, em Angola, foi protegida como Monumento Nacional, ainda, que, na verdade, seja um monumento colonial, ou provincial, por decreto do Boletim de Angola de 30 de maio de 1925 (Ramos 1970:535). As estruturas foram, inclusivamente, escavadas e registadas ainda durante o final do período colonial, em 1972, em pleno contexto de guerra, mais como ação propagandística, do que científica (Batalha 1972). Nos últimos anos, tem despertado algum interesse pelos investigadores portugueses (Amorim, 2003; Sousa, 2007 e Cordeiro, 2012), todavia, não se conhecem exatamente as condições atuais no terreno das ruínas.

⁴ Importa referir que nos EUA, na década de 1930, o *Historic American Building Survey* (HABS), de F. D. Roosevelt, já iniciara um inventário de monumentos que incluía o legado industrial (Palmer & Neaverson 2001:8-9).



Fig. 1 - Escavações nas dornas da tinturaria da Real Fábrica dos Panos da Covilhã, 1987 (DGPC).

Os primeiros exemplos de escavação sistemática focada no legado industrial em Portugal ocorreram a partir de 1976, com a localização da antiga tinturaria setecentista da Real Fábrica de Panos da Covilhã. As dornas, fornadas e caleiras da tinturaria foram postas a descoberto no final de 1975, aquando da reconversão do edifício da antiga Real Fábrica para alojar a Universidade da Beira Interior

(UBI). Contudo, ainda que as estruturas tenham sido identificadas e escavadas logo em 1976, o projeto arqueológico sistemático só viria a ser retomado depois de 1985 (fig. 1), pela mão da recém fundada AAIRL (Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa) (Pinheiro 1998a:31-35). Foi também a AAIRL que empreendeu as escavações na antiga Real Fábrica de Vidros Cristalinos e Espelhos, em Coina, Barreiro, a partir de 1983, com direção de Jorge Custódio, também uma das primeiras campanhas de arqueologia industrial em Portugal (Custódio 2020:24-29). A escavações no filatório setecentista de Chacim, Macedo de Cavaleiros, Bragança, por Teresa Maia, José Manuel Lopes Cordeiro e Ana Mascarenhas, em 1998, constituem também estas primeiras escavações de arqueologia industrial em Portugal.

Por outro lado, originalmente ainda com um caráter relativamente local, começaram também a surgir as primeiras associações portuguesas de salvaguarda da memória da industrialização. É o caso, precisamente, da fundação da supracitada AAIRL, em 1980, renomeada de APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) em 1988. Em maio de 1997 foi fundada, no Porto, a APPI (Associação Portuguesa para o Património Industrial), atualmente sediada no MIT (Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave), em Vila Nova de Famalicão. A APPI é a associação que representa, em Portugal, o TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*). Estes primeiros passos correspondem a uma primeira afirmação, ainda que muito tímida e lenta⁵, da arqueologia

⁵ No final da década de 1990, por exemplo, não existia a disciplina de Arqueologia Industrial na Universidade do Porto, estando o assunto inserido no âmbito da Arqueologia Moderna e Contemporânea.

industrial no seio das universidades portuguesas, nomeadamente em Coimbra, em 1985 (Mendes 2000:209).

Em termos editoriais, não só os boletins associativos, mas sobretudo os cadernos temáticos e as revistas científicas, foram outro dos grandes contributos gerados pelo movimento associativo. Nesta matéria, cabe destacar os *Cadernos de Arqueologia Industrial*, da APAI (Custódio 1991), mas também o pioneirismo e a regularidade da revista *Arqueologia Industrial*, lançada ainda em 1987 e integrada, posteriormente, como edição da APPI. Desde 2019, a *Arqueologia Industrial* passou a ser distribuída como monografia, agregando diversos contributos portugueses e internacionais para o estudo da disciplina. É de destacar também a edição da revista *PORTVGALIA*, editada pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Embora seja dedicada à arqueologia em geral, a *PORTVGALIA* tem desenvolvido, nos últimos 30 anos, um papel importante na publicação de trabalhos de arqueologia industrial em Portugal⁶.

Para além das revistas, um dos veículos mais eficaz de promoção junto do público da arqueologia industrial em Portugal, foram as exposições. A primeira exposição registada realizou-se ainda em 1978 (fig. 2), nos Lagares d'El-Rei, em Tomar (Filipe 2019:96-117), seguida daquela que foi, de facto, a primeira grande exposição em Portugal, a *Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, em 1985⁷, na Central Tejo, em Lisboa (Barblan 1991:105-8).

Posteriormente, e já no norte de Portugal, José Manuel Lopes Cordeiro organizou a *Exposição de Arqueologia Industrial: a indústria conserveira de Matosinhos*, em 1989, e, em 1993, a exposição *Memória da Indústria: exposição fotográfica sobre a indústria no Porto, fotografias de Domingos Alvão*. Em 1999, a *Exposição de Arqueologia Industrial - Um século de indústria no Norte: 1834-1933*, em Santa Maria da Feira, deu continuidade a estes eventos, que contribuíram para um alargamento e maior consolidação da sensibilização para a arqueologia industrial em Portugal (Cordeiro 2007:43-44).

⁶ Criada em 1980, a *PORTVGALIA* começou por ser editada pelo Instituto de Arqueologia da referida faculdade.

⁷ Em 2015, assinalando os 30 anos desta exposição, a APAI, juntamente com organismos oficiais, realizou, também na Central Tejo, aquela que é, até ao momento, a última exposição de arqueologia industrial em Portugal.

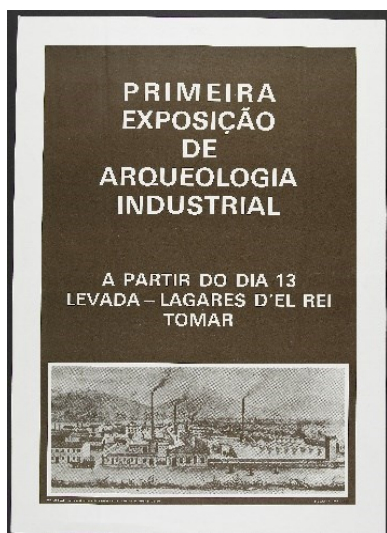


Fig. 2 - Cartaz da Primeira Exposição de Arqueologia Industrial, Tomar, 1978 (BNP).

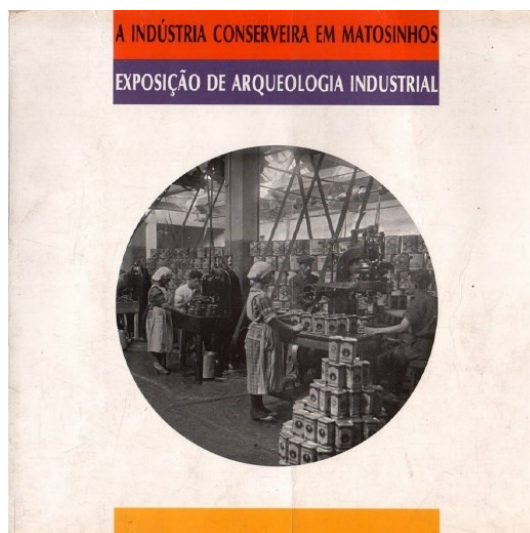


Fig. 3 - Catálogo da exposição A Indústria Conserveira em Matosinhos, CMM, 1989.

Ao mesmo tempo, a produção de catálogos, nos casos muito pontuais onde, efetivamente, isso ocorreu, como a referida exposição sobre a indústria conserveira (fig. 3), tem sido outro suporte de afirmação da arqueologia industrial no nosso país.

Todavia, os formatos mais representativos de divulgação da arqueologia industrial em Portugal têm sido os encontros, congressos e seminários temáticos. Nesta matéria, é de destacar, não só pela sua amplitude, mas também pela sua qualidade, o *I Congresso Nacional sobre o Património Industrial*, organizado pela APAI ainda em 1986 e descentralizado por três polos: Coimbra, Guimarães e Lisboa. A sessão de abertura deste encontro foi, inclusivamente, conduzida por Kenneth Hudson⁸. A conclusão da publicação das atas deste evento, já em 1990, constitui, ainda hoje, uma referência para o estudo e a reflexão sobre o património da industrialização em Portugal.

Foi precisamente a partir da década de 1990, que os seminários começaram a disseminar-se um pouco por todo o país. Nem sempre inteiramente focados nas questões arqueológicas, aliás, inicialmente mais representados pela historiografia económica e da indústria, os seminários e colóquios, como o *A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica*, colóquio realizado no Palácio da Bolsa, no Porto, em 1997, abriram caminho para despertar novos interesses sobre a memória da industrialização. Outros encontros e jornadas dirigidos ao

⁸ Kenneth Hudson (1916-1999) foi um autor e museólogo britânico promotor da arqueologia industrial, sobretudo a partir das suas obras de divulgação (Hudson 1963, 1971, 1979).

estudo e conservação do legado da industrialização também se têm afirmado, já na segunda década do século XXI. É o caso de os encontros da *Rede Indústria e Património*, organizados pela APAI e articulados com a rede museológica industrial do município de São João da Madeira, distrito de Aveiro.

Também, mas num âmbito académico, destacamos o projeto *IH4Future - Cultura Material, Cultura Científica: Património Industrial para o Futuro* (2019-21) que tem como base a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Paradigmaticamente, estas ações representam também uma redefinição dos olhares sobre a industrialização, naquilo que significa a transposição do debate da arqueologia industrial para outros campos, nomeadamente o da museologia, da patrimonialização, da reutilização e do próprio turismo em torno do legado industrial. Todavia, questionamos se houve, de facto, um debate sobre a arqueologia industrial, a sua epistemologia e a sua metodologia? Ou, por outro lado, o debate foi, desde o início, focado em questões mais direcionadas para os estudos do património industrial, englobando, portanto, um outro conjunto de ciências e metodologias?

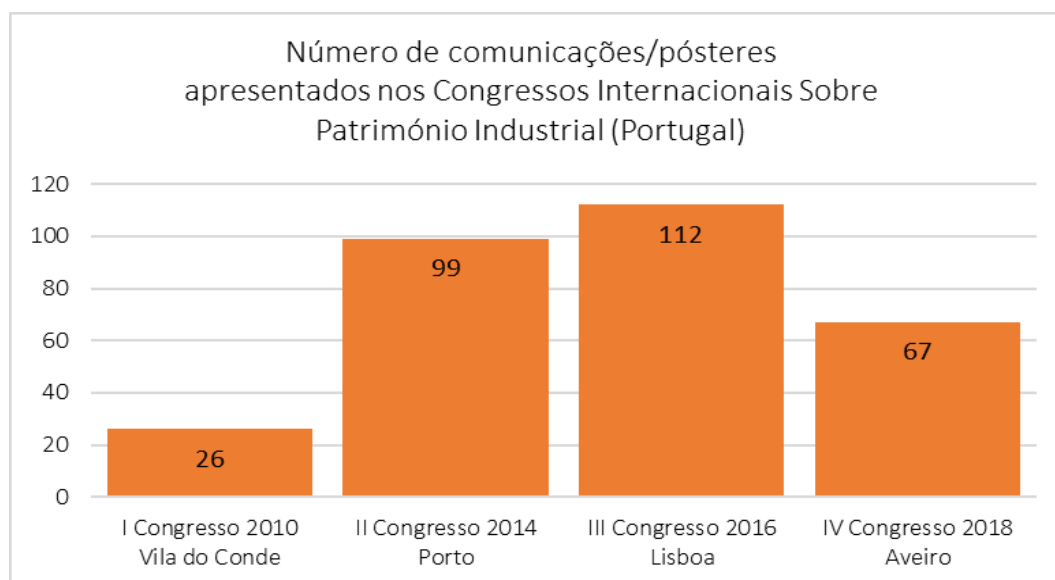
Neste enquadramento também, devemos referir os *Encontros Internacionais sobre Património Industrial e sua Musealização*, cuja última edição, a quinta, decorreu em julho de 2021. Os encontros são organizados pela APPI/TICCIH e Sociedade Martins Sarmento, mas também com a colaboração do CICS.NOVA (*Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais*), a Casa de Sarmento, Arquivo Alfredo Pimenta, Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda, Associação MURALHA, de Guimarães.

A par destes eventos, cabe agora referir aqueles que têm sido, no fundo, os maiores palcos em Portugal de divulgação dos estudos relacionados com o legado da industrialização. Referimo-nos aos *Congressos Internacionais sobre Património Industrial*, organizados pela APPI.

Como temos vindo a constatar, a deslocação nominal da ênfase de *arqueologia* para *património* veio, de certo modo, reconhecer que o debate não se focava exatamente na arqueologia, mas em abordagens mais dispersas em torno do património industrial. Uma análise breve dos temas principais de cada um dos congressos, bem como os seus temas gerais, permite fazer uma leitura panorâmica sobre as tendências de investigação apresentadas no campo do património industrial.

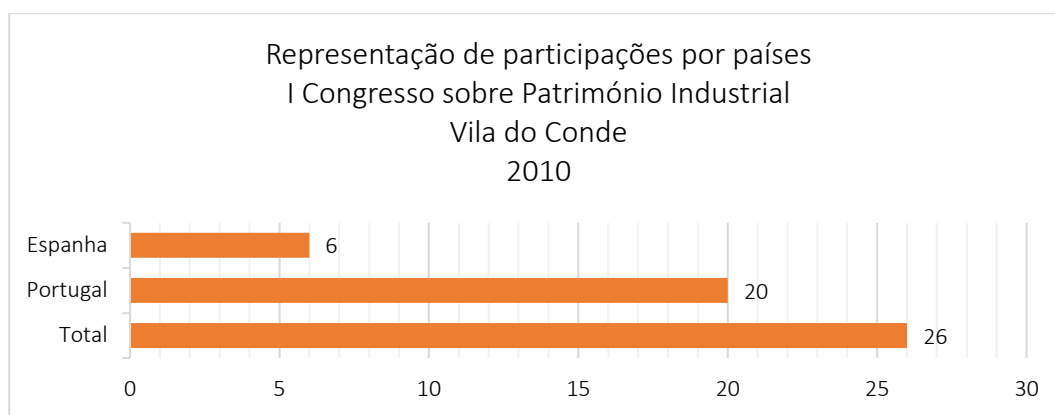
Cada um destes congressos internacionais (com a exceção do primeiro, ainda com um caráter muito percussor e ensaístico) teve os seguintes temas centrais:

- i. *I Congresso sobre Património Industrial*, Centro da Memória de Vila do Conde - 14 a 16 de maio de 2010;
- ii. *II Congresso Internacional sobre Património Industrial* - Património, Museus e Turismo Industrial: Uma oportunidade para o século XXI - Universidade Católica Portuguesa - Porto - 22 a 24 de maio de 2014;
- iii. *III Congresso Internacional sobre Património Industrial* - Reutilização de sítios industriais: um desafio para a conservação patrimonial - Universidade Lusíada de Lisboa, 16 a 19 de junho de 2016;
- iv. *IV Congresso Internacional sobre Património Industrial* - Cidades e Património Industrial - Universidade de Aveiro, 28 a 30 de junho de 2018;
- v. *V Congresso Internacional sobre Património Industrial*, agendado para os dias 17 a 19 de junho de 2020, em Cebolais, Castelo Branco, foi adiado devido à Pandemia de Covid19.



Quadro 1 - Número de comunicações e pósteres apresentados nos quatro últimos *Congressos Internacionais sobre Património Industrial*, realizados em Portugal (©MBPastor).

A projeção dos congressos ganhou maior expressividade nas edições de Porto e Lisboa (II e III congressos, respetivamente), o que reflete a importância da centralidade dos centros de acolhimento na resposta dos participantes (quadro 1).



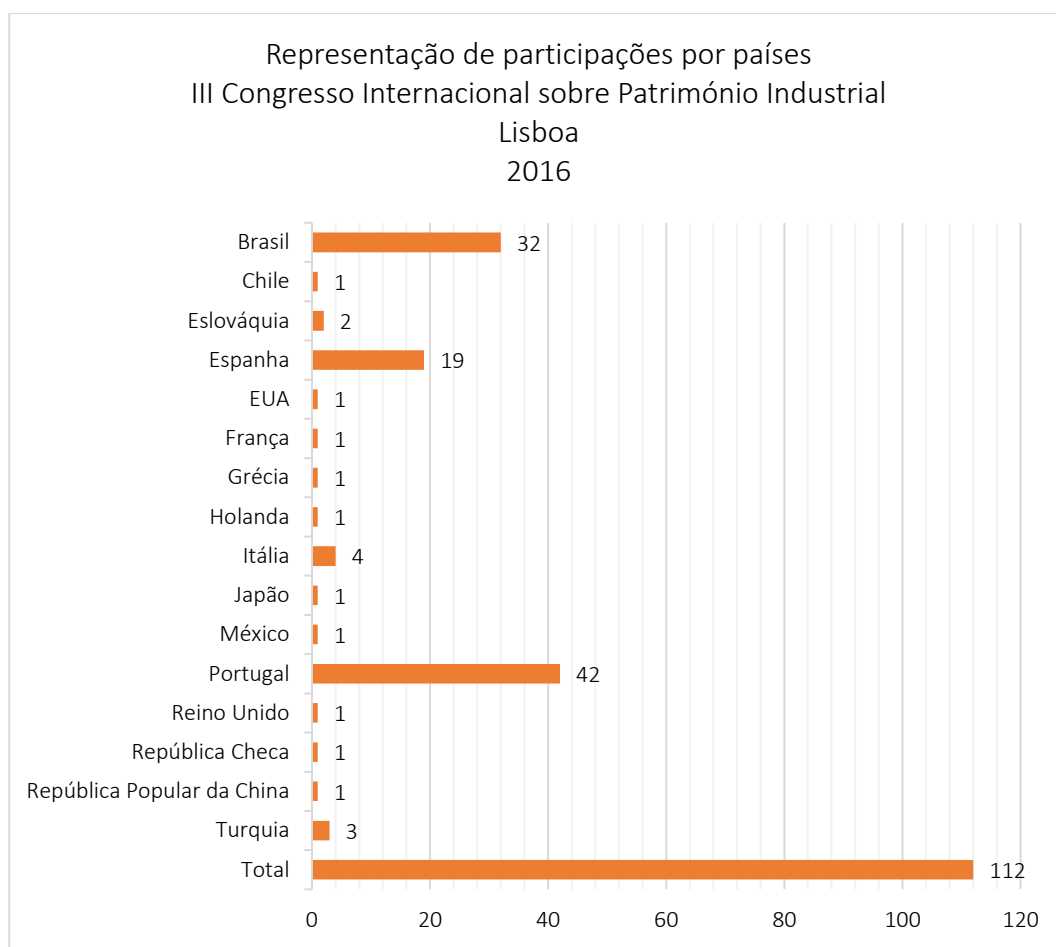
Quadro 2 - Distribuição e número de países representados no *I Congresso Internacional sobre Património Industrial* (©MBPastor).

O *I Congresso*, apesar de não ser anunciado como internacional, teve um alcance ibérico e reuniu 26 comunicações (quadro 2).



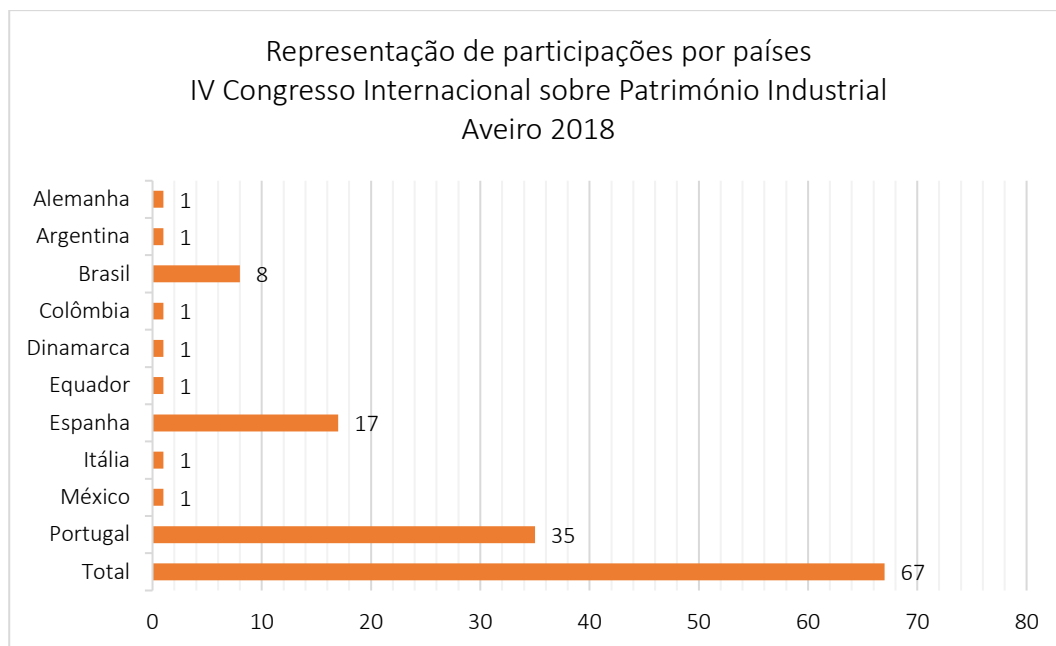
Quadro 3 - Distribuição e número de países representados no *II Congresso Internacional sobre Património Industrial* (©MBPastor)

No *II Congresso Internacional*, a vertente internacional tornou-se efetivamente assumida. A produção do congresso, agora com 99 comunicações, mas também pósteres, teve um alcance geográfico mais abrangente, incluindo, além da Península Ibérica, uma forte presença do Brasil, alguma representação italiana e uma representação macaense (quadro 3).



Quadro 4 - Distribuição e número de países representados no *III Congresso Internacional sobre Património Industrial* (©MBPastor).

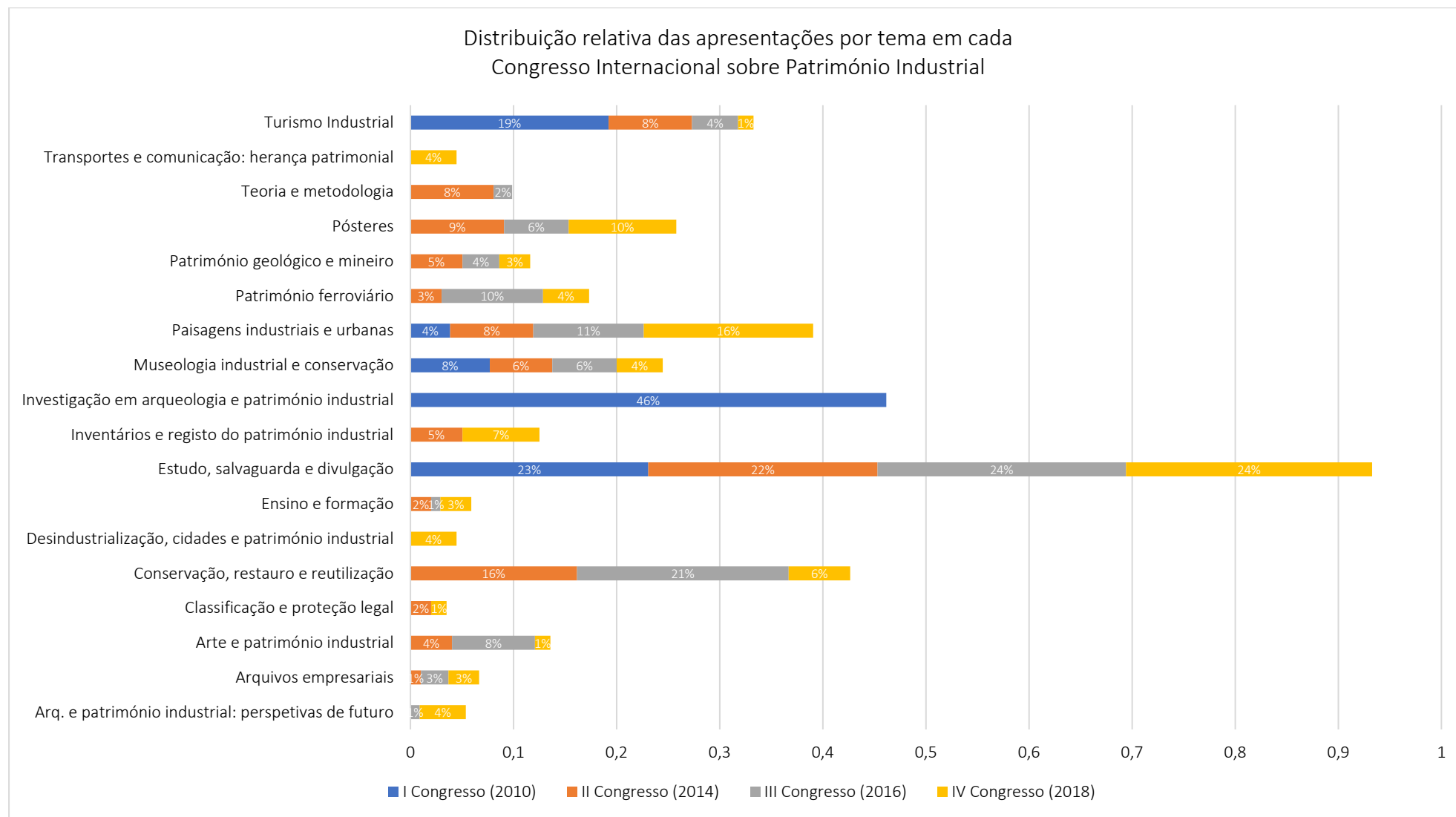
Já em 2016, no *III Congresso Internacional*, as comunicações alcançaram as 112 participações, com um leque de internacional que contou com a presença de 15 países (quadro 4).



Quadro 5 - Distribuição e número de países representados no *IV Congresso Internacional sobre Património Industrial* (©MBPastor).

Dois anos depois, o *IV Congresso*, agregou menos participações, mas manteve a dimensão internacional (quadro 5).

Os temas de inscrição das comunicações em cada congresso foram refletindo, ao longo dos anos, os tópicos emergentes sobre os temas do património industrial. A distribuição de apresentações por cada tema, de todos os primeiros quatro congressos, permite-nos fazer uma leitura sobre a direção do foco das sensibilidades face ao património industrial (quadro 6).



Quadro 6 - Distribuição relativa das apresentações por tema em cada Congresso Internacional sobre Património Industrial (©MBPastor).

Significativamente, a diversidade temática foi-se alargando, procurando englobar as novas áreas de investigação em torno do património industrial que se foram, entretanto, especificando. Ao mesmo tempo, este alargamento temático proposto pelas comissões organizadoras reflete um outro fenómeno, porventura, muito mais significativo: a diluição semântica do termo *arqueologia industrial* em diferentes outros temas. Mais, é visível que, logo do primeiro congresso, para os seguintes, o tema *Investigação em arqueologia industrial e património industrial* desapareceu, para dar lugar a um tema mais amplo (e agregado) que é o *Estudo, salvaguarda e divulgação do património industrial*.

Ou seja, a arqueologia, propriamente dita, deixou de ter representação própria, e a *investigação* generalizou-se para o *estudo*, apesar de ter sido inserida uma nova categoria, *Teoria e metodologia do património industrial e sua metodologia*. Esta nova categoria, seria, por natureza, o campo privilegiado para alocar não só o pensamento epistemológico em torno da ciência arqueológica e dos estudos de património, como também o espaço de debate central para a discussão dos seus métodos, abordagens e evolução. Contudo, a incidência de participações nesta área foi residual (quadro 6).

Grosso modo, a tendência visível em termos de participações, tanto a nível nacional, como internacional, tem sido a de privilegiar as visões relacionadas com a dimensão patrimonial da industrialização, o seu estudo, salvaguarda e divulgação, tal como a sua conservação, reutilização e valorização turística. A investigação arqueológica, categoria que só foi assumida no I Congresso, acaba por se encontrar diluída numa categoria de *estudos* que, de um modo geral, representam mais um esforço de divulgação de património local, do que, propriamente, uma investigação arqueológica sobre o mesmo património. Também a categoria *Teoria e metodologia* acaba por ser pouco participada, revelando a ausência de um espaço de maior reflexão e debate em torno do património da industrialização e alguma falta de desenvolvimento académico da própria disciplina. Ao mesmo tempo, o incremento da categoria de *Paisagens Industriais*, poderá ocupar algum do espaço de reflexão teórica, visto ser uma categoria que viu a sua participação ser alargada a cada edição.

No fundo, o debate em torno da definição de arqueologia industrial, continua, pelo menos avaliando pelos congressos realizados em Portugal, a querer passar por cima da definição clara e epistemológica da ciência arqueológica, nunca deixando de se focar em abordagens

de outras áreas de conhecimento e em outras práticas. Práticas essas mais relacionadas com a conservação e a patrimonialização, normalmente executadas mais por historiadores do que por arqueólogos. Esta realidade não é, obviamente, prejudicial. Pelo contrário, é o resultado de um maior alargamento dos interesses e das sensibilidades em redor da herança industrial. No entanto, não deve ser confundida com a arqueologia propriamente dita, nem deveria ser designada por *arqueologia industrial*, visto não se socorrer de método arqueológico. Em vários casos, não se recorre, tampouco, a arqueólogos, mas a outros profissionais. Parafraseando Francisco Reyes-Téllez, *só é arqueologia a ciência que utiliza a metodologia arqueológica* e, com isto, *não se trata de entrar em polémica com outros colegas. Trata-se de chamar as coisas pelo seu nome* (Reyes-Téllez 2004:90).

De certo modo, podemos afirmar que a divulgação e popularização da arqueologia industrial em Portugal (mas não exclusivamente) nem sempre se concentrou efetivamente na disciplina arqueológica e na sua metodologia. Nomeadamente no enquadramento da arqueologia *per se* no quadro da arqueologia, isto é, numa abordagem não só autónoma (sem caráter de *ciência auxiliar*) da ciência, mas também sistémica e processual, com destaque para a leitura teórica e abrangente do significado da materialidade estudada. No caso da arqueologia industrial, essa materialidade entendida como elemento constitutivo e explicativo das sociedades no seu processo de industrialização, nas suas implicações sociais, culturais, económicas e, naturalmente, políticas (Reyes-Téllez 2004:85-86).

É precisamente a reformulação do próprio conceito de arqueologia industrial que tem vindo a ser debatida internacionalmente. Nomeadamente na definição de arqueologia da industrialização, uma categorização que, ainda que já definida e apresentada em Portugal há mais de 20 anos (Cordeiro 2000:403-20), não se encontra-muito presente no léxico e, conseqüentemente, na reflexão dos investigadores. Contudo tem vindo a afirmar-se como significado de um maior alargamento do escopo dos estudos em torno do património industrial, o que permite englobar uma visão verdadeiramente interdisciplinar e conciliadora entre a chamada arqueologia moderna e contemporânea, com a arqueologia da industrialização. Articulando também a presença de outras reflexões, não só as

tradicionalmente históricas, mas as técnicas e arquitetónicas, tal como as reflexões sociais e políticas⁹.

Ao mesmo tempo, no sentido de definir um plano nacional para o património industrial português, foi proposta em julho de 2021, no enquadramento do *V Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Musealização* uma moção, aprovada por unanimidade por todos os presentes inscritos no *V Encontro* e apresentada ao Ministério da Cultura. Em termos genéricos, a moção visa a criação de um Plano Nacional para o Património Industrial, assente em três objetivos estruturais¹⁰:

1. A elaboração de um inventário sistemático do património industrial;
2. A realização de estudos e ações com vista à conservação e valorização do património industrial;
3. A criação de uma Comissão Técnica para acompanhamento da concretização desse Plano Nacional.

O alcance destes três objetivos é estruturante para a defesa do património industrial português, mas, no fundo, constituem ainda aquilo que, no plano comparativo, foram os primeiros passos da afirmação da arqueologia industrial no contexto internacional, nomeadamente no Reino Unido. As célebres fichas do *National Survey of Industrial Monuments* da CBA (*The Council for British Archaeology*), dos anos de 1950-60, e que estiveram na base do arquivo de património industrial da Universidade de Bath (Buchanan 1972:56-57) e do atual *National Monuments Record of the Royal Commissions on the Historical Monuments* de Inglaterra, Gales e Escócia (Palmer 2008:1513).

O resultado de não existir um plano de inventariação do património industrial português, bem como a ausência de uma comissão técnica específica para o fazer, tem condicionado as ações de defesa de património e o alcance do debate público e institucional em torno desse mesmo património. Na prática, resulta destas carências uma falta de sistematização de critérios de estudo e de intervenção, e a falta de leitura conjuntural do património da

⁹ O debate mantém-se, por exemplo, no mundo anglo-saxónico, com a aproximação da arqueologia industrial à *Post-Medieval Archaeology* e *Historical Archaeology*, mas também a aproximação a tendências disciplinares mais recentes, como a designada *Historical Archaeologies of Capitalism*, mais focada nos impactos sociológicos e antropológicos da implementação dos modelos de industrialização ocidental no mundo colonial (hoje, pós-colonial) fora da Europa (Leone and Knauf 2015).

¹⁰ Moção “*Da necessidade de um Plano Nacional para o Património Industrial - Moção Apresentada no V Encontro Internacional Sobre Património Industrial e sua Museologia*”, 2021.

industrialização em Portugal. O resultado tem sido a fragmentação dos estudos de património industrial e a esporadicidade dos movimentos e ações em sua defesa. Ações essas cujos resultados, nas últimas décadas, têm oscilado entre a perda completa dos elementos que se procuravam conservar e a sua conservação pontual. No entanto, uma conservação nem sempre criteriosa, normalmente possibilitada apenas por recurso a argumentos periféricos ao diálogo patrimonial, tal como valorizações estéticas ou pela oportunidade de correspondência com os interesses momentâneos dos poderes administrativos e políticos.

2.2. Revisão bibliográfica - leituras sobre a indústria lanifícia em Portugal

Numa perspetiva mais específica, os estudos em Portugal sobre a indústria dos lanifícios estão intimamente relacionados com duas vertentes de reflexão distintas. A primeira dessas vertentes, que consideramos histórica, é a abordagem político-económica e técnica ao tema, e cujas raízes estão ainda no Antigo Regime, mas que se manteve como modelo de reflexão durante todo o século XIX. A segunda vertente é a abordagem académica propriamente dita, a vertente historiográfica, arqueológica, mas também antropológica e sociológica.

Assim, num primeiro enquadramento, devemos aludir a autores como Duarte Ribeiro de Macedo, precursor do Mercantilismo português, que, no seu discurso *Sobre a introdução das artes*, de 1675, especifica a importância dos lanifícios, que, pela sua escala de consumo, seria o setor chave para fomentar o arranque da manufatura nacional (Sérgio 1924:241-325). Esta reflexão teórica sobre os lanifícios, em contexto histórico, foi sendo, de certa forma, repercutida em outros textos e preâmbulos oficiais, ao longo dos séculos XVII e XVIII, como as reestruturações dos regimentos dos lanifícios de 1690 e 1759.

Em relação ao período do Liberalismo, os lanifícios representaram, desde o primeiro momento, um importante setor em consideração. Logo em 1821, Joaquim Caetano dos Santos Quintela apresentou um documento às Cortes Constituintes, o *Breve bosquejo*¹¹, que se tornou, em termos efetivos, numa reflexão técnica, económica e social sobre a situação e a importância da indústria lanifícia no início do século XIX em Portugal.

¹¹ *Breve bosquejo da antiguidade dos lanifícios em Portugal, seu progresso, decadência, ou as Causas e dedução de providencias q~precisão*, 21 de abril de 1821, PT-AHP/CD/CAMCP/S5/DC1, Assembleia da República, AHP.

Do mesmo modo, Fradesso da Silveira, a partir de vários dos seus relatórios e reflexões sobre a indústria lanifícia em Portugal, nomeadamente *As Fábricas da Covilhã*, ou as *Indagações* (Silveira 1863, 1864) permite-nos fazer uma abordagem à percepção histórica, cultural e técnica no terceiro quartel do século XIX. Ainda seguindo o mesmo tipo de registo contextual, há que referir as diferentes, por vezes dispersas, considerações e sínteses em torno da indústria dos lanifícios, expressas nos inquéritos industriais de 1865¹² e, sobretudo, de 1881, neste caso, destacando-se o quinto volume, ou apenso de resumo¹³.

Já na transição do século XIX para o XX, os artigos de João Manuel Esteves Pereira, editados entre abril e julho de 1897, na revista *Occidente*, e parcialmente coligidos no volume *A Indústria Portuguesa - Seculos XII a XIX* (Pereira 1900) são um manancial importante para o estudo da cultura e da técnica em tornos dos lanifícios. O mesmo trabalho de Esteves Pereira surge também, e, de certo modo, plagiado, nos *Subsidios para a Monographia da Covilhan*, de Artur de Moura Quintela (Quintela 1899).

Do ponto de vista de compreensão técnica e explicativa do processo de produção industrial dos lanifícios, o trabalho de José Maria de Campos Melo, *Lans e Lanifícios* é uma referência fundamental, não só pela sua componente descritiva, mas também ilustrativa, nomeadamente no que concerne à complexa e diversificada maquinaria da indústria lanifícia (Campos Melo 1907).

A segunda vertente de revisão bibliográfica é o referencial académico contemporâneo. Neste contexto, destacam-se os vários trabalhos de Luís Fernando de Carvalho Dias, nomeadamente a sua coletânea de documentos alusivos à indústria lanifícia, coligida e publicada ao longo de décadas na *Revista de Lanifícios* e reunidos nos cinco volumes da *História dos Lanifícios (1750-1834) - Documentos* (Dias 1958, 1962, 1965, 1968, 1974).

No âmbito da história da manufatura e da indústria em Portugal, as abordagens de historiografia económica e social destacam também o setor lanifício. Nesta área, podemos referir os *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, de Virgínia Rau (Rau 1984) ou *A Situação Económica do Tempo de Pombal*, de Borges de Macedo (Macedo 1989),

¹² *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade do Porto Em 18 de Setembro de 1865*, 1865.

¹³ *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, 1883.

no que concerne ao Antigo Regime, e Maria Filomena Mónica (Mónica 1987) e Miriam Halpern Pereira (Pereira 1998), já no quadro do liberalismo do século XIX.

Luís Madureira, também a partir dos seus trabalhos de história económica em torno do fomento e protecionismo pombalino e do Antigo Regime em geral, aborda, com particular destaque, a indústria e as atividades lanífcias, nomeadamente as suas características técnicas. Vertente que, aliás, foi desenvolvida no primeiro volume da sua *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil* (Madureira 1997, 2001).

Numa perspetiva não só económica, mas também cultural e de compreensão de transferência científica e tecnológica, a manufatura e indústria de lanifícios do Alto Alentejo, com particular destaque para a Real Fábrica de Portalegre, estão amplamente estudados por Ana Maria Cardoso de Matos (Matos 1990, 1998, 2001).

Do ponto de vista monográfico, praticamente não existem publicações dedicadas a uma lanifícia em concreto. As obras que temos referido são abordagens setoriais, com mais ou menos, desenvolvimento sobre uma ou outra unidade fabril. Todavia, devemos destacar um trabalho excecional, de 1964, ainda que pouco referenciado: a monografia da Real Fábrica de Cascais, trabalho coordenado por Maria das Dores Jorge de Goes, que é, em termos práticos, autora do volume (Goes 1964). A historiadora já se debruçara sobre esta fábrica na sua tese de licenciatura, em 1955. Este trabalho merece-nos uma atenção particular, porque, como teremos oportunidade de analisar, parte do edifício ocupado pela Real Fábrica de Cascais, a Casa da Horta, da Quinta de Santa Clara, foi alvo de profunda renovação municipal, já no século XXI, contudo, tanto no projeto, como na apresentação pública das obras, nunca foi recordada a memória fabril setecentista da fábrica.

Como referencial de destaque, salientamos a obra de Elisa Calado Pinheiro, cujo trabalho no Museu de Lanifícios e na Universidade da Beira Interior tem sido um modelo numa perspetiva interdisciplinar sobre os lanifícios portugueses, muito concretamente nas Beiras e Alto Alentejo. Entre os diferentes projetos de investigação e coordenação, as publicações da UBI (desde o Roteiro do Museu às monografias pontuais), destacamos os volumes do projeto *Rota da Lã - Translana / Ruta de la Lana* (Pinheiro 2008, 2009). Trata-se de um projeto ibérico de articulação entre as fronteiras de transumância entre a Beira Alta e Alto Alentejo (Portugal) e a Comarca Tajo-Salor-Almonte (Extremadura, Espanha).

O projeto *Rota da Lã - Translana* empreendeu um levantamento exaustivo de todas as estruturas de ambas as regiões relacionadas com os lanifícios, desde o enquadramento pastoril e serrano, até às infraestruturas da industrialização, como as fábricas, vias de comunicação e distribuição e equipamentos complementares, como oficinas de acabamento e até escolas industriais. O resultado está apresentado em dois volumes, o primeiro compreendendo os estudos antropológico, historiográfico, territorial, económico e cultural, e o segundo, com o registo arqueológico e inventário georreferenciado das vias e do edificado relacionado com a indústria dos lanifícios¹⁴. Esta recolha de inventariação sistemática de um setor continua a ser única em Portugal, tal como o seu próprio tratamento, através de tecnologias SIG, se mantém como um caso de referência (Cordeiro 2009b, 2012b).

António dos Santos Pereira, também no contexto do Museu de Lanifícios e da *Ubimuseum - Revista Online da Universidade da Beira Interior*, tem desenvolvido vários artigos de investigação atualizados sobre a indústria lanifícia, mas também uma reflexão de síntese sobre estudos prévios. Destacamos a sua sistematização de uma bibliografia dos lanifícios portugueses, o seu manancial documental, académico e de inventariação, mas também com uma vertente de inclusão do referencial literário¹⁵ em torno dos lanifícios (Pereira 2013, 2017).

Além da perspetiva socioeconómica geral da indústria dos lanifícios portugueses, os restantes trabalhos que referimos têm sido centrados nas áreas tradicionais do setor, isto é, as Beiras e o Alto Alentejo. No que concerne aos distritos que compreendem a nossa amostragem, não existe referencial bibliográfico específico sobre o setor lanifício e as suas fábricas. Não só porque a sua prevalência nesta área geográfica foi sempre muito residual, mas também porque os trabalhos de historiografia económica e industrial têm, tradicionalmente, abordado a indústria têxtil num sentido mais amplo. É o caso, por exemplo, da investigação de Jorge Fernandes Alves, que aborda a indústria têxtil do Vale do Ave e mesmo do Porto (Alves 1999a, 2002, 2005). Numa perspetiva arqueológica, Teresa Soeiro também se debruça sobre o setor têxtil no distrito do Porto, no seu enquadramento

¹⁴ A edição original comporta um DVD interativo com os mapas georreferenciados, produzidos pela Universidade da Beira Interior e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

¹⁵ Ver, por exemplo, a análise da obra de Ferreira de Castro, em particular *A Lã e a Neve* no contexto de uma arqueologia da cultura operária dos lanifícios da Covilhã (Pereira 2012).

industrial, manufatureiro e doméstico (Soeiro 2000, 2004). Maria de Fátima Teixeira, no contexto da indústria do concelho de Vila Nova de Gaia, tem estudado diferentes fábricas têxteis, nomeadamente a fição de algodão de Crestuma (Teixeira 2015, 2017).

Também com incidência sobre a história industrial do Ave e da indústria portuense, José Lopes Cordeiro tem abordado, entre vários aspetos, a sistematização das fontes documentais para o estudo da indústria, mas também aportando um importante contributo para a compreensão da sua materialidade, nomeadamente as suas soluções energéticas, englobando grande parte dos exemplares da nossa amostragem, como Palmaz, Vale de Piedade, Lordelo e Riba de Ave (Cordeiro 1995, 2002, 2003; Costa & Cordeiro 2013; Silva & Cordeiro 2017).

Quanto às fábricas de lanifícios dos distritos de Aveiro, Porto e Braga, não há, como referimos referencial bibliográfico, para além da abordagem ao edificado da fábrica de Lordelo do Ouro, por Joaquim Morais Oliveira (Oliveira 1997), existem, até ao momento, apenas os trabalhos em que colaboramos, de localização e identificação da lanifícia do barão da Trovisqueira (Riba de Ave), integrante da nossa amostragem, e da Fábrica de Lanifícios da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, um empreendimento periférico, do início do século XX (Pastor, Vieira & Cano Sanchiz 2017, 2021).

Assim, o grande trabalho de sistematização interdisciplinar da indústria lanifícia portuguesa foi o projeto *Rota da Lã - Translana*, da UBI - Museu dos Lanifícios, um projeto que mantém a sua dinâmica ativa, através do próprio museu e das suas publicações. No entanto, o seu escopo geográfico é exclusivamente centrado nas Beiras e Alto Alentejo. Uma abordagem abrangente das lanifícias de outras regiões, e da sua própria articulação dentro do quadro nacional, nunca foi anteriormente realizada. O nosso projeto, ao inventariar e estudar as lanifícias dos distritos de Aveiro, Braga e Porto, procurou colmatar parte dessa lacuna, integrando as lanifícias num quadro nacional e, de certo modo, também internacional (abordamos, por exemplo, as representações das lanifícias nas grandes exposições internacionais).

Este trabalho integrou uma prática metodológica especificamente projetada por nós para o efeito. Confluindo um conjunto de procedimentos que vão desde os sistemas de informação geográfica (SIG), fundamentais para localizar as lanifícias que, em alguns casos, eram até

consideradas perdidas, até às práticas arqueológicas de prospeção no terreno, essenciais para a compreensão da organização espacial das fábricas, do seu percurso cronológico e da sua adaptabilidade tecnológica. Simultaneamente, inscrevemos também na nossa metodologia, uma leitura documental, orientada tanto no sentido mais tradicional historiográfico, mas também num sentido mais dinâmico e inclusivo das práticas da arqueologia documental e da sua dimensionalidade mais humanística, o que permitiu resgatar algumas das microbiografias de agentes do passado que se articularam no percurso das fábricas e do seu território. Entendemos, aliás, que é neste enquadramento da história local e dos episódios em torno da memória das localidades que, muitas vezes, o processo de valorização patrimonial ocorre, ou, pelo menos, é espoletado.

Em súpula, consideramos que o presente trabalho permitiu alcançar avanços muito significativos no conhecimento que até ao momento existia sobre as lanifícias do norte do país. Os contributos, em termos de resultados de conhecimento, são apresentados em cada uma das memórias monográficas das fábricas. No entanto, cremos que a nossa proposta metodológica, isto é, o conjunto de aplicações e procedimentos que desenvolvemos para alcançar os resultados, perfaz, por si, um contributo importante para a ser aplicado e desenvolvido em futuros trabalhos no campo da arqueologia da industrialização.

3. Definição do tema, objetivos e abordagem metodológica

3.1. A indústria lanígera enquanto elemento transformador primordial

Além da alimentação e abrigo, o vestuário é o terceiro requisito essencial para a vida humana (Ramsay 1982:9). Efetivamente, desde a Pré-História que temos evidências materiais da preparação de agasalhos para os seres humanos. No caso concreto da fiação de lã, as evidências arqueológicas datam do VI milénio a. C. (Barber 1991:10-11). Esta presença de fragmentos têxteis, implica a utilização de teares, a máquina mais antiga que a humanidade conhece. O tear, que rapidamente se expandiria para o resto do mundo, existe antes da palavra escrita e antes do surgimento de qualquer civilização antiga. Podemos considerá-lo como o primeiro elemento complexo daquilo a que viríamos a chamar *tecnologia*. O tear e as tecelãs, porque as mulheres foram as primeiras obreiras desta máquina embrionária (Barber 1995:29-30), são, de um modo mais concreto do que metafórico, o primeiro alvor do que se convencionou chamar civilização.

Originalmente, os tecidos produzidos no tear podiam ser divididos em dois grandes grupos de fibras: as fibras vegetais (como o algodão, o linho e o cânhamo); e as fibras animais. A primeira, mais antiga, mas também a mais comum das fibras animais é a lã. Trata-se de uma matéria-prima muito versátil, cuja história está fortemente ligada ao percurso histórico da humanidade¹⁶.

Os lanifícios e os tecidos de lã, enquanto atividade de produção e enquanto mercadoria, também desempenharam um papel central no desenvolvimento económico, especialmente na Europa. Foi, aliás, o próprio Henri Pirenne, pai da História Económica, quem estabeleceu uma relação direta entre as reivindicações dos tecelões de lã da Flandres, no século XIV, e o nascimento do capitalismo moderno. Nomeadamente, a partir da liberalização da produção de tecidos de lã pelas províncias rurais flamengas, desfazendo assim a produção urbana, muito regulamentada e sujeita às normas constringidas das corporações e dos próprios municípios. Não só esta nova tecelagem, a *Sayerterrie* ou *draperie nouvelle*, era livre e desregulada, como se baseava na produção em massa de produtos de menor qualidade

¹⁶ Santo Isidoro agrega na sua entrada *De Lanis* não só os lanifícios, mas todos os restantes tecidos que conhecia: linho, cânhamo e seda, revelando a centralidade da lã enquanto referencial do imaginário têxtil (Lib. XIX-27 2004:1308).

(capas e mantilhas, sobretudo), prescindido das lãs caras inglesas e usando as lãs de Castela, à época, menos cotadas. Esta protoindústria medieval, de produção em massa, barata e contratualizada apenas entre o tecelão e o seu contratante, foi, na opinião de Pirenne, o alvor da *indústria capitalista* (Pirenne 1969:186-87; 188-90)¹⁷.

No plano da industrialização propriamente dita, e do seu arranque em Inglaterra, a indústria têxtil, em particular a indústria lanifícia, precedeu, tal como referimos, o modelo organizacional que poderíamos considerar liberal e o modelo inglês, de *industrial organisation*. Isto é, com uma divisão do trabalho baseada na contratualização entre tecelões e os mercadores trapeiros (*clothiers* ou *clothmen*). Este tipo de organização, posteriormente designada por *domestic* ou *putting-out system*, permitiu a configuração de um mercado altamente concorrencial e competitivo na Inglaterra da segunda metade do século XVI até ao século XVIII (Ramsay 1982:26-27).

Paul Mantoux considera até, na sua análise sobre a Revolução Industrial inglesa, que a indústria lanifícia não só constitui a mais antiga e referencial forma de produção industrial, como é, ela própria, a fonte original da riqueza inglesa, não só desde os primeiros passos medievais, com a chegada à Grã-Bretanha dos artesão flamengos, logo após a conquista Normanda, ou os incentivos e protecionismo do séculos XIV, promulgados por Eduardo III, mas sobretudo a partir do mercantilismo seiscentista, quando a exportação de lãs inglesas atingiu se tornou hegemónica:

«[...] *s'il est vrai, comme le soutiennent, au XVII^e siècle, les théoriciens du système mercantile, qu'une nation soit riche à proportion du numéraire qu'elle possède, et que, pour s'enrichir, elle doive exporter des marchandises contre paiement en espèces, l'industrie de la laine fait la fortune de l'Angleterre.*» (Mantoux 1906:24)

Este quadro de concorrência dentro do setor lanifício pré-industrial inglês permitiu que não só as técnicas de incremento de produção fossem avançando, como promoveu e acentuou a divisão de tarefas - fiação, pisoamento, tecelagem, tintura. Com efeito, os mecanismos mais antigos, isto é, ainda medievais, de preparação têxtil inglesa, os pisões laneiros

¹⁷ Além da indústria lanifícia, Henri Pirenne refere que a produção de tapeçarias, a tecelagem do linho e as fábricas de papel flamengas, ainda no século XIV, secundaram este movimento de desregulamentação, ou liberalização, dos ofícios mesteiros.

hidráulicos, são todos da região envolvente da grande Manchester, Oldham, Rochdale, Saddleworth and Tameside (Nevell 2008a:39), precisamente um dos vários eixos de onde arrancaria a chamada Revolução Industrial¹⁸. A par das inovações tecnológicas, podemos associar ao setor lanígero o próprio desenvolvimento das vias de comunicação, neste caso, estradas, pontes e canais fluviais, infraestruturas inerentemente articuladas com o processo de industrialização:

«The woollen industry was also linked directly with the development of communications: not merely the repair of bridges and roads, purposes for which London merchants of the sixteenth century sometimes bequeathed money, but also the improvement of river navigation.» (Ramsay 1982:68)

Ao mesmo tempo, acrescentaríamos que os excedentes gerados pela citada *organização industrial* inglesa, sobretudo já na transição do século XVII para o XVIII, permitiram somar ao caldo cultural de inovação, o capital necessário para o investimento na tecnologia, na invenção (Nevell 2008b:97-99). De referir que, nesse sentido, a invenção e tecnologia foram particularmente estimuladas pelo inovador sistema de patentes em Inglaterra, que premiava a inovação, em detrimento do secretismo (Rosen 2012:235-37). Esta multicausalidade de fatores sintetiza as três pré-condições necessárias propostas por Buchanan, que levaram ao desenvolvimento da Revolução Industrial (Buchanan 1972:38-40):

1. Existência de um grupo social preparado para considerar a inovação de um modo sério e comprometido;
2. Existência de uma necessidade que possa ser suprida por tecnologia;
3. Existência de recursos sociais: capitais, materiais e mão de obra qualificada.

Assim, ainda que possamos integrar neste quadro as outras atividades têxteis, nomeadamente os linhos e, sobretudo a partir do final do século XVII, a produção de fustões de algodão (Nevell 2008a:33), os lanifícios constituem-se como um dos setores inaugurais do processo de industrialização inglês, o que, na prática, significa falar do arranque industrial no sentido global do termo. Simultaneamente, ainda que não tenha sido desenhada exclusivamente para o setor dos lanifícios, a primeira lei de proteção do trabalho infantil e

¹⁸ Cabe aqui referir que os pisões de azenha, isto é, movidos por rodas hidráulicas, são conhecidos na Europa Ocidental desde, pelo menos, o século X, em Itália; em Portugal são registados também desde a Idade Média, com um destaque particular para os pisões em Beja, no século XV, precisamente para indústria lanifícia (Sequeira 2014:43-44).

de obrigatoriedade de instrução dos operários menores de idade, o *Factory Act* de 1833, de lorde Althorp, foi dirigido para a indústria têxtil (Jones 2006:130-31).

A importância histórico-económica do setor dos lanifícios foi cristalizada nas seguintes palavras de John Munro:

«No form of manufacturing had a greater impact upon the economy and society of medieval Europe than did those industries producing cloths from various kinds of wool.» (Munro 2000:1)

Do ponto de vista patrimonial, ou seja, já numa perspetiva de valorização do património da industrialização relacionado com os lanifícios, há também alguns elementos precursores a assinalar, nomeadamente a resiliência, a *astounding stamina* referida por Hudson, precisamente a propósito das fábricas lanifícias. Uma robustez construtiva, nomeadamente pela necessidade técnica de resistência ao fogo, que permitiu a estas fábricas uma readaptação constante a outras funções, nem sempre obrigatoriamente industriais (Hudson 1979:162). Assim, as fábricas de lanifícios constituem, de um modo geral, exemplos de reutilização do património. Só no caso português, o qual retomaremos, temos os exemplos, já citados, do *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, na Covilhã, ou o *Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave*, em Famalicão, cujas instalações são antigas fábricas lanifícias, no primeiro caso a Real Fábrica dos Panos setecentista, no segundo caso, antiga *Fábrica Lanifícia do Outeiro, Lda.*, do início do século XX. Ou mesmo outros exemplos, como as câmaras municipais do Fundão e de Portalegre, ambas instaladas também em antigas Reais Fábricas lanifícias, do século XVIII.

Nos exemplos que apresentaremos na amostragem do nosso caso de estudo, a resiliência e readaptação das estruturas fabris dos lanifícios, ainda que nem sempre perceptíveis, também está presente. A capacidade de transformação parece, aliás, a mais permanente característica destas estruturas.

3.2. Seleção e justificação do tema

A indústria lanifícia, enquanto objeto de estudo, pode ser usada como exemplo de aplicação dos novos conceitos e práticas da arqueologia industrial. A prevalência e dimensão histórica deste setor, desde o protecionismo da manufatura até ao século XX, incutem-lhe uma dimensão de modelo dentro da história da tecnologia e da economia (Pereira 1998:575-94).

Ao mesmo tempo, a sua dimensão material marca também os impactos no território e nas comunidades. Nomeadamente as formas como a industrialização moldou os processos de passagem, ou até mesmo de convivência, entre a dimensão rural das regiões e a indústria. Isto é, aquilo que Sauer definiu como extensão da *morfologia*¹⁹ na paisagem cultural, desde a inscrição dos elementos humanos na natureza, até aos seus impactos na mesma e na forma como a vemos (Sauer 1996). Ou, como referiu Paul Mantoux há mais de um século, os efeitos da fábrica não são apenas de ordem económica, são também de ordem social:

«*Mais ses effets* (da produção fabril) *s'étendent à l'ordre économique tout entier, et par suite à l'ordre social, que dominant les conditions d'accroissement et de répartition des richesses.*» (Mantoux 1906:2)

Contudo, nem toda a produção lanígera pode ser considerada produção industrial em ambiente de fábrica. A produção doméstica, ainda que determinante no processo de global de industrialização (Palmer 1994:135-56), não compreende a definição tradicional de fábrica. Ou seja, nem todas as unidades de transformação de matéria-prima em mercadoria podem ser classificadas como *fábricas*. Assim, se num primeiro relance a produção doméstica tradicional, ou mesmo a produção manufatureira pré-industrial poderiam ser inerentemente desclassificadas enquanto elementos industriais, a realidade é que os critérios de inscrição, enquanto unidade industrial, nos meados e finais do século XIX, nomeadamente nos inquéritos industriais de 1881 e 1890, nem sempre são claros, ou mesmo homogéneos. Na verdade esses critérios variam, por exemplo, de região para região, dentro dos mesmos inquéritos.

Deste modo, o nosso ponto de partida para a seleção da amostragem de estudo são os inquéritos industriais de 1881 e 1890. Dois documentos que, ainda que desiguais, poderão ser considerados os primeiros esforços portugueses, mais ou menos sistemáticos, de levantamento estatístico da indústria nacional²⁰. Neste sentido, cabe aqui definir

¹⁹ Carl Sauer opta por definir conceitos próprios para a geografia humana, em detrimento do recurso a conceitos *emprestados* de outras áreas. Neste exemplo, *morfologia da paisagem*, no caso concreto da sua extensão cultural/humana, é uma cunhagem sua, de 1925, que pretende especificar o conceito genérico de *human ecology*, utilizado pela Biologia (uma tradução mais interpretativa verteria *ecology* para *ecossistema*, e não literalmente para *ecologia*).

²⁰ Em termos metodológicos, analisaremos, enquanto ressalva, os inquéritos industriais anteriores a 1881.

previamente quais os conceitos de *indústria* e de *fábrica* em aplicação no âmbito do nosso escopo.

A sistematização dos critérios de definição de indústria e de fábrica foi já proposta por diversas vezes, nomeadamente por Jorge Custódio e Luísa Santos (Custódio & Santos 1990:539-45), num exercício que nos poderá servir de referência, até porque faz parte de um debate que nunca chegou exatamente a ter continuidade na bibliografia portuguesa.

Esse exercício de síntese tem por base o referencial do pensamento industrialista clássico, nomeadamente Andrew Ure, Karl Marx e Paul Mantoux. É precisamente regressando diretamente a esses autores que desenvolveremos, sob a nossa leitura direta, uma síntese crítica dos contributos de cada um deles para a definição dos conceitos.

Uma das primeiras definições contemporâneas de sistema fabril, enquanto processo de produção, integrado numa estrutura industrial, é, precisamente, de Andrew Ure, que, ainda em 1835, estabeleceu algumas linhas fundamentais para distinção entre sistema de produção fabril e outras organizações produtivas:

«The term Factory System, in technology, designates the combined operation of many orders of work-people, adult and young, in tending with assiduous skill a series of productive machines continuously impelled by a central power. This definition includes such organizations as cotton-mills, flax-mills, silk-mills, woollen-mills, and certain engineering works. But it excludes those in which the mechanisms do not form a connected series, nor are dependent on one prime mover. [...] in its strictest sense (the Factory System), involves the idea of a vast automaton, composed of various mechanical and intellectual organs, acting in uninterrupted concert for the production of a common object, all of them being subordinated to a self-regulated moving force.» (Ure 1835:13)

Ure, além de definir o sistema produtivo fabril por oposição ao sistema doméstico, com a concentração de diferentes atividades no mesmo complexo, cuja maquinaria é movida por uma unidade central de energia, faz também uma distinção entre *factory system* e as oficinas de produção separada. Isto é, unidades sem dependência da mesma central de energia (*prime mover*). Dentro destas categorias, Ure insere, por exemplo, as tinturarias, as oficinas de ferreiro, fundições, entre outros espaços produtivos semelhantes. Simultaneamente,

propõe-nos que o *sistema fabril* só possa ser restritamente entendido enquanto cadeia de produção automática contínua entre máquinas e seres humanos (os *intellectual organs*), e tenha como fim a produção de um determinado objeto.

Ainda que inaugural, a proposta de Ure de definição de *factory system*, e a própria unidade fabril, enquanto entidade contemporânea, comporta os elementos chave essenciais para as definições que se lhe seguiram. De facto, a revisão imediata dos seus conceitos foi elaborada logo por Karl Marx. Em *O Capital*, Marx enceta o seu subcapítulo (o IV, do Capítulo XV, *Mecanismos e Grande Indústria*) sobre a *fábrica* com as premissas de Andrew Ure, todavia, fá-lo, obviamente, num sentido crítico.

Observando a aparente contradição de Ure quando inicia a sua passagem pela definição de atividade fabril como sendo uma *operação combinada de diferentes ordens de trabalhadores, adultos e crianças, que operam continuamente uma série de maquinaria produtiva*, para, logo no final do mesmo parágrafo, sintetizar referido que a definição de *fábrica envolve a ideia de um vasto automatismo, composto por vários órgãos mecânicos e intelectuais, que agem ininterruptamente no sentido da produção de um determinado objeto*, Marx considera que Ure dilui o conceito social dentro da cadeia da fábrica. Essa diluição está na transformação de os *trabalhadores, adultos e crianças*, em mero *órgão intelectual* articulado com os *órgãos mecânicos*. Ou seja, para Marx, Ure nivela os trabalhadores, enquanto órgãos conscientes, com a maquinaria, órgão inconsciente, e que ambos estão submetidos ao mesmo ritmo marcado pela unidade motriz de energia, o que contribui para a desumanização do trabalhador (Marx 1875:181-82).

Compreendendo a ressalva de Marx face a Ure, sobretudo como sendo a sua forma de abrir, o debate sobre a questão do valor do trabalho e da sua centralização no operariado, consideramos que a definição geral de *fábrica*, do ponto de vista da estrutura material, mantém-se essencialmente igual. No entanto, na perspetiva da definição alargada de *fábrica* enquanto unidade do processo global de industrialização, Marx culmina os elementos constituintes da cadeia produtiva (energia → maquinaria → operário) com a cúpula organizativa das forças de investimento, o capital e o seu enquadramento em toda a conjuntura social, designada por *superestrutura* na sua *Critique de l'économie politique* (Marx 1875:32).

Com a inserção de um novo nível organizativo no conceito de fábrica, o nível de cúpula ou gestão, podemos agora alargar a nossa nomenclatura do trabalho no contexto da fábrica para: *mecânico, operário e intelectual*²¹.

Esta abordagem estratigráfica do conceito de fábrica, que vai das primeiras premissas horizontais ureanistas para a compreensão vertical marxista, foi cristalina e eloquentemente sintetizada por Paul Mantoux logo na sua introdução, abordando a passagem do sistema de oficinas, a manufatura tradicional, para o sistema fabril²².

De acordo com Mantoux, a passagem da produção com base na força muscular irregular dos seres humanos para *des forces motrices inanimées : forces naturelles comme celle du vent ou de l'eau courante, forces artificielles comme celle de la vapeur et de l'électricité*, assinala o nascimento do sistema fabril e da sua central de energia. E é a energia, literalmente a energia sem alma, quem domina o poder humano, fazendo do operário mais uma engrenagem, dentro da engrenagem: *rouages parmi les rouages* (Mantoux 1906:2).

Esta cremalheira quimérica, simultaneamente mecânica e humana, é, toda ela, envolvida pela cúpula. O princípio e o fim de todo o processo, que é a lei fundamental do capital: o lucro e a produção constante. Paul Mantoux vai ainda um pouco mais além, destapando e apresentando aquilo que ele considera ser o monumento central de todo o processo industrial, a *fábrica*:

«Le monument caractéristique qui contient dans ses murs le matériel de la production moderne et qui en exprime en traits visibles le principe même, c'est la fabrique, la fabrique avec ses vastes ateliers que traversent les courroies ou les fils de transmission, distributeurs de force, avec l'outillage mécanique puissant et délicat qui la remplit de son mouvement, avec le travail hâtif de sa population

²¹ Aqui, o conceito de categoria *intelectual* na organização fabril é distinto do conceito de *intelectual organs* de Andrew Ure, referido anteriormente. Ure usa esta expressão para designar o trabalho humano geral na operação da maquinaria, não no sentido da gestão empresarial da fábrica.

²² Ainda do ponto de vista do tratamento dos significados e da sua importância para a definição e compreensão de conceitos, é importante notar que *manufatura* mantém, na língua portuguesa, o seu significado original - a produção feita manualmente. No entanto, na língua inglesa, *manufacture* exprime exatamente o oposto - a produção feita mecanicamente. Curiosamente, em relação ao seu significado na língua inglesa, Andrew Ure refere, logo na frase de abertura do primeiro capítulo, que *manufacture is a word, which, in the vicissitude of language, has come to signify the reverse of its intrinsic meaning* (Ure 1835:1). Destacamos, por isso, a objetividade da expressão *complexo maquinofatureiro* proposto por Jorge Custódio (Custódio and Santos 1990:540).

disciplinée, que les machines semblent entraîner dans leur rythme haletant.»

(Mantoux 1906:2)

Ainda que seja de um ponto de vista metafórico, algo resignado até, Mantoux imprime ao espaço da fábrica, ao seu corpo físico, a sua primeira dimensão patrimonial que nos importará analisar ao longo de todo o nosso estudo.

Em sùmula, podemos resumir este introito conceptual como uma sequência de três movimentos complementares, entre as premissas de Ure, Marx e Mantoux: a fábrica como uma abóbada de energia, maquinaria e trabalho humano, cuja pedra de fecho é o capital.

Deste modo, podemos agora retomar a sintetização dos elementos identificadores da fábrica, sugerida por Jorge Custódio e Luísa Santos, e concretizada nos seguintes pontos (1990:539-45):

1. Existência de uma unidade central de energia;
2. Reunião de mecanismos simples em complexo maquinofatureiro;
3. Instalação de máquinas operadoras para substituição parcial do trabalho humano;
4. Integração do trabalho mecânico com o trabalho operário e do operário com o intelectual;
5. Existência de um empresariado dinâmico.

Tendo em consideração estas premissas conceptuais, bem como os critérios enunciados, regressemos aos documentos de base para a nossa seleção: os inquéritos de 1881 e de 1890.

Apesar de haver produção estatística industrial anterior a 1881 (tema, aliás, que retomaremos na secção metodológica), a seleção destes dois inquéritos específicos prende-se com o facto de serem, na verdade, os primeiros documentos realmente exaustivos, ainda que desiguais, com uma vertente de inquérito direto e visita às fábricas. Neste sentido, o Inquérito Industrial de 1881 tem sido considerado como o primeiro documento do género, verdadeiramente estatístico (Magalhães 1988:112).

A génese de produção do inquérito de 1881 remete-nos para o mês de junho daquele ano. Assim, no âmbito da preparação e coordenação das ações do *Inquerito Industrial*, o chefe da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Flórido Adolfo F. da Mouta e Vasconcelos, ensaiava um critério de definição restrita de indústria, a adotar no inquérito:

*«No sentido restricto a palavra “industria” contrapõe-se ás palavras agricultura e commercio, significando tão sómente o facto de se tomarem os productos das mãos do primeiro productor, impondo-lhes transformações sucessivas por meios de processos chimicos ou mechanicos.»*²³

Ao mesmo tempo, Mouta e Vasconcelos acrescentava a necessidade de o inquérito englobar a pequena indústria e a doméstica:

«Em um paiz como o nosso, em que a grande industria relativamente pouco avulta, não me parece conveniente que, dado o facto de um inquerito, se não recolham informações sobre a pequena industria, e até sobre a industria caseira. E por isso julgo que o questionario tambem deve ser enviado aos representantes d’essas industrias.»

Ainda que não sejam sempre rigorosos na definição de critérios de separação entre indústria doméstica e indústria de escala, propriamente dita (o referido *Factory System* proposto por Ure), podemos perceber que, em ambos os inquéritos, transparecem subliminarmente alguns critérios gerais de distinção, ainda que nem sempre aplicados a todas as regiões do país, e que podemos sistematizar do seguinte modo:

1. **Separação entre produção manual e produção mecanizada;**
2. **Laboração em instalações próprias, i. e., fora de ambiente doméstico;**
3. **Concentração das diferentes etapas de produção na mesma fábrica.**

Neste último critério, não deixa de ser reveladora a expressão *fábricas completas de fiação, tecelagem e ultimação*, na contagem das fábricas da Covilhã, contrabalançando com as *fábricas incompletas*²⁴. Ainda que algo incipiente, nomeadamente pelo facto do conceito não ter sido alargado a todas as regiões do inquérito, a separação entre unidades *completas* e unidades *incompletas* permite-nos distinguir as fábricas, neste caso, onde os processos essenciais da produção eram operados (fiação, tecelagem e ultimação), das oficinas mais especializadas, que poderiam ser simples equipamentos (inclusivamente espaços domésticos) onde apenas se fizesse a triagem e lavagem das lãs, tal como também as tinturarias e os pisões. Todavia, esta definição tripartida de *fábrica completa* levantou-nos

²³ *Documentos sobre o Inquerito Industrial de 1881*, 1881: 12-13; 15-16.

²⁴ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 183.

um outro problema, que é a identificação de unidades que, não sendo simples oficinas monoprocessuais, integrariam, pelo menos, as duas operações basilares da indústria têxtil: a fiação e a tecelagem. Esta destriça, como veremos, torna-se mais clara no inquérito de 1890.

Assim, de acordo com estas fontes, existiriam em todo o território nacional, em 1881, 198 fábricas de lanifícios. Só na Covilhã, são-nos apresentadas 72 fábricas, especificadas com o nome social e data de fundação, mais 55 outras fábricas, tomadas em conjunto e definidas como *diversas fábricas pequenas*; todavia, deste universo de 127 unidades, apenas 17 são consideradas *completas*, com fiação, tecelagem e ultimação, ao passo que as restantes (que também são 55, isto é, 72-17)²⁵ são consideradas *incompletas*.

Por seu turno, no documento de 1890, são já registadas 93 fábricas, mais 577 pequenas indústrias. Este aumento não deve ser entendido como literal, ou até mesmo rigoroso. Como temos referido, os critérios são ambivalentes, não só de um inquérito para o outro, mas também em termos internos. Assim, a comparação entre os inquéritos resulta imperfeita e deve ser feita com as devidas reservas (Caetano 1986:324-26), daí a reformulação dos critérios de *fábrica completa* e *fábrica incompleta* terem sido afinados de três processos de produção, para apenas dois.

Outra razão para o aumento de unidades fabris de 1881 para 1890 prende-se também com a exaustão deste último inquérito, por oposição ao anterior. A realização do Inquérito de 1881 foi bastante apertada tanto em termos cronológicos como de meios humanos e financeiros. Os delegados, nomeadamente nos distritos do Norte, tiveram pouco mais de dois meses para realizarem as suas visitas. Nesse processo, algumas fábricas acabariam por não ser visitadas, ou nem foram mesmo conhecidas. Um desses exemplos faz parte, inclusivamente, da nossa amostragem, trata-se da fábrica do barão da Trovisqueira, em Riba

²⁵ Destas fábricas, os delegados afirmam ter visitado pessoalmente apenas 68. A discrepância entre as 17 fábricas completas num universo de 127, prende-se com o facto das restantes 55 unidades discriminadas (por oposição às 55 oficinas inscritas em conjunto) não possuírem as três operações *completas* - fiação, tecelagem e ultimação, mas apenas a fiação e tecelagem. Esta situação ambígua do Inquérito de 1881 já não surge em 1890, em que o critério de inscrição se tornou mais explícito, na nomeação de *fiação e tecelagem* apenas. Assim, consideramos, na nossa contagem, as unidades com as duas operações como sendo já *fábricas* (*Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881, pp. 181-83).

de Ave (Vila Nova de Famalicão) que já laborava aquando das visitas ao distrito de Braga, mas que acabou por não ser inscrita no inquérito, passando literalmente ao lado do percurso dos delegados.

Em todo o caso, houve grandes núcleos industriais de lanifícios que só viriam a ser fundados depois de 1881, é o caso, por exemplo, da *Peig, Planas & Cia.*, de Coimbra, inaugurada em 1888²⁶.

Ao mesmo tempo, ainda que no inquérito de 1890 surja, esporadicamente, a designação de *pequena indústria* para nomear as unidades com poucos trabalhadores, o número médio diário de operários nas instalações não deverá ser visto como um critério de divisão entre as formas industriais e as formas domésticas de produção. Essa situação torna-se clara num caso muito particular nos distritos do Norte. Trata-se da *indústria* de cobertores e baetões, dos lugares de Alvarelhos e Guidões, no atual concelho da Trofa (à época concelho de Santo Tirso), no distrito do Porto. De acordo com este inquérito industrial, existiam nessas duas povoações rurais 30 oficinas lanifícias, agregando, entre elas, um total de 340 operários. Contudo, não há referência a um único motor na região, incluindo rodas hidráulicas, e todos os 60 teares registados eram manuais. Este fenómeno demonstra que, neste caso, a simples produção doméstica foi registada como *pequena indústria*, quando, em termos rigorosos, não se poderá enquadrar nos critérios adotados noutras secções do mesmo inquérito²⁷.

A inclusão no documento de 1890 dos polos artesanais de Alvarelhos e Guidões, povoados rurais, mas, ainda assim, já servidos pela estrada real e pela ferrovia, integradas nas ligações Porto-Braga, é, pois, excecional. Núcleos semelhantes noutros pontos do país são simplesmente omitidos ou citados em conjunto, sem especificações estatísticas. As razões para tal não ter acontecido neste caso concreto estarão, seguramente, relacionadas com políticas fiscais dos concelhos, interessados, desde 1867, em cobrar as contribuições municipais industriais (Serra 1988:1042-44). Simultaneamente, a localização de Alvarelhos e Guidões, próximos da cidade do Porto e com um acesso relativamente fácil a partir da via férrea, terá facilitado a distribuição e recolha dos formulários do inquérito, pelos delegados

²⁶ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 394.

²⁷ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume IV (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 456-457.

locais. O mesmo já não terá acontecido em localidades mais isoladas do interior, sobretudo em Trás-os-Montes, onde alguns núcleos artesanais semelhantes a Alvarelhos e Guidões não foram considerados²⁸.

Independentemente das razões das disparidades entre os inquéritos de 1881 e de 1890, o que transparece como pano de fundo é a diferença na distribuição da indústria lanífrica dentro do território português. As áreas de maior concentração e prevalência do setor localizam-se no centro de Portugal, mais especificamente nas antigas províncias da Beira Baixa, Cova da Beira e Alto Alentejo, correspondendo, grosso modo, aos distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre, que foram a charneira da indústria lanífrica nacional.

Esta dispersão geográfica reflete-se de igual modo na produção científica de abordagem à indústria lanífrica portuguesa. Isto é, os grandes trabalhos monográficos, historiográficos, e de levantamento arqueológico e patrimonial, bem como a própria inventariação do legado desta indústria, concentram-se, naturalmente, sobre os exemplos mais impactantes do centro e sul de Portugal. É, como vimos, o caso da *Rota da Lã - Translana / Ruta de la Lana*, cujo escopo de inventariação georreferenciada se centra nos distritos precisamente da Guarda, Castelo Branco e Portalegre (Pinheiro 2009).

Simultaneamente, a reduzida, ainda que não menos impactante, indústria lanífrica no Norte de Portugal, concretamente em Aveiro, Braga e Porto, encontra-se sub-representada a nível de produção académica, nomeadamente do ponto de vista arqueológico. Assim, são precisamente as lanífricas desses distritos, a base da nossa amostragem e respetivo objeto de estudo.

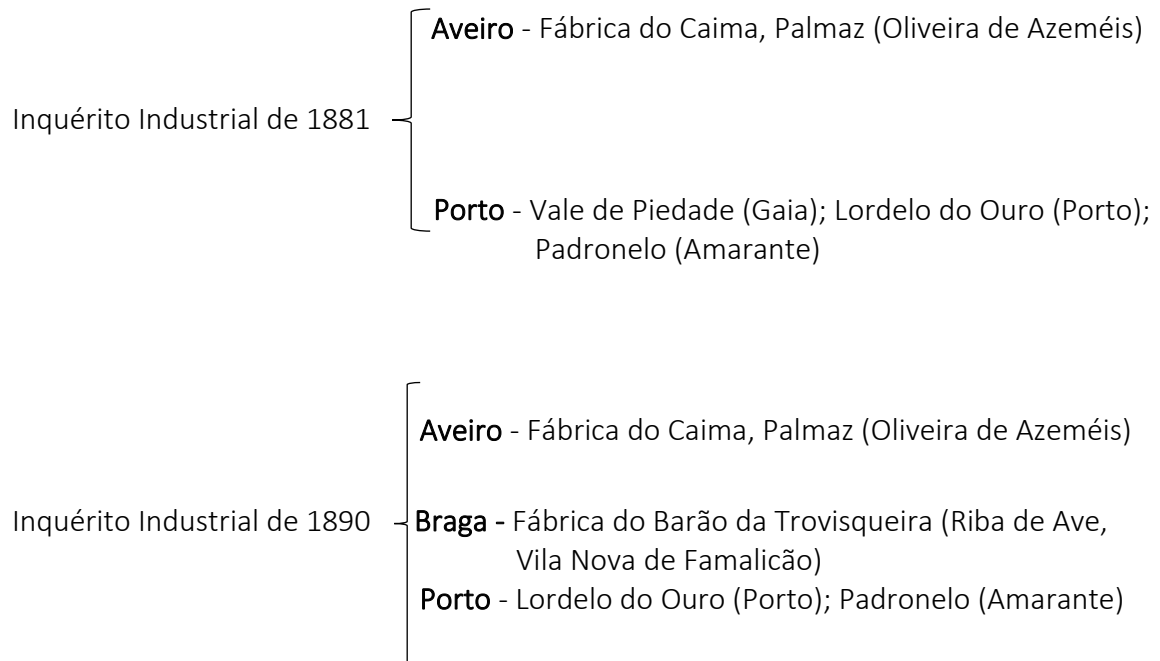
Em termos da nova organização territorial, de 2013 (INE 2015), todas as fábricas estão inscritas na chamada *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos* NUT II, *Norte*. E nas subdivisões NUT III *Ave* (a fábrica de Riba de Ave), *Tâmega e Sousa* (Padronelo)

²⁸ No caso dos lanifícios, por exemplo, em todo o distrito de Bragança, o inquérito de 1881 identifica e visita apenas uma fábrica, em Torre de Moncorvo (*Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881, 67); no inquérito de 1890, por exemplo, há a menção não discriminada de oficinas domésticas em Bragança, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro, enquanto que a fábrica de Torre de Moncorvo, na altura reinstalada no Felgar, continua a ser a única unidade registada estatisticamente (*Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 259).

e *Área Metropolitana do Porto* (Lordelo do Ouro, Vale de Piedade e Palmaz, esta última no concelho de Oliveira de Azeméis)²⁹.

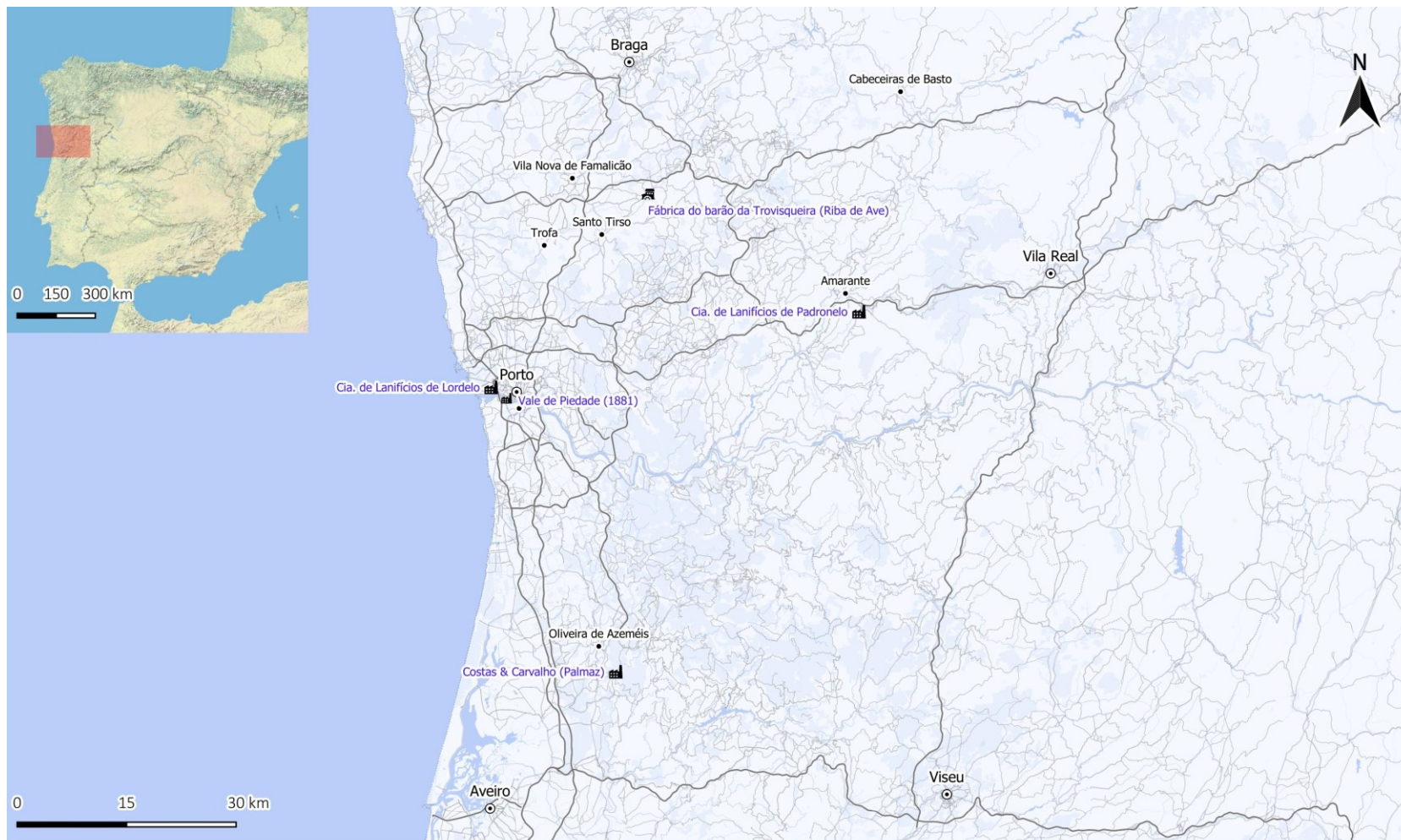
²⁹ Apesar de tradicionalmente fazer parte do distrito de Aveiro, o concelho de Oliveira de Azeméis está inscrito, em termos de organização estatística, na Zona Norte, na nova subdivisão NUT. Este concelho pertence, portanto à NUT II, *Norte*, e à subdivisão NUT III, *Área Metropolitana do Porto*. Esta NUT III, engloba outros concelhos de Aveiro para além de Oliveira de Azeméis, nomeadamente Arouca, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra e Espinho, cujas estruturas socioculturais e geoambientais são características do Norte Litoral. Ao mesmo tempo, a subdivisão NUT III, *Região de Aveiro* (NUT II, *Centro*) engloba precisamente os concelhos nucleares do antigo distrito de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Mesmo do ponto de vista da administração eclesiástica, as paróquias de Oliveira de Azeméis são administradas, atualmente e historicamente, pela diocese do Porto, por oposição à diocese de Aveiro.

Deste modo, as fábricas de lanifícios inscritas nos inquéritos de 1881 e 1890 nos distritos de Aveiro, Braga e Porto são, respetivamente (mapa 1):



Estas cinco unidades (Caima, Vale de Piedade, Lordelo do Ouro, Padronelo e Riba de Ave) são as únicas inscritas nos inquéritos industriais em apreço. Aliás, três das unidades, só se encontram referenciadas precisamente nestes inquéritos: Caima, em 1881 e 1890; Vale de Piedade, apenas em 1881; e Riba de Ave, apenas em 1890. As fábricas de Lordelo do Ouro e de Padronelo, as maiores e mais longevas unidades, são referenciadas em documentações prévias, ou *protoinquéritos*, nomeadamente nas *Actas da Comissão de Inquerito* de 1865³⁰.

³⁰*Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 220-221.



Legenda

- | | |
|---|------------------------|
| Pequenas unidades hidráulicas com menos de 20 operários | • Concelhos |
| Unidades com 20 a 100 operários | ○ Capitais de Distrito |
| Unidades com 100 a 200 operários | |

Mapa 1 - Distribuição das lanifícios da amostragem (©MBPastor).

Em relação à documentação anterior aos inquéritos em análise, os manuscritos e os *mappas das fabricas* da primeira metade do século XIX (Cordeiro 2002, 2003), o único exemplar da nossa amostragem inscrito é a fábrica de Lordelo do Ouro, sendo, deste modo, o exemplar mais antigo e mais referenciado na documentação. Na nossa abordagem à fábrica de Lordelo do Ouro, integramos também uma memória de uma outra instalação lanifícia prévia de Lordelo, a fábrica *Martins, Arantes e Martins*, de cujo referencial elementar (nomeadamente cronológico) era pouco conhecido até ao nosso estudo.

A própria errância da descrição das fábricas nos diferentes inquéritos e *protoinquéritos* confere-lhes características contextuais muito diferentes. Cada uma das unidades possui um cariz de exemplaridade, ou modelo, específico, que servirá para ilustrar as diferentes vertentes materiais, dimensionais, históricas e demais especificidades, tal como os destinos de cada unidade depois do processo de desindustrialização³¹. Contudo, como referimos, o manancial de informação documental sobre cada uma das fábricas da amostragem é muito desigual. Ou seja, os resultados finais das monografias que elaboramos para cada uma das fábricas são muito díspares, porquanto conseguimos recolher bastante informação para a fábrica do barão da Trovisqueira, por exemplo, outras unidades, como a própria fábrica de Padronelo, têm muito menos dados documentais disponíveis nos acervos consultados.

Ao mesmo tempo, nenhuma das cinco fábricas, ainda que não sendo inteiramente desconhecidas, foi objeto de qualquer tipo de levantamento monográfico de fundo. Mais, em alguns dos casos, nomeadamente em Riba de Ave e em Vale de Piedade, a própria existência material da fábrica era considerada como perdida, o que, verificaremos, não é inteiramente verdade, visto termos localizado não só a sua implementação original, como também os seus remanescentes materiais.

Assim, não só pelas suas exemplaridades, mas também pelo relativo desconhecimento em torno destas unidades fabris, entendemos que a presente amostragem pode servir de ponto de partida para alguns esclarecimentos e contributos para o estudo da indústria lanifícia e,

³¹ É de referir, desde já, que nem todos os exemplares foram desindustrializados. A fábrica de Padronelo, em Amarante, ainda se mantém como unidade funcional, embora não lanifícia (é uma fábrica de produção de urnas funerárias) e a fábrica de Riba de Ave também continua a ser usada como armazém industrial.

por inerência, o conhecimento das práticas e particularidades da industrialização numa área geográfica de menor tradição no setor.

3.3. Objetivos do trabalho

Objetivos Gerais:

Contribuir para uma definição de premissas metodológicas de registo, análise e interpretação do edificado desta tipologia, com base em critérios da arqueologia da industrialização e dos estudos de património.

Fixar parâmetros de valorização e de intervenção patrimonial para o conjunto dos casos estudados. Sugerir aplicações específicas para subcategorias pré-definidas, tendo por base os princípios de trabalho interdisciplinar, aproximando as dimensões materiais da história e da arqueologia, com as dimensões da antropologia e da sociologia.

Divulgar e valorizar o património comunitário da amostragem associado à industrialização.

Objetivos Específicos

Documentar e traçar fichas arqueológicas e historiográficas para as infraestruturas, integrando aqui não só o seu passado de laboração original, mas também o seu percurso, desde a desindustrialização até aos nossos dias. Considerando criticamente as variantes dos três grandes destinos tradicionais: demolição, ruína ou reutilização (relevando o conceito de palimpsesto, ou de reutilização permanente, mesmo em setores distintos). Garantir a salvaguarda da informação contida nos vestígios físicos (em muitos casos, prestes a desaparecer), a partir do seu registo.

Sistematizar a recolha de informação num catálogo detalhado, que inclua cada uma das cinco lanifícias inscritas nos inquéritos industriais de 1881 e 1890 nos distritos de Aveiro, Braga, Porto. Identificar e registar espacialmente os vestígios estruturais das fábricas e seus complexos, recorrendo a georreferenciação em ambiente SIG.

Relevar e compreender as dinâmicas de articulação material (nomeadamente as suas soluções arquitetónicas e tecnológicas para a produção) das fábricas com as suas envolventes territoriais, paisagísticas, tanto social, como natural. Como orientação de fundo,

procuramos integrar as redes viárias, os canais de abastecimento e escoamento de energia, matéria-prima e mercadorias, bem como as dinâmicas de mobilidade espacial da mão de obra, bem como de transferências conhecimento tecnológico.

Por fim, é também um objetivo definir subcategorias tipológicas para os casos em estudo a partir do catálogo, agrupando os objetos registados nessas subcategorias.

3.4. Fontes e Metodologia

No que diz respeito à abordagem metodológica, a nossa primeira premissa foi o princípio da interdisciplinaridade³². A complexidade em torno das diferentes dimensões da industrialização, transposta concretamente para a nossa amostragem, implica o desenho de um aparato metodológico contributivo e diversificado. Isto significa que o estudo e reconhecimento das infraestruturas, a sua localização e registo, deve ser cruzado com os contributos e com as metodologias de outras ciências, nomeadamente a arqueologia, a história, a sociologia, mas também a arquitetura e a geografia.

Desta forma, podemos definir as etapas e os processos de produção da dissertação em dois grupos principais: o primeiro, o mais extenso e, também, mais estruturante, diz respeito à investigação propriamente dita. É neste departamento que desenvolveremos cada um dos aspetos metodológicos efetuados na realização da investigação; o segundo grupo, mais enquadrado no plano formal da organização dos conteúdos, centra-se numa análise e justificação da produção e apresentação dos resultados. Resumidamente, este segundo departamento reflete algumas considerações formais sobre o discurso expositivo dentro das ciências do património.

³² Sendo uma das características chave em qualquer abordagem atual nas Ciências Humanas, a interdisciplinariedade revestiu-se de um sentido algo pioneiro na arqueologia industrial, nomeadamente destacada por A. Buchanan ainda no início da década de 1970: *the interdisciplinary character of industrial archaeology is one of its delights* (Buchanan 1972:13).

3.4.1. Fontes

3.4.1.1. Fontes escritas

Antes de elencarmos as diferentes fontes e acervos consultados, devemos traçar um *itinerário de consulta de investigação* e enunciar alguns dos elementos que consideramos serem âncoras essenciais, nos quais outros trabalhos futuros se poderão fundear.

Este breve esboço de manual de pesquisa não pretende substituir o referencial bibliográfico existente que tenha já abordado, e trabalhado, os vários acervos documentais disponíveis sobre a indústria lanifícia. Pretendemos apenas sistematizar alguns dados alusivos às principais fontes primárias, sobretudo porque nem sempre existe disponível uma didática metodológica de tratamento de essas fontes, nomeadamente os inquéritos de 1881 e 1890, cuja consulta não é propriamente intuitiva³³. Isto é, para além da análise e síntese de resultados, sentimos ser importante desenvolver um pouco o percurso e as várias estâncias que conduziram até eles, apresentando, ainda nesta secção, um esquema de organização interna dessas fontes, que designamos por *guia*.

Deste modo, no que à documentação escrita concerne, a recolha foi realizada em diferentes tipos de arquivos e repositórios, entre manuscritos, e fontes publicadas, não só periódicos (jornais, revistas, boletins), mas também edições monográficas, relatórios e outros documentos estatísticos, como os inquéritos industriais.

Dentro dos manuscritos, alvarás e demais material arquivístico, os mananciais são muito diversificados, tendo como ponto de partida a documentação da administração central produzida em Portugal desde os meados do século XVI. Especificamente, os regimentos setoriais para os lanifícios, cujo documento de base é o regimento sebástico de 1570, mas sobretudo a sua atualização em 1690, já em pleno ímpeto da manufatura³⁴, bem como a sua revisão pombalina³⁵.

³³ Um exemplo destas dificuldades está, por exemplo, na própria classificação do *Inquerito Industrial de 1890*, cuja disponibilidade em bibliotecas públicas é muito escassa. Conhecemos apenas quatro cópias em todo o país, uma delas, aliás, incompleta. É o caso do exemplar na Biblioteca Pública Municipal do Porto, que tem em falta o segundo volume, *Pescas*, e a descrição da ficha questiona até a eventualidade de este nunca ter sido publicado, o que de facto foi e existe, em cópia condicionada, na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (ficha SE-66/69-7, BNP).

³⁴ *Regimento das Fabricas dos Pannos destes Reynos*, 1690.

³⁵ *Alvará dos Fabricantes de pannos das tres Comarcas, da Guarda, Castello-Branco e Pinhel*, 1759.

Ainda em relação à documentação do Antigo Regime, numa perspetiva da administração central, é particularmente útil e, em vários casos, inédita, a produção avulsa da Junta do Comércio, nomeadamente cartas e processos depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja incidência concreta abrange alguns dos exemplos das fábricas de lanifícios setecentistas da cidade do Porto³⁶. Simultaneamente, a documentação estatística do final do século XVIII (Dias 1954) e início do século XIX, em particular os *mappas das fabricas* que contribuem para este acervo manuscrito (Cordeiro 2002, 2003).

Por outro lado, em termos de produção documental local para o período pré-liberal, as nossas referências são muito localizadas na cidade do Porto, visto que, no contexto da nossa amostragem, apenas a fábrica de Lordelo do Ouro tem fundação anterior à Revolução Liberal de 1820. Neste concerne, a documentação direta disponível identificada está depositada no Arquivo Municipal do Porto³⁷, nomeadamente o traslado de uma provisão régia de 1803, que, de certo modo, legitima a construção e propriedade da fábrica, documentação, aliás, inscrita nos registos da Junta das Obras Públicas³⁸.

Simultaneamente, outras fontes, de cariz particular e demográfico, como registos testamentários e os registos paroquiais de batismo, casamento e óbito, também se revelam particularmente úteis como fontes para o século XVIII e inícios do século seguinte. São acervos documentais que, bem selecionados, podem nos indicar informações suplementares preciosas para a compreensão dos processos de transmissão das estruturas fabris, tais como enquadramento social dos seus quadros administrativos, os processos de migração da mão de obra e até, pontualmente, poderão permitir recolher dados sobre elementos materiais, como equipamentos tecnológicos e mercadoria produzida³⁹.

³⁶ *Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez escrever pelo Seu Secretario aos Executores, e Administradores das diferentes Fabricas, espalhadas pelo Reino, 1772.*

³⁷ Os Arquivos Distritais, nomeadamente o Arquivo Distrital do Porto, têm vários atos notariais de fundações de sociedades industriais remontando ainda a finais do século XVIII, contudo, não localizamos a fábrica de Lordelo do Ouro nessa documentação, apenas o seu licenciamento de obras, em 1803, no Arquivo Municipal do Porto.

³⁸ *Livro de Registo de Obras Públicas e Termos*, 3 de agosto de 1805 (cópia da provisão de 1803), fs. 37-38, A-PUB/5729, AHMP.

³⁹ Como temos vindo a referir, o único exemplo da nossa amostragem cuja fundação é anterior a 1820, é a fábrica de Lordelo do Ouro, no Porto. A localização de vários documentos testamentários, relacionados com personalidades precursoras da indústria lanifícia de Lordelo, permitiu-nos, como veremos, compreender melhor o processo de fundação e, sobretudo, transmissão, de algumas estruturas fabris dadas como desaparecidas antes de 1820.

O advento do liberalismo, em 1820, trouxe, a partir do governo central, uma nova concepção administrativa que produziu, logo desde o início, um corpo de documentação legislativa e estatística que constitui hoje um importante conjunto de fontes historiográficas para o estudo da industrialização. Um exemplo interessante é a já indicada exposição que Joaquim Caetano dos Santos Quintela, apresentou, em 1821, às recém-eleitas Cortes Gerais⁴⁰. O *Breve bosquejo*, de Joaquim dos Santos Quintela, traça uma relevante memória da situação em que se encontrava a indústria lanifícia em Portugal à época. Como documento interpretativo, revela não só um conhecimento técnico importante sobre as dificuldades que a indústria atravessava, como também nos indica importantes informações sobre algumas das fábricas, nomeadamente aquela que ele considerou como sendo pioneira, em Portugal, ou seja, a fábrica de Plácido Lino Teixeira dos Santos, em Lordelo do Ouro, um dos nossos elementos da amostragem.

Ainda no contexto documental do Liberalismo, chamamos a atenção para os registos prediais. Criados por Passos Manuel, em 1836, os registos de propriedade, feitos a partir de delegações locais da Administração Central (Silva 1838:806-9) são uma importante categoria de documentação arquivística. Contudo, os Arquivos dos Registos Prediais e Comerciais, em parte porque se constituem ainda como arquivos vivos, isto é, em uso administrativo diário, nem sempre são considerados nos processos de investigação sobre o edificado industrial. No entanto, estas fontes, cujos registos remontam, como vimos, à década de 1830, são particularmente ricas, não só em termos historiográficos, mas, sobretudo dada a sua característica intrinsecamente descritiva das estruturas. Metodologicamente, como veremos seguidamente, a abordagem a estes conteúdos documentais seguiu um crivo de interpretação muito específico, seguindo de perto as premissas da *arqueologia documental*.

Todavia, no campo da documentação oficial oitocentista, é sobretudo a produção estatística do Estado liberal da *Regeneração* que nos interessará abordar enquanto ferramenta de alcance estrutural para o conhecimento da industrialização em Portugal.

⁴⁰ O *Breve bosquejo da antiguidade dos lanefícios em Portugal, seu progreço, decadencia, ou as causas e dedução de providencias q. percizão* (1821, AHP) é um documento endereçado a João Baptista Felgueiras, primeiro Secretário eleito das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (Cordeiro 2020:341-45).

Assim, o projeto de Fontes Pereira de Melo de criação, em 1852, do *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, (Vasconcelos 1853:383) permitiu uma sistematização, ainda que irregular, de produção estatística industrial, cuja consulta é imprescindível para a compreensão do processo de industrialização portuguesa. Nessa matéria, destaca-se a publicação, logo a partir de 1853, de um documento mensal do Ministério, com a recolha legislativa e estatística dos dados industriais do momento o *Boletim do Ministerio do Commercio e Industria*. Emanado pelas *Repartições de Contabilidade* e pela *Secção de Estatística* do Ministério, o *Boletim*, ainda que só tenha sido publicado até 1864, é o exemplo central da documentação dos primeiros anos da *Regeneração*⁴¹.

Num enquadramento mais específico, a produção dos *Inquéritos Industriais* (incluindo aqui os *mappas* de 1826-39 e os recenseamentos de 1845-46 e 1852-53 e 1860)⁴², nomeadamente os inquéritos publicados, como o inquérito indireto de 1865 e os inquéritos de 1881 e 1890, perfazem um núcleo documental também chave para a nossa abordagem, sendo, aliás, retirado destes dois últimos inquéritos a seleção e definição da nossa amostragem.

Retomaremos, ainda no âmbito metodológico, aos inquéritos industriais impressos da segunda metade do século XIX, nomeadamente, do ponto de vista do seu acesso, enquanto objetos materiais, isto é, enquanto documentos de cariz arqueológico. No entanto, cabe ainda referir sinteticamente aqui as bases estruturais de cada um destes documentos, enquanto guia de consulta, sobretudo porque a estrutura interna de cada um deles é muito particular, e nem sempre de fácil navegação para quem se inicia na investigação da indústria oitocentista portuguesa.

⁴¹ Apesar da importância destas iniciativas governamentais de estabelecer um fluxo permanente de *corpus* estatístico industrial, com vista a organizar uma melhor gestão das políticas de fomento, os seus resultados são pontuais e desiguais. Em parte, porque estas medidas foram sempre muito condicionadas por iniciativas pessoais de chefes de ministério ou de gabinete, que foram organizando, mais ou menos com empenho, as recolhas estatísticas. Exemplo desses casos é José de Torres, chefe da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1860, que, dada a dificuldade em coordenar dados, refere-se à estatística como *quase inútil*.

⁴² Estes primeiros exercícios censitários da indústria no período do liberalismo são bastante irregulares e, em alguns casos, os documentos originais são atualmente desconhecidos. É o que acontece com o *inquérito de 1839*, anunciado por Silva Sanches, ministro do Reino do governo do barão de Sabrosa, último executivo do *Setembrismo*. O *inquerito de 1860*, de Fradesso da Silveira, foi realizado durante cerca de cinco anos, mas tem um alcance geográfico muito limitado, não comportando nem Lisboa, nem Porto, por exemplo (*Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, 1883: XXII-XV).

O primeiro destes inquéritos, um documento produzido pela Comissão de Inquérito instalada no Porto, aquando da Exposição Internacional do Palácio de Cristal, em 1865, e presidida por Fradesso da Silveira⁴³, é um inquérito indireto, efetuado a partir da recolha de entrevistas aos industriais que respondessem a um convite, publicado na imprensa, para se apresentarem no Palácio de Cristal e aí serem entrevistados⁴⁴. O documento pretendia recolher dados objetivos, como o local e ano de implantação dos equipamentos fabris, número de operários, salários, tipo de maquinaria (tal como a sua proveniência), preços e descrição dos processos de fabrico; ao mesmo tempo, são também anotados dados subjetivos, como as necessidades sentidas pelos industriais, em termos de acesso a crédito ou a qualificação e formação de mão de obra. Sendo um inquérito de gabinete, dependente da deslocação dos empresários, e não de delegados da administração pública, o *Inquerito de 1865* é bastante limitado. No quadro da nossa amostragem, por exemplo, são apenas integradas duas unidades, a de Lordelo do Ouro e a de Padronelo. A fábrica de Palmaz, por exemplo, não é referida, ainda que já laborasse desde 1864.

O *Inquerito Industrial de 1881*, organizado mais de um quarto de século depois das entrevistas da Conselho Geral das Alfândegas, é o primeiro inquérito industrial direto realizado em Portugal. Sendo, desta forma, tal como temos vindo a referir, considerado o *primeiro inquérito industrial* (Magalhães 1988:112). Foi concebido para recolher dados estatísticos que permitissem ao governo de Hintze Ribeiro fazer uma renovação mais esclarecida do tratado de comércio com a França de 1866, cujo prazo para prorrogação prescrevia precisamente em 1881. Contudo, o documento final foi muito mais do que uma recolha estatística. Foi, sobretudo, um ensaio censitário sobre o estado da indústria em Portugal naquele momento, e uma coletânea abrangente de relatórios impressionantes resultantes das visitas às fábricas do Reino.

⁴³*Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfândegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865.

⁴⁴O primeiro empresário a deslocar-se às entrevistas no Porto foi José António Teixeira, proprietário da Lanifícia de Arroios, em Lisboa (*Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfândegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade no Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865, p. IV). Foi, aliás, a partir da entrevista a José António Teixeira, bastante informal, que o Conselho Geral desenhou o inquérito padrão para os industriais que se lhe seguissem. Este apontamento, ainda que anedótico, é revelador da forma improvisada como esta estatística foi tratada.

O documento está organizado em cinco tomos, mais dois volumes adicionais:

1. Primeira Parte (1881):

- 1º. Inquérito Indireto, Depoimentos.

2. Segunda Parte (1881):

- 2º. Inquérito Direto, Livro I [distrito de Lisboa (e Setúbal)]⁴⁵;
3º. Inquérito Direto, Livro II (distrito do Porto);
4º. Inquérito Direto, Livro III (distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta, Funchal e Ponta Delgada).

3. Terceira Parte (1882):

- 5º. *Inquérito Indireto, Repartição de Estatística* (integra dados adicionais de várias indústrias, recebidos por correspondência);

4. Volumes adicionais (1881 e 1883):

- 6º. *Resumo do Inquérito Industrial de 1881* (1883) (além de reunir os resumos estatísticos por setores de produção, o *Resumo* é particularmente precioso por fazer uma síntese do *estado da indústria nacional*, incluindo uma resenha histórica dos lanifícios portugueses, como *primeira indústria*; reúne ainda sínteses da *Relaçam das Fabricas, de 1788, do almanak de Lisboa de 1789, do Mappa, de 1814, dos Inqueritos de 1839 e 1852 e 1860*;
7º. *Documentos sobre o Inquérito Industrial de 1881* (neste pequeno volume adicional, vêm reunidos diversos documentos preparatórios do *Inquérito*, nomeadamente os relatórios preliminares de Flórido da Mouta e Vasconcelos, donde se consegue inferir alguma da criterização usada na preparação do documento).

O inquérito, considerado à vez, ora como *um luxo do governo de Hintze Ribeiro* ou uma “*pipineira*”⁴⁶ feita para impressionar (Silva & Garcia 1981:319-25), não deixa de surpreender pela rapidez com que foi elaborado. Desde a produção e envio dos primeiros questionários, em junho, passando pelo decreto que oficializou o inquérito⁴⁷, até às visitas às fábricas, praticamente todas efetuadas em setembro e em outubro, o inquérito ficou completo em cerca de três meses, tendo sido publicado de imediato, no final de 1881.

O processo não esteve isento de erros, falhas e omissões (e até atrasos, muito criticados pela imprensa, sobretudo no Distrito do Porto, cuja comissão era coordenada por Oliveira Martins). Mas mesmo com as suas limitações, o *Inquerito Industrial de 1881* continua a ser um documento fundamental para o estudo e compreensão da industrialização portuguesa,

⁴⁵ O distrito de Setúbal só viria a ser criado em 1926 (*Decreto n.º 12:870*, 1926).

⁴⁶ A expressão *pipineira* (pepineira, isto é, um campo de pepinos, uma expressão pejorativa para designar puerilidade ou brincadeira) foi utilizada na imprensa da época, nomeadamente n’*A Voz do Operário* de 30 de outubro de 1881 (Silva and Garcia 1981:321).

⁴⁷ *Decreto de 7 de julho*, 1881.

não só para o período em que incide, mas também, por via dos relatórios introdutórios dos *Documentos* (volume 7.^o) para todo o século XIX em geral.

O documento seguinte, o *Inquerito Industrial de 1890*, na prática, o último inquérito industrial português completo realizado até 1957-59, é já um *corpus* estatístico bastante exaustivo⁴⁸.

Ao contrário do seu predecessor, o *Inquerito Industrial de 1890* não está dividido em inquéritos diretos e inquéritos indiretos. Apesar de o decreto que o autoriza e define prever visitas às fábricas⁴⁹, o trabalho acabou por ser todo estruturado como *inquérito de gabinete*. Ou seja, toda a informação censitária foi recolhida a partir de questionários distribuídos regionalmente, mas recolhidos e tratados a partir da coordenação geral em Lisboa. Foi realizado entre 1889 e 1890, e publicado no ano seguinte. A sua organização interna, bastante mais simples e esquematizada, reparte-se em cinco volumes⁵⁰:

- 1.^o Volume - Indústrias Extrativas - Minas e Pedreiras;
- 2.^o Volume - *Pescas*;
- 3.^o Volume - Indústrias Fabris e Manufatureiras - Inquérito de Gabinete (distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Leiria);
- 4.^o Volume - Indústrias Fabris e Manufatureiras - Inquérito de Gabinete (distritos de Lisboa, Portalegre e Porto);
- 5.^o Volume - Indústrias Fabris e Manufatureiras - Inquérito de Gabinete (distritos de Santarém, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Funchal).

⁴⁸ É de referir, todavia, alguns protoinquéritos realizados entre 1890 e 1957, como os recenseamentos de 1917 e de 1930 (Caetano 1986:311-13).

⁴⁹ *Decreto de 25 de abril*, 1889: 1-2.

⁵⁰ A produção, organização e resultados do Inquérito Industrial de 1890 não se encontra atualmente muito estudada. As razões para essa omissão no estudo da estatística industrial portuguesa prender-se-ão, no nosso entender, com as circunstâncias peculiares de acesso à própria documentação, tema que desenvolveremos ainda neste capítulo.

Dentro de cada distrito, as diferentes indústrias são organizadas alfabeticamente pelos concelhos onde se localizam, por setor de produção, sendo depois inscritas em mapas com informação estatística para sete rubricas distintas:

1. Capital fixo e circulante, duração do trabalho e número médio de operários e aprendizes empregados por dia
2. Pessoal existente, sua nacionalidade e instrução
3. Retribuição do pessoal
4. Motores
5. Máquinas especiais e aparelhos
6. Matérias primas empregadas no ano de 1889
7. Produção no ano de 1889 e mercado de consumo

Sem a dispersão em várias comissões e subcomissões regionais, e com mais tempo para ser realizado, o inquérito de 1890 permitiu uma recolha exaustiva e sistemática de dados estatísticos quantitativos para a indústria portuguesa no seu tempo. Contudo, não comportou uma visão mais interpretativa e qualitativa sobre esses mesmos dados, nomeadamente no que concerne a considerações sobre condições de trabalho, opiniões e entrevistas com empresários e operários, ou outros elementos de natureza sociológica que, para todos os efeitos, enriqueceram, do ponto de vista atual, o inquérito de 1881, mas não existem no inquérito de 1890.

Para o caso geral da indústria têxtil e, concretamente, a indústria lanifícia, cabe ainda referir uma importante fonte complementar aos inquéritos que, apesar do seu sintetismo, retém importante informação de natureza técnica, mas também geográfica, constituindo-se uma importante fonte de *georreferenciação informal* (Hill 2006:2-3) para a localização espacial de algumas fábricas cuja localização não é conhecida. Trata-se do *Mappa da sellagem dos tecidos, telas e objectos de vestuario*, de 1888⁵¹. Foi, aliás, recorrendo a diferentes referências deste documento que podemos confirmar a localização de algumas das fábricas do nosso mapa *Distribuição geral da indústria e demais produção lanifícia em Portugal Continental, entre 1881 e 1890* (Apêndice III), um documento de síntese que requereu um cruzamento muito alargado de fontes para a sua realização.

⁵¹ *Collecção Official de Legislação Portuguesa - Anno de 1888, 1889: 478-490.*

Ainda no que diz respeito a fontes estatísticas industriais oficiais, e, de certo modo, herdeiras dos inquéritos oitocentistas, cabe aqui referir o *Boletim do Trabalho Industrial*, originalmente editado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (posteriormente pela Direção Geral do Comércio e Indústria e Direção Geral do Trabalho), entre 1906 e 1944. Estes boletins, organizados distritalmente, são outro conjunto de informação primária que nos permite recolher dados objetivos sobre a panorâmica da industrialização e do trabalho industrial nas primeiras décadas do século XX português. De facto, o próprio *Boletim* acolhe os dados coligidos em 1917 para a *Estatística Industrial* (publicados apenas em 1926) perfazem, *per se*, um inquérito industrial sintetizado (Rollo & Pires 2014:453-57).

Os *Boletins* abordam ainda questões tão dispersas, como os acidentes de trabalho, o grau e gravidade dos mesmos, ou a marca, modelo e potência dos motores fabris instalados e testados, são apresentados nos valiosos mapas e tabelas dos *boletins*. Será, porventura, dentro das fontes primárias, a mais completa para inferir vários aspetos complementares que envolveram a industrialização em Portugal, nomeadamente questões de uma atualidade nem sempre conhecida, como os resultados das primeiras testagens, e relativas consequências legais, de emissões de poluentes atmosféricos.

A par da documentação oficial dos séculos XIX e XX, devemos abordar agora os acervos e *corpus* de documentação informal que nos permite entrever os múltiplos aspetos relacionados com a industrialização. Dentro destes mananciais, destaca-se, naturalmente a imprensa periódica, nomeadamente jornais e revistas, não necessariamente a imprensa especializada, mas a imprensa, num sentido lato, precisamente por fazer eco de informações consideradas importantes no enquadramento da indústria. Essas informações podem ir desde a fundação ou ampliação de unidades fabris, anúncios de reuniões administrativas, até ao anedotário pontual sobre os seus proprietários e trabalhadores. Alguns episódios extraordinários ou, simplesmente, anúncios publicitários, cuja tradição descritiva, ainda que apologética, pode comportar informações de produção e mercadoria importantes para conhecimento das fábricas, são outros elementos importantes a ter em atenção na consulta dos periódicos.

Outro acervo documental importante consultado, é o Arquivo Documental das Reservas do Museu da Indústria do Porto, cujos dossiers reúnem documentação vária, ainda que por

vezes avulsa, sobre inúmeras fábricas portuenses, nomeadamente, no caso da nossa amostragem, a lanifícia de Lordelo do Ouro, cujo dossier recolhe, além de algum referencial bibliográfico avulso, as fichas de inventariação da maquinaria da fábrica que foi recolhida nas reservas do museológicas da Câmara Municipal do Porto⁵².

3.4.1.2. Fontes gráficas

De um modo geral, as fontes gráficas, nomeadamente as fotografias, foram colhidas a partir da imprensa e publicidade, mas também em arquivos institucionais, como o Centro Português de Fotografia (CPF) ou o Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), permitiram compor materiais analíticos de interesse e relevância importante para a compreensão da organização espacial das fábricas. Ainda no que diz respeito ao material fotográfico, as ortofotografias históricas militares depositadas no Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGE), dos voos da *Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda.* (SPLAL), entre o final da década de 1930 e os anos de 1950, o voo da *Royal Air Force* (RAF), de 1947, o voo da *United States Air Force* (USAF), de 1958 e o voo da Força Aérea Portuguesa (FAP), de 1968, permitiram fazer um levantamento georreferenciado das estruturas fabris em contextos históricos, o que contribuiu para alguns esclarecimentos em torna das suas localizações e organização.

No caso da imprensa portuguesa, um exemplo raro e precioso de manancial gráfico, é o *Commercio do Porto Illustrado*, uma separata anual editada pelo jornal diário portuense homónimo, entre 1893 e 1944. Dentro desta publicação, a partir de 1911, foi integrado uma secção originalmente designada de *Álbum da Indústria* (em 1912 e 1913 designou-se *Álbum das Fábricas*). Basicamente, trata-se de um caderno constituído por anúncios da indústria portuguesa e colonial, cujo reportório gráfico inclui fotografias (algumas atualmente únicas) de unidades fabris e dos seus equipamentos. É de o *Álbum das Fábricas* que conseguimos, por exemplo, fotografias da fábrica de Lordelo do Ouro, anteriores à sua profunda remodelação de 1918, ou da fábrica do barão da Trovisqueira, antes da sua semidemolição, na década de 1950.

⁵² Dossier da fábrica de lanifícios de Lordelo, ADRMI.

3.4.1.3. Fontes materiais

As fontes materiais são, naturalmente, as próprias fábricas, o seu edificado e respetivas envolventes, bem como os equipamentos móveis e demais maquinaria associados às fábricas. Todavia, dado os diferentes destinos de cada uma das cinco unidades da amostragem, os seus remanescentes materiais não se encontram em níveis de preservação semelhantes. De facto, se, por exemplo, no caso de Palmaz, conseguimos localizar a estrutura original, pelo menos a sua unidade central de energia (ainda que com a fachada remodelada), bem como a sua turbina e respetivas levadas e comportas recuperadas e operacionais, no caso de Vale de Piedade (Vila Nova de Gaia), por exemplo, não conseguimos detetar, para além do perímetro da fábrica. O mesmo ocorreu no caso de Lordelo do Ouro, onde a estrutura da fábrica, desde o bloco central do século XIX e as naves do século XX, foram praticamente todos demolidos entre 2014 e 2016, tendo sido preservados apenas uma secção do edifício oitocentista, tal como o bloco da portaria e escritórios da fábrica, integrados atualmente no empreendimento de habitação construído no antigo espaço fabril.

Por outro lado, os exemplos de Padronelo e de Riba de Ave, apesar das transformações e remodelações realizadas desde as suas fundações (no caso de Padronelo, desde 1856 e Riba de Ave desde meados da década de 1870) foram continuamente reusados em contexto industrial até ao presente, configurando agora complexos bastante descaracterizados que requereram uma análise espacial interdisciplinar, o que, na prática, significa uma leitura comparada de imagética histórica, com a recolha fotográfica atual.

Do ponto de vista do equipamento móvel das fábricas, a maquinaria de produção (cardas, fiandeiras, teares e equipamento de ultimação), pouco material resta hoje em dia que possa ser, comprovadamente, atribuído a qualquer uma das fábricas. A exceção está nos dois teares inventariados e recuperados, ainda em 1992, que foram diretamente da fábrica de Lordelo do Ouro para as reservas do, posteriormente extinto, *Museu da Ciência e da Indústria do Porto* (Reis 2020:143; 145)⁵³.

⁵³ Uma destas peças, um tear *Louis Schoenherr*, ainda que classificado como sendo da década de 1930, é manifestamente anterior, sendo visível numa das fotografias de 1913, de o *Álbum das Fábricas*.

3.4.2. Abordagem e interpretação documental

Refletindo sobre o papel do verbo na abordagem ao discurso de reconstituição do passado, Arlette Farge perguntava-se se: *é a história cimentada pela palavra?* (Farge 1999:73-74) E se, nesse sentido, seriam os documentos, melhor dizendo, a seleção de excertos dos documentos, uma espécie de *fatias de vida*? Numa ótica da metodologia da história, de facto, o documento é a base de aproximação à ideia de um determinado passado. Contudo, o passado não é só uma ideia. É uma construção multifacetada que integra diferentes elementos, nomeadamente os remanescentes materiais que chegam até ao nosso tempo. Nesse sentido, as *fatias de vida* não acabam no texto escrito. Pelo contrário, ganham uma vertente mais presente quando se lhes agrega um lugar, uma dimensão física ou material, que ultrapassa a medida do seu tempo, para reaparecer no nosso, reativando o cenário onde o conteúdo das palavras foi, efetivamente, real. Esse cenário é a materialidade do passado ou do que ainda restar dele. Sem essa materialidade, ainda que por vezes possa ser só subliminar, quase sem estratigrafia, também não se pode dimensionar a memória, ou, pelo menos, dar volume a um conteúdo coerente para essa memória, no fundo, aquilo que as ciências patrimoniais deveriam almejar.

Assim, consideramos que a incorporação da palavra escrita nas fontes da arqueologia da industrialização, distinta da metodologia historiográfica, faz parte do *esforço interdisciplinar* que devemos cultivar (Cano Sanchiz 2007:59). É com esta premissa, de procura de conteúdo mnemónico, um compromisso entre o escrito e o edificado, que encetamos a recolha e leitura de diferentes tipologias de fontes primárias, nomeadamente as fontes documentais. Isto é, procuramos ensaiar e integrar as fontes naquilo que Mary C. Beaudry definiu como *arqueologia documental*. Um modelo interpretativo atualmente considerado como uma aproximação muito especificada da leitura documental, multidirecionada, e feita pelos arqueólogos:

«Documentary archaeology is an approach to history that brings together diverse source materials related to cultures and societies that peopled the recent past. Documentary archaeological interpretations offer perspectives and understandings of the past not possible through single lines of evidentiary analysis [...] For archaeologists, texts are not only sources of information, but are

also artefacts that have been produced in particular cultural-historical context for specific reasons». (Wilkie 2014:13-14)

De acordo com este princípio, o tratamento documental que aqui utilizamos procura cruzar diferentes informações contextuais, que estão para além da análise conjuntural histórica de cada caso em concreto. Deste modo, as informações documentais traduzem-se em conteúdo de indicação material. Não simplesmente como verificadores dos elementos que podemos detetar no terreno (ou o seu contrário, indicar-nos pistas para descobrir esses elementos), *set out to discover whether archaeological evidence properly reflects the documentary record or vice versa*, mas sobretudo como fontes que nos poderão servir para um tipo de análise específico para cada caso de estudo (Beaudry 1993:1).

No fundo, compreendemos que a *arqueologia documental* é um campo conceptual novo que poderá trazer, no terreno, resultados interessantes, dependendo apenas daquilo que os investigadores sejam capazes de integrar e reinventar nos seus trabalhos:

*«Documentary archaeology is still a young field. As archaeologists continue to develop their own historiographic methods and philosophies, **documentary archaeology will become an increasingly important avenue for understanding the past.** Documentary archaeologists face **two primary challenges in their practice: how to understand the relationship between different source materials, and how in practice to integrate diverse sources into meaningful narratives about the past.**»* (Wilkie 2014:33)

Esta *criatividade* na aproximação ao documento escrito, permitiu, e tomando como exemplo Lordelo do Ouro, um dos nossos casos de estudo, rever documentação de registos paroquiais, ou até mesmo memórias de guerra, no sentido de poder traçar um atlas toponímico geográfico desse território nos inícios do século XIX. O que se revelou ser um exercício determinante para compreender com precisão o espaço de implantação fabril e a sua variada ocupação.

O mesmo poderíamos dizer da abordagem a simples listagens de registo de operários. Listas simples, com dados estatísticos convencionais: nomes, idades, função, naturalidades. Mas que em cruzamento com outras fontes, nomeadamente recortes de imprensa, notícias de

viagem, obituários, processos de tribunal, conseguirmos detetar indicações subtis para desenhar microbiografias da mão de obra.

Estes pequenos e diversificados apontamentos, quase sempre nas margens do rodapé, são também elementos de reconstituição da memória das fábricas e dos seus atores, que, no quadro normal da historiografia, pelo menos no sentido total e braudeliano, nunca teriam o seu lugar. É o caso, por exemplo, do esforço de reconstituição de um peculiar mestre de engenhos de Lordelo do Ouro, Jonathan Mallalow, cujo conhecimento da sua presença no *mappa das fabricas* de 1813 era, até ao momento, pouco mais do que um sopro.

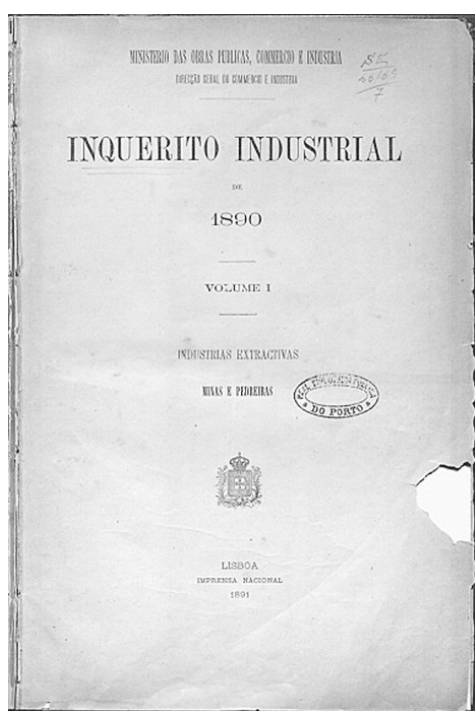


Fig. 4 - Frontispício do Volume I do *Inquerito Industrial de 1890*, Imprensa Nacional, 1891 (BMP).

Ao mesmo tempo, o documento escrito é, ele próprio, um elemento material, um remanescente com carácter arqueológico. Não nos alheamos disso quando observamos um *ostrakon* grego, um papiro egípcio ou um pergaminho cisterciense. Todavia, a percepção pública, institucional ou particular, sobre os textos da indústria, nem sempre é conducente à sua valorização e preservação. Um caso particularmente interessante em torno da conservação e acesso a um documento fundamental, diz respeito ao *Inquérito Industrial de 1890*.

Publicado em 1891 pela Imprensa Nacional, isto é, como edição do Estado português, este inquérito é, como vimos, composto por cinco volumes.

Contudo, em termos de depósito, só conseguimos localizar três cópias em todo o país: Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Ministério da Economia e Biblioteca Municipal do Porto (fig. 4), sendo que esta última cópia se encontra incompleta (falta o segundo volume) e só pode ser consultada na própria biblioteca e em CD-ROM, que é um suporte, já ele próprio, de difícil reprodução na atualidade.

Situação semelhante ocorre com o *Inquerito* de 1865, as célebres *Actas da Comissão de Inquerito do Conselho Geral das Alfândegas*, cujas cópias também se encontram distribuídas

por três bibliotecas, a Biblioteca Nacional de Portugal, Ministério da Economia e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (não se encontra no Porto).

Num outro sentido, os *Boletins do Trabalho Industrial*, apesar de estarem ligeiramente mais bem distribuídos, esbarram num problema adicional: o estado de conservação muito precário (fig. 5), resultado de pouco cuidado de preservação, mas também de uma inerente má qualidade do papel de impressão.

Estes breves exemplos ilustram a premência em torno da necessidade de preservação e digitalização deste tipo de acervo documental. Contudo, essa necessidade só poderá ser sentida se não só o corpo de investigadores, mas também a sociedade em geral e os seus órgãos de representação sentirem que a documentação alusiva à industrialização é, ela própria, um bem patrimonial que acarreta, como toda a materialidade, a necessidade de uma responsabilidade de conservação.

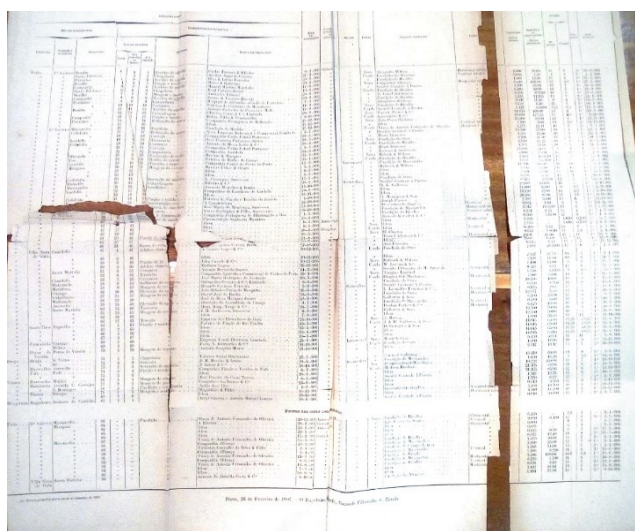


Fig. 5 - Mapa de testagem de motores in *Boletim do Trabalho Industrial* N.º 13, 1907 (BMP).

3.4.3. Métodos

Quanto às estruturas propriamente ditas, o seu estudo passou pela prospeção, visita e registo fotográfico do seu edificado e, excecionalmente, de alguma da maquinaria conservada, tal como o preenchimento de fichas de inventário. Contudo, a localização, delimitação e compreensão das fábricas e do seu espaço de envolvência tornou-se mais visível a partir de uma ótica de englobamento geral, ou seja, uma ótica geográfica e de registo de escala macro (Cano Sanchiz 2019:242-47).

Assim, após a identificação e sistematização das fábricas que integram os nossos casos, o passo seguinte foi o seu referenciamento geográfico digital, a partir da plataforma QGIS 3. Para tal, recorreremos ao cruzamento de dados documentais, com os dados cartográficos tradicionais. Ou seja, procuramos a integrar a chamada informação geográfica *informal* (i.e.,

descritiva ou verbal) com a informação geográfica *formal* dos mapas, ortofotografia, plantas, etc., fazendo a tradução entre esses dois tipos de conteúdos para elaborar uma representação visual com referência geográfica, na prática, com coordenadas integradas (Hill 2006:2-3, 7, 10).

No entanto, nem todos os nossos casos de estudo foram cartografados no passado. De facto, apenas as fábricas de Lordelo do Ouro e de Vale de Piedade (Vila Nova de Gaia)⁵⁴ é que nos surgem representadas em mapas oitocentistas. Para os restantes elementos da amostragem, não conseguimos localizar cartografia histórica, como, aliás, é comum para a esmagadora maioria de áreas não urbanas em Portugal.

O tratamento das ortofotografias históricas referidas anteriormente também foi elaborado na plataforma QGIS 3. As imagens aéreas foram corrigidas e georreferenciadas usando um processo de sobreposição com as imagens de satélite atuais. Isso permitiu reconstituir e comparar a imagem e geolocalização exata de cada uma das fábricas, no decurso dos últimos 80 e 70 anos.

Neste sentido, a análise espacial da área das lanifícias foi empreendida a partir de metodologia recorrente nos sistemas de informação geográfica, nomeadamente a georreferenciação digital. Na prática, trata-se de o processo de fazer corresponder imagens cartográficas históricas com a sua posição exata, o que permite analisar a localização atual no terreno de elementos representados nos documentos históricos. Este processo implica não só uma abordagem tecnológica, feita a partir de *software* SIG, mas também uma abordagem territorial, de reconhecimento *in loco* do território, de modo a que a distorção geográfica da cartografia histórica possa ser interpretada e até corrigida (Budig 2018:2-4).

O método recorre à introdução de *Ground Control Points* (GCP), pontos de controlo sobre a imagem histórica e a sua correspondência na imagem de satélite atual (fig. 6)⁵⁵. Feitas as correspondências dos GCP, as imagens são processadas com algoritmos georreferenciadores distintos: optamos primeiro pelo recurso a algoritmos conservadores, como *Polinomial* 1 e 2, ou até a *Visão Projetiva*. A vantagem desta primeira abordagem, permite que os erros

⁵⁴ Neste caso concreto até de forma muito esporádica.

⁵⁵ Os pontos de controlo no *chão* (GCP), isto é, sobre a própria representação cartográfica, são particularmente necessários em representações históricas, quando não temos informação de parâmetros de projeção adotada.

de correspondência entre o documento histórico e a sua sobreposição na imagem real sejam quantificados, isto é, os desvios são-nos apresentados metricamente, o que permite, posteriormente, fazer ajustes manuais na confirmação dos GCP. Ou seja, o processo permite, por ser uma visão geométrica rígida, corrigir perspectivas e anotar medidas exatas de pontos sobre o terreno.

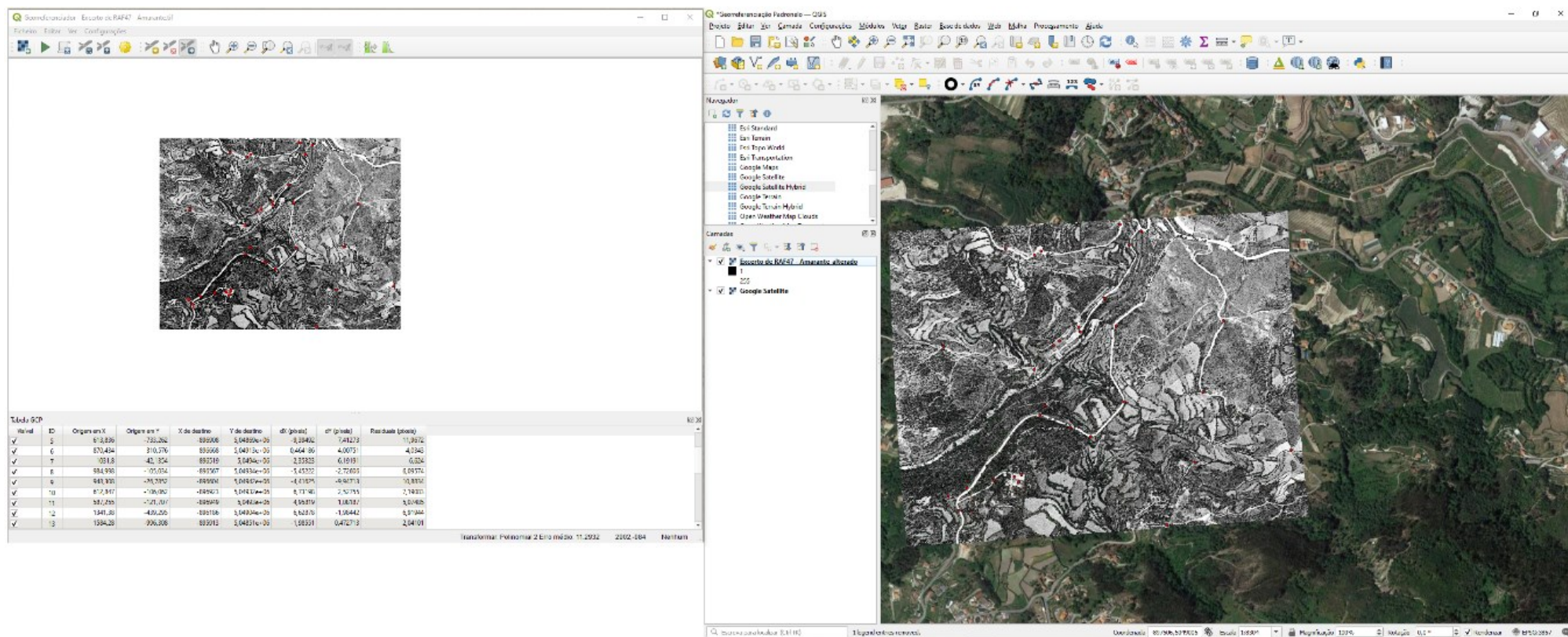


Fig. 6 - Exemplo e georreferenciação por marcação de GCP de ortofotografia histórica em ambiente QGIS 3.0, fábrica de Padronelo, Amarante, voo RAF, 1947 sobre imagem de satélite atual (©MBPastor).

O segundo algoritmo georreferenciador utilizado, foi a ferramenta *Thin Plate Spline* (TPS), que fornece uma georreferenciação mais dinâmica das fotografias históricas, designada por *rubber-sheet method*, pois permite uma moldagem da imagem histórica sobre o terreno da imagem atual⁵⁶. O algoritmo TPS possibilita a correção de distorções produzidas por diferentes ângulos de fotografia aérea (tal como diferentes lentes de câmara e distâncias focais) ou mesmo, quando aplicado a mapas históricos desenhados ou plantas, permite corrigir erros de medição, falta omissões, entre outros defeitos. Naturalmente, o algoritmo TPS implica uma grande quantidade de GCP (Király et al. 2008:54-56), bem como uma abordagem dinâmica do utilizador, que passa, por exemplo, por um conhecimento prático do terreno, das suas peculiaridades e das suas mudanças (Budig 2018:124-25).

O resultado da georreferenciação de documentação geográfica histórica, nomeadamente as ortofotografias (HOPHGeo - *Historic Orthophotography Georeference*), é a possibilidade de podermos visualizar e identificar no terrenos as alterações às estruturas, o quadro geral da paisagem e, em alguns casos, conseguir localizar com precisão estruturas que já não existem (Pastor, Vieira & Cano Sanchiz 2021).

O recurso a estas soluções metodológicas torna-se ainda mais premente quando verificamos que, ao contrário da arqueologia, tradicionalmente sempre muito mais disponível para o recurso a tecnologias suplementares, a historiografia tem-se mantido mais resistente ao recurso a novas soluções metodológicas, concretamente no uso das potencialidades dos SIG. Independentemente das razões para essa resistência, que tanto poderão estar articuladas com condicionamentos técnicos dos próprios historiadores, como pela falta de plataformas de partilha de experiências interdisciplinares (Lünen & Travis 2013:vi-vii).

Procuramos que esta abordagem possa contribuir um pouco mais para o desenvolvimento destes novos caminhos metodológicos, não só na arqueologia da industrialização, mas também nas ciências patrimoniais.

⁵⁶ Os algoritmos Polinomial 2 e Polinomial 3 permitem fazer também, com grau mais e menos moderado, correções distorcidas.

Em s mula, podemos considerar que, no seu conjunto, uma abordagem metodológica diversificada permite, pelo menos num plano de projeção de trabalho, alcançar vários pontos do quadro de pesquisa proposto por Marilyn Palmer e que sintetizamos em baixo (Palmer 2005:9-17):

- a. Continuidade e mudança;
- b. Produção e consumo;
- c. Compreensão do espaço de trabalho;
- d. Instalações industriais e padrões;
- e. Classe, estatuto e identidade;
- f. Controlo social, paternalismo e filantropia;
- g. Uso de análise científica na compreensão da produção e dos resíduos industriais⁵⁷;
- h. Caracterização da paisagem histórica;
- i. Contexto internacional da industrialização.

Assim,   a partir deste quadro de pesquisa, e recorrendo às ferramentas práticas e conceptuais que atrás descrevemos, que procuramos lançar um olhar diferente sobre a herança e memória das cinco lan f cias que compõem a amostragem.

Os resultados deste tratamento são apresentados, numa primeira instância, nas fichas de inventário, no capítulo quarto, e nas monografias do capítulo quinto, onde analisamos os processos de instalação, continuidade e mudança das fábricas, os seus produtos, especialização (ou dispersão, como no exemplo de Vale de Piedade). Também no parâmetro compreensão e interpretação do espaço procuramos fazer reconstituições gráficas e interpretativas, com recurso às tecnologias SIG e de modelação 3D georreferenciada dos espaços fabris, neste caso, para o exemplo de Padronelo.

Nos pontos mais sociológicos (e. - f.), enquadrados os resultados de produção biográfica e sociocultural em torno das fábricas, dos seus fundadores e dos seus operários, nomeadamente na compreensão e exposição das suas dinâmicas sociais, econ micas, de transmigração geográfica e até, nos casos onde foi possível, o desenho de perfis psicológicos dos interventores das fábricas e a influência desses perfis nos processos de evolução ou declínio nas mesmas fábricas. A paisagem histórica, a sua evolução e desenvolvimento no

⁵⁷ Este foi o único parâmetro que não teve tradução no nosso estudo, por ausência de materiais de produção para estudar ou de resíduos.

tempo articula-se de perto com os processos de continuidade e mudança das lanifícias. No caso de Lordelo do Ouro, por exemplo, os diferentes tipos de ocupação da fábrica, nomeadamente ocupações militares, refletiram, entre outros aspetos, fortes impactos na paisagem histórica do território.

Por fim, os vários contextos internacionais da industrialização refletem-se, na nossa amostragem, em dois sentidos opostos: o sentido de exteriorização de produção, comercialmente pouco significativa nos nossos exemplos, mas cultural e simbolicamente marcantes no quadro das exposições universais oitocentistas; e o sentido de assimilação de influências externas, visível na própria definição das estruturas e no recurso a maquinaria e motores importados, mas também, e sobretudo, na influência internacional de mão de obra, onde casos tão particulares como a presença de mestres norte-americanos, espanhóis ou franceses nas fábricas de Lordelo do Ouro, Vale de Piedade e Padronelo, foi, com o nosso trabalho, demonstrada.

4. Lanifícias de Aveiro, Porto e Braga, inscritas nos inquéritos industriais de 1881 e 1890

As fichas de inventário das lanifícias, base de registo dos dados elementares da amostragem, foram preenchidas segundo os modelos do KIT01 (*Património Arquitetónico - Geral*, v. 2.0) e KIT03 (*Património Industrial*, v.1.0) do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico).

Os campos de inscrição seguem os formulários indicados para produção e preenchimento das fichas de registo do KIT03, todavia, dada a necessidade de criar campos adaptativos, introduzimos o campo *GEORREFERENCIAÇÃO*. Na prática, este novo campo que propomos serve para inserir um mapa com as coordenadas geográficas de cada exemplar da amostragem. O sistema geodésico de coordenadas adotado é o mais usual e universal - sistema WGS-84 (*World Geodetic System of 1984*) tradicionalmente nos *datum* de GPS de navegação dos equipamentos comuns (Hill 2006:75-76).

Cada uma das fichas sintetiza os resultados dos levantamentos documentais, de prospeção no terreno e dos processos de georreferenciação de cada uma das fábricas. São elementos identificativos sucintos e objetivos sem o aparato crítico que reservamos para os estudos monográficos e para a discussão final.

4.1. Ficha número 1

CATEGORIA	Património Industrial
TIPO	Lanifícia - fiação, tecelagem e ultimação
DESIGNAÇÃO	<i>Costas & Carvalho</i> / Fábrica de lanifícios do Caima / Fábrica de xailes e de cintas de Adelino Soares / <i>fábrica velha</i> .
LOCALIZAÇÃO	Distrito - Aveiro Concelho - Oliveira de Azeméis Freguesia - União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz
GEORREFERENCIAÇÃO	 Mapa 2 - Implantação e coordenadas da Lanifícia do Caima/<i>Costas & Carvalho</i> - WGS-84 (©MBPastor).
ACESSO	Lugar do Areeiro; Estrada Nacional 224-3
PROTEÇÃO	Não tem.
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos: XIX, XX e XXI

IMAGEM	  Fig. 7 - Exterior C&C (©MBPastor). Fig. 8 - Interior C&C (©MBPastor).
ENQUADRAMENTO	Enquadramento rural e natural, no enquadramento da paisagem protegida do UI e Antuã.
DESCRIÇÃO	A fábrica original era composta por duas unidades térreas anexas: a oficina de trabalho (preparação, fiação, tecelagem e ultimação) e o bloco da central energética, com turbina e respetivos controlos instalados.
CRONOLOGIA	Fundada em 1864, convertida em hidroelétrica em 1924 e reconvertida em turismo rural ecológico em 2011.
TIPOLOGIA	Central energética hidráulica, com turbina horizontal, e oficina de trabalho em dois pavilhões térreos contínuos.
BENS MÓVEIS	Turbina; veios de transmissão; regulador de fluxo.
UTILIZAÇÃO INICIAL	Lanifícia
UTILIZAÇÃO ATUAL	Hidroelétrica integrada em empreendimento de hotelaria.
PROPRIETÁRIO	Hotel Vale do Rio
UTENTE	Hotel Vale do Rio
CONSERVAÇÃO GERAL	As oficinas, edifício da central de energia, canais e comportas das levadas de água foram reestruturados em 2010, apresentando hoje uma configuração muito distinta da original. Conserva-se em funcionamento a turbina e parte do equipamento hidroelétrico original.
DOCUMENTAÇÃO	Inquéritos industriais de 1881 e 1890; Imprensa diversa.
OBSERVAÇÕES	Processo de reutilização foi elaborado sem perceção da ocupação lanifícia original.
AUTOR	Mário Bruno Carvalho Pastor
DATA	Janeiro de 2022
TIPO DE REGISTO	Ficha de inventário

4.2. Ficha número 2

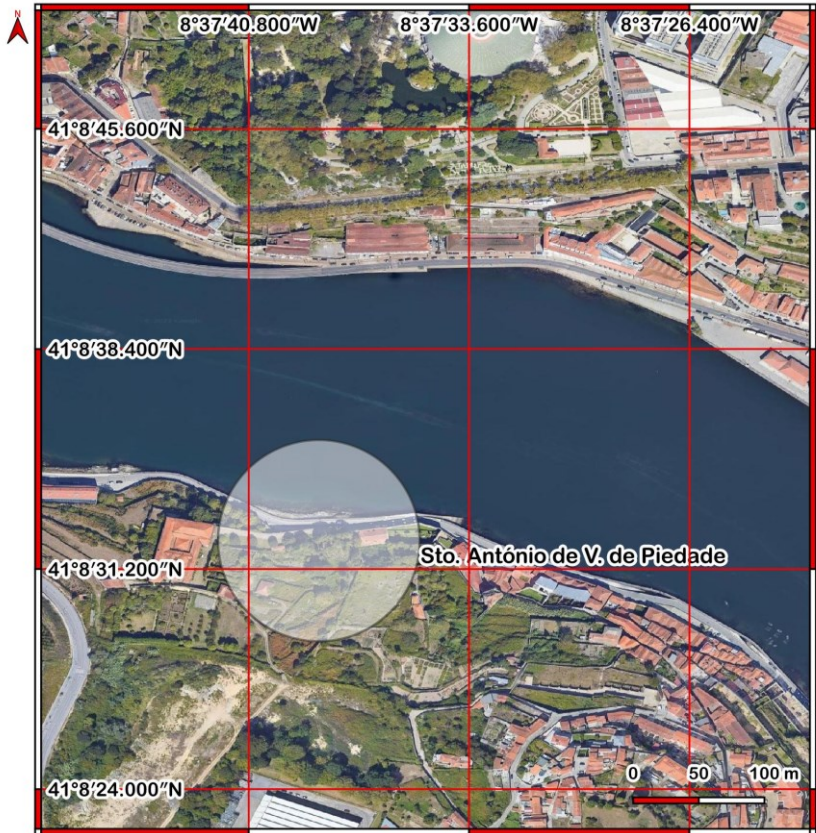
CATEGORIA	Património Industrial
TIPO	Lanifícia - fiação, tecelagem e ultimação
DESIGNAÇÃO	<i>Francisco Cucalon & Costa; Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade, sociedade anónima de responsabilidade limitada.</i>
LOCALIZAÇÃO	Distrito: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada
GEORREFERENCIAÇÃO	 Mapa 3 - Implantação e coordenadas da lanifícia de Vale de Piedade - WGS-84 (©MBPastor).
ACESSO	Marginal de Gaia, Vale de Piedade, Cais Capelo Ivens (pop. <i>Cais do Ivens</i>)
PROTEÇÃO	Não tem.
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Século XIX (1873-74).

IMAGEM	 Fig. 9 - Cais do Ivens, armazém do carvão e lanifícia de Vale de Piedade (©MBPastor).
ENQUADRAMENTO	Área histórica ribeirinha de Vila Nova de Gaia (Santa Marinha e Afurada) em espaço de grande pressão e revalorização urbanística para habitação de luxo e turismo. A antiga fábrica faz parte do proto centro industrial de Vale de Piedade, composto pela Fábrica de Louças, antiga saboaria, armazém do carvão e Destilaria do Cavaco. A fábrica nunca foi, porém, identificada como tal.
DESCRIÇÃO	A lanifícia funcionou em dois espaços distintos: o primeiro, nas ruínas de dependências do antigo convento, sobradas com dois pisos improvisados; o segundo espaço, que operou em simultâneo com o primeiro, é um antigo armazém do século XIX contruído sobre o espaço da portaria do convento. O armazém fora anteriormente a saboaria mecânica de Castro Silva.
CRONOLOGIA	Instalação da fábrica em 1873, como <i>Francisco Cucalon & Costa</i>; constituição da <i>Cia. de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade</i>, em 1874. Venda e transferência da maquinaria para outro local (margem norte do Douro, Porto, Massarelos, Rua D. Pedro V). Dissolução da Companhia e respetiva falência, 1884.
TIPOLOGIA	Adaptação de ruínas de parte do antigo convento seiscentista de Santo António de Vale de Piedade e de um armazém da segunda metade do século XIX.
BENS MÓVEIS	Não são conhecidos. A maquinaria foi adquirida em 1883 por uma lanifícia da cidade do Porto (<i>Barbot & Meireles</i>).
UTILIZAÇÃO INICIAL	Lanifícia
UTILIZAÇÃO ATUAL	Devoluto; ruína.
PROPRIETÁRIO	Particular não identificado.
UTENTE	Não tem.
CONSERVAÇÃO GERAL	Os dois espaços originais da fábrica encontram-se arruinados. O primeiro está integrado no espaço do Palacete de Vale de Piedade, o segundo, no Cais do Ivens, encontra-se no mercado, estando há vários anos sem comprador. O processo de ruína tem-se acelerado

	nos últimos anos, nomeadamente a perda quase total de cobertura, entre 2018 e 2022.
DOCUMENTAÇÃO	<i>Processo de licenciamento</i>, 17 de junho de 1873 - 18 de novembro de 1873, CNP, ADP; <i>Processo de licenciamento</i>, 14 e 15 de maio de 1878 CNP, ADP. <i>Diário do Governo</i>, N.º 233, 16 de outubro de 1874; <i>Diário do Governo</i>, N.º 73, 1 de abril de 1878; <i>Diário do Governo</i>, N.º 255, 10 de novembro de 1882; <i>Diário do Governo</i>, N.º 253, 6 de novembro de 1884; Inquéritos industriais de 1881 e 1890; Imprensa diversa.
OBSERVAÇÕES	O complexo não é conhecido como tendo sido a fábrica de lanifícios de Vale de Piedade e encontra-se devoluto, em risco de demolição, há algumas décadas.
AUTOR	Mário Bruno Carvalho Pastor
DATA	Janeiro de 2022
TIPO DE REGISTO	Ficha de inventário

4.3. Ficha número 3

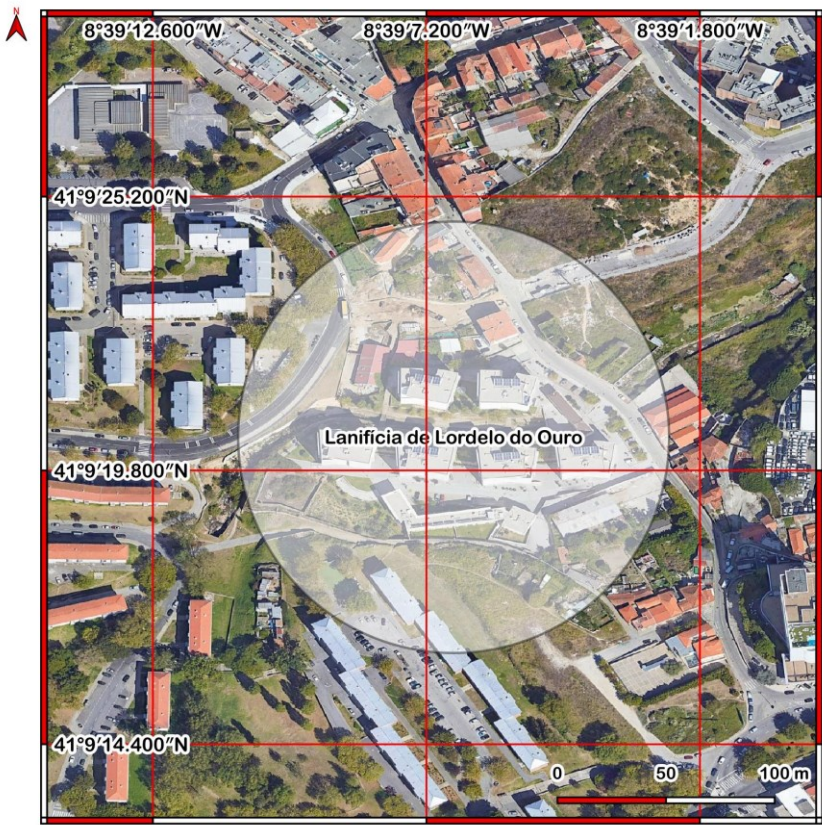
CATEGORIA	Património Industrial
TIPO	Lanifícia - fiação, tecelagem e ultimateção
DESIGNAÇÃO	Fábrica do Plácido; <i>Garcia & Barbedo, Lda.</i> ; <i>Companhia de Lanifícios de Lordelo</i> ; <i>Fábrica de Lanifícios de Lordelo</i> .
LOCALIZAÇÃO	Distrito: Porto Concelho: Porto Freguesia: União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos
GEORREFERENCIAÇÃO	 Mapa 4 - Implantação e coordenadas da Lanifícia de Lordelo do Ouro - WGS-84 (©MBPastor).
ACESSO	Rua de Serralves, Lugar da Mouteira
PROTEÇÃO	Aviso n.º 14332/2021, 1.ª alteração ao Plano Diretor Municipal do Porto, Anexo I-A - Imóveis com Interesse Patrimonial (65-ZOPA - Cisterna e L39 - Fachada da Fábrica)
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos XIX, XX e XXI.

IMAGEM	  Fig. 10 - Lanifícia de Lordelo (<i>Álbum das Fábricas</i>, 1914, BMP). Fig. 11 - Portaria da lanifícia de Lordelo atualmente (MBPastor).
ENQUADRAMENTO	Originalmente enquadrada na periferia rural da cidade do Porto, toda a área de Lordelo foi, progressivamente e ao longo dos séculos XIX e XX, sendo urbanizada, pelo que hoje faz parte de um contexto inteiramente urbano.
DESCRIÇÃO	Construída como <i>mill</i> com dois pisos, em 1803, a fábrica sofreu diversas adversidades (Invasões Napoleónicas; Guerras Liberais) até se reestruturar em 1852-53; no início do século XX foi redimensionada com pavilhões térreos <i>shed</i> e instalação hidroelétrica. Em 2016 foi parcialmente demolida.
CRONOLOGIA	Instalação da manufatura em 1803; cerca de 1808 mecanização dos equipamentos de carda e fição; 1809, 1810, e 1832-33, ocupações militares/destruição; 1852, reabilitação da fábrica; 1853 instituição da <i>Companhia de Lanifícios de Lordelo</i> ; cerca de 1918-21, fim da sociedade anónima, e instalação de sociedade unipessoal (<i>Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro</i>), obras de remodelação; 1929 transferência para a banca (<i>Borges & Irmão</i>); 1992, encerramento da fábrica; 2016, demolição e construção de empreendimento habitacional.
TIPOLOGIA	<i>Mill</i> em andares, em torno de pátio fechado; extensões térreas em pavilhão com cobertura <i>shed</i> ou dente de serra.
BENS MÓVEIS	Existem dois teares provenientes da fábrica, em depósito nas Reservas do Museu da Indústria do Porto.
UTILIZAÇÃO INICIAL	Lanifícia
UTILIZAÇÃO ATUAL	Cooperativa residencial
PROPRIETÁRIO	SACHE (<i>Solidariedade e Amizade - Cooperativa de Habitação Económica</i>).
UTENTE	SACHE
CONSERVAÇÃO GERAL	Conservação e readaptação da portaria de 1918-22; preservação de parte do edificado do pátio oitocentista.
DOCUMENTAÇÃO	<i>Livro de Registo de Obras Públicas e Termos</i> , 3 de agosto de 1805, cópia de provisão de 1803, AHMP; <i>Mappa das Fabricas</i> , 1814 e 1820, ANTT;

	<i>Contracto social da Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello, em 3 de Outubro de 1853 e Venda que fazem Garcia & Barbedo à Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello, em 4 de Outubro de 1854, ADP;</i> <i>Descrição predial do artigo com matrícula 7.877, 23 de dezembro de 1871, Livro B-37 e respetivos apensos, CRPP;</i> Inquéritos industriais de 1865, 1881, 1890 e 1959; Imprensa diversa.
OBSERVAÇÕES	A distribuição espacial da fábrica foi perdida e desarticulada depois das escavações de 2007 e da construção seguinte dos blocos de habitação. As levadas de água foram expostas e limpas, mas carecem de integração interpretativa no antigo espaço fabril.
AUTOR	Mário Bruno Carvalho Pastor
DATA	Janeiro de 2022
TIPO DE REGISTO	Ficha de inventário

4.4. Ficha número 4

CATEGORIA	Património Industrial
TIPO	Lanifícia - fiação, tecelagem e ultimação
DESIGNAÇÃO	<i>Garcia Ribeiro & Cia.; Companhia de Lanifícios de Padronello, Sociedade Anonyma de Responsabilidade Lda.; Sociedade Industrial de Padronello.</i>
LOCALIZAÇÃO	Distrito - Porto Concelho - Amarante Freguesias - Padronelo e Lomba
GEORREFERENCIAÇÃO	 Mapa 5 - Implantação e coordenadas da Lanifícia de Padronelo - WGS-84 (©MBPastor).
ACESSO	Lugares da Ponte e Lomba
PROTEÇÃO	Pelo Decreto n.º 29/90, de 17 de julho de 1990, alíneas b) e b1); e Resolução do Concelho de Ministros n.º 165/97, de 29 de setembro de 1997, a antiga <i>Garcia Ribeiro & Lda.</i> tem o estatuto de património sob proposta de estudo e classificação, sem qualquer desenvolvimento atual, contudo.
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Séculos XIX e XX.

IMAGEM	  Fig. 12 - Fábrica de Padronelo (A. T. Cordeiro, c. 1925). Fig. 13 - Perspetiva atual (©MBPastor).
ENQUADRAMENTO	Enquadramento rural e montanhoso, nas imediações da cidade histórica de Amarante e área protegida do Parque Natural do Alvão/Marão.
DESCRIÇÃO	A fábrica foi constituída por blocos separados, construídos em três grandes socalcos sobranceiros ao Rio Ovelha. Todo o perímetro sul da fábrica é delimitado pelo mesmo rio e pelo sistema de canais, comportas e levadas, ainda funcionais, construídos a partir de 1855. A envolvente da fábrica continua a ser usada industrialmente (serralharias, oficinas de reparação automóvel, panificadoras, etc.), mas mantém o contexto rural de autoprodução, juntamente com pequeno comércio.
CRONOLOGIA	A fábrica começou a ser construída de raiz em 23 de julho de 1855, laborando a partir de março de 1857; a sociedade original foi refundada em 1869 e transformada em sociedade anónima em 1874. Em 1909 é reestruturada como sociedade limitada, mantendo a produção lanífrica até finais da década de 1960, quando foi reconvertida (ainda sob a mesma firma) numa unidade de extração de óleos vegetais. Atualmente acolhe várias funções, desde armazém e escritórios de uma indústria de urnas funerárias, a unidade mini-hídrica de microgeração elétrica.
TIPOLOGIA	Complexo de blocos em altura, com unidade de preparação e fiação original hidráulica, do tipo <i>mill</i> vertical, em três piso.
BENS MÓVEIS	Existem no interior dos pavilhões reconvertidos em depósito de materiais variados, algumas bancadas de madeira que poderão ter sido usadas como mesas de pregagem e selagem das fazendas. Estão armazenados no local vários elementos de construção da fábrica oitocentista, nomeadamente caixilhos de madeira, o portão e postigo de ferro da entrada, bem com telha marselhesa da <i>Jeronymo Pereira Campos, Filhos</i> , de Aveiro. A turbina da central hidroelétrica de 1932 ainda se encontra <i>in situ</i> .
UTILIZAÇÃO INICIAL	Lanifícia
UTILIZAÇÃO ATUAL	Depósito de materiais e mercadoria; escritórios administrativos.
PROPRIETÁRIO	CEOV. S.A. (<i>Companhia de Extração de Óleos Vegetais</i>)

UTENTE	Ecournas, Lda.
CONSERVAÇÃO GERAL	Restam poucos elementos das estruturas originais da Companhia de Lanifícios de Padronelo. Grande maioria dos blocos de produção estão desocupados, outros foram demolidos. As levadas e comportas de água continuam operacionais. A hidroelétrica original, de 1932 está desativada, embora ainda contenha a turbina original. Desde 1989 foi instalada uma nova central hidroelétrica que se mantém em funcionamento.
DOCUMENTAÇÃO	<i>Livro de Anais da Câmara de Amarante</i> , 0356, 6 de setembro de 1857, AMA; <i>Contracto de sociedade entre Manoel Pereira da Silva, d'esta cidade, Francisco Borges Garcia Ribeiro, da Villa de Amarante e outros</i> , 7 de junho de 1857, CNPNF., 2.º ofício, ADP; <i>Constituição de Sociedade Têxteis</i> , 6 de abril de 1874, CNP, 1.º ofício, ADP; <i>Constituição de Sociedade Têxteis</i> , de 7 e 10 de outubro de 1914, CNP, 1.º ofício, ADP. Imprensa diversa; Inquéritos industriais: 1865, 1881, 1890, 1959.
OBSERVAÇÕES	A fábrica sofreu inúmeras alterações ao longo dos seus 170 anos de diferentes laborações. A área carece de uma interpretação espacial diacrónica, possibilitada a partir de análise comparativa de diferentes fontes visuais e descritivas; foram preservados alguns elementos construtivos oitocentistas, como as janelas, o portão e postigo originais, bem como as telhas de cobertura.
AUTOR	Mário Bruno Carvalho Pastor
DATA	Janeiro de 2022
TIPO DE REGISTO	Ficha de inventário

4.5. Ficha número 5

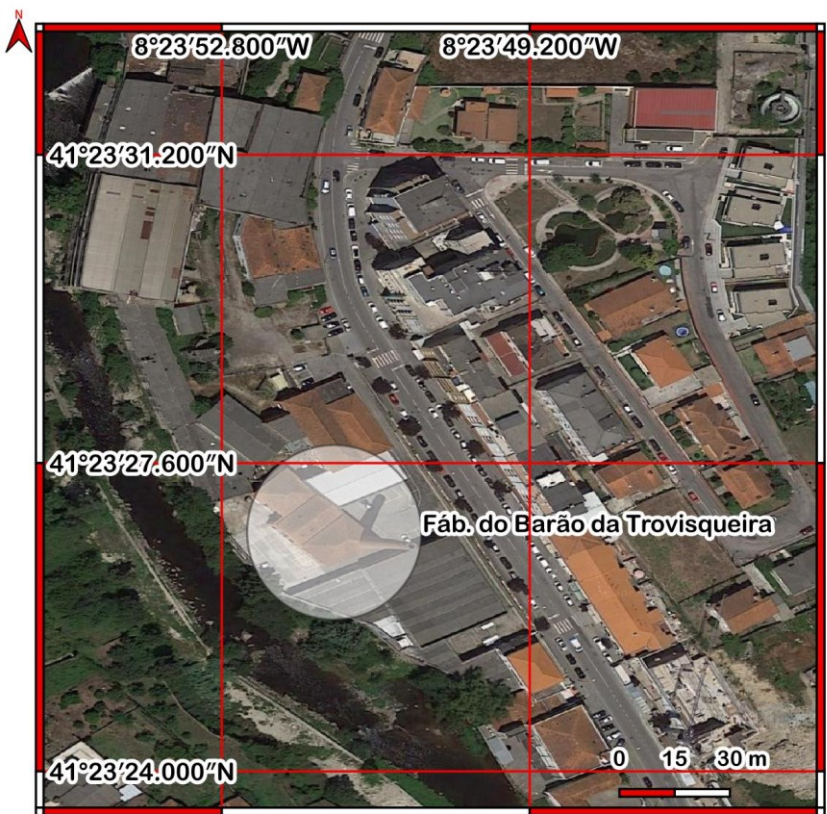
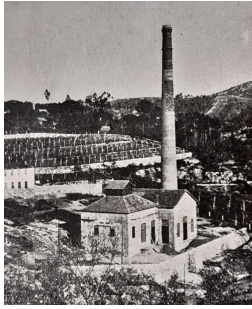
CATEGORIA	Património Industrial
TIPO	Lanifícia - fição, tecelagem e ultimação
DESIGNAÇÃO	Fábrica do Barão da Trovisqueira; Fábrica da Ponte; Fábrica de Sant'Ana
LOCALIZAÇÃO	Distrito: Braga Concelho: Vila Nova de Famalicão Freguesia: Riba de Ave
GEORREFERENCIAÇÃO	 Mapa 6 - Implantação e coordenadas da lanifícia do barão da Trovisqueira - WGS-84 (©MBPastor).
ACESSO	Lugar da Ponte
PROTEÇÃO	Não tem.
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	Século XIX (1873-1881).

IMAGEM	  Fig. 14 - Antiga lanificia (<i>Álbum das Fábricas</i>, 1913, BMP). Fig. 15 - Perspetiva atual (©MBPastor).
ENQUADRAMENTO	A fábrica está integrada no contexto das ruínas industriais da algodoeira <i>Sampaio, Ferreira</i> , no centro de Riba de Ave.
DESCRIÇÃO	A estrutura original encontra-se bastante descaracterizada. Foi uma <i>mill</i> com dois pisos, em granito e tijolo, com roda hidráulica no Rio Ave. Na cave do edifício é possível ainda ver as marcas de assentamento da roda. A chaminé que preserva é de 1911, e foi construída no contexto de adaptação do edifício a central energética auxiliar.
CRONOLOGIA	1873-81 - aquisição do terreno, construção e registo da fábrica; 1900-01, aquisição do edifício por Narciso Ferreira; 1911, reconversão do espaço em central energética auxiliar da <i>Sampaio, Ferreira e Cia. Lda.</i>
TIPOLOGIA	<i>Mill</i> hidráulica com dois pisos e cave.
BENS MÓVEIS	Não tem.
UTILIZAÇÃO INICIAL	Lanificia.
UTILIZAÇÃO ATUAL	Armazém/depósito de produtos químicos.
PROPRIETÁRIO	Credores da <i>Sampaio, Ferreira e Cia. Lda.</i>
UTENTE	Não identificado
CONSERVAÇÃO GERAL	Edifício descaracterizado face à ocupação original.
DOCUMENTAÇÃO	<i>Livro Diário n.º 2</i> , entrada 1877, CRPCVNF <i>Descrição predial 13.918</i> , Livro B, N.º 43: f. 117, e respetivos apensos, CRPCVNF Inquérito Industrial de 1890. Imprensa diversa; <i>Minho Pittoresco</i> .
OBSERVAÇÕES	Foi a primeira unidade têxtil a servir-se das águas do Rio Ave, em Riba de Ave. A sua localização e cronologia não era conhecida,

	sendo considerada até como tendo sido perdida. Foi incorporada, em 1900, na grande <i>Sampaio, Ferreira</i> , tendo caído em esquecimento a partir desse momento.
AUTOR	Mário Bruno Carvalho Pastor
DATA	Janeiro de 2022
TIPO DE REGISTO	Ficha de inventário

5. Amostragem monográfica - os casos em estudo

Mais do que um trabalho de sistematização descritiva de conteúdos e resultados, a amostragem monográfica dos casos em estudo é, sobretudo, um exercício de articulação de conhecimento sobre cada uma das fábricas, aquilo que temos definido como um catálogo das lanifícias.

Procuramos integrar, numa estrutura diacrónica, as diferentes envolvências patrimoniais de cada exemplo. Focando, para além dos planos descritivos e organizacionais materiais das estruturas, uma leitura dinâmica da memória e da sua articulação na paisagem geográfica e humana, procurando, deste modo, englobar uma visão de conjunto sobre os seus diferentes níveis de valorização.

A elaboração de cada uma das monografias seguiu uma organização prévia comum, baseada na descrição das fichas de inventário apresentadas anteriormente. Contudo, as informações disponíveis, o alcance cronológico e o estado de conservação das próprias infraestruturas, bem como a sua dimensão, são bastante diferentes e desiguais em cada caso. Como resultado, as monografias, apesar do fio condutor metodológico comum que as une, devem ser compreendidas isoladamente, cujas estruturas narrativas seguem um desenho especificamente elaborado para cada uma delas.

5.1. A Fábrica de Lanifícios de Palmaz, no Rio Caima, Oliveira de Azeméis

5.1.1. Localização e demografia

Palmaz, originalmente *Palmares*, foi uma pequena freguesia rural do antigo concelho de Pinheiro da Bemposta, na, também extinta, comarca de Estarreja (Leal 1875:429). Atualmente, é parte integrante do concelho de Oliveira de Azeméis, Distrito de Aveiro e está, desde 2013, integrado na União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz⁵⁸. Do ponto de vista orográfico, Palmaz fica num vale relativamente acentuado, atravessado pelo Rio Caima, um afluente do Vouga (fig. 16).

⁵⁸ Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, 2013: 552-(99).

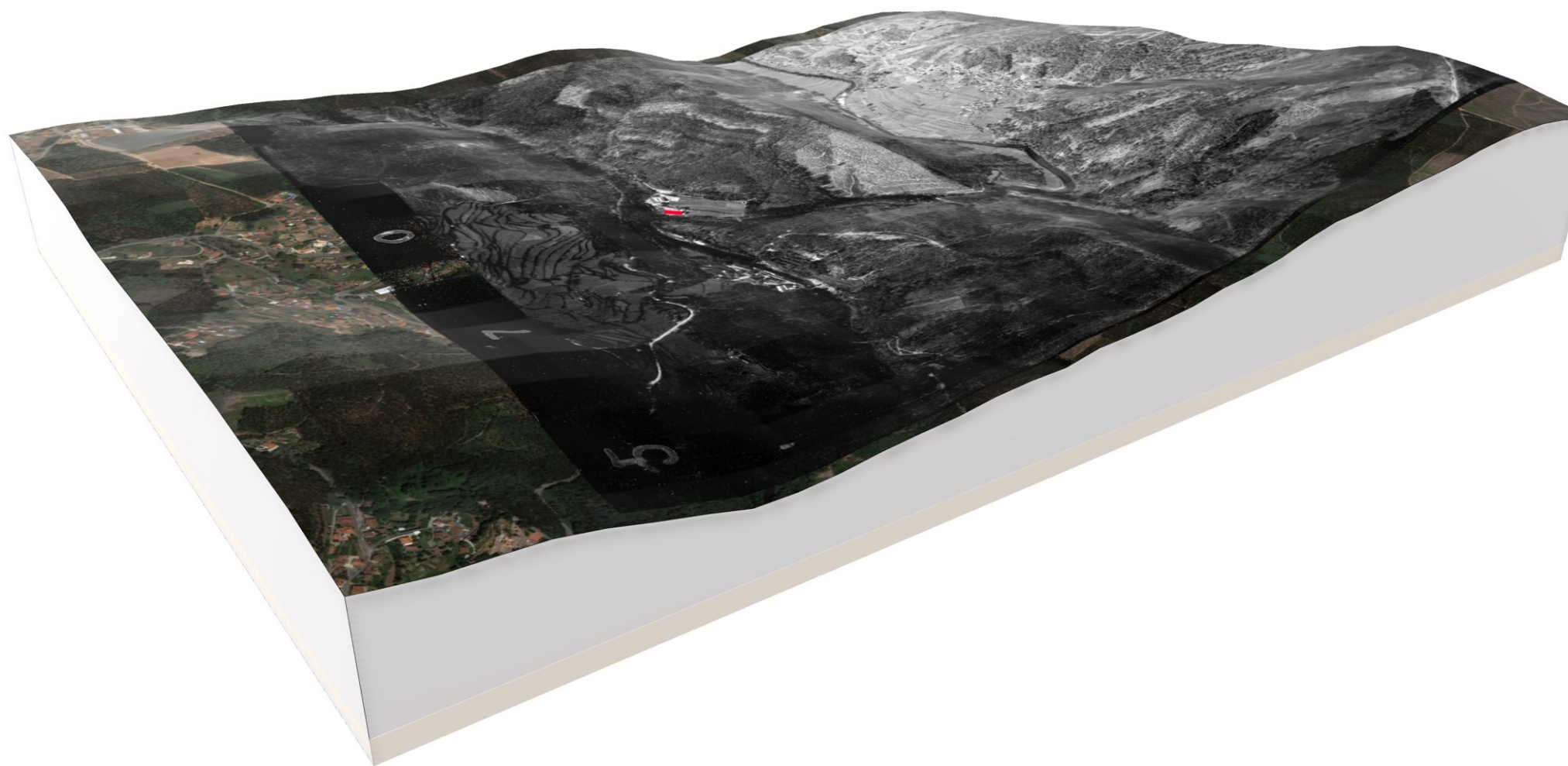
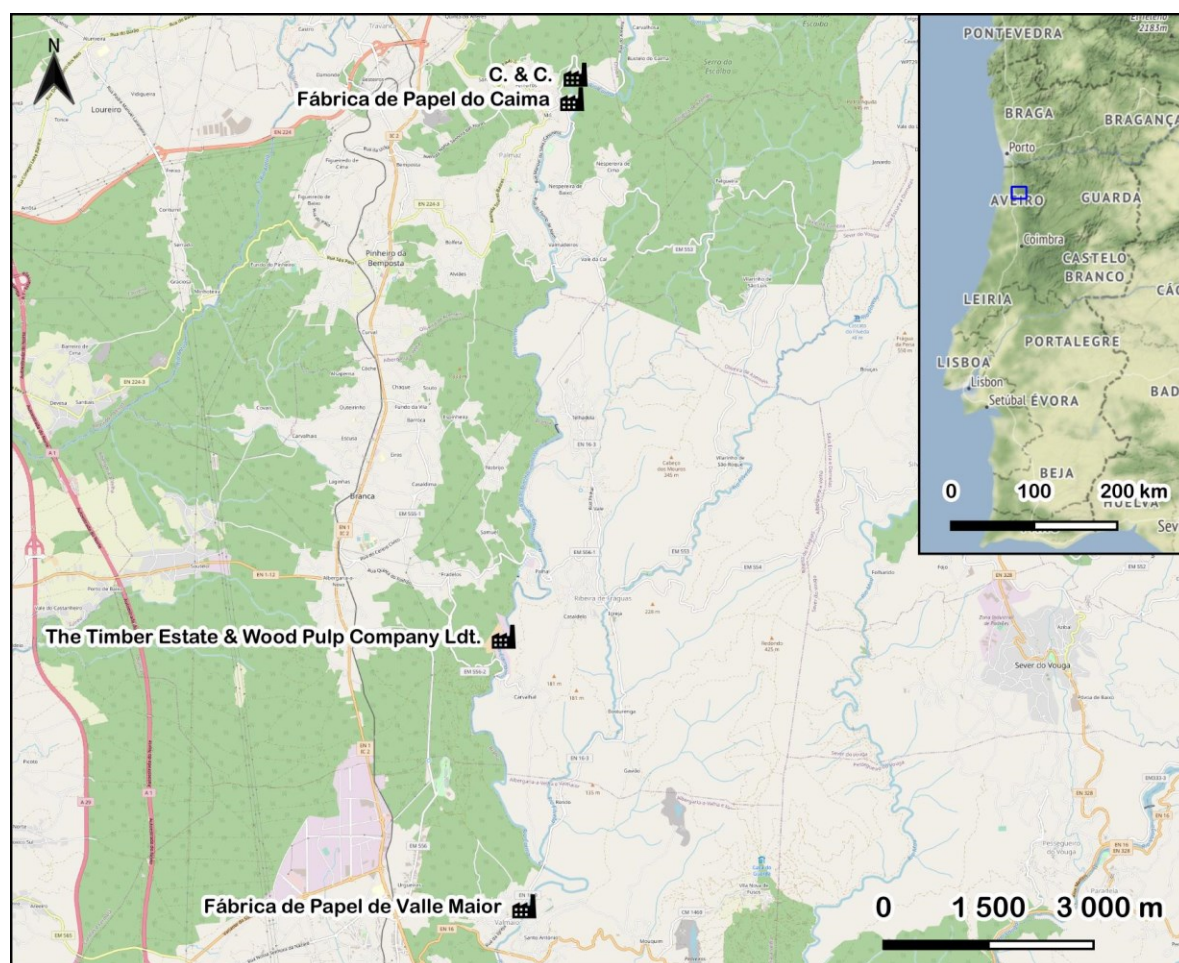


Fig. 16 - Perspetiva 3D do Vale do Caima, em Palmaz, sob fotografia do voo SPLAL n/d (representação da *Costas & Carvalho* a vermelho, ©MBPastor).

Trata-se de uma região essencialmente rural, todavia, com dois focos setoriais de industrialização com particular relevo histórico. São estes o setor lanifício, representado pela *Costas & Carvalho*, fundada em 1864, e as papelarias e fábricas de polpa de celulose do Caima: a fábrica de papel de Valemaior (posteriormente *Companhia de Papel do Prado*), de 1873⁵⁹; a fábrica de pasta de papel de capital britânico *The Timber Estate and Wood Pulp Company Limited*, operacional a partir de 1891 (Branco & Neves 2018:116-17), ambas em Albergaria-a-Velha, a cerca de 15 quilómetros a sul de Palmaz; e a *Fábrica de Papel do Caima*, de 1901⁶⁰, localizada também em Palmaz, a apenas algumas centenas de metros da lanifícia (mapa 7).

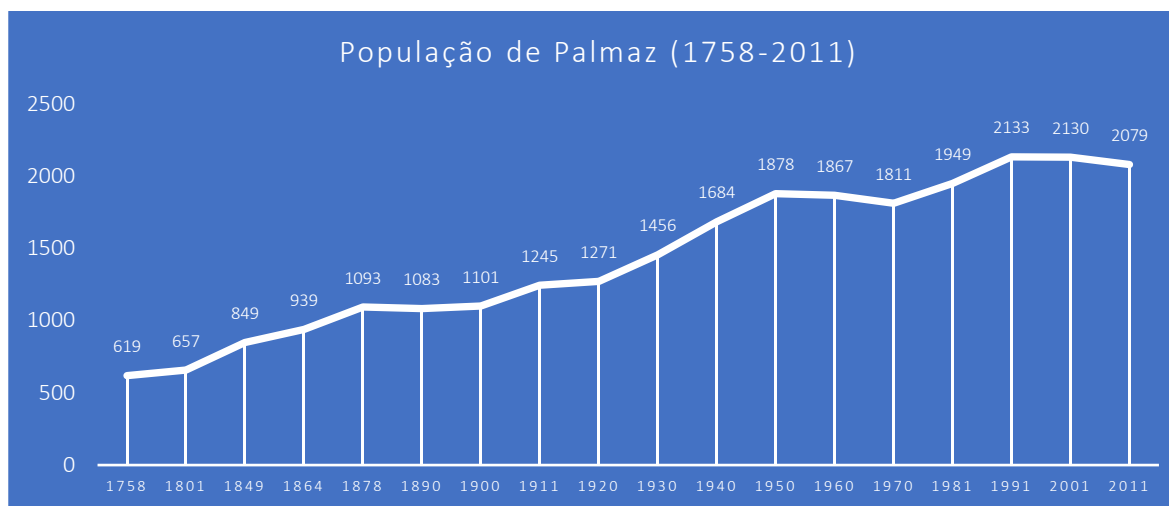
⁵⁹ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 269-271.

⁶⁰ *O Commercio do Porto*, N.º 226, “A Fabrica de Papel do Caima,” 22 de setembro de 1901: 1.



Mapa 7 - Linha industrial do Caima, entre Palmaz, Oliveira de Azeméis e Valmaior, Albergaria-a-Velha (©MBPastor).

Em termos demográficos, Palmaz é uma freguesia com valores populacionais absolutos muito baixos (quadro 7), mas com um ritmo de crescimento, nos últimos 250 anos, relativamente lento⁶¹.



Quadro 7 - Evolução demográfica de Palmaz - 1758-2011 (©MBPastor).

Do ponto de vista da indústria, apesar de, tal como referimos, o maior (e mais recordado) investimento fabril de Palmaz ter sido, durante décadas, a Fábrica de Papel do Caima, a fábrica de lanifícios *Costas & Carvalho*, instalada em 1864, é, para todos os efeitos, a fábrica mais antiga da região⁶².



Fig. 17 - Placa celebrativa da inauguração da Fábrica de Papel do Caima, (©MBPastor).

Contudo, apesar desta primazia (na verdade, talvez como resultado dessa mesma primazia), a memória da *Costas & Carvalho* foi-se

⁶¹ Nas *Memorias Parochiaes* de 1758, a população contabilizada, entre adultos e menores, orça as 619 pessoas (*Memorias Parochiaes, Palmaz*, 30 de maio de 1758, Vol. 27, N.º 38: 203, PT/TT/MPRQ/27/38, ANTT), com um ritmo de crescimento muito lento até ao Censo de 1801, onde apenas atinge os 656 habitantes (Alves, Martins, and Rodrigues 2001:150). Na viragem do século XIX para o século XX, a população não chega a duplicar, alcançando os 1101 habitantes, face aos valores do início do século XIX (*Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, Vol. I, 1905: 56), o mesmo sucedendo nos últimos censos registados enquanto freguesia independente, em 2011, quando atinge os 2079 habitantes (INE 2012:119), o que representa um ritmo de crescimento um pouco aquém da média portuguesa, dos últimos 250 anos.

⁶² *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Villa Real*, 1881: 271.

desvanecendo do percurso de industrialização do Caima, transformando-se, no contexto do imaginário local, como *a fábrica velha*, por oposição à *fábrica nova*, que é a papelreira de 1901 (figs. 17 e 18), unidade fabril fundada por Bento Carqueja, diretor do jornal *Comércio do Porto*, e que servia, sobretudo, para fornecer papel para o seu império editorial.

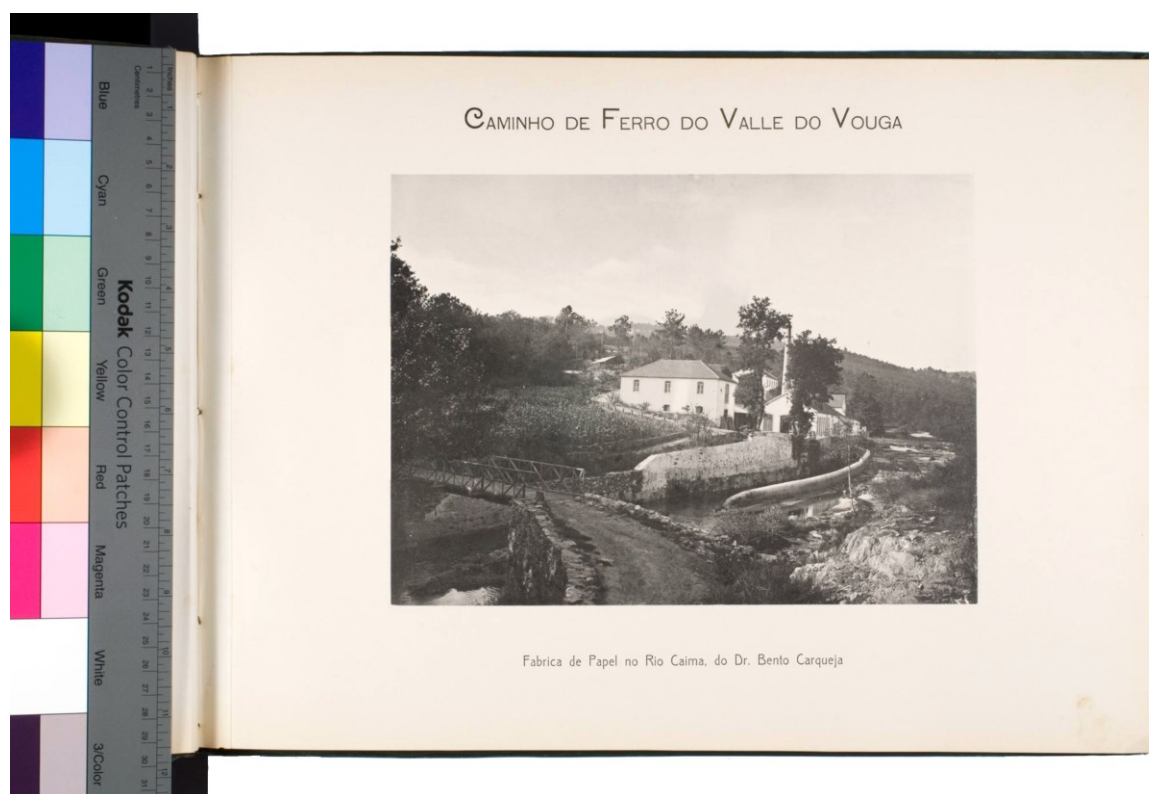


Fig. 18 - Fábrica de Papel do Caima, Emílio Biel & Cia., 1908 (CPF).



Fig. 19 - Vistas gerais da Fábrica de Papel do Caima na atualidade (©MBPastor).

Apesar de, atualmente, a *Fábrica de Papel do Caima* se encontrar em estado devoluto (fig. 19), ela pertence ao mesmo grupo empresarial que recuperou as antigas instalações da

lanifícia, localizada a apenas algumas centenas de metros a norte (mapa 7). Esta situação resulta do facto da antiga lanifícia ter sido convertida, ainda em meados da década de 1920, numa pequena central hidroelétrica, adquirida pela própria papelreira para funcionar como central energética (mapa 9). Contudo, e é relevante notar, o fenómeno de constituição de memória em torno de cada uma das fábricas reformulou-se de modos distintos: por um lado, a unidade que, efetivamente, foi reaproveitada (é agora um complexo hoteleiro) foi a *Costas & Carvalho*, enquanto a papelreira continua sem programa reabilitativo. No entanto, seja no âmbito da memória social, ou mesmo na memória institucional, como veremos, a única fábrica que é recordada é a fábrica de papel. A lanifícia encontra-se, para todos os efeitos, ausente do referencial patrimonial, sendo o seu espaço físico, virtualmente relembrado apenas como sendo a central hidroelétrica. É, pois, partindo de esta omissão, que traçaremos em seguida um itinerário memorial daquela que foi, um dia, a representante industrial de Oliveira de Azeméis na Grande Exposição Internacional de Filadélfia em 1876.

5.1.2. A fábrica *Costas & Carvalho* - projeção e obliúvio

5.1.2.1. Os sócios fundadores

A *Costas & Carvalho* foi fundada por um consórcio de três empresários de Oliveira de Azeméis: os irmãos José da Costa Sousa Pinto Basto e Bernardo José da Costa Pinto Basto, e José Marques de Carvalho (Um Grupo de Oliveirenses 1909:150). Contudo, destes sócios, Bernardo José seria aquele que, em termos gerais, estaria diretamente mais relacionado com o desenvolvimento da fábrica. Em vários documentos coevos a fábrica é, aliás, referida apenas como *a fábrica do senhor Bernardo da Costa Pinto Basto* (Leal 1875:266). Há, todavia, a referência documental muito residual, ainda que significativa, a um quarto sócio proprietário, não obrigatoriamente fundador, que é um indivíduo designado apenas por *Lopes*, natural da Covilhã (Leal 1875:429)⁶³

Em termos sintéticos, as microbiografias de cada um dos sócios apresentam interessantes percursos, cada um dos quais bastante exemplificativos do que foram as dinâmicas

⁶³ Como veremos, em 1881, a fábrica empregava dois mestres vindos da Covilhã, o mestre geral e o mestre de tinturaria. É provável que o mestre geral seja este sócio Lopes.

socioculturais, políticas e económicas da burguesia liberal portuguesa, particularmente no contexto periférico fora de Porto e Lisboa⁶⁴.

Assim, os irmãos Pinto Basto inserem-se, originalmente, num quadro de pequena e média burguesia rural de Oliveira de Azeméis, que atravessa ativamente, em termos geracionais, a ascensão sociocultural permitida pelo liberalismo. O irmão mais velho de José da Costa e de Bernardo José, António Bernardo da Costa Pinto, nascido em Oliveira de Azeméis em 1805, chegara a ser capitão das Ordenanças da região e vereador municipal, nos finais da década de 1820. Foi, posteriormente, militar ativo, como tenente-coronel da Junta do Porto, durante a guerra civil da Patuleia, em 1846, o que lhe permitiu destacar-se no seio da facção liberal que viria a compor a *Regeneração*. Nesse período foi, novamente, vereador da Câmara Municipal e, em 1860-61, chegaria a ser presidente da câmara. Faleceu em Oliveira de Azeméis em 1886 (Tavares 2010:35).

Os dois irmãos fundadores e sócios da *Costas & Carvalho* revelam também percursos bastantes significativos. José da Costa Sousa Pinto Basto, o irmão do meio, nascido a 12 de setembro de 1808⁶⁵, foi o único dos três a estudar em Coimbra, na universidade⁶⁶. Foi nesse contexto que, em 1826 se alistou no recém formado *Batalhão* ou *Corpo Académico* (Soares de Luna 1837:364), uma divisão militar de voluntários liberais que, após um périplo de exílios forçados na Galiza e em Inglaterra, acabaria por desembarcar, com o imperador D. Pedro, nas praias do Mindelo, a 8 de julho de 1832. Ou seja, José da Costa Pinto Basto foi um dos *Bravos do Mindelo* que ocuparam e defenderam a cidade do Porto em 1832-33. Neste contexto de herói do liberalismo, José da Costa Pinto Basto seguiria a sua carreira política sobretudo em Lisboa, como membro dos governos de Passos Manuel, mas também deputado por diversas vezes, durante a Regeneração. Em 1861 foi nomeado Par do Reino e foi nessa condição que morreu, em Lisboa, em 1886 (Um Grupo de Oliveirenses 1909:173-78).

⁶⁴ Para compreensão do espaço sociogeográfico de Oliveira de Azeméis, ver capítulo 3, subcapítulo 3.2.

⁶⁵ *Registo de batismos de Oliveira de Azeméis*, 16 de setembro de 1808, f. 103v, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

⁶⁶ Apesar de ter tido os estudos interrompidos no 4.º ano do curso de leis, José da Costa Sousa Pinto Basto viu a sua licenciatura completada por decreto de guerra de D. Pedro, de 1833, tal, como aliás ocorreu aos outros dos seus companheiros de armas do Batalhão Académico, como Almeida Garrett (Um Grupo de Oliveirenses 1909:175).

Por seu turno, Bernardo José da Costa Pinto Basto, foi, na prática, o principal e mais ativo sócio da *Costas & Carvalho*. Juntamente com o seu irmão Joaquim José da Costa Basto, Bernardo era consideravelmente mais novo do que os seus irmãos António Bernardo e José da Costa, referidos anteriormente. Assim, tanto Bernardo José como Joaquim, apresentam um percurso algo diferente, mas igualmente paradigmático para a definição da burguesia industrial liberal portuguesa da segunda metade do século XIX⁶⁷.

Bernardo José nasceu também em Oliveira de Azeméis, em 1818⁶⁸. Sendo mais novo, não lhe foi possível atuar diretamente nas lutas liberais⁶⁹, pelo acabaria por não enveredar por uma carreira política. Por outro lado, seguiu o destino de vários outros jovens da sua geração, e emigrou para o Brasil, juntamente com o seu irmão Joaquim José.

Não temos muitas referências face às atividades dos Costa Basto no Brasil. Sabemos, contudo, que Joaquim se radicou no norte, em São Luís do Maranhão, onde é tido como residente, ainda muito jovem, a partir de abril de 1827. Trinta anos depois, em 1857, Joaquim era naturalizado súbdito brasileiro⁷⁰. Bernardo José, por sua vez, surge-nos referenciado na imprensa brasileira em 1843, como um dos passageiros embarcados em Santos (São Paulo)⁷¹, mas seria residente no Rio de Janeiro há mais anos⁷². Os mapas de passageiros, nomeadamente na década de 1840, mostram-nos que Bernardo José fazia viagens regulares, não só dentro do Brasil, mas também com momentos em Portugal, o que, de certo modo,

⁶⁷ Veremos que o perfil biográfico de Bernardo José se cruza, em muitos aspetos conjunturais (mas também episódicos) com o percurso de um dos outros industriais da nossa amostragem, o barão da Trovisqueira.

⁶⁸ *Registo de batismos de Oliveira de Azeméis*, 3 de outubro de 1818, f. 8, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.; Joaquim José da Costa Basto era pouco mais velho, nascera em 1816, *Registo de batismos de Oliveira de Azeméis*, 13 de abril de 1816, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

⁶⁹ Bernardo José tinha apenas 15 anos quando foi assinada a Convenção de Evoramonte, que pôs fim à Guerra Civil de 1832-34, o irmão Joaquim tinha 17 anos nessa altura, enquanto António Bernardo e José da Costa tinham já 29 e 26 anos, respetivamente.

⁷⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro da Camara dos Srs. Deputados, Tomo 5.*, 1857: 210. Joaquim faleceu no Brasil, em 1865 e deixou descendência com Gertrudes Rosa da Conceição Basto. Não conhecemos inteiramente bem o seu percurso profissional, mas surge, a partir de agosto de 1862, como *Agente de Leilões (Publicador Maranhense*, N.º 187: 3, São Luís do Maranhão, 19 agosto de 1862). Na prática, esta pouco dignificante atividade parece sobretudo relacionada com o tráfico e arresto de escravos, confirmada pelos vários anúncios em que Joaquim José da Costa Basto coloca à venda pessoas escravizadas, seja como intermediário, ou como detentor de arresto (a título de exemplo, veja-se *Publicador Maranhense*, N.ºs 211 e 66, de 19 de setembro de 1863 e 21 de março de 1864). Joaquim faleceu em São Luís do Maranhão em fevereiro de 1865 (*Publicador Maranhense*, N.º 27: 3, São Luís do Maranhão, 3 de fevereiro de 1866).

⁷¹ *Jornal do Commercio*, N.º 192: 4, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1843.

⁷² *A Actualidade*, N.º 1598: 1, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1863.

confirma as práticas migratórias da burguesia média alta com interesses comerciais e financeiros entre Portugal e Brasil⁷³.

No início da década de 1850 encontra-se novamente, e de modo aparentemente definitivo, em Oliveira de Azeméis, onde se casou Luísa Cândida de Carvalho Sousa, irmã do que viria a ser seu sócio na fábrica, José Marques de Carvalho⁷⁴. Foi nessa altura que instalou um palacete na rua principal da vila, a Rua do Mártir (desde 1907, e atualmente, Rua António Alegria⁷⁵). O palacete de Bernardo José foi a casa mais bem equipada na região, escolhida, aquando das visitas régias de D. Pedro V e restantes infantes ao Norte, em novembro de 1860 e agosto do ano seguinte, para acolher a comitiva real. Alguns anos depois, em 1863, foi igualmente no palacete de Bernardo da Costa Pinto Basto que os novos monarcas, D. Luís e D. Maria Pia, se instalaram também, aquando da sua passagem por Oliveira de Azeméis (Um Grupo de Oliveirenses 1909:139-41)⁷⁶.

Foi neste enquadramento, que, em 1864, Bernardo José da Costa Basto, juntamente com o seu irmão José da Costa Pinto Basto e o cunhado José Marques de Carvalho, fundaram a *Costas & Companhia*. Ao mesmo tempo, Bernardo foi mantendo os seus interesses financeiros no Brasil, ora como representante legal de familiares dos emigrantes portugueses naquele país⁷⁷, ora como correspondente de casas bancárias no Rio de Janeiro⁷⁸. Chegou, inclusivamente, a naturalizar-se súbdito brasileiro em 1876⁷⁹.

O papel praticamente onnipresente de Bernardo José nos destinos da *Costas & Carvalho* deve-se, sobretudo, a dois aspetos: a distância do seu irmão e sócio José da Costa, cujas atividades políticas o levaram a residir permanentemente em Lisboa, e ao facto de José Marques de Carvalho ser, na prática, apenas um sócio investidor (aliás, Marques de Carvalho foi o primeiro dos três sócios a falecer, ainda em 1882⁸⁰).

⁷³ *Jornal do Commercio*, N.º 98: 4, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1846.

⁷⁴ *Registo de casamentos de Oliveira de Azeméis*, 7 de fevereiro de 1851, f. 157v, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

⁷⁵ *O Jornal do Povo*: 3, Oliveira de Azeméis, 16 de outubro de 1907.

⁷⁶ Os episódios são semelhantes ao ocorrido, por ocasião das mesmas visitas, em Vila Nova de Famalicão, na casa do barão da Trovisqueira, que abordaremos noutro momento.

⁷⁷ *Escrituras 1.º Arquivo Notarial de Oliveira de Azeméis*, 14 de fevereiro de 1866, fs. 86v-87v, NOT/1CNOAZ/001/0040, ADA.

⁷⁸ *Diário de Noticias*, N.º 674: 3, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1887.

⁷⁹ *Gazeta de Noticias*, N.º 174:1, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1876.

⁸⁰ *Registo de óbitos de Oliveira de Azeméis*, N.º 19, 13 de junho de 1882, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

Assim, depois da morte de José da Costa, em 1886, Bernardo tornou-se no principal administrador da fábrica de lanifícios, ainda que consideremos sempre a presença do sócio não visível, Lopes, da Covilhã. A crise financeira de 1890, levou-o, em 1891, a entrar num processo de insolvência pessoal que comprometeu o desenvolvimento da fábrica⁸¹. Este condicionamento, conduziu Bernardo José a passar a tutela dos seus bens, nomeadamente a fábrica, para o seu filho Joaquim Augusto da Costa Basto, a partir de 1893⁸².

Não obstante esta situação, os números do final do século XIX do *Anuario Commercial* continuaram a referir Bernardo José da Costa Basto como proprietário da fábrica de lanifícios de Palmaz⁸³. Por fim, a 2 de junho de 1898, Bernardo José falecia, com 79 anos, na sua casa em Oliveira de Azeméis⁸⁴. A notícia da sua morte atravessou o Atlântico e foi anunciada na imprensa carioca. Dois dos anúncios obituários, publicados por um dos seus sobrinhos brasileiros⁸⁵, mostram uma das questões onomásticas que, em termos de pesquisa booleana, no quadro de investigação nas humanidades digitais, se revelou sensível, que é a alteração entre os apelidos *Basto* e *Bastos*, confusão recorrente na imprensa brasileira (fig. 20).

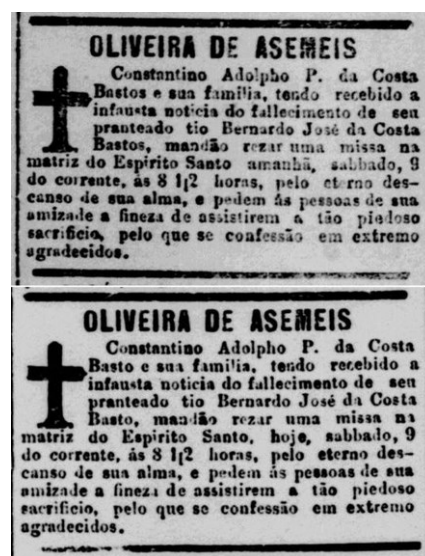


Fig. 20 - Obituário de Bernardo José da Costa Basto na imprensa do Rio de Janeiro. O apelido Basto alterna com *Bastos* nos dois anúncios de dias diferentes (*Jornal do Commercio* de 8 e 9 de julho de 1898).

Em relação a José Marques de Carvalho, como vimos, o terceiro sócio e cunhado de Bernardo José, era um membro da influente família oliveirense Marques de Carvalho. Com efeito, a

⁸¹ *Nota do ativo da fábrica de Bernardo José da Costa*, 13 de abril de 1891, PT/AMVR/FAM/ACB/D/B/002-011, AMVR. Nesta nota de ativos, encontram-se listados os credores da fábrica *Costas & Carvalho*, é interessante verificar que estão lá os irmãos Borges, fundadores do Banco *Borges & Irmão* e do Grupo *Borges*, que viria a deter não só a lanifícia de Lordelo do Ouro, como a de Padronelo, ambas integrantes da nossa amostragem.

⁸² *Escritura de Caução*, 5 de maio de 1893, PT/AMVR/FAM/ACB/D/B/002-009, doc. 002, AMVR.

⁸³ *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1896 e 1897: 961 e 968. O número de 1900, editado depois da morte de Bernardo José, em junho de 1898, nomeia a fábrica como sendo de João Pinto de Carvalho: 1197. Todavia, nos anos seguintes, a fábrica passa a ser identificada como sendo de Joaquim Augusto da Costa Carvalho, filho de Bernardo.

⁸⁴ *Registo de óbitos de Oliveira de Azeméis*, N.º 22, 2 de junho de 1898, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

⁸⁵ *Jornal do Commercio*, N.ºs 188 e 189:8, Rio de Janeiro, 8 e 9 de julho de 1898.

casa dos Marques de Carvalho, também na antiga Rua do Mártir acolhe, atualmente, o Museu Regional do concelho⁸⁶, por doação do seu irmão João Marques de Carvalho.



Fig. 21 - Jazigo de José Marques de Carvalho e família, Oliveira de Azeméis (©MBPastor).

Não obtivemos dados biográficos significativos sobre José Marques de Carvalho. Localizamos apenas o seu batismo, em Oliveira de Azeméis, em 1823 e o seu óbito, também na referida casa da mesma vila, em 1882⁸⁷. Faleceu solteiro e não deixou descendência. O seu irmão mais velho (e herdeiro), João, bem como o seu sobrinho José Marques Pais de Carvalho foram membros ativos da vida social e política oliveirense na transição do século XIX para o século XX, referidos como proprietários e detentores de cargos públicos. José, propriamente dito, surge-nos apenas como sócio capitalista da *Costas & Carvalho*, mas, todavia, não lhe detetámos funções executivas, daí o referencial constante a Bernardo José enquanto administrador da fábrica. A título de

curiosidade, José Marques de Carvalho foi o responsável pela construção do primeiro jazigo familiar do cemitério de Oliveiro de Azeméis, em 1864 (Um Grupo de Oliveirenses 1909:92-93), ano da fundação da *Costas & Carvalho* (fig. 21).

5.1.2.2. Mão de obra

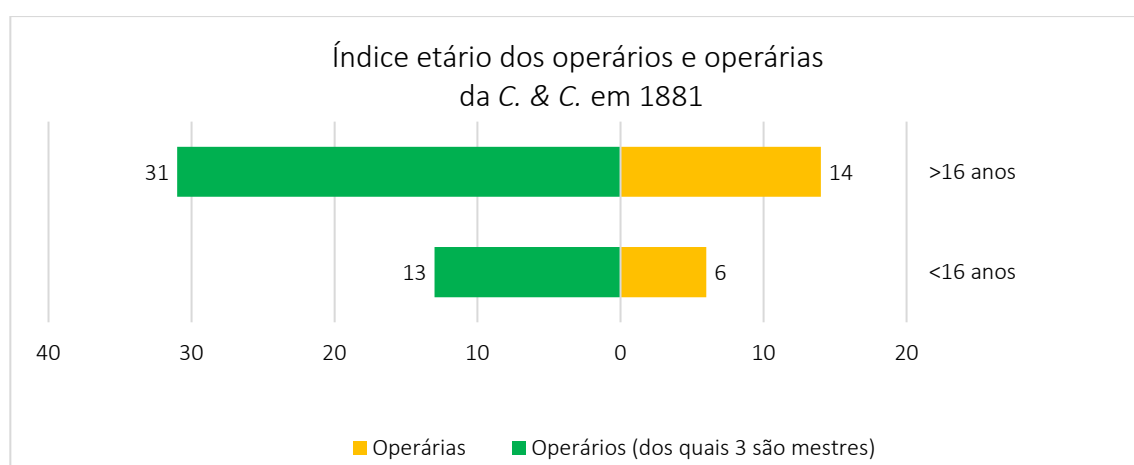
Ao contrário dos primeiros mapas laborais do início do século XIX, nomeadamente o *Mappa* de 1813 (Cordeiro 2002), que, aliás, aludiremos na abordagem à fábrica de Lordelo do Ouro, os inquéritos industriais de 1881 e de 1890, onde a *Costas & Carvalho* se encontra inscrita, não nos referem nada sobre a identidade dos operários e das operárias. É-nos indicado apenas a distribuição por género, idades (ainda que parcamente) e salário, e uma muito

⁸⁶ José Marques de Carvalho morreu solteiro, o seu herdeiro direto foi o irmão João Marques de Carvalho, que viria a legar a casa ao município. Todavia, a instituição não preserva qualquer memória de José Marques de Carvalho, nem, tampouco, da sua relação com a fábrica de Palmaz.

⁸⁷ *Registo de batismos de Oliveira de Azeméis, 9 de outubro de 1823, f. 40v, PT/ADAVR-POAZ09/1/8 e registo de óbitos de Oliveira de Azeméis, N.º 22, 2 de junho de 1898, PT/ADAVR-POAZ09/3/39, ADA.*

pontual indicação da naturalidade do mestre geral e do mestre de tinturaria, que, em 1881, eram ambos, significativamente, da Covilhã⁸⁸. Quanto ao demais, podemos apenas, a partir destas fontes, recriar um quadro demográfico incompleto.

Assim, em 1881, a fábrica empregava 31 homens (três dos quais eram o mestre geral e mestres de tinturaria e cardas), 14 mulheres, 13 meninos e seis meninas, num total de 64 operários (quadro 8); contratava ainda externamente 25 tecelões e oito tecedeiras⁸⁹. Ou seja, ao contrário do que viria a ser a tendência dentro do operariado têxtil, a *Costas & Carvalho* empregava, em 1881, sobretudo homens.



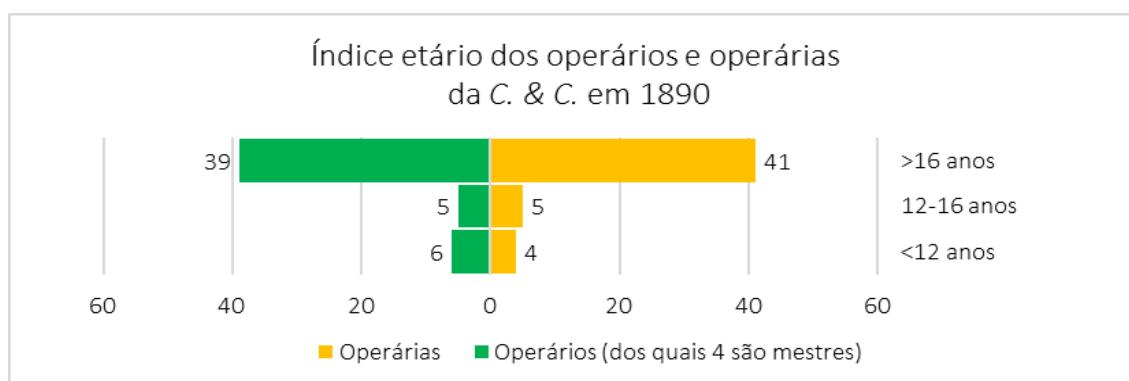
Quadro 8 - Distribuição etária dos operários e operárias da *Costas & Carvalho* em 1881 (©MBPastor).

Estes 97 assalariados (contabilizamos, naturalmente, os externos) não diferem muito dos 100 operários registados em 1890 (quadro 9), ainda que, em termos de média diária de trabalhadores, a fábrica tivesse apenas cerca de 20 operários *in loco*. Em relação à instrução dos trabalhadores, o mesmo documento revela-nos que 39 dos 50 homens sabiam ler, mas apenas 10, das também 50 operárias eram alfabetizadas, fator expressivo de acentuação das desigualdades⁹⁰.

⁸⁸ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 271.

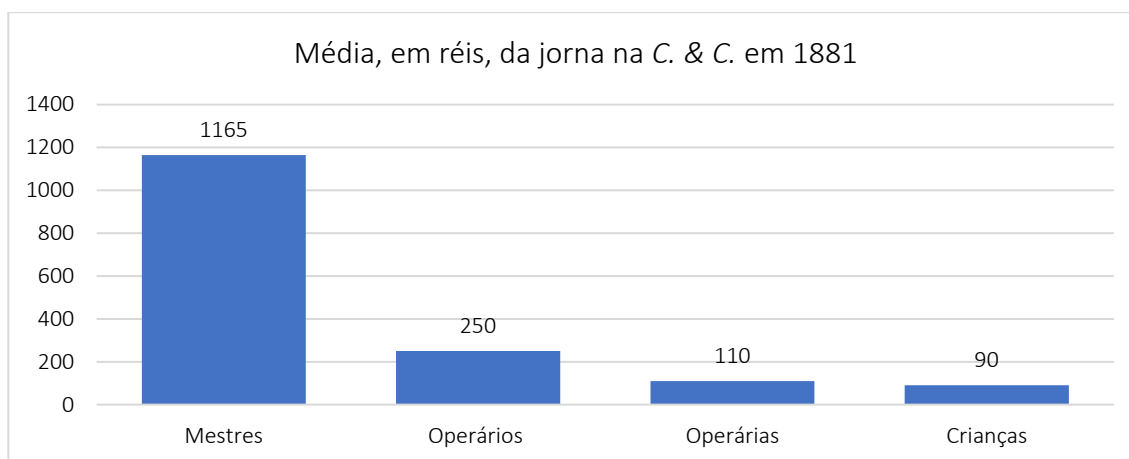
⁸⁹ Importa referir que em 1876, nos dados enviados para o catálogo da Exposição Internacional de Filadélfia, é referido que a fábrica empregava 85 pessoas: 42 homens, 25 mulheres e 18 crianças (*International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V.: II-33*).

⁹⁰ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 10, 28-29.



Quadro 9 - Distribuição etária dos operários e operárias da *Costas & Carvalho* em 1890 (©MBPastor).

A distribuição salarial era, tal como a restante prática no contexto fabril da época, bastante desigual (quadro 10). Auferindo as mulheres, em 1881, cerca de 100 a 120 réis diários, enquanto os homens, operários, recebiam cerca de o dobro (200 a 300 réis). O salário dos mestres variava entre os 1.000 e os 1.500 réis por dia, enquanto as crianças, de ambos os sexos, não iam além dos 100 réis⁹¹.



Quadro 10 - Distribuição média do rendimento diário na *Costas & Carvalho* em 1881 (©MBPastor).

Em relação a 1890, os salários já não são discriminados por sexo, apenas entre adultos e crianças, sendo os valores apresentados como de 220 a 400 réis para os adultos e de 70 a 120 réis para as crianças⁹². Tendo em conta as práticas correntes, não é abusivo considerar

⁹¹*Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 271.

⁹²*Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 42-49.

que os valores mínimos correspondem a trabalho feminino e os valores máximos a trabalho masculino.

Tirando estes dados objetivos, a memória do trabalho, nomeadamente a memória do trabalho na lanifícia do Caima, é uma memória indireta. Uma memória desvendada a partir de fragmentos espalhados na imprensa. Com efeito, sabendo que a atividade fabril da *Costas & Carvalho* não reteve memória societal (a própria identidade da fábrica, tal como referimos, desvaneceu-se). A presença operária da fábrica também não criou identidade. Ainda assim, mesmo que não possuamos registos jornalísticos das primeiras décadas de funcionamento da fábrica, basicamente, o último terço do século XIX⁹³, é possível encontrar alguns indícios do quotidiano fabril no Caima nos primeiros anos do século XX, quando a fábrica de lanifícios, ainda que continuando a laborar, era já uma pequena entidade industrial popularmente chamada de *fábrica dos xailes*.

A *fábrica dos xailes*, secundada, a partir de 1901, pela instalação da Fábrica de Papel do Caima, pontua esporadicamente algumas notícias locais da imprensa, quase sempre pequenos *fait divers* mais ou menos sensacionalistas. Casos como o roubo da jorna de uma jovem operária⁹⁴ ou o assalto noturno à fábrica, onde algum equipamento terá sido desviado⁹⁵, revelam-nos mais sobre a micro sociedade de Palmaz, do que do universo laboral fabril propriamente dito. Aliás, mesmo nas (muito) mais recorrentes notícias sobre a Fábrica de Papel do Caima, de Bento Carqueja⁹⁶, a versão do mundo operário que nos é transmitida é idealizada. Ora são os afáveis e agradecidos operários que vêm receber D. Manuel II de bandeira nacional na mão, aquando da inauguração da linha do Vouga, a 23 de novembro de

⁹³ Os números dos dois grandes jornais oliveirenses do período, ambos bissemanários, *O Jornal do Povo* (fundado em 1880) e *A Opinião* (fundado em 1892) não estão disponíveis nos acervos públicos antes do início do século XX, com a exceção de um único número avulso de *O Jornal do Povo*, ainda de 1881.

⁹⁴ *A Opinião*: 3, Oliveira de Azeméis, 19 de setembro de 1907. Trata-se de uma operária, Emília Patala, que viu a sua semana ser roubada no interior da fábrica, onde trabalhava. A fábrica não é identificada, mas infere-se que foi na lanifícia, visto só existirem, à época, duas fábricas em Palmaz, a papeleira do Caima (sempre assim designada) e a fábrica de Palmaz, designação recorrente da lanifícia.

⁹⁵ *O Jornal do Povo*: 3, Oliveira de Azeméis, 1 e 29 de junho de 1910. Estas breves notícias têm um contexto mal explicado, é referido apenas que houve um assalto à fábrica, durante a noite, efetuado por dois rapazes de Machinhata da Seixa, capturados, aliás, rapidamente. Semanas depois, é publicado um comunicado pessoal, de um Francisco Marques Pinheiro, que anuncia publicamente não deter qualquer equipamento subtraído na fábrica.

⁹⁶ Como referimos, a papeleira pertencia ao grupo detentor do jornal portuense *O Comércio do Porto*. Todavia, a papeleira também fornecia jornais concorrentes, como o também portuense *Jornal de Notícias* (Um Grupo de Oliveirenses 1909:133). O próprio *A Opinião*, de Oliveira de Azeméis, foi, durante vários anos, impresso em papel aí produzido.

1908 (Um Grupo de Oliveirenses 1909:132-33), ora os mesmos operários da fábrica de papel a receberem, também entusiasmados, os jornalistas de *O Comércio do Porto* que, numa excursão festiva de domingo, iam conhecer a fábrica e os seus operários⁹⁷.

Em qualquer dos casos, a fábrica de lanifícios nunca é mostrada. Os visitantes, sejam o próprio monarca, sejam os jornalistas, deslocam-se apenas até à papelreira. A *Costas & Carvalho*, localizada a apenas algumas centenas de metros mais a montante, não é mencionada, reflexo da falta de relevância vivida pela fábrica que, ainda cerca de 30 anos antes, tinha integrado a comitiva portuguesa na Exposição Internacional de Filadélfia, nos EUA. Em todo o caso, esta ausência de referencial na imprensa, revela uma outra ausência, porventura mais estrutural, na sociedade oliveirense, que é precisamente a falta de cultura operária na pequena freguesia de Palmaz.

Isto não significa, todavia, que não houvesse já, entre finais do século XIX e inícios do século XX, uma cultura operária no espaço geocultural mais geral de Oliveira de Azeméis. Pelo contrário, a intensificação industrial da região, seja a partir da indústria vidreira, como em Bustelo ou em Lações⁹⁸, mas também, e sobretudo, a indústria chapeleira da, à época, freguesia de São João da Madeira, criaram polos de cultura operária que mantêm e cultivam a sua identidade e memória. A freguesia de São João da Madeira, viria, em virtude precisamente da sua industrialização, a se autonomizar, em 1926, tendo sido elevada a concelho, situação que sem mantém atualmente⁹⁹.

⁹⁷ *O Jornal do Povo*: 3, Oliveira de Azeméis, 13 de julho de 1910. A visita, num domingo, serviu para inaugurar um novo anexo da fábrica de papel. O ambiente retratado é bastante bucolicizado, com os jornalistas urbanos a conviverem, interessadíssimos, com os simples operários rurais de Palmaz. Mais significativo, e recorrente, são as notícias dos números seguintes, que noticiam a violência, motivada por excesso de álcool, que ocorreu durante a noite do dia da visita régia.

⁹⁸ A tradição vidreira destas freguesias de Oliveira de Azeméis remota ainda a um período pré-industrial, nomeadamente ao século XVI, com a instalação da fábrica de vidro da Mata do Côvo (Bustelo), mas também com as fábricas de Lações, nomeadamente o *Centro Vidreiro do Norte de Portugal*, complexo industrial do início do século XX que, infelizmente, foi inteiramente demolido no início de 2021 (*Correio de Azeméis*, 23 de fevereiro de 2021).

⁹⁹ *Diário do Governo*, N.º 226: 1508, Decreto N.º 12:456, de 11 de outubro de 1926. A antiga freguesia de Oliveira de Azeméis passou, desde este momento, a ser um concelho autónomo, na verdade, o concelho mais pequeno de Portugal Continental. O decreto acima indicado é claro nas razões para a elevação de São João da Madeira a concelho: «*Considerando que a vila e freguesia de S. João da Madeira, do concelho de Oliveira de Azeméis, com as suas numerosas fábricas e oficinas, que empregam alguns milhares de operários, constitui hoje o centro industrial mais importante do distrito de Aveiro e sustenta activas e grandes transacções com o País e as colónias.*».

Assim, esta cultura operária do quadro geográfico oliveirense mais alargado, plasmada pela imprensa do início do século XX (fig. 22), funda-se, sobretudo, na precariedade, nos baixos salários e na sazonalidade da mão de obra, sempre muito dependente de outras atividades, sejam a agricultura de subsistência, seja a venda ambulante.

Nesse sentido, Palmaz e a fábrica de lanifícios não seria, até pelo que sabemos dos salários praticados e do nível socioeconómico dos seus operários e operárias, muito diferente. Realidade precária ilustrada, por *Antonio Luso*, nome de guerra de um ativista laboral de *A Opinião*:

«(Em Oliveira de Azeméis) só há dous modos de vida a escolher: chapeleiro, ou brasileiro. Para as fabricas vão somente aquelas que nada, mesmo nada, teem.»¹⁰⁰

5.1.2.3. Estrutura fabril, implementação e equipamento

Do ponto de vista material, a fábrica era composta por dois blocos contíguos: o bloco da central de energia (mapa 8 - 1), e respetiva instalação hidráulica para alimentação da turbina (mapa 8 - 2) e, posteriormente, da pequena hidroelétrica, e o pavilhão de trabalho, onde se localizavam as oficinas de fição, tecelagem e demais acabamentos (mapa 8 - 3).



Fig. 22 - *A Opinião*, bissemanário oliveirense impresso em papel da Fábrica do Caima, 11 de julho de 1907. Os temas da condição operária no concelho eram frequentemente debatidos neste periódico.

¹⁰⁰ *A Opinião*: 2, Oliveira de Azeméis, 27 de junho de 1907.



Mapa 8 - Georreferenciação da fábrica do Caima e respetivos elementos (Earth 2022 - ©MBPastor).

Atualmente, depois das obras de 2010 de reconfiguração da fábrica, na altura já devoluta, o pavilhão de trabalho foi separado da central de energia e reconvertido em restaurante. O espaço da central propriamente dito, foi recuperado e continua a produzir energia elétrica.

Em 1864, a fábrica não tinha qualquer produção hidroelétrica. Essa reconversão só ocorreu na década de 1920, aparecendo assinalada, no *Anuário Comercial* a partir de 1924. Momento em que a lanifícia, apesar de ainda laborar sob a firma *Adelino Soares e Cia.*, tinha já sido adquirida pela Fábrica de Papel do Caima e funcionado também como a sua central elétrica (mapa 9)¹⁰¹.

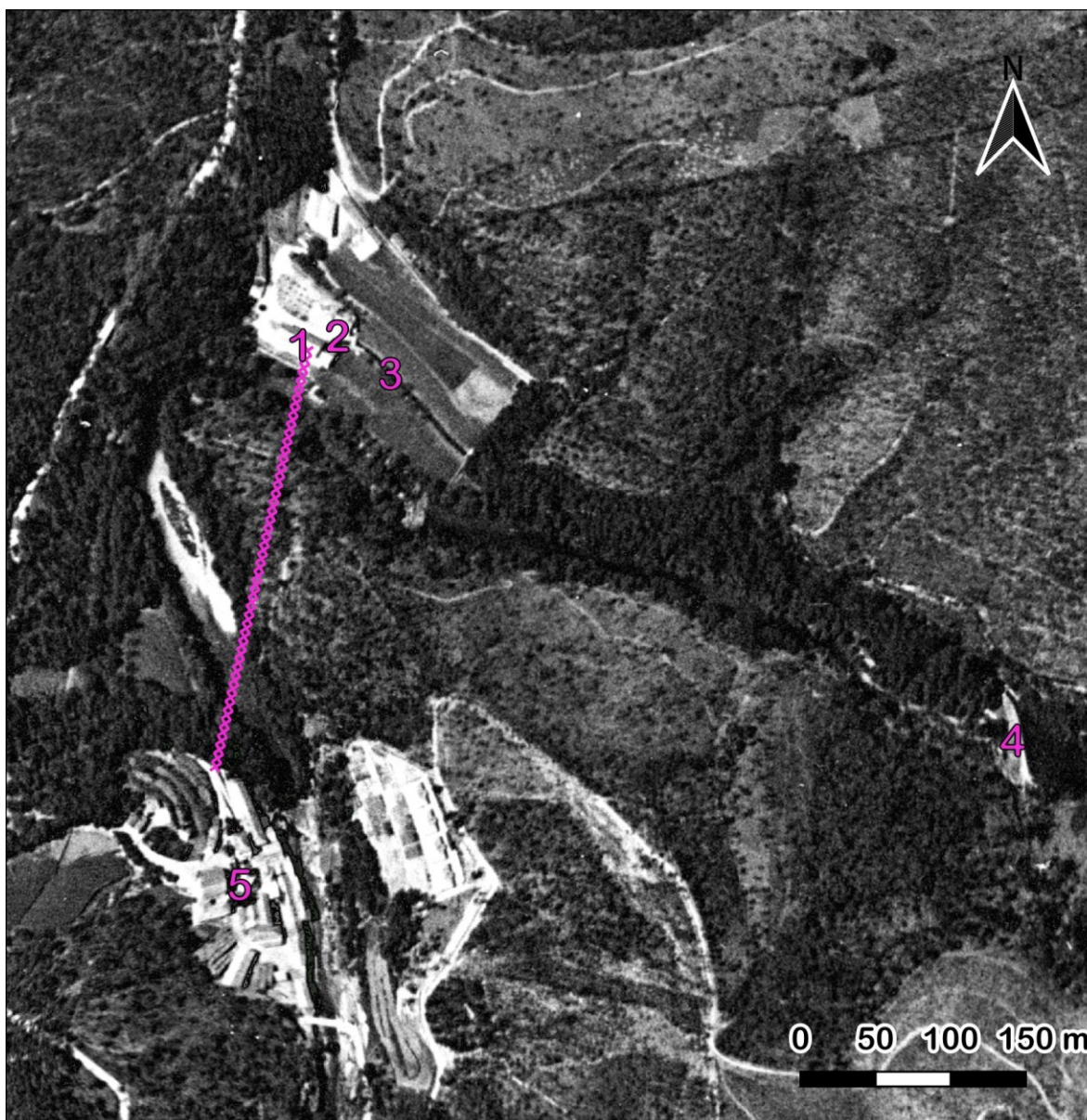
¹⁰¹ O *Annuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar* (depois de 1911 *Anuário Comercial*) de 1911: 2293 identifica-nos, pela primeira vez, o nome Adelino Soares e Cia. como proprietário da fábrica de cintas e de xales de lã, que é a antiga *Costas & Carvalho*; na edição de 1924, vol. II: 2744, é referida pela primeira vez a central elétrica do Caima, instalada na mesma fábrica.



Fig. 23 - Vistas em 2020 da central de energia da C. & C. De cima para baixo: fachada; acessos posteriores e interior (©MBPastor).

Deste modo, a fábrica de lanifícios do Caima foi, originalmente e posteriormente, uma estrutura simples, de pavilhão térreo dividido entre a central energética e as oficinas, num total de cerca de 600 m² de área coberta (250 m² da central, mais 350 m² das oficinas).

Do ponto de vista de implementação territorial, a fábrica tirava vantagem da orografia do terreno, nomeadamente do curso do Rio Caima, que, direccionado através de uma represa e levada, alimentava continuamente a turbina.



Distribuição espacial das fábricas do Caima em 1947

- 1 Costas & Carvalho
- 2 Tanque e comportas
- 3 Levada
- 4 Represa
- 5 Papeleira do Caima
- xxxxx Cabos elétricos

Mapa 9 - Georreferenciação de ortofotografia da RAF, 1947, do Vale do Rio Caima com indicação da distribuição dos elementos das fábricas de lanifícios e papeleira (©MBPastor).

Como referimos, a memória laboral da fábrica de lanifícios do Caima não subsistiu ao seu encerramento ainda na primeira metade do século XX. Simultaneamente, a memória material da fábrica também se desvaneceu. Melhor dizendo, a memória material da lanifícia foi reinterpretada como parcela da Fábrica de Papel do Caima, como a sua central elétrica. Na verdade, ainda atualmente, no inventário promocional do património cultural da freguesia de Palmaz, recolhido e enumerado pela própria Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, na sua página de internet, não consta qualquer entrada sobre a fábrica de lanifícios. Mais, nessa mesma página é-nos indicado que a Fábrica de Papel do Caima foi construída sobre o reaproveitamento de uma *fábrica de tecidos que funcionou durante a segunda metade do século XIX*, numa alusão ao que, se supunha, ter sido a fábrica de lanifícios (fig. 24). Simultaneamente, a mesma página destaca a inauguração, em 2011, do equipamento hoteleiro na antiga lanifícia, mas sem qualquer alusão à fábrica. Aliás, a referência histórica ao antigo edifício da central energética é estranhamente classificada como “*bicentenária hídrica*”, o que, do ponto de vista cronológico, é incompreensível.



Fig. 24 - Página web da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, com referência à Fábrica de Papel do Caima; no texto é referido que a papelaria foi instalada sobre uma antiga *fábrica de tecidos*, como alusão à *Costas & Carvalho*. Não só a papelaria foi construída de raiz, como as instalações da lanifícia, mais a montante, ainda existem (https://www.cm-oaz.pt/oliveira_de_azemeis.1/freguesias.42/palmaz.56/fabrica_de_papel_do_caima.a3147.html).

Situação semelhante ocorre também no sentido inverso, isto é, a sobreposição da memória da fábrica de papel sobre a fábrica de lanifícios. Nomeadamente em alguns trabalhos de investigação académica, onde a antiga *Costas & Carvalho*, precisamente durante as obras de reconversão, em 2010 (figs. 25 e 27), nos é apresentada como sendo a *Fábrica de Papel do Rio Caima* (Martins 2010:19).



Fig. 25 - A Costas & Carvalho em 2010 (Martins 2010); a fábrica é identificada como sendo a *Fábrica de Papel do Rio Caima*.

Esta situação, que caracterizaríamos de *não inscrição geográfica* da fábrica de lanifícios, conduziu-nos a um processo de reconhecimento territorial que só pôde ter sucesso através do cruzamento de diferentes fontes informativas. Concretamente a informação documental, que nos referia a conversão da fábrica em unidade hidroelétrica e, sobretudo, a memória local que, em contacto com alguns moradores, nos referiam a existência de uma *fábrica velha*, por oposição, como mencionamos anteriormente, à papeleira, *a fábrica nova*. Estas informações permitiram, a partir de leitura cartográfica e ortofotográfica, localizar as instalações da antiga *Costas & Carvalho*, efetivamente em Palmaz, no antigo lugar do Areeiro.

A partir desse momento, foi possível visitar, no terreno, as instalações da antiga fábrica, convertida, desde 2011, num moderno complexo de turismo rural ecológico¹⁰². O empreendimento, da responsabilidade do grupo económico que detém também a antiga Fábrica de Papel do Caima, levou a cabo uma ação de recuperação da produção elétrica da

¹⁰²*Público*, 26 de junho de 2011.

central da antiga lanifícia, procurando, com sucesso, autonomizar o hotel e demais infraestruturas em termos de autogeração de energia sustentável (fig. 26).



Fig. 26 - Novo alternador, para geração elétrica, tanque de abastecimento e grade de filtragem da turbina original da Costas & Carvalho (©MBPastor).

Do ponto de vista do uso de georreferenciação, o tratamento de ortofotografias históricas das décadas de 1940 e 1950, juntamente com imagética do Google Earth captada entre o início do século XXI e até ao momento presente¹⁰³ (mapas 10 e 11), permitiu sistematizar visualmente o processo de transformação espacial da fábrica e sua envolvência, desde a década de 1940 até à atualidade. É, inclusivamente, possível verificar o processo de ruína acentuado a partir de 2004 e as obras de reconversão, em 2010-11.

¹⁰³De acordo com o que apuramos junto do CIGE, o voo da *Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos Limitada*, sobre a área da lanifícia do Caima, não tem nenhum relatório de voo associado, pelo que desconhecemos a data exata da fotografia, sendo compreendido entre 1937 e 1957. Os voos da *Royal Air Force* e da *United States Air Force* ocorreram em 1947 e 17 de maio de 1958, respetivamente. Do arquivo temporal do sistema Google Earth recolhemos imagética captada entre fevereiro de 2004 e maio de 2021, período que compreende as grandes obras de reabilitação iniciadas em 2010.

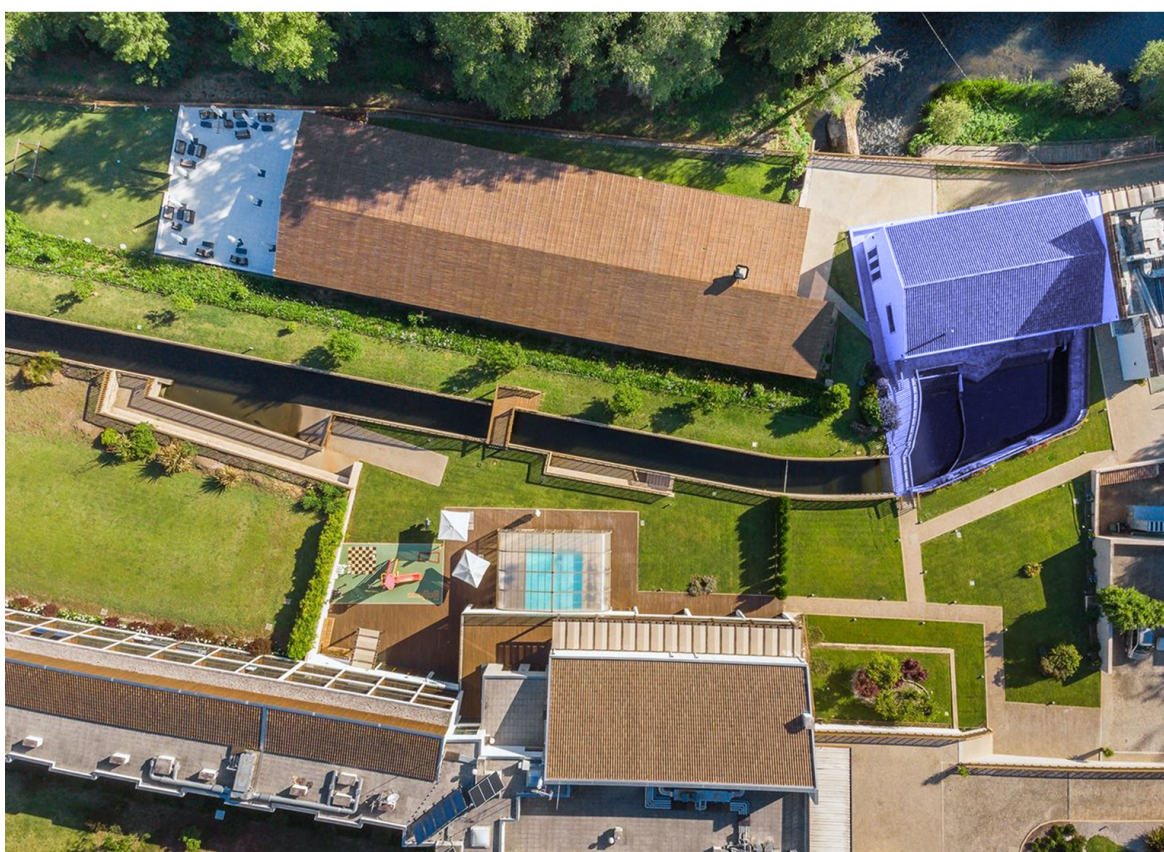


Fig. 27 - A casa da turbina da antiga lanifícia (a púrpura): em cima, em 2010, durante a reconversão imobiliária; em baixo, 2020, já integrada no complexo hoteleiro (Martins, 2010 e valedorio.pt, 2021).



Mapa 10 - Georreferenciação de ortofotografia histórica da Costas & Carvalho; de cima para baixo: voo RAF, 1947; voo USAF, 17 de maio de 1958 e Google Earth, fevereiro de 2004 (©MBPastor).



Mapa 11 - Georreferenciação de ortofotografia histórica da Costas & Carvalho; de cima para baixo: Google Earth, outubro de 2006; março de 2010 e maio de 2021 (©MBPastor).

A partir do exercício de georreferenciação (mapas 10 e 11), conseguimos perceber que as infraestruturas determinantes para a atuação energética da turbina e, por conseguinte, a alimentação da fábrica foi sendo preservada ao longo das décadas. Referimo-nos sobretudo à represa, canada, tanque e comportas que conduziam as águas do Caima até à central energética. Esta manutenção deve-se, naturalmente, ao uso contínuo da hidroelétrica durante grande parte do século XX, uso aliás, que foi, como vimos, recuperado já no século XXI. Todavia, antes da hidroelétrica, todo o sistema de abastecimento à turbina era já o mesmo, isto é, a organização hidrográfica do espaço do século XIX manteve-se até à atualidade.

A turbina da *Costas & Carvalho* foi, ainda no final do século XIX, considerada uma referência a nível tecnológico em Portugal. Tratava-se de uma turbina Knop (Cordeiro 1995:255-56). Este tipo de turbina, desenhada por Gustav Knop¹⁰⁴, em meados da década de 1870, foi comercializado pela firma *Briegleb, Hansen & Co.*, de Gota, na Turíngia, Alemanha.

A turbina de Knop é, no fundo, uma turbina axial do tipo Jonval (Jones 2006:209 e 421). Ou seja, trata-se de uma turbina horizontal de reação (Delgado Torres & Cano Sanchiz 2010:258-59), com eixo vertical, cujo fluxo de água é também verticalmente direcionado, a partir de um sistema de compressão (fig. 28), para o interior da turbina. Esta é composta por duas coroas sobrepostas, divididas em cubos, por palhetas intercaladas, que formam no meio um espaço vazio. Este tipo de turbina é particularmente apropriado para locais cujo declive das águas não é particularmente acentuado, isto é, cuja corrente não é muito forte. Em Portugal, estas turbinas são, por vezes, simplesmente referidas como *rodas de cubos*:

«As rodas de cubos aproximam-se muito pela sua disposição às rodas de costado; entretanto estas não são ordinariamente mettidas em calha circular. Estas rodas compõem-se de duas corôas ou faces paralelas abertas exteriormente e

¹⁰⁴ Karl Gustav Knop, técnico mecânico e inventor alemão, nasceu em Altenau, Baixa Saxónia, na Alemanha, a 7 de outubro de 1829. Gustave Knop nunca teve uma educação técnica formal como engenheiro, desde cedo trabalhou como aprendiz de mecânico e torneiro em diferentes cidades alemãs, nomeadamente na imponente fábrica de maquinaria de Egestorff, em Hanover. A par do trabalho, Knop complementou a sua aprendizagem com aulas privadas. Em 1851 emigrou para Itália, onde, após uma passagem breve pela indústria química de Roma, viria a fixar-se, 1856, numa grande papelaria no Vale do Liri durante 18 anos, onde desenvolveu, como experiência no terreno, os conhecimentos de hidráulica e de direção de fluxos. Finalmente, em 1874, regressou à Alemanha, onde integrou, de imediato, os quadros da *Briegleb, Hansen & Co.*, de Gota, onde, aliás, acabaria a sua carreira. Faleceu em Berlim, no dia 10 de agosto de 1894 (*Zeitschrift des Vereines Deutscher Ingenieure* 17 de novembro de 1894:1365-66).

fechadas interiormente por um fundo que impede que a água saia na direcção superior do eixo da roda. As palhetas dos cubos são angulares ou curvas e o espaço compreendido entre duas palhetas e as corôas é o que se chama cubo.»

(Ferreira 1868:472-73)

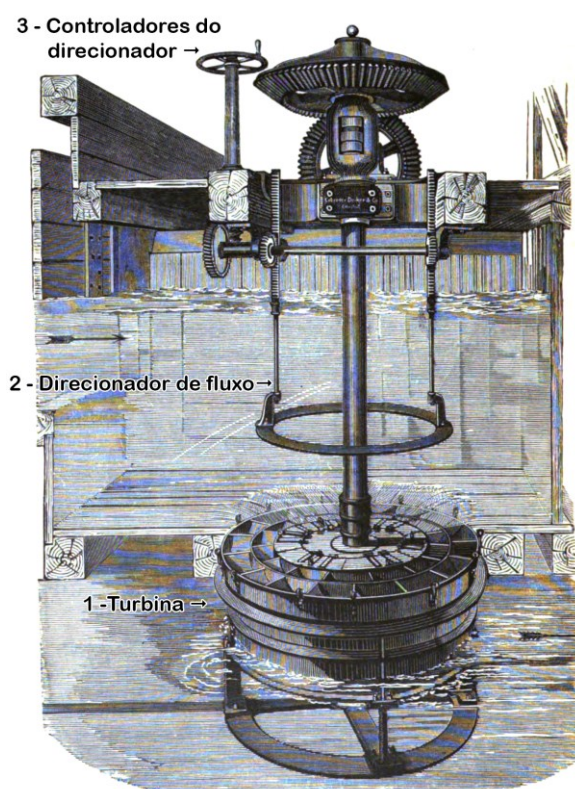


Fig. 28 - Modelo de turbina axial tipo Jonval, com direcionador de fluxo e respectivos controladores manuais. A turbina Knop da *Costas & Carvalho* segue este modelo (Pechan 1890:100, fig. 26).

A principal inovação de Knop foi na dinâmica de curvatura das palhetas da turbina, rentabilizando a sua eficácia energética. Contudo, apesar da turbina da *Costas & Carvalho* ser identificada como sendo uma Knop, em 1897, não sabemos exatamente quando é que foi instalada, ainda que conheçamos o importador das Knop em Portugal, que era Alfredo Ferreira de Faria, no Porto (Cordeiro 1995:256)¹⁰⁵. Efetivamente, Gustav Knop só foi contratado pela *Briegleb, Hansen & Co.* em 1874, dez anos depois da abertura da *Costas & Carvalho*, numa altura em que era técnico mecânico numa papeleira no Vale do Liri, em Itália.

Deste modo, a turbina só deverá ter sido instalada depois de 1874-75, porventura, até posteriormente ao regresso da comitiva da *Costas & Carvalho* que viajou para Filadélfia, nos EUA, para integrar a Exposição Internacional de 1876. Na verdade, a primeira referência à principal força motriz da *Costas & Carvalho* é-nos indicada no *Inquerito de 1881*, e a turbina

¹⁰⁵ De acordo com José Manuel Lopes Cordeiro, na mesma altura (1897) existiam mais seis turbinas Knop em Portugal: uma na *Empresa de Luz Elétrica*, de Vila Real, outra nas Minas de Motalto; duas na *Companhia Fabril do Cávado*, Ruães, Braga; outra, também no Caima, da *The Caima Timber Estate and Wood Pulp Company Ltd.* e uma sexta na *Dr. Azevedo & Araújo*, também em Vila Real.

é designada simplesmente como *roda de cubos*, sem indicação, aliás, da sua potência¹⁰⁶. O mesmo ocorre no inquérito seguinte, de 1890, onde também não temos referencial específico do tipo de turbina¹⁰⁷. Sabemos, contudo, que, no já referido artigo de 1897, a turbina é claramente identificada como sendo uma Knop com 66 cavalos vapor de potência. No interior da central energética, ainda se mantêm instalados o regulador manual de fluxo da turbina (fig. 29) e o seu veio de transmissão para a maquinaria (fig. 30).



Fig. 29 - Engrenagem de regulação manual do fluxo de água da turbina Knop da *Costas & Carvalho* (©MBPastor).

O facto de as turbinas em geral, e as Knop em particular, serem pouco comuns em Portugal, ainda no final do século XIX, poder-nos-ia fazer considerar que a sua instalação na *Costas & Carvalho* foi um melhoramento relativamente tardio. Aliás, Maciel Morais dos Santos faz correlacionar a instalação de equipamentos motrizes, concretamente as turbinas, nomeadamente as Knop, com a dinâmica de investimento capitalista, cuja aplicação depende da taxa de reprodução de capital e consequente lucro da unidade fabril. Nesta perspetiva, o

¹⁰⁶ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Villa Real*, 1881: 271. É de referir, contudo, que no catálogo da Exposição Internacional de Filadélfia, de 1876, a potência da turbina hidráulica é indicada como sendo de 20 cavalos vapor, o que nos leva a concluir que, pelo menos nessa altura, seria uma turbina diferente (*International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V*, 1876, II-33).

¹⁰⁷ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 49.

investimento nos meios mecânicos de produção seria visto como *rotação de capital* da própria unidade fabril (Santos 2000:229-31), o que condicionaria os melhoramentos tecnológicos, no sentido de estes só serem possíveis a partir de uma lógica racionalista de reinvestimento em circuito fechado.



Fig. 30 - Veio de transmissão da turbina com respetiva roldana de distribuição (©MBPastor).

Mesmo em relação à instalação de turbinas Knop (anunciadas pelo seu importador como *estando ao alcance tanto da pequena como da grande industria*), seria necessário um fluxo de capital, e consequente produção, significativos para permitir um investimento no desenvolvimento tecnológico, nomeadamente energético (Santos 2000:237-38), assim, a turbina da fábrica de lanifícios do Caima teria sido instalada num contexto de algum sucesso da fábrica.

No entanto, uma análise mais aprofundada dos casos de estudo que abordamos, nomeadamente a *Costas & Carvalho*, permite-nos verificar que as dinâmicas de investimento seguem, não raras vezes, outro tipo de padrão, o qual classificamos como *investimento prévio*. Ou seja, os investidores acumularam riqueza proveniente de outras fontes, aliás, bastante diversificadas, que vão desde o comércio, a atividade financeira, rendimentos obtidos a partir de cargos públicos, emigração para o Brasil, etc. Estes rendimentos eram empreendidos em entusiasmos industrialistas, nem sempre inteiramente racionais. Por vezes, nem eram mesmo diretamente acompanhados pelos próprios investidores principais, neste caso, tanto José da Costa, como José Marques de Carvalho, não parecem particularmente envolvidos na administração da fábrica. Assistimos, portanto, a projetos que começam muitas vezes de raiz, já com um volume avultado de capital fixo (como a

maquinaria e os motores), e que se, literalmente, deseja que venha a dar lucro¹⁰⁸, ora porque há mão de obra barata para compensar o investimento inicial, ora porque, simplesmente os investidores acreditavam que a diversidade dos seus negócios lhes permitiria ter sempre acesso a crédito ou a redirecionamento de capitais para as suas fábricas.

Desta maneira, o contexto de investimento da *Costas & Carvalho* segue muito de perto o princípio do *investimento prévio*, de deslocação de capitais diversos para a industrialização. Esta situação permite-nos compreender que a instalação da turbina Knop, bem como da maquinaria produtiva, terá ocorrido logo nos primeiros anos de instalação da fábrica. No caso da turbina, o mais tardar nos dez anos seguintes e anteriormente a 1881.

Para além da turbina, a fábrica de lanifícios do Caima possuía, de acordo com o inquérito de 1881, um pequeno motor auxiliar de 4 cv. Era uma máquina a vapor estacionária usada apenas para acionar os cilindros da máquina de lustrar as fazendas¹⁰⁹. Não foi possível localizar esse motor, mas levantamos a hipótese de ser de fabricação portuguesa, visto sabermos que pequenos equipamentos do tipo eram normalmente de fabrico nacional, nomeadamente da Fundição de Massarelos, no Porto, que construía pequenas máquinas a vapor, de cilindros verticais. Alguns destes equipamentos fabricados em Massarelos eram até exportados, como um pequeno motor de apenas dois cavalos vapor enviado, em 1866, para *A Guarda*, na Galiza¹¹⁰. A pequena máquina a vapor estacionária encontra-se igualmente inscrita no inquérito de 1890, mas neste caso, é também referida a instalação de 18 *machinas de agua comprimida*, isto é, pequenas bombas hidráulicas que complementariam a alimentação da maquinaria¹¹¹.

¹⁰⁸ Veremos, por exemplo, o caso da roda hidráulica da Fábrica de Lordelo do Ouro, mandada construir em 1858, mas que, em 1881, continuava subaproveitada, sem que tivesse havido qualquer plano racional para a rentabilizar, ou toda a fábrica do barão da Trovisqueira, em Riba de Ave, construída de raiz, com o equipamento todo montado, ou seja, foi uma deslocação direta de capitais de outras proveniências, para uma aventura industrial a qual, aliás, foi sempre ruinosa.

¹⁰⁹ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Villa Real*, 1881: 271.

¹¹⁰ "Industria Nacional - Fundição de Massarelos", *Gazeta das Fabricas*, vol. II, 1866: 89.

¹¹¹ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 52-53.

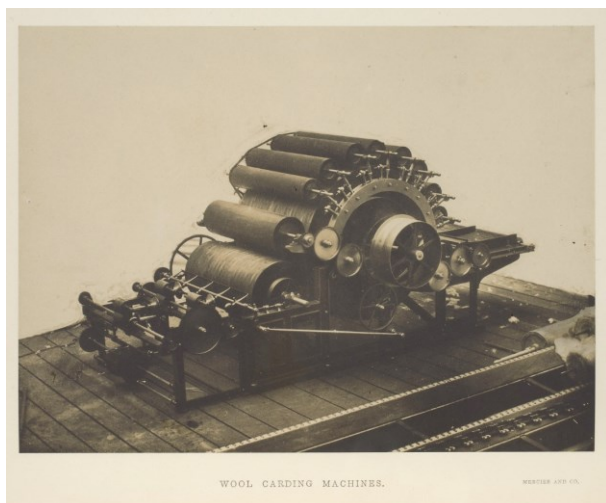


Fig. 31 - Carda de Achilles Mercier, modelo levado à Grande Exposição Universal de 1851, em Londres (fotografia de Claude-Marie Ferrier, 1851).

A maquinaria produtiva¹¹² enumerada em 1881 e em 1890 é, basicamente, a mesma: 24 teares manuais (25 em 1881, entre os quais dois *Jacquard*) e um tear mecânico; um batedor, duas cardas, um aparato de fiação com 480 fusos, uma escova, duas perchas, um pisão, um *lobo*, tudo produzido pela companhia francesa da *Mercier & Cie.*, de Louviers, França; duas urdideiras, um esfarrapador belga; duas tesouras, uma dorna e três caldeiras (quatro em 1881) para a tinturaria. Bem

como uma calandra, uma prensa hidráulica construída no Porto e a já referida máquina de lustrar.

Esta maquinaria, ou parte dela, terá sido utilizada continuamente durante a laboração da fábrica sob a administração da *Adelino Soares e Cia.*, a *Fábrica de Xailes e de Cintas*, já na primeira metade do século XX. Contudo, não conhecemos o destino dos equipamentos. Deste modo, para além do equipamento motriz (turbina e respetivos veios de distribuição energética), só se preserva *in situ* algum do equipamento adicional da reconversão da central energética em hidroelétrica, instalada a partir de 1924, como o comando automático de fluxo da turbina, que visava manter o ritmo constante do alternador (figs. 32 e 33) e o quadro elétrico de motorização de potência (fig. 34)¹¹³.

Este tipo de reaproveitamento hidroelétrico da unidade energética da *Costas & Carvalho* é particularmente interessante e único no seu quadro geográfico (distrito de Aveiro). No entanto, é interessante perceber que tem um paralelo tecnológico e cronológico muito próximo com o exemplo da *Fábrica São Gabriel*, uma lanifícia em Manteigas, Serra da Estrela, que, precisamente em 1924, também foi equipada com uma nova turbina hidráulica e um

¹¹² Referimo-nos aos equipamentos utilizados nas diferentes etapas de produção: pré-preparação, preparação e ultimação. Os diferentes processos, bem com a respetiva maquinaria está sumariada no Anexo I - *Glossário*.

¹¹³ Na identificação do comando automático de fluxo, agradecemos a preciosa ajuda de Geoff Wallis, da *Association for Industrial Archaeology* (AIA).

regulador de fluxo (produzido pela *Escher Wyss*, ainda instalado no local) semelhante ao que encontramos na fábrica de Palmaz (figs. 32 e 33). A *São Gabriel*, cujo estudo foi muito recentemente apresentado mantém-se, ao contrário da *Costas & Carvalho* sem qualquer tipo de intervenção de reutilização (Amaro & Martins 2021:46-50).



Fig. 32 - Perspetiva lateral do controlador automático de fluxo da turbina, também designando *regulador de velocidade* (©MBPastor).



Fig. 33 - Vista frontal do mesmo controlador de fluxo (©MBPastor).



Fig. 34 - Quadro de monotorização da produção elétrica (©MBPastor).

Cabe ainda acrescentar, num contexto de inclusão tecnológica mais alargada, que foi na *Costas & Carvalho* que foi instalada a primeira ligação telefónica em Oliveira de Azeméis, em 1890¹¹⁴, precisamente entre a fábrica e a casa de Bernardo José da Costa Basto, na Rua do Mártir, no coração da vila (fig. 35). Apesar de se tratar de uma distância relativamente curta (cerca de cinco quilómetros), toda a orografia da paisagem é bastante irregular, o que terá dificultado o processo. Ao mesmo tempo, apesar de, enquanto novidade técnica, o telefone, em 1890, ser já relativamente difundido em Lisboa e no Porto, não deixa de ser significativo que a primeira linha telefónica em Oliveira de Azeméis esteja diretamente associada à *Costas & Carvalho*.

¹¹⁴ Livro N.º 19 de Atas da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, *Requerimento de Costas & Carvalho para a instalação de uma linha telefónica entre a fábrica e a sua casa*, 15 de outubro de 1890, f. 36, PT/AMOA APUB/CMOA/004/004.1/019/018, AMOA.

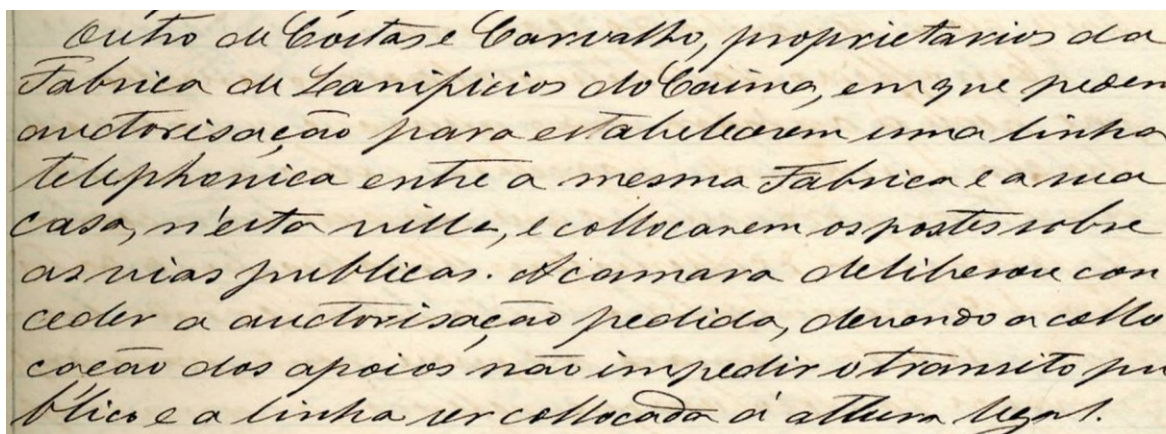


Fig. 35 - Excerto da ata da reunião municipal que autoriza a instalação da linha telefónica (AMOA).

«Outro (requerimento) de Costas e Carvalho, proprietários da Fabrica de Lanificios do Caima, em que **pedem auctorização para estabelecerem uma linha telephonica entre a mesma Fabrica e a sua casa, n'esta villa, e collocarem os postes sobre as vias publicas.** A camara deliberou con/ceder a auctorização pedida, devendo a colocação dos apoios não impedir o transito pu/blico e a linha ser collocada á altura legal.»

Mais do que um inventário de maquinaria, a referência aos equipamentos de capital fixo da *Costas & Carvalho* permite-nos entrever um investimento de capitais muito avultado, só possível com financiamento suportado por recursos acumulados previamente¹¹⁵. E é a partir do percurso dos vários sócios que percebemos que o capital direccionado para a lanifícia proveio de várias fontes, fossem elas os rendimentos dos diferentes negócios na emigração, especificamente no Brasil, fossem rendimentos de emolumentos resultantes da ocupação de altos cargos públicos. No caso concreto, relembremos o percurso político de José da Costa, por exemplo.

No entanto, o capital investido só pode retornar se houver grandes conhecimentos técnicos e administrativos. É no campo da experiência técnica, do saber, que procuramos enquadrar o quarto e, virtualmente, subliminar, sócio da *Costas & Carvalho* - o covilhanense Lopes, muito provavelmente mestre geral da fábrica, e que terá transferido o seu conhecimento para Palmaz. Neste âmbito, é interessante observar que, no mesmo momento da fundação

¹¹⁵ Independentemente de o capital ser financiado bancariamente ou diretamente pelos sócios investidores, ambos os cenários implicam a existência de grandes capitais próprios, sejam em investimento direto ou em garantia bancária.

da *Costas & Carvalho*, as grandes fábricas da Covilhã, nomeadamente a *Mello & Giraldes* (instalada na mais antiga lanifícia da Covilhã, ainda do século XVII, e futura *Campos Melo*) ou a *Mendes da Veiga* (a herdeira da velha Real Fábrica da Covilhã, do século XVIII) utilizavam ambas sortidos de maquinaria Mercier¹¹⁶, que, com sabemos, é o mesmo fabricante que equipou a *Costas & Carvalho*.

5.1.2.4. Produção

A primeira referência do tipo de tecidos produzidos na *Costas & Carvalho* é-nos apresentada logo em 1865, no catálogo da *Exposição Internacional* do Porto, no Palácio de Cristal¹¹⁷. A fábrica, apresentada simplesmente como fábrica de Bernardo José da Costa Pinto Basto, levou à exposição quatro amostras de saragoça fina. Assim, verificamos que este tipo de tecido, muito usado sobretudo em agasalhos externos, como mantas, cachecóis e xales, foi, desde o início o produto principal da *Costas & Carvalho*. A especialização numa só área de produção, sem dispersão por outro tipo de fazendas lanifícias, revela uma gestão consciente de abordagem ao mercado alvo, bem como a compreensão das limitações da fábrica. Acrescentamos que foi com estas singelas amostras que a lanifícia ganhou, precisamente na Exposição do Porto, a sua primeira menção honrosa¹¹⁸.

Posteriormente, na Exposição de Filadélfia, a *Centennial*, de 1876, a *Costas & Carvalho* apresentou já especificamente, além dos cobertores de lã, os xales que a haveriam de caracterizar¹¹⁹.

Cabe aqui fazer uma pequena abordagem à Exposição de Filadélfia, de 1876, e ao que representa, no quadro da indústria lanifícia portuguesa, este evento, bem como as algumas das exposições universais que lhe seguiram. Tendo em atenção todo o enquadramento

¹¹⁶ *Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 207-208; 272.

¹¹⁷ *Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto*, 1865: 66.

¹¹⁸ *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V.*, 1876: II-33.

¹¹⁹ *Ibidem*.

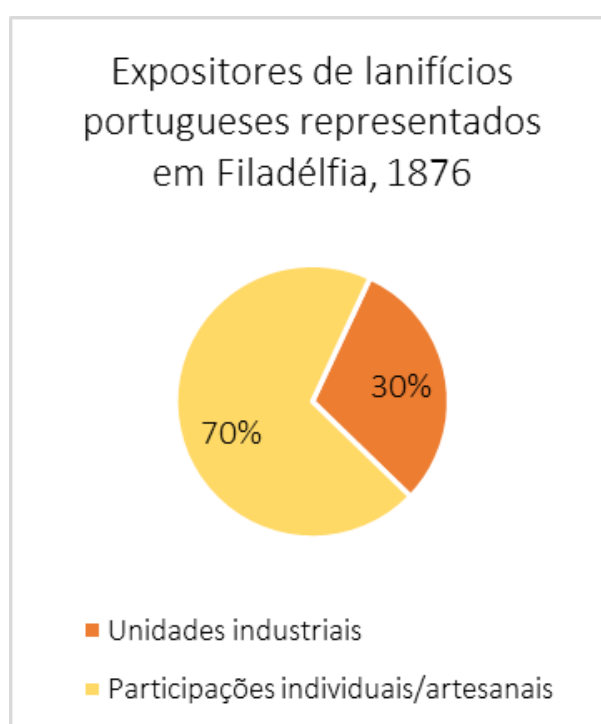
Na Exposição de Paris de 1867, a *Costas & Carvalho* não se fez representar; todavia, em relação à de Viena, em 1873, no Prater, não temos informações suficientes sobre os expositores portugueses, em grande medida porque a comissão portuguesa, ainda que diligentemente organizada por Fradesso da Silveira, não conseguiu enviar a tempo da edição do catálogo oficial, juntamente com os EUA, Espanha, Egito e Marrocos, a listagem dos seus expositores (*Catalogue spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1867*, 1867, *Welt-Ausstellung 1873 in Wien - Officieller General-Catalog*, 1873).

nacional, nomeadamente governamental, em torno das exposições, não deixa de ser impressionante constatar que todo o processo que envolveu a presença portuguesa na *Centennial*, acabou por ter bons resultados. Não só em termos de prémios, de onde se destaca, na nossa amostragem, a medalha da Companhia de Lanifícios de Padronelo pelos seus *excellent fabrics tastefully designs para cassimeres, overcoatings, and shawls*¹²⁰, mas também em termos de oportunidade para se fazer um ponto de situação da indústria portuguesa naquele momento.

Verificamos que, entre as grandes unidades fabris portuguesas, são integradas, nas mesmas categorias produtivas, pequenas oficinas e até artesãos, que iriam competir, lado a lado, com a indústria.

Deste modo, e concretamente no setor dos lanifícios, constatamos que Portugal inscreveu no evento 40 expositores¹²¹. Contudo, na prática, apenas 33 acabariam por integrar efetivamente ao certame¹²², e, destes, somente 10 unidades eram unidades industriais (quadro 11), ou seja,

fábricas com inscrição de motores, número de operários e produção mecanizada¹²³. Os restantes 23 expositores eram microunidades de produção que ia desde alforjes e sacos, simples fiação, tecelagem de



Quadro 11 - Distribuição dos expositores de lanifícios portugueses em Filadélfia (©MBPastor).

¹²⁰ *International Exhibition 1876 - Reports and Awards*, 1877: 186.

¹²¹ *International Exhibition 1876 - Official Catalogue*, 1876: 286.

¹²² *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V.*, 1876: II-33.

¹²³ Esta situação faz com que o *Portuguese Special Catalogue* da *Centennial* perfaça, em si, um microinquérito industrial, onde podemos recolher dados estatísticos importantes para a indústria portuguesa, desde equipamentos motrizes, dimensão de número de trabalhadores, volume de produção, e até, pontualmente, referências a mercados de aquisição de matéria prima e mercados de escoamento. É, portanto, uma sistematização que não encontramos em documentação nacional em 1876.

mantas de retalhos e demais produtos artesanais. É no contexto da indústria propriamente dita, que a *Costas & Carvalho* é inscrita e se faz representar em Filadélfia¹²⁴.



Fig. 36 - Detalhe do catálogo fotográfico da Exposição de Filadélfia, na exposição de Portugal. Por trás da estátua, vê-se a vitrine dos lanifícios portugueses, onde, destacamos, à esquerda, os xales de quadrados (*Centennial Photographic Company Collection*, p. 51)

Dentro dos expositores industriais, as 10 unidades apresentadas são consideravelmente díspares (quadro 12). Encontramos desde as grandes fábricas da Covilhã (*Campos Melo*), Lisboa (*Daupias e Cia. do Campo Grande*) e Alenquer (*Burnay/Lafaurie*), até pequenas indústrias da província, como é o caso da *Costas & Carvalho*, a segunda fábrica mais pequena da comitiva.

Como resultado da diversidade de produtores, entre artesãos e industriais, e, dentro destes, de dimensões também díspares, os próprios produtos apresentados na exposição, ainda que integrados todos na mesma categoria

geral (*Tecidos de lã, felpas e mesclas de lã*) foram, igualmente, diversificados: tecidos de lã cardada e de lã penteada, flanelas, cobertores e xales, casimiras e até felpas de lã com pelo de outros animais, como bodes¹²⁵. Neste sentido não deixa de ser curioso que dos poucos produtos que conseguimos entrever, a partir da única fotografia conhecida com a vitrina dos lanifícios portugueses (fig. 36), parte deles sejam os tecidos de quadrados, típicos dos xales

¹²⁴ Como referimos anteriormente, um dos sócios da fábrica e irmão de Bernardo José, José da Costa Pinto Basto, irmão de Bernardo, foi um político influente em Lisboa, e par do reino desde 1861. Esta presença poderá ter tido alguma influência na escolha da *Costas & Carvalho* para integrar os expositores em Filadélfia.

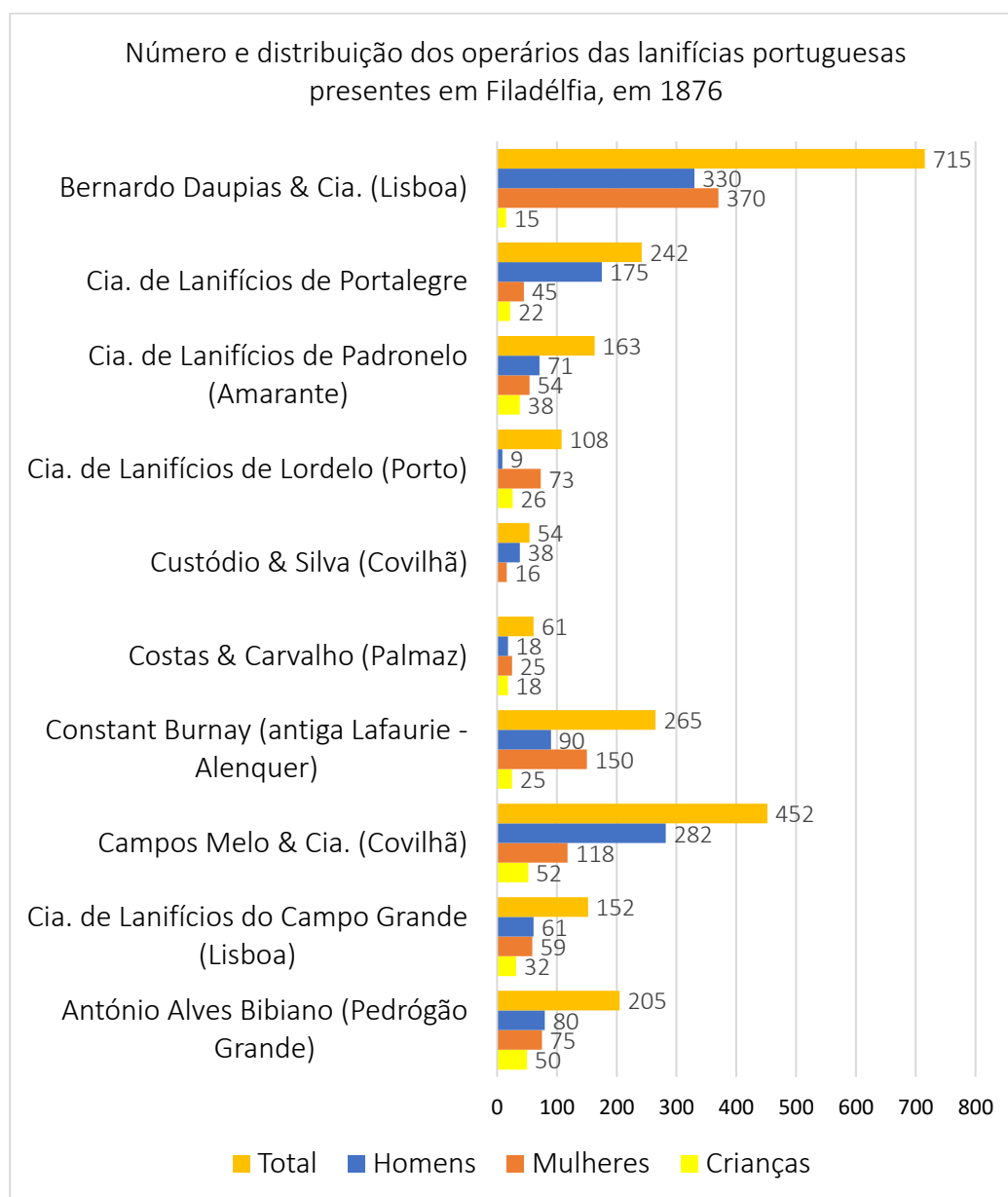
¹²⁵ *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V., 1876: II., 31.*

da indumentária feminina popular portuguesa dos meados do século XIX e primeiras décadas do século XX (fig. 37)¹²⁶.



Fig. 37 - Excertos de duas estereografias (88 e 93) de John J. Killelea & Co., 1907, ed. de H. C. White Co.; à esquerda, instantâneo da antiga Rua de D. Pedro IV, no Porto (atual Av. dos Aliados); à direita uma cena no primitivo Mercado do Bolhão, no Porto (está erradamente indicada como sendo em Leixões, Matosinhos). Destacamos as figuras femininas que envergam os longos xales de quadrados em lã (2021640955 e 2021640949 *Library of Congress*, EUA).

¹²⁶ Os xales de quadrados, normalmente coloridos (verdes, granadas, vermelhos, etc.) surgem pontualmente referenciados na literatura portuguesa romântica e naturalista da segunda metade do século XIX. Eram grandes quadrados de lã, franjados, que, dobrados em triângulo, eram ajustados sobre os ombros e permitiam cobrir praticamente todo o corpo. Faziam parte integrante da indumentária feminina portuguesa popular, nomeadamente nos centros urbanos, pois permitiam o conforto de um agasalho versátil e acessível. Este tipo de xaile colorido entrou em desuso a partir dos anos de 1930, no início do Estado Novo, com a introdução, mais cénica, mas que acabaria por se tornar referencial antropológico, do xaile negro das cantoras de fado (Brito 2006:38).



Quadro 12 - Número e distribuição dos operários das lanifícias portuguesas presentes em Filadélfia, em 1876 (©MBPastor).



Fig. 38 - Vistas gerais da Exposição Internacional de Filadélfia em 1876 [(1 - Expositores portugueses; 2 - Pavilhão português - ("The Centennial - Balloon view of the grounds," 1876 e Gardner, 1876; ©MBPastor)]

Consideramos que a presença da *Costas & Carvalho* em Filadélfia, junto com outras lanifícias portuguesas, porventura com bastante mais experiência, como a de Lordelo, Padronelo (da nossa amostragem) ou a *Campos Mello*, da Covilhã, é, de certo modo, significativa, revelando que a fábrica de Bernardo da Costa Pinto Basto estaria, no quadro nacional, considerada suficientemente importante para merecer ser representada na exposição.

O certame internacional seguinte, a impressionante *Exposition Universelle de Paris* de 1878 foi, de certo modo, o canto do cisne das participações portuguesas, no que à indústria diz respeito, neste tipo de evento, até ao final do século. E foi precisamente em 1878, na *Rue des Nations* que a *Costas & Carvalho*, identificada como *Costa et Carvalho*, apresentou apenas alguns tecidos comuns¹²⁷. Depois deste evento, a fábrica de lanifícios de Palmaz não nos surge representada em mais nenhum outro evento internacional.

É, todavia, nos inquéritos de 1881 e de 1890 que podemos recolher uma listagem mais exaustiva da produção fabril da *Costas & Carvalho*. Assim, surgem-nos, para além dos célebres xales, os briches, as baetas à *conchester* (sic)¹²⁸, cheviotes, panos pretos ou crepes e castorinas. Um indicador a considerar, é que a fábrica produziu, nos primeiros 10 meses de 1881, 15.892 peças, enquanto durante o ano inteiro de 1889 produziu apenas 1200 peças. Em termos de matéria prima, as lãs eram não só nacionais (Portalegre e Évora), mas também importadas de Espanha e da Bélgica¹²⁹.

Em termos de síntese, a produção da *Costas & Carvalho* baseava-se sobretudo em tecidos de lã grossa e quente, usados para mantas e roupa de cobertura (como os briches, as *Colchesters* e as baetas), mas também em fazendas para confeção de roupa estruturada,

¹²⁷ *Catalogue spécial de la section portugaise a Exposition Universelle de Paris en 1878*, 1878: 44. É de referir que encontramos alguns expositores de lanifícios na Exposição de 1889, também em Paris, nomeadamente 15 representantes da indústria, donde se destacam as companhias de Alenquer, Arrentela, Arroios, Campo Grande e Covilhã, mas já não há representações das fábricas mais a Norte. Não só as maiores, como Lordelo e Padronelo e, muito menos, unidades periféricas como a *Costas & Carvalho* (*Exposition Universelle Internationale de 1889 A Paris - Catalogue Général Officiel, Tome IV*, 1889: 27).

¹²⁸ Cremos que se trata de uma gralha. Serão, porventura, baetas à *Colchester*, isto é, semelhantes às baetas produzidas naquela cidade inglesa (Ramsay 1982:16). Basicamente, as baetas de Colchester tinham uma urdidura em estambre grosso e felpudo, o que o tornava ideal para cobertas de cama, cortinas pesadas e roupa quente (Jones 2006:19), o que nos leva a sugerir que poderão estar na origem da palavra portuguesa *colcha*, a coberta de cama, ainda que, tradicionalmente se associe o étimo a *culcita*, o travesseiro romano (Constâncio 1836:272). Do mesmo modo, os tecidos referidos como *briches* (tecido de lã grossa) serão também de origem inglesa - *British* (Morais da Silva 1831:295).

¹²⁹ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 271; *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 66.

como os cheviotes. Os crepes e as castorinas eram usados sobretudo como complementos ou revestimentos, nomeadamente os xales de castorina. No geral, a indicação é que a produção, ainda que não seja de tecidos mais caros, como as casimiras, era uma produção relativamente diversificada, tanto direcionada para agasalhos externos, como para tecidos para confeção de vestuário popular, ainda que com recurso a ramas importadas de maior qualidade.

5.1.2.5. Distribuição

O mercado da *Costas & Carvalho* foi sempre interno, e muito centrado, além de Aveiro, no Norte de Portugal (Porto, Chaves, Bragança, Famalicão e Viana), sendo-nos até indicado que o maior mercado era, de facto, o Porto¹³⁰. Apesar das mostras internacionais, a fábrica sofreu, praticamente durante todo seu percurso laboral, enquanto *Costas & Carvalho*, propriamente dita (1864 -1911¹³¹), com o isolamento e consequentes dificuldades de acesso. No Inquérito Industrial de 1881, o único pedido feito pelo administrador (não identificado, mas, muito provavelmente, foi Bernardo José quem respondeu) era a da construção de uma estrada que ligasse a fábrica a Oliveira de Azeméis e desse: *facil saída aos seus productos, pondo-a em comunicação viavel com Oliveira de Azemeis, de onde a separam 5 kilometros de serras quasi impraticaveis*.¹³²

Efetivamente, o projeto de construção de uma estrada que ligasse Oliveira de Azeméis a Sever do Vouga, passando pela fábrica do Caima, foi levantado, como proposta apenas, em 1880-81, durante o mandato de António Simões dos Reis, presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Contudo, duas décadas depois, em 1900-01, a estrada continuava com obras de reparações (Tavares 2010:42 e 54).

No entanto, somente a partir do final de 1908 é que a linha férrea, concretamente a Linha do Vouga, alcançou Oliveira de Azeméis, com a abertura da ligação entre Espinho e

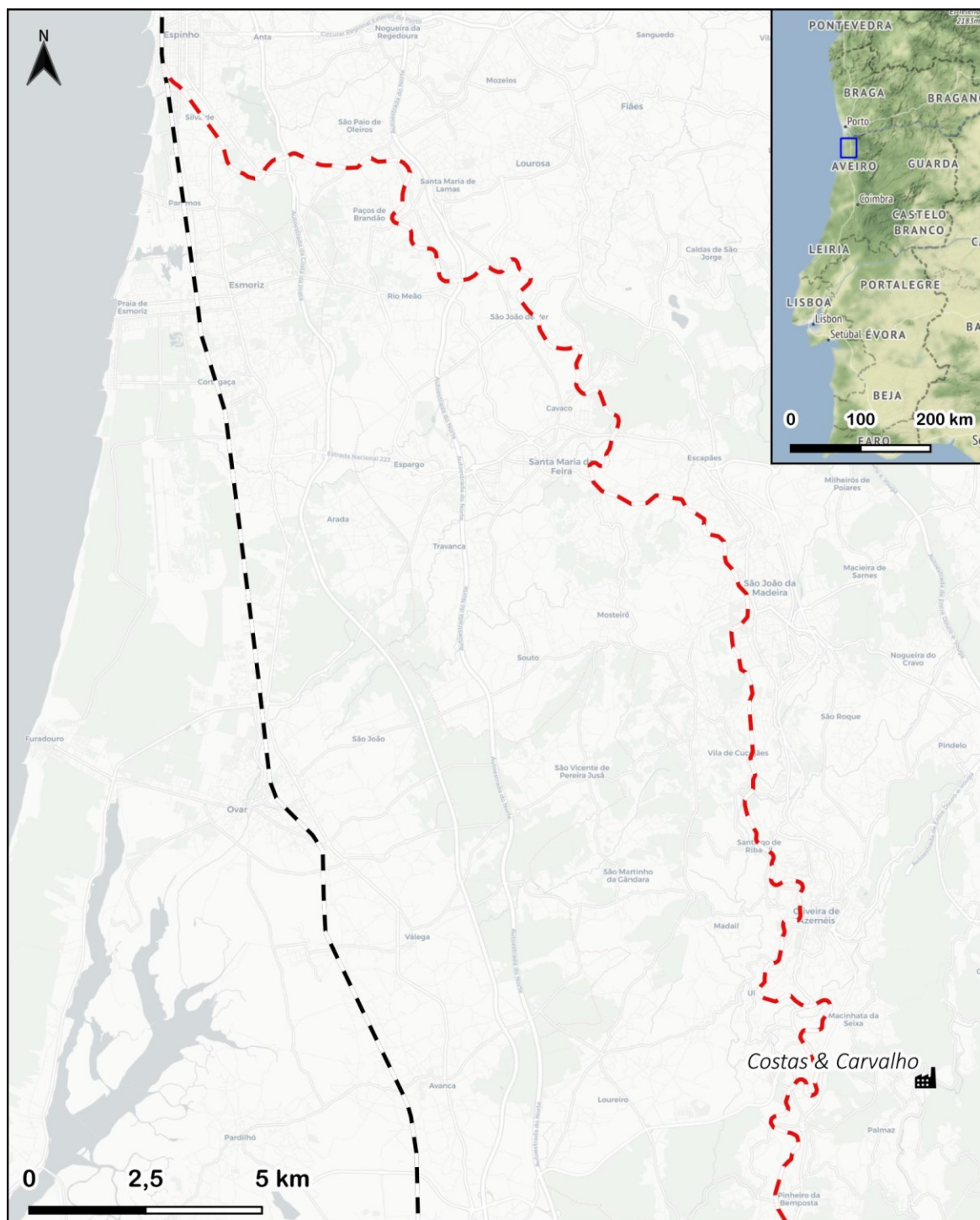
¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ Vimos que a partir de 1911 a fábrica surge na documentação como Fábrica de Xales e Cintas de *Adelino Soares e Cia*.

¹³² *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 271-272.

Albergaria-a-Velha¹³³. A partir do apeadeiro de Pinheiro da Bemposta, a pouco mais de cinco quilómetros de Palmaz, a fábrica ficaria, definitivamente, articulada com a via férrea, com acessos rápidos à Linha do Norte (Lisboa Porto), a partir de Aveiro e Espinho (mapa 12).

¹³³ O troço de ligação da Linha do Vale do Vouga entre Espinho (com ligação à Linha do Norte - Lisboa-Porto) foi inaugurado no dia 21 de dezembro de 1908, com a presença de D. Manuel II, que, inclusivamente, foi, com a comitiva, visitar a Fábrica de Papel do Caima. A empreitada de construção da linha esteve a cargo da empresa francesa *Compagnie Française pour la Construction et l'Exploitation de Chemins de Fer à l'Étranger*, de François Mercier (*Collecção Official de Legislação Portuguesa - Anno 1907*, 1908: 45-51, *Revista de Obras Publicas e Minas*, Tomo XL - 1909, 1910:498-500).



Legenda

-  Costas & Carvalho
-  Linha do Vouga (Espinho e Aveiro- Viseu)
-  Linha do Norte (Lisboa- Porto)

Mapa 12 - Rede ferroviária de ligação de Oliveira de Azeméis a Porto e Lisboa (Linhas do Vouga e Norte), em 1909 (©MBPastor).

5.1.3. Destinos e considerações

Apesar de ter sido fundada ainda em 1864, a *Costas & Carvalho* só nos é revelada, do ponto de vista estatístico, a partir do inquérito de 1881¹³⁴. Esta situação não deixa de ser significativa, visto que a fábrica esteve representada na Exposição Internacional do Porto, em 1865, no momento em que aí foi realizado o inquérito industrial da comissão do Conselho Geral das Alfândegas, mas no qual não existe ainda uma palavra sobre a lanifícia do Caima, nem sobre os seus fundadores¹³⁵.

Estas situações condicionam, naturalmente, uma visão mais minuciosa sobre os primeiros anos da fábrica, sobre os seus equipamentos e mão de obra disponíveis, no momento inaugural. Neste sentido, é interessante recordar que Pinho Leal, ainda em 1875, lamentava não ter obtido resposta de Bernardo José da Costa Basto, a uma carta que lhe enviara, pedindo-lhe informações sobre a fábrica (Leal 1875:266). Não obstante, sabemos, ainda que em 1876, a fábrica teria significado produtivo suficiente para integrar a comitiva industrial portuguesa, que se deslocou até aos EUA para integrar a *Centennial*, ainda, que, como foi analisado, todo o processo representativo de Portugal naquele certame internacional não tenha sido particularmente exemplar, o que, mais uma vez, condiciona a nossa informação disponível sobre o tema.

Deste modo, a consolidação da *Costas & Carvalho* foi-se revelando, sobretudo, entre os finais da década de 1870 e durante toda a década seguinte. Surgindo, daí em diante, não só na documentação estatística, mas também nos referenciais avulsos da imprensa, guias corográficos, memórias locais, publicidade (como no caso do importador das turbinas Knop), etc.

A presença de mão de obra experimente nos quadros da fábrica, como o sócio Lopes, da Covilhã, mostra-nos uma consequente transferência tecnológica, que terá sido determinante para o sucesso da fábrica; contudo, a gestão financeira de Bernardo José também deverá ser

¹³⁴ Voltamos a referir, todavia, a importância estatística do Catálogo da Secção Portuguesa na Exposição de Filadélfia, de 1876.

¹³⁵ *Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfândegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865. Além do *Inquérito* de 1865, a própria *Gazeta das Fábricas*, que começou a ser editada nesse ano, e que faz um levantamento de várias indústrias nacionais, não inclui, no mapa alusivo a Oliveira de Azeméis, qualquer referência à lanifícia do Caima (*Gazeta das Fabricas*, 1865).

considerada como referencial. São os próprios delegados do *Inquerito Industrial* de 1881, referindo-se às duas únicas fábricas do Caima existentes nessa altura (a lanifícia em Palmaz e a papelreira de Valmaior, já em Albergaria-a-Velha), que fazem a seguinte observação:

*«No concelho de Oliveira de Azemeis, sobre as margens do Caima, e aproveitando força hydraulica d'elle derivada, ha dois notaveis estabelecimentos. Ambos pagaram caro o tirocinio, mas em um d'elles, a fabrica de lanificios da freguezia de Palmaz, **uma severa e intelligente administração, já resgatou o tempo perdido, e fez entrar esta empresa no caminho do progresso lucrativo**; a segunda, a fabrica de papel de Valle Maior, reorganisa-se e reconstitue-se agora, que dispõe de largos capitães e parece dirigida com intelligencia e aptidão technica.»*¹³⁶

Os próprios dados estatísticos disponíveis para a aferir do desenvolvimento da fábrica (quadro 13), revelam-nos um processo de investimento e crescimento, pelo menos entre meados da década de 1870 e o inquérito de 1881. Fenómeno que se revela inverso no inquérito de 1890:

Anos	Matéria Prima (réis)	Salários anuais (réis)	Peças	Produção Anual (réis)
1876 ¹³⁷	18.000\$000	c. 6.667\$200	n/a	27.000\$000
1881 ¹³⁸	20.000\$000	c. 8.119\$800	15.892*	32.000\$000
1889 ¹³⁹	7.900\$000 a 13.800\$000**	c. 10.612\$800	4.200	n/a

Quadro 13 - Estatística económica e produtiva da *Costas & Carvalho*, entre 1876 e 1889 (* dados até ao dia 11 de outubro de 1881; ** valores calculados a partir do preço por quilograma das lãs portuguesas e espanholas em 1889), ©MBPastor.

¹³⁶ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 256.

¹³⁷ *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V., 1876: II-33.*

¹³⁸ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 271.

¹³⁹ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 28-29, 42-43, 59, 66.

A situação (incompletamente) retratada no *Inquerito Industrial* de 1890 revela-nos um momento aparentemente de declínio, ao que a situação de insolvência pessoal vivida por Bernardo José, à época, não deverá ser alheia¹⁴⁰. Contudo, a fábrica sobreviveu, mesmo sob a firma *Costas & Carvalho* por mais 20 anos (Um Grupo de Oliveirenses 1909:150), e outros tantos, sob o registo de *Adelino Soares e Cia.*, firma, que, aliás, laborou simultaneamente com a reconversão da central energética original da fábrica em hidroelétrica¹⁴¹. Foi precisamente a partir desta reconversão, ainda na década de 1920, que a memória da *Costas & Carvalho* se foi, paulatinamente, diluindo e fundindo-se na memória daquela que continua a ser a mais presente memória industrial de Palmaz: a *Fábrica de Papel do Caima*.

Esta situação de perda gradual de referencial mnemónico conduziu a uma situação particular: o nome *Costas & Carvalho*, bem como a sua própria atividade têxtil, deixaram de enquadrar a memória do espaço físico. A fábrica lanifícia propriamente dita deixou de estar presente no imaginário coletivo. As suas instalações são apenas recordadas como a *central hidroelétrica* (a *fábrica velha*) que abastecia a *Fábrica de Papel do Caima* ou até mesmo, como vimos anteriormente, são até por vezes confundidas com a própria papelreira (Martins 2010:19-20).

¹⁴⁰ Nota do ativo da fábrica de Bernardo José da Costa, 13 de abril de 1891, PT/AMVR/FAM/ACB/D/B/002-011, AMVR.

¹⁴¹ Como referimos, os primeiros registos comerciais da central elétrica, enquanto empresa *Palmaz Elétrica* surgem a partir de 1924, nos *Anuários Comerciais*. Contudo, a mesma fonte assinala também a atividade da *fábrica de xales e cintas* de Adelino Soares, no mesmo espaço, até, pelo menos, 1928 (*Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1928, Vol. II: 3091). A central elétrica chegou a fornecer energia à vila de Oliveira de Azeméis, em meados da década de 1920. No entanto, a relação com a autarquia foi sempre delicada, face à impossibilidade de acertar um tarifário vantajoso para o município (Tavares 2010:77). A situação viria a ser resolvida em 1928, com a contratação, por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, de fornecimento de energia elétrica à portuense *União Elétrica Portuguesa*, da central do Freixo (*Prorrogação do contrato de distribuição de energia elétrica*, 28 de setembro de 1938, PT AMOA APUB/CMOA/074/074.2/005A/009, AMOA).



Fig. 39 - Placa da *Costas & Carvalho* com datação de 21 de setembro de 1889 (©MBPastor).

Neste sentido, a placa de mármore de 1889, ano do 25.º aniversário da *Costas & Carvalho* e com as iniciais C[ostas] & C[arvalho] (fig. 39) não foi decodificada pelos autores das obras de recuperação da central elétrica, sendo preservada como objeto arqueológico, mas sem contextualização. Pretendemos, com este esforço de sintetização de conhecimento em torno da antiga *fábrica velha* de Palmaz, a lanifícia de Bernardo José da Costa e associados, recuperar um pouco a memória daquela que, um dia, representou Oliveira de Azeméis na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876.

5.2. A Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia

A segunda fábrica de lanifícios da nossa amostragem, agora já no distrito do Porto, surge-nos referenciada apenas no *Inquerito* de 1881. Trata-se da designada *Companhia de Lanifícios de Valle de Piedade*, cita na antiga freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia.

5.2.1. Localização - o antigo convento de Santo António de Vale de Piedade

Santa Marinha, integrada, desde 2013, na União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada¹⁴², faz parte do longo complexo ribeirinho de Gaia e foi, durante séculos, o centro administrativo e cabeça do concelho de Vila Nova de Gaia, até à deslocalização da sede do concelho para a área alta de Mafamude e Pilar, depois da abertura da Ponte Luís I, em 1886.

As *Memorias Parochiaes* de 1758 inscrevem, inclusivamente, Vila Nova de Gaia no quadro da descrição da freguesia de Santa Marinha, que englobava todo o território entre a Serra do Pilar e a Afurada, já na barra do Douro. Estava, ainda nessa altura, e apesar de se encontrar defronte da cidade do Porto, integrada, à época, na província da Beira Baixa. Dentro do território de Santa Marinha, delimitado a norte pelo Rio Douro, e encaixado a nascente e a poente pela quinta do morgado Diogo Homem Carneiro de Vasconcelos e quinta do Cavaco, erguia-se o Convento de Santo António de Vale de Piedade (fig. 40)¹⁴³.

Originalmente, o vale era designado por *Vale de Amores*. Contudo, o topónimo, alegadamente associado aos encontros sexuais furtivos que ocorriam nos bosques daquela área, não foi bem aceite pelos frades que aí se instalaram e tendo sido insistentemente renomeado para *Vale de Piedade*¹⁴⁴. O convento foi fundado pelos frades franciscanos da *Província da Soledade* em 1569, mantendo-se ativo até 1832. Em 1789 a comunidade era composta por 50 mendicantes (Costa 1788:106-7). No dia 17 de dezembro de 1832, durante uma incursão noturna do Exército liberal à margem sul do Douro, com vista a tomar o convento, então ocupado pelo Exército miguelista, o edifício foi totalmente incendiado (Matos 1836:175-77; Soriano 1849:93-94) tendo ficado arruinado desde então.

¹⁴² Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, 2013, 552-(134).

¹⁴³ *Memorias Parochiaes, Sta. Marinha de Villa Nova de Gaya*, abril de 1758, vol. 40, N.º 239, f. 1437, 1142-1143, PT/TT/MPRQ/40/239, ANTT.

¹⁴⁴ *O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo*, Vol. X, edição de novembro de 1853: 81-82.



Fig. 40 - Convento de Santo António de Vale de Piedade, litografia de G. Childs, sobre desenho de Joseph James Forrester, ed. em 1835 (AMSMB).

Já depois da amortização dos conventos, a ruína foi adquirida por António José de Castro Silva, futuro visconde de Vale de Piedade¹⁴⁵, que aí construiu o seu palacete (Azevedo 1881:47). O loteamento foi completado em 1843, com a aquisição de uns terrenos contíguos

¹⁴⁵ António José de Castro Silva, pai, nasceu a 24 de abril de 1788 e faleceu, com 90 anos, 23 de outubro de 1878, na sua quinta no antigo convento. Foi feito visconde por decreto de 11 de setembro de 1855 e foi ele quem, logo em 1834, depois das expropriações dos conventos, adquiriu Santo António de Vale de Piedade (Pimentel 1877:38). É por vezes confundido com o seu filho homónimo, António José de Castro Silva Júnior, nascido no Porto a 17 de janeiro de 1825 (*Registo de Batismos de São Nicolau*, 27 de janeiro de 1825, f. 213, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0021, ADP). Foi também feito visconde, neste caso, de Castro Silva, por decreto de 13 de maio de 1851 (Leal 1876:494; Pinto 1883:429-30). Castro Silva Júnior foi um industrial e financeiro particularmente ativo desde muito jovem. Foi um dos acionistas da refundação da Fundição do Bicalho, foi também um dos fundadores da Associação Industrial Portuense e eleito deputado nas cortes, em Lisboa, ainda antes de completar 30 anos de idade (Cordeiro 2006a:154, 202). Foi também o primeiro concessionário das minas do Pindelo, em Oliveira de Azeméis (*Mercê de Concessão Régia* de 1.º de agosto de 1859). Teve negócios de frete e transporte para o Brasil. O primeiro polo do núcleo industrial no contexto do palacete de Vale de Piedade, a fábrica de sabão, foi também instalada por Castro Silva, a partir de 1861 (Azevedo 1881:190-91). Foi um dos fundadores e administradores da fiiação algodoeira de Crestuma (Teixeira 2017). Faleceu na Foz do Douro, a 27 de outubro de 1886 (*Registos de Óbitos de São João da Foz do Douro*, N.º 126, 27 de outubro de 1886, f. 44v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT05/003/0027, ADP).

entre o cais e a entrada do antigo convento¹⁴⁶. Foi nesse espaço que a *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade* se viria oficialmente a instalar, em 1874.

5.2.2. Fundação e licenciamento

A documentação alusiva ao processo de licenciamento da fábrica de lanifícios de Vale de Piedade é, excecionalmente, bastante completa. Trata-se de um conjunto de documentos, depositados no Arquivo Distrital do Porto que, apoiados num primeiro requerimento para o licenciamento de uma máquina a vapor, em junho de 1873, acabam por constituir o processo de licenciamento da fábrica propriamente dita¹⁴⁷. Assim, sob a descrição desse pedido de licenciamento, os empresários Francisco Cucalon, residente no Porto, e Rafael da Costa, residente em Vila Nova de Gaia, dão abertura ao processo que viria a fundar a fábrica de lanifícios de Vale de Piedade.

Em 1873, Cucalon era o principal investidor da empreitada e capitalista ativo em diferentes setores económicos e financeiros. Seria ele, aliás, quem viria a fundar, logo em 1875, o *Banco Nacional* do Porto¹⁴⁸. Por seu turno, Rafael da Costa, enquanto braço técnico do projeto e designado diretor fabril, fora mestre-geral da *Companhia de Lanifícios de Lordelo do Ouro*. Ambos haviam começado a sociedade com a fundação da lanifícia *Francisco Cucalon & Costa*, meses antes, em abril de 1873, quando adquiriram uma máquina a vapor (Cordeiro 2006a:182); pouco depois da formação da sociedade, procuravam licenciar o equipamento e instalações. É neste âmbito que nos surge o processo encetado em junho de 1873 e que aqui abordaremos.

Quanto ao edifício propriamente dito, na documentação de licenciamento é-nos descrito como sendo propriedade do visconde de Castro Silva¹⁴⁹, junto ao palacete de seu pai, o visconde de Vale de Piedade, que ainda residia no local. O prédio identificado no processo é um bloco simples, delimitado a este e a norte pelo Douro, e a sul e a oeste pelos logradouros da casa dos viscondes. É, aliás, anexada ao requerimento, uma planta esquematizada

¹⁴⁶ *Esriptura de venda que faz a Illustrissima Camara Municipal de Gaya ao Illustrissimo Senhor Antonio José de Castro Silva*, 3 de outubro de 1845, Livros de notas 2202, Lv2., fls. 132-133v, AMSMB.

¹⁴⁷ *Processo de licenciamento*, 17 de junho de 1873 - 18 de novembro de 1873, f.2-20, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

¹⁴⁸ *Diario do Governo*, N.º 42, 24 de fevereiro de 1875: 307-308.

¹⁴⁹ *Processo de licenciamento*, 17 de junho de 1873 - 18 de novembro de 1873, f.4, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

(fig. 41), que nos serviu de base para localizar a área de implantação da estrutura da fábrica. Todavia, e como analisaremos na análise espacial do espaço, este licenciamento é contraditório com o que os delegados do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria viriam a encontrar no terreno, em 1881.

Com efeito, apesar do processo só referir um edifício, nomeadamente um edifício novo, a fábrica laborou em dois blocos: no interior de parte das ruínas do antigo convento, onde havia sido instalado (sem licenciamento) um dos locomóveis (o mais potente, na verdade, e com excesso de pressão) e a oficina de preparação de fio e pano¹⁵⁰. Este bloco que estava instalado no interior da quinta propriamente dita, era um grande armazém sobrado aproveitado das ruínas do convento.

Foram nessas ruínas, e não no edifício minuciosamente licenciado em 1873, que a fábrica se instalou primitivamente, não respeitando aquilo que havia sido declarado no processo de licenciamento. São, aliás, essas ruínas sobradas que o *Inquerito Industrial* de 1881 refere, anotando que:

«A companhia tomou de arrendamento a antiga igreja profanada do convento d'esse logar e dividindo-a em tres pavimentos, terreo, principal e sotãos, metheu lá dentro as suas machinas. Poucos annos bastaram para mostrar que não cabiam [...].»¹⁵¹

¹⁵⁰ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 108. A *officina de preparação do fio e panno* era, como veremos, um espaço sem condições mínimas de salubridade e segurança. A indicação de *preparação* do fio, poderá indicar que era aí que funcionava a caldeira de tintura, enquanto a *preparação* do pano diz respeito, sobretudo, aos acabamentos. O anexo novo, que nos surge no processo de licenciamento, era a oficina de fiação e tecelagem.

¹⁵¹ *Ibidem*, 106.

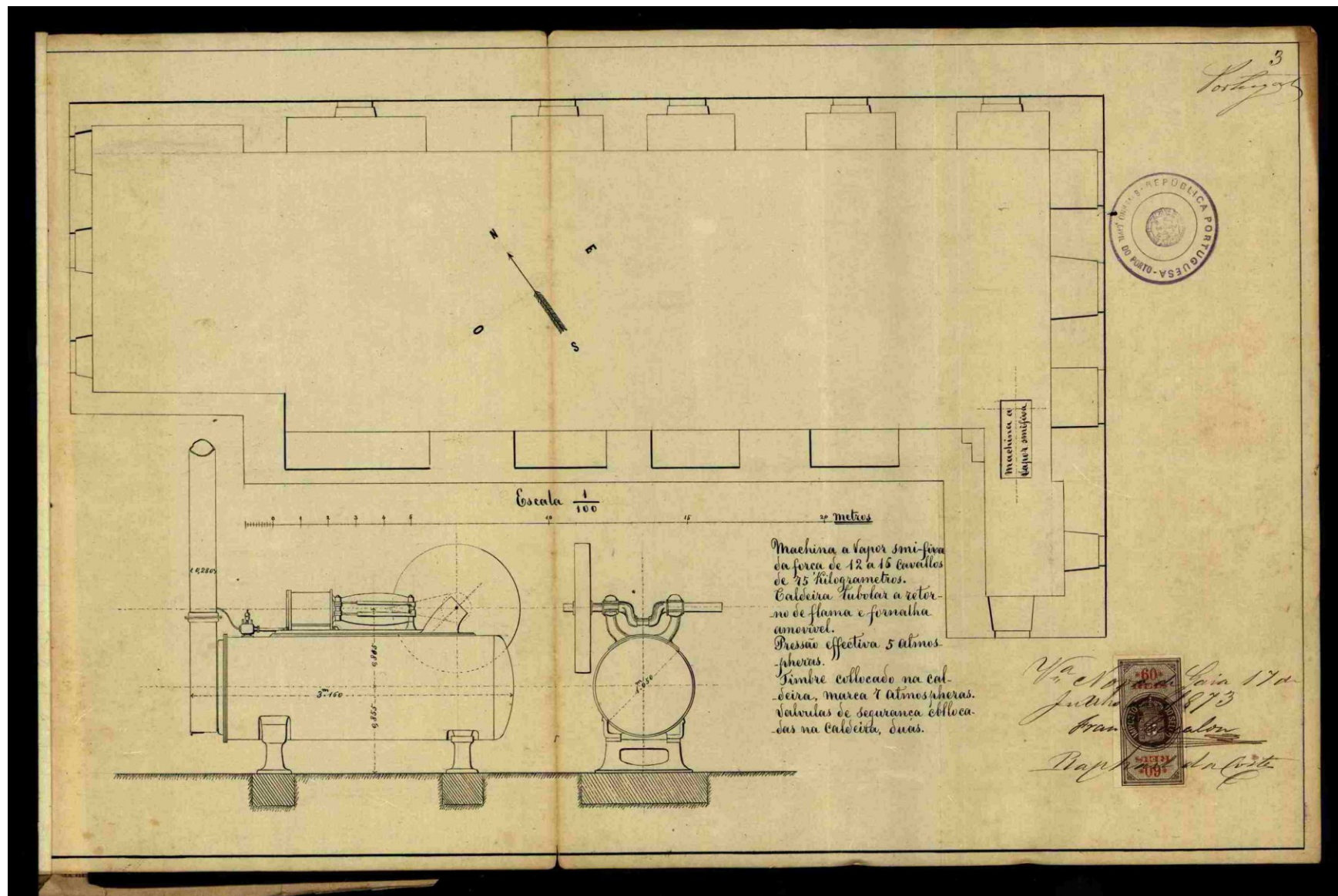


Fig. 41 - Planta apresentada ao Governo Civil e Câmara Municipal de Gaia para o licenciamento da fábrica de Vale de Piedade, 1873 (ADP).

O que viria a ser o *edifício novo* foi, na verdade, a segunda instalação da fábrica, só arrendada a Castro Silva em 1877. Esse bloco *novo* era a antiga fábrica de sabão do mesmo Castro Silva¹⁵². Esta localização da saboaria, que desenvolveremos na análise espacial da fábrica, é um dos contributos que apresentamos neste trabalho.

Retomando o processo de licenciamento, este foi submetido no dia 17 de junho de 1873, para apreciação do Administrador do Concelho de Gaia de então, António Joaquim dos Reis Castro Portugal. De acordo com as novas lei e regulamento de segurança para equipamentos a vapor¹⁵³. O documento necessitaria também do aval do subdelegado de saúde que, após verificação *in loco* das condições do espaço, emitiria um juízo.

Com efeito, o despacho do subdelegado acabaria por chegar, três meses depois, em setembro do mesmo ano, advertindo para a necessidade de se construir uma chaminé, pelo que o pedido de licenciamento foi indeferido. As obras necessárias para o projeto ficar em conformidade com a lei obrigaram a mais revisões do processo em curso. O delegado de saúde distrital, João Vieira Pinto foi chamado a fazer ele próprio a avaliação, juntamente com o engenheiro distrital, António Kopke de Carvalho, e são impostas mais melhorias, desde o abastecimento de água, ao pavimento ladrilhado para assentamento da máquina, a espessura mínima das paredes de alojamento da máquina, asseguração de escoamento de águas, entre outras exigências sanitárias e de segurança. Por fim, todo o regulamento foi verificado e, a 18 de novembro, foi finalmente concedida a licença¹⁵⁴. Relembramos que, neste momento, o edifício anexo *novo*, que nos é apresentado na planta apenas ao documento (fig. 41) e que, no fundo mais não era mais do que a antiga saboaria, não foi usado para instalar as máquinas, que acabariam por ser montadas no interior de uma ruína do convento. Algo que o delegado de saúde e o engenheiro distrital não nos dão conta nas suas inspeções de licenciamento.

5.2.3. Financiamento e investidores

Com a licença aprovada (novembro de 1873), a fábrica terá começado de imediato a laborar, sob a designação *Francisco Cucalon & Costa*. Cerca de um ano depois, a 9 de outubro de

¹⁵² *Diário do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril, de 1878 p. 818.

¹⁵³ Lei de 5 de junho de 1862 e Regulamento de 21 de outubro de 1863.

¹⁵⁴ *Processo de licenciamento*, 17 de junho de 1873 - 18 de novembro de 1873, fs. 11a-17, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

1874, constituía-se a sociedade anónima, aprovada notarialmente no dia seguinte, como *Companhia de Lanifícios de Santo Antonio de Valle de Piedade, sociedade anonyma de responsabilidade limitada*.

Como primeiro objetivo da companhia, é indicado a compra da fábrica de lanifícios *Francisco Cucalon & Costa*, com *todas as suas pertenças, machinas e utensílios, pelo preço condicionalmente ajustado de 32:193\$255 réis*. Uma quantia modesta, considerando o facto de a fábrica não ter instalações próprias e de a sociedade ser registada com um capital social de 100:000\$000. Esta situação significa que a valorização acionista era cerca de três vezes superior à valorização do capital do aparelho produtivo propriamente dito.

Em todo o caso, Cucalon, juntamente com Florindo José Teixeira de Carvalho¹⁵⁵ e Eduardo Luís Ferreira Carmo são os sócios instaladores. A direção é entregue ao mesmo Francisco Cucalon e aos acionistas Augusto Maria de Lemos e a Rafael da Costa, que, nessa altura, se mantém como diretor técnico¹⁵⁶. As ações foram divididas em duas séries de 50:000\$000 réis (50 contos de réis). Cada uma das séries comportava 500 ações de 100\$000 réis¹⁵⁷. Sob a nova designação comercial, a fábrica começou a laborar a 30 de novembro de 1874 (Cordeiro 2006a:182-83).

O objetivo desta valorização acionista era, tal como noutros casos, criar um fluxo de capital externo, injetado por investidores anónimos, aliciados com as perspetivas de repartição de lucros anuais. Assim, os primeiros 50 contos, correspondentes à primeira série de ações e

¹⁵⁵ Florindo José Teixeira de Carvalho é um dos exemplos de investidores multifacetados que, circunstancialmente, aplicaram meios no financiamento da indústria, mas sem particular ligação ao setor. No caso, tal como em outros exemplos da nossa amostragem, fez fortuna com negócios de frete e transporte entre Brasil e Portugal. Foi membro da Associação Comercial do Porto. Nasceu em Fregim, Amarante, em 21 de agosto de 1816 (*Registo de batismos de Fregim*, 25 de agosto de 1816, f. 57, PT/ADPRT/PRQ/PAMT12/001/0006, ADP) e faleceu no Porto, em 1882 (*Registo de óbitos de Santo Ildefonso*, N.º 237, 14 de julho de 1882, f. 61v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0046, ADP). A sua morte e respetivas disposições testamentárias, como veremos, terão determinado irreversivelmente o processo de insolvência da *Cia. de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade*.

¹⁵⁶ *Diário do Governo*, N.º 233, sexta-feira, 16 de outubro de 1874: 1673-1674.

¹⁵⁷ Em termos comparativos, é relevante referir que os 100.000 réis que custava cada ação da companhia, correspondiam a mais do que o vencimento anual de um operário da mesma fábrica, que, em 1881, em termos médios, ganhava por ano cerca de 92.000 réis, ou seja, cerca de 300 réis por dia útil (as operárias ganhavam metade); o mestre de cardas, por exemplo, ganhava anualmente 156.000 réis (*Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 110-111).

50% do capital, corresponderiam apenas aos referidos três membros da comissão instaladora e *amigos* não identificados:

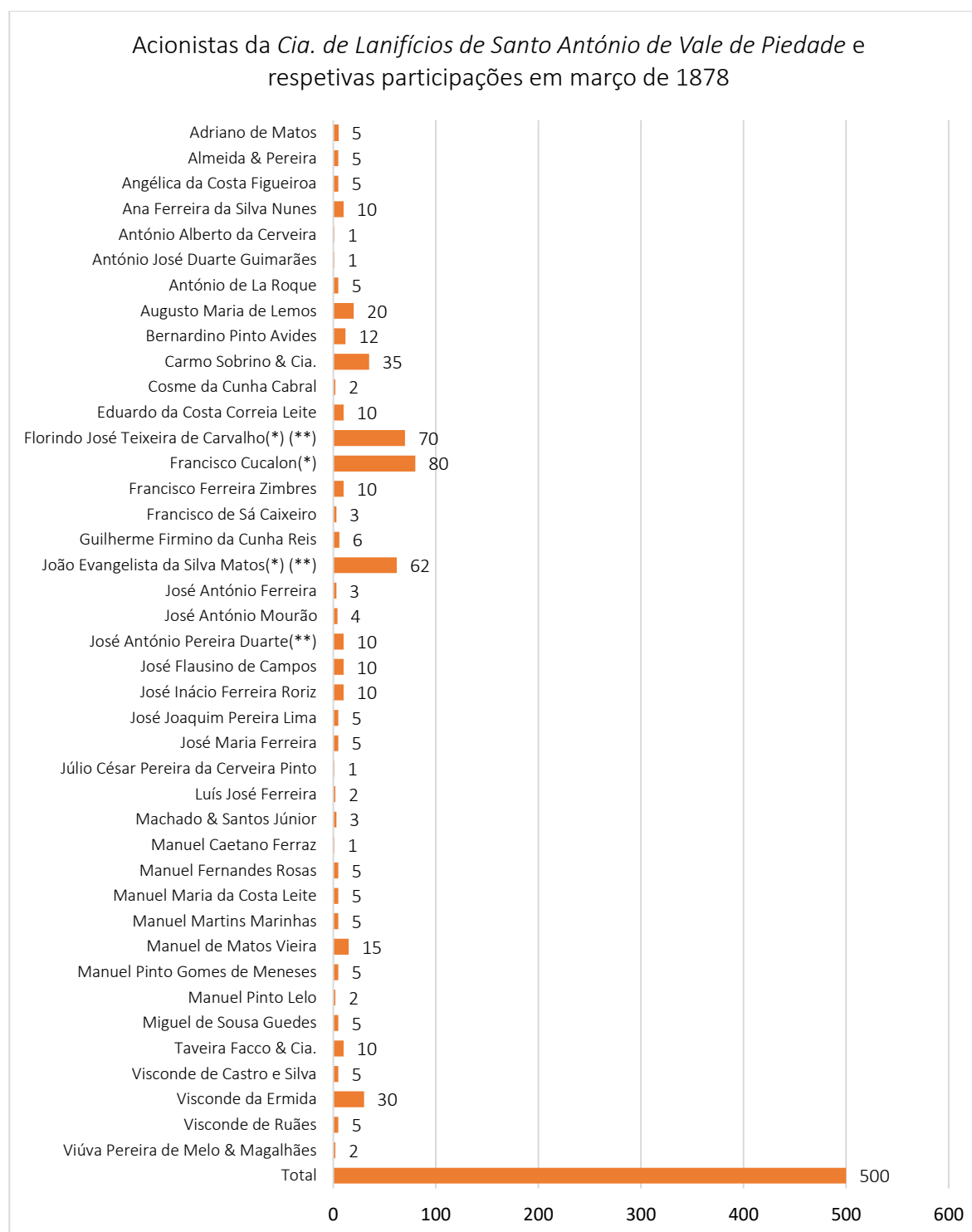
«SAIBAM os que este publico instrumento de estatutos e constituição de sociedade anonyma de responsabilidade limitada virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1874, aos nove dias do mez de outubro, n'esta cidade do Porto, rua da Fabrica e meu cartorio, compareceram presentes os ill.mos Florindo José Teixeira de Carvalho, viuvo, proprietario, morador na rua de D. Pedro, Eduardo Luiz Ferreira Carmo, casado, e proprietário, morador na rua das Oliveiras, e Francisco Cucalon, também casado e proprietário, morador na rua da Boa Vista, todos d'esta cidade, e reconhecidos pelos proprios de mim tabellião e das testemunhas d'este instrumento de que dou fé; perante as quaes por elle outorgantes juntos e in solidum, foi dito, que tendo concebido a idéa de estabelecer n'esta cidade uma companhia com a denominação de 'Companhia de lanifícios de Santo Antonio de Valle de Piedade', sociedade anonyma de responsabilidade limitada, com o fim de auxiliar o commercio e a industria tinham particularmente entre si e os seus amigos aberto n'esta cidade a subscrição para a primeira serie que foi promptamente coberta [...].»¹⁵⁸

O restante capital, a segunda série de ações, foi colocado em oferta pública. Conseguimos, a partir das atas publicadas da Assembleia Geral da Companhia e parecer do Conselho Fiscal, de 4 e 9 de março de 1878, respetivamente, identificar todos os acionistas, bem como as suas participações, nesse momento.

A lista, que aqui esquematizamos¹⁵⁹, permite-nos não só entrever parte da dinâmica social dos investidores, mas também, perceber que, mesmo na segunda série de ações, Cucalon, Silva Matos e Florindo José Teixeira de Carvalho (a comissão instaladora e detentores da primeira série) estão maioritários (quadro 14). Ainda que Cucalon, nesta altura, já não integrasse o Conselho de Administração, sendo substituído por José António Pereira Duarte.

¹⁵⁸ *Ibidem*: 1673.

¹⁵⁹ O gráfico de esquematização de acionistas e respetivas participações permite-nos não só apenas verificar os sócios com maior capital investido, mas também pode contribuir com o registo de nomes pessoais e firmas para uma história comparada do capitalismo industrial portuense na segunda metade do século XIX.



Quadro 14 - Acionistas da *Cia. de Lanifícios de Vale de Piedade* em 1878.

(*) acionistas maioritários e membros da comissão instaladora original, em 1874; (**) administração em 1878 (©MBPastor).

A Assembleia Geral de março de 1878 é particularmente elucidativa do ponto de vista de uma melhor compreensão do processo evolutivo da fábrica, tanto do ponto de vista técnico, como administrativo, mas também nos revela dados importantes para o esclarecimento da sua distribuição e organização espacial após o licenciamento de 1873. Efetivamente, o relatório da gerência dá-nos conta do processo evolutivo da fábrica após a constituição da *Companhia*, em 1874, e as remodelações efetuadas durante o ano de 1877. Um dos aspetos a anotar é a mudança de gerência, que é atribuída ao antigo guarda-livros, Augusto Dias Guimarães¹⁶⁰. Esta nomeação surge também oficializada num apenso à já referida documentação de licenciamento de 1873, depositada no Arquivo Distrital do Porto¹⁶¹.

Conhecendo outras disposições que estão referidas na ata da Assembleia Geral, compreende-se melhor porque é que Dias Guimarães assinou um termo de responsabilidade face às condições originais de licenciamento da fábrica¹⁶². A ata revela-nos que a fábrica arrendara um novo espaço a Castro Silva. Esse novo espaço, identificado como o *armazém onde o sr. visconde de Castro Silva tinha estabelecida a sua saboaria*, só agora é referido como anexo necessário da fábrica (fig. 42-2), e é considerado como sendo *bem construído, e com luz suficiente*, por oposição à fábrica atual que, segundo a mesma ata, era *acanhada, escura e sem condições de estabilidade*¹⁶³. Assim, e porque o licenciamento não fora respeitado, sendo até, de certo modo, instrumentalizado apenas para que a sociedade pudesse ter sido constituída, Augusto Dias Guimarães, como testa de ferro, assume a responsabilidade pelas irregularidades que eventualmente poderiam vir a ser apontadas em futuras ações de fiscalização.

¹⁶⁰ Guimarães era cunhado de Florindo José Teixeira de Carvalho e viria a ser um dos seus testamenteiros (*Registo do testamento com que faleceu Florindo José Teixeira de Carvalho, negociante e proprietário*, 7 de julho de 1882, PT/CMP/AM/PUB/ABOR/8RT11172, AHMP).

¹⁶¹ *Processo de licenciamento*, 14 e 15 de maio de 1878, fs. 19-20, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Diário do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril de 1878: 818.



Fig. 42 - Panorâmica de Santo António de Vale de Piedade e Cais do Ivens; 1a - palacete atual/antiga igreja do convento; 1b - áreas dos logradouros e ruínas do antigo convento; 2 - antiga saboaria/oficinas de fiação e tecelagem da Cia. de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade (fotografia de drone, ©MBPastor).

Deste modo, o anexo considerado *bem construído* é, no fundo, o edifício que fora licenciado em 1873, mas que não foi utilizado pela lanifícia nesse momento, sendo, na verdade, a antiga saboaria de Castro Silva (fig. 42-2). Os espaços usados desde início integravam as ruínas com sobrados, do convento. O que, mais uma vez, demonstra que o processo de licenciamento original foi contornado.

Para além da informação da mudança de gerência e de arrendamento da antiga saboaria, agora como oficina de fiação e tecelagem, a ata informa-nos ainda que a Companhia contratara um novo mestre-geral, identificado como o *sr. D. Diogo de Campo*¹⁶⁴, um profissional técnico responsável pela seleção de mão de obra qualificada, necessária, segundo o documento, para a *regeneração da nossa fabrica*.

Diogo de Campo terá substituído Rafael da Costa na direção técnica, tanto que Costa nunca é referido no documento. Dois anos após esta ata, aquando das visitas do *Inquerito* de 1881,

¹⁶⁴ *Ibidem*. O apelido *de Campo*, bem como o tratamento por *D. (Dom/Don)* sugere que este mestre-geral seria espanhol.

os delegados anotam que *Em Valle de Piedade não ha mestre ou director geral da fabrica*, o que nos indica que a presença de Diogo de Campo terá sido efêmera¹⁶⁵.

Deste modo, ainda que o tom geral da ata seja motivacional, a realidade apresentada não reflete esse entusiasmo. Sabemos que a fábrica já se encontrava hipotecada como consequência de um empréstimo de 20:000\$000 (20 contos de réis), contraído em 1877 à *Nova Companhia Utilidade Pública*¹⁶⁶, e que a administração pedia agora aos acionistas que autorizassem a transferência do valor para a conta corrente da fábrica. Ao mesmo tempo, o Conselho Fiscal, composto pelo visconde de Castro Silva, juntamente com Adriano de Abreu e António Narciso de Azevedo Magalhães, apresentavam um balanço contabilístico do ano de 1877¹⁶⁷ com um fluxo neutro. Isto é, o ativo era igual ao passivo, o que, em termos práticos, significa que o capital da Companhia era dependente exclusivamente de financiamento externo. Contudo, esse financiamento, como é, efetivamente, referido na ata aqui em causa, mas também apontado pelos delegados do *Inquerito*, era feito, sobretudo, sobre garantias pessoais dos administradores¹⁶⁸, visto a fábrica não gerar as mais valias necessárias para, depois de cobrir os créditos, se financiar com capitais próprios. Estas garantias acabariam por ser revelar fatais.

5.2.4. Produção e mão de obra

O documento de licenciamento de 1873 começa por nos apresentar as condições gerais do estabelecimento, descrevendo, passo a passo, as tarefas do processo produtivo, desde a lavagem das lãs, até à sua tinturaria.

Não encontramos, em qualquer outro processo de licenciamento da nossa amostragem, este nível de descrição, o que, tendo em conta a modesta dimensão da unidade, bem como os condicionalismos estruturais que analisaremos, não deixa de ser interessante reproduzir. São-nos assim descritas as etapas¹⁶⁹:

¹⁶⁵ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 110.

¹⁶⁶ A Nova Companhia Utilidade Pública foi um banco de fomento industrial e comercial sediado no Porto na segunda metade do século XIX (Vasconcelos 1865:136-46).

¹⁶⁷ *Diario do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril de 1878: 818.

¹⁶⁸ *Ibidem* e *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 113.

¹⁶⁹ *Ibidem*, f. 4.

1. Lavagem das lãs - banho quente a vapor e água corrente;
2. Cardaço - sistema contínuo, precedido de azeitamento;
3. Fiação - duas *Jenny* automáticas de 400 fusos;
4. Tecelagem - mecânica e de movimento braçal;
5. Ultimação dos panos:
 - Lavagem;
 - Apisoamento;
 - Perchagem;
 - Tosamento ou nivelamento nas tesouras mecânicas;
 - Lustragem a vapor;
 - Ramolagem;
 - Tinturaria das lãs em rama (em caldeira, para tingir em ebulição e em cuba para azul de anil)¹⁷⁰.

A enumeração das várias etapas de produção no documento permite-nos fazer uma comparação da maquinaria designada em 1873, aquando do processo de fundação da fábrica, e aquilo que nos é descrito no inquérito de 1881. No fundo, a maquinaria inspecionada em 1881 era considerada nova: dois locomóveis *Pantin*, de 12 e 8 cavalos vapor (o licenciamento de 1873 alude apenas a uma máquina estacionária¹⁷¹), dois pisões, tesouras e escovas *Neubarth*, uma esfarrapadeira *Bates*, uma azeitadeira *Bolette*, uma carda *Martin*, uma ratinadeira de *Longtain* e teares *Leach*, onde se inclui um *Jacquard*, que ninguém sabia usar, pelo que se encontrava inoperante em 1881. Os teares manuais, ou de *pau* eram todos de produção portuguesa. No total, em 1881, a fábrica tinha instalados 17 teares manuais e 13 teares mecânicos, entre os quais o *Jacquard* inoperante e um tear com maquineta de liços, tipo *Jacquard*, ainda que sem cartões, operacional¹⁷².

A produção da fábrica era centrada sobretudo em tecidos para confeção de roupa, e não em tecidos de agasalho ou coberturas. Aliás, a maquinaria produtiva, referida anteriormente, nomeadamente os equipamentos de acabamentos, reflete essa prioridade na produção.

De facto, retomando o inquérito de 1881, verificamos que a maioria dos tecidos produzidos eram casimiras e panos finos (especialmente usados em fatos masculinos), montanhaques (para sobrecasacas e sobretudos, também masculinos) e acolchoados e castores, nestes dois

¹⁷⁰ Efetivamente o documento localiza o tinte das ramas nos *acabamentos*, o que é, obviamente, errado. A tintura de ramas, ou mesmo de estambre, faz parte dos processos preparatórios.

¹⁷¹ O segundo motor foi adquirido em 1877, no contexto de uma reestruturação da empresa (*Diário do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril: 818).

¹⁷² *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 107-109.

últimos casos, mais usados em vestuário feminino, nomeadamente aplicações, como os castores. Embora não produzisse cobertores, a fábrica tecia algumas baetas (241 unidades, em 1880). Fabricava ainda cetins, muito usados no vestuário de ambos os sexos, fosse no revestimento das bainhas e golas de sobrecasacas e coletes, ou em passamanarias para chapéus e outros adereços¹⁷³. Apesar de não ser uma produção muito diversificada, compreendemos que também não era uma produção muito especializada (de apenas dois ou três tipos de tecidos). Ora, a falta de especialização é outra das causas graves que o *Inquerito de 1881* aponta para o insucesso desta indústria, pois:

«[...] introduz constantemente quantidades e typos diversos de productos no mercado, e impede que se crie uma tradição e um tirocinio technico [...]. Não há industria sem especialidade [...] e consequencia grave da falta de especialidade de fabrico é a ausencia de compradores certos e constantes.»¹⁷⁴

Em termos de mão de obra, a Companhia empregava, em 1881, 81 pessoas: três mestres de oficina (cardas, tesouras e teares); um mestre de tinturaria, 46 homens, nove crianças e 22 mulheres). Já não tinha, como referimos, qualquer mestre geral, como fora Rafael da Costa ou Diogo de Campo. Eram *quasi todos* considerados analfabetos, com horários de trabalho de *sol a sol*¹⁷⁵.

Esta situação de sobrecarga laboral, de baixos salários e de falta de habilitações técnicas imprimia ao operariado de Vale de Piedade uma condição de ainda maior precariedade, situação que se transferiria, obviamente, para os resultados da fábrica e dos seus produtos:

«De que póde valer o existirem escolas, se o aprendiz que ganha o pobre pão de cada dia as não poder frequentar? Massarelos (referindo-se à fundição aí estabelecida) concede duas horas aos seus aprendizes para frequentarem o instituto industrial; nos lanifícios nem há escolas, nem se concede tempo algum para o ensino. O trabalho por tarefas põe o operario na collisão de escolher entre o pão e o ensino, e é natural que escolha o primeiro.»¹⁷⁶

¹⁷³ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 113-114.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*: 110-111.

¹⁷⁶ *Ibidem*: 111.

5.2.5. Falência e destinos

Efetivamente, o cenário geral que nos é mostrado diretamente no *Inquerito* de 1881, e subliminarmente na ata de 1878, revela-nos que a *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade* estava, praticamente desde o início, fragilmente alicerçada em quatro perigosos esteios:

1. **Falta de orientação técnica e precariedade laboral;**
2. **Endividamento** por via de financiamentos continuados garantidos com capital pessoal da administração;
3. **Falta de especialização produtiva;**
4. **Instalações arrendadas sem condições** de salubridade e segurança.

Para além de Francisco Cucalon, Florindo José Teixeira foi, como verificamos, um dos maiores investidores da Companhia, tanto na primeira série, como na segunda (quadro 14), sendo, naturalmente, um dos sócios administradores. A sua morte, em julho de 1882 e, sobretudo, a suas disposições testamentárias, que conseguimos localizar no Arquivo Histórico Municipal do Porto, viriam precipitar o fim da sociedade lanifícia¹⁷⁷.

A distribuição da fortuna de Florindo José, bem como o modo de execução das suas predisposições, é essencial para compreendermos o processo que espoletou o fim da *Companhia de Lanifícios de Vale de Piedade*.

A partir de uma estimativa baixa, pois não conseguimos contabilizar todos os beneficiários da sua herança (o número de criados e criadas, por exemplo, ou de afilhados não é especificado, apenas o importe a dar a cada um), Florindo José deixou 22:687\$500 (22 contos e 687 mil réis)¹⁷⁸. Além da quantia em si, que é considerável, a grande questão em torno do legado é a sua distribuição por múltiplas pessoas: desde família próxima, até diferentes outros beneficiários, o que implicaria um acesso rápido a liquidez. Florindo José não nos refere legados imobiliários e, mais importante, não quis deixar interesses comerciais e societários (no qual se incluía a *Companhia de Vale de Piedade*). Pelo contrário, deu instruções claras para que os seus caixeiros liquidassem não só a sua casa comercial, bem como, a título de incentivo, beneficiassem de 1% de toda a dívida que conseguissem

¹⁷⁷ *Registo do testamento com que faleceu Florindo José Teixeira de Carvalho, negociante e proprietário, 7 de julho de 1882, PT/CMP/AM/PUB/ABOR/8RT11172, AHMP.*

¹⁷⁸ É de referir que 12 destes cerca de 22.688 contos foram deixados a três órfãos menores de Miragaia, no Porto (*ibidem*, fs. 9v-10).

cobrar¹⁷⁹. Entre essa dívida, encontrar-se-iam as garantias que dera à fábrica de Vale de Piedade.

Foi neste cenário, e apenas cinco semanas após a abertura do testamento de Florindo José Teixeira de Carvalho¹⁸⁰, a 28 de agosto de 1882, que se reuniram, em assembleia extraordinária, os acionistas, e seus representantes, da *Companhia*, nos escritórios da empresa¹⁸¹. Esta reunião extraordinária teve como ordem de trabalho a proposta de liquidação da empresa. Nessa sessão, os representantes dos herdeiros de Florindo José Teixeira de Carvalho fizeram uma *declaração categorica* e votaram *pela liquidação da companhia no menor praso possivel*¹⁸².

A sessão de agosto foi continuada, dois meses depois, em nova sessão extraordinária de 26 de outubro de 1882¹⁸³. Nesta sessão, a proposta de liquidação foi posta a votos, ganhando por grande maioria, apenas votaram contra os sócios José Flausino de Campos, Júlio César da Cerveira Pinto, José António Mourão e António de La Roque, os quatro detinham em conjunto 20 ações de participação (quadro 14). Os liquidatários da Companhia foram a administração da Companhia, João Evangelista da Silva Matos, José António Pereira Duarte e o filho e herdeiro de Florindo, José Teixeira de Carvalho.

O epílogo do processo de liquidação, e consequente falência da lanifícia, foi encerrado nas reuniões de liquidatários da Companhia de 14 de abril de 1883 e de 24 de outubro de 1884, cujas atas foram publicadas em *Diario do Governo*¹⁸⁴. Logo após a votação favorável à liquidação, em outubro de 1882, foram anunciados dois leilões públicos para venda do equipamento da fábrica, um a 18 de dezembro de 1882, e outro a 31 de janeiro do ano seguinte. Contudo, não apareceram compradores em nenhum dos leilões e a comissão liquidatária optou por anunciar a venda por propostas, por correspondência. Assim, foram apresentadas duas propostas, a 1 de março de 1883: a proposta de Bernardino Leite de Faria

¹⁷⁹ *Ibidem*, fs. 10-10v.

¹⁸⁰ A abertura e leitura do documento foi feita a 15 de julho de 1882, o registo em arquivamento público, pelo Administrador do Bairro Oriental do Porto foi feito a 22 do mesmo mês.

¹⁸¹ Os escritórios da Companhia localizavam-se no n.º 89 da Rua das Flores, no Porto.

¹⁸² *Diario do Governo*, N.º 255, sexta-feira, 10 de novembro de 1882: 2814-2815.

¹⁸³ *Ibidem*. Encontramos nesta sessão da Assembleia Geral, um jovem Aurélio da Paz dos Reis, fotógrafo e pioneiro do cinema em Portugal como secretário. Aurélio, embora não saibamos com que participação, foi momentaneamente acionista da *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade*.

¹⁸⁴ *Diario do Governo*, N.º 253, quinta-feira, 6 de novembro de 1884: 2838.

& Cia., de 4 contos de réis, e a da Diogo Barbot e Álvaro Meireles, de 6 contos e 50 mil réis. Esta última proposta foi aceite e o equipamento, avaliado em 1878, tal como referimos, em 32:293\$255 (32 contos, 293 mil e 255 réis) foi vendido, em março de 1883, por cerca de 1/5 do valor da avaliação original. Ainda considerando a desvalorização da maquinaria em cinco anos de laboração, bem como o aproveitamento de terceiros em contexto de liquidação, que ajudam a compreender a discrepância de valores, não podemos deixar de pensar que a avaliação original, apresentada do documento constitutivo da sociedade (1874) e no balanço de 1878, seria já muito especulativa e pouco representativa do real valor do ativo de equipamentos da fábrica, no fundo, o seu capital fixo.

A última sessão de liquidatários da Companhia realizou-se em 24 de outubro de 1884. Foi uma assembleia onde Carlos José Teixeira de Carvalho, filho de Florindo José Teixeira de Carvalho, já não esteve presente, pois falecera precocemente nas vésperas¹⁸⁵. A sessão definiu os últimos acertos aos credores da empresa, encerrando assim o processo de liquidação. Deste modo, ao fim de 10 anos de laboração, desaparecia a *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade*.

Nota adicional

Cabe ainda neste apartado fazer uma ligeira nota de referência aos compradores da maquinaria da Companhia, em 1883. Trata-se de o industrial Álvaro de Azevedo Meireles e de Diogo Hernandez Barbot, este último nascido Diogo Hernandez Bueno, era natural de Béjar, o grande centro lanifício de Castela e Leão, em Espanha¹⁸⁶. Os dois homens formaram a sociedade *Barbot & Meirelles* e, entre 1886 e 1888 instalaram uma fábrica de lanifícios na Rua D. Pedro V, na cidade do Porto, praticamente em frente à lanifícia de Vale de Piedade (figs. 43-44 e mapa 14)¹⁸⁷. Em 1889 a fábrica ainda não estaria inteiramente funcional, visto não ter sido arrolada no *Inquerito* de 1890. Todavia, haveria de se tornar numa importante unidade lanifícia e, durante grande parte do século XX, laborou sob a firma *Álvaro de Azevedo Meireles & Filhos, Lda*. A compra da maquinaria de Vale de Piedade, constituiu o início desta

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ *Registo de Testamento com que faleceu Diogo Hernandez Barbot*, 29 de agosto de 1893, aberto a 14 de fevereiro de 1921, PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT10751, AHMP.

¹⁸⁷ *Licença de obra n.º 11/1888*, 29 de dezembro de 1887 - 5 de janeiro de 1888, PT-CMP-AM/PUB/JOP/203/11-1888, AHMP. É de referir que os mesmos Diogo Barbot e Álvaro Meireles fundaram, em 1905, uma nova fábrica no Porto, a *Empresa Fabril Peninsular*, de passamanarias de lã, cetins, tinturaria e outros acabamentos, na área de Francos, Ramalde (*Diário do Governo*, N.º 155, sexta-feira, 14 de julho de 1905: 2408).

empresa que, no fundo, representa uma nova vida de atividade das máquinas da malograda *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade*.

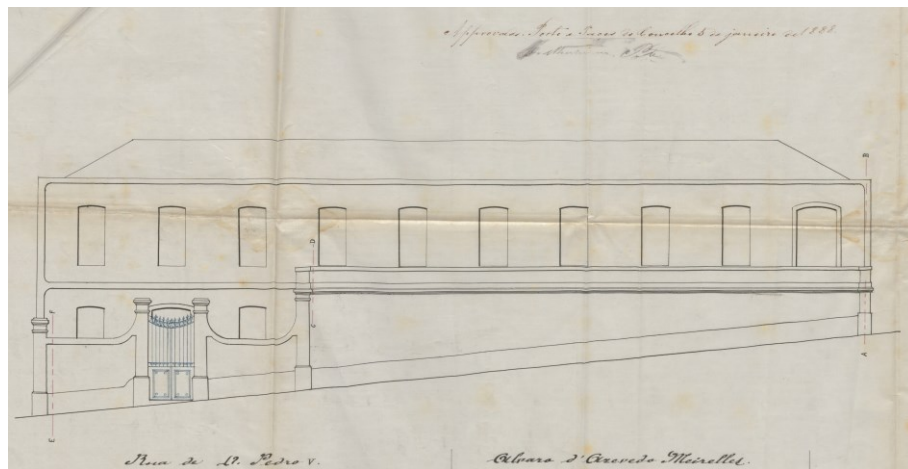


Fig. 43 - Projeto de alçado da *Barbot & Meireles*, Rua D. Pedro V, Porto, 1888 (AHMP).



Fig. 44 - Vista atual do muro e portão da antiga *Barbot & Meireles*, Rua D. Pedro V, Porto (©MBPastor).

5.2.6. Análise espacial e reconstituição do espaço

A panorâmica atual de Vale de Piedade é, apesar de comportar uma área relativamente pequena, bastante complexa. Trata-se um espaço ribeirinho de implantação construtiva de várias camadas de edificado diversificado, não só a nível cronológico, mas como também a nível ocupacional propriamente dito (fig. 45).

Em termos gerais, falamos da área de implantação original do convento de Santo António, que, como referimos, foi construído em 1569, incendiado em 1832 e progressivamente

desmantelado a partir de 1834. O espaço de envolvimento do convento tem, contudo, uma significativa memória industrial e pré-industrial que remonta ainda ao século XVIII, momento, aliás, em que o convento ainda se mantinha em atividade. Essa primeira memória industrial corresponde à Fábrica de Cerâmicas e Louças de Jerónimo Rossi, que começou a laborar em Vale de Piedade entre 1783-85 (Sousa 2013).

A memória, bem como recentes e exaustivos trabalhos de investigação sobre a fábrica de cerâmicas, têm classificado a manufatura de Rossi como *a Fábrica de Santo António de Vale de Piedade*. Todavia, apesar da sua relevância e primazia, a área envolvente foi, sobretudo a partir do Liberalismo, um *complexo industrial*, que englobou diferentes núcleos da industrialização e pré-industrialização do Porto e Vila Nova de Gaia.

Em súpula, as estruturas fabris identificadas no local são, e por ordem cronológica, a já referida *Fábrica de Cerâmicas*, de 1783-85 (fig. 45-a); indústria vidreira de André Michon, estabelecida em 1858 (fig. 45-c)¹⁸⁸; a saboaria de Castro Silva, de c. de 1861 (fig. 45-2)¹⁸⁹; a lanifícia de Vale de Piedade, de 1873 (fig. 45 1b e 2); a *Fábrica do Álcool* ou a destilaria, também de André Michon, de 1875, contígua à sua vidreira (fig. 45-c)¹⁹⁰; o armazém de carvão da *Empresa Carbonífera do Douro, Lda.* de 1918-19 (fig.- 45-b)¹⁹¹.

¹⁸⁸ A fábrica de vidros de A. Michon é referida, no inquérito industrial de 1865 como tendo sete anos, à época, o que nos remete para 1858; contudo, no inquérito de 1881, é indicado que a fábrica tinha 28 anos, o que significaria que a fábrica datava de 1853. Tendo em conta que em 1865 as declarações foram pessoalmente transmitidas por André Michon, consideramos a data correta como sendo 1858. É considerada, no entanto, como sendo um *barracão*.

¹⁸⁹ A datação da saboaria não é inteiramente conhecida. Contudo, a primeira edição da *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya*, de 1861, refere que: *Vai surgir brevemente nesta Villa um grande vulto fabril no estabelecimento, que se está montando para fazer Sabão - he propriedade do Visconde de Castro Silva, e situado na sua casa e quinta de Valle de Piedade* (Azevedo 1881:190-91). Esta saboaria, gerida pelo francês Celestino Bel, não aparece referida dos inquéritos de 1865, 1881 e 1890, tendo sido arrendada à *Cia. de Lanifícios de Vale de Piedade* em 1877.

¹⁹⁰ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 93, 183.

¹⁹¹ *Processos*, pasta n.º 35, doc. n.º 64, 602/1918, AMSMB.

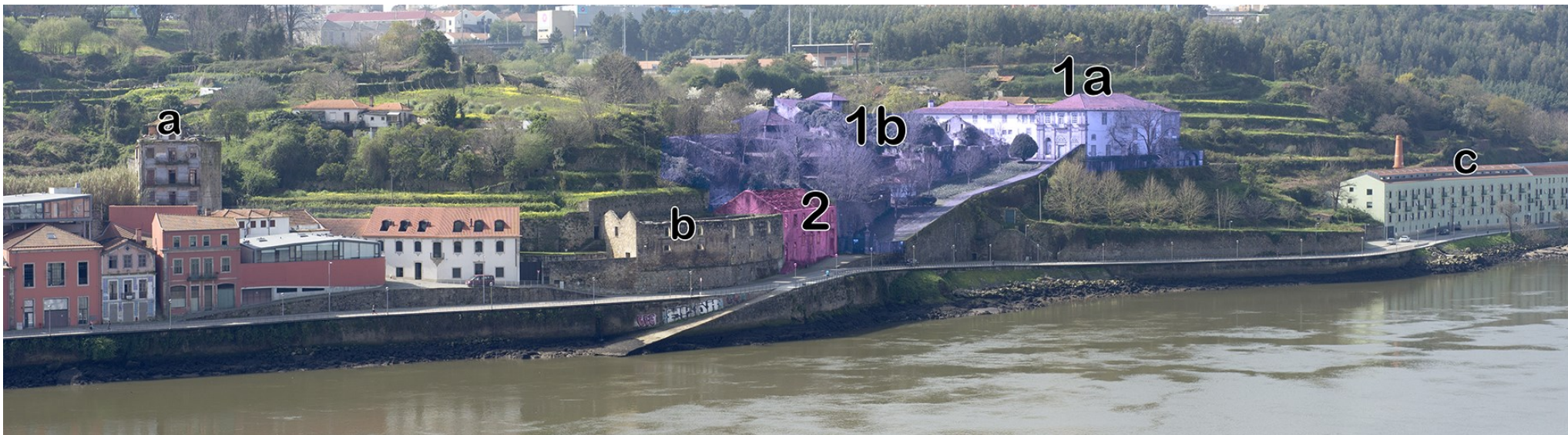


Fig. 45 - Panorâmica de Vale de Piedade, a partir da Bandeirinha, Porto (©MBPastor).

Legenda da figura 45

1a - Antigo Convento de Santo António/Palacete do visconde de Vale de Piedade;

1b - Logradouros e sobrados do palacete/área de laboração original da lanifícia (1873);

2 - Antiga saboaria (1861) do visconde de Castro Silva/oficina de tecelagem e fiação da fábrica de lanifícios (1877);

a - Fábrica de Cerâmica e Louças de Vale de Piedade (1783-85);

b - Armazém de carvão da *Empresa Carbonífera do Douro, Lda.* (1918-19);

c - Fábrica de vidros (1858) e sua contígua *Fábrica do Álcool* ou destilaria, no Cais do Cavaco (1875).

Assim, é neste enquadramento de articulação industrial que o processo de licenciamento da lanifícia de 1873 deve ser especialmente observado.

Tal fomos analisamos, o processo da fábrica de Vale de Piedade foi particularmente exigente em termos de verificação de segurança e demais procedimentos regulamentares¹⁹². Deste modo, a primeira impressão historiográfica é que o primeiro edifício onde a fábrica foi montada era uma estrutura construída de raiz, e equipada com todos os elementos exigidos. Esses elementos são enunciados e ordenados, e vão desde a espessura das paredes, a inclusão de uma chaminé elevada, pelo menos, um metro acima do telhado, o piso lajeado, sistema de escoamento para o rio, a obrigatoriedade de chapa dupla na caldeira da máquina, quais manómetros de segurança deveria ter, e necessidade de haver um depósito de combustível isolado, entre outros rigores. A própria formação do fogueiro foi exigida, isto é, deveria ser um profissional formado nos institutos industriais de Lisboa ou do Porto. Todas estas exigências foram acompanhadas por um rodopio de visitas oficiais, desde os delegado e subdelegados de saúde, e o engenheiro distrital. Todo o processo demorou cinco longos meses¹⁹³.

Juntamente com o processo, encontra-se apenas a já referida planta do edifício e esquema da máquina (fig. 41).

A planta apresentada, apesar de nos mostrar um edifício estilizado, contém referencial geográfico, o que nos permite localizar a sua pressuposta área de implantação. Esse referencial (na prática, a orientação cardinal) mostra-nos um edifício de quatro frentes, orientado a norte e a este para o Rio Douro, com uma fachada de cerca de 35 metros, com cinco aberturas de janela e uma porta no quadrante extremo a NO. Ou seja, *grosso modo* a planta ilustrativa mostra-nos um pavilhão cuja orientação genérica e volumetria correspondem às oficinas de fiação e tecelagem, a antiga saboaria do visconde de Castro Silva, e que assinalamos, nas figuras 42 e 45 a magenta e com o número 2.

¹⁹² *Processo de licenciamento*, 17 de junho de 1873 - 18 de novembro de 1873, f.2-20, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

¹⁹³ *Ibidem*, fs. 14-15v e 17.

Deste modo, após uma correção de declinação geomagnética¹⁹⁴ da planta de 1873, foi-nos possível fazer um exercício de georreferenciação desse documento (mapa 13). Obviamente, trata-se de um exercício de reconstituição interpretativa, visto a planta não ser rigorosa e, na verdade, ser muito esquematizada. Não obstante, é possível verificar uma correspondência geral sobre o terreno, o que revela que o pedido de licenciamento pressupunha a existência, ou adaptação, de um edifício prévio implantado no mesmo espaço.

¹⁹⁴ A representação da declinação magnética histórica, entre os anos de 1590 e o prognóstico de 2025 pode ser acedida nesta funcionalidade do NOAA - *National Centers for Environmental Informations*: https://maps.ngdc.noaa.gov/viewers/historical_declination/. No caso de Vale de Piedade, em 1873, o desvio magnético era de 20° a oeste de norte. No processo digital de georreferenciação, a correção prévia da declinação magnética não é obrigatoriamente necessária (os algoritmos de georreferenciação reorientam a imagem *raster*, consoante as restantes referências dadas pelos pontos de controlo). Todavia, a correção prévia, permite facilitar o processo de leitura e correspondência do mapa no terreno. Quanto mais antiga for a representação cartográfica, maior é o ângulo de correção.



Mapa 13 - Georreferenciação da planta de licenciamento, 1873 sobre a área atual, 2021 (©MBPastor).

Por seu turno, a estrutura do pavilhão de fiação e tecelagem corresponde ao espaço de uma construção prévia que nos é possível identificar em ilustrações da primeira metade do século XIX. Trata-se de um bloco retangular, com um piso sobrado e águas altas que se localizaria à entrada dos acessos ao convento. O mesmo bloco é representado, numa gravura que ilustra a Planta do Porto de Belcher, e representa a barra e entrada do Douro (fig. 46-2).

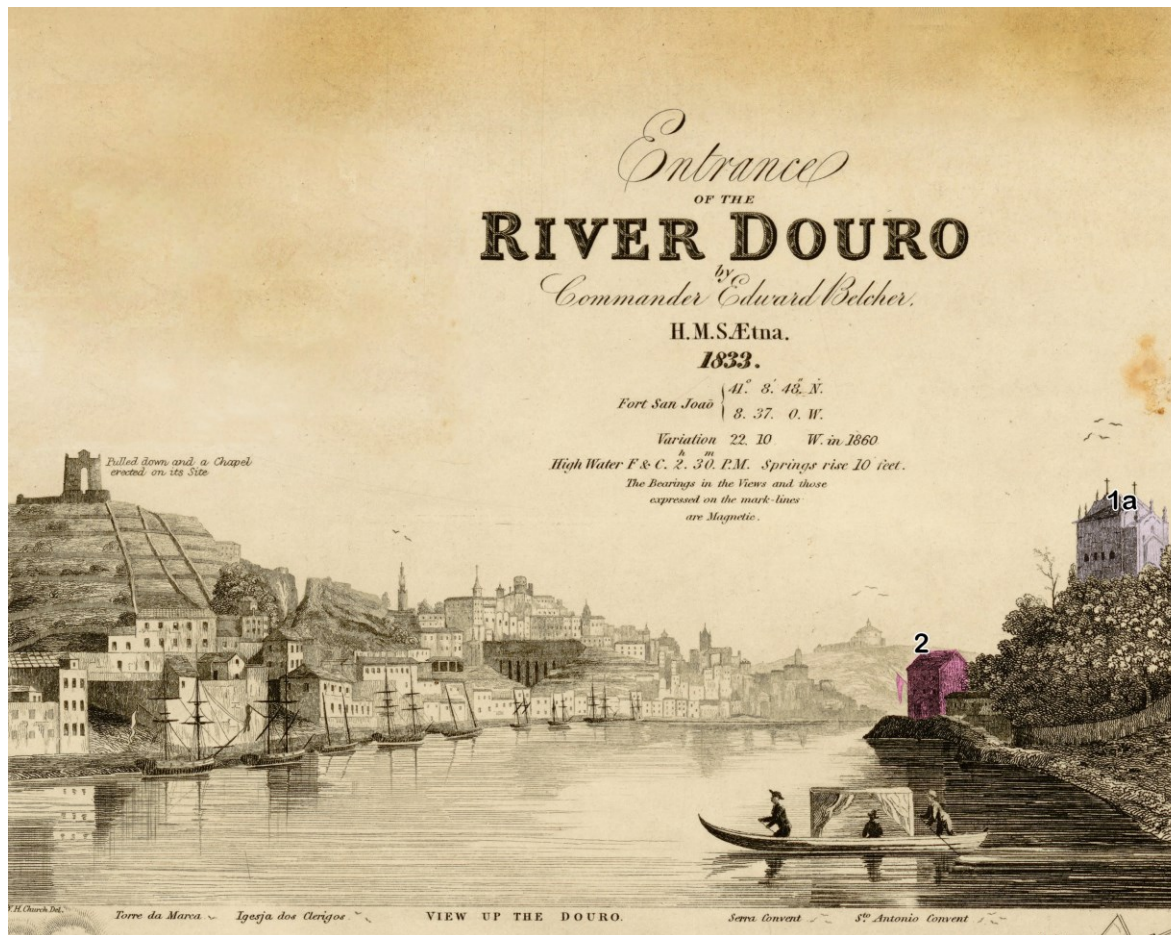


Fig. 46 - Pormenor da ilustração da Planta de Belcher (1833), onde se veem os armazéns à entrada do Convento de Santo António de Vale de Piedade (2) e a igreja do convento (1a) (©MBPastor).

Nesta representação, o bloco que se encontra à entrada do acesso ao convento é representado com uma bandeira, o que nos indica que era parte já do aquartelamento miguelista que ocupou o edifício e que viria a ser incendiado pelos liberais, em dezembro de 1832. As descrições do conflito e incêndio falam-nos dos armazéns de vinho, pilhados pelos liberais, que ficavam junto à praia, *à direita do convento* (Soriano 1849:93-94). Na verdade, quem observa Vale de Piedade a partir do Porto ou do rio, o bloco que nos referimos (fig. 46-2) estaria à *esquerda* do convento. Contudo, na perspetiva de Gaia, do interior do próprio convento, esse edifício estava à direita. Até porque sob a encosta poente do convento, do

lado da Quinta do Cavaco, as ilustrações da primeira metade do século XIX, nomeadamente a da Planta de Belcher, não nos mostram qualquer tipo de edificado, apenas bosque e serra.

É também a partir de uma aguarela, hoje não localizada, de inícios do século XIX, e publicada por Vasco Valente, originalmente em 1938 e depois em 1949 (Valente 1938:13, 1949:78) que conseguimos compreender mais um pouco da distribuição original do edificado (fig. 47).

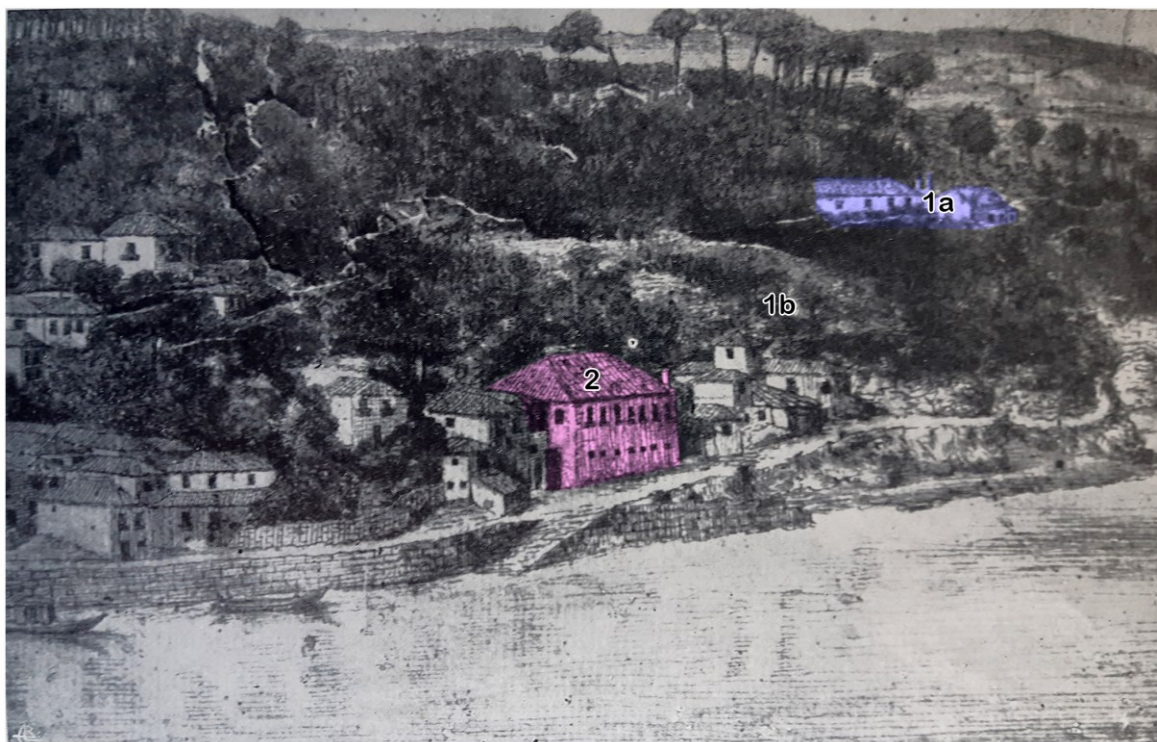


Fig. 47 - Reprodução de aguarela da Quinta da Eira e Vale de Piedade, antiga coleção Aires de Gouveia, primeira metade do século XIX (Valente, 1938, p. 13); 1a - antigo convento; 1b - acessos e logradouros do convento; - armazém sobre a antiga entrada do convento; 2 - edifício de armazéns à entrada do convento (©MBPastor).

Esta panorâmica sugere ter sido representada a partir das vistas da *Bandeirinha*, no Porto, junto ao Palácio das Sereias. Num exercício de reconstituição fotográfica da aguarela, e recorrendo ao mesmo código cromático e alfanumérico que temos vindo a adotar, verificamos que entre a área do antigo convento e atual palacete (1a e 1b), tal como os armazéns a magenta (2), as correspondências são grandes, nomeadamente tendo como referência a rampa do cais. O próprio murado onde se sustenta o armazém do carvão, parece estar já representado na aguarela (figs. 47 e 48).



Fig. 48 - Perspetiva atual de Vale de Piedade a partir da Bandeirinha (©MBPastor).

A relação entre os blocos (magenta - 2) de armazéns do início do século XIX e a saboaria, depois fiação e tecelagem, surge-nos evidente. Sugerindo que houve um reaproveitamento das bases de uma estrutura prévia, que seriam os armazéns da entrada do convento, o bloco onde o aquartelamento miguelista hasteou a sua bandeira, para construir uma estrutura posterior, que deu lugar, numa primeira fase, à saboaria de Castro Silva e, onde, numa segunda fase, depois de 1877 foram instaladas as oficinas da lanifícia¹⁹⁵.

Em todo o caso, o atual edifício poderá corresponder a uma terceira fase de reestruturação. Apesar de não conseguirmos localizar referencial imagético dos finais do século XIX, a perspetiva tomada a partir de um cartão-postal do início do século XX, de Alberto Ferreira (fig. 49), parece sugerir que a configuração do bloco em análise não seria exatamente a mesma do que atualmente ainda subsiste. Nesse sentido, a imagem mostra-nos que o edifício teria menos, e mais pequenas, aberturas, e estaria, aparentemente, dividido em três corpos com alturas diferentes, ao contrário da atual ruína.

¹⁹⁵ *Diário do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril de 1878: 818.

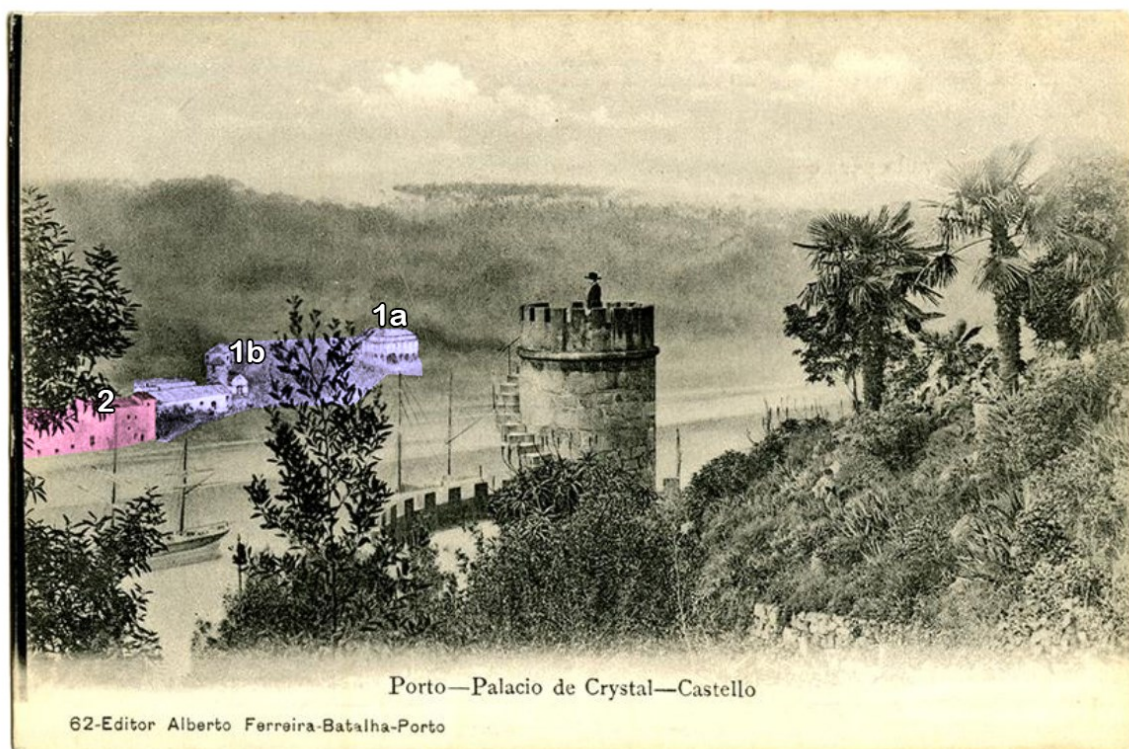


Fig. 49 - Alberto Ferreira, cartão postal 66, vista de Vale de Piedade a partir do Palácio de Cristal, c. de 1900 (AHMP; ©MBPastor).

Paralelamente à interpretação gráfica, é necessário analisar as descrições verbais do espaço, ou, mais rigorosamente, dos diferentes espaços, de instalação da fábrica.

Como analisamos anteriormente, o contraste entre o documento de licenciamento e a realidade encontrada pelos delegados que fizeram o *Inquerito Industrial* de 1881 foi um dos problemas com que nos deparamos para a localização da fábrica e a sua organização espacial. Aspetos, que, aliás, nunca foram anteriormente abordados.

Assim, em 1881, o relatório do *Inquerito* era particularmente severo e explícito:

«A mania de aproveitar edificios velhos tem prejudicado mais de uma industria, e a fabrica de Valle de Piedade soffre sem duvida do logar onde foi installar-se. A companhia tomou de arrendamento a antiga igreja profanada do convento d'esse logar e dividindo-a em tres pavimentos, terreo, principal e sotões, metheu lá dentro as suas machinas. Poucos annos bastaram para mostrar que não cabiam, e arrendando um armazem proximo estabeleceram-se ahi os teares manuaes e mechanicos. Dentro do recinto da igreja vê-se mal e respira-se peor nos pisos inferiores, e no superior está-se com o telhado sobre a cabeça: não é

*uma instalação, é um armazenamento de gente, machinas e lã. Já no armazem annexo, alegre, alumiado, com o piso asfaltado e o espaço amplo, o aspecto é outro. Da comparação resalta o erro. O trabalho é por força mau e caro em officinas mal dispostas e a companhia paga uma renda [...]; paga a mais o transporte na ladeira ingreme que leva ao rio: somme-se tudo isto, e diga-se se o aproveitamento da igreja velha é ou não uma causa de ruina.»*¹⁹⁶

A descrição revela-nos claramente o problema que detetamos inicialmente: o processo de licenciamento não corresponde ao local de instalação original da fábrica. Por outro, e retomando outro dos documentos a que temos recorrido, no próprio relatório da administração da fábrica para o ano de 1877 e apresentado na Assembleia Geral de 1878, a administração, de modo claro, revela que o que o que víamos no processo de 1873 não correspondia à verdade. A fábrica laborava desde o início em pavilhões sem condições:

*«Tendo sido de todos nós reconhecida a necessidade de dar maior espaço á instalação da fabrica, contratamos o arrendamento do armazém onde o sr. visconde de Castro e Silva tinha estabelecida a sua savoria. Com boa vontade do seu digno proprietario e intimo desejo por elle manifestado de nos ser agradável, facil nos foi contratar esse arrendamento em condições que nos parecem vantajosas para a companhia e nos permittem a aquisição de um importante e vasto armazem, bem construido, com luz sufficiente, para dar mais espaço, não só ao estabelecimento de um motor de maior força, que viremos a adquirir, mas tambem ás diversas machinas aglomeradas na actual fabrica, acanhada, escura e sem condições de estabilidade.»*¹⁹⁷

No entanto, esta *actual fabrica, acanhada, escura e sem condições de estabilidade*, ainda que corresponda ao *armazenamento de machinas e lã*, referido pelos delegados do inquérito de 1881, não é, nem poderia ser, aquilo que é referido também como *antiga igreja profanada do convento* ou *aproveitamento da velha igreja*. De facto, por alguma razão que não apuramos, os delegados do inquérito¹⁹⁸ entenderam que os sobrados onde a maquinaria e os operários estavam a trabalhar eram as ruínas da igreja do convento. O que não é correto,

¹⁹⁶ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 106.

¹⁹⁷ *Diario do Governo*, N.º 73, segunda-feira, 1 de abril de 1878: 818.

¹⁹⁸ Como já temos vindo a referir, o *Inquerito Industrial* de 1881, para o distrito do Porto, foi dirigido por Oliveira Martins, não sabemos, contudo, se é do punho dele algumas das redações.

até porque as ruínas da igreja foram integradas no palacete do visconde de Vale de Piedade. São visíveis, (fig. 50 - a púrpura). Toda a colunata e respetivos capiteis, bem como a arcaria das portas da igreja original, continua presente na fachada do palacete.

Deste modo, o que terá sido erradamente identificado como sendo a antiga igreja, seriam na verdade os pavilhões sobrados que estão representados na nossa análise com 1b (figs. 48, 49 e 50) e que estavam em frente ao palacete.

Assim, a fábrica de lanifícios laborou em 1873, ainda como sociedade de Cucalon e Rafael da Costa, e, depois de 1874, como *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade* até 1877, exclusivamente nos pavilhões sobrados assinalados como 1b. Pavilhões estes que, aliás, ainda estavam em uso e cobertos em 1947 (mapa 15). A própria referência à *ladeira íngreme* que obrigava a que o transporte de carvão para a fábrica fosse feito por homens, à cabeça, visto os carros não terem tração naquele local, confirmam a localização desta primeira instalação.

Depois de 1877 e até ao encerramento da fábrica, em 1884, esta foi distribuída por duas oficinas: a velha, que continuava a ser usada em 1881, e a *nova* oficina (assinalada a magenta, com o número 2), onde se processava a fiação e a tecelagem, e que foi instalada na antiga saboaria do visconde de Castro Silva, que por sua vez, já aproveitara uns armazéns prévios que existiam ainda no tempo do convento.

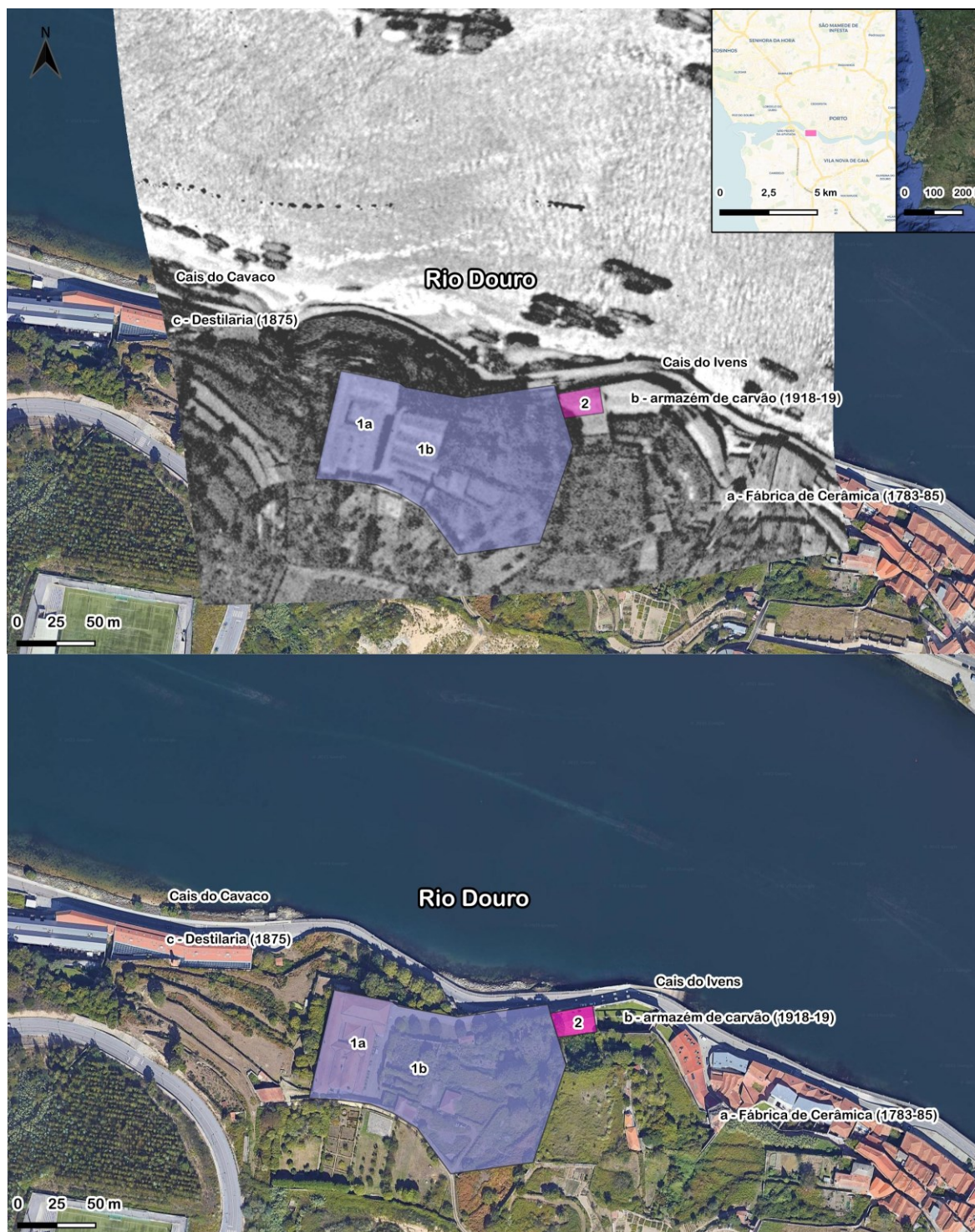
Com o encerramento da lanifícia, a sua memória, não só material, mas, de certo modo, a sua memória histórica, sobretudo por ter sido ainda pouco estudada, foi-se diluindo e perdendo no tempo. Não era, aliás, conhecida a sua localização exata. De um ponto de vista mais dinâmico, e conhecendo o destino da sua maquinaria, adquirida, em 1883, por Diego Barbot e Álvaro de Azevedo Meireles, podemos acrescentar uma camada adicional aos destinos da *Companhia de Vale de Piedade*, que foi a sua reinvenção, enquanto lanifícia também, mas na outra margem do Rio Douro, num empreendimento fabril que viria a cruzar grande parte do século XX - a *Barbot & Meireles* a sua sucessora *Álvaro de Azevedo Meireles & Filhos, Lda*. (mapa 14 e figs. 43 e 44).



Fig. 50 - Esquerda: igreja do convento de Vale de Piedade, por Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, 1833 (AHMP); direita: fotografia atual de Vale de Piedade (©MBPastor).



Mapa 14 - Georreferenciação da área entre Vale de Piedade e Massarelos, esta sob fotografia da SPLAL, de 1939, e onde é visível a *Barbot & Meireles* (©MBPastor).



Santo António de Vale de Piedade (Georreferenciação voo RAF 1947 e 2021)

- Área do antigo convento: 1a- igreja (1569-1833)/palacete (1845); 1b- ruínas, área de implantação original da lanificia (1873)
- 2- Antiga saboaria (1861); oficinas de fiação e tecelagem da lanificia (1877)

Mapa 15 - Georreferenciação de Vale de Piedade: em cima, voo RAF 1947; em baixo, vista atual (©MBPastor).

5.3. A Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro, Porto

5.3.1. Localização e demografia

Lordelo do Ouro é uma antiga freguesia do termo do Porto, originalmente integrada na comarca da Maia e no julgado e concelho de Bouças, Matosinhos. Somente depois das reformas administrativas de 1836 (Tomás & Valério 2019:44), é que Lordelo passaria a ser freguesia do concelho do Porto. Em 2013, a freguesia foi oficialmente redefinida na nova reforma administrativa territorial como União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (mapa 16)¹⁹⁹.

Em termos geográficos, o território localiza-se na vertente ocidental da cidade e expande-se por cerca de 3,4 km², delimitados a norte pela freguesia de Ramalde, a oeste com a união de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, a este com a antiga freguesia de Massarelos e a sul com o Rio Douro. O terreno de Lordelo do Ouro ergue-se, de modo rápido e acidentado, desde a cota fluvial, até ao centro da antiga freguesia. O território é atravessado, no sentido de NE para sul pelo curso e vale da Ribeira de Lordelo, um pequeno afluente do Douro que, apesar de atualmente se encontrar praticamente todo encanado, mantém um caudal considerável. Este curso, foi, aliás, determinante para a economia rural, mas também para o desenvolvimento protoindustrial de Lordelo²⁰⁰.

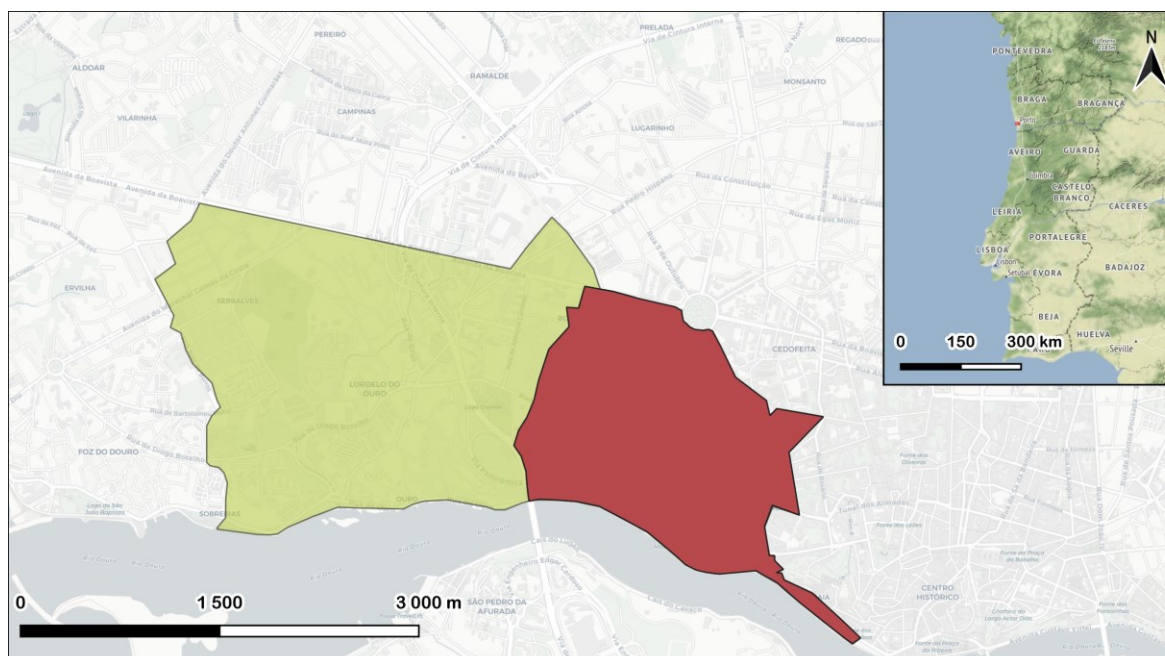
Em termos informais, a área da antiga freguesia divide-se atualmente em seis lugares distintos:

1. Lugar do Ouro e Santa Catarina, limite sul da freguesia, junto da margem e encosta do Rio Douro;
2. Lugar da Arrábida (encosta e limite oriental com Massarelos);
3. Lugar da Igreja (Eirado), centro da paróquia;
4. Pasteleira, no caminho poente;
5. Mouteira e Serralves, na vertente norte;
6. Grijó e Fonte Arcada, a nordeste.

¹⁹⁹ Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, 2013: 552-(99).

²⁰⁰ A Ribeira de Lordelo, de Grijó ou da Granja, não tem um nome estabilizado. Basicamente, foi nomeada a partir dos locais por onde vai passando, desde a sua nascente, em Custóias, Matosinhos, até desaguar no Douro, imediatamente antes de passar pela antiga quinta ou *aldeia* da Granja, no Cais do Ouro. Na entrada sobre Ramalde, nas Memórias Paroquiais de 1758, é feito um pequeno inventário das várias denominações desta ribeira, *Memorias Parochiaes, Ramalde*, 22 de abril de 1758, vol. 31, N.º 6, f. 29, PT/TT/MPRQ/31/6, ANTT.

Contudo, dada a grande dispersão orográfica, mas também fundiária, de Lordelo, a atomização de lugares e respetivos topónimos foi bastante mais acentuada, nomeadamente a partir da descrição das *Memórias Paroquiais*²⁰¹, o que analisaremos mais adiante.



União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

Lordelo do Ouro

Massarelos

Mapa 16 - União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (©MBPastor).

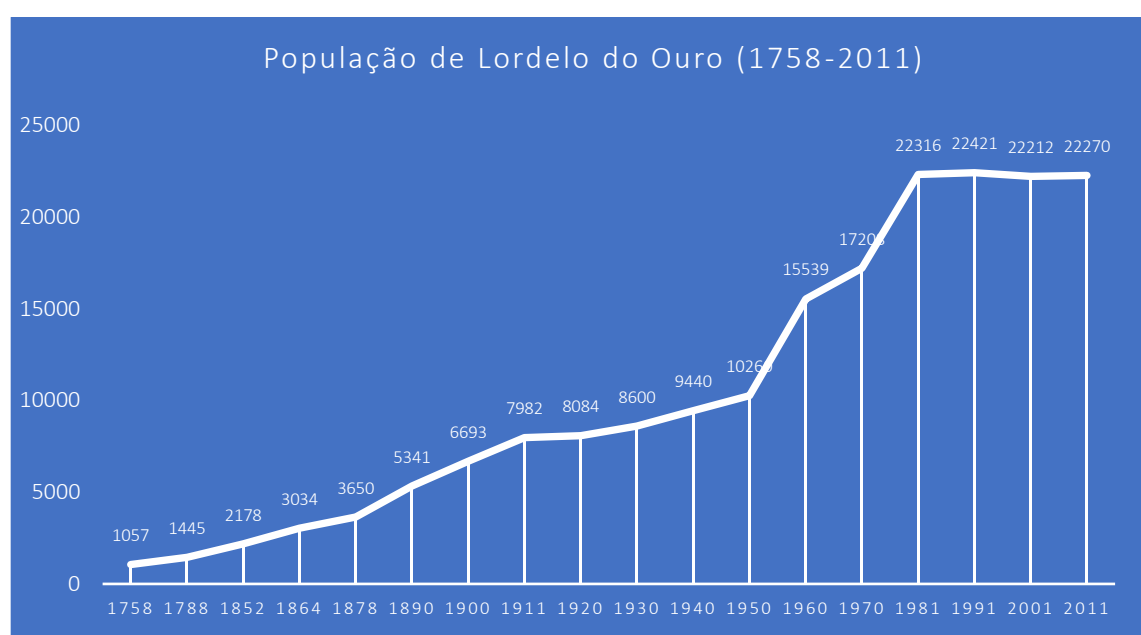
Em termos demográficos, em 2011, nos últimos censos processados (anteriores, portanto, à junção a Massarelos), Lordelo do Ouro contava 22.270 habitantes (INE 2012:111), contrastando com os residuais 1017 moradores da contagem de 1758. Todavia, num espaço de apenas 30 anos, em 1788, o padre Agostinho Rebelo da Costa indicava já 365 fogos e 1445 almas em Lordelo, o que representa um salto de 42% (Costa 1788:128)²⁰². Em 1852 a freguesia contava 484 fogos (Um Flaviense 1852:147)²⁰³.

²⁰¹ *Memórias Paroquiais, Lordello do Ouro*, 25 de abril de 1758, vol. 21, N.º 122, f. 1133, PT/TT/MPRQ/21/122, ANTT.

²⁰² Este crescimento de 42% não é, contudo, extraordinário. De acordo com as mesmas fontes (as *Memórias Paroquiais* e a *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, de A. Rebelo da Costa), as freguesias vizinhas de Ramalde e Massarelos têm um crescimento semelhante.

²⁰³ Em relação à problemática do coeficiente entre o número de fogos e habitantes, optamos por um quantitativo rural de 4,5 (Rau 1965:18), o que é coincidente com os números demográficos da *Descrição* de 1788.

Seria, no entanto, durante os séculos XIX e XX que a população de Lordelo do Ouro exponenciaria em cerca de 2000%, transformando, definitivamente, a freguesia rural num subúrbio urbano²⁰⁴. Além do conhecido ritmo de crescimento global das populações ocidentais, durante o período em análise, há outros fatores explicativos a ter em consideração em freguesias como Lordelo do Ouro, nomeadamente a intensa implementação industrial no território, sobretudo a partir de meados do século XIX e todo o século XX, e a progressiva concentração de habitação social (Matos 1994:684).



Quadro 15 - Evolução demográfica de Lordelo do Ouro, 1758-2011 (©MBPastor).

A curva demográfica ascendente acompanha o momento de fundação e desenvolvimento da indústria em Lordelo, nomeadamente a lanifícia, enquanto que as ligeiras recessões das décadas de 1980 a 2000 são paralelas, de igual modo, ao processo de desindustrialização do território (quadro 15)²⁰⁵.

5.3.2. Evolução do espaço

A dispersão toponímica de Lordelo do Ouro foi, comparativamente aos dias de hoje, bastante acentuada, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Vários topónimos antigos são atualmente de difícil localização, pois não só em alguns casos simplesmente desapareceram, como noutros

²⁰⁴ É de notar que o crescimento global da população portuguesa entre o início do século XIX (cerca de 2.936.000 habitantes) e o início do século XXI (cerca de 10.356.117 habitantes) corresponde a um incremento de cerca de 253% (Alves et al. 2001:42).

²⁰⁵ Os restantes dados demográficos foram recolhidos nos censos nacionais realizados desde 1864.

casos foram agregados, formando áreas mais alargadas que não correspondem exatamente àquilo que vemos referido nas fontes documentais, nomeadamente em descrições prediais. Um exemplo interessante, diretamente relacionado com a o espaço de localização das fábricas aqui em apreço, é o Lugar da Mouteira (por vezes *Monteira* e até *Montadeira*) que, ainda que aparecendo referido no século XVIII, hoje engloba um espaço muito mais alargado, pois integrou os lugares de Monte da Carreira (que é, em si, uma raiz etimológica de *Monteira*), Azenhas, Ponte, Mata-Sete e até, como demonstraremos, parte do Lugar de Serralves.

Deste modo, a compreensão e localização de todos estes espaços é fundamental para uma leitura territorial mais afinada, que nos permita localizar os lugares de implantação original das fábricas dos irmãos Martins Gonçalves e Francisco Xavier Arantes, e de Plácido Lino dos Santos Teixeira.

Em termos concretos, a organização histórica do território em 1758, por exemplo, estava dividida em *quatro lugares e sete aldeias*:

Lugares:

1. Lugar do Ouro;
2. Monte da Carreira de Lordelo (com uma ponte de cantaria na estrada para Matosinhos);
3. Lugar do Eirado (onde é localizada a igreja)
4. Lugar da Rábida (a Arrábida atual);

Aldeias:

1. Aldeia da Granja;
2. Aldeia de Saibreira;
3. Aldeia da Mazorra;
4. Aldeia da Mouteira;
5. Aldeia da Martinha;
6. Aldeia de Serralves;
7. Aldeia do Pinheiro.

No início do século XIX, encontramos uma ainda maior complexificação toponímica. Maria do Carmo Serém e Silvestre Lacerda enumeram quinze lugares em Lordelo, em 1809 (Serén

& Lacerda 2001:36), enquanto que o documento original citado pelos autores, o *memorandum* dos mortos da paróquia de Lordelo, conta dezasseis lugares distintos²⁰⁶:

1. Lugar da Igreja;
2. Lugar da Arrábida;
3. Lugar dos Barreiros;
4. Lugar dos Coutos;
5. Lugar do Padrão;
6. Lugar do Pinheiro;
7. Lugar da Mazorra;
8. Lugar do Grijó;
9. Lugar do Monte da Carreira;
10. Lugar de Serralves;
11. Lugar de Lordelo;
12. Lugar da Mouteira;
13. Lugar das Azenhas;
14. Lugar da Rata;
15. Lugar da Granja;
16. Lugar do Ouro e Santa Catarina (como um agregado).

Por outro lado, mais novos topónimos foram surgindo no decorrer do século XIX, é o caso dos lugares do Aleixo, Condominhas e Vale (e quinta) de Mata-Sete, todos eles já enumerados na década de 1830.

Esta diversidade de lugares, apesar de se manter referenciada em diferentes registos paroquiais dos primeiros anos do século XIX, foi-se paulatinamente simplificando e reduzindo, revelando, como referimos, a agregação de diferentes lugares (e microlugares, como simples casas e eiras) sob o mesmo topónimo²⁰⁷. Ao mesmo tempo, não dispomos de cartografia coeva minuciosa com a localização rigorosa dos lugares. As próprias plantas de licenciamento, mesmo as do final do século XIX, aglutinam já muitos dos lugares antigos sob um só topónimo.

²⁰⁶ *Memorandum*, in *Livro de Óbitos de Lordelo do Ouro*, 29 de março de 1809, fs. 21-23, PT/ADPRT/PRQ/PPRT06/003/0006, ADP.

²⁰⁷ Um dos exemplos é profusão em Lordelo de referências a casas e fábricas que foram fortificadas, tal como as trincheiras e baluartes militares, referidos na documentação alusiva ao Cerco do Porto, de 1832-33. Todo esse manancial de informação espacial é importante para compreensão da distribuição dos locais e das estruturas industriais de Lordelo do Ouro. Todavia, trata-se de um esforço de georreferenciação ainda por concretizar, em grande medida porque praticamente toda a área, outrora essencialmente rural e maninha, foi intensamente urbanizada a partir de meados do século XX, nomeadamente com a construção de habitação social.

Neste quadro, é atualmente muito difícil determinar a localização exata, ou, pelo menos, os limites, de alguns dos lugares referidos em documentação do século XVIII e inícios do XIX, momento da fundação das lanifícias aqui em apreço. Não obstante estas dificuldades, elaboramos um esforço de reconstrução da paisagem toponímica de Lordelo do Ouro dos últimos 250 anos. Para tal, recorreremos ao cruzamento de dados documentais, com os dados cartográficos tradicionais, ou seja, procuramos a integrar a chamada informação geográfica *informal* (i.e., descritiva ou verbal) com a informação geográfica *formal* dos mapas, ortofotografia, plantas, etc., fazendo a tradução entre esses dois tipos de conteúdos para elaborar uma representação visual com referenciação geográfica (Hill 2006:2-3, 7 e 10).

Outro dos métodos utilizados foi a religação de antigos topónimos com a distribuição atual do território, a partir de cartografia e fotografia aérea histórica, tentando compreender os traçados originais de alguns eixos de circulação fulcrais. No caso de Lordelo do Ouro, esses eixos são a antiga estrada para a Foz do Douro (pelo Campo Alegre e antiga Rua do Pasteleiro, contornando o monte com o mesmo nome) e a estrada para Matosinhos, a *carreira*, como por vezes é referida e cujo troço inicial corresponde, na saída de Lordelo, à atual Rua de Serralves.

O resultado desse exercício (mapa 17) servirá de base cartográfica para localizar as referências onomásticas aludidas ao longo do estudo deste caso.



Localização de topónimos e lugares de Lordelo do Ouro

- ⊙ Topónimos
- Ribeira de Lordelo (e desvio de Penouços)
- Estrada para Matosinhos (por Serralves, Vilarinha e Nevogilde)
- Estrada para a Foz do Douro (ruas do Campo Alegre e Pasteleiro)
- Cia. de Lanifícios de Lordelo (1892)
- Cia. de Lanifícios de Lordelo (depois de 1918)

Mapa 17 - Georreferenciação da distribuição toponímica e localização dos principais eixos territoriais de Lordelo do Ouro. De cima para baixo: Planta Reduzida de Teles Ferreira (1895); voo SPLAL (1939) e imagem de satélite atual (©MBPastor).

5.3.3. Uma implantação prévia em Lordelo: a fábrica *Martins, Arantes e Martins*

O estado de conhecimento atual em relação à lanifícia de Domingos Martins Gonçalves, Francisco Xavier Arantes e Pedro Martins Gonçalves é ainda muito precário. O pouco referencial bibliográfico conhecido sobre o tema está muito resumido a apenas três entradas documentais já conhecidas: o decreto de 18 de julho de 1781, de isenção da fábrica, colhido ainda por João Pedro Ribeiro, em 1830²⁰⁸, amiudamente citado, mas erradamente, enquanto referência cronológica para a fundação da fábrica; a entrada de 1788, na *Relação das Fabricas* (Dias 1954:250)²⁰⁹ e a sua inclusão no *Mappa das Fabricas* de 1813 (Cordeiro 2002:207).

Todavia, ainda que de modo algo preliminar, podemos aqui adiantar mais alguns contributos para um melhor conhecimento daquilo que foi a *Martins, Arantes e Martins*, de Lordelo do Ouro, entre os quais, um esclarecimento em relação à sua data de fundação.

5.3.3.1. O Registo das Cartas da Junta do Comércio de 1772

Em 1769, a instalação da manufatura de algodões em Aveiro, por João Baptista Locatelli, levou a Junta de Comércio a ordenar um plano de inquirição e acompanhamento do desenvolvimento daquela fábrica, feito a partir de correspondência com o Juiz de Fora de Aveiro, João António da Fonseca e Araújo. Na prática, esta medida, determinada pela Resolução Real de 10 de junho de 1771, redundou num esboço de prototipo industrial que viria a ser alargado a outros setores fabris de outras comarcas. A cópia dessa correspondência entre o Juiz de Fora de Aveiro e a Junta do Comércio encontra-se reunida no Livro 83, do arquivo da Junta, contudo, integra também várias correspondências avulsas das inquirições feitas a outras indústrias do Reino e até do Brasil²¹⁰.

²⁰⁸ *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filippino, com hum appendice, Parte VI*, João Pedro Ribeiro, 1830: 275.

²⁰⁹ A fábrica surge inscrita como *Dom.º Mz. Glz. & C.ª*.

²¹⁰ *Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez escrever pelo Seu Secretario aos Executores, e Administradores das diferentes Fabricas, espalhadas pelo Reino, 1772*, PT/TT/JC/A-C/1/4, Liv. 83, ANTT. Identificamos nesta correspondência 21 fábricas e respetivos administradores, de diferentes setores, desde têxtil, fundições, atacadistas, passando pelas chapelarias, vidros, etc. Estão distribuídas por Lisboa, Porto, Aveiro, Elvas, Leiria, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Baía. Apesar de incompleta (várias respostas e correspondência complementar não foram reunidas), o Livro 83 merece uma leitura atenta, nomeadamente no sentido de poder fornecer importantes pistas para a localização (e até identificação) de algumas pequenas fábricas do período pombalino pouco, ou nada conhecidas até ao momento.

É a partir deste documento inédito que podemos registar a primeira referência à fábrica de lanifícios *Martins, Gonçalves e Martins*, em Lordelo. Trata-se de um pedido de inquirição, remetido pela Junta a 8 de fevereiro de 1772, e dirigido aos administradores da fábrica, com um pequeno questionário. O questionário é igual ao da carta remetida pela mesma Junta a outra lanifícia do Porto, porventura a primeira na cidade, e propriedade de Domingos Ferreira Pinto Basto, na *Quinta do Bacalhau*²¹¹. Os dados pedidos aos executores das fábricas são os seguintes:

«P.^a Domingos Ferr.^a

Pinto com Fab.^a de Panos, na

Quinta do Bacalhau.

A Junta do Commercio tendo por obrigação de seu Instituto promover o adiantamento das diferentes Fabricas q̃ se achão dispersas pelo Reino, afim de q̃ as Suas producções possam redondar não so em utilidade mas também na mayor, e particular dos seus respectivos Fabricantes contando entre estes a de

²¹¹ A chamada *Fábrica da Quinta do Bacalhau* é atualmente pouquíssimo conhecida. Não conseguimos, aliás, determinar a sua localização. A fábrica recebera, por Decreto de 20 de março de 1770, a isenção, por 10 anos, de direitos de tecidos (*Conselho da Fazenda, Registo de Decretos, Livro 5*, f. 149, PT/TT/CFZ/A-A/02/0005, ANTT). O decreto original, tanto o manuscrito, como a sua edição impressa (*Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, António Delgado da Silva, 1829, 458-459) referem-se à quinta onde a fábrica se instalara como Quinta de *Buathau*, no *subúrbio* do Porto. Este equívoco toponímico tem gerado mais dificuldades em torno da localização desta pequena, ainda que inaugural, lanifícia do Porto. Do referido decreto, a fábrica é descrita como tendo apenas cinco teares, mas com todas as oficinas competentes, é indicada como estando já a produzir baetões. Sabemos, entretanto, que no ano anterior, 1769, a fábrica já se encontrava a laborar, muito provavelmente será esse o ano da sua fundação. A referência de 1769 é exemplificativa do ponto de vista da compreensão do protecionismo pombalino, e da sua conceção mercantil da manufatura, pois trata-se de um perdão régio de D. José I a Domingos Ferreira Pinto Basto, o proprietário e administrador da *Fábrica da Quinta do Bacalhau*, que adquirira lãs da Comarca de Pinhel, para transportar para o Porto, o que, ao abrigo do Alvará e Regimento de 11 de agosto de 1759 perfazia crime (as lãs de Pinhel, Guarda e Castelo Branco só poderiam ser comercializadas e usadas nas Reais Fábricas da região), neste perdão, a lã adquirida em Pinhel, 400 arrobas, é igualmente devolvida a Domingos Ferreira Pinto, com a alegação de *utilidade pública* da fábrica (*Livro 9.º de Registo*, 1769, f. 160-160v, PT/TT/JC/A/005/0009, ANTT). Nas referidas cartas de 1772, a fábrica apresenta, para avaliação, algumas peças, consideradas bastante rudimentares, mas, ainda assim, úteis para o mercado interno (*Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez etc.*, 22 de agosto de 1772, fs. 8v-9). Depois desta data, não conseguimos localizar mais dados documentais sobre a *Fábrica do Bacalhau*. Domingos Ferreira Pinto Basto foi um empresário e industrial nascido em Abadim, Cabeceiras de Basto, em 1741. Estabeleceu-se no Porto, onde casou com Maria do Amor Divino, em 1773. Viria a morrer na mesma cidade, em Santo Ildefonso, a 15 de agosto de 1820. No seu testamento encontramos referências a múltiplos investimentos, desde os vinhos, até a um vastíssimo legado patrimonial imobiliário, contudo, não há já referência à sua fábrica de lanifícios. Domingos Ferreira Pinto Basto é pai de José Ferreira Pinto Basto, fundador da Fábrica da Vista Alegre, em Ílhavo (*Registo de batismos de Abadim*, 5 de maio de 1741, f. 44, PT/UM-ADB/PRQ/PCBC01/001/0004 ADB; *Registo de Casamentos de São Nicolau*, 30 de novembro de 1773, f. 220-220v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/002/0007, ADP; *Registo de Óbitos de Santo Ildefonso*, 15 de agosto de 1820, f. 21, PT/ADPRT/PRQ/PCBC02/003/0017, ADP; *Testamento de Domingos Ferreira Pinto Basto*, aberto a 15 de agosto de 1820, A-PUB/2291, fs. 333v-335v, AHMP).

Vm.^{Ce} de Lanifícios estabelecida na Quinta do Bacalhau, aqual se deve considerar huma das mais emportantes e sobre ã se deve ter o mayor cuidado, e desvelo por sere os seus tecidos da primeira necessidade, e consumo, alem de Se empregarem nelles as lãas propriaz. Ordena que Vm.^{Ce} Haja de informala do Actual estado em que a mesma sua ditta fabrica se acha com distincção do N.^o dos teares, ã actu=alm.^{te} estão em exercício dos Individuos, que ocupa afim neste como nos outros dependentes Ramos, declarando os Seus nomes assim dos Mestres como tambem dos Officiaes, e Aprendizizes, e a quantidade das P.^{es} ã manufactura em cada hum anno com as Suas respectivas qualidades fazendo-o certo por amostras de meyo côvado, para mais, ou menos, ã remeterá a esta Junta:

O que tudo de ordem da mesma participo a Vm.^{Ce} para assim effectiva=mte, o cumprir.

D.^s G.^{de} a Vm.^{Ce} Lx.^a 1 de Fevereiro de 1772»²¹²

Os mesmos dados são pedidos, a 8 de fevereiro, à fábrica *Martins, Arantes e Martins*, com a exceção do que surge a sublinhado no documento (e na transcrição acima), ou seja, não foi entendido ser necessário o envio de amostras. De resto, o número de teares, operários, mestres, aprendizes, bem como as quantidades produzidas, foi igualmente pedido. Não temos, infelizmente, acesso à resposta de volta e respetivas informações estatísticas. Conhecemos, todavia, a segunda carta da Junta (fig. 51) e que também transcrevemos.

«Porto P.^a Martins Arantes

Martins com Fab.^a de Panos

Tendo participado em Junta o Contheudo na carta, ã Vm.^{Ce} me dirigio datada em 15 de Fevereiro proximo passado com as rela-çoens tanto de fazenda de lãa manufacturada na Sua Fabrica de Lordello nos annos de 1770, e 1771, como dos Individuos nella actualm.^{te} empregados me manda responder, que nunca considerou tão insignificante este Estabelecim.^{to} pelos poucos teares ã tem em exercício, de Sorte, que a não se disporem Vm.^{Ces} adiantalo conforme pede a protecção ã tem merecido de S. Mag.^{de} pelas repetidas Mercez, que lhe há feito

²¹² Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez etc., 1 de fevereiro de 1772, fs. 4v-5.

entende que esta tão diminuta Fabrica não pode concorrer, nem emparelhar com outras, que tendo alcançado menos continuação com reconhecidos progressos e por isso merecedoras de que esta Junta pelas mesmas se interesse//

Se interesse: Com tudo porem lhe recomenda pondo sem perda de tempo, em execução o Plano que Se propõem para o Seu adiantam.^{to} do qual não só receberão avultados interesses como tambem farão benefícios ao publico que todos devemos concorrer.

D.^s G.de a Vm.^{Ce} Lx.^a a 7 de Março de 1772»²¹³

Esta resposta, além de confirmar a localização da fábrica em Lordelo e referir a sua laboração desde, pelo menos, 1770, revela-nos as razões para que o documento de isenção dos direitos de tecidos da fábrica só terem sido atribuídos no já citado decreto de 1781: a fábrica foi considerada *insignificante e diminuta*.

Esta adjetivação da Junta do Comércio, justificada pelo momento ainda muito inicial da laboração da fábrica, não deixa de ser surpreendente. A *Fábrica da Quinta do Bacalhau*, sua contemporânea (porventura vizinha?), laborava com apenas cinco teares, e isso não foi considerado insignificante. O que nos poderá indicar, em termos de dimensão, que a fábrica dos Martins Gonçalves e de Francisco Xavier Arantes não terá sido, no início da década de 1770, mais do que uma pequeníssima oficina de tecelagem, eventualmente com algum tipo artesanal de cardagem da mecha e de fiação (com roca ou mesmo feita com os caneleiros, que não se limitavam a servir para enrolar o estambre nas bobinas ou canelas, podendo ser usados para fiar), mas também de acabamento, nomeadamente de pisoagem e percha²¹⁴. Pouco mais tarde, como veremos, a fábrica haveria de ter uma tinturaria, usando anil produzido no Rio de Janeiro.

Apesar de tudo, esta realidade não invalida algum grau de características industriais na organização de produção lanígera da *Martins, Arantes e Martins*, nomeadamente, a

²¹³ *Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez etc.*, 7 de março de 1772, fs. 5v-6.

²¹⁴ Não confundir, neste sentido, com a prensa de calor, usada posteriormente, na indústria lanífrica, para comprimir e lustrar os tecidos. A percha não é uma máquina desenhada para comprimir tecidos, mas sim para os escovar, como uma espécie de *segunda cardagem*, embora sobre peças concluídas, de modo a alinhar as fibras, remover borbotos e fazer levantar o pelo dos tecidos.

concentração, em manufatura de, pelo menos, o processo de tecelagem, e, obviamente, o facto de haver uma superestrutura de capital composta por uma sociedade de investidores.

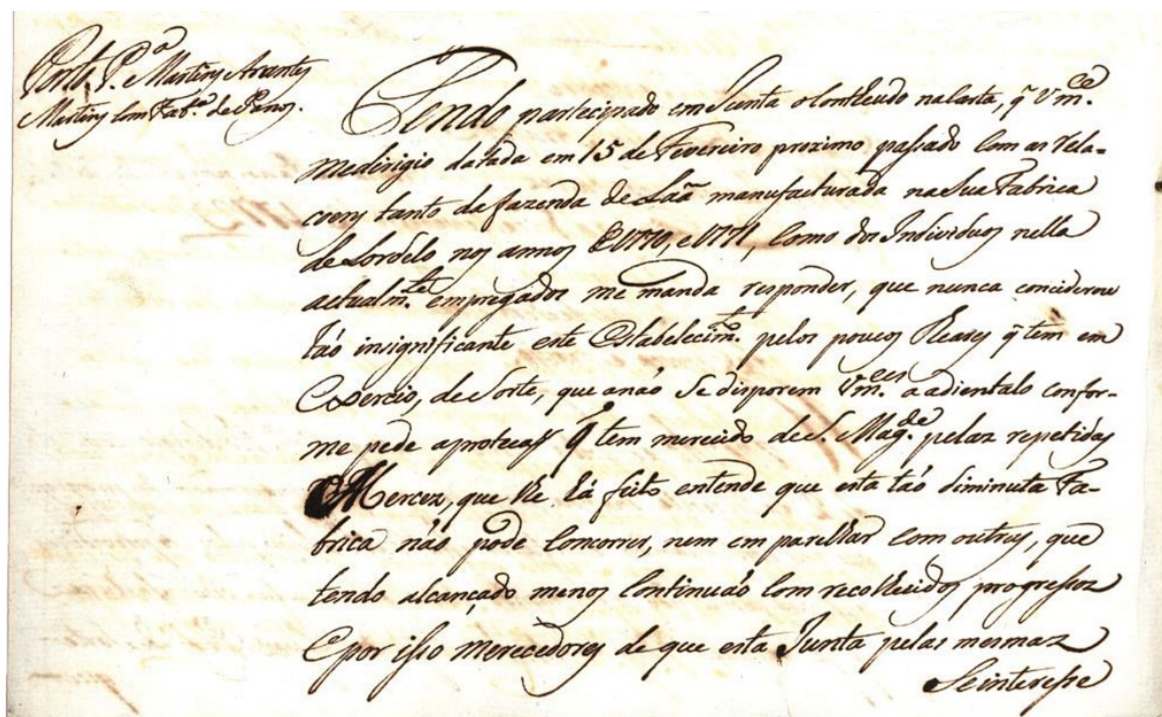


Fig. 51 - Excerto da resposta que a Junta do Comércio devolveu à fábrica Martins, Arantes e Martins, a 23 de março de 1772 (ANTT).

A fábrica confeccionou, com lãs nacionais, panos e casimiras entrançadas em diferentes cores, tendo por mercado sobretudo Trás-os-Montes²¹⁵.

5.3.3.2. Proprietários

Aparentemente, nenhum dos três sócios originais desta lanifícia tinha qualquer relação prévia com a produção têxtil. Domingos Martins Gonçalves, o capitão Pedro Martins Gonçalves e Francisco Xavier Arantes são homens que nos surgem relacionados com a Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro, e com o comércio em geral, desde a salga de sardinha no Algarve, ao negócio principal, que era a exportação de vinhos (Reis 2013:255, 542-633). Neste sentido, Francisco Xavier Arantes, para além de sócio da fábrica de lanifícios, surge-nos apenas como comerciante de vinhos, particularmente com a Inglaterra. Domingos e Pedro, por seu turno, parecem diversificar mais os seus projetos, revelando uma forte influência dentro dos projetos pombalinos.

²¹⁵ Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto etc., 1814, PT/TT/JC/A-C/3/1, f. 22, ANTT.

De facto, encontramos Domingos em Vila Real de Santo António, a participar, como representante de uma outra companhia, a qual já aludiremos, que fundara com o irmão, nas grandes festividades da reedificação da vila, realizadas precisamente durante o 77.º aniversário do marquês de Pombal, em 13 de maio de 1776²¹⁶.

Esta companhia dos irmãos articula-se diretamente com os negócios da fábrica. Trata-se de um consórcio que Pedro e Domingos selaram, precisamente em maio de 1776, com Manuel da Costa Cardoso, empreiteiro portuense radicado há vários anos no Rio de Janeiro e que explorava a produção de anil, e cujo contrato previa a exportação anual para o Porto de 50 arrobas daquele corante, isto é, cerca de 735 quilogramas (Dias 2003:19-20). O anil recebido no Porto só se justificaria para a tintura dos lanifícios da fábrica de Lordelo, muito concretamente para produzir fazendas daquela cor, a que era usada para o fardamento do exército regular²¹⁷.

Desconhecemos se a fábrica chegou a estabelecer algum contrato para os fardamentos (é de relembrar que Pedro Martins Gonçalves tinha o posto de capitão²¹⁸), mas sabemos que, em 1813, continuava a empregar anil de pau campeche nos seus tecidos²¹⁹. Não obstante, Pedro e Domingos Martins Gonçalves revelam um grau de intimidade com o aparelho pombalino que terá sido vantajoso, aliás, Domingos foi assíduo na casa dos Almadás (Bruno 1907:235-36).

A *viradeira* não parece ter atingido particularmente Pedro e Domingos Martins Gonçalves, ainda que tenhamos detetado um episódio, ocorrido entre 1779 e 1780, o qual abordaremos, que poderá revelar alguma tensão pós-pombalina. Em todo o caso, a relação de ambos os irmãos com os negócios da Companhia do Alto Douro foi uma base segura para prosseguirem os empreendimentos. Assim, logo em 1781, o próprio filho de Pedro Martins Gonçalves (com o mesmo nome) seria nomeado para integrar a primeira delegação comercial portuguesa em São Petersburgo, *A Casa Portuguesa de Comércio na Rússia* (Sá &

²¹⁶ *Exposição das Festividades Celebradas na Reedificada Villa Real de Santo Antonio no mez de Maio do presente anno de 1776*: 6.

²¹⁷ As tropas de Ordenança usavam sobrecasacas verdes.

²¹⁸ É designado como *Capitão Pedro Martins Gonçalves* em algumas fontes (*Registo de batismos da Vitória*, 22 de maio de 1756, f. 133, PT/ADPRT/PRQ/PPRT15/001/0010, ADP).

²¹⁹ *Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto etc.*, 1814, f. 22.

Pereira 1990:228)²²⁰. Por seu turno, Domingos aparece-nos relacionado com outras experiências industriais, nomeadamente em Torre de Moncorvo, onde foi um dos fundadores da ferraria-forja da Chapa Cunha, na Ribeira de Mós, em 1790 (Campos 2010:4-5; Custódio 2009:203-4). Em 1793, o mesmo Domingos, na condição de deputado da Junta da Administração da Companhia Geral do Alto Douro, organizou e supervisionou a demolição do Cachão da Pesqueira. Foi ainda vice-provedor da mesma companhia, entre novembro de 1800 até à sua morte²²¹.

Pedro Martins Gonçalves viria a falecer na Rua de Cimo de Muro, na Ribeira do Porto, a 2 de junho de 1793, sem deixar testamento e endividado; o irmão Domingos faleceria 18 anos depois, na sua casa da Travessa da Rua Nova de São João, também na Ribeira, em 1811²²².

Já quanto a Francisco Xavier Arantes, falecido antes de 1788²²³, não conseguimos detetar qualquer atividade para além do comércio dos vinhos e a sua quota na fábrica de Lordelo.

Em termos sintéticos, são estes os dados que conseguimos reunir sobre os três fundadores da lanifícia *Martins, Arantes e Martins*. Todos eles perfazem o perfil típico da burguesia setecentista da cidade do Porto, isto é, indivíduos fortemente relacionados com o negócio dos vinhos, nomeadamente as exportações, mas também com alguma diversidade de investimentos. Neste concerne, o que nos parece, de facto, notável, é a atividade de Domingos Martins Gonçalves, que desde o ferro de Moncorvo, passando pelo anil no Rio de Janeiro, até, obviamente, à sua ligação à fábrica dos lanifícios (a qual, aliás, nem sequer alude no seu testamento), parece ter sido um entusiasta em várias frentes, sem nunca perder o fio às atividades cívicas. Todavia, perpassa-nos a ideia de que nenhum dos homens teria uma vocação, ou mesmo experiência direta, associada aos lanifícios, ou até aos têxteis em geral,

²²⁰ Victor de Sá e Gaspar Martins Pereira referem-se a este Pedro Martins Gonçalves como *Júnior*. Trata-se do filho de Pedro Martins Gonçalves e de sua mulher, Rosa Maria. Pedro *Júnior* nasceu no Porto em 1756, ver nota 221. O mesmo Pedro morreu em 1807, em circunstâncias trágicas que ficaram por esclarecer.

²²¹ *Discurso Historico e Analytico sobre o Estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Christovão Guerner, 1827, 53-54, 108).

²²² *Registo de Óbitos de São Nicolau*, 2 de junho de 1793, f.215v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0006, ADP e *Testamento de Domingos Martins Gonçalves*, 20 de abril de 1807, aberto a 10 de julho de 1811, fs. 62-63v, A-PUB/2275, AHMP.

²²³ Não conseguimos localizar o óbito de Francisco Xavier, sabemos que era residente na Rua Nova dos Ingleses (atual Infante D. Henrique), mas os registos paroquiais de São Nicolau, particularmente o livro dos óbitos da transição do século XVIII para o XIX encontra-se truncado. Por outro lado, os *Almanachs* anuais da Academia Real das Ciências, a partir de 1788 e durante os primeiros anos de 1800, identificam apenas João Baptista Arantes e a viúva Arantes, o irmão e a mulher de Francisco Xavier, como negociantes na praça do Porto.

sendo a fundação da fábrica de Lordelo vista como algo quase *acidental* e, em última análise, pouco devotada pelos seus fundadores, sempre ocupados e ausentes. No entanto, localizamos um documento, ainda por historiar, que representa um caso registado pela Junta do Comércio que merece uma rápida consideração, pois poderá revelar outras proximidades de Domingos Martins Gonçalves com a indústria lanifícia.

O caso resume-se do seguinte modo: em 20 de dezembro de 1779, a Junta do Comércio expunha à rainha uma proposta que recebera: - uma *companhia de Comerciantes da Cidade do Porto* apresentara-se para comprar (*tomar à sua conta*) as Reais Fábricas de lanifícios da Covilhã e Fundão. A proposta era acompanhada por um depósito de 40 contos, entregue ao Vedor da Alfândega do Porto. Logo na primeira resolução, emitida a 20 de julho de 1780, a proposta foi considerada insuficiente para a entrega das *Fábricas Nacionais* particulares. Ao mesmo tempo, deliberava-se a requisição do depósito, como *empréstimo* para concluir as expedições do fardamento, vitais para as fábricas conseguirem liquidez. E, com efeito, logo no dia 3 de agosto seguinte, o marquês de Angeja decretava o arresto dos 40 contos em depósito da Alfândega do Porto. Vendo a proposta negada e o dinheiro confiscado, os *comerciantes da Cidade do Porto*, nunca até ao momento inteiramente identificados, viam chegar a resolução explicativa do chumbo da proposta, no dia 12 de setembro²²⁴. Esta resolução é um texto longo, assentado no mesmo registo da Junta do Comércio, e perfaz um pequeno tratado de economia política protecionista, que merecerá, no futuro, uma publicação. À parte o conteúdo analítico propriamente dito, é-nos indicado que a *Companhia do Porto* era, na verdade, um consórcio criado pela Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, da qual Domingos Martins Gonçalves era já vice-provedor no triénio de 1778-81 (Sousa, Vieira, & Dias 2003:323). Não tendo, infelizmente, registo dos nomes dos comerciantes que fizeram a proposta, podemos, contudo, deduzir que não seria improvável ver Domingos Martins Gonçalves envolvido nesta tentativa de aquisição das Reais Fábricas da Covilhã e Fundão.

5.3.3.3. Mão de obra

No que concerne à mão de obra, aos homens e crianças (não há qualquer referência a trabalho feminino) que efetivamente laboraram na fábrica *Martins, Arantes e Martins* só

²²⁴ Livro 17.º de Registo, 1780, fs. 3-4; 5 e 17v-31, PT/TT/JC/005/0017, ANTT.

conhecíamos, até agora, os nomes inscritos no *Mappa* de 1813, onde são identificados 30 operários (entre mestres, oficiais e aprendizes), e três executivos (caixa, administrador e caixeiro)²²⁵. Contudo, conseguimos localizar um novo documento, desta feita, o testamento de 1802, de Custódio Pereira, viúvo de Rosa Maria Arantes, irmã de Francisco Xavier Arantes, e onde se identificam alguns oficiais da fábrica *Martins, Arantes e Martins*²²⁶.

Custódio Pereira, natural de Braga, com casa na Rua da Régua (atual São Vítor), era também morador na *Fabrica dos Panos da freguesia de São Martinho de Lordello do Ouro*. Em março de 1802, ditou o testamento, com duas disposições diferentes, uma para o caso de falecer no Porto, onde ainda vivia, e outro para o caso de morrer em Braga, para onde diz estar a caminho de mudar. O documento, infelizmente, não nos revela qualquer tipo de informação geográfica sobre a fábrica de Lordelo, nem tampouco indica qual era exatamente o papel de Custódio na fábrica, para além de morador e cunhado de um dos sócios fundadores. Há, no entanto, informações interessantes sobre o espólio da casa de Braga, bem como as determinações para o seu destino. Percebemos que a casa estava bem equipada, com mobiliário e peças decorativas (telas e pinturas) que seriam de valor considerável. Entre as peças está até um presépio, deixado ao *Senhor do Monte* (Bom-Jesus). A informação revela um grau de acúmulo de riqueza patrimonial e de distinção social de uma burguesia média-alta. Esta situação não significa, porém, que as instalações residenciais na fábrica fossem luxuosas, ou tivessem alguma dimensão assinalável, contudo, algumas condições deveriam ter, para que Custódio aí pudesse residir confortavelmente e, porventura, exercer algum tipo de função executiva na fábrica.

O documento divide-se em duas partes: o ditame, propriamente dito, executado pelo tabelião Manuel José da Silveira, na Rua da Vitória, e a sua confirmação, feita dois dias depois, por José da Silva Oliveira, de Leça do Balio, na fábrica de Lordelo do Ouro. É nesta confirmação que nos surgem as testemunhas: são seis homens, todos eles *oficiaes da dita Fabrica*²²⁷:

²²⁵ *Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto etc.*, 1814, fs. 18-22.

²²⁶ *Testamento de Custódio Pereira*, 7 e 9 de março de 1802, aberto a 16 de julho do mesmo ano, PT/UM-ADB/AC/PRVBRG/002/02615, ADB.

²²⁷ Ver nota anterior, fs. 3v-4v.

1. Domingos Francisco
2. Francisco José Martins
3. José Pedro Lima
4. António Manuel Barbosa
5. Francisco José da Costa
6. Sebastião José Teixeira

Não nos é indicada qualquer informação sobre as suas funções, todavia, cruzando informação com o *Mappa das Fabricas*, inventariado 11 anos depois, conseguimos localizar alguns dos mesmos trabalhadores, nomeadamente o mestre tintureiro José Pedro Lima (surge com o número 22), natural de Ponte de Lima, e José Teixeira (número 25), como *prexador* (operador da percha). Outros nomes aparecem também no *Mappa*, contudo, tal como veremos adiante, integram o rol de operários de Plácido Lino, o que demonstra uma evidente transferência de mão de obra e, sobretudo, de experiência, de uma fábrica para a outra. Finalmente, um dos oficiais identificados no testamento, Francisco José Martins, surge-nos como uma das vítimas dos franceses, em 29 de março de 1809, tendo sido encontrado morto no Lugar das Azenhas, o que poderá ser sugestivo sobre a localização da fábrica. Aliás, junto com Francisco José Martins, foram encontrados outros corpos (no total foram sete nessa área), um deles de um jovem identificado apenas como Alexandre, e referido como *mosso de Placido Lino dos Santos*²²⁸.

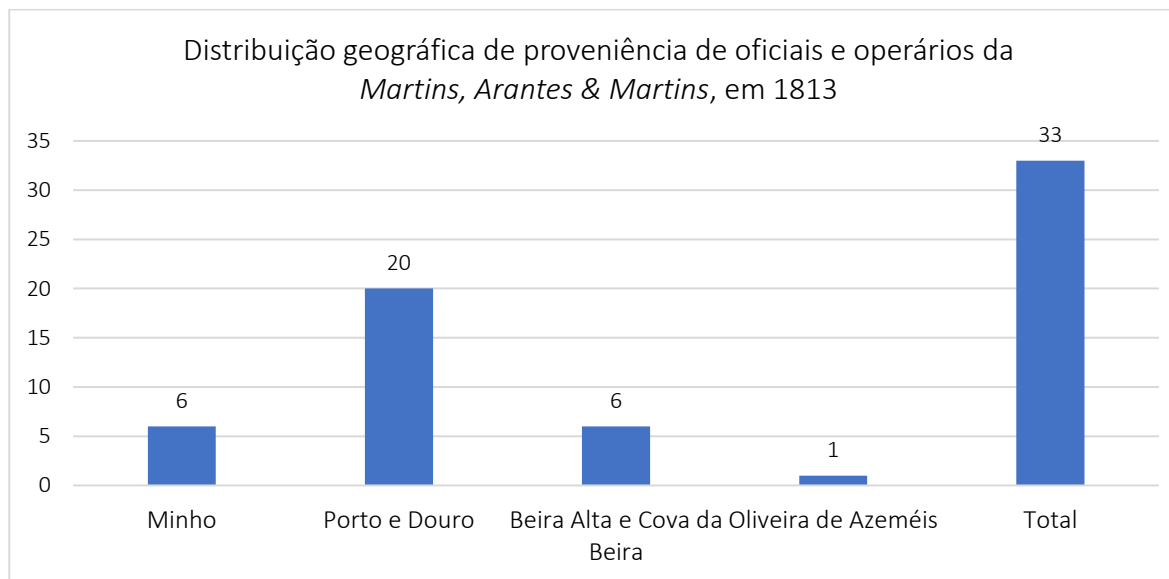
A distribuição das tarefas no *Mappa* de 1813, neste caso, apenas dos homens, pode ser esclarecedora face ao enquadramento tecnológico da *Martins, Arantes & Martins*, onde não encontramos nenhum operador de engenhos, muito concretamente engenhos de cardar ou fiandeiras. Ou seja, estes processos desenvolviam-se manualmente, ao contrário, como veremos, do que já ocorria na fábrica de Plácido Lino, na mesma época²²⁹. Os restantes processos, nomeadamente a tecelagem, eram também manuais. Em todo o caso, são registados oficiais para as diferentes tarefas, desde o tinte, aos acabamentos, como a pisoagem, a tosagem e a já referida perchagem dos tecidos. Estamos, portanto, face a uma

²²⁸ *Memorandum*, f. 22v. Regressaremos a esta questão na abordagem à fábrica de Plácido Lino, bem como à pertinência dos sete mortos do Lugar das Azenhas, que poderão estar na génese do topónimo *Vale de Mata-Sete*, entre Serralves e a Mouteira, e cuja referência escrita mais antiga que detetámos é já do início da década de 1830.

²²⁹ Na *Martins, Arantes & Martins* não estão inscritos sequer oficiais de fiação, apenas algumas crianças que faziam o papel de caneleiros, embobinando canelas com fio adquirido externamente, ou mesmo fiando pequenas quantidades.

oficina com as diferentes etapas de confecção e acabamento, articuladas numa cadeia de produção de cariz, pelo menos, protoindustrial, isto é, o trabalho desenvolvia-se no mesmo espaço e obedecia a uma especialização de tarefas. Simultaneamente, ainda que não haja referência à lavagem dos velos, a presença de uma tinturaria, bem como dos pisões, apontam para a existência de um abastecimento permanente de água na fábrica, o que, sendo, ou não, fornecida pela Ribeira de Lordelo, teria, pelo menos, que ter acesso a uma mãe-de-água, ou a poços, algo particularmente abundante na zona da Mouteira e Azenhas, em Lordelo do Ouro.

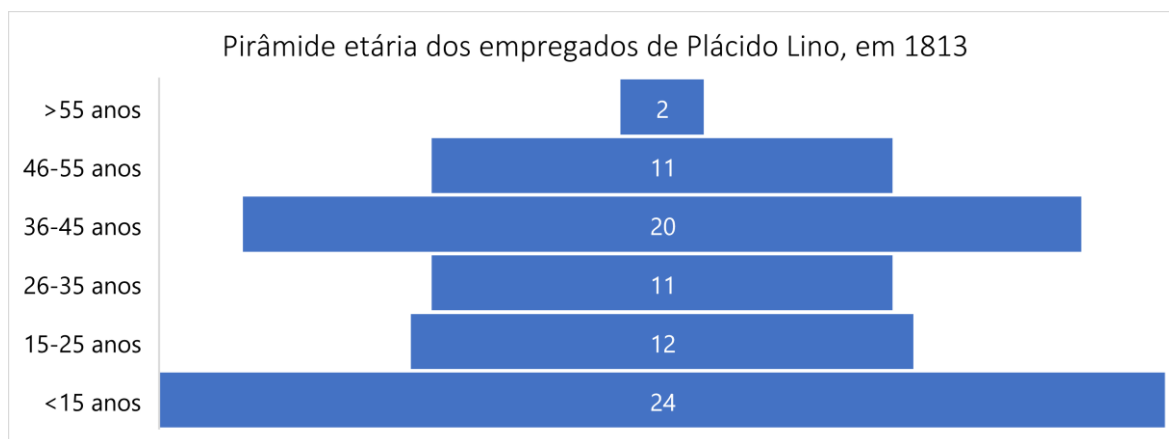
Em termos de proveniência da mão de obra (quadro 16), a maioria (20) dos operários são do Porto, dentre os quais, 12 são de Lordelo do Ouro. Contudo, destes 12, sete são jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos, quase todos simples caneleiros e um aprendiz de tecelão. Encontramos também alguns beirões, sobretudo homens experientes, como Feliciano Gomes, de 65 anos, perchador de Oliveira do Hospital, ou João Baptista, oficial tecelão da Covilhã, com 60 anos. O total de trabalhadores, tal como referimos, era de 33 homens.



Quadro 16 - Distribuição geográfica de proveniência de empregados masculinos da *Martins, Arantes & Martins*, em 1813 (©MBPastor).

A proveniência dos operários não deixa de ser interessante, nomeadamente pela presença de beirões da Covilhã, Seia e Oliveira do Hospital (total de 6), que trouxeram para o Porto uma experiência nos lanifícios que, simplesmente, era rara a norte do Mondego. Contudo, em 1813, essa presença também representava um outro fenómeno: o envelhecimento da

mão de obra da *Martins, Arantes e Martins* (quadro 17). Assim, mesmo contando os jovens caneleiros que se ocupavam (muito provavelmente ocasionalmente) da estriação de fio, a média de idades dos trabalhadores é praticamente 36 anos, tendo cinco deles 60 ou mais anos.



Quadro 17 - Pirâmide etária de empregados masculinos da *Martins, Arantes & Martins*, em 1813 (©MBPastor).

Apesar da pirâmide etária dos trabalhadores ter uma base jovem, esta não é, no nosso entender, significativa, sobretudo por não se tratar de aprendizes, mas apenas de moços caneleiros. Assim, a distribuição etária é sobretudo de pirâmide invertida, com os oficiais experientes a ocupar o topo, contrastando com o que ocorria, no mesmo momento, na fábrica de Plácido Lino (quadro 19), onde a base da pirâmide assenta em jovens aprendizes e auxiliares em formação, nomeadamente nos engenhos, mas é logo secundada pelos oficiais experientes, com idades entre os 36 e 45 anos. De facto, só encontramos dois empregados de Plácido Lino com mais de 55 anos, um deles o oficial carpinteiro José da Rocha. Esta diferença na distribuição das idades, revela-nos dois momentos diferentes dentro das duas fábricas: a decadência e falta de aposta no futuro na *Martins, Arantes & Martins*, e a aposta na formação de mão de obra na fábrica de Plácido Lino. O destino de ambas as fábricas viria a confirmar a consequência deste envelhecimento.

5.3.3.4. Transmissão e destino

A descendência dos três sócios fundadores da *Martins, Arantes & Martins* é algo complexa. Domingos Martins Gonçalves, o último dos sócios e que morreu em 1811, era então já viúvo, mas não tinha descendência direta. Deixava a herança, sem se referir especificamente à fábrica, às suas duas sobrinhas, Rita e Maria, filhas de Pedro Martins Gonçalves, falecido em 1793. Apesar de aberto em 1811, momento da morte de Domingos, o testamento foi

redigido consideravelmente antes, a 20 de abril de 1807, três semanas após o cadáver do seu sobrinho Pedro Martins Gonçalves *Júnior* ter sido encontrado no Douro, junto ao cais do terreiro da Alfândega velha²³⁰. Deste modo, dois terços de interesses na fábrica concentraram-se em Rita e Maria, únicas sobreviventes dos Martins Gonçalves. Ao mesmo tempo, o restante terço, propriedade de Francisco Xavier Arantes também não teria herdeiros diretos.

Foi a localização e a leitura do testamento da viúva de Francisco Xavier, Dona Maria Rosa Arantes²³¹, que nos permitiu esclarecer o destino dessa terça parte da fábrica. Também em 1811, agora no dia 16 de agosto, Maria Rosa Arantes, moradora na Rua Nova dos Ingleses, dispunha as suas vontades²³². Naquele momento, já todos os cinco filhos e filhas que Maria Rosa e Francisco Xavier Arantes haviam tido eram falecidos. Restava-lhe apenas os netos, filhos da sua filha Margarida Arantes Fontana com João Baptista Fontana²³³. Eram eles Margarida, João, Gaudêncio, Francisca e Francisco Fontana. Sendo ainda menores os netos Gaudêncio e Francisco.

É ainda neste documento que vemos referência aos interesses dos Arantes na fábrica (fig. 52):

«sou enteresada com o senhor Dom.^{os} Martins Gonçalves, e com os herdeiros de Pedro Martins Gonçalves na fabrica de panos sita na freg.^a de Sam Martinho de Lordello do Ouro em huma terça parte da dita Fabrica porque entramos com partes iguais no seu fundo, fora varias parcelas de dinheiro que tenho dado por

²³⁰ *Registo de óbitos de São Nicolau*, assento de justificativa de 2 de maio de 1828, f. 63, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0006, ADP. Esta justificativa foi pedida por uma Rita Bebiana da Silva e Vasconcelos, no 1.º de maio de 1823. O assento de óbito original, com data de 10 de março de 1807, não está registado ou foi perdido. Em todo o caso, é este o único registo paroquial da morte de Pedro Martins Gonçalves *Júnior*, falecido solteiro e sem herdeiros.

²³¹ A teia de filiações e a repetição (ou semelhança) de nomes poderá parecer complexa. Esta Dona Maria Rosa Arantes (com apelido de solteira São José) não deve ser confundida com a sua cunhada Rosa Maria Arantes, irmã de Francisco Xavier e mulher de Custódio Pereira, a quem já nos referimos anteriormente.

²³² *Testamento de Maria Rosa Arantes*, 16 de agosto de 1811, assinado a 29 de agosto e aberto a 20 de julho de 1812, fs. 166v-168v, A-PUB/2277, AHMP. Apesar de ter sido ditado no dia 16 de agosto, Maria Rosa refere-se a Domingos Martins Gonçalves como sendo ainda vivo (f. 167v), mas o testamento de Domingos fora aberto a 11 de julho daquele ano. Não compreendemos exatamente as razões para esta discrepância, a não ser que Maria Rosa Arantes tenha ditado o testamento antes da morte de Domingos Martins Gonçalves falecer, e tendo assinado semanas depois, em circunstâncias condicionadas.

²³³ Margarida Arantes Fontana morreu a 26 de abril de 1810, e o marido, João Baptista Fontana em 1805. *Registo de óbitos de Cedofeita*, 26 de abril de 1810, f.220v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT04/003/0007, ADP e *Testamento de João Baptista Fontana*, aberto a 11 de maio de 1805, A-PUB/2260, AHMP.

varias vezes como melhor constava dos livros da dita fabrica para o que declaro que em the o dia de hoje não tenho recebido lucros alguns da dita fabrica, e por meu falecimento se fasa enven/tario geral para se saber o que pertence aos ditos meus herdeiros.»²³⁴

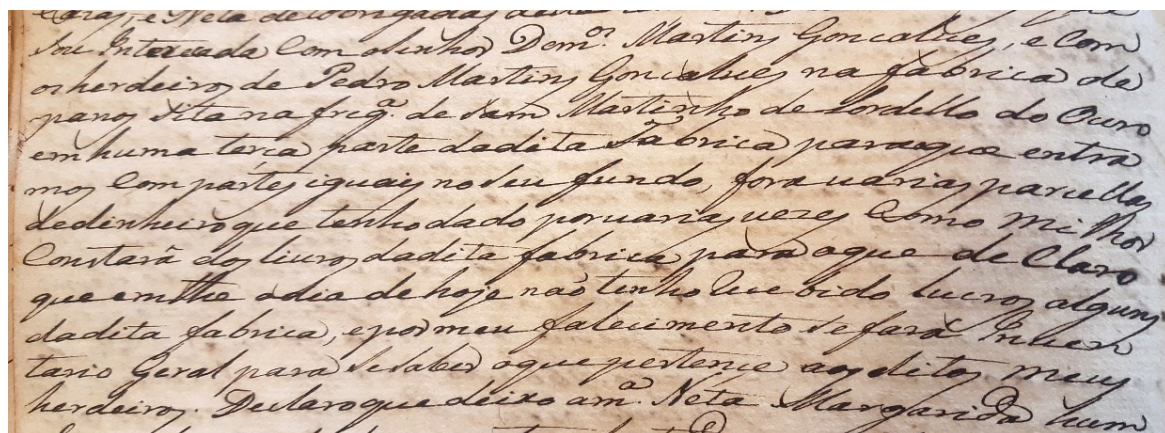


Fig. 52 - Excerto do testamento de Maria Rosa Arantes, 16 de agosto de 1811 (AHMP).

Maria Rosa Arantes deixa disposições para que se faça um inventário da fábrica e se determine exatamente aquilo que pertence aos netos e herdeiros. Percebemos que os Arantes investiam regularmente na lanifícia, mas que há muito não tiravam daí proveitos. Situação que, de certa forma, confirma aquilo que em 1813 seria referido:

«Seu Consumo tem sido para a Provincia de Tras os Montes porem há grande impate pela muita abundancia de fazenda Estrangeira que há na terra que as Fabricas não podem prezistir. **Estado da Fabrica decadência em Rezão do grande impate das Fazendas.**»²³⁵

No inquérito seguinte, o *Mapa das Fábricas de 1820*, a *Martins, Arantes & Martins* já não nos surge representada. Se o processo de declínio parecia inevitável, o desaparecimento da fábrica da listagem, no entanto, pode não representar, exatamente, a sua extinção. Ainda que em 1820 só nos surja referência à lanifícia de Plácido Lino, a única em Lordelo e até no Porto (Cordeiro 2003:651), a reconversão e readaptação da *Martins, Arantes & Martins* não deverá sair da equação, até porque, de algum modo, ela viria a reaparecer na década de 1830.

²³⁴ Testamento de Maria Rosa Arantes, 16 de agosto de 1811, assinado a 29 de agosto e aberto a 20 de julho de 1812, fs. 166v-168v, A-PUB/2277, AHMP

²³⁵ *Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto etc.*, 1814, f. 22.

Como vimos, em 1811, dois terços dos interesses da fábrica foram concentrados nas filhas de Pedro Martins Gonçalves, Rita e Maria. Não estamos em condições de demonstrar se uma pequena *Fabrica de Baetinhas de Lã*, instalada precisamente na Mouteira, e inscrita em 1813 como propriedade da viúva Nunes e Martins tem, ou não, alguma relação com as parcelas daquelas duas descendentes dos irmãos Martins Gonçalves. É uma questão que fica em aberto, aguardando esclarecimentos sobre as relações de matrimónio destas irmãs. Contudo, sabemos que o terço restante da fábrica fez parte da herança que Maria Rosa Arantes que legou aos seus netos Francisco e Gaudêncio.

Efetivamente, na chamada *Carta do Coronel Moreira*²³⁶, publicada por diferentes editores a partir da década de 1860, surge-nos a indicação de uma *Fábrica do Fontana* (mapa 18), localizada sensivelmente a SO do cruzamento dos antigos caminhos para a Foz (ruas do Campo Alegre e do Pasteleiro) e para Matosinhos (Rua de Serralves), no Lugar de Mata-Sete (mapa 17). Identificamos esta fábrica, cujo referencial, para além da *Carta do Coronel Moreira*, é bastante raro e pontual, como sendo do engenheiro Gaudêncio Fontana. Corresponderá, portanto, a uma reativação da velha *Martins, Arantes & Martins*, do avô materno de Gaudêncio.

²³⁶ Existe toda uma problemática em torno do rigor desta documentação cartográfica que condiciona bastante a aferição da localização exata da *Fábrica do Fontana*. O documento que conhecemos hoje não foi produzido pelo coronel Francisco Pedro de Arbués Moreira, que combateu durante o Cerco e conheceu o território (Moreira era já veterano da campanha de 1810-12, na altura capitão). Sob as ordens de Saldanha, o coronel foi responsável pela construção dos equipamentos defensivos, e fez esse levantamento exaustivo das fortificações, baluartes, trincheiras, flechas, etc. das operações de 1832-33, mas o trabalho de agregação desse conteúdo num só mapa é uma produção de editores, nomeadamente António Carvalho de Lemos, que refere até ter *augmentado* o mapa. Alguns dos elementos inscritos na planta (como as obras da Alfândega Nova ou o topónimo Campo da Regeneração, para Santo Ovídio) remetem-nos o documento para meados da década de 1860.



Mapa 18 - Excerto georreferenciado da Planta do Col. Moreira com posição da *Fábrica do Fontana* (©MBPastor).

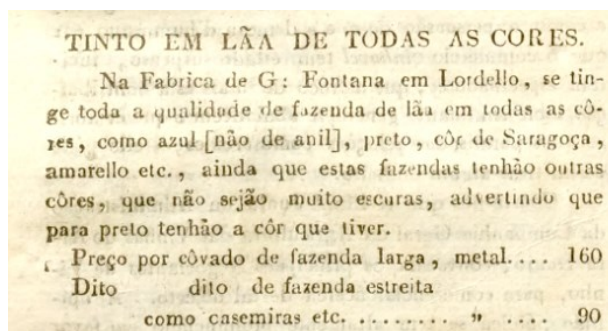


Fig. 53 - Anúncio de G. Fontana (*Chronica Constitucional do Porto*, dezembro de 1833).

Não temos informação sobre o momento em que a *Fábrica do Fontana* começou a laborar, sabemos, contudo, que poucos meses depois do final do Cerco, em dezembro de 1833, Gaudêncio Fontana anunciava, com algum humor²³⁷ os seus serviços de tinturaria de lãs²³⁸. O anúncio viria a ser repetido em alguns outros

números (fig. 53).

²³⁷ Fontana exclui a cor anil da sua tinturaria, o anil representava os uniformes do Exército Português, neste caso, o Exército miguelista, que acabara de impor um violento cerco ao Porto.

²³⁸ *Chronica Constitucional do Porto*, N.º 294, 13 de dezembro de 1833.

Como vimos, Gaudêncio Fontana (fig. 54) era neto materno de Francisco Xavier Arantes. Foi nessa condição que herdou, por morte da sua avó, em 1812, uma parcela da antiga fábrica. Nessa altura, Fontana era ainda muito jovem (nasceu em 1798²³⁹), e ainda não concluíra os estudos na Academia Real de Marinha e Comércio, pelo que terá recuperado a fábrica um pouco mais tarde. Efetivamente, é o seu irmão Francisco que encontramos como residente em Lordelo do Ouro, em 1830, no momento em que foi preso pelo governo miguelista da cidade (Veloso 1833:177). Não sabemos até quando a fábrica laborou, não terá sido durante muito mais tempo, visto que, pouco depois, Gaudêncio



Fig. 54 - Gaudêncio Fontana como responsável pela linha de faróis da costa portuguesa, ilustração de Fonseca Portuense, litografia de Manuel Luís da Costa, c. de 1842 (e-19-a, BNP).

Fontana seria nomeado, por Passos Manuel, maquinista responsável pela reconstrução da rede de faróis nacionais²⁴⁰.

Tragicamente, G. Fontana viria a sofrer graves perturbações psicológicas, tendo sido internado, como pensionista da Marinha, em Rilhafoles, em 1856, e aí viria a morrer em 1864 (Valente 1945:185-86). A doença de Fontana, que se manifestou ainda em 1848, permite-nos compreender que não tinha herdeiros, e que entre os seus bens, arrematados em hasta pública, não consta a fábrica de Lordelo²⁴¹.

²³⁹ No retrato representado na figura 54 aparece a data de 1804, mas não corresponde à verdade. Gaudêncio Fontana nasceu a 10 de abril de 1789 (Valente 1945:185-86).

²⁴⁰ Decreto de 12 de dezembro de 1836.

²⁴¹ *Diário do Governo*, N.ºs 75, 76, 162, 74, 177, de 28 de março de 1848, 29 de março de 1848, 29 de março de 1854, 13 de julho de 1854 e 30 de julho de 1855. Dentre os bens de relevo, contam-se apenas umas casas em Peniche, junto ao farol. Outros bens pessoais de menor valor, como próprio relógio, foram também expropriados e arrematados publicamente.

Não sabemos o destino da fábrica propriamente dita. A única lanifícia de Lordelo referida nos inquéritos posteriores a 1813 é a de Plácido Lino. Consequentemente, a localização da antiga *Martins, Arantes & Martins / Fábrica do Fontana*, não é conhecida.

Numa primeira análise interpretativa, levantamos a hipótese da antiga lanifícia ter existido na área a Mouteira, próxima da fábrica de Plácido Lino e da pequena lanifícia da viúva Nunes e Martins, inscrita no *Mappa* de 1813, precisamente na Mouteira. Contudo, não só a leitura da Carta do Coronel Moreira (fig. 18), como uma análise interpretativa do terreno e da sua evolução ocupacional, sugerem uma nova possibilidade para a localização da *Martins, Arantes & Martins*. Esses novos indícios que recolhemos sugerem que a fábrica poderá ter existido junto a uma outra travessia da Ribeira de Lordelo, localizada um pouco mais a sul da Mouteira, na antiga Rua do Pasteleiro (hoje *Pasteleira*), na estrada para a Foz. Trata-se da área onde viriam a ser implantas, nos primeiros anos do século XX, *Sociedade de Óleos e Sabões do Norte* e a metalúrgica *Aluminia Lda.*²⁴², área onde hoje existem dois supermercados, tendo o mais recente sido inaugurado apenas em julho de 2021 (mapa 19).

A fotografia de 1939, do voo da SPLAL, captada ainda antes da abertura da Rua Diogo Botelho e da construção dos bairros da Pasteleira e Pinheiro Torres, permite ver o curso original da Ribeira de Lordelo e a velha estrada para a Foz, tal como o ambiente desurbanizado a norte da estrada, que é o Vale de Mata-Sete. Seria junto a essa interseção, onde a *Martins, Arantes & Martins / Fábrica do Fontana* terá existido (mapa 19 - 1 e 2).

²⁴² A *fábrica do sabão* viria a dar lugar à SISOL e a *Aluminia, Lda.* (produtora, desde 1902, de tachos e vasilhas de leite) deu lugar à COMANOR (*Companhia de Manufacturas Metálicas do Norte*), popularmente conhecida por *fábrica das botijas de gás*. A COMANOR, ainda que por vezes confundida com a sua vizinha, a *fábrica do sabão*, foi demolida em 2014, depois de anos de abandono e ocupação precária por toxicodependentes. Depois das demolições e até 2021, os terrenos encontravam-se planados e desobstruídos, mas nunca houve qualquer tipo de sondagem arqueológica.



— Ribeira de Lordelo
- - Rua do Pasteleiro

1 - Mossa - Miguel Oliveira Sucessores S.A.
 2 - Alumina Lda. (COFANOR)
 3 - Sociedade de Óleos e Sabões do Norte (SISOL)

Mapa 19 - Complexo industrial da Rua da Pasteleira: em cima voo SPLAL de 1939 e imagem de 2021, em baixo (©MBPastor).

5.3.4. A fábrica de Plácido Lino dos Santos Teixeira

5.3.4.1. Localização e implantação original

Construída de raiz nos terrenos da brévia de São Francisco de Paula (fig. 55 e mapa 20)²⁴³, no Lugar da Ponte, em Lordelo do Ouro, a fábrica de Plácido Lino, génese da Companhia e Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro, é a única unidade fabril que conhecemos que atravessou os séculos XIX e XX, e que nos surge referida em todos os inquéritos desde 1813. No entanto, há ainda várias questões em torno das origens da fábrica, bem como do seu fundador, que poderão ser um pouco mais esclarecidas.



Fig. 55 - Perspetiva atual do Lugar da Ponte em Lordelo: 1 - Ponte; 2 - Ruínas de São Francisco de Paula; 3 - Antiga portaria e escritórios (1918-21) da Fábrica de Lanifícios de Lordelo (Google Earth; ©MBPastor).

Segundo uma provisão do príncipe regente publicada em 1803, a lanifícia foi estabelecida nesse ano, sendo provável que as obras estivessem praticamente concluídas em junho:

«Dom João por Graça de Deos Principe Regente de Portugal, e dos Algarves [...].

Faço saber que Plácido Lino dos Santos Teixeira comerciante da Praça da cidade

²⁴³ O chamado Convento de São Francisco de Paula foi fundado em 1780, pelos Carmelitas Calçados, do Porto (Costa 1788:112). A capela já existia e é referida nas *Memorias Parochiaes* (f. 1136). Joaquim Oliveira questiona a questão da existência de um convento propriamente dito, em Lordelo (Oliveira, 1997: 83-84), o que não deixa de ter razão, visto que o que por vezes é chamado de *convento*, era no fundo um *hospício* de acolhimento geral. Na provisão citada anteriormente, os terrenos são apenas designados por *quinta com capella e suas casas*.

*do Porto Me representou em sua Pitação: que na freguesia de Sam Martinho de Lordello do Ouro termo daquela cidade havia estabelecido com despeza de avultado cabedal huma Fabrica de Panos e Baetas, junto á qual havia hum Campo pertencente a huma quinta que ali possuicem os Religiozos de Sam Francisco de Paula desta sorte ficando ella defrinte as cazas e capella della: que para elle evitar agravissimo projuizo que Ilhe cauzavão as Arvores que havia no dito campo e servir lhe este para emxugo das Fazendas da dicta Fabrica, e semear pastel, tintas e mais couzas necessárias para ella pertendera comprar aos ditos Religiozos o referido campo, e como elles não quizerão vender-lho prestando serem de Prazo os bens pertencentes aquella quinta Me Pedio **fosse servido mandar lhe adjudicar o Rellatado campo desanexando-se o mesmo da quinta e Prazo [...]**»²⁴⁴*

Além das informações geográficas, compreendemos que Plácido Lino havia tomado a iniciativa de abater árvores da brévia, não só para aí instalar as suas râmolas para a secagem dos tecidos, mas também para cultivar pastel, de modo a produzir anil para tintura azul das fazendas, naturalmente, para os fardamentos. Esta situação revela, por parte de Plácido Lino, uma visão muito autarcizada de todo o processo fabril. Compreendemos também que o seu plano de negócios era, desde o início, tal como vimos em relação à *Martins, Arantes & Martins*, conseguir os contratos do fardamento, o balão de oxigénio para as Reais Fábricas beirãs e do Alto Alentejo, mas que foram alargados a outras regiões, não só para cobrir carências de abastecimento, mas também para reduzir custos de transporte (Madureira 1997:374-75). Neste sentido, é de considerar que o Arsenal Real do Porto (onde eram depositadas as fazendas e confeccionados os fardamentos) foi estabelecido, precisamente em Lordelo do Ouro, junto ao Douro, em 1802 (Coelho 2010:1).

Da leitura do documento, destaca-se também a expropriação (*desanexação*) dos terrenos dos frades. Efetivamente, o príncipe regente determinara que os próprios foros (rendas) pagos por Plácido Lino aos frades, fossem devolvidos, em razão dos melhoramentos que aquele fizera na ponte e no caminho²⁴⁵. Assistimos, portanto, em pleno absolutismo, a um favorecimento pessoal do empresário, em prejuízo do clero.

²⁴⁴ *Livro de Registo de Obras Públicas e Termos*, 3 de agosto de 1805 (cópia da provisão de 1803), fs. 37-38, A-PUB/5729, AHMP.

²⁴⁵ *Livro de Registo de Obras Públicas e Termos*, 3 de agosto de 1805 (cópia da Provisão de 1803), f. 38v, AHMP.

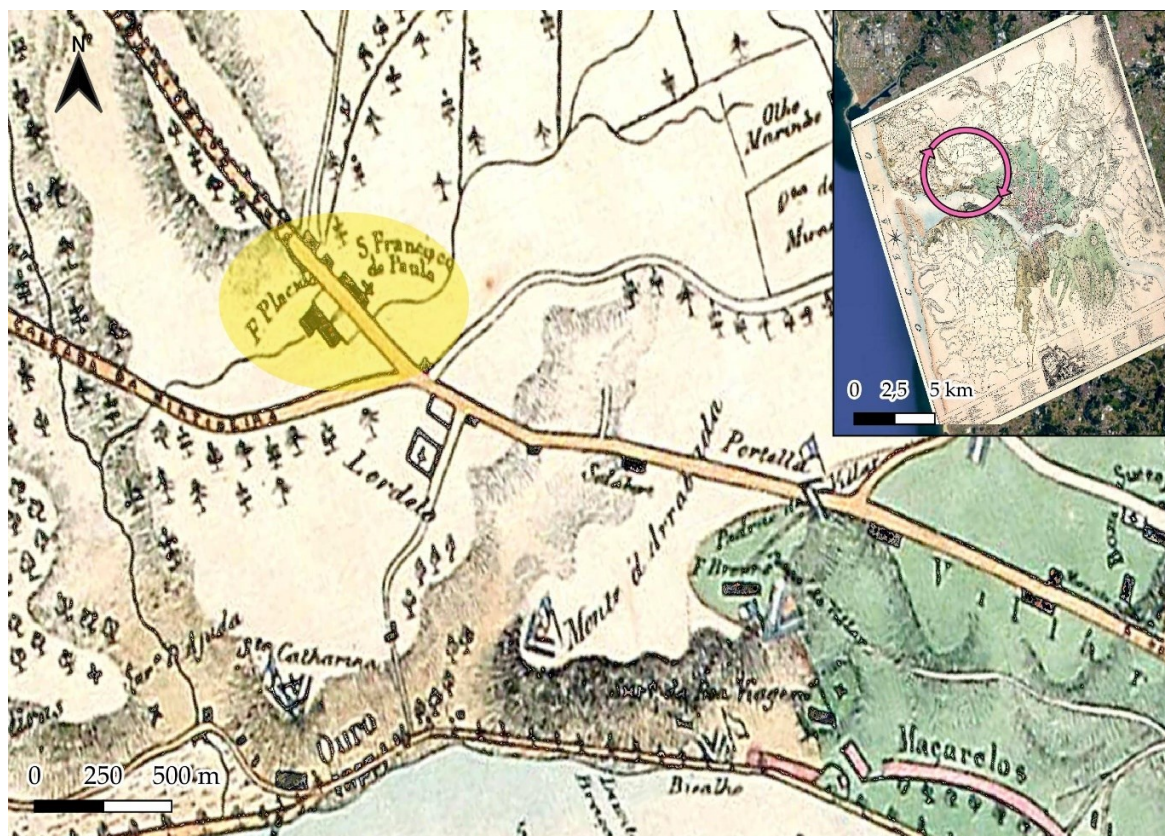
As obras de encanamento da Ribeira de Lordelo e melhoria da ponte, propriamente ditas, seriam licenciadas apenas no final de 1803, quando encontramos Plácido Lino dos Santos Teixeira a registar as obras para *o encanamento da Agua que pertende fazer para a sua Fabrica de Laneficios sita na Freguezia ao pe da Ponte da referida Freguezia de Lordelo do Ouro*²⁴⁶, o que significa que as obras nem sequer estavam licenciadas quando a Coroa favorece Plácido Lino, em prejuízo dos frades de São Francisco de Paula.

Estas primeiras infraestruturas fabris de Plácido Lino não se mantiveram de pé por muito tempo. Em 1809 foi instalada no *Prado da Fábrica* (precisamente a fábrica de Plácido Lino) uma bateria de defesa contra os franceses (Coelho 2018:3) e nos confrontos que se seguiram, e cujas vítimas fomos referindo, a fábrica foi tida como perdida (Um Português 1843:139). Esta situação significa que as primeiras instalações foram, poucos anos depois da sua fundação, refeitas ou reestruturadas. Vemos, aliás, referência do próprio Plácido Lino, num requerimento de 1815 para corte, no Rio de Janeiro, às várias obras que empreendeu na sua fábrica:

*«O abaixo assignado Placido Lino dos Santos Teixeira Negociante desta Praça tem alevantado há annos na freguesia de Lordello do Ouro hua Fabrica de Lanifícios, cujo edificio, construção e machinas tem progressivamente melhorado aponto de poder avançar, que elle tem erecta huma das melhores e mais valiosas Fabricas do Reino.»*²⁴⁷

²⁴⁶ *Livro de Registo de Obras Públicas e Termos*, 20 de dezembro de 1803, f. 23v, AHMP.

²⁴⁷ *Requerimento de Plácido Lino dos Santos Teixeira, negociante do Porto, solicitando licença para uma lotaria a favor do teatro do Porto*, 16 de novembro de 1815 - 2 de janeiro de 1816, Ministério do Reino, mç. 899, proc. 18, PT/TT/MR/EXP/051/0256/00018, ANTT. Trata-se de um requerimento para licenciar uma lotaria que, semelhantemente ao que já acontecia em Lisboa, com o São Carlos, serviria para financiar o teatro de São João, também administrado por Lino. Contudo, este documento tem implicações diretas no conhecimento da fábrica, já que os prémios, em dinheiro e/ou tecidos, serviriam não só para escoar os tecidos em armazém, mas também financiar a própria fábrica, aliás, o teatro receberia apenas 12% das receitas da lotaria. O requerimento foi apresentado à corte pelo marquês de Aguiar, comandante, à época, do Quartel General do Porto, mas antigo vice-rei no Rio de Janeiro, indivíduo muito próximo de D. Maria I e do príncipe regente.



Mapa 20 - Detalhe georreferenciado da carta impressa por Dean & Munday (Londres, c. de 1840), esta representação cartográfica é o primeiro mapa onde surge claramente a legenda *F Plácido* (©MBPastor).

5.3.4.2. O proprietário

Em 1780, com 24 anos, Plácido Lino dos Santos Teixeira dirigiu um requerimento para pedir ao tribunal cível um instrumento de justificação que atestasse da sua idoneidade, honra, bem como da sua condição socioeconómica²⁴⁸. O objetivo, menos relevante no nosso contexto, mas interessante do ponto de vista psicobiográfico, era poder garantir um contrato de casamento que queria fazer com uma jovem de Oliveira de Azeméis, Teresa Mafalda, por quem se apaixonara. Ainda que as intenções e os afetos fossem correspondidos, os pais de Teresa tinham outros planos matrimoniais para a filha, e proibiram o casamento com Plácido. Este, como uma espécie de *anti-Werther*, não se resignou e mobilizou-se para arrolar testemunhos e depoimentos do seu caráter e meios. Certificou no notário uma promessa pública (e civil) de casamento e fez com que o seu requerimento fosse apresentado à rainha. Tudo debalde, no entanto, porque sendo ainda menor, Teresa Mafalda não foi autorizada

²⁴⁸ *Requerimento de Plácido Lino dos Santos Teixeira, morador na cidade do Porto, armador, alferes da Ordenança do Concelho de Santa Cruz de Cima Tâmega, sobre as questões relativas ao seu casamento com Teresa Mafalda e obstáculos criados pelos pais, 11 de março a 6 de maio de 1780, Ministério do Reino, mç. 899, proc. 17, PT/TT/MR/EXP/051/0256/00017, ANTT.*

pelos pais a casar com Plácido. Posteriormente, Plácido Lino viria a casar com Antónia Maria de Matos, de quem deixou descendência.

À parte esta contextualização afetiva, o documento é-nos particularmente útil para aferir alguns dados biográficos de Plácido Lino que não são, até agora, conhecidos. Sabemos por aqui que Plácido nasceu no Porto entre 1755 e 1756, era filho natural de João dos Santos Teixeira e Teresa Maria de Sousa. O pai era armador, estabelecido na cidade e o filho, em 1780, era também armador, considerado um *dos melhores da cidade*. Todavia, Plácido não era apenas isso. Cumprira o serviço militar como alferes da Ordenança de Cima Tâmega, e essa condição, aparentemente secundária, parece-nos ser particularmente relevante, ainda nos seus 24 anos, para o estabelecimento da rede de contactos e influências que viria a alimentar durante toda a vida. Uma rede vital, tal como vimos, aliás, sobre a questão do requerimento apresentado à corte pelo marquês de Aguiar, bem como das expropriações aos frades de São Francisco de Paula.

Outro aspeto relevante das atividades de Plácido Lino era o facto de *ter theares de seda e galoiens*, como é referido nos autos. Foi também exportador de peles para a Rússia e exportador de vinhos para Inglaterra e, como vimos, agente teatral, especificamente no São João (Queiroz & Almeida 2008).

Ainda em relação aos negócios de Plácido com os teares do estreito, muito disseminados pelas cidades de Lisboa e Porto, é de relembrar que estes foram determinantes para a proliferação de pequeníssimas oficinas, maioritariamente não licenciadas, ou seja, negócios que laboravam à margem do controlo do corporativismo tradicional (Soeiro 2004:205-6), ensaiando, ainda que ilegalmente, um universo paralelo de protoliberalismo. Obviamente, a situação das fábricas do estreito e demais passamanarias seria sancionada e, em 1793, um decreto impôs o encerramento de dezenas destas pequenas fábricas, 17 só no Porto (Madureira 1997:260). Independentemente de a fábrica de Plácido se encontrar, ou não, entre essas, é significativo que o seu *salto* de investimento fosse dado para a transição para os teares do largo, e, especificamente, os lanifícios.

Plácido Lino manteve, ao longo da vida, diversas atividades económicas e cívicas. Do ponto de vista dos deveres cívicos, foi provedor (*prior*, na designação original) da Ordem da Trindade do Porto e responsável pelo início das obras de construção da igreja, em 1803

(Coutinho 1972:426). Nesse mesmo ano, recebeu a Ordem de Cristo²⁴⁹. Foi também compromissário eleito da freguesia de Santo Ildefonso e um dos três deputados do cofre do Depósito Público do Porto que, em 1809, esconderam e defenderam os dinheiros da cidade das mãos de Junot e, depois, de Soult²⁵⁰. Em termos económicos, foi à sua fábrica em Lordelo (onde mantinha residência) que, desde a fundação, mais empenho devotou. A demonstração desse empenho está nos contínuos investimentos e melhoramentos que lhe foi dedicando²⁵¹.

De facto, a fábrica de Plácido Lino dos Santos Teixeira é considerada a primeira lanifícia em Portugal a ser equipada com uma máquina de cardar e outra de fiar. A mais antiga referência que nos permite datar a introdução destas máquinas é-nos dada por Joaquim Caetano dos Santos Quintela, no seu bosquejo apresentado em 1821 às cortes. No documento, Quintela refere que a fábrica de Plácido Lino foi a primeira do país a instalar a carda e a fiadora de lãs mecânicas em Portugal, em 1808, isto é, cinco anos após a fundação da fábrica (fig. 56):

«[...] De 1808 ate agora se tem estabelecido as Máquinas de Cardar e fiar a lãa, sendo a primeira na Fabrica de Placido Lino dos Santos Teixeira no Porto [...]»²⁵²

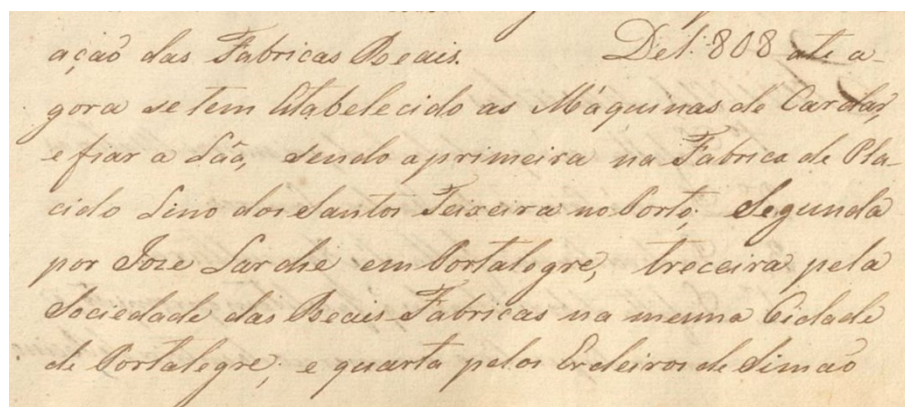


Fig. 56 - Excerto do bosquejo de Joaquim dos Santos Quintela, 21 de abril de 1821 (AHP).

Este empenho multifacetado de Plácido Lino, esta quase recusa permanente em baixar os braços, associada ao que parece ser uma planificação cuidadosa de cada passo que deu,

²⁴⁹ Diligência de habilitação para a ordem de Cristo de Plácido Lino dos Santos Teixeira, 12 de julho de 1803, PT/TT/MCO/A-C/002-013/0009/00052, ANTT.

²⁵⁰ Revista Litteraria. Periodico de Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias, e Bellas-Artes, 1838, 145.

²⁵¹ Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865, 1865, 221-222.

²⁵² Breve bosquejo da antiguidade dos lanifícios em Portugal, seu progresso, decadência, ou as causas e dedução das providências que precisam, 21 de abril de 1821, PT-AHP/CD/CAMCP/S5/DC1, AHP.

manifesta-se, naturalmente, no percurso e evolução da sua fábrica. Quando faleceu, no Porto, a 15 de fevereiro de 1821²⁵³, deixou uma fábrica funcional e bem equipada, mas cheia de dívidas. As contingências históricas em torno de praticamente todos os primeiros anos de laboração da fábrica, até à morte de Plácido, foram, para não dizer menos, desastrosas. Desde a destruição francesa, passando pelos tratados comerciais extremamente prejudiciais com Inglaterra, até à instabilidade política geral, os primeiros anos da lanifícia de Plácido Lino tiveram tudo para que o projeto falhasse. Para que tal não acontecesse, Lino disponibilizou *avultadíssimas somas nella (a fábrica) consumidas*²⁵⁴.

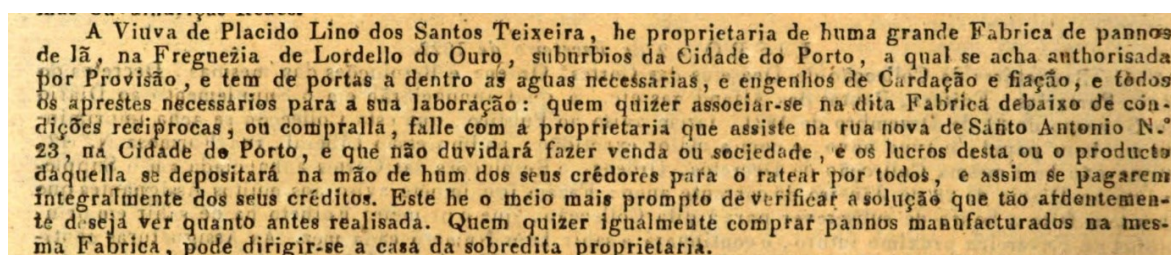


Fig. 57 - Anúncio de Dona Antónia Maria de Matos procurando vender ou constituir sociedade para a fábrica de Plácido Lino (*Suplemento N.º 7 do Diário do Governo*, 1822).

Essa circunstância de débito permanente terá conduzido Dona Antónia Maria de Matos, viúva de Plácido, a procurar resolver a questão da fábrica *que tão ardentemente deseja ver quanto antes realizada* (fig. 57), deixando a fábrica disponível para venda ou para fazer sociedade. Do anúncio, destacam-se as referências aos equipamentos, nomeadamente as máquinas de cardação e fição, aquelas que, em termos técnicos industriais, mas também de mão de obra, representavam uma novidade para a indústria lanifícia em Portugal.

5.3.4.3. Mão de obra 1. - Os operários

Ao contrário do que vimos em relação à *Martins, Arantes & Martins*, a única fonte que temos, até ao momento, para analisar a mão de obra original da fábrica de Plácido Lino é o *Mappa das Fabricas* inquirido em 1813²⁵⁵. Contudo, no já observado *Requerimento* de 1815 que Plácido fez à corte, o requerente diz-nos que, até à data, só havia despedido *hum só oficial desde o seu estabelecimen*.^{to}. Ainda que consideremos os despedimentos de outros

²⁵³ *Registo de óbitos de Santo Ildefonso*, 15 de fevereiro de 1821, f. 27v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0017, ADP.

²⁵⁴ *Requerimento de Plácido Lino dos Santos Teixeira, negociante do Porto, solicitando licença para uma lotaria a favor do teatro do Porto*, 16 de novembro de 1815, ANTT.

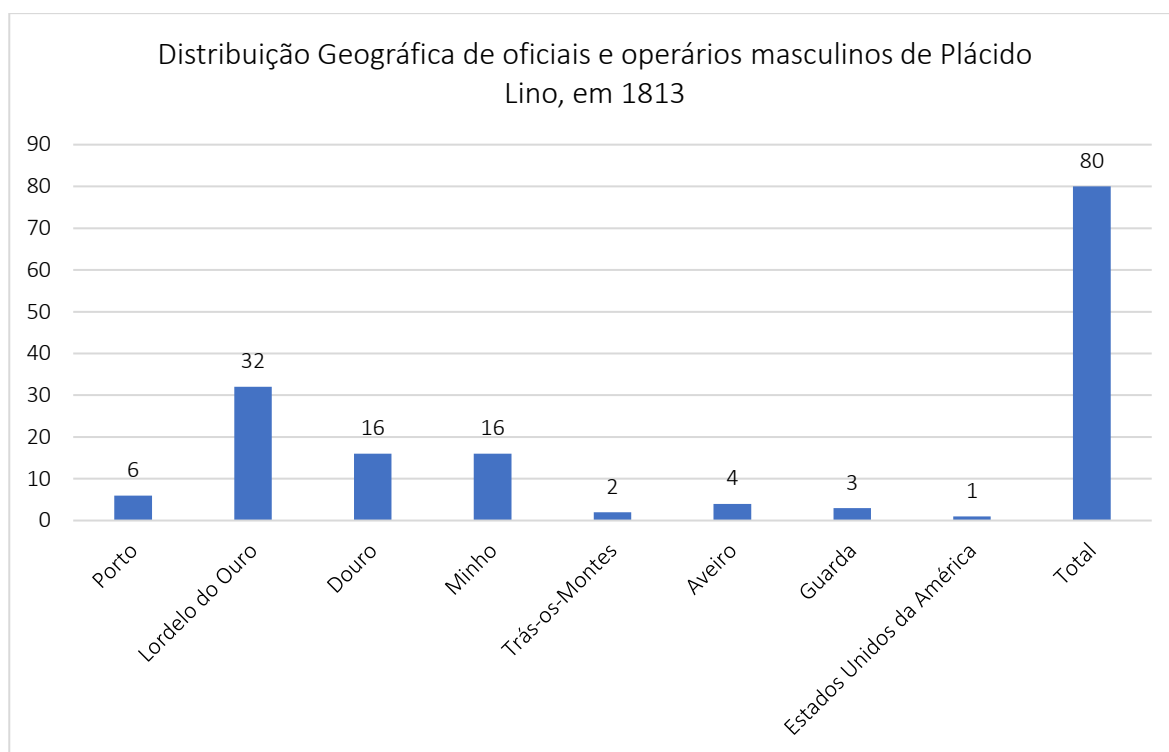
²⁵⁵ *Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto etc.*, 1814, fs. 7-17.

operários não oficiais, e até o falecimento de alguns, podemos considerar que parte dos operários que terão começado a laborar em 1803, estarão ainda representados em 1813.

Tal como em relação a outras fábricas, são identificados apenas os homens e meninos (80 referências), embora, neste caso, sejam também contabilizadas as mulheres (35 não identificadas), perfazendo um total de 115 trabalhadores. Ainda que consideremos que muito deste trabalho era domiciliário, como o trabalho feminino, e mesmo algum masculino não seria todo permanente, falamos da maior fábrica, em qualquer dos setores, a laborar no Porto, em 1813 (Cordeiro 2002:206-7).

A proveniência dos operários e administrativos da fábrica de Plácido Lino (quadro 18) é composta maioritariamente por homens do Norte, com principal incidência no Porto, sobretudo, Lordelo, e Douro e Minho. Encontramos poucos operários beirões, local, como sabemos, de grande tradição lanífrica. Na verdade, são apenas três, todos de Santa Maria Maior, na Guarda: o mestre tosador Francisco José Ramito, o apartador Francisco Pinheiro da Lã e o perchador Leandro José, os dois primeiros com uma experiência entre os 11 e os 20 anos²⁵⁶ e em trabalhos preliminares, como o apartador das lãs, e em trabalhos de ultimação, como a tosagem (corte de borbotos e outras imperfeições do produto já tecido) e a percha.

²⁵⁶ Entendemos aqui *experiência* os dados que surgem na coluna *Quando Empregados*, isto é, os anos aí representados contam desde o início da carreira do operário, e não da sua entrada na fábrica em questão, neste caso, a de Plácido Lino. Por isso, temos, por exemplo, o oficial cardador José António Braga há 35 anos empregado, o que significa que começou a trabalhar em 1778, 25 anos antes da fábrica ser fundada.

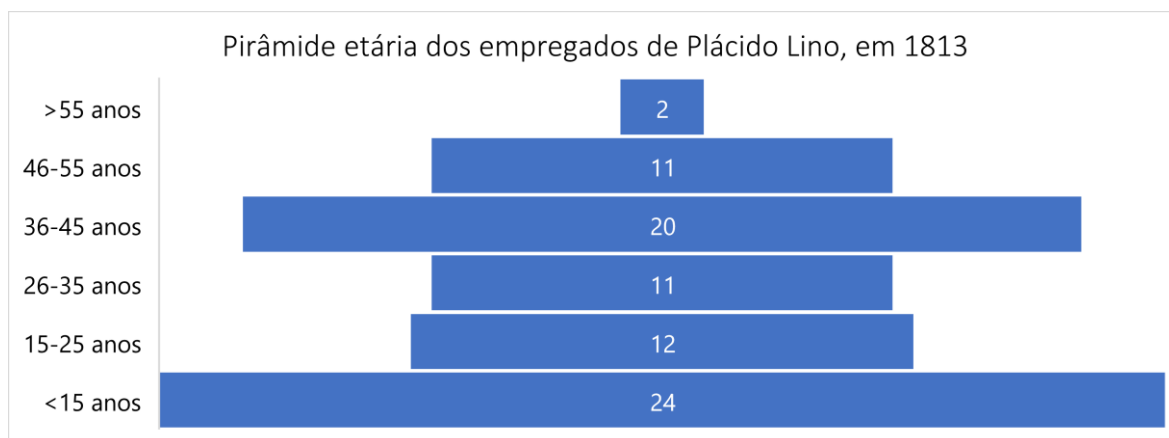


Quadro 18 - Distribuição geográfica de proveniência de empregados masculinos de Plácido Lino, em 1813 (©MBPastor).

É de referir ainda a deslocação do tosador António Manuel Barbosa, 46 anos, que, no testamento de Custódio Pereira de 1802 aparecia como oficial na fábrica *Martins, Arantes & Martins*, ou os dois aprendizes de tecelão, Filipe Martins e António Francisco dos Santos, com 13 e 12 anos, um era filho de Domingos Francisco e o outro de Francisco José Martins, dois antigos oficiais da *Martins, Arantes & Martins*, que também nos surgiram em 1802 no testamento de Custódio Pereira, tendo Francisco José Martins sido também identificado como um dos mortos do *memorandum* de 1809.

Em termos de distribuição etária (quadro 19), e ao contrário do que observamos na *Martins, Arantes & Martins*, a maioria dos homens a laborar é jovem. São 24 operários com idades compreendidas entre os 15 e os 45 anos. Contando com mais 24 moços e aprendizes com menos de 15 anos. Verificamos que o principal núcleo de trabalho é progressivo, mas englobando também muita experiência. Os mais velhos, nomeadamente com mais de 55 anos, são apenas dois, o mais velho, com 60 anos, é o oficial de carpinteiro José da Rocha, de Lordelo do Ouro.

Para além das tarefas administrativas, dos caixeiros²⁵⁷, do carpinteiro e até de um alfaiate (José de Abreu, de Braga), a maioria dos operários são oficiais tecelões e fiadores, tal como a maioria dos aprendizes com menos de 15 anos, sendo 14 destes serventes dos teares e engenhos. Esta situação reflete uma preocupação na formação técnica dos menores, nomeadamente na preparação para o trabalho muito especializado nas novas máquinas de cardar e fiar.



Quadro 19 - Pirâmide etária dos empregados masculinos de Plácido Lino, em 1813 (©MBPastor).

5.3.4.4. Mão de obra 2. - Jonathan Mallalow

Entre as proveniências do operariado de Plácido Lino, destaca-se a referência aos Estados Unidos da América (*Nação Americana*), de onde, alegadamente, era natural o mestre dos engenhos de cardar e fiar. Ainda que já tenha sido recentemente mencionado na *História da Indústria Portuguesa 1*. (Cordeiro 2017:85), cremos que ainda não foi ensaiada qualquer abordagem biográfica a este mestre de engenhos, pelo que, adiante, lançaremos, algumas reflexões e linhas de investigação sobre esta questão.

Assim, na listagem dos operários de Plácido Lino, com o número 42, surge-nos um homem solteiro, de 37 anos, mestre dos engenhos de cardar e fiar com o nome de Jonathan Malaluw (sic), proveniente de *Nação Americana* (fig. 58). Trata-se, deste modo, de um indivíduo nascido por volta de 1775-76, aparentemente no momento da Declaração da Independência dos EUA.

²⁵⁷ É interessante referir aqui o caixeiro José Inácio Guedes, da *loja da extração da Fazenda a Retalho*. Não sabemos se esta loja estaria fora de Lordelo, na cidade.

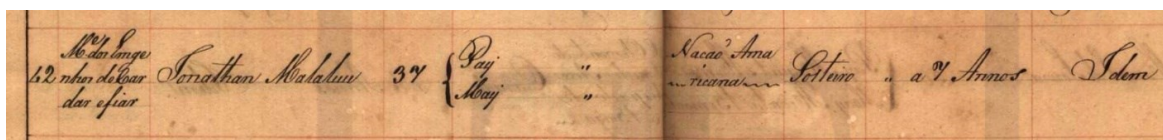


Fig. 58 - Detalhe do manuscrito do *Mappa das Fabricas* de 1813, com a inscrição de Jonathan Mallalow (ANTT).

Consideramos que a transcrição fonetizada *Malaluw* é, de facto, o apelido Mallalow ou, por vezes, Mallalieu, Mallalew ou mesmo Mellalues. Este é um nome de raiz huguenote, com uma vasta implantação, desde o final do século XVI, no Peninos ingleses, nas áreas da Grande Manchester, Oldham e, sobretudo, Saddleworth (Buckley 2012:12-27). A associação dos Mallalow do Norte de Inglaterra com a indústria lanifícia, mas também algodoeira, está documentada, precisamente, desde o século XVI, e foi sendo continuada até à industrialização, nos séculos XVIII e XIX (Nevell 2008a:39-45). É, portanto, significativo que um indivíduo de nome Mallalow nos surja, no Porto, em 1813, como mestre dos engenhos de cardar e fiar da fábrica de Plácido Lino dos Santos Teixeira.

Todavia, o *Mappa* refere-nos que Jonathan Mallalow era *americano* e não inglês. Com efeito, há referências a um Mallalow relacionado com os primeiros anos da implantação da indústria lanifícia nos EUA, nomeadamente a fábrica de Byfield, Newburyport, no Massachusetts. Esta fábrica foi instalada em 1794, e aí operou a primeira carda mecânica, construída em Charlestown pelos irmãos ingleses John e Arthur Scholfield. Esta lanifícia de Byfield é particularmente interessante, não só por ser uma afirmação da liberdade de manufatura dos EUA, enquanto novo país, mas também porque é uma (se não a primeira) lanifícia a incorporar as cardas mecânicas dos Scholfield (Rogers 1959:9)²⁵⁸. Foi precisamente nesta lanifícia que dois outros ingleses, desta vez John Lees e John Taylor, operários da fábrica e que, de acordo com Taft, se tornaram sócios dos Scholfield (Taft 1882:22)²⁵⁹, converteram a

²⁵⁸ A cardadura mecânica das lãs constitui um desafio maior do que a carda de rama de algodão. A densidade mais espessa da lã impedia, ainda no final do século XVIII, o recurso eficiente a cardas mecânicas já usadas para o algodão, como a de cilindros ligeiros de Lewis Paul ou as cardas de pente vertical de Hargreaves e de Richard Arkwright (Rogers 1959:5-9). Ainda em 1864, Lafaurie, fundador da lanifícia com o seu nome, em Alenquer, referia que a invenção da carda mecânica para as lãs datava apenas de 1808, referindo-se à carda de William Cockerill (*Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 50). Sabemos, no entanto, que antes de Cockerill, já havia experiências bem-sucedidas com engenhos de cardar lãs, nomeadamente nos EUA, com os Scholfield, a partir de 1794.

²⁵⁹ Royal Chapin Taft editou as suas *Some Notes Upon the Introduction of Woollen Manufacture into the United States* em 1882. Teve oportunidade de contactar pessoalmente alguns descendentes diretos dos Scholfield, nomeadamente James Scholfield, que, em 1882, tinha 98 anos e estava lúcido, transmitindo algumas memórias pessoais, nomeadamente o episódio da montagem, em 1794, da carda da lanifícia de Byfield (Taft 1882:14-21).

fábrica numa algodoeira, por volta de 1804 (Currier 1902:294) ou 1806 (Humphreys 1917:451). Para tal, Lees e Taylor contaram com os serviços de um tal James Mallalow (cunhado de Lees), que terá contrabandeando maquinaria inglesa, desmontada e ocultada em barris, usando diferentes fretes navais (Bishop 1868:109).

De acordo com Taft, todos os homens que estão na origem da lanifícia de Byfield (Arthur e John Scholfield, John Lees (por vezes Lee), Mr. Aspinwall, Abraham e John Taylor, John Shaw e James Hall, eram naturais de Oldham e Saddleworth (Taft 1882:10). O cunhado de Lees, James Mallalow, não é diretamente referido neste grupo relacionado com a fábrica, mas vimos que teve um papel importante na importação clandestina de maquinaria de Inglaterra para os EUA. Sabemos também, como referimos, que em Saddleworth os Mallalow têm uma particular predominância. Todos eles terão chegado aos EUA já na década de 1790²⁶⁰, enquanto que o Jonathan Mallalow da fábrica de Lordelo terá, alegadamente, já nascido nos EUA, por volta de 1776. Assim, a este propósito, contactamos Mike Buckley, atual presidente da *Saddleworth Historical Society* que nos referiu não ter registos de algum Mallalow nascido nos EUA numa época tão inicial (Buckley 2012). De facto, Mike Buckley confirmou-nos até a identificação de dois Jonathan Mallalieu batizados em Saddleworth em meados da década de 1770, sugerindo que o mestre do engenho de carda de Plácido Lino fosse um destes *Jonathans*.

Para compreender um pouco melhor alguns aspetos desta identificação *Americana* de Jonathan Mallalow, temos de contextualizar melhor as circunstâncias do momento em que ele estava a trabalhar no Porto. Ou seja, independentemente de Jonathan Mallalow ter alguma relação com os ingleses da lanifícia de Byfield²⁶¹, é importante perceber que todos eles eram párias no seu próprio país, o Reino Unido. Isto é, não só pelas questões relacionadas com as tensões resultantes da Guerra da Independência, mas sobretudo por serem mão de obra especializada, cuja emigração estava determinadamente proibida.

²⁶⁰ Os irmãos Scholfield, por exemplo, chegaram a Boston, vindos de Liverpool, no navio *Preserverance*, em 1793 (Rogers 1959:8). De acordo com Frank Landon Humphreys, os irmãos Scholfield, em particular, eram naturais de Saddleworth (Humphreys 1917:451-52).

²⁶¹ Relembramos que esta foi a primeira lanifícia dos EUA a ser equipada com uma carda mecânica, e uma das primeiras lanifícias, em termos gerais, em todo o jovem país.

David Jeremy aborda esta questão da proibição de saída de mão de obra e maquinaria de todo o Reino Unido. De facto, o período de maior proibição corresponde precisamente a 1780-1824 (Jeremy 1977:2-5), quando o *Board of Trade* de William Pitt apertou o cerco à saída de técnicos e maquinaria britânica, precisamente no momento em que os irmãos Scholfield se instalavam nos EUA, ou quando James Mallalow, juntamente com John Lees, contrabandeavam a maquinaria de Inglaterra para Byfield. Outro exemplo de um técnico inglês tornado apátrida por ter emigrado do Reino Unido é William Cockerill, que desenvolveu, a partir de 1798, um sistema de carda e de fiação mecânica de lãs, em Liège e, posteriormente, em Aachen (Horn 2016:19-20)²⁶².

Como tal, podemos levantar a hipótese de Jonathan Mallalow ter sido identificado no Porto como sendo norte-americano, como forma de proteção, pois, enquanto súbdito inglês, estaria a incorrer em crime ao trabalhar em Portugal²⁶³. Tal proposta não invalida, em todo o caso, uma relação de transferência tecnológica dos EUA, concretamente na aquisição dos engenhos de carda e fiação para a fábrica de Plácido Lino, pois mesmo que Mallalow seja originalmente inglês, concretamente da região dos Peninos, o seu percurso profissional poderá ter englobado uma presença americana²⁶⁴, sobretudo por duas ordens de razão: em primeiro lugar, por volta de 1810, a única carda mecânica para lanifícios realmente eficaz era a dos Scholfield, radicados nos EUA; em segundo lugar, dadas as medidas protecionistas incentivadas por Pitt, o equipamento, tal como a mão de obra especializada, feito em Inglaterra não estava disponível legalmente no mercado.

²⁶² William Cockerill é o patriarca da dinastia dos Cockerill de Liège, que fundaram, a partir de 1815, um autêntico império do aço e do vapor, nomeadamente construindo locomotivas. O seu percurso é particularmente empolgante. Em 1794 fixou-se, aparentemente ainda com o apoio inglês, em São Petersburgo para desenvolver a indústria russa, contudo, vicissitudes políticas, levaram-no até aos calabouços do czar, de onde escapou para a Suécia. Aí trabalhou como engenheiro, pouco antes de emigrar novamente, agora já procurado pelas autoridades inglesas, instalou-se em Liège, onde, em 1810, viria a ser naturalizado cidadão francês, por Napoleão (*The Mechanics' Magazine, Museum, Register, Journal and Gazette*, 1839: 335-336).

²⁶³ A situação não era apenas teórica. Em 1794, o coronel Humphreys relata que quatro irlandeses (dois homens e duas mulheres), bem como cinco alegados cidadãos norte-americanos, mas que eram realmente ingleses, foram detidos em Lisboa, quando saíram do navio americano em que viajavam (o *Washington*) e entregues à guarda de um capitão de um vaso inglês que se encontrava no Tejo (Ribeiro 1997:702-3).

²⁶⁴ Identificamos a notícia de falecimento de um Jonathan Mallalieu em 1835, a bordo de um navio que regressava de Demerara, na Guiana Britânica. A notícia revela que este Jonathan, natural de Hulme, em Manchester, regressava a Inglaterra após 18 anos de ausência do seu país (*The Guardian*, sábado, 15 de agosto de 1835: 4). Ao mesmo tempo, fizemos vários esforços, ainda que infrutíferos, para encontrar referências a um Mallalow no Porto (para além do *Mappa* de 1813), inclusivamente nos registos de óbito do Cemitério Inglês, ou nos registos paroquiais de Lordelo, o que nos indicará que este mestre dos engenhos de cardar e fiar poderá ter saído de Portugal em algum momento posterior a 1813-14.

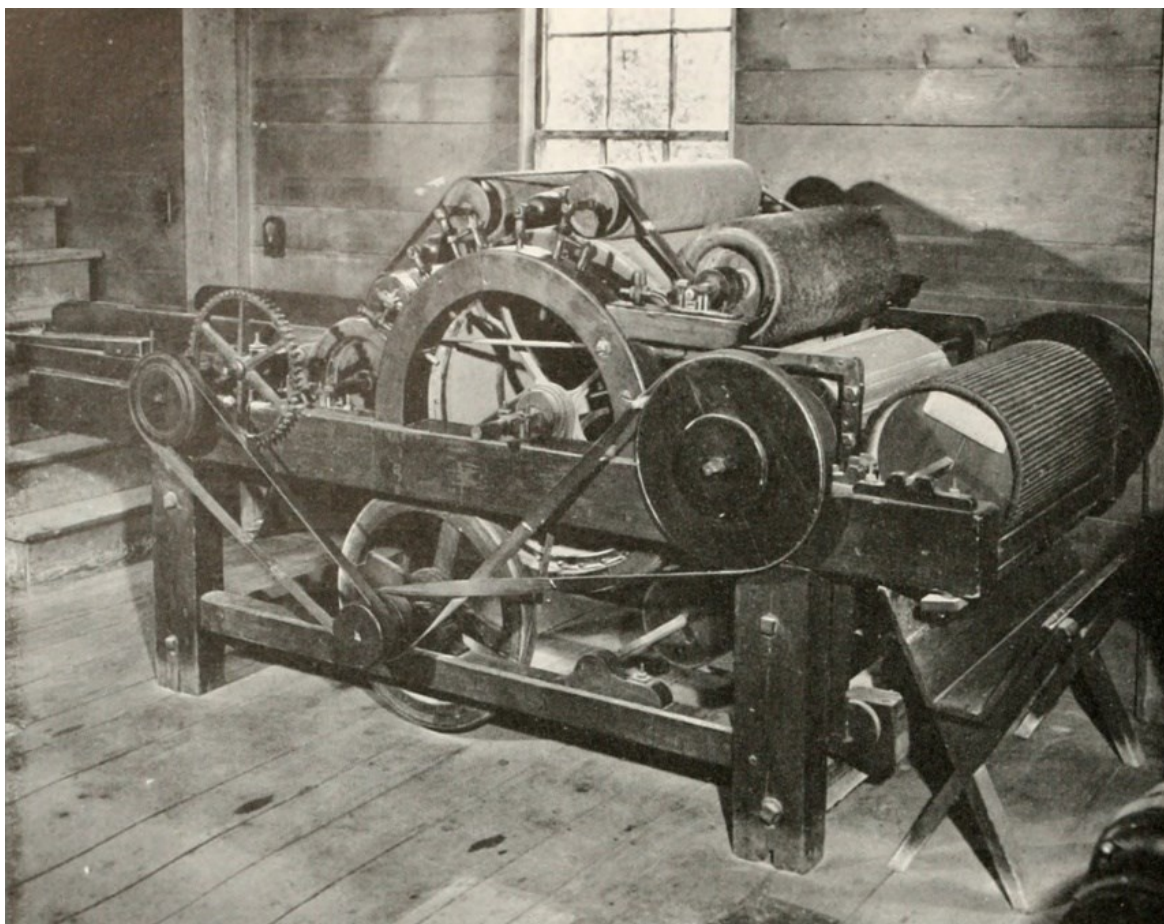


Fig. 59 - Carda de lã de Arthur Scholfield (Museu Henry Ford, Michigan, EUA) início do século XIX (Rogers 1959:10).

Assim, apesar de parecer uma sugestão algo remota, consideramos que poderá haver a possibilidade de a carda que Plácido Lino instalou, por volta de 1808, na sua fábrica em Lordelo do Ouro, ter vindo dos EUA. Esta hipótese deve ser analisada à luz das relações diplomáticas de Portugal e dos EUA nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, bem como se tivermos em atenção os perfis e redes de interação entre os protagonistas

diplomáticos dessas relações, nomeadamente os embaixadores David Humphreys, do lado norte-americano, e Cipriano Ribeiro Freire, do lado português²⁶⁵.

5.3.5. Destinos

5.3.5.1. Depois da morte de Plácido Lino até ao Cerco do Porto

No inquérito seguinte, em 1820, a fábrica de Plácido Lino vê reduzir significativamente o número de operários. Passa dos 80 (+35 mulheres) para 53, fixos e domiciliários. Mas ainda assim, continua a ser a maior infraestrutura fabril do Porto (Cordeiro 2003:652-54). Depois do falecimento de Plácido Lino, a fábrica foi colocada à venda, entrando, a partir de então, num vazio documental de três décadas, entre 1822 e 1852, o qual não conseguimos ainda colmatar totalmente.

As indicações avulsas, e maioritariamente posteriores, que nos surgem, como os dados do Inquérito Industrial de 1865, dizem-nos que a fábrica laborou regularmente até 1832, quando o edifício foi *ocupado militarmente pelas tropas do Imperador, e consequentemente*

²⁶⁵ As relações comerciais entre Portugal e as Treze Colónias foram, ainda desde o final do século XVII, particularmente ativas, nomeadamente as importações de arroz da Carolina e trigo, tal como a exportação de sal e vinho da Madeira (Ribeiro 1997:36-60). Deste modo, em 1781, Portugal, pelo Edital de 15 de fevereiro, foi dos primeiros países a abrir os portos aos EUA, considerando os *Estados Unidos da America Septentrional* como fazendo parte das *Nações amigas* (*Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, 1828: 332-333). Assim, após a Guerra da Independência americana, George Washington procurou, desde logo, instituir uma embaixada em Portugal. Para tal designou, em 1790, um seu antigo companheiro de armas, o coronel David Humphreys como ministro residente dos EUA em Portugal. Ao mesmo tempo, Cipriano Ribeiro Freire era nomeado representante de Portugal nos EUA (Humphreys 1917:60-93). David Humphreys foi, também, um poeta e um empresário, é, aliás, dele, a ode *A Poem on the Industry of the United States of America*, composta em Lisboa, e dedicada ao príncipe regente D. João (Humphreys 1804:88-114). Entre os empreendimentos de Humphreys, destacamos a compra que realizou em Espanha, em 1802 de um rebanho de gado merino, o qual embarcou para os EUA, a partir de Lisboa, em abril daquele ano, de destacar que nesse momento, Cipriano Ribeiro Freire, regressado dos EUA em 1799, era ministro de Portugal em Madrid (Humphreys 1917:338). Mas a ação empresarial mais marcante de David Humphreys foi, sem dúvida, a sua fábrica lanifícia, erguida, em 1808, no local a que ele chamou *Humphreysville* (Seymour, Connecticut), esta fábrica foi considerada a primeira grande lanifícia dos EUA, por oposição às pequenas *mills* anteriores, como a de Byfield. Estas informações, só por si, não articulam, obviamente, Plácido Lino nesta teia de relações e contactos entre os EUA, Portugal e o arranque da indústria lanifícia americana, contudo, e como já demonstramos, Plácido Lino era alguém com bastante influência na corte, ele próprio tinha uma estrutura de contactos muito ativa, nomeadamente com o marquês de Aguiar, correspondente e colega ministerial de Cipriano Ribeiro Freire em vários momentos. Acrescentamos apenas que, em 1809, Cipriano, agora em Lisboa, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros da junta que o príncipe regente deixou em Portugal, depois de partir para o Rio de Janeiro (*Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, 1826: 712). Para saber mais sobre a presença de Humphreys em Portugal ver Jorge Manuel Martins Ribeiro (Ribeiro 1997:633-760).

*a fabrica deixou de trabalhar. / O predio ficou desmantelado e assim se conservou até 1852 [...]*²⁶⁶.

Deste modo, a considerar a informação de 1865, houve um hiato de 20 anos entre a ocupação militar da fábrica e a sua reabilitação. São, contudo, os episódios em torno da ocupação militar da fábrica que nos poderão ajudar não só a interpretar a cartografia póstuma do Cerco do Porto (mapas 21 e 22), mas, sobretudo, compreender o destino da fábrica durante as Guerras Liberais.

5.3.5.2. A fábrica durante o Cerco do Porto

Persistem alguns mal-entendidos em relação à ocupação da fábrica durante os episódios da guerra civil de 1832-34, nomeadamente algumas considerações erradas que terão comprometido a interpretação das escavações arqueológicas realizadas na fábrica e sua envolvente, entre julho e agosto de 2007. Uma dessas interpretações foi a ideia de que a fábrica fora ocupada pelas tropas miguelistas, ou que terá, inclusivamente, feito parte do baluarte miguelista designado por Forte de Serralves (Argüello Menéndez & Peixoto 2007:8, 27-42).

Como sabemos, além da já referida instalação da Bateria de São José, em 1809, o posicionamento estratégico da lanifícia voltou a ser aproveitado durante o Cerco do Porto. A localização da fábrica, controlando o acesso da ponte da Estrada de Matosinhos, mas também a sua posição elevada entre Serralves e o Vale de Mata-Sete, ocupado atualmente pelos bairros de Lordelo, Pinheiro Torres e Pasteleira, mais a Quinta de Mata-Sete (mapa 17 e fig. 60, legendas. 2, 5, 6 e 7) daria uma vantagem defensiva aos sitiados, nomeadamente face às investidas miguelistas vindas do Forte de Serralves, cuja identificação é um aspeto chave na compreensão dos eventos de 1832-33.

²⁶⁶ *Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865, 1865: 221-222.*



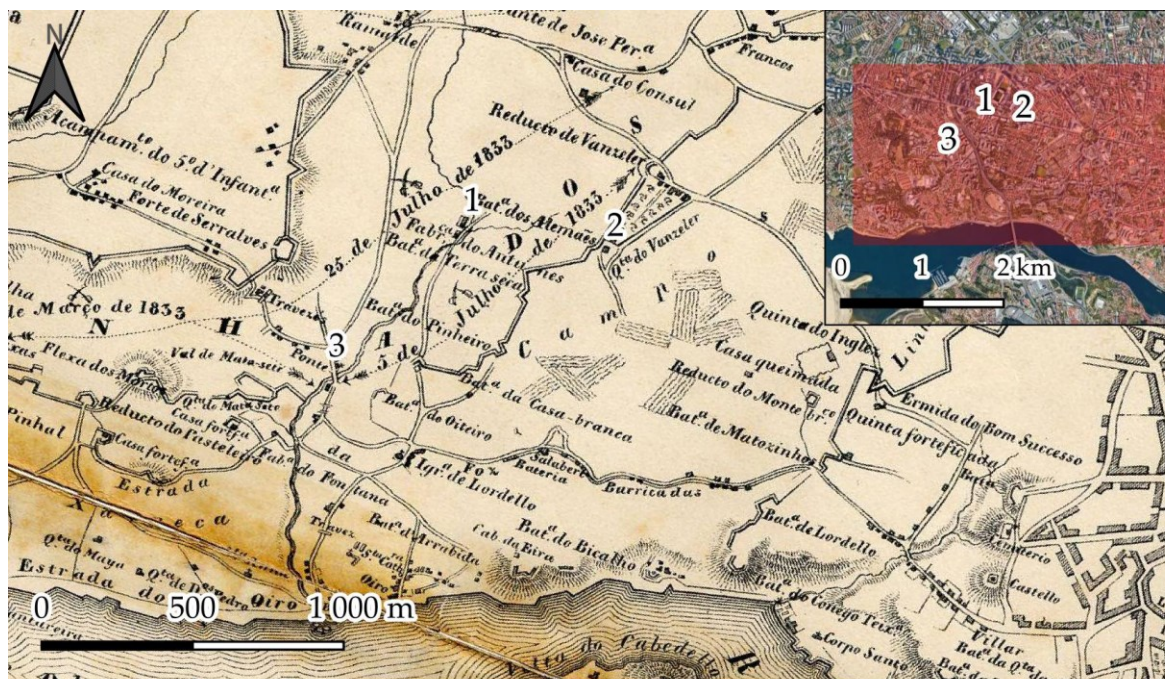
Legenda:

- 1 - Igreja
- 2 - Bairro de Lordelo
- 3 - Fábrica de Lanifícios
- 4 - Bairro da Mouteira
- 5 - Bairro Pinheiro Torres
- 6 - Quinta de Mata Sete
- 7 - Bairro da Pasteleira
- 8 - Fábricas de sabão e metalomecânica

Fig. 60 - Distribuição topográfica da Mouteira e Vale de Mata-Sete, em Lordelo Ouro, em cima, 1963 (CPF); em baixo, panorâmica de 2021 a partir de Google Earth, ©MBPastor).

De acordo com o relatório de 2007, foram identificados indícios de ocupação militar da fábrica, nomeadamente valas de trincheira (figs. 61 e 62), o aparecimento de um projétil de artilharia ligeira, bem como marcas de metralha, visíveis até muito recentemente, nas paredes do bloco oitocentista da fábrica. Estes vestígios foram considerados, primeiramente, como elementos demonstrativos da implantação do Forte de Serralves naquele local (Argüello Menéndez & Peixoto 2007:30-36), e, mais tarde, durante o processo de acompanhamento da obra, a conclusão foi reinterpretada como sendo a *casa fortificada do Plácido*, embora se tenha mantido a ideia de que a fábrica fora ocupada pelas tropas miguelistas (Peixoto, 2011).

Contudo, não temos qualquer indicação documental ou material que nos leve a considerar que o exército de D. Miguel tenha ocupado, em qualquer momento, a fábrica de Plácido Lino. Pelo contrário, durante as grandes investidas miguelistas de 5 e 25 de julho de 1833, as duas colunas militares que desceram de Ramalde procuraram quebrar os redutos avançados das linhas norte dos liberais, nomeadamente a Quinta do Vanzeler (sensivelmente entre a atual Avenida da Boavista, Rua Tenente Valadim e Francos) e a chamada *fábrica do Antunes*, na linha da atual Avenida da Boavista, aparentemente em frente à antiga fábrica Graham (mapa 21 - 1 e 2).



- 1 - Fábrica do Antunes
- 2 - Quinta do Vanzeler
- 3 - Casa do Plácido

Mapa 21 - Posição dos elementos referidos nas ofensivas miguelistas de 5 e 25 de julho de 1833 (©MBPastor).

De facto, o que nos é descrito do episódio de 5 de julho revela que o ponto de convergência dos miguelistas seria a *Casa do Plácido*, de modo a poderem entrar em Lordelo e cortar a comunicação entre a Foz e a cidade. Todavia, ainda que o exército absolutista tenha ocupado, por escassas horas, a fábrica do Antunes (acabaria por ser rapidamente desalojado pela Infantaria 15, do capitão Pedroso), os sitiante nunca conseguiram chegar até à *Casa do Plácido*²⁶⁷. cremos que este episódio, com a ocupação, a norte, da fábrica do Antunes, estará na origem do equívoco sobre a ocupação miguelista da fábrica e casa do Plácido. É este ponto que nos remete para a questão em torno dos defensores do Lugar da Ponte e do Vale de Mata-Sete.

A ocupação militar da fábrica de lanifícios foi sempre controlada pela facção liberal, pelas *tropas do imperador*, como é referido no Inquérito de 1865. Neste caso, o regimento

²⁶⁷ *Chronica Constitucional do Porto*, N.º 158, 6 de julho de 1833: 28-30 e *Chronica Constitucional do Porto Extraordinaria*, N.º 158, 6 de julho: 19-20. A investida de 5 de julho foi a penúltima grande ofensiva miguelista no Porto. A última, também rechaçada, foi empreendida semanas depois, a 25 de julho, basicamente procurando repetir a mesma estratégia, mas multiplicando as frentes entre Matosinhos e a Areosa, num total de 12.000 homens, distribuídos em várias colunas (Bollaert 1870:318-21).

instalado nessa posição era um grupo de cerca de 200 escoceses, comandados pelo, então, major Charles Shaw²⁶⁸. A leitura das memórias de Shaw, mas também de William Bollaert²⁶⁹, permite-nos compreender um pouco mais a dinâmica geográfica de Lordelo, e assim perceber a linha de eventos em torno da fábrica desocupada.

No início de fevereiro de 1833, já depois da chegada dos seus fuzileiros escoceses, Shaw foi destacado para Lordelo do Ouro, onde ocupou, primeiro, a igreja, sendo dias depois destacado para *Mattau Sept* (Bollaert 1870:181-82). É precisamente em Mata-Sete que Shaw diz ter ocupado uma fábrica (*a silk-dying manufactory*) propriedade de um *Senhor Frederick* (Shaw 1837:27-28), num local um pouco abaixo da ribeira, *bellow the stream* (Bollaert 1870:183), ou seja, seria uma tinturaria de sedas que, até ao momento, não nos foi possível ver referida noutras fontes.

Portanto, não conhecemos exatamente qual seria essa tinturaria, contudo, a comparação do mapa de Bollaert, onde este assinala com os números 50 e 50a as posições de Shaw em Lordelo (mapa 22), com o mapa do coronel Moreira (mapas 19 e 21) mostram-nos que a posição 50 é o local identificado como *casa fortificada*, junto à *Fábrica do Fontana*. Não sabemos se esta tinturaria de seda estaria de algum modo relacionada com a tinturaria de lãs de Gaudêncio Fontana, que vimos anteriormente, contudo, a sua localização nos mapas é coincidente. Esta situação poderá indicar um reuso pontual das infraestruturas da antiga *Martins, Arantes & Martins*.

Shaw indica-nos que, inicialmente, evitou ocupar a fábrica, cuja destruição seria inevitável, chegando a comentar as queixas do proprietário *a friend of Saldanha*, que acreditava, *like other Portuguese, that the British were purposeley destroying their manufactures with a view of making them dependent on England* (Shaw 1837:28). No entanto, viria a ter autorização

²⁶⁸ Charles Shaw desembarcou, como capitão, com o restante Exército Libertador a 8 de julho de 1832. Em agosto, Shaw seria promovido a major. Já depois do Cerco, em dezembro de 1833, foi promovido a coronel pelo próprio D. Pedro (Shaw 1837:179; 287).

²⁶⁹ Bollaert combateu, enquanto cabo, sob as ordens de Shaw. Esteve, aliás, a comandar os foguetes de Congreve instalados na fábrica de Plácido Lino e disparados contra Serralves (Bollaert 1870:321). Ao contrário de Shaw, que publicou as suas memórias logo em 1837, Bollaert publicou o seu *The Wars of Succession of Portugal and Spain* apenas em 1870, o que lhe permitiu recolher posteriormente alguns esclarecimentos pessoais do próprio Shaw, nomeadamente algumas precisões geográficas. Bollaert refere ter conseguido, em 1867, uma cópia da *Carta do Coronel Moreira* e que, com ela, juntamente com material enviado por Shaw, mais as suas próprias notas e a planta de Belcher, produziu o seu *Plan of the Military Lines of the Siege of Oporto 1832-3*, com a localização das fábricas ocupadas em Lordelo (Bollaert 1870:265).

de D. Pedro para se instalar na fábrica. Shaw acrescenta que encontrou nas adegas da fábrica vários pipos que encheu de terra, para montar uma barricada exterior, o que coincidiria com a *casa fortificada* representada nos mapas.

Quanto à segunda posição de Shaw, esta está assinalada com o número 50a (mapa 22), e é descrita como as *trincheiras*. O local está localizado um pouco acima da ponte e da fábrica de Plácido Lino. Foi aí que Shaw instalou os seus foguetes de Congreve, segundo ele, *in front of the village of Lordello, facing Seralves and the battery* (Shaw 1837:246). Deixando ao comando dos foguetes Bollaert, que nos diz que foi destacado, ainda no início de março de 1833. Segundo ele: *I was ordered, with some companions, to an abandoned fabrica*, acrescentando *a silk factory* (Bollaert 1870:183).

Tudo indica que Bollaert se refere à fábrica em Mata-Sete (posição 50), identificada, realmente, como uma tinturaria de sedas, por Shaw, mas também sabemos que Bollaert comandou os *rockets* nas trincheiras da posição mais a norte (50a). Aliás, os foguetes foram logo usados nos combates do dia 24 de março (Bollaert 1870:198). Estas discrepâncias lançam alguma confusão sobre o real posicionamento e distância da posição 50 (a *abandoned fabrica*) face à posição 50a, *facing Seralves and the battery*.



Mapa 22 - Georreferenciação do mapa *Plan of the Military Lines of the Siege of Oporto 1832-3*, ed. de William Bollaert, 1870, com as posições ocupadas por Shaw: 50 e 50a (©MBPastor).

Deste modo, e retomando a análise do relatório das escavações de 2007, verificamos que foram realmente detetadas aparentes valas de trincheiras junto à fábrica (figs. 61 e 62), sensivelmente entre as traseiras do bloco do século XIX e o tanque poligonal (fig. 63 e mapa 22).



Fig. 61 - Possível vala de trincheira no corte Oeste. Unidades Estratigráficas 205, 210 e 211 (*Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de Serralves, 2007*).



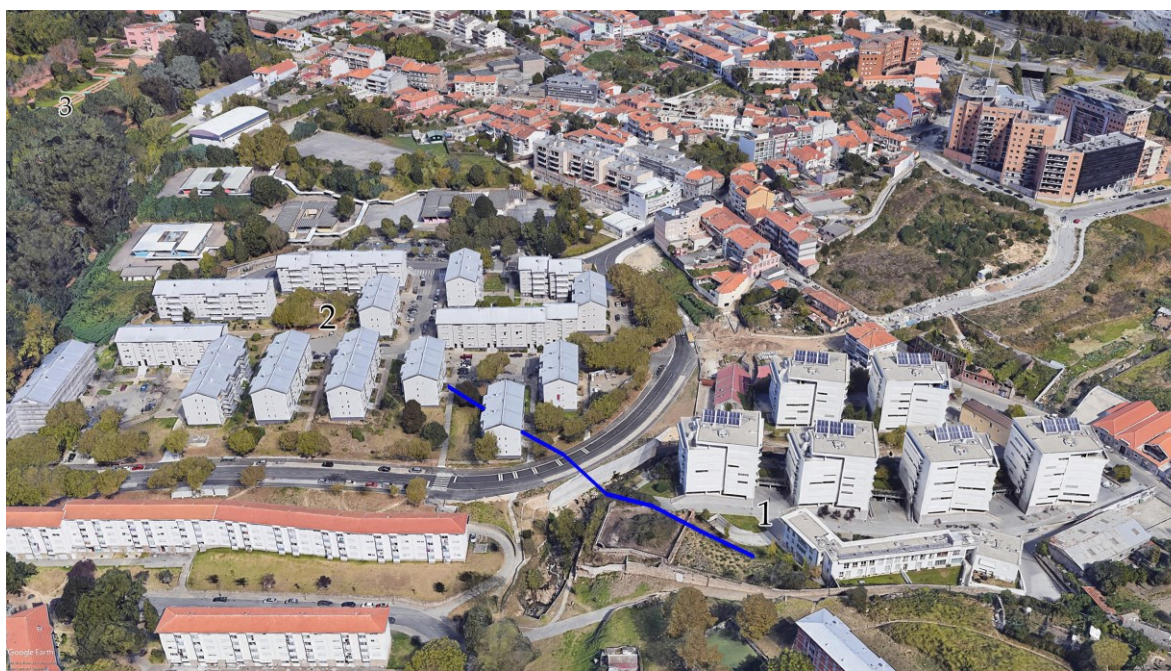
Fig. 62 - Sobreposição da fotografia aérea de 1939 e possível implantação do forte (*Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de Serralves, 2007*).

As linhas de trincheira estão voltadas para o alto onde hoje se encontra o Bairro da Moureira e a Escola E.B. 2.3 Leonardo Coimbra, construídos no início da década de 1990 (fig. 60 - 2), o

que nos leva a considerar que o chamado Forte de Serralves teria os seus revelins mais avançados (visíveis no mapa 22) precisamente onde hoje se encontra o Bairro da Mouteira e não, obviamente, nas traseiras da fábrica de Plácido Lino.

Assim, se, efetivamente, o Forte de Serralves ocupou o atual Bairro da Mouteira, as descrições de Shaw, obtidas por Bollaert, em relação a uma das operações militares que empreendeu (a tentativa de explodir Serralves, durante a noite) tornam-se muito mais claras, face às posições e distâncias que separavam Shaw e Serralves (fig. 63):

*«Thirty-three years after this period (em 1866), I wrote to Sir Charles Shaw for particulars on this head, when he sent me the following: “The Story of the Bag of Gunpowder is this: —'I met Captain Warner one night when I went to Oporto. He spoke of his intention to blow up Serralves. I told him if the materials were not very heavy, I, **with the assistance of two or three brave fellows, could place it below the battery, not more than 150 yards (c. de 137 metros) from my quarters.** I gave him a small room in the Fabrica with a sentry over it, in which room he deposited a barrel.”»* (Bollaert 1870:171-72)



- 1 - Trincheiras e fábrica de lanifícios ——— - Linha de 137 metros (150 jardas)
2 - Bairro da Mouteira
3 - Atuais casa e jardins de Serralves

Fig. 63 - Ilustração da distância de 137 metros (150 jardas) entre as trincheiras de Shaw (50a) e atual Bairro da Mouteira (Google Earth; ©MBPastor).

O episódio do barril de pólvora do capitão Warner mostra-nos que as 150 jardas que Shaw nos refere só fazem sentido se ele partisse de uma posição elevada, próxima da fábrica de Plácido Lino (mapa 22 - 50a), e não de uma posição mais a sul, como sugerem os mapas do coronel Moreira e de Bollaert (mapa 22, 50). Aliás, é precisamente em referência a uma posição mais elevada, que o próprio Shaw descreve, por mais do que uma vez, que descia, a galope, para Lordelo: *I galloped down to Lordello* (Shaw 1837:265), isto é, quando saía da sua posição principal para o Lordelo, descia, o que faz sentido se saísse da área da Mouteira, pela atual Rua de Serralves ou estrada para Matosinhos (mapa 17).

Ao mesmo tempo, a descrição sobre o plano de Warner, diz-nos que este ficou acomodado, com o próprio barril, *in a small room in the Fabrica*, o que só faz sentido que fosse a fábrica de Plácido Lino, e não num local mais a sul, quanto a posição 50 sugere.

Efetivamente, cremos que o grande problema interpretativo destas referências da cartografia alusiva às linhas do Cerco do Porto, tanto o mapa de Bollaert, como a sua base, o mapa do coronel Moreira, revelam erros de conceção original, que poderão estar a induzir em erro a posição real da chamada *Casa Fortificada* e da *Fábrica do Fontana*, logo ao seu lado (mapas 18 e 22).

Ao mesmo tempo, das estruturas ainda conservadas e visíveis na fotografia da SPLAL, de 1939 (fig. 62), destaca-se também o já referido tanque, a estrutura poligonal levantada no extremo ocidental da elevação onde se encontra a fábrica de lanifícios. Trata-se da cisterna de armazenamento de água da fábrica, a qual tem sido, várias vezes, assinalada como resquício, ou reaproveitamento, de uma estrutura militar defensiva, do tipo espaldão. É, aliás, hoje referida popularmente como o *fortim*.

Na verdade, a sua construção é bem recente e está documentada no cadastro predial da fábrica, concretamente num averbamento de 1925:

«Um grande tanque deposito de aguas que abastece a turbina, com capacidade de quatro mil metros cúbicos, construção hidraulica em pedra e cimento, calhas, esgotos, valvulas de limpeza e de segurança, etc.»²⁷⁰

²⁷⁰ Descrição predial e averbamento, 26 de setembro de 1925, Livro B-127, f. 81. CRPP.

No entanto, o formato e a posição do tanque/cisterna tem levantado algumas questões sobre o seu assentamento e base original, refletidos, aliás, no seu perímetro peculiar. Com efeito, apesar de o tanque não existir em 1892, e, como tal não estar representado na quadrícula de Teles Ferreira correspondente à fábrica de lanifícios de Lordelo, conseguimos detetar que alguns dos muros de delimitação do tanque, nomeadamente as vertentes elevadas sobre o desvio de Penouços da Ribeira de Lordelo (mapa 23), indicam-nos que a área ocupada hoje pelo tanque teve uma construção prévia que seguia, sensivelmente, o mesmo perímetro, pelo que a sua base de assentamento poderá ter sido, até pela sua posição elevada, precisamente sobranceira sobre o Vale de Mata-Sete e fronteira ao Bairro da Mouteira/extremidade do Forte de Serralves, um ponto estrategicamente importante para as movimentações militares de Shaw.



Mapa 23 - Sobreposição georreferenciada do tanque de 1918-21 sobre planta da fábrica na quadrícula 109 de Teles Ferreira, de 1892.

Com a libertação da cidade, ainda em agosto de 1833²⁷¹, a fábrica deixou, naturalmente, de estar militarmente ocupada, no entanto, entrou num limbo de cerca de 20 anos durante os

²⁷¹ Charles Shaw, numa carta dirigida ao irmão, e datada de 11 de agosto, diz que, desde março, olhava para Serralves *as cat would a mouse*, e que no dia 8, ao início da noite, ele e os seus escoceses entraram no Forte de Serralves, que acabara de ser abandonado, tendo sido os primeiros do exército liberal a fazê-lo (Shaw 1837:264-65). Esta memória reforça a ideia de que havia uma proximidade muito grande entre o posto efetivo de Shaw e o Forte de Serralves, proximidade essa que se enquadra melhor se o seu aquartelamento fosse na fábrica de Plácido Lino.

quais pouco, ou nada sabemos, além da referência a um incêndio que devorou parte da fábrica²⁷².

5.3.5.3. Reabilitação e fundação da Cia. de Lanifícios de Lordelo

A partir de 1852, a fábrica foi reabilitada por Francisco Garcia e Agostinho Alberto de Sequeira Barbedo, que alugaram as instalações ao genro de Plácido Lino, José Joaquim Fernandes de Sousa. Esta sociedade, a *Garcia & Barbedo* recuperou e preparou a fábrica, chegando a laborar com 77 operários, permanentes e externos, voltando novamente a ser uma das maiores fábricas do concelho (Cordeiro 2017:190-91; 203).

No ano seguinte, a sociedade era vendida a um consórcio do Porto, formado por Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, Custódio Veloso de Araújo, Domingos da Silva Ferreira, Albino José Dias Guimarães e Companhia e o próprio Francisco Garcia. Fundando-se assim a sociedade acionista *Cia. de Lanifícios de Lordelo*, em 1853²⁷³. É no enquadramento da nova companhia, particularmente motivada pelo diretor tecnológico, Faria Guimarães, que são feitos grandes investimentos na fábrica, sobretudo a nível da atualização de maquinaria e forças motrizes, nomeadamente uma nova roda hidráulica, fabricada na Fundição de Massarelos e montada em 1858.

Cerca de 23 anos depois, no Inquérito Industrial de 1881, a roda continuava a ser usada, mas bastante subaproveitada, sendo utilizada apenas para acionar um pisão e duas lavadeiras²⁷⁴. Esteve instalada num pequeno anexo da fábrica (mapa 24 - 4) e terá aí sido soterrada, já muito tardiamente, no século XX, não se sabendo atualmente qual é o seu paradeiro²⁷⁵.

Nesta fase oitocentista da *Cia. de Lanifícios de Lordelo*, o corpo principal da fábrica, um edifício de dois andares com um pátio central (mapa 24 - 3) continuava a ser pertença dos

²⁷² *Gazeta das Fabricas, Periodico mensal da Associação Promotora da Industria Fabril*, Vol. I, janeiro de 1865: 17. A referência ao incêndio não é precisa, referindo-se apenas à época da Guerra Civil de 1832-34. Contudo, durante os eventos de 1832-33, não encontramos referência a qualquer incêndio, pelo que o sinistro deverá ter ocorrido posteriormente ao final do Cerco.

²⁷³ *Contracto social da Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello*, em 3 de Outubro de 1853 e *Venda que fazem Garcia & Barbedo à Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello*, em 4 de Outubro de 1854, fs. 94 - 98v, PT/ADPRT/NOT/CNPRT01/001/0473/00296, ADP.

²⁷⁴ A roda é mencionada na *Gazeta das Fábricas* e no *Inquérito Industrial de 1865* (as já referidas *Actas da Comissão de Inquérito*), contudo, por lapso, no Inquérito Industrial de 1881, a data apresentada para a instalação da roda é 1868 (*Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 108).

²⁷⁵ *Público*, 21 de janeiro de 2001, “A fábrica dos Clamouse Browne”, (Cordeiro 2011).

herdeiros de Plácido Lino, pagando a Companhia uma renda anual de um conto e cem mil réis, o que era considerável²⁷⁶. No entanto, uma leitura dos registos prediais contemporâneos, nomeadamente a inscrição de 1871, revela-nos uma teia bastante fragmentada em torno de toda a área e instalações da fábrica, com os seus anexos, campos, blocos e mananciais. Com efeito, toda a área murada, com frente para a Rua de Serralves, envolvia um conjunto muito alargado de estruturas, e até campos e logradouros, que compunham um autêntico complexo híbrido, entre as atividades fabris e produção rural, nomeadamente o cultivo de vinha. Em termos de propriedade, o espaço distribuía-se por senhorios tão díspares como a Mitra do Porto, a Casa de Abrantes, o Convento de São Bento de Ave Maria, a Misericórdia do Porto, e alguns particulares. Esta herança distributiva seria resultado ainda de alguma transferência patrimonial do Convento de São Francisco de Paula para outras entidades, fazendo com que, em plena década de 1870, a *Cia. de Lanifícios de Lordelo* ainda tivesse que pagar laudémios e foros anuais em géneros, como alqueires de milho, ou mesmo uma galinha e meia²⁷⁷.

Esta situação condicionou, até bastante tarde, os investimentos estratégicos da empresa, sobretudo na renovação e modernização dos edifícios da fábrica, fazendo apenas adaptações pontuais para instalação de novos equipamentos, o que explica, por exemplo, o subaproveitamento da roda.

Ao chegar ao final do século XIX, a fábrica empregava uma média diária de 203 operários e seis aprendizes, continuando a ser a maior unidade lanifícia no norte do país²⁷⁸.

²⁷⁶ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 105.

²⁷⁷ *Descrição predial do artigo com matrícula 7.877*, 23 de dezembro de 1871, Livro B-37, f. 176, CRPP. Entre outros prazos, a *uma galinha e meia* era paga à Casa de Abrantes.

²⁷⁸ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete, vol. IV*, 1890: 451.

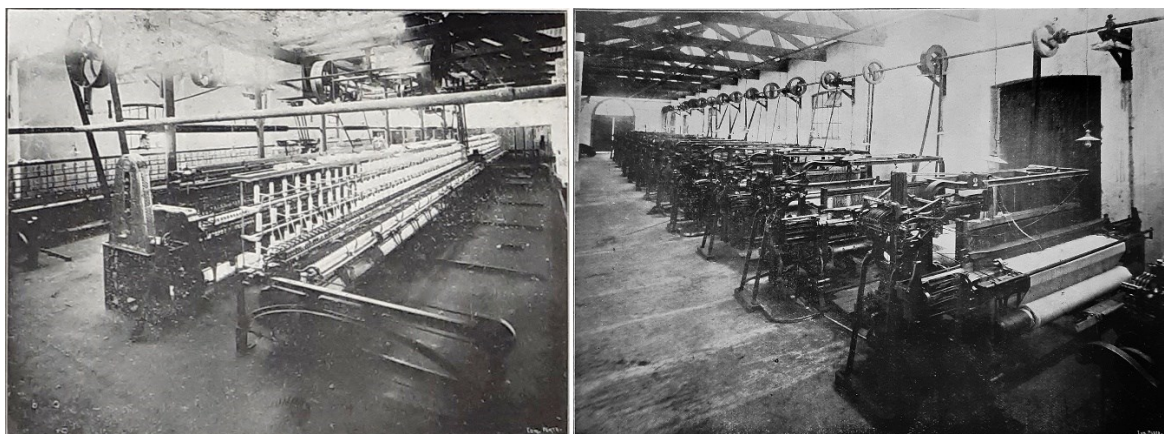


Fig. 64 - Fiandeiras e teares em Lordelo do Ouro (*Álbum das Fábricas*, 1913, BMP).



Fig. 65 - Tear mecânico *Louis Schoenherr* recolhido da lanifícia de Lordelo (detalhe da placa identificativa em cima), 1992.1.2.002, RMI (©MBPastor).



Fig. 66 - Etiqueta da *Fábrica de Lanifícios de Lordelo*, RMI ©(MBPastor).



Legenda:

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| 1 - Ponte e Ribeira de Lordelo | 4 - Casa da roda |
| 2 - Tanque original | 5 - Penouços |
| 3 - Fábrica (séc. XIX) | 6 - Bairro da Mouteira |

Mapa 24 - Elementos da fábrica e da sua envolvente em 1892, a partir da planta de Teles Ferreira(©MBPastor).

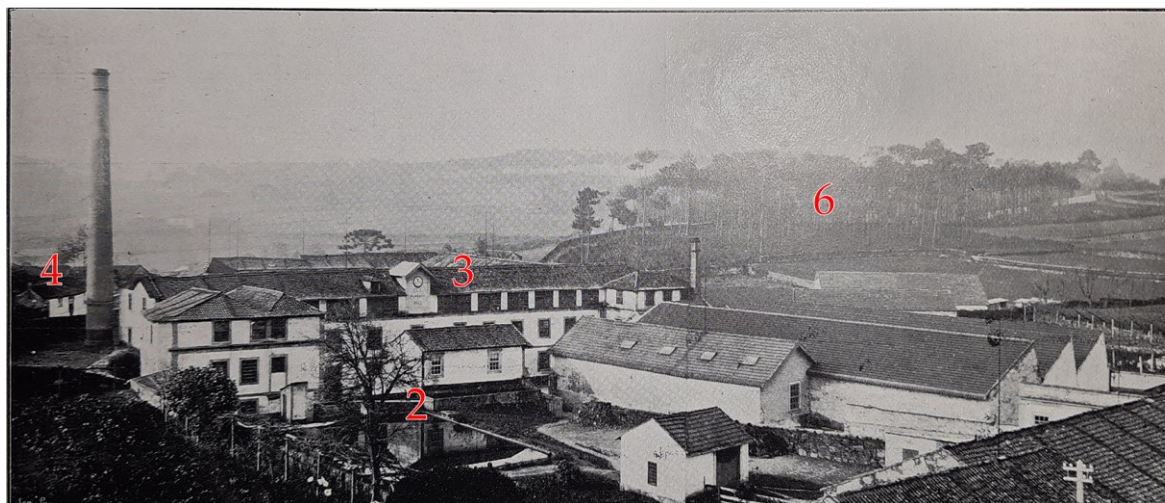


Fig. 67 - Vista da fábrica em 1914, com os elementos visíveis no mapa 24 (*Álbum da Indústria*, 1914, BMP).



Fig. 68 - Anúncio da *Cia. de Lanifícios de Lordelo* (*Álbum da Indústria*, 1914, BMP).

5.3.5.4. Redefinição da fábrica do século XX

Em 1908, agora sob a direção de Alberto Carlos de Oliveira, a *Companhia de Lanifícios de Lordelo* leva a cabo uma ousada emissão de obrigações (400 obrigações, perfazendo um total de 40 contos), deixando como garantia aos credores o próprio edifício da fábrica²⁷⁹, ainda que continuavam a ser de natureza enfitêutica os edifícios e terrenos em torno do bloco central²⁸⁰. Terá sido a partir desta emissão que a Companhia acabaria por se extinguir, tendo sido adquirida por Tomás José Rosas²⁸¹, que, agora como proprietário, reformulava a empresa como *Fábrica de Lanifícios de Lordelo*, e empreendia, entre 1918-21, um plano de obras de reconversão da fábrica (fig. 69).

²⁷⁹ *Outorga de emissão de obrigações*, 21 de março de 1908, fs. 43v-45v, I/31/2-111, ADP.

²⁸⁰ Descrição predial do artigo com matrícula N.º 31892, 2 de abril de 1908, Livro B-100, CRPP.

²⁸¹ Na inscrição predial de 1871, entre os proprietários particulares de parcelas ocupadas pela fábrica, é identificada uma Maria Joaquina Rosas, mas não conseguimos apurar se tem alguma relação, nomeadamente como testamentária, com Tomás José Rosas. Tal como Plácido Lino fizera, cerca de um século antes, Tomás Rosas conseguiu, por decisão do tribunal de 20 de julho de 1920, com transição em julgado em 30 de novembro do mesmo ano, extinguir os antigos direitos da Mitra do Porto (transferidos para o Estado com a República) sobre algumas parcelas, nomeadamente a eira fronteira à Rua de Serralves.

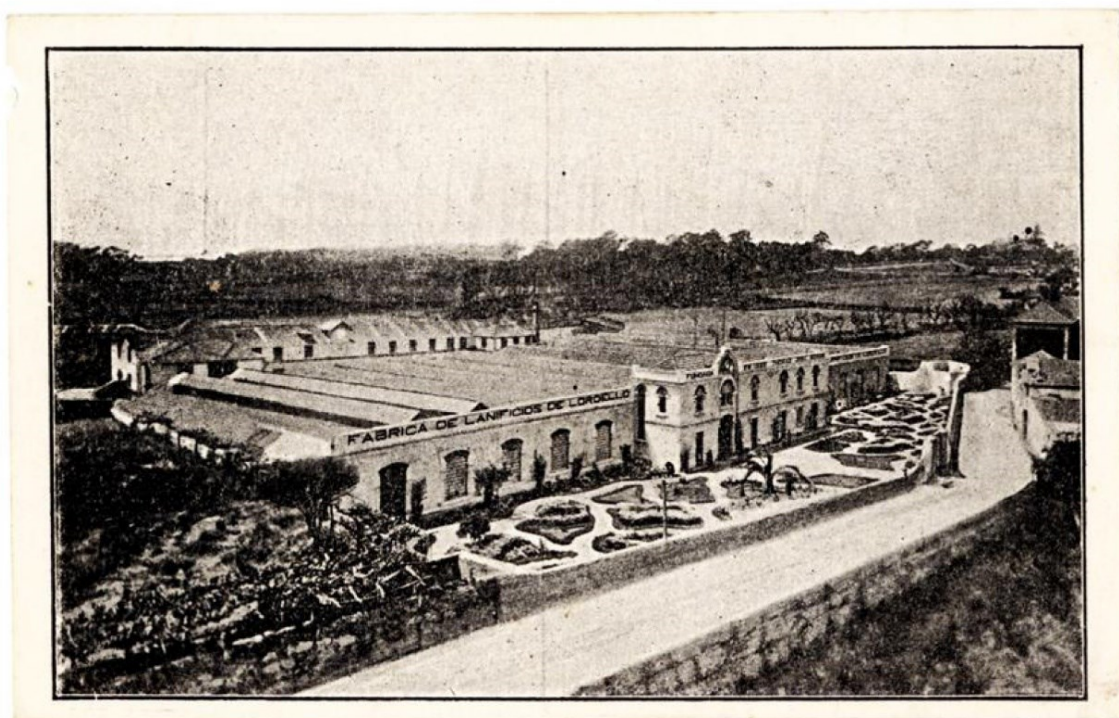


Fig. 69 - A fábrica de lanifícios logo após as obras de 1918-21 (AHMP).

É neste período que se conclui a construção dos pavilhões *shed*, ou *sistema de dente de serra*, para recuperar o termo expresso no registo predial original²⁸², a portaria, com os escritórios, armazém e balança (fig. 70), bem como se procedeu à eletrificação autogerada da fábrica, com a instalação de uma pequena central (Faria 2008b:2).

Em 1929, em consequência da falência de Tomás Rosas, a fábrica foi adquirida pela casa bancária *Borges & Irmão*²⁸³, e no início de 1940, os pedidos de licenciamento de obras são já feitos em nome dos novos proprietários²⁸⁴. Foi ainda neste enquadramento no grupo bancário, que a *Fábrica de Lanifícios de Lordelo*, após a nacionalização da banca²⁸⁵ esteve momentaneamente, na segunda metade da década de 1970, sob administração pública.

Em abril de 1992, após um demorado processo de tentativas de recuperação económica, a fábrica viria a encerrar a produção definitivamente, desindustrializando-se, e caindo em ruína (Fernandes, 1998).

²⁸² *Descrição predial e averbamento*, 26 de setembro de 1925, Livro B-127, f. 81. CRPP.

²⁸³ Dossier da fábrica de lanifícios de Lordelo, ADRMI.

²⁸⁴ *Licença de obra 139/1940*, de 21 de fevereiro de 1940, D-CMP/12(139/1940, AHMP)

²⁸⁵ *Decreto-lei N.º 132-A/75*, de 14 de março, Diário do Governo N.º 62/1975.



Legenda:

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| 1 - Ponte e Ribeira de Lordelo | 4 - Casa da roda |
| 2 - Tanque original | 5 - Penouços |
| 3 - Fábrica (séc. XIX) | 6 - Bairro da Mouteira |

Mapa 25 - Georreferenciação da organização espacial do espaço da fábrica e sua envolvente em 2007, em cima, e em 2021, em baixo(©MBPastor).

Como conclusão do estado de decadência, o complexo fabril foi praticamente todo demolido em 2010, logo após as escavações arqueológicas referidas. Sem intenção consequente, em 2012, e após as obras de terraplenagem, a Câmara Municipal do Porto, através de uma alteração ao Plano Diretor Municipal, considerava a *Fábrica de Lanifícios de Lordelo* como *imóvel de interesse patrimonial*, e a sua cisterna como *área de potencial valor arqueológico*²⁸⁶.

²⁸⁶ Aviso N.º 14332/2012, Diário da República, 2.ª série, N.º 207, 25 de outubro de 2012

De facto, tanto a cisterna, como um fragmento da fábrica oitocentista e a portaria do século XX (mapa 24 e figs. 69 e 70) foram integrados, ainda que sem articulação entre si, e sem qualquer leitura contextualizadora, num projeto urbanístico do grupo SACHE (*Solidariedade e Amizade - Cooperativa Económica*). O plano de licenciamento desta obra, ainda de 2008, foi apresentado como um projeto de *alteração e de ampliação da antiga Fábrica de Lanifícios de Lordelo*²⁸⁷ (figs. 71 e 72), destinado a habitação, escritórios e até uma sala de exposições, sala esta que, até ao momento, continua a não ter qualquer tipo de atividade.



Fig. 71 - Panorâmica atual do antigo complexo da fábrica de Lordelo do Ouro (©MBPastor).

²⁸⁷ *Processo 24025/CMP*, de 8 de dezembro de 2008, Direção Municipal de Urbanismo, Departamento de Gestão Urbanística e Fiscalização.



Fig. 72 Elementos reconstruídos do fragmento do edifício do século XIX: a laranja reconversão da ruína e amarelo acrescento do grupo SACHE (esquerda:.. voo de drone 2020; direita: vista atual do pátio ©MBPastor).

5.4. A Fábrica de Lanifícios de Padronelo, Amarante

5.4.1. Localização e demografia

A freguesia de Padronelo, originalmente constituinte do antigo concelho de Gestaçô²⁸⁸, integra, desde 1836, o atual concelho de Amarante (Tomás & Valério 2019:36). Trata-se de um pequeno povoado rural, integrado nos contrafortes ocidentais do complexo Aboboreira-Marão. Localiza-se precisamente na confluência das antigas estradas de Vila Real-Amarante e Amarante-Porto (mapa 26). A freguesia é atravessada a sul pelo Rio Ovelha ou Ovelhinha (anteriormente Rio Rui Mendes), um afluente do Tâmega, confinando com a freguesia da Lomba, a NO.

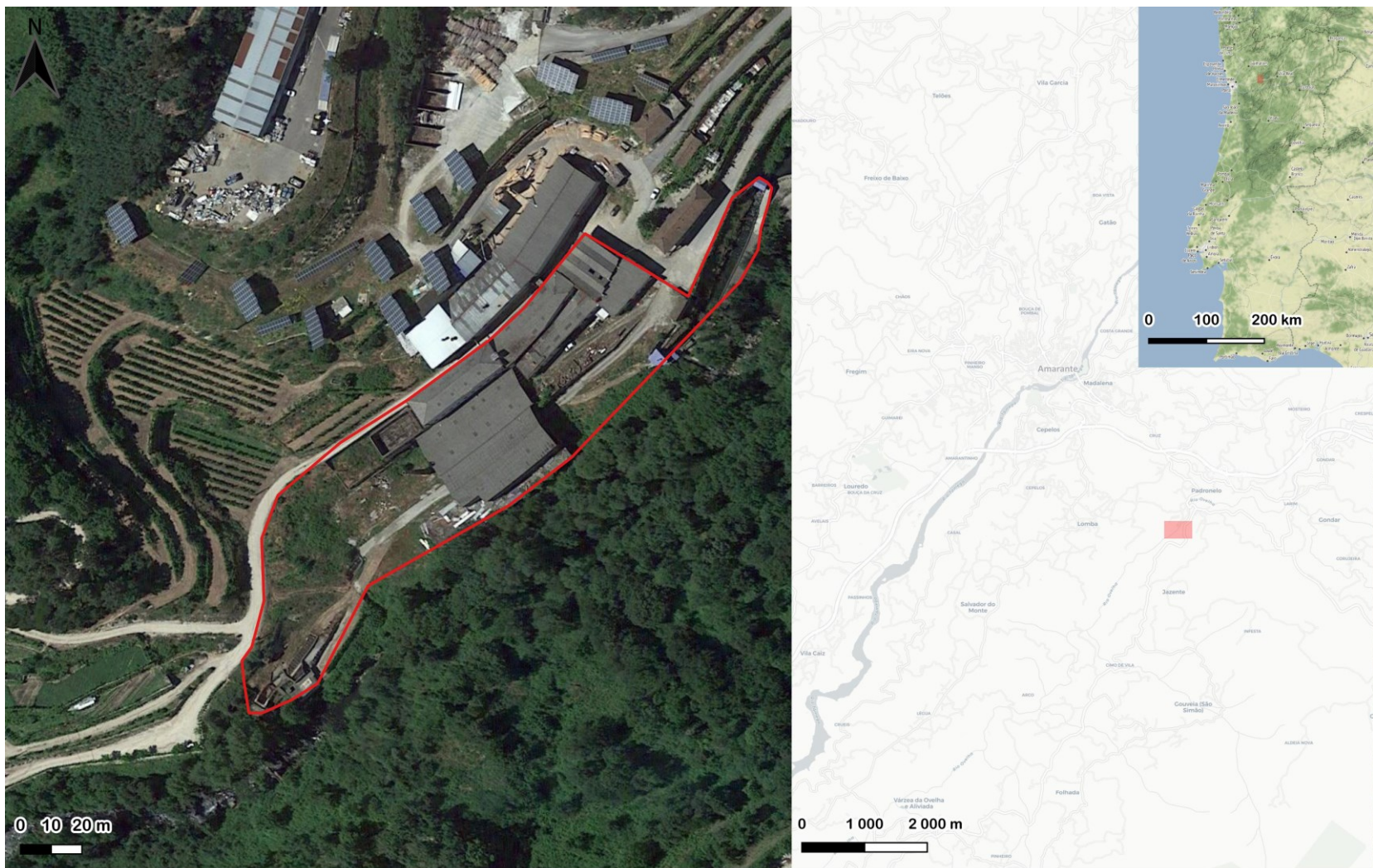
Em 1758, a população de Padronelo limitava-se a apenas 200 habitantes²⁸⁹ que dependiam, quase exclusivamente, do cultivo da terra, nomeadamente o milho e a sua moagem, nas azenhas do Ovelha, situação que se manteve até meados do século XIX. A partir de então, mesmo sem registar um crescimento demográfico assinalável (quadro 20), a freguesia viu parte do seu modo de vida alterado com a instalação da fábrica de lanifícios de Francisco Borges Garcia Ribeiro, em 1855, iniciando assim a sua primeira industrialização.



Quadro 20 - Evolução demográfica de Padronelo, 1758-2021 (©MBPastor).

²⁸⁸ O concelho de Gestaçô pertenceu ao Termo de Guimarães até 1776, momento em que foi transferido para a comarca de Penafiel (*Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo X. Parte II, 1830:169-70*).

²⁸⁹ *Memorais Parochiaes, Padernello*, 19 de novembro de 1758, Vol. 27, N.º 17: 97, PT/TT/MPRQ/27/17, ANTT.



Mapa 26 - Área de implantação da lanifícia de Padronelo (©MBPastor).

Atualmente, a população de ativa em Padronelo continua dividida entre as atividades agrícolas e a pequena indústria, nomeadamente indústria panificadora e alimentar.

5.4.2. Fundação da *Garcia Ribeiro & Cia.* e reestruturações

A primeira referência conhecida à construção da fábrica de Francisco Borges Garcia Ribeiro parte de um pequeno apontamento internacional, publicado na *Revista Peninsular*, ainda em maio de 1856:

*«Ahora mismo, por ejemplo, se está levantando una grandiosa fábrica nacional de tegidos de lana, en la confluencia de las tres provincias del Miño, Tras-os-Montes y Beira Alta; y aunque desde luego se pueden assegurar merecidos rendimientos y larga utilidad á la perseverancia patriótica del sr. Francisco Borges Garcia Ribeiro, su inventor, todavía saltan á la vista las infinitas ventajas que este y otros establecimientos de semejante utilidad han de proporcionar á la riqueza del país, el día que haya en él un sistema de fáciles comunicaciones.»*²⁹⁰

A construção de uma infraestrutura fabril numa região remota, sem qualquer tradição industrial à época, e sem ter uma cultura lanífrica relevante em Portugal, ao contrário, por exemplo, das Beiras, despertou a atenção e curiosidade da imprensa de Lisboa, nomeadamente nesta publicação destinada ao mercado ibérico.

Naturalmente, o empreendimento viria a ter um impacto maior na própria área de Amarante. Assim, é a partir de um breve apontamento inédito, inscrito na última folha do registo dos anais de 1857, da Câmara Municipal de Amarante, que podemos aferir uma cronologia mais precisa para instalação da fábrica. Trata-se de uma nota de louvor e homenagem de Francisco Borges Garcia Ribeiro, indicando que a lanífrica começou a ser construída no dia 23 de julho de 1855, data que poderemos considerar como fundacional. Ao mesmo tempo, é também referido que, cerca de dois anos e meio depois, em março de 1857, a fábrica já produzia:

«Fabrica de lanifícios na margem direita do rio Mendes: seo fundador

A construção deste bello, e rico estabelecimento é obra do Senhor Francisco Borges Garcia Ribeiro, Negociante desta Villa e natural de Pinhanços, Provincia

²⁹⁰ *Revista Peninsular*, J. F. de Couto, 1856: 424.

da Beira, homem inclinado ás Artes, dottado de muito engenho, e amigo do progresso material, e moral do nosso Paiz, emprehendeo este grande projecto, que realizou em obra á custa de muitos sacrificios, dottando esta terra com a creação de uma fabrica de tecidos de lãa, objecto de primeira necessidade, e dando trabalho a centenaes de braços, com que honestamente se alimentão, e á sua familia.

Em Março de mil oito centos e cincoenta e sete foi / =alias =

***Foi principiada a vinte e tres de Julho de mil oito centos e cincoenta e cinco, e já em Março de mil oito centos e cincoenta e sete funcionava.** Construiu um edificio destes desde a primeira pedra até ao seo acabamentoo; **mandou vir maquinas de Paiz Estrangeiro**, e creou de novo todos os Empregados só a muita actividade, e incançavel zello deste benemérito Cidadão, podia em tão curto espaço de tempo realizar tão nobre pensamento.*

Ei-lo ahi!... e nós, para perpetuar sua memoria, fazemos este apontamento; sentindo não lhe podermos gravar seo nome em letras de ouro, para indelével passar á posteridade.

Amarante e Secretaria da Camara, 6 de Setembro de 1857

O F.^{rio} En.^{do} da redacção dos Annaes»²⁹¹

O texto reflete, para todos os efeitos, a instalação da primeira fábrica moderna no concelho, construída de raiz e equipada com maquinaria estrangeira. Ao mesmo tempo, o documento centra-se apenas na figura de Francisco Garcia Ribeiro, indicando-nos que este era, além de negociante em Amarante, natural de Pinhanços, no concelho de Seia, na Beira Alta, distrito da Guarda. Este apontamento lança uma nova luz sobre o referencial geocultural em torno da fábrica de Padronelo, isto é, mostra-nos a importância que a esfera de influência do grande centro laneiro português da Guarda-Covilhã-Portalegre teve na sua fundação. Foi também a partir desta referência que conseguimos localizar o assento de batismo de Francisco Garcia Ribeiro²⁹², e cujas informações de filiação permitiram traçar um elo de

²⁹¹ *Fabrica de lanifícios na margem direita do rio Mendes: seo fundador*, 6 de setembro de 1857, Livro de Anais da Câmara Municipal de Amarante, 1856-57, f. 41v, Livro 0356, AMA.

²⁹² *Registo de batismos de Pinhanços*, 20 de maio de 1818 (nascimento a 17 de maio), f. 38, PT/TT/PRQ/PSEI10/001/B2, ADG.

ligação significativo entre a fábrica de Padronelo e a *Fábrica Rainha*, de Gouveia. Tema que retomaremos no tópico dedicado à análise da organização do espaço da fábrica.

Por outro lado, apesar de datar de 1857, o *apontamento de louvor* refere-se exclusivamente, na qualidade de fundador, a Francisco Garcia Ribeiro. É, contudo, relevante referimo-nos aos restantes elementos que compuseram a sociedade original, ainda em 1856, nomeadamente o seu principal investidor, Manuel Pereira da Silva (Soeiro 2000:349), cujo papel no financiamento do empreendimento foi vital, dada a sua condição de milionário, enquanto antigo emigrante no Brasil²⁹³.

Assim, a escritura notarial da *Garcia Ribeiro & Cia.*, datada de 7 de junho de 1857, refere-nos que os três sócios iniciais de Francisco Garcia eram João José Teixeira Taveira, José António da Fonseca Lemos e António Lopes da Costa. Os quatro homens contraíram uma obrigação de empréstimo (12 contos de réis) a um quinto associado, precisamente Manuel Pereira da Silva²⁹⁴. Elencamos o nome dos quatro sócios fundadores para assinalar que António Lopes da Costa, tal como o próprio Francisco Garcia Ribeiro, era beirão, natural de Moimenta da Serra, em Gouveia, concelho da Guarda. Ou seja, verificamos novamente que a fábrica de lanifícios de Padronelo reflete, por via de parte dos seus fundadores, uma transferência tecnológica entre a experiente tradição lanifícia beirã e a região de Amarante. Referimos também que estes dados permitiram cruzar mais documentação, e verificar que António Lopes da Costa era padrinho e tio do fundador da lanifícia de António Augusto Lopes da Costa²⁹⁵, precisamente em Moimenta da Serra, unidade fundada em 1876 (Pinheiro 2009:758-60), uma unidade que mantém uma relação tipológica significativa com a fábrica de Padronelo, evidência que, tal como desenvolveremos noutro tópico, deverá ser analisada à luz desta dinâmica contextual.

A sociedade *Garcia Ribeiro & Cia.* viria a ser dissolvida em agosto de 1868 e, a partir desse momento, Manuel Pereira da Silva tornar-se-ia o principal proprietário da fábrica de lanifícios. Cerca de seis meses depois, a firma era refundada como *Pereira & Costa*, a 9 de

²⁹³ *Gazeta das Fabricas*, “Industria Nacional - Fabrica de Lanifícios do Padronello,” 1865: 214.

²⁹⁴ *Contracto de sociedade entre Manoel Pereira da Silva, d’esta cidade, Francisco Borges Garcia Ribeiro, da Villa de Amarante e outros*, 7 de junho de 1857, Cartório Notarial de Penafiel, 2.º ofício (*Registo de escrituras diversas*, tab. João Teixeira Barbosa), Livro 61, PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/005/0889, ADP.

²⁹⁵ *Registo de batismos de Moimenta da Serra*, 28 de março de 1840 (nascimento a 18 de março), f. 19, PT/ADGRD/PRQ/PGVA11/001/00001, ADG.

fevereiro de 1869 (Leal 1875:402-3). O novo associado de Manuel Pereira da Silva, António José da Costa, foi, durante todo o último quartel do século XIX e primeiros anos do século XX, o principal administrador e impulsionador da lanifícia. Este novo administrador era natural da região, da freguesia da Lomba²⁹⁶, e fora comerciante de panos, como tal, conhecedor da fábrica desde muito cedo. Apesar de não possuir qualquer tipo de formação específica, foi caracterizado pelos delegados do *Inquerito* de 1881 como sendo *dotado de uma intelligencia viva e de um grande desejo de aprender*²⁹⁷.

Manuel Pereira da Silva, seguindo as práticas recorrentes da nova burguesia industrial do liberalismo português, foi agraciado com o título de barão do Calvário, em 1872²⁹⁸. Foi já com esta sua nova titulação que empreendeu, juntamente com António José da Silva, a formação da *Companhia de Lanifícios de Padronello, Sociedade Anonyma de Responsabilidade Lda*.

A nova sociedade, escriturada no Porto a 6 de abril de 1874, juntou 10 novos investidores, numa primeira série de títulos, lançando duas novas séries públicas de ações, perfazendo um total de 240 contos de réis (240:000\$000). A operação, que, tal como verificamos em outros exemplos, visava não só a aquisição total do património da fábrica, como levar a cabo um reinvestimento avultado de capitais. Neste caso, além dos subscritores das ações, o *Banco União do Porto* também nos surge como um dos investidores da Companhia²⁹⁹.

Do ponto de vista estatutário, é de referir que a nova companhia foi definida como lanifícia, mas podendo empreender a fiação de outras fibras, como algodão e linho. Além disso, a fábrica poderia exercer atividades não relacionadas com os têxteis, como a moagem de cereais. Esta cláusula não deixa de ser significativa, pois revela um sentido de reaproveitamento energético (no caso a energia hidráulica) do potencial fabril da lanifícia, bem como de algumas azenhas que integravam alguns dos cómodos da propriedade. Por

²⁹⁶ *Constituição de Sociedade Têxteis*, 6 de abril de 1874, f. 64v, PT/ADPRT/NOT/CNPRT/001/4727/00362, ADP.

²⁹⁷ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas Do Districto Administrativo Do Porto*, 1881: 110.

²⁹⁸ *Registo Geral de Mercês de D. Luís I*, liv. 26, f. 96, de 17 de setembro de 1872, PT/TT/RGM/J/0026/196109, ANT.

²⁹⁹ *Constituição de Sociedade Têxteis*, 6 de abril de 1874, f. 64v, PT/ADPRT/NOT/CNPRT/001/4727/00362, ADP.

outro lado, é o reflexo da condição de ruralidade contextual da, agora, *Sociedade Anonyma*³⁰⁰.

Em termos efetivos, tendo em conta a análise espacial da fábrica e distribuição do seu edificado (os quais abordaremos ainda nesta secção), não conseguimos determinar qualquer reflexo significativo desta reestruturação financeira na construção dos edifícios da fábrica, pelo que depreendemos que os capitais foram canalizados sobretudo para a atualização de maquinaria, aquisição de capitais circulantes e matéria prima.

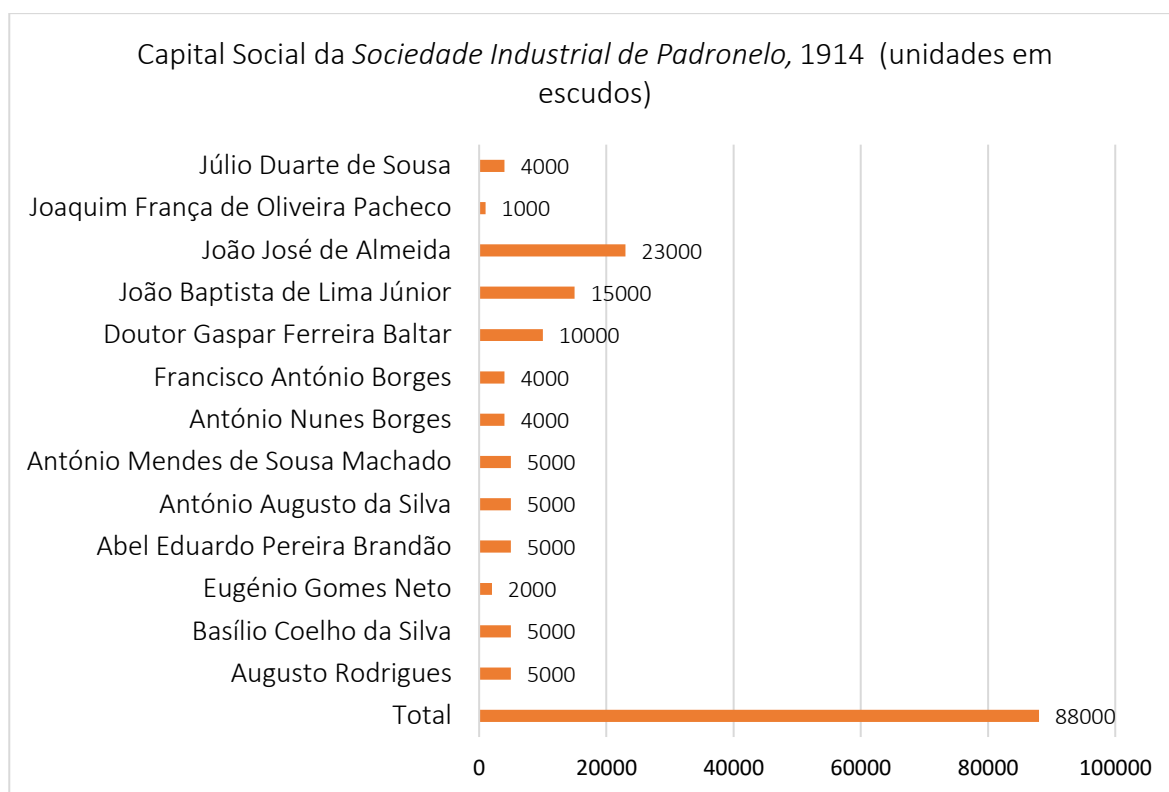
A *Companhia de Lanifícios de Padronelo*, enquanto sociedade anónima, viria a ser dissolvida em 1909, para dar lugar a uma nova reestruturação, desta vez enquanto *Sociedade Industrial de Padronello, Lda*. Os 240 contos de capital original, eram agora reduzidos para apenas 100 contos³⁰¹. Tal como referimos em relação à lanifícia de Lordelo do Ouro, esta reestruturação da firma significa, em termos práticos, a dissolução da companhia acionista e consequentes perdas para os seus investidores. Como tal, são operações que devem ser compreendidas num contexto de crise.

Efetivamente, os problemas financeiros da, agora, *Sociedade Industrial de Padronello* não foram sanados com reestruturação e, cinco anos depois, em outubro de 1914, era escriturada uma nova redução de capital: os 100 contos reduziam-se novamente. Agora para 50 contos da *Sociedade*, mais 38 contos de reforço de investimento direto do consórcio dos investidores (quadros 21 e 22). É no elenco destes novos capitalistas de 1914, que nos surge, pela primeira vez, o nome dos dois irmãos António Nunes Borges e Francisco António Borges³⁰², fundadores do *Banco Borges & Irmão* e, tal como referido, adquiridores também da *Companhia de Lanifícios de Lordelo do Ouro*, no Porto.

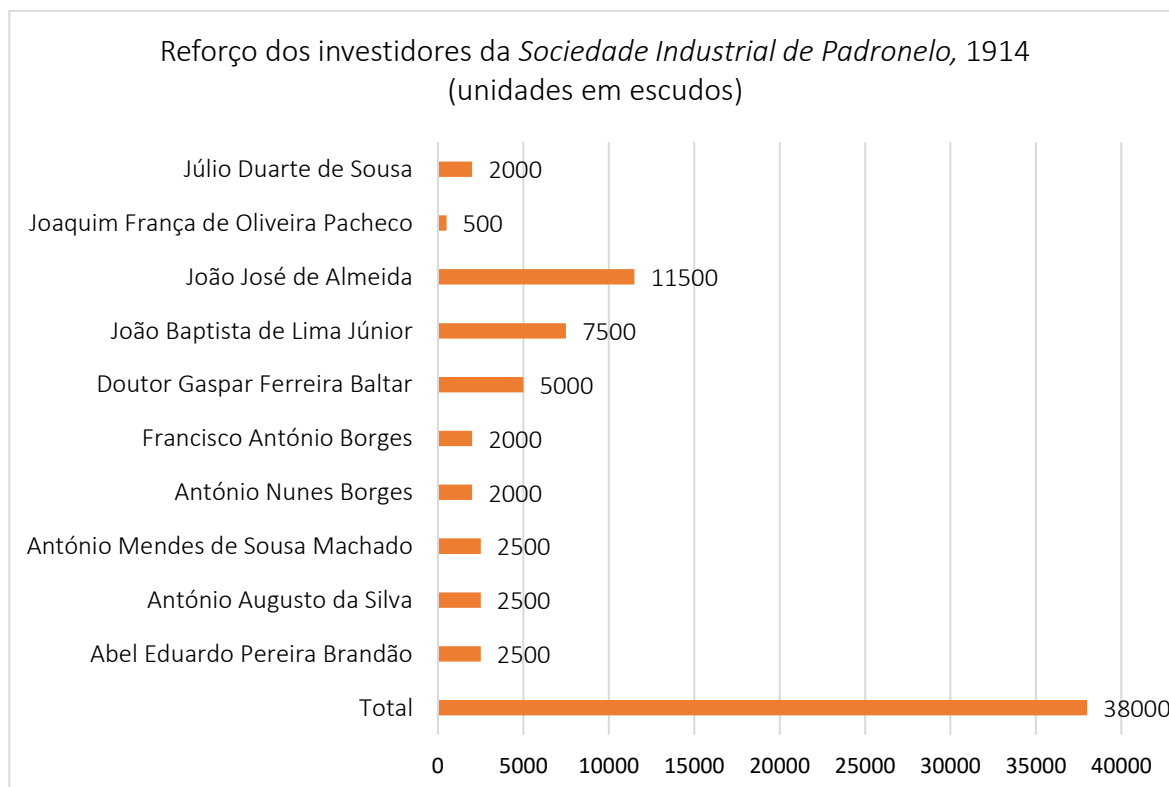
³⁰⁰ *Ibidem*, f.64v-66v.

³⁰¹ *Constituição de Sociedade Têxteis*, 22 de outubro de 1914, f. 94, PT/ADPRT/NOT/CNPRT/001/0850/01651, ADP.

³⁰² *Ibidem*, fs. 94v-97v.



Quadro 21 - Capital Social da *Sociedade Industrial de Padronelo*, 1914 (©MBPastor).



Quadro 22 - Reforço de investimentos na *Sociedade Industrial de Padronelo*, 1914 (©MBPastor).

A firma *Sociedade Industrial de Padronelo* foi a designação comercial que a empresa manteve até ao seu encerramento enquanto lanifícia e consequente reestruturação, como unidade

de tratamento e processamento de óleos vegetais, nos finais da década de 1960. A empresa encontra-se atualmente ativa como CEOV. S.A. (*Companhia de Extração de Óleos Vegetais, S.A.*), embora o seu ramo de atividade já não seja, desde o final do século XX, a extração de óleos, mas sim diversos outros empreendimentos industriais, como a microgeração elétrica.

5.4.3. Mão de obra

A instalação da *Garcia Ribeiro & Cia.* numa região sem tradição industrial, e sem um enquadramento de acesso à instrução da população em geral, acentuou o problema que a administração da fábrica sentiu logo nos primeiros anos de laboração: a falta de mão de obra qualificada.

Logo em 1865, a propósito das entrevistas no Palácio de Cristal à *Comissão* do Inquérito Industrial de 1865, o próprio Francisco Garcia Ribeiro afirmava que lhe faltavam operários competentes para dirigir a maquinaria. Defendia ainda o quadro de protecionismo das pautas alfandegárias dos lanifícios, por *ser uma industria nascente e pela falta de instrucção nos operarios*³⁰³. Ao mesmo tempo, a própria imprensa especializada repercutia também estas dificuldades de Padronelo e da indústria portuguesa em geral, avisando que a *instrucção industrial não ha de vir da iniciativa particular*³⁰⁴. Isto é, defendia-se que a formação tecnológica deveria ser uma das obrigações do Estado e condição fundamental para o desenvolvimento da indústria.

Tal como vimos nas considerações do *Inquerito Industrial* de 1881, em relação à lanifícia de Vale de Piedade, a falta de qualificação profissional mantinha-se basicamente igual em Padronelo. Acrescentamos que, aí, os salários eram ainda mais baixos do que nas outras duas lanifícias do distrito do Porto (110 réis diários para as mulheres, por oposição aos 341 e 325 réis das operárias de Lordelo e Vale de Piedade³⁰⁵), reflexo da periferização da *Garcia Ribeiro & Cia.* De certo modo, esta realidade demonstra que o patronato industrial, apesar de lamentar a falta de qualificação, foi mantendo a opção pela mão de obra barata,

³⁰³ *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituida por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 220-221.

³⁰⁴ *Gazeta das Fabricas*, “Industria Nacional - Fabrica de Lanifícios Do Padronello,” 1865: 213-215.

³⁰⁵ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas Do Districto Administrativo Do Porto*, 1881: 111.

como meio de maximizar lucros imediatos, em detrimento de uma aposta estratégica na formação do seu operariado.

Simultaneamente, e tal como sucedera em Lordelo do Ouro e, muito pontualmente em Palmaz e Vale de Piedade³⁰⁶, verificamos que as exigências de produção requeriam um grau de mínimo de transferência tecnológica necessária para a viabilidade da empresa. Essa transferência manifesta-se na fixação de mestres e alguns operários especializados, estrangeiros ou mesmo nacionais, nesse caso, dos centros de lanifícios beirões.

Neste sentido, também conseguimos detetar que a modernização e fixação tecnológica da fábrica de Padronelo foram conseguidas a partir de alguns casos de contratação de mão de obra qualificada. Um exemplo, é o caso de Francisco Pastor Aristizabal, madrileno, mas cujo percurso profissional na indústria lanifícia passou por diferentes grandes centros laneiros de Espanha, como Tolosa, no País Basco, ou Béjar, em Castela. Depois de 1874, Francisco Pastor viria a exercer os ofícios de mestre de tecidos e mestre de tinturaria em Portugal, primeiro na Covilhã e, depois, em Padronelo, Amarante, durante as últimas décadas do século XIX, até ao seu falecimento, em 1912³⁰⁷.

Simultaneamente, detetamos também algumas transferências internas de mão de obra de outros centros lanifícios portugueses, nomeadamente de Portalegre, e cujos operários acabariam por se estabelecer em Padronelo³⁰⁸. Estas migrações devem ser entendidas à luz do contexto dos contactos fabris entre a fábrica de Padronelo e os seus intervenientes, nomeadamente o seu mestre de tinturaria, com outros polos fabris, nas Beiras e Alto Alentejo.

Ainda que pontuais, estes exemplos de transferência de tecnologia e conhecimento, ajudam a compreender melhor o rápido crescimento qualitativo da produção fabril de Padronelo, o qual, como veremos no tópico seguinte, foi determinante nas primeiras décadas de funcionamento da fábrica.

³⁰⁶ Veremos, em relação à fábrica do barão da Trovisqueira, que não existem quaisquer referências a qualificação de mão de obra.

³⁰⁷ *Registo de óbitos de Padronelo*, 23 de agosto de 1912, N.º197, CRCPCA.

³⁰⁸ *Registo de batismos de Padronelo*, 11 de abril de 1891, N.º 11, PT/ADPRT/PRQ/PAMT26/001/0011, ADP. Trata-se do batismo de uma das filhas de uma costureira de Castelo de Vide, Portalegre, que migrara para Padronelo, onde constituía família. O padrinho é, precisamente, Francisco Pastor Aristizabal.

Em termos demográficos, a fábrica de Padronelo revela, no longo período compreendido entre 1865 e 1959, alguma consistência do número médio de operários, com tendência para a diminuição, fruto da maior mecanização efetuada durante a primeira metade do século XX (quadro 23).

A recolha de documentação estatística abordou os inquéritos industriais realizados entre o período de funcionamento da fábrica, nomeadamente em 1865³⁰⁹, 1881³¹⁰, 1890³¹¹ e 1959³¹². Para além desta documentação oficial, recorreremos também a estatística apresentada nos catálogos das exposições universais de 1867³¹³ e 1876³¹⁴, em Paris e Filadélfia, respetivamente.

O cruzamento destas várias fontes permite analisar a distribuição etária e de género dos operários e operárias de Padronelo ao longo da segunda metade do século XIX (quadros 24 a 26).

³⁰⁹ *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 220-221.

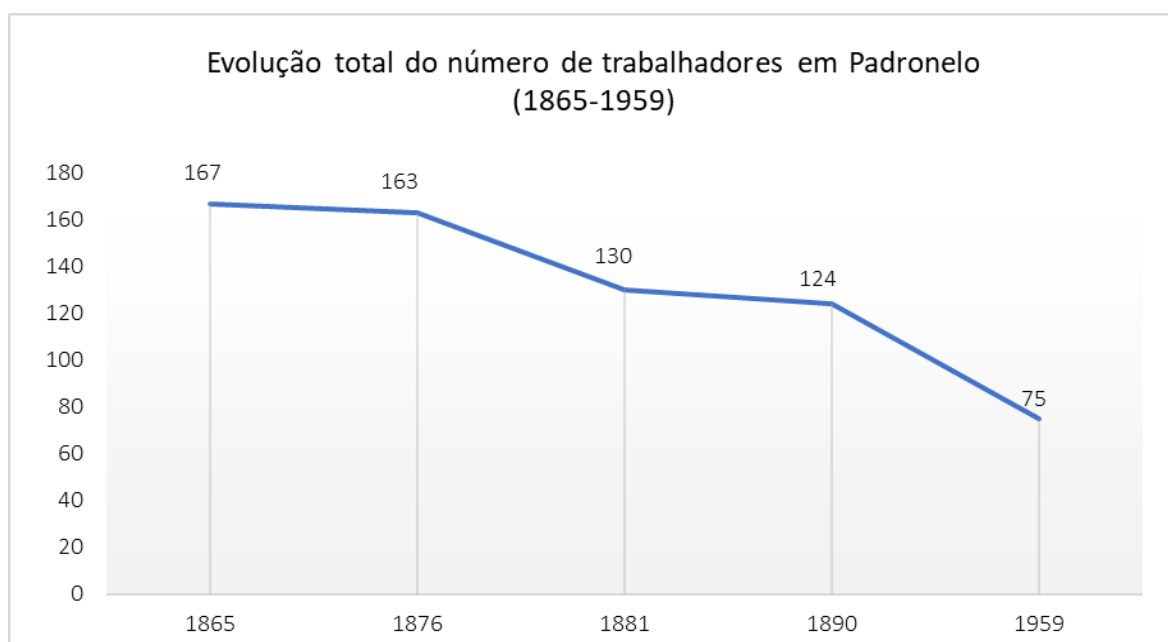
³¹⁰ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas Do Districto Administrativo do Porto*, 1881: 110.

³¹¹ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, Volume IV (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 468-469.

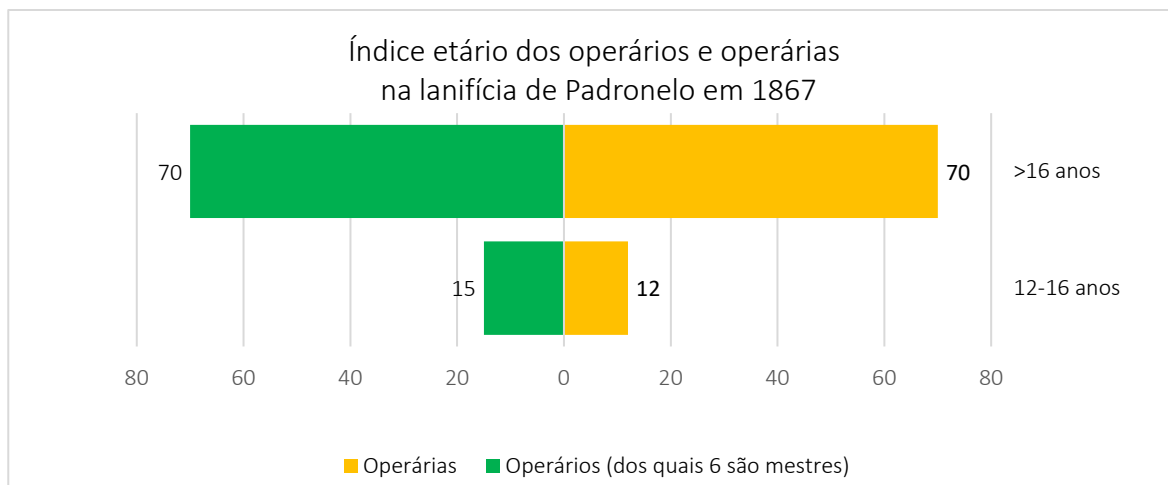
³¹² *Inquérito Industrial de 1959, Distrito do Porto, Vol. XVII*, 1959: 17.

³¹³ *Catalogue Spécial de La Section Portugaise À l'Exposition Universelle de Paris En 1867*, 1867: 32.

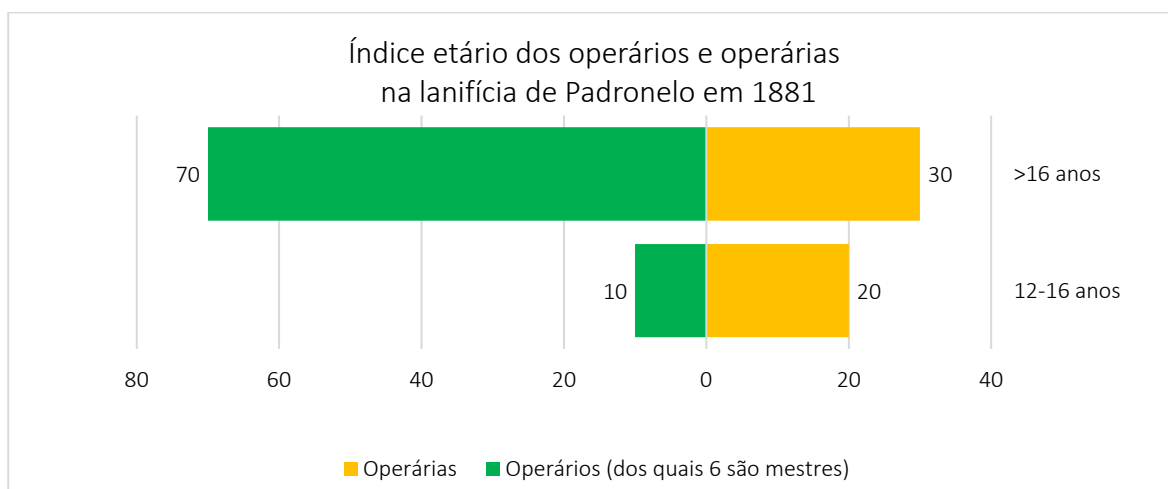
³¹⁴ *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V.*, 1876: II-34.



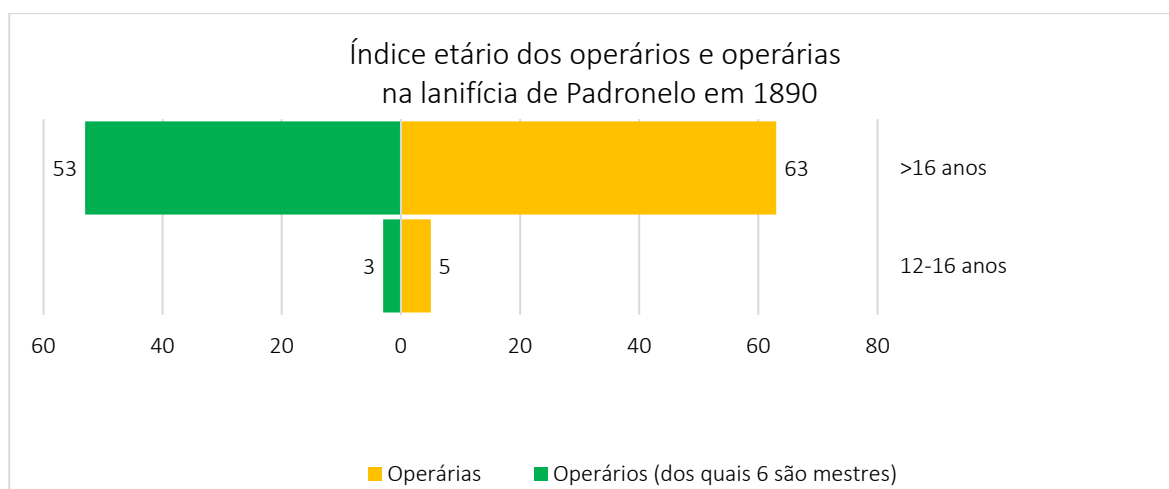
Quadro 23 - Evolução do número total de trabalhadores em Padronelo, entre 1867 e 1959 (©MBPastor).



Quadro 24 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1867 (©MBPastor).

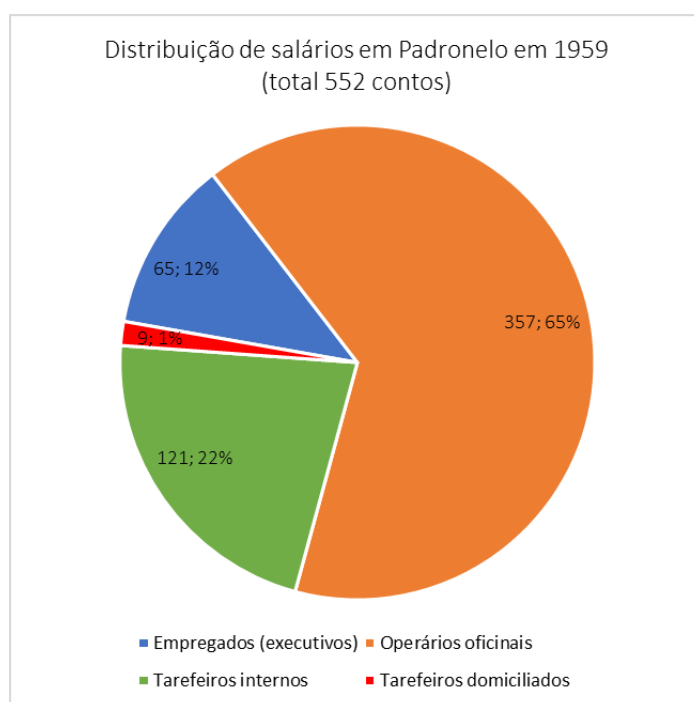


Quadro 25 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1881 (©MBPastor).



Quadro 26 - Distribuição etária dos operários e operárias em Padronelo em 1890 (©MBPastor).

Os últimos dados estatísticos coligidos para Padronelo são do *Inquérito Industrial de 1959*. Apesar de não compreenderem uma distinção de género e etária da mão de obra, o que seria interessante para demonstrar a *feminização* do operariado têxtil, visível a partir de 1890 (quadro 26), os dados de 1959 comportam informação salarial que revela o importante peso da secundarização, isto é, da transformação industrial da fábrica ainda no século XX (quadro 27).



Quadro 27 - Distribuição de salários por atividade em Padronelo, 1959 (©MBPastor).

Estes dados permitem verificar que nas vésperas do encerramento da atividade lanifícia da fábrica, em meados da década de 1960, a mão de obra era, ainda, sobretudo operária,

inclusivamente mantendo algum, ainda que ínfimo, serviço domiciliado, uma situação que, em pleno século XX, preservava as características de industrialização clássica verificada nas primeiras décadas de funcionamento da lanifícia de Padronelo, em meados do século XIX.

5.4.4. Produção e distribuição

Tal como referido na nota de louvor da Câmara Municipal de Amarante, de 1857, a *Garcia Ribeiro* de Padronelo iniciou a laboração ainda em março daquele ano, o que significa que nesse momento, a primeira maquinaria importada, que chegou precisamente em 1857 já estaria instalada. Tratava-se de equipamento inglês: duas cardas, uma máquina de desengrossar, duas fiandeiras e duas tesouras; e português: a carduca, a percha, o pisão cilíndrico (batano) e a lavadeira, equipamentos estes de produção nacional³¹⁵. Os teares eram ainda todos manuais.

Esta primeira maquinaria permitiu, desde logo, a produção de saragoças simples e baetas azuis, tecidos mais grosseiros, mas com distribuição imediata nos mercados periféricos de Amarante e Trás-os-Montes. Uma das razões evocadas para que o início de produção tivesse por base estes tecidos mais rudimentares, foi não só a facilidade de produção e escoamento, mas também porque *nas operações d'este fabrico era mais fácil o ensino do pessoal n'aquelles sítios mal habilitados para a industria de lanifícios*³¹⁶.

Nos anos seguintes, com a aquisição de mais equipamentos (sortidos belgas e franceses) e, sobretudo, com a instalação da roda hidráulica de ferro, em 1859, construída no Porto, na fundição do Bicalho, a fábrica começou a apurar aquele que viria a ser o seu produto principal e imagem de marca, - as casimiras para fatos masculinos³¹⁷.

Ao mesmo tempo, logo desde estes primeiros anos de produção, a administração da fábrica apostou fortemente na promoção dos seus produtos em diversos certames industriais. Com efeito, fez-se representar logo nas exposições industriais do Porto de 1857³¹⁸ e 1861³¹⁹, e

³¹⁵ *Gazeta das Fabricas*, "Industria Nacional - Fabrica de Lanifícios Do Padronello," 1865: 214-215.

³¹⁶ *Ibidem*, 214.

³¹⁷ *Actas Das Sessões Da Comissão de Inquérito Constituída Por Decisão Do Conselho Geral Das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta Na Cidade Do Porto Em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 220-221.

³¹⁸ *Catalogue Spécial de La Section Portugaise À l'Exposition Universelle de Paris En 1867*, 1867: 62.

³¹⁹ *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, «Um passeio pela Exposição Industrial do Porto». J. Pimentel, 1861: 258.

em Lisboa, em 1863. A propósito desta presença dos produtos de Padronello em Lisboa, Ribeiro de Sá escrevia, nas *Cartas Industriais*, uma secção do *Comércio do Porto* sobre as novidades da indústria do país, uma interessante comparação entre a produção de Lordello do Ouro e de Padronello, no tocante à qualidade das fazendas, mas também sobre a diferença dos gostos:

«Os tecidos de Lordello tendo o centro do seu consummo no Porto devem ter aceitação em Lisboa, porque as duas cidades n'estes pontos estão conformes o gosto dos compradores.

Já não acontece o mesmo com os tecidos de Padronello.

É facil reconhecer quando se examinam as castorinas de xadrez, as cazimiras desenfestadas, as de relevo e os diversos pannos de Padronello, que esta fabrica se destina ao consummo das provincias do norte, na sua parte mais transmontana.

*O predomínio das cores escuras, o genero do acabamento das fazendas de Padronello não se conformam com o gosto de Lisboa.»*³²⁰

Não obstante esta aposta no mercado local, de gosto mais austero, *desenfestado*, na expressão de Ribeiro de Sá, a qualidade das fazendas era notada, como nos revela este pequeno descritivo dos produtos na Feira de São Mateus, Viseu, em 1864:

*«Os srs. Garcia Ribeiro & C.^a, fabricantes de Amarante, apresentaram um bello sortimento de fazendas, que pelo seu apuro, podiam rivalisar com as inglesas; essa circumstancia muito concorreu para venderem quasi tudo.»*³²¹

Logo depois, a propósito da representação de 1865 na célebre Exposição Internacional do Palácio de Cristal³²², a *Gazeta das Fabricas*, referia que as amostras enviadas pela *Garcia Ribeiro & Cia.*, *demonstram incontestavel progresso*³²³. Em menos de 10 anos de laboração, a fábrica ia apurando a sua produção, procurando, assim, alargar o seu mercado.

³²⁰ *Fabrica de lanifícios na margem direita do rio Mendes: seo fundador*, 6 de setembro de 1857, Livro de Anais da Câmara Municipal de Amarante, 1856-57, f. 41v, Livro 0356, AMA.

³²¹ *Diario do Governo*, N.º 226, sexta-feira, 7 de outubro de 1864: 2887.

³²² *Catalogo Official Da Exposição Internacional Do Porto*, 1865: 65.

³²³ *Gazeta das Fabricas*, «Industria Nacional - Fabrica de Lanifícios Do Padronello», 1865: 215.

Seriam precisamente as casimiras o principal mostruário das representações de Padronelo nas feiras internacionais, tal como em Paris, 1867³²⁴ e a célebre exposição de Filadélfia, em 1876³²⁵, onde a, agora, *Companhia de Lanifícios de Padronelo* ganhou uma significativa menção honrosa pelas suas casimiras, sobretudos e xales, considerados pelo júri como *excellent fabrics tastefully designed*³²⁶. Ou seja, as fazendas de Padronelo, cerca de 13 anos depois de serem consideradas internamente como demasiado rústicas para os mercados portugueses de Lisboa e Porto, foram destacadas nos EUA pela sua excelente qualidade e bom gosto. Esta menção significa, de certo modo, que os produtos de Padronelo estariam habilitados, em termos qualitativos, para os grandes mercados internacionais da época. Todavia, essa internacionalização nunca ocorreu. Não só a produção não poderia acompanhar a quantidade exigida internacionalmente, como a competitividade de preços seria esmagada com os custos de transporte.

A fábrica compareceu em mais duas exposições internacionais, tendo, inclusivamente, recebido menções honrosas (fig. 73), foi em Paris, 1878³²⁷ e Rio de Janeiro, 1879, a última exposição em que Padronelo se fez representar. A revista desta exposição destacou esta participação, como sendo um ato de consciência estratégica na promoção dos produtos:

*«A Companhia de lanifícios de Padronello, compreendendo melhor os resultados que todos os industriaes obteem quando concorrem a estes certames do trabalho, não hesitou em satisfazer ao convite da Companhia Fomentadora das Industrias e Agricultura de Portugal, enviando uma collecção de amostras [...]»*³²⁸

Estes exemplos ajudam a compreender melhor o rápido crescimento qualitativo da produção fabril de Padronelo, e a fixação, ainda que não exclusivamente, nas fazendas para fatos masculinos, nomeadamente as casimiras. E ainda que a fábrica não tenha concorrido a novos certames, continuava a ostentar, na publicidade do início do século XX, o conjunto de prémios e medalhas que adquirira nos seus primeiros anos de laboração. Assim, não deixa

³²⁴ *Catalogue Spécial de La Section Portugaise À l'Exposition Universelle de Paris En 1867*, 1867: 32.

³²⁵ *International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V.*, 1876: II-34.

³²⁶ *International Exhibition 1876 - Reports and Awards*, Walker, 1877: 186.

³²⁷ *Catalogue Spécial de La Section Portugaise a Exposition Universelle de Paris En 1878*, 1878: 43.

³²⁸ *Revista da Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro em 1879*, 1879: 207.

de ser interessante verificar que no seu anúncio de 1925 (fig. 73) a medalha mais recente do mostruário tinha já 49 anos³²⁹.

³²⁹ O anúncio do *Álbum da Indústria*, de 1925, é curioso porque refere que a fábrica fora fundada *há mais de noventa anos*, o que não era verdade. Em 1925 a empresa fazia 70 anos. Os próprios anúncios anteriores, nomeadamente o de 1913, assinalava os “80 anos da fábrica”; cremos que este desconhecimento do ano de fundação da fábrica (1855) seria realmente genuíno, e não uma operação de *marketing*, uma manifestação do desconhecimento que as empresas tinham da sua própria história. O mesmo acontecia na fábrica de Lordelo do Ouro, cuja fundação no início do século XIX era mal conhecida um século depois.

Fábrica Nacional de Lanifícios



Séde no Porto: Rua Candido dos Reis, 81-1.º
TELEFONE, 2268

Sociedade Industrial de Padronello

LIMITADA

Esta antiga Fabrica, fundada ha mais de noventa annos, é a que tem, pela superioridade dos seus productos, obtido os maiores premios nas diversas Exposições a que tem concorrido. ∞ ∞ ∞

ESPECIALIDADE EM
FLANELAS E FAZENDAS
para agasalho

Gabardines, sarjas e tecidos de fantasia
para Casacos e Vestidos de senhora

CASIMIRAS PARA FATOS
DE HOMEM

Devido á aquisição de novos machinismos do systema mais aperfeiçoado e ás grandes reformas porque acaba de passar toda a fabrica, é garantida a maior perfeição e acabamento de todos os artigos que produz, sendo os seus tintos absolutamente garantidos. ∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞

Lanifícia de Padronello - prémios e menções honrosas

- | | | |
|----------------|--------------------------------|---------------|
| ● Porto, 1857 | ● Filadélfia, EUA, 1876 | ● Porto, 1865 |
| ● Lisboa, 1863 | ● Rio de Janeiro, Brasil, 1879 | ● Porto, 1861 |

Fig. 73 - Anúncio da fábrica de Padronello, com o referencial de prémios (*Álbum da Indústria*, BMP, 1925; ©MBPastor).

Tal como no final do século XIX, durante as primeiras décadas do século XX a fábrica continuava a empregar matérias primas importadas, desde as lãs espanholas e argentinas, até ao estambre francês. Contudo o mercado de escoamento era exclusivamente nacional³³⁰. Por um lado, as restrições decorrentes de um mercado tão limitado ajudam a compreender o fim da laboração da fábrica na década de 1960, contudo, por outro lado, devemos considerar também que a especialização naquele que foi o produto de maior sucesso da lanifícia, e que concorreu para o seu sucesso, as casimiras, foi também a causa do seu declínio.

As profundas mudanças socioculturais do pós-Segunda Guerra Mundial, mesmo no contexto conservador português, manifestaram-se em alguns aspetos de representação social, como a moda, nomeadamente a indumentária masculina. As velhas casimiras negras ou cinzentas, com padrões texturados e consistência firme, foram, lentamente, deixando de fazer parte do traje clássico masculino, sendo substituídas por fazendas mais simples, nomeadamente de algodão. O próprio conceito de fato masculino de três peças foi também dando lugar a soluções menos formais de vestuário, tornando-se até dispensável no seio de alguns universos socioeconómicos e etários. Esta perda de mercado e a incapacidade para redirecionar e adaptar a produção ajudam a perceber o declínio dos, outrora, internacionalmente premiados tecidos de Padronelo.

5.4.5. Organização espacial

5.4.5.1. Tipologia e modelo inspiracional - uma referência omissa

De todos os exemplares da amostragem, a fábrica de lanifícios de Padronelo é aquela que apresenta o modelo organizacional mais complexo. A sua tipologia vertical, com blocos oficinais separados e distribuídos no terreno em anfiteatro, isto é, em níveis de socalco em relevo íngreme, escalado a partir do rio, constitui um desafio interpretativo e reconstitutivo. É, aliás, um exemplar único no norte de Portugal e, de certo modo, pouco comum no país em geral. Contudo, ainda que rara, esta tipologia não é inédita, podendo ser ainda identificada no complexo composto pela *Real Fábrica da Covilhã* e módulos da *Fábrica Veiga*, hoje constituintes centrais do Museu de Lanifícios e Universidade da Beira Interior (Pinheiro

³³⁰ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, Volume IV (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 627 e 657.

2009). Todavia, o modelo que mais se assemelha à fábrica de Padronelo, é antiga *Fábrica Rainha*, de São Julião, em Gouveia, também nas Beiras (Pinheiro 2009:741-43).

A associação que agora estabelecemos entre a *Fábrica Rainha* e a lanifícia de Padronelo expõe, de certo modo, a relevância que uma abordagem interdisciplinar pode imprimir ao nosso tema de estudo, nomeadamente o estudo das dinâmicas de transmissão patrimonial e familiar, abordados a partir da elaboração de microbiografias.

Este processo comparativo teve início quando localizamos no Arquivo Histórico Municipal do Porto uma série de duas fotografias impressas a partir de negativo de vidro, da década de 1890³³¹. A referência das fotografias, feita a partir da inscrição manuscrita no próprio suporte, que traz a seguinte anotação: *Fabrica de lanifícios do Dr. Joaquim Borges* (fig. 74), mas não inclui qualquer tipo de indicação geográfica.

³³¹ *Fábrica de Lanifícios do Dr. Joaquim Borges*, PT-CMP-AM/PRI/FGD/F.NV:FG.M:9:620 e 9:760, AHMP.

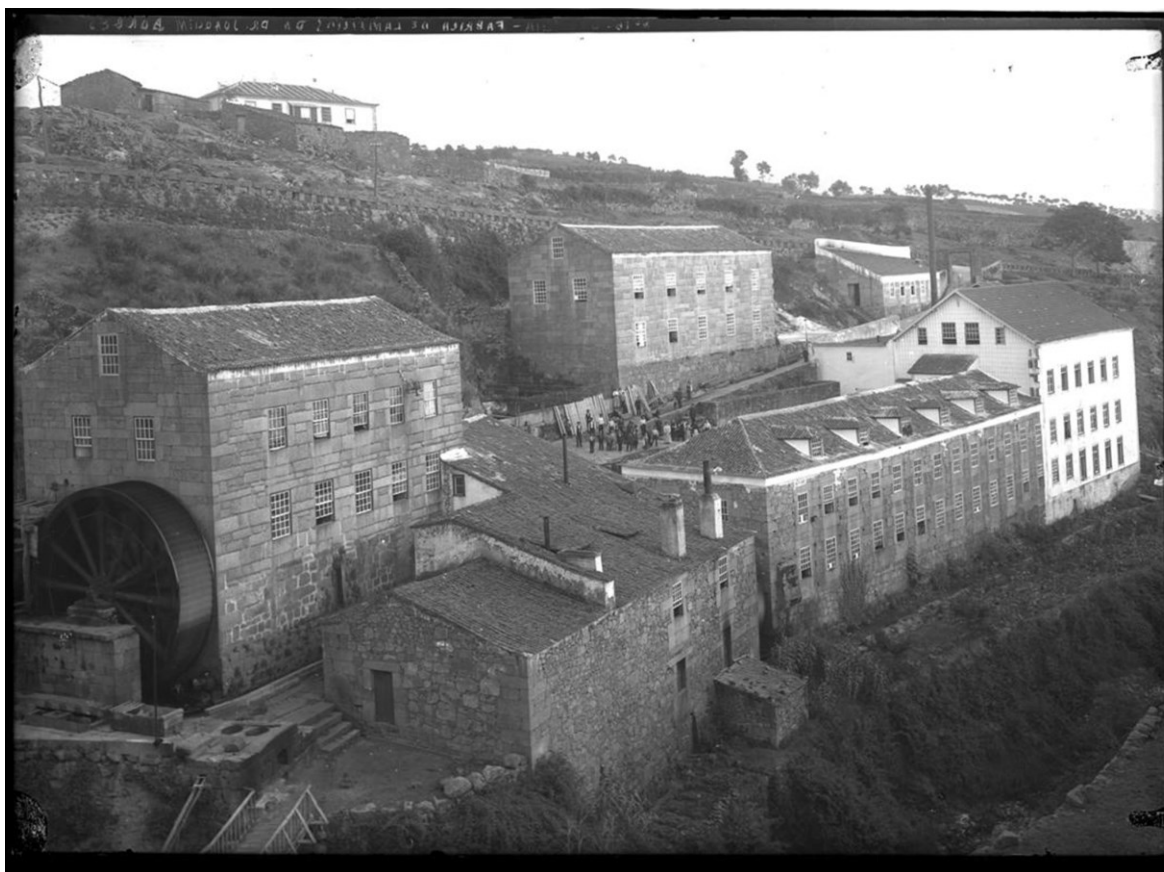


Fig. 74 - Fábrica do Dr. Joaquim Borges, c. 1890 (AHMP).

Numa primeira análise (Pastor & Vieira 2016), associamos a imagem à fábrica de Padronelo, não só pela configuração geral dos edifícios fabris e do próprio terreno, mas também, como referimos anteriormente, esta ser propriedade, no final do século XIX, da família dos irmãos Borges. Contudo, uma leitura mais apurada da imagem permitiu-nos identificar duas rodas hidráulicas (fig. 75 - 1 e 2), bem como algumas incongruências na organização do terreno, o que fez descartar a hipótese de se tratar da fábrica de Padronelo. Consequentemente, a lanifícia do *Dr. Joaquim Borges* também não poderia ser qualquer outra das localizadas nos distritos de Aveiro e Norte de Portugal. Foi, portanto, necessário identificar com mais rigor o nome do proprietário da fábrica. Nesse sentido, conseguimos localizar Joaquim Borges Garcia de Campos, como tendo nascido em Vila Nova de Tazem, Gouveia, em 1839³³². A partir do registo de batismo, pudemos confirmar a suposição levantada, da provável ligação de parentesco entre Joaquim Borges e Francisco Borges Garcia Ribeiro, fundador da lanifícia de Padronelo.

³³² *Registo de batismos de Vila Nova de Tadem*, 29 de novembro de 1839 (nascimento a 20 setembro), f. 22v, PT-ADLSB-PRQ-PGVA21-001, ADG.

Efetivamente, Joaquim Borges era sobrinho de Garcia Ribeiro, que, como vimos, era natural de Pinhanços, em Seia, pequena localidade localizada a apenas seis quilómetros de Tazem e a 10 de Gouveia. Esta proximidade familiar e geográfica veio a revelar-se mais significativa, a partir do momento que detetamos que Joaquim Borges era genro do industrial Joaquim de Almeida Rainha, fundador e administrador da *Fábrica Rainha*, em São Julião³³³. Fábrica essa fundada em 1849, e que tinha, efetivamente duas rodas hidráulicas, movidas pela Ribeira de Gouveia³³⁴. Depois da morte do sogro, Joaquim Borges herdara a fábrica, sendo, inclusivamente do período da sua administração o processo de falência da fábrica original³³⁵.

Através de uma análise comparativa entre as fotografias históricas e uma representação atual da *Fábrica Rainha*, podemos concluir que se trata, efetivamente do mesmo complexo, dados que permitem acrescentar ao conhecimento daquela fábrica beirã, um novo elemento de registo documental significativo para a sua memória visual (fig. 74).

³³³ O topónimo original é *Ladeira de Santo Amaro*.

³³⁴ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas dos Districtos Administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana Do Castelo, Vila Real*, 1881: 103-105. Ambas as rodas foram construídas na Fundação do Ouro, no Porto.

³³⁵ *Ação de falência*, 26 de junho a 22 de novembro de 1898, PT/ADGR/JUD/TJGRD/B012/00032, ADG.

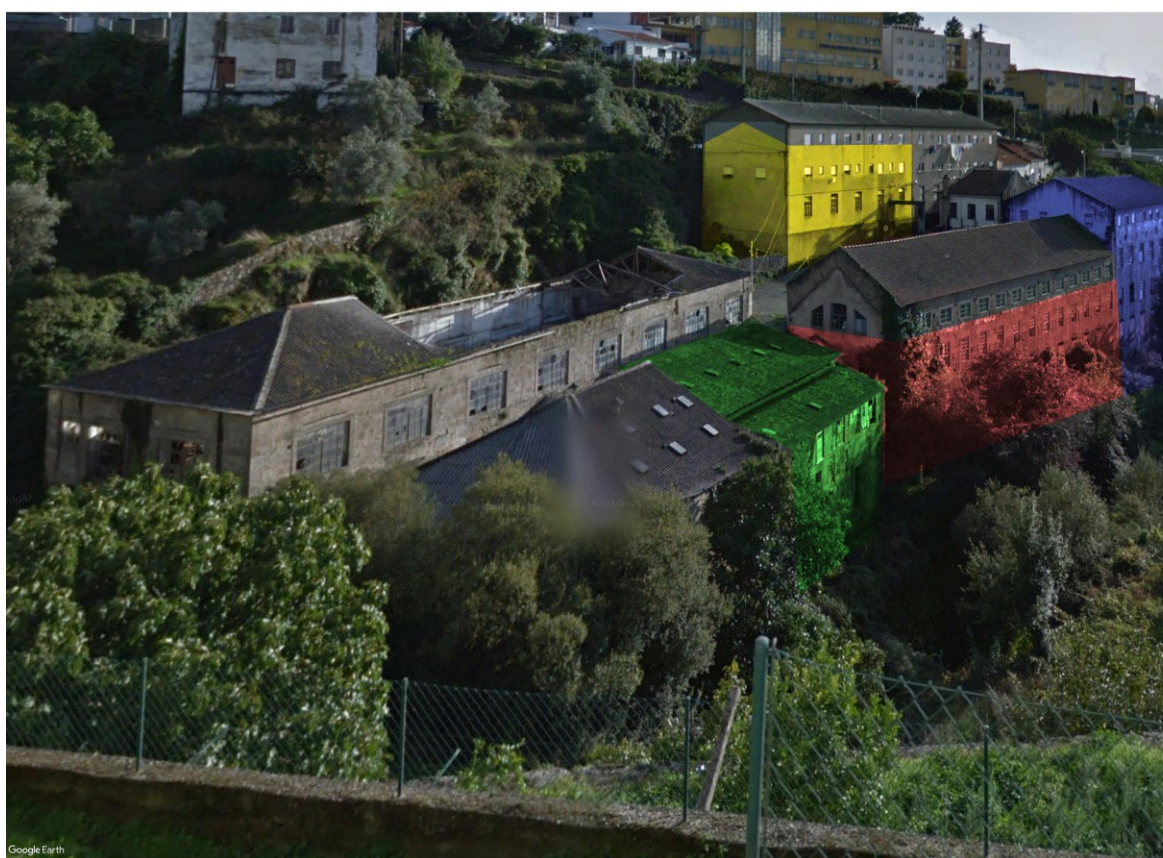
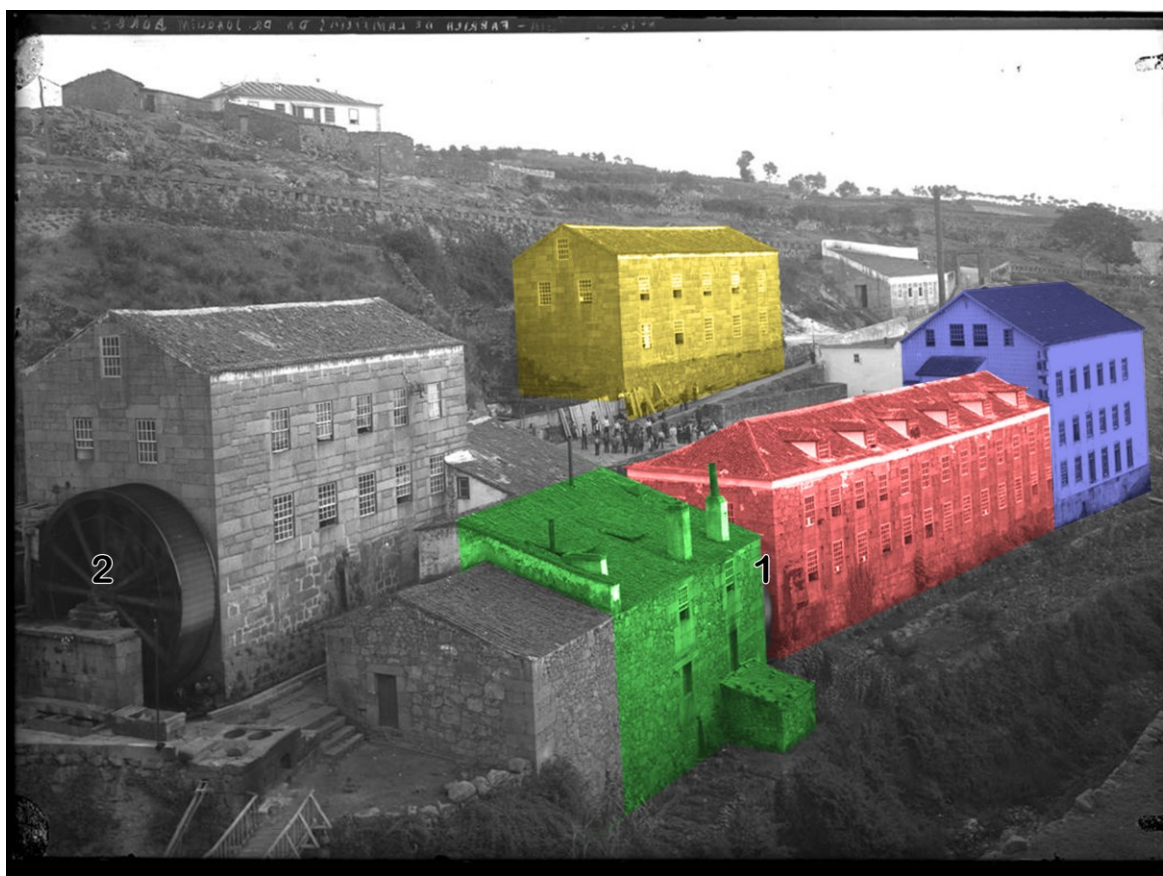


Fig. 75 - Justaposição da *Fábrica Rainha* em c. de 1890 (AHMP) e em 2022 (©Google Earth; ©MBPastor).

As articulações entre a *Fábrica Rainha*, de Gouveia, e a *Francisco Garcia Ribeiro & Lda.*, de Padronelo, revelam-nos que a tipologia similar de ambas as fábricas não é fortuita, mas sim voluntária. Francisco Garcia Ribeiro, em 1855, terá concebido conscientemente um modelo fabril que conhecia pessoalmente, e veio a implementá-lo no norte do país, num espaço com características geográficas semelhantes às da encosta de São Julião e Ribeira de Gouveia, onde a *Fábrica Rainha* fora instalada poucos anos antes, em 1849. Ao mesmo tempo, distante da concorrência direta que inevitavelmente teria em Gouveia e na Guarda, Francisco Garcia Ribeiro dispunha, em Amarante, de um acesso exclusivo a praticamente todo o mercado virgem da região do Tâmega e Trás-os-Montes.

5.4.5.2. A *Lopes da Costa*, em Moimenta da Serra - um referencial de Padronelo

Tal como referido anteriormente, um dos sócios fundadores da *Garcia Ribeiro & Lda.*, em 1856, era António Lopes da Costa, tio do industrial seu homónimo António Augusto Lopes da Costa, o fundador, em 1876, da lanifícia *Lopes da Costa* de Moimenta da Serra³³⁶. Unidade fabril que encerrou em 2007 com a designação *Têxteis Serra da Estrela* (Pinheiro 2009:758-60). A mesma firma reabriu dois anos depois, em 2009 com uma nova designação *Tifitâmega*, curiosamente, pelas mãos de um empresário do Marco de Canaveses, da região amarantina³³⁷. Neste contexto, interessa-nos analisar as instalações originais da *Lopes da Costa* e compreender a relação desta fábrica com o exemplo de Padronelo, do qual nos parece seguir um modelo conceptual não só análogo, mas também corrigido.

Ou seja, de acordo com o *Inquerito* de 1881, a *Lopes da Costa* foi construída de raiz, nas margens da Ribeira de Cessada³³⁸, como um complexo de quadro blocos distintos, sendo a unidade central um edifício de dois pisos, com o sistema hidráulico instalado (a vermelho na fig. 76). Este complexo fabril modular é semelhante a Padronelo. Todavia, ao contrário da construção de Padronelo, a *Lopes da Costa* não descurou a pouca eficácia de possuir apenas uma só roda hidráulica, instalando duas (de certo modo, tal como a *Fábrica Rainha*).

³³⁶ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas dos Districtos Administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana Do Castelo, Vila Real*, 1881: 119-124.

³³⁷ *Jornal O Interior - Diário das Beiras e Serra da Estrela*, 17 de dezembro de 2009, “Empresário Do Norte Reabre Antiga TSE de Gouveia”.

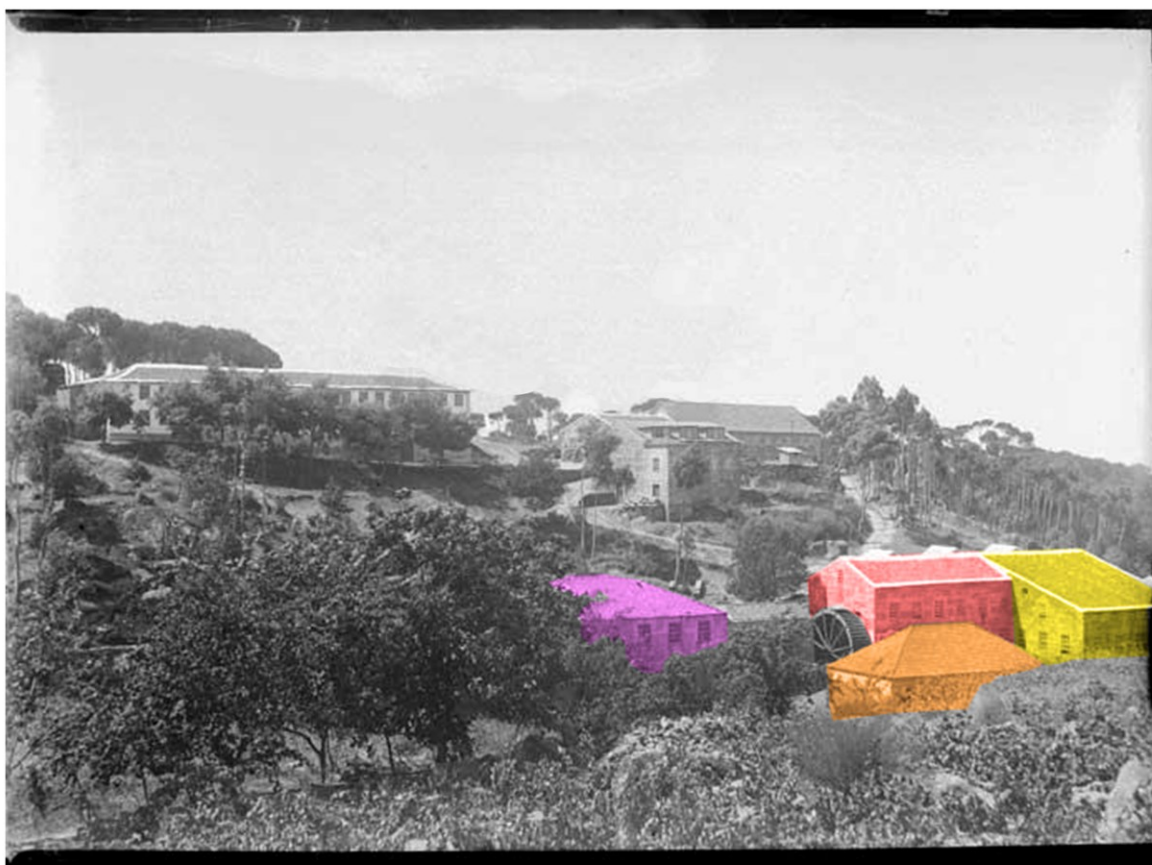
³³⁸ Atualmente também designada por Ribeira de Rio Torto.

No entanto, o fator mais interessante verificado na *Lopes da Costa* é a construção das oficinas de tecelagem (fig. 76: edifícios vermelho e amarelo) anexadas à central energética hidráulica, corrigindo uma falha grave apontada em Padronelo, em 1881, que foi a construção da oficina de tecelagem (ainda que originalmente destinada apenas a teares manuais) distante da unidade hidráulica:

*«Um grave erro denuncia a imprevidencia com que as instalações se fazem sem regra, occasionando vicios radicaes e tanto mais dificeis de extirpar quanto é mais precaria a economia commercial das companhias. Em Padronello foram construir num segundo socalco a oficina que contém os teares, todos manuaes de madeira, ao mesmo tempo que montavam uma roda hydraulica cuja força motriz não vae alem das exigencias fabris, excluida a tecelagem. Resulta d'isto que, agora, reconhecida a conveniencia de installar a tecelagem mechanica, ha que condemmar: 1.º, os teares; 2.º, o edificio que os contém, por não ser fácil nem racional transmittir a força até ahi; 3º, a roda hydraulica para ser substituida por outro aparelho capaz de desenvolver a força motriz necessaria.»*³³⁹

Assim, considerando as articulações agora conhecidas entre os agentes fundadores da fábrica de Padronelo e da *Lopes da Costa*, cremos que a racionalidade que definiu a organização e distribuição da energia hidráulica para as respetivas oficinas desta última fábrica, poderá ser o resultado de um conhecimento prévio, e consequente aprendizagem, dos erros que se verificavam em Padronelo.

³³⁹ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Ás Fabricas do Districto Administrativo do Porto*, 1881: 106.



Organização do espaço da *Fábrica Lopes da Costa* em 1881

- | | |
|--|--|
| ■ Cardagem I, tecelagem I e ultimação | ■ Habitação / depósito |
| ■ Pisoagem, cardagem II e tecelagem II | ■ Caldeiras e tinturaria |

Fig. 76 - Lanifícia *Lopes da Costa* c. de 1891-1898; organização espacial (CPF.; ©MBPastor).

5.4.5.3. Análise reconstitutiva da Fábrica de Lanifícios de Padronelo

Apesar de não conseguirmos localizar quaisquer tipo de plantas referentes à lanifícia de Padronelo, foi possível identificar um conjunto de fotografias panorâmicas históricas da fábrica, que, em conjunto com campanhas de registo e prospeção no local, nos permitiram interpretar a organização do espaço, desde meados do século XIX, até à sua situação atual.

O conjunto fotográfico é composto pela fotografia de Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva, depositada no Centro Português de Fotografia (fig. 80)³⁴⁰; da primeira imagem publicitária do *Álbum da Indústria*, do *Comércio do Porto Ilustrado* (fig. 81) e de um postal amarantino publicado por António Teixeira Carneiro (fig. 82), imagem usada também

³⁴⁰ Amarante - *fabrica de Padornello*, PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000097, CPF.

para ilustrar um segundo anúncio para o álbum anual do *Comércio do Porto Ilustrado* (fig. 73).

Em termos de datação, as fotografias correspondem a três momentos distintos. A primeira foi publicada, como litografia, no *Archivo Pittoresco*, em 1865 (fig. 77)³⁴¹.

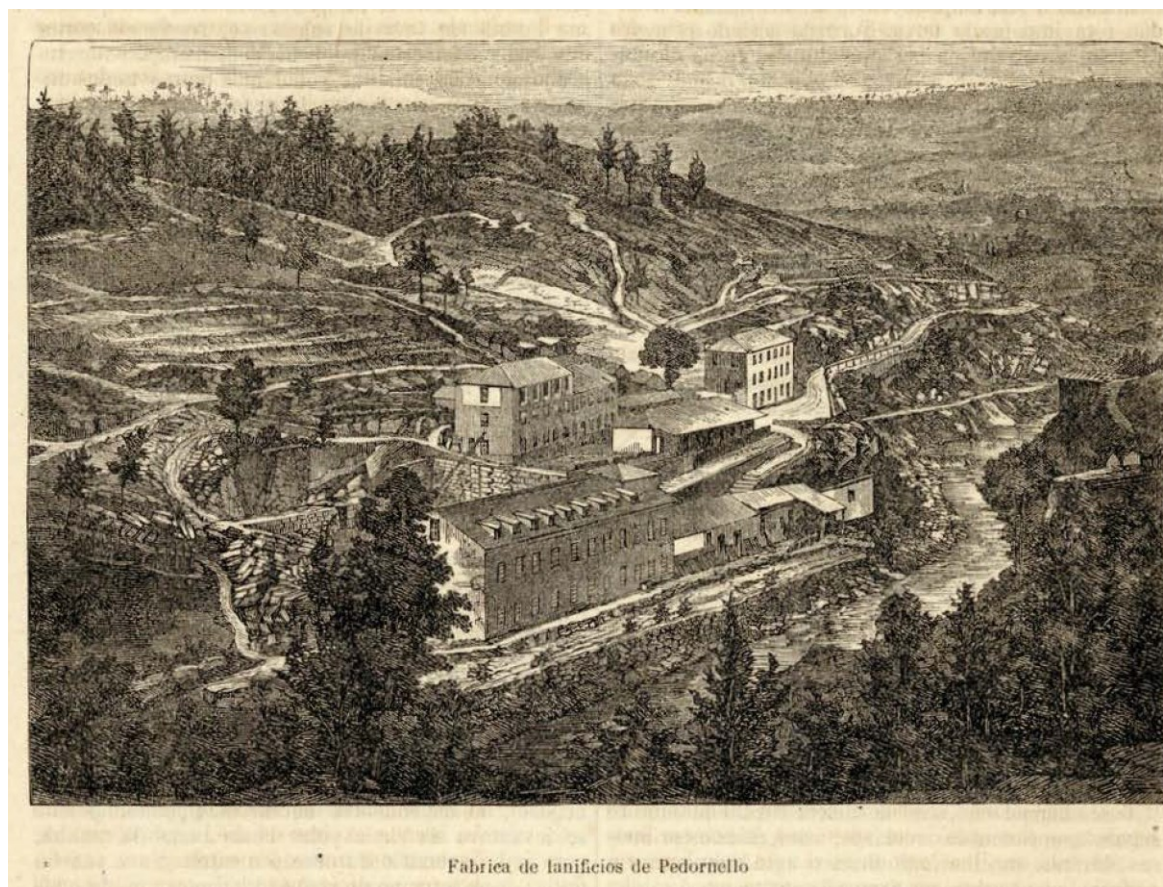


Fig. 77 - Fabrica de lanificios de Pedornello, 1865 (*Archivo Pittoresco*).

Não sabemos, contudo, quão mais antigo é o original de Antero da Mota e Silva, isto é, a fotografia propriamente dita (fig. 80). No entanto, a imagem revela-nos que o complexo fabril ainda não estava inteiramente construído. Um bloco importante da cadeia produtiva, a oficina de fiação manual (identificada como 2a no mapa 27 e figuras seguintes) ainda se encontrava, no momento da captura, em fase muito inicial de construção, sendo apenas visíveis as obras de assentamento dos caboucos. Ao mesmo tempo, conseguimos detetar na mesma imagem um anexo coberto, no local onde a roda esteve instalada, o qual colocamos em destaque (fig. 78). Esta análise permite determinar uma data limite inicial da fotografia

³⁴¹ *O Archivo Pittoresco*, «Fabrica de Lanificios de Pedornello», Barbosa, I. Vilhena, 1865: 129.

para o ano de 1859, momento em que a roda de ferro foi instalada³⁴². O limite final é, logicamente, o momento da edição da litografia, em 1865³⁴³.

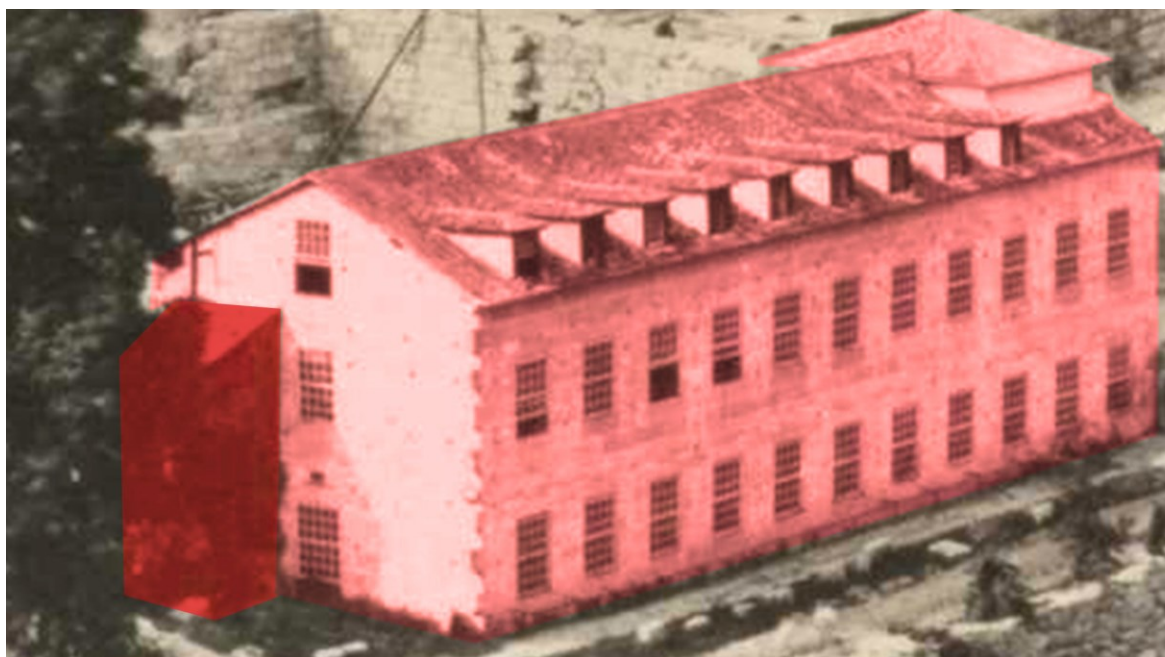


Fig. 78 - Detalhe da fotografia de Antero da Mota e Silva (c. de 1860), com o bloco anexo de alojamento da roda em destaque (CPF; ©MBPastor).

³⁴² *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 220.

³⁴³ Na adaptação litográfica da fotografia não foi compreendido o anexo coberto onde a roda esteve instalada.



Fig. 79 - Vista atual de parte da estrutura onde esteve instalada a roda hidráulica, destaque a vermelho (©MBPastor).

As duas outras imagens restantes foram publicadas já do início do século XX. No *Comércio do Porto Ilustrado - Álbum da Indústria* (1913) e *Álbum das Fábricas* (1922). A primeira desta série surge-nos pela primeira vez na edição de 1913, e é repetida uma segunda vez no volume de 1922 (fig. 81). Dada a sua melhor qualidade, utilizamos esta última versão de 1922 para a composição analítica e modular da organização do espaço da fábrica. Por sua vez, a segunda e última fotografia da série publicitária (terceira da nossa recolha) foi editada pela primeira vez em 1925³⁴⁴. Esta última imagem corresponde ao postal comercializado por António Teixeira Carneiro, com o número 33, intitulada *Amarante (Portugal) - Fabrica de Lanifícios em Padornello*. Este postal foi a base da nossa leitura analítica (fig. 82). A expansão verificada nessa imagem corresponde ao período de reinvestimentos do pós Primeira Guerra Mundial. Tendo em conta que em 1922 continuava a ser publicada a imagem de 1913, consideramos que a fotografia terá sido captada entre 1922-25.

A par do referencial fotográfico, podemos recorrer também a descrições verbais que permitem fazer uma interpretação complementar da organização do espaço. Neste âmbito,

³⁴⁴ *Comércio do Porto Ilustrado - Álbum das Fábricas*, N.º 29, 1913; *Álbum da Indústria*, N.º 38, 1922 e N.º 41, 1925.

a descrição publicada ainda em 1865 na *Gazeta das Fabricas* oferece-nos uma leitura minuciosa das atividades desenvolvidas em cada um dos blocos edificados da fábrica. Ao acompanhar a transcrição da leitura descritiva com o código interpretativo que desenvolvemos, é possível compreender melhor as dinâmicas estruturais da fábrica de Padronelo:

«No seu estado actual a fabrica está organizada pela seguinte maneira:

Em uma casa (1a), construida com a maior solidez, trabalham tres sortidos de tres cardas cado um, e de systema continuo. O primeiro tem 62 méchas e taboleiro alimentador da segunda carda para a contínua. O segundo tem 40 mechas. O terceiro tem 30 com taboleiro alimentador. Na mesma casa funccionam: um diabo ou lobo, que substitue a carduça, e serve para desfazer a lã depois d'azeitada, substituindo a carduça; duas argueiradeiras, uma nacional e outra belga; um batedor; cinco bancas de fiação: inglezas, belgas, e francezas com 1220 fusos; cinco tezouras, duas transversaes e tres longitudinaes, belgas e inglezas; uma escova com aparelho, para a operação, que na fabrica denominam vaporar os pannos.

Contigua à casa, em que estão estas machinas, ha uma officina em que trabalham tres pizões cylindricos, e uma lavadeira, machinas nacionaes, e quatro percheas, duas inglezas e duas nacionaes. Em dois barracões proximos escaldam-se e lavam-se as lãs em caixões (2d). Mais acima, em terreno sobranceiro ao d'esta parte do edificio, ha duas casas contiguas (1b), em que funccionam 40 teares braçaes, com suas machinas de Jacquard, e duas prensas com fusos de madeira. Estão ali tambem os bancos para empapelar, dobrar, e pregar as fazendas. Em seguida está a officina de serralheria. Na frente d'esta foi estabelecido, em outra casa (1d), o deposito dos fiados. Estão n'este armazem as canneleiras, ordideiras, e espincadeiras, e a officina de penteeiro. Logo depois d'este é situada a casa (1c) para deposito de fazendas, escriptorio e habitação. Ao poente está a officina de tinturaria (1b) com duas caldeiras e duas dornas.»³⁴⁵

No mesmo sentido, a descrição do *Inquerito* de 1881, permite-nos compreender o espaço da fábrica em setembro daquele ano. Tratava-se ainda de um complexo relativamente simples,

³⁴⁵ *Gazeta das Fabricas*, "Industria Nacional - Fabrica de Lanificios Do Padronello," 1865: 214-215.

com apenas três corpos principais, distribuídos de forma escalonada: o bloco de preparação e fiação, junto ao rio e com a roda hidráulica instalada (1a, fig.80); o bloco superior, de tecelagem manual (2a) e o terceiro bloco com armazéns e tinturaria (1c).

No fundo, a fábrica em 1881 era sensivelmente igual ao que conseguimos ver na fotografia de Antero da Mota e Silva, ou na descrição da *Gazeta das Fabricas*, de 1865 (figs. 77 e 80), tendo como diferenças a construção da oficina de tecelagem manual (2a), a expansão dos barracões térreos de pisoaria, lavagem e escaldagem num edifício robusto de dois pisos (2d), e o desaparecimento dos armazéns térreos intermédios (1d). Deste modo, até ao início do século XX, teríamos uma organização e distribuição espacial da fábrica de Padronelo ainda relativamente semelhante à sua fase inicial:

*«A fabrica consiste em tres corpos de edificios escalonados em amphitheatro na margem direita do rio Mendes, afluente do Tamega. O valle é uma ravina abrupta e estreita. No corpo inferior (1a e 2d) junto ao rio está o motor hydraulico e as oficinas que serve; no segundo (2a) e superior os teares manuaes; no terceiro (1b) os armazens, tinturaria, escriptorios e outras dependencias. Em volta, destacadas estão as eiras de sécca da lã, ramblas ou enxugadouros de pannos, armazens de lenha, etc.»*³⁴⁶

A recolha de conteúdo descritivo e gráfico, em conjunto com prospeção e medições no terreno, permitiram-nos traçar um quadro evolutivo da distribuição espacial da fábrica, ao longo dos quase 170 anos que medeiam entre a sua fundação e o momento atual. Como resultado, organizamos um código colorido com base alfanumérica que permite interpretar no terreno as diferentes dinâmicas de evolução construtiva do edificado, bem como as suas perdas³⁴⁷.

³⁴⁶ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas Do Districto Administrativo Do Porto*, 1881: 105-106.

³⁴⁷ As construções que já não existem ou ainda não existiam nas imagens são indicadas entre parêntesis.

Os resultados são apresentados em cinco apartados distintos:

1. Planta da lanifícia (mapa 27);
2. Perspetivas históricas da distribuição espacial (figs. 80 a 82);
3. Perspetivas atuais da distribuição espacial (figs. 83 a 89);
4. Modelação 3D comparativa georreferenciada das fotografias históricas (figs. 90 a 92);
5. Levadas, represas e hidroelétrica (figs. 93 a 98).

Legenda:

Primeira fase (assinalada a vermelho nas imagens):

- 1a - Instalação hidráulica, cardas e fiação;
- 1b - Escritórios (em 1881) e tinturaria; originalmente foi também aí que funcionou a primeira oficina de tecelagem, com 40 teares manuais e a serralharia;
- 1c - Casa da administração e depósito, em 1865 albergava também o escritório (o rés-do-chão foi convertido em balança, no século XX);
- 1d - Pisos térreos com armazéns e oficina de penteeiro.

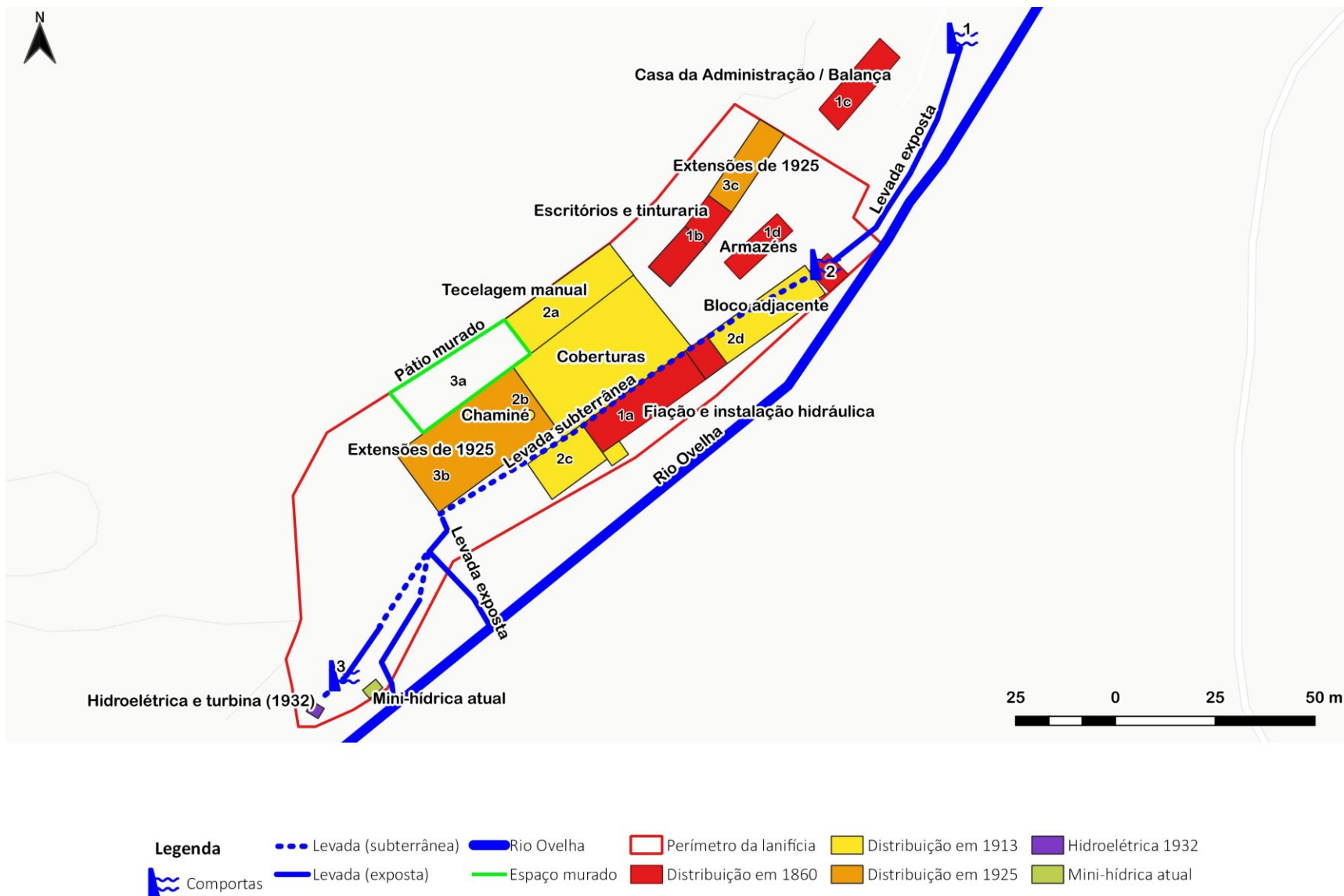
Segunda fase (assinalada a amarelo nas imagens):

- 2a - Tecelagem manual;
- 2b - Chaminé e caldeira;
- 2c - Blocos complementares;
- 2d - Bloco adjacente à fiação (desenvolvimento das oficinas térreas de pisoagem, escaldagem e lavagem das lãs).

Terceira fase (assinalada a laranja e verde nas imagens):

- 3a - Pátio murado (eventuais râmbolas exteriores);
- 3b - Extensões cobertas com lanternim corrido;
- 3c - Extensão do bloco 1b (escritórios).

5.4.5.4. Planta da lanifícia



Mapa 27 - Evolução da organização do espaço da fábrica de lanifícios de Padronelo (©MBPastor).

5.4.5.5. Perspetivas históricas da distribuição espacial

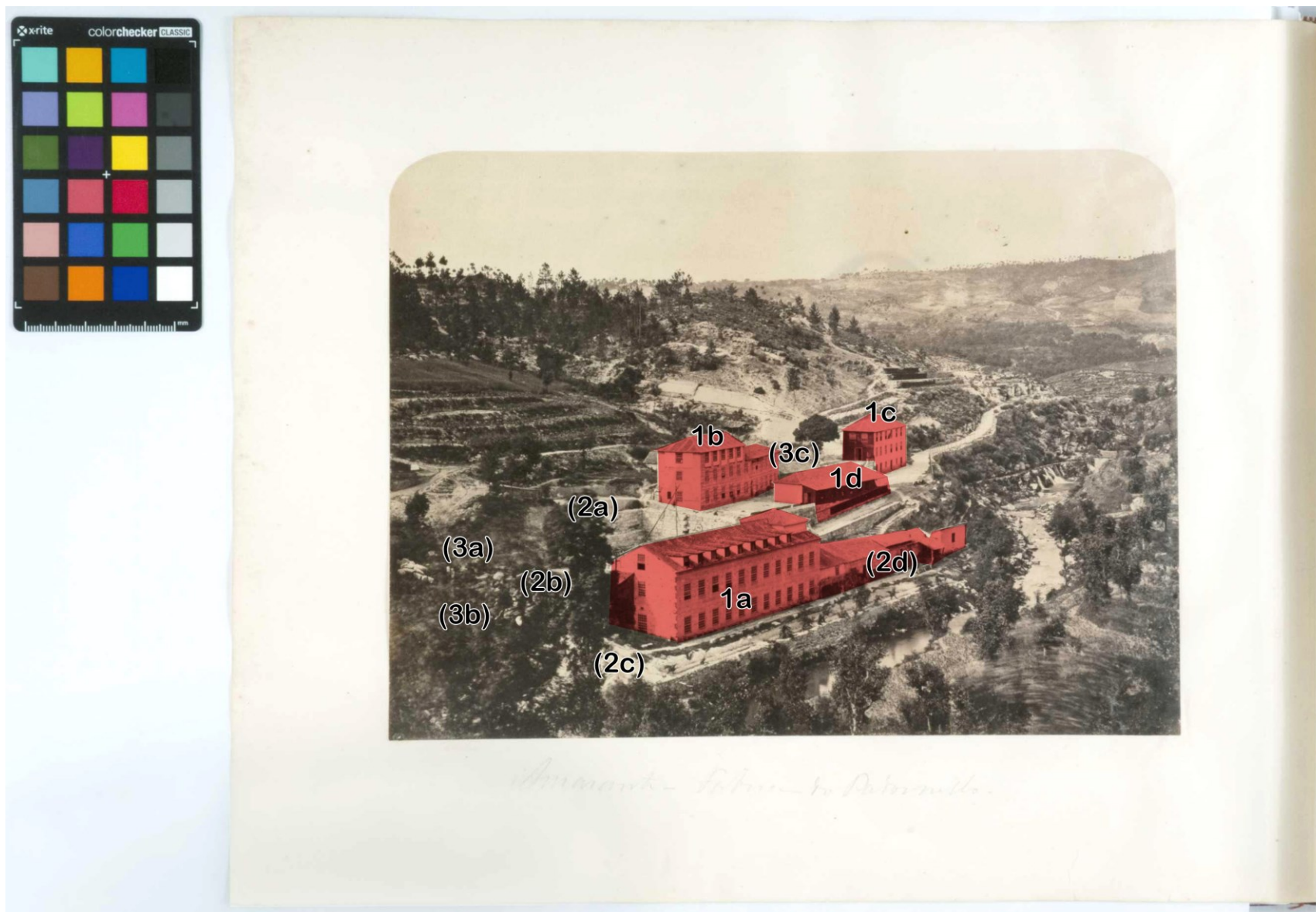


Fig. 80 - Antero Frederico Ferreira de Seabra da Mota e Silva, c. de 1860 (CPF; ©MBPastor).

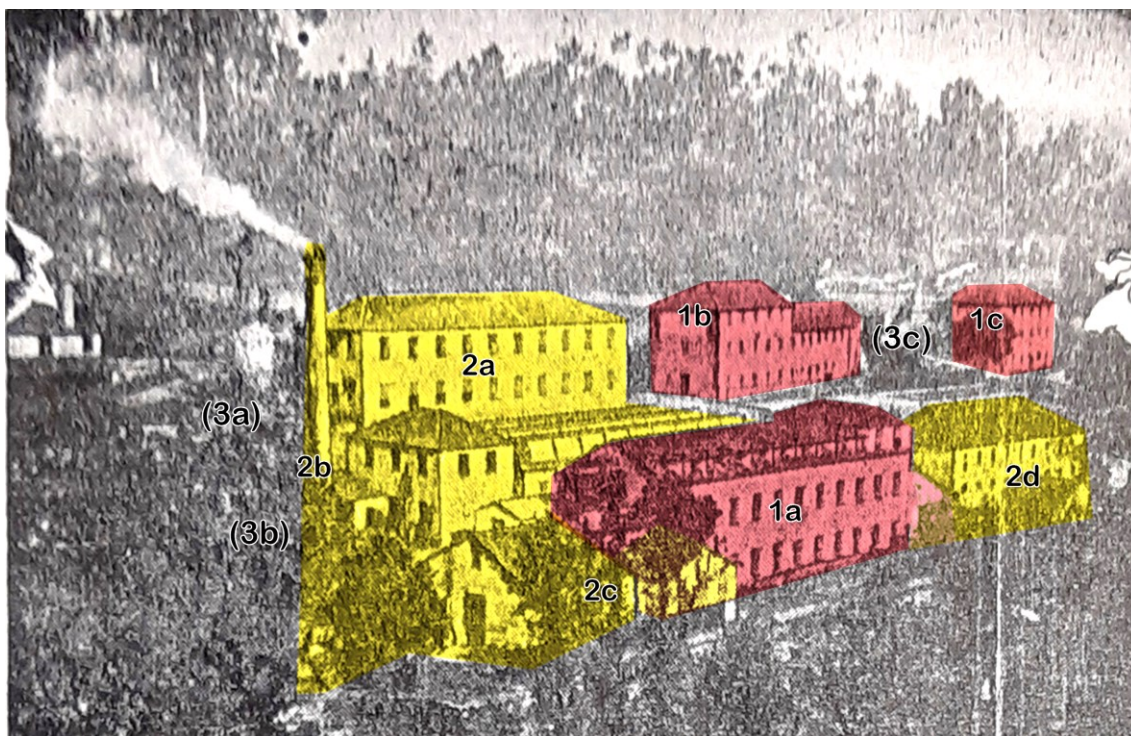


Fig. 81 - *Álbum das Fábricas*, 1913 e 1922 (Comércio do Porto Ilustrado, BMP; ©MBPastor).

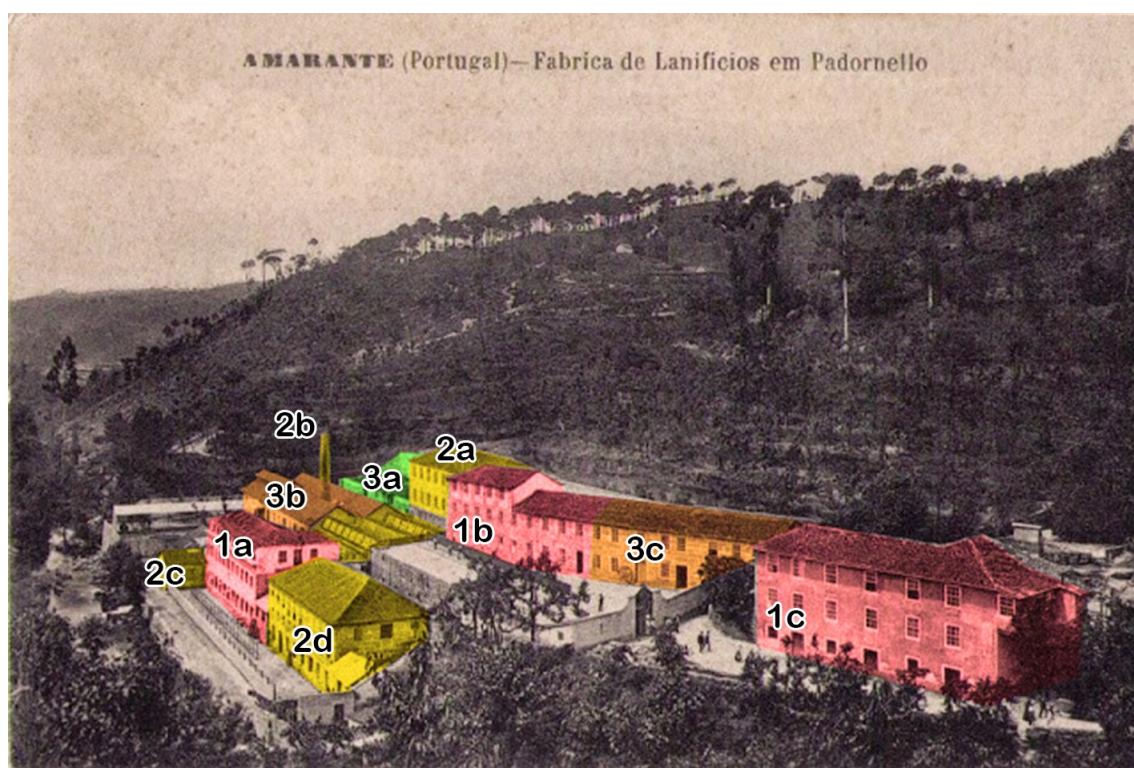


Fig. 82 - A. T. Cordeiro, c. 1925 (postal n.33 / *Álbum da Indústria*, 1925, BMP; ©MBPastor).

5.4.5.6. Perspetivas atuais da distribuição espacial



Fig. 83 - Vista geral da fábrica atualmente (©MBPastor).



Fig. 84 - Frontaria da fábrica e antiga balança (©MBPastor).



Fig. 85 - Perspetiva SW (©MBPastor).



Fig. 86 - Perspetiva NE (©MBPastor).



Fig. 87 - Remanescente atual da oficina de tecelagem manual (2a) (©MBPastor).



Fig. 88 - Interior da antiga oficina de tecelagem manual; atual armazém de urnas (©MBPastor).



Fig. 89 - Depósito de caixilhos de janela e telhas do edifício original (©MBPastor).

5.4.5.7. Modelação 3D comparativa georreferenciada das fotografias históricas

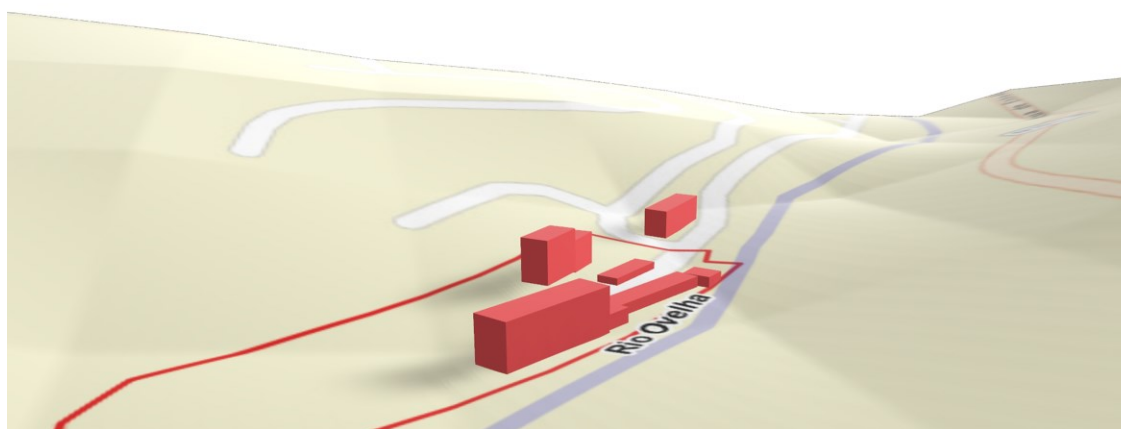
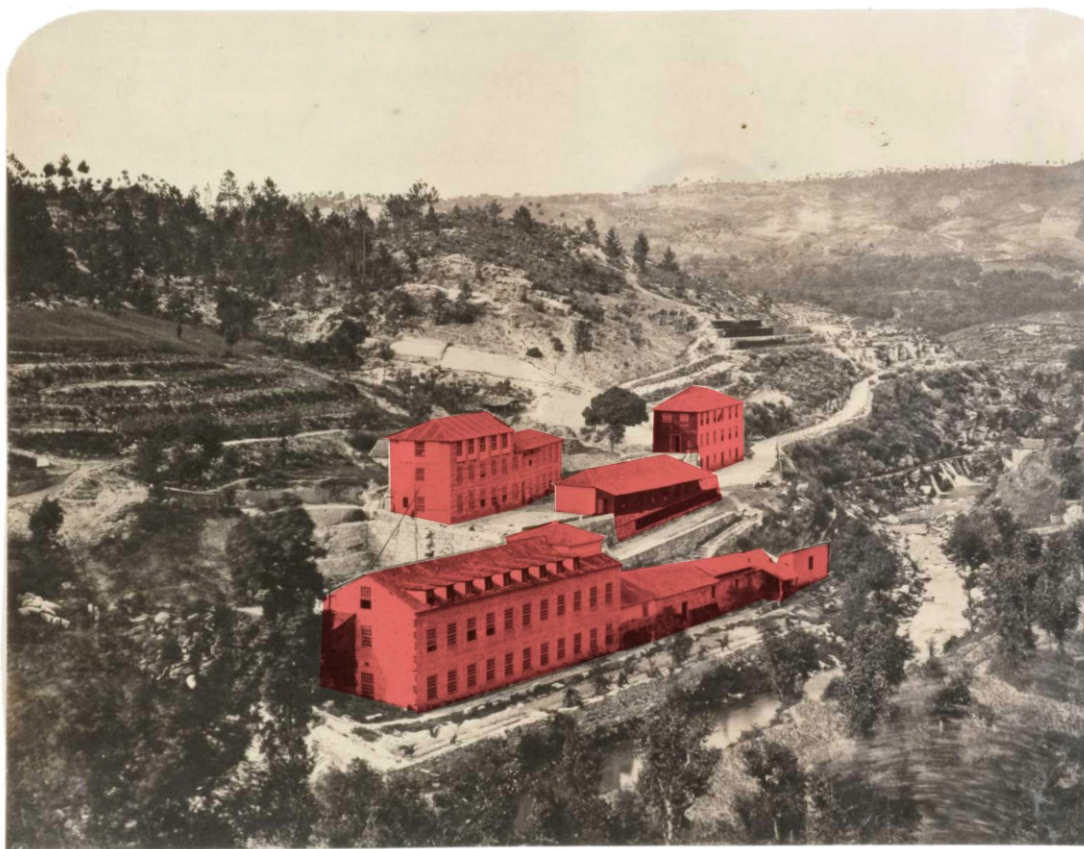


Fig. 90 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização inicial da fábrica em c. de 1860 (©MBPastor).

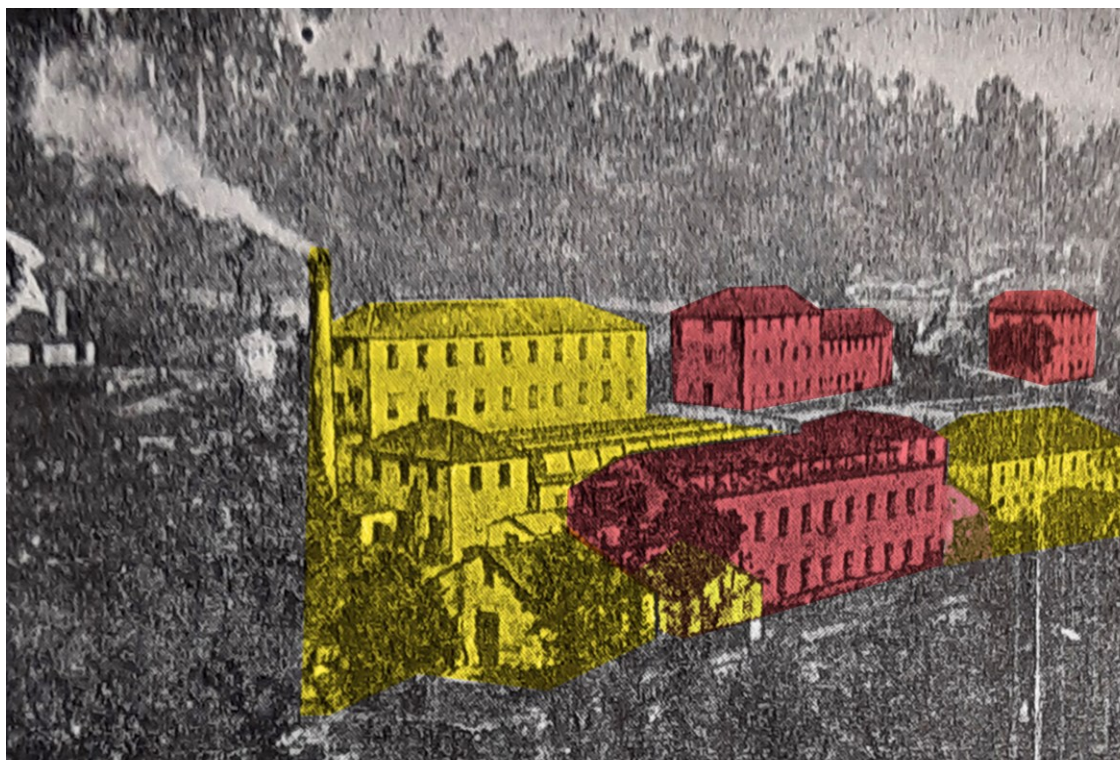


Fig. 91 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização da fábrica, a partir de fotografia de c. 1913 (©MBPastor).

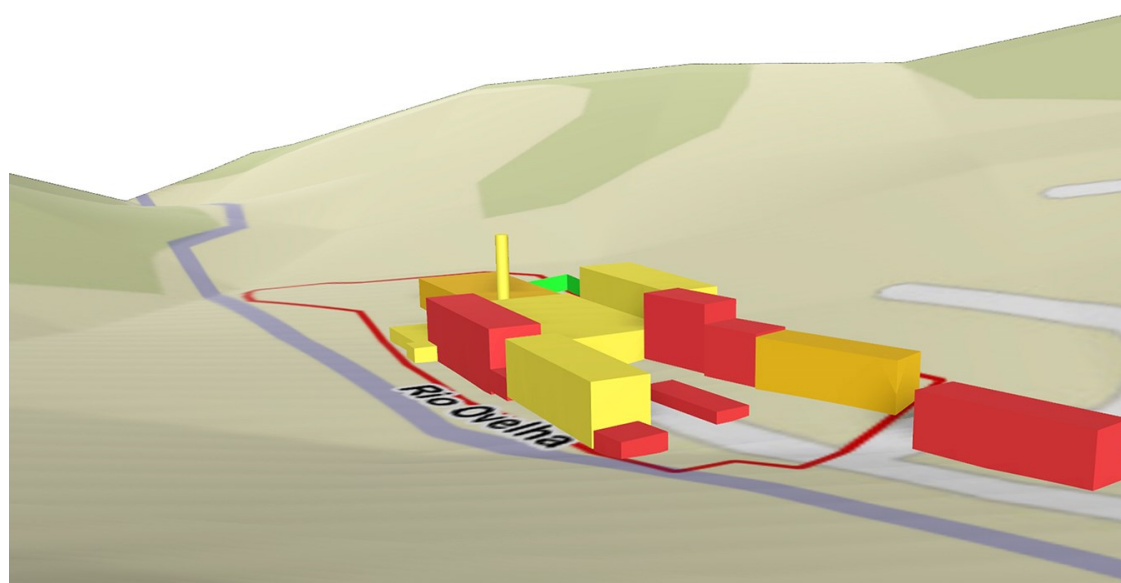


Fig. 92 - Modelação 3D comparativa georreferenciada da organização da fábrica, a partir de fotografia de c. de 1925 (©MBPastor).

5.4.5.8. Levadas, represas e hidroelétrica

O sistema de canais em torno do Rio Ovelha foi a base da principal fonte energética da fábrica, durante as suas primeiras décadas de funcionamento. Atualmente, preservam-se funcionais três comportas de controlo e distribuição de água (mapa 27): a primeira (fig. 93), a montante (NE), corresponde ao sistema de regulação da levada de desvio de água para os canais da fábrica; a segunda comporta (fig. 94), com uma grelha de filtragem instalada, controla o fluxo do canal subterrâneo da fábrica, que alimentou a roda hidráulica de 1859; por fim, a comporta número 3 (fig. 95) distribui o acesso de água ao poço da turbina instalada em 1932 (Faria 2008a), atualmente desativada (figs. 96 a 98), e o fluxo da nova central, licenciada em inícios dos anos 1990 e atualmente em atividade.



Fig. 93 - Comporta 1 e respetiva levada de desvio de água para os canais da fábrica (©MBPastor).



Fig. 94 - Comporta 2 e grelha de filtragem na entrada da levada subterrânea (©MBPastor).



Fig. 95 - Comporta 3 e levada de alimentação da turbina de 1932 (©MBPastor).



Fig. 96 - Poço e turbina hidroelétrica de 1932 (©MBPastor).



Fig. 97 - Central hidroelétrica, exterior (©MBPastor).



Fig. 98 - Central hidroeléctrica, interior (©MBPastor).

5.5. A Fábrica de Lanifícios do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão

5.5.1. O Vale do Ave - laboratório da industrialização oitocentista portuguesa

A bacia do Rio Ave, no Noroeste de Portugal, compreende uma área geográfica com cerca de 1.391 km², delimitada a ocidente pela Costa Atlântica, a sul pelo Vale do Leça, a oriente pelo Douro e a norte pelo Cávado (Costa 2010:350). É um território de entalhes montanhosos com pequenos vales muito dispersos, mas historicamente muito povoados e articulados entre si, perfazendo o núcleo do que se tradicionalmente se designa por Baixo Minho. A região é atravessada por diversos afluentes do Ave, por uma rede viária diversa e ramificada e, desde a segunda metade do século XIX, é servida pelas linhas ferroviárias de ligação do Porto a Guimarães, Braga Guimarães e Viana do Castelo/Valença do Minho.

Ainda que se tenha tornado num símbolo da indústria têxtil portuguesa (e da sua desindustrialização), o Vale do Ave, ao contrário do que por vezes é afirmado, sofreu um processo de industrialização relativamente tardio. A tradição de aproveitamento energético hidráulico dos leitos fluviais da região, bem como a predominância de pequenas oficinas domésticas de tecelagem, não são exatamente modelos de industrialização precoce, mas sim modelos de manutenção longa das estruturas de organização social típica de sociedades rurais e senhoriais, tradicionais da Idade Moderna e até mesmo da época medieval (Costa & Cordeiro 2013:485-86).

Assim, o primeiro modelo efetivamente industrial empreendido na região (embora administrativamente pertença ao distrito do Porto) é apenas de 1845. Trata-se da *Sociedade de Fiação de Vizella*, uma algodoeira de Negrelos. Exemplo que, em todo o caso, se manteve praticamente isolado durante todos os 25 anos posteriores (Alves & Lacerda 1995:41-46).

A partir das décadas de 1870 e 1880 assistimos a um reforço deste tipo de sociedades investidoras. Com efeito, procurando maiores retornos e, sobretudo, uma mão de obra barata e rural, vários capitalistas, maioritariamente também *brasileiros* de torna-viagem, começaram a abandonar o seu espaço tradicional de investimento, o Porto, para

explorarem o Vale do Ave, em muitos dos casos, investindo nas suas próprias terras natais, ou próximo delas (Alves 1994:297-309).

Como exemplo dessa nova dinâmica empreendedora no Vale do Ave, podemos referir uma nova algodoeira, desta feita, erguida no Bugio, Fafe, fundada em 1879 por José Florêncio Soares e José Alves de Oliveira Bastos (Mónica 1987:828). Contudo, a primeira instalação fabril a operar diretamente sobre as águas do Rio Ave foi montada em Riba de Ave (concelho de Vila Nova de Famalicão), foi a lanifícia do barão da Trovisqueira, cuja implementação, pouco conhecida atualmente, significou o arranque industrial de Riba de Ave, no local onde se viria a afirmar, ainda nos últimos anos do século XIX, a gigante e centenária *Sampaio, Ferreira e Cia. Lda.*

5.5.2. Localização e demografia

Em 1758 Riba de Ave contava somente 135 habitantes, distribuídos por 48 casas. A principal atividade económica da freguesia era a agricultura, muito dependente do cultivo de milho e centeio, bem como alguma vinha. A nível estrutural, em meados do século XVIII era assinalada apenas a Ponte Nova (erguida em 1702) e a azenha, propriedade da igreja, junto à ponte sobre o Ave³⁴⁸. Será precisamente a partir desta azenha que, mais de um século depois, o arranque industrial de Riba de Ave viria a ter lugar.

Os restantes dados demográficos que coligimos mostram-nos que, em meados do século XIX, Riba de Ave manteria cerca de 217 habitantes; nos censos de 1864 surgem-nos registados 392 moradores e 110 fogos. A freguesia precisou de cerca de um século para pouco mais do que duplicar a sua população (quadro 28).

Deste modo, na entrada da década de 1870, o contexto socioeconómico de Riba de Ave não se diferenciaria muito do que havia sido registado nas *Memórias Paroquiais* de 1758. Efetivamente, em finais de 1873, aquando da compra dos terrenos da azenha da ponte, pelo barão da Trovisqueira, a descrição que nos é apresentada mostra-nos um universo ainda muito rural, centrado na estrutura da azenha dos párocos de Riba de Ave, localizada junto à ponte e circundada por uma pequena horta e matagal. Todavia, o processo de

³⁴⁸ *Memórias Paroquiais, Riba d'Ave*, 3 de maio de 1758, vol. 31, N.º 80: f. 460, PT/TT/MPRQ/31/80, ANTT.

transformação e industrialização da pequena aldeia começava precisamente nesse momento.

Assim, quando verificamos que nos censos gerais de 1878 a freguesia de Riba de Ave apresenta 445 habitantes³⁴⁹, ainda não sabemos exatamente qual era a população operária no território. Todavia, logo a partir de meados da década de 1880, começamos a assistir a uma presença muito significativa de operários (residentes ou não) em Riba de Ave.

O *Inquérito Industrial* de 1890 revela-nos que a indústria ribadavense empregava já 97 operários, distribuídos pelas seguintes fábricas³⁵⁰:

Algodoeiras:

Fábrica de Bernardo da Silva - 12 operários
Fábrica de José Alves de Faria - 9 operários
Fábrica de Joaquim de Castro - 12 operários
Fábrica de Narciso Ferreira - 56 operários

Lanifícias:

Fábrica do barão da Trovisqueira - 8 operários

O *Inquerito* não nos refere outro tipo de atividade industrial em Riba de Ave, pelo que percebemos que o *take off* industrial da vila se alicerçou com o início, na produção têxtil.

Mais interessante, é constatar que os censos de 1890 indicam-nos que a população residente em Riba de Ave era já de 522 habitantes³⁵¹, mas que cerca de 18,5% da população (residente, ou não) que aí permanecia diariamente eram já operários das fábricas. Mais, uma das algodoeiras em particular, a de Narciso Ferreira, empregava sozinha o equivalente a 10,7% dos residentes. No entanto, referimos que em 1890, a fábrica de Narciso Ferreira cadastrada no *Inquerito* ainda não é a célebre *Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.* Trata-se, apesar do considerável número de operários, de uma pequena oficina familiar localizada na base da casa de habitação do próprio casal Narciso

³⁴⁹ *Estatística de Portugal: População, Censo no 1.º de janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881: 71.

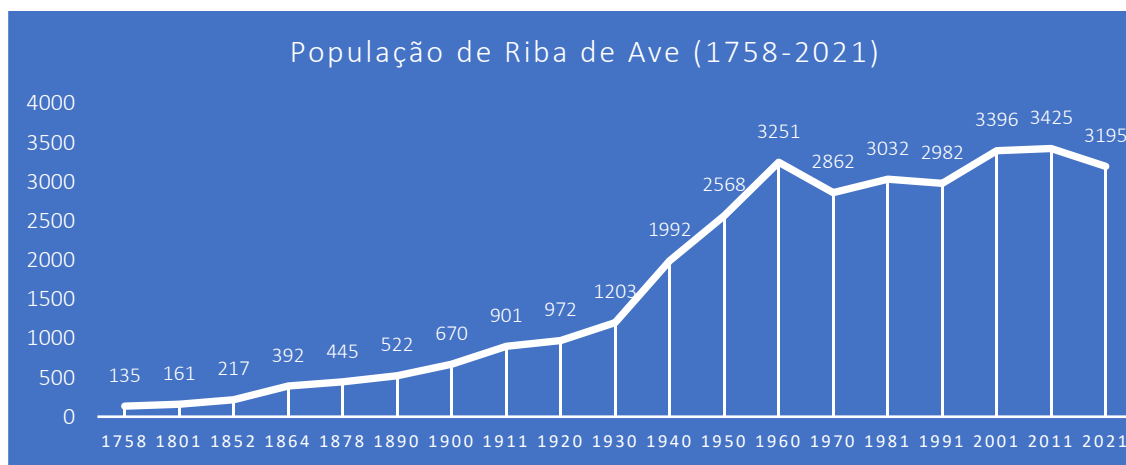
³⁵⁰ *Inquerito Industrial, Segunda Parte, Livro II*, 1881: 167

³⁵¹ *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1890*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896: 84.

Ferreira e Eva Rosa de Oliveira, no lugar da levada de Pena Cabrão, Riba de Ave. Esta primeira algodoeira era a *Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba d’Ave*.

A partir de 1896, a algodoeira de Narciso Ferreira sofre um processo de crescimento significativo. No dia 24 de junho é oficializada a associação do casal Ferreira com vários capitalistas da cidade do Porto: José Augusto Dias, Manuel Joaquim de Oliveira, o engenheiro Vasco Ortigão Sampaio e José Fernandes Machado³⁵². A original *Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria* passa a ser inscrita como *Sampaio, Ferreira & Cia*.

Simultaneamente, o crescimento demográfico de Riba de Ave reflete a sua expansão industrial: em 1900, o censo registava 670 moradores³⁵³ e em 1911, a população era já de 901 moradores³⁵⁴, ou seja, no espaço de 20 anos entre 1890 e 1911, a população de Riba de Ave crescera mais de 70%. De referir que, em 1910, a *Sampaio, Ferreira* empregava 846 trabalhadores (Alves 1999b:15), o equivalente a 94% da população residente na vila.



Quadro 28 - Evolução demográfica de Riba de Ave - 1758-2021 (©MBPastor).

5.5.3. José Francisco da Cruz Trovisqueira - algumas linhas biográficas

Os poucos apontamentos biográficos publicados sobre o barão da Trovisqueira, sobretudo colhidos a partir de uma pequena ficha monográfica publicada por Vasco

³⁵² *Escrituras de Vila Nova de Famalicão*, notário José Joaquim Gomes, V594 (Livro 85), fl. 44, ADB.

³⁵³ *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905: 88.

³⁵⁴ *Censo da População de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1911*, Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913: 64.

Carvalho, ainda em 1960 (Alves 2001:10), indicam-nos que José Francisco da Cruz terá nascido no lugar da Trovisqueira, Gavião, em Vila Nova de Famalicão, a 15 de março de 1824. Era filho de Custódio José Francisco da Cruz e de Joana Maria da Costa, pequenos proprietários rurais. Todavia, é-nos difícil confirmar a data exata de nascimento do futuro barão. O livro de assentos de batismo correspondente aos anos de 1775 a 1826 encontra-se atualmente perdido, aliás, nunca deu entrada no Arquivo Distrital de Braga³⁵⁵. Ao mesmo tempo, o assento de óbito de José Francisco, datado do primeiro de novembro de 1898³⁵⁶ indica-nos que este falecera com 76 anos de idade, remetendo a sua data de nascimento para 1822, e não 1824, ressaltamos, todavia, o facto de ser muito comum alguma discrepância entre a idade indicada nos registos de óbito e a idade real do falecido.

Em todo o caso, podemos integrar o nascimento de José Francisco da Cruz Trovisqueira na mesma geração que, crescida num contexto de afirmação do liberalismo português, viria, sobretudo no espaço de Entre-Douro-e-Minho, a constituir a primeira grande vaga de emigração para o Brasil independente.

Efetivamente, José Francisco iria, muito jovem, embarcar para o Rio de Janeiro. A data exata da sua partida não é conhecida, ainda que tradicionalmente é referido que tenha emigrado com 10 anos de idade. Procuramos, no entanto, encontrar o seu registo de pedido de passaporte para o Rio de Janeiro. As dúvidas lançadas sobre o ano de nascimento do barão, tal como o facto dos cadernos mais antigos de registos de

³⁵⁵ De referir, contudo, que consultamos o livro de assentos de batismo de Gavião, para os anos de 1826 a 1873, e identificamos vários outros irmãos do barão da Trovisqueira. Sendo eles Teresa (n. 9 de janeiro de 1829), Joaquim (n. 11 de fevereiro de 1831), Francisco José (n. 1 de maio de 1833), Vicente José (n. 26 de maio de 1835) e os gémeos Luís e Ana (n. 14 de junho de 1837).

³⁵⁶ Registos de óbitos, Freguesia de Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão, 1898, N.º 71, f. 117v e f. 118, PT/UM-ADB/PRQ/PVNF48/003/0023 ADB.

passaporte depositados no Arquivo Distrital do Porto não estarem completos, não permitiram, infelizmente, localizar o seu pedido de passaporte³⁵⁷.

De qualquer das maneiras, verificamos que José Francisco surge-nos inscrito pela primeira vez como homem de negócios no Rio de Janeiro, em 1847 associado a Manuel Fernandes Machado Guimarães³⁵⁸. É apresentado como exportador de algodão, arroz e doces (concretamente marmelada e goiabada), com armazéns instalados na Candelária, na Rua das Violas, n.º 3 e na Praia dos Mineiros, 41 B, junto à antiga alfândega do Rio de Janeiro (fig. 99).

³⁵⁷ O caderno mais antigo de registos de passaporte do ADP é de 1834. Contudo, só chegaram até nós os registos contados a partir do dia 15 de março (curiosamente é a data apontada como sendo a do aniversário do barão) e segue, em três cadernos, até ao dia 13 de outubro, correspondendo aos pedidos números 171 a 482; não se conhece, portanto, o primeiro caderno correspondendo aos pedidos efetuados entre 1 de janeiro e 14 de março, nem o último caderno com os pedidos posteriores a 13 de outubro. Entre esses 311 pedidos analisados, não encontramos nenhum José Francisco, fosse do concelho de Barcelos (que integrou Vila Nova de Famalicão até 1835), ou, como por vezes já acontece em 1834, de Famalicão propriamente dita. Os registos de 1835 também não existem. Os pedidos para o ano de 1836 estão completos e perfazem um total de 1510 registos, já com a inscrição de vários jovens de Famalicão, contudo, não identificamos nenhum José Francisco. Por curiosidade, é de assinalar que no dia 26 de outubro de 1836, na Alfândega do Porto, fizeram pedido de passaporte para o Rio de Janeiro 23 pessoas, destas, 14 eram de Vila Nova de Famalicão, 12 rapazes com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos, e dois homens, um de 22 e outro de 31 anos, o que nos poderá dar algumas informações interessantes sobre as práticas em torno da organização social da iniciação à emigração.

³⁵⁸ *Almanak* Laemmert, 1847: 310.

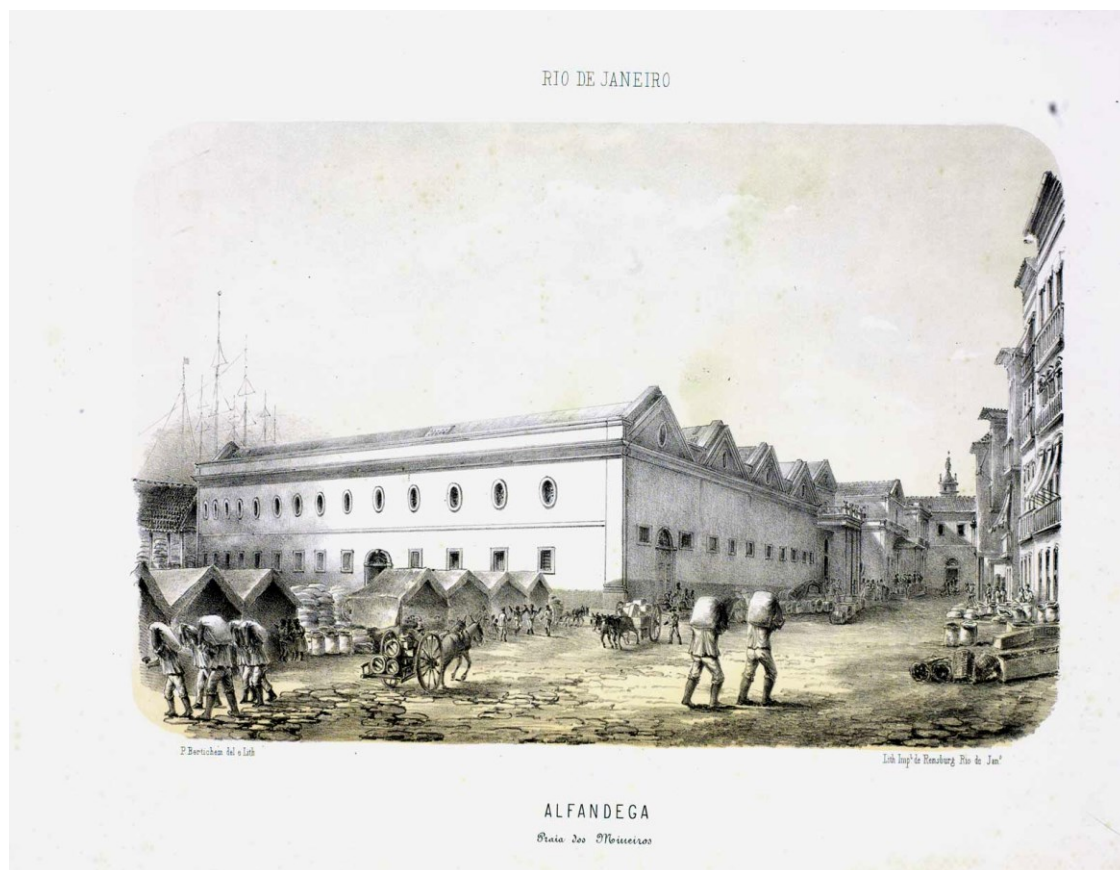


Fig. 99 - Litografia de Pieter Godfred Bertichem representando a velha alfândega do Rio de Janeiro na Praia dos Mineiros, em 1856. Manuel Fernandes Machado Guimarães e José Francisco da Cruz Trovisqueira tinham aí morada e armazéns no número 41 (BDL-B).

Apesar de provavelmente Manuel Fernandes ter algum grau de familiaridade com os Machado Guimarães de Joane, nomeadamente com António Luís, futuro barão de Joane e pai do presidente da República Bernardino Machado³⁵⁹, não conseguimos traçar qualquer tipo de parentesco direto com António Luís Machado Guimarães. Na verdade, Manuel Fernandes pertencerá a uma geração anterior. Não havendo, para já, muitos dados biográficos para assinalar sobre esta personalidade, sentimos que devemos contribuir um pouco para o esclarecimento sobre aquele que terá sido o principal tutor, e, posteriormente, sócio, de Trovisqueira no Brasil, o que ajudará a reforçar o

³⁵⁹ De referir que António Luís (n. Joane, 31 de janeiro de 1820) em 1847 também já se encontrava no Rio de Janeiro, mais concretamente no 98 da Rua do Hospício. Comercializava tecidos e retorsarias. A sua proximidade com Trovisqueira é conhecida e terá começado no Rio de Janeiro. Durante o primeiro mandato do barão da Trovisqueira como presidente da Câmara Municipal de Famalicão, António Luís Machado Guimarães foi vice-presidente. Eram os conhecidos *dois barões* de Famalicão. No entanto, ao contrário do que já tem sido referido, não foi António Luís Machado Guimarães o sócio da Trovisqueira no Rio, mas sim Manuel Fernandes Machado Guimarães.

conhecimento que temos sobre as redes de contacto e acolhimento na colónia portuguesa no Rio de Janeiro, nos meados do século XIX.

Localizamos pela primeira vez Manuel Fernandes Machado Guimarães nos registos comerciais do *Jornal do Commercio*, ainda em 1828³⁶⁰. É-nos aí apresentado como homem de negócios, numa pequena notícia sobre um seu envio de cautelas de lotaria para a Baía. A partir de 1840, no mesmo periódico, surge como cidadão elegível para jurado, na segunda delegacia do Rio, freguesia da Candelária.

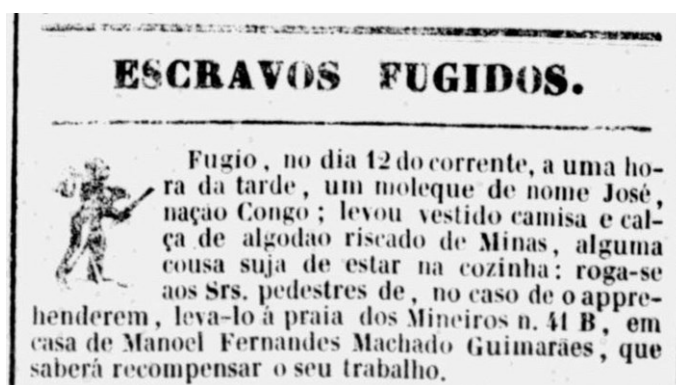


Fig. 100 - Anúncio publicado por Manuel Fernandes Machado Guimarães sobre a fuga de um escravo. No anúncio identificamos a morada no 41 (*Jornal do Commercio*, 1842).

Dois anos depois, temos indicação da sua morada, precisamente no 41 B da Praia dos Mineiros, num já referido anúncio de recompensa pela devolução de um seu escravo fugido (fig. 100)³⁶¹.

Em 1857, Manuel Fernandes era já comendador, sendo identificado como comprador de umas terras em Inhomirim, próximo de Petrópolis³⁶², o grande projeto urbanístico do império que se estava naquele momento a desenhar. O falecimento de Manuel Fernandes terá ocorrido precisamente em Petrópolis em 1868, aliás, o comendador deixou umas suas casas ao novo hospital petropolitano. Em 1883, várias notificações publicadas pelo Cemitério de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, avisava os presumíveis herdeiros de Manuel Fernandes Machado Guimarães que o seu túmulo, no

³⁶⁰ *Jornal do Commercio*, n.º 156: 4, de 11 de abril de 1828.

³⁶¹ *Jornal do Commercio*, n.º 215: 4, de 14 de agosto de 1842.

³⁶² *Registros Paroquiais de Terras*, liv. 33, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, f. 38v, de 27 de fevereiro de 1857, APERJ.

referido cemitério, iria ser trasladado³⁶³, se se confirmasse o seu abandono, o que veio, efetivamente, a acontecer.

Finalmente, a partir de outubro de 1888, detetamos vários editais judiciais que convocam os herdeiros de Manuel Fernandes, indicados como estando em parte incerta, a cumprirem o pagamento de foros de um loteamento em Petrópolis³⁶⁴. A intimação repete-se na semana seguinte e a partir daí não surgem mais referências a Manuel Fernandes.

Voltando aos apontamentos biográficos sobre o barão da Trovisqueira, sabemos que regressou a Portugal ainda jovem, com fortuna acumulada. O ano do seu regresso tem sido indicado como 1851; é até contextualizado no conjunto dos vários retornos da conjuntura brasileira menos favorável de 1850-51 (Alves 2001:11). No entanto, não conseguimos verificar essa data. Pelo contrário, as indicações que fomos coligindo apontam para uma data de regresso ligeiramente mais tardia e enquadrada num contexto pessoal de decisões familiares.

Efetivamente, mesmo compreendendo que a presença de Trovisqueira nos negócios e sociedade brasileiros foi constante ao longo da sua vida, e, como tal, as suas viagens entre Portugal e Brasil foram várias³⁶⁵, entendemos que o momento em que terá delegado os seus principais negócios no Brasil e se tenha instalado em Portugal, poderá ter correspondido a uma alteração da designação comercial da sua empresa de importação e exportação, em 1854. Ou seja, a partir de 1847, como referimos, Trovisqueira surge associado a Machado Guimarães, com armazéns junto ao porto do Rio de Janeiro. No entanto, a partir de 1851 a designação da empresa aparece apenas em nome de José Francisco da Cruz Trovisqueira³⁶⁶ e assim se mantém até 1854, quando surge como *José Francisco da Cruz Trovisqueira & Cia.*³⁶⁷.

³⁶³ *Mercantil*, n.º 91, de 1 de dezembro de 1883.

³⁶⁴ *Mercantil*, n.º 73, de 3 de outubro de 1888.

³⁶⁵ Em 8 de abril de 1864, por exemplo, apenas três meses após receber o título de barão, encontramos José Francisco entre os passageiros do vapor *Magdalena* que parte do Rio de Janeiro para Lisboa (*Diário do Rio de Janeiro*, n.º 96, de 8 de abril de 1865).

³⁶⁶ *Almanak* Laemmert, 1851: 332.

³⁶⁷ A partir de 1865, a designação da sociedade passa a ser *Trovisqueira, Irmão e Cia.* (*Almanak* Laemmert, 1865: 521); em 1867 a designação comercial torna a alterar-se para *Trovisqueira, Irmão e Guimarães* (*ibidem*, 1867: 501), refletindo a reentrada de Machado Guimarães na designação da sociedade.

Esta associação será a dos irmãos Joaquim Francisco (nascido em Gavião, em 1831)³⁶⁸ e Vicente José (nascido em 1835), que viriam a surgir a partir desta data como os principais operadores dos negócios dos Trovisqueira no Rio³⁶⁹, acrescentando às importações e exportações de algodão, arroz e doces de goiabada, outros secos, como feijão, grão-de-bico, farinha, goma, milho, etc.³⁷⁰. Entendemos, pois, que o regresso de Trovisqueira a Portugal terá ocorrido por volta de 1854 ou 1855, altura em que os irmãos poderão ter integrado a responsabilidade de associação efetiva na empresa.



Fig. 101 - Os barões da Trovisqueira, cerca de 1864 (Espólio Vasco de Carvalho VC 2977 e VC 2980)

³⁶⁸ Joaquim viria a ser agraciado com a Ordem de Cavaleiro de Cristo, em dezembro de 1864 (*Registo Geral de Mercês de D. Luís I*, liv. 11, f. 51v, ANTT). Para além de Joaquim, os irmãos Francisco José (n. 1833) e Vicente (n. 1835) começam a surgir nas publicações comerciais brasileiras a partir do início dos anos de 1860. A correspondência de Vicente José para José Francisco ajuda-nos a compreender a dinâmica familiar de negócios no Brasil.

³⁶⁹ Francisco José também nos surge como estando instalado no 41 B da Praia dos Mineiros, armazéns e residência de Manuel Fernandes Machado Guimarães.

³⁷⁰ Em alguns momentos, detetámos até importação para o Rio de cavalos e caixas de chapéus, muito provavelmente portugueses.

Será a partir de 1855 que José Francisco se fixa em Vila Nova de Famalicão e inicia, no seio dos *Históricos*, primeiro, e dos *Progressistas*, posteriormente, a sua atividade política em Portugal.

Em poucos anos, em abril de 1859, instala-se provisoriamente em Lisboa³⁷¹, sem deixar, contudo, de, na mesma altura, começar a construir o seu palacete em Famalicão. Dois meses depois, casa, precisamente em Lisboa, com Maria da Ascensão de Mora Varona Araújo (fig. 101). De regresso a Vila Nova de Famalicão, o casal vai-se destacando no seio da sociedade da época, tendo inclusivamente recebido em sua casa o rei D. Pedro V e o irmão, o infante D. João, aquando da visita real do monarca ao Norte, no verão de 1861³⁷². Em 1863, receberia e hospedaria no mesmo palacete³⁷³ os novos monarcas, D. Luís I e a rainha Dona Maria Pia. É a partir desta segunda visita régia que Trovisqueira obtém a sua nobilitação de barão³⁷⁴.

Esta nobilitação da burguesia industrial representa uma prática tradicional do liberalismo constitucional. Passava precisamente pela outorga (sempre dispendiosa em termos de emolumentos) de mercês e títulos de nova nobreza, ainda que não transmissível hereditariamente, à nova classe, que emergia localmente, mas de forma sistémica, um pouco por todo o lado. É um fenómeno que se enquadra naquilo que Tocqueville observava no seu tempo: *a classe que se ocupa da indústria, torna-se cada vez mais aristocrática*, embora num sentido de nova aristocracia, isto é, evocando normalmente os valores tradicionais, mas sem agora sem uma ligação à terra (Aron 2021:19-21).

³⁷¹ *Termo de mudança de residência*, de 2 de abril de 1859, PT/MVNF/CMVNF/C-A/001/0001/000004, AMASVNF.

³⁷² Até ao final do ano, tanto D. Pedro V como o irmão D. João viriam a falecer, em novembro e dezembro, respetivamente.

³⁷³ A estadia real em Famalicão teve ecos internacionais. Na imprensa carioca, por exemplo (*Diário do Rio de Janeiro*, n.º 4, de 4 de janeiro de 1864) é-nos indicado um pormenor pouco referido na imprensa portuguesa: para melhor receber os monarcas, Trovisqueira terá discretamente visitado com antecedência o Palácio da Ajuda, de modo a poder mandar fazer cópias exatas (pelo menos segundo o noticiado) do mobiliário dos aposentos da rainha. Desta forma, montou na sua própria casa, em Famalicão, uma réplica do quarto de Dona Maria Pia, o que muito a terá surpreendido, quando aí se instalou durante a estadia. Mais do que um *fait divers* inócuo, cremos que este episódio ajuda-nos a desenhar um perfil psicológico do barão, enquanto alguém obcecado com o pormenor e a perfeição, e disposto a investir o que fosse necessário para que as coisas estivessem tal e qual como o projetara. Estas características poderão fazer sentido, quando analisarmos o volume de investimento que Trovisqueira injetou na construção da sua fábrica de Riba de Ave.

³⁷⁴ *Registo Geral de Mercês de D. Luís I*, liv. 8, f. 227v, de 16 de janeiro de 1864, PT/TT/RGM/J/0008/269833, ANTT.

Já com o título de barão, Trovisqueira concorreu às eleições de 1868³⁷⁵, pelos *Históricos*, e é eleito (Almeida 1988:88) como deputado (fig. 102)³⁷⁶, durante o breve mandato da legislatura de Sá da Bandeira, dos então chamados de *Populares* (depois *Partido Reformista*).



Fig. 102 - O barão da Trovisqueira em uniforme de deputado. Candidato pelos *Históricos* no círculo eleitoral de Vila Nova de Famalicão, foi eleito deputado na curta legislatura de 1868 a 1869 (conversão de negativo do Espólio Vasco de Carvalho - VC 2985).

Findo o mandato, logo em 1869, Trovisqueira passa a atuar na política local, enquanto presidente da Câmara Municipal de Famalicão. No entanto, os contactos políticos na capital foram-se revelando muito úteis. Com efeito, o novo governo nacional, presidido pelo duque de Loulé e que tomou posse em agosto daquele ano, teve um muito jovem José Luciano de Castro como ministro da Justiça e Cultos, e, logo a 28 de agosto, o novo ministro faz publicar uma lei de apropriação para os *Próprios Nacionais* das propriedades eclesiásticas do clero secular, normalmente dos párocos locais (Leal 2012:118).

Entre estas propriedades revertidas para o Estado, encontravam-se os terrenos e edifício dos párocos de Riba de Ave. Referimo-nos à casa térrea, com azenha de duas rodas e com os canteiros e hortas envolventes localizados junto à ponte setecentista de Riba de Ave, na margem esquerda do rio (o mesmo complexo que se encontra descrito nas *Memorias Parochiaes* de 1758). Foram exatamente esses terrenos e prédios que Trovisqueira viria a adquirir, em hasta pública, no Ministério da Fazenda, em Lisboa, em outubro de 1873 e onde viria a construir a sua lanifícia.

³⁷⁵ Organizadas pelo governo provisório do duque de Ávila, que formara um governo provisório após a revolta da *Janeirinha*, no início do ano, as eleições de 1868 realizaram-se em março e abril, levando à vitória de Sá da Bandeira (inicialmente alinhado com Ávila) e respetiva tomada de posse em julho. O governo viria a cair e novas eleições foram convocadas para abril de 1869.

³⁷⁶ *Ata de apuramento definitivo para Eleição de hum Deputado pelo circulo quinze. Villa Nova de Famalicão*, fs. 1-3, de 29 de março de 1868, Eleições de 1868, CE15, Vila Nova de Famalicão, AHP.

Ao mesmo tempo, as condições e circunstâncias da compra, ajudam-nos a ilustrar o contexto de abordagem sociocultural e de compreensão do que foi, neste caso, a génese do processo de industrialização no Vale do Ave. Assim, entendemos que essa génese não está dissociada das alterações sociais e sobreposições de novas elites. Neste caso, a sobreposição de uma nova classe, uma burguesia liberal, enriquecida com a emigração, nomeadamente para o Brasil. Ao mesmo tempo, uma burguesia que se veio a afirmar socialmente sobre o espólio das antigas classes dominantes, especificamente o clero e a Igreja. No exemplo que aqui apresentamos, este aspeto assume uma interessante feição de literalidade.

É também durante o período imediatamente posterior à sua presença em São Bento, que José Francisco obtém a concessão da primeira empreitada para a construção das linhas de carril dos americanos no Porto, em 1870, criando a génese da que viria a ser, logo em 1872, a Companhia Carril Americano, a primeira empresa de transportes públicos em Portugal que, em conjunto com a posteriormente assimilada Companhia Carris de Ferro do Porto, viria a formar o futuro serviço dos STCP³⁷⁷.

Em termos sociais, mas também diplomáticos, a vida pública do barão da Trovisqueira em Vila Nova de Famalicão foi permanecendo sempre muito ativa e sempre envolvida nos principais acontecimentos do seu tempo. A 3 de março de 1872, aquando da visita do imperador do Brasil ao Porto e ao Minho, foi o barão da Trovisqueira, entre outros dignitários locais, quem viria a receber D. Pedro II, à entrada do concelho de Famalicão, na velha ponte pênsil da Trofa. Manteve sempre relações de proximidade com vultos culturais da época, como Camilo Castelo Branco, visita regular nos serões do seu palacete.

³⁷⁷ *Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos*, 25 de agosto de 1870, PT/ADPRT/EMP/CCAPFM, ADP.

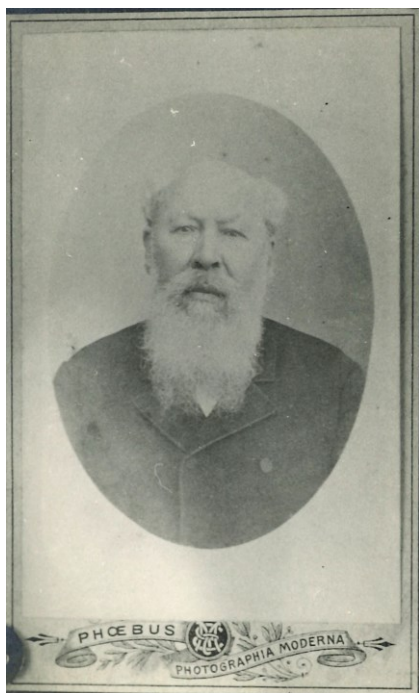


Fig. 103 - Retrato de final de vida do barão da Trovisqueira, c. 1895 (Espólio Vasco de Carvalho - VC 2978)

Logo no início da década de 1880, num momento em que a fábrica de lanifícios já se encontrava montada e a laborar em Riba de Ave, conhecemos os primeiros sinais de algum sobressalto financeiro do barão da Trovisqueira. Em 1883 o seu palacete em Famalicão é vendido a Guilherme Teixeira Folhadela. A conjuntura económica geral, agravada a partir de 1886 e, sobretudo, com a crise de 1890, ter-se-á feito refletir mais intensamente na família. A situação económica da fábrica, como veremos, era também já perigosamente deficitária, aliás, em poucos anos haveria de ser arrestada pelos credores, sendo posteriormente, como veremos, comprada pela nova fábrica *Sampaio, Ferreira & Cia*, onde acabaria integrada.

O barão da Trovisqueira viria a morrer, em Famalicão, no primeiro de novembro de 1898 (fig. 103). Foi sepultado no cemitério municipal de Calendário. Em 1961, após uma difícil identificação do seu sepulcro, Vasco de Carvalho conseguiu que os seus restos mortais fossem trasladados para o Cemitério de Moço Morto, onde se encontram atualmente.

5.5.4. A fábrica - legado documental e material

5.5.4.1. Memória escrita

Entre setembro e outubro de 1881, Luís de Almeida Albuquerque e António de Sousa Pinto de Magalhães, delegados da *Comissão Central Diretora do Inquérito Industrial* para os distritos de Viana do Castelo, Braga e Aveiro, encontravam-se instalados em Braga. A sua missão, impossível, dados os prazos apertados e as difíceis condições materiais com que tinham sido munidos, era inventariar e visitar as diferentes indústrias dos referidos distritos. São, aliás, os próprios delegados, logo nas suas observações introdutórias ao Livro Terceiro, da segunda parte do *Inquerito* de 1881, a exporem todas as suas limitações. Assim, dentro da vasta área que lhes coubera visitar, apenas identificaram e registaram a Fábrica de Palmaz, no rio Caima, em Oliveira de Azeméis.

No distrito de Braga propriamente dito, com a exceção da já referida fiação de algodão do Bugio (a única têxtil efetivamente com dimensão industrial)³⁷⁸, são referidas apenas neste *Inquerito* várias oficinas de tecelagem que laboravam ainda em regime de *domestic system* (sobretudo em Guimarães), fiando linho e algodão.

Deste modo, Riba de Ave não surge mencionada no *Inquerito Industrial* de 1881. Todavia, na mesma altura em que os delegados percorriam a região, a fábrica de lanifícios do barão da Trovisqueira já se encontrava montada e inscrita predialmente.

De um modo sinóptico, o processo de fundação da fábrica tem início, como já foi referido, com a aquisição, por parte do barão, dos terrenos da casa e passal dos párocos de Riba de Ave, num leilão em Lisboa, no Ministério da Fazenda, no dia 15 de outubro de 1873. O documento de registo, citando a carta de arrematação original, permite-nos compreender o espaço aquando do seu momento de aquisição:

«Em 28 de março de 1881, o Barão da Trovisqueira, d'esta Villa, apresentou sob. n.º 2 do diario, uma carta regia d'arremattação datada de 18 de novembro de 1873, e registada na repartição Central da direção geral dos proprios nacionais em 9 de dezembro do dito anno de 1873, fl. 14 do Livro 15.º de Semelhantes.

*Por esse titulo e declaração complementar que o acompanhava, a qual fica archivada no maço n.º 1 do anno corrente, mester **o apresentante ter arrematado em hasta publica** celebrada no Ministerio da Fazenda em 15 de outubro d'aquelle anno de 1873, pela quantia d'um Conto sette centos vinte e um mil réis, **uma casa terrea coberta de telha, com sua horta e matto na aldeia da Ponte e proximo ao rio Ave e outra pequena casa com duas rodas movidas por azenha e no rio junto da levada dous pés do moinho, com duas rodas que moem de verão, tudo unido e tapado por paredes e comoros; predio este, que pertencia ao parocho do passal da freguesia de Riba d'Ave d'esta Comarca e que é constando da inscripção N.º 13:918, fl. 117 do L.º B. 43.***

³⁷⁸ Como referimos anteriormente, apesar de enquadrada no Vale do Ave, a fiação de Vizela está inscrita no distrito do Porto.

Nos termos expostos registo a transmissão pela mencionada arrematação effectuada em favor do apresentante; inscrevendo definitivamente em seu nome o indicado predio.

Índice pessoal n.º 1

O Conservador privativo

Frederico Philomeno da Silva Avelino»³⁷⁹

Apesar da inscrição predial ter sido feita apenas em 1881, a primeira descrição remete-nos para a memória do terreno e edificado aquando da sua aquisição, em outubro de 1873. Tratava-se apenas de duas singelas casas térreas, uma delas com duas rodas de azenha, em tudo semelhantes ao descrito, cerca de 115 anos, antes nas *Memórias Paroquiais* de 1758³⁸⁰, a chamada então *Azenha da Ponte Nova* (a ponte de Riba de Ave havia sido construída em 1702), pertença da paróquia. De referir que nestas mesmas *Memórias*, o Ave é descrito como estando muito próximo da ponte *quazi alagada*, situação que levava as azenhas a só trabalharem no verão, tal como ainda em 1873. O preço total da compra orçou cerca de 1 conto e 721 mil réis (1:721\$000).

³⁷⁹ *Livro Diário n.º 2*, entrada 1877, CRPCVNF.

³⁸⁰ *Memorias Parochiaes, Riba d'Ave*, 3 de maio de 1758, vol. 31, N.º 80: f. 460, PT/TT/MPRQ/31/80, ANTT.

Fig. 104 - Folha 117, do Livro B, n.º 43 da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão. A fábrica de lanifícios do barão da Trovisqueira é inscrita, pela primeira vez, em 1881, com a entrada 13.918, a matrícula que viria a ser adquirida pela *Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.* (CRPCVNf).

293

«Consta d'uma declaração complementar do Barão da Trovisqueira, possuidor do predio supra descripto, apresentada com a referida carta regia, que o mesmo predio se acha atualmente constituido por uma casa torre e terrea com uma fabrica de lanifícios cujas machinas são movidas por agua do rio Ave por meio d'uma torbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave e amplo edificio apropriado para a dita fabrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16:000\$000 (16 contos de réis) aproximadamente.

Índice Real n.º 1, f. 30

O conservador privativo

Frederico Philomeno da Silva Avelino»³⁸¹

Ou seja, observamos já uma estrutura fabril, de processamento lanifício (distinto, porventura por questões concorrenciais, das algodozeiras referidas anteriormente), de dimensão considerável para a época e lugar, e de constituição tipicamente do tipo *mill*, em altura.

Percebemos, pela evolução na descrição do documento, que entre a compra de 1873 e o registo de 1881, foram realizadas várias obras no espaço, nomeadamente no próprio rio. Tais como a abertura de um ou mais canais e de uma nova levada, para *apropriar* a fábrica e instalar uma roda hidráulica.

Em súmula, entre 1873 e 1881, sabemos que foram efetuadas grandes obras nos terrenos de Riba de Ave, obras essas que resultariam na construção de uma fábrica nova, feita sobre as estruturas, agora irreconhecíveis, das velhas casas térreas. A própria avaliação feita da fábrica, cerca de 16 contos, reflete uma valorização (ainda que possa ser um pouco especulativa) de cerca de 10 vezes superior ao cerca de 1 conto e 700 de 1873.

Em termos cronológicos, todavia, levanta-se uma velha questão: em que momento, entre 1873 e 1881, é que a fábrica se terá instalado? A data de 1881, correspondendo ao momento do registo predial, aparentemente concorre como a mais bem posicionada

³⁸¹ Descrição predial 13.918, Livro B, N.º 43: f. 117, CRPCVNF.

para uma aproximação à fundação da fábrica. No entanto, há que ter em consideração alguns dados documentais novos que registaremos em seguida.

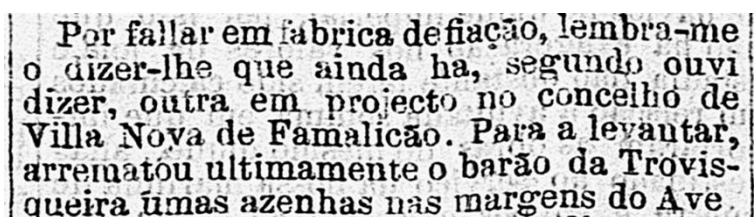


Fig. 105 - A primeira referência à fábrica do barão da Trovisqueira foi publicada no Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 1873).

Apesar de não termos encontrado ecos da instalação da fábrica em Riba de Ave na imprensa portuguesa, conseguimos identificar uma, muito

breve, mas interessante notícia publicada no Rio de Janeiro, ainda em novembro de 1873 (fig. 106). O correspondente no Porto, do *Diário do Rio de Janeiro* escrevia (com data de 22 de outubro) umas notas sobre algumas novidades avulsas:

*«Por fallar em fabrica de fiacção (o correspondente refere-se ao parágrafo anterior, onde assinalara a criação de uma sociedade algodoeira no Porto) lembra-me o dizer-lhe, que ainda ha, segundo ouvi dizer, outra em projeto no concelho de Villa Nova de Famalicão. Para a levantar, arrematou ultimamente o barão da Trovisqueira umas azenhas nas margens do Ave.»*³⁸²

Isto significa que apenas uma semana após a arrematação dos terrenos de Riba de Ave (15 de outubro de 1873), um correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* no Porto escrevia a informar que o barão da Trovisqueira comprara as azenhas, já com o projeto de uma fábrica de fiacção em mente, algo que, aliás, parecia ser do conhecimento público. Poderá a fábrica ter laborado logo a partir de finais de 1873 e durante 1874? Provavelmente sim, mas não com as instalações verticais descritas em 1881. De tal maneira, que a valorização apresentada em 1881 (cerca de 10 vezes, como referimos) poderá corresponder a um reinvestimento de capital na própria fábrica, só possível ao fim de alguns anos de produção efetiva.

Assim, mesmo não estando inscrita no *Inquerito* de 1881, a fábrica do barão da Trovisqueira já no surge descrita predialmente como um edifício todo remodelado, com roda e torre, nesse mesmo ano (seis meses antes das *visitas* dos delegados no Minho). Sabemos também que, desde o momento da aquisição dos terrenos, ainda em 1873, a

³⁸² *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de novembro de 1873: 1.

intenção de Trovisqueira era levantar aí uma fiação, pelo que, até considerando o espírito minucioso e ativo do barão, a laboração terá começado muito rapidamente, tanto que o grande investimento feito para a construção das estruturas descritas no registo predial de 1881, poderá ter advindo já de um reinvestimento de proveitos da fábrica.

Durante a década de 1880, a fábrica ainda nos surge mais uma vez descrita num muito citado roteiro bucólico de 1887, *O Minho Pittoresco* de José Augusto Vieira. Neste roteiro, ainda que nem sempre tenha sido notado, o autor começa a sua descrição com uma alusão à turbina da fábrica³⁸³:

«[...] o sussurro da cascata de agua, que se despenha, além, para ir alimentar **a turbina da fabrica de fiação** que existe perto (da Ponte de Riba de Ave). O trabalho destruindo o sonho, a lucta matando... e ainda bem, a saudade de um momento, em que languesceria a seiva da nossa vida.

*Depois do encanto da paisagem volve o espirito de homem pratico ás inquirições do que mais avulta aos seus olhos, e n'este intuito visita **a fabrica de fiação de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que ahi pôde interessal-o. Occupa a fabrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fabricas de sapatos de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a industria domestica da tecelagem.***» (Vieira 1887:98)

Desta forma, sabemos que por volta de 1886-87, a fábrica laborava com 12 operários e produzia os chamados *sapatos de liga*, calçado singelo e barato, composto por acabamentos em trança de lã, e montados em sola de madeira. Estes sapatos surgem na época como uma das grandes novas exportações, sobretudo para o Brasil (mas também para o mercado colonial), da indústria do calçado portuense³⁸⁴. No mesmo inquérito³⁸⁵, é-nos referido, ainda que numa alusão à indústria de Gaia, que existiam nesse concelho cerca de 80 a 100 mulheres que faziam *sapatos de liga*, ganhando entre 140 a 180 réis

³⁸³ Tanto a inscrição predial, como o texto de José Augusto Vieira utilizam o termo *turbina*, ainda que possa ser um termo genérico para uma simples roda.

³⁸⁴ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas dos Districtos Administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 167.

³⁸⁵ *Ibidem*: 45.

por dia³⁸⁶, em Riba de Ave, inserida na paisagem rural, consideravelmente mais pobre, os salários seriam mais baixos.

Em 1889, aquando das visitas para o novo *Inquerito Industrial*, a atividade da fábrica, designada agora como sendo da baronesa da Trovesqueira (sic)³⁸⁷ é descrita com mais detalhe. Os dados coligidos pelos inquiridores permitem-nos detetar algumas diferenças face aos relatos anteriores. Dos 12 trabalhadores assinalados no *Minho Pittoresco* de 1887, existiam dez: nove operários (sete homens e duas mulheres) e um mestre³⁸⁸. A fábrica laborava com 200 fusos de lã, toda ela nacional (ao contrário do que sucedia em Amarante e no Porto - Padronelo e Lordelo - e nas Beiras). As lãs nacionais, mais baratas, mas de menor qualidade, eram adequadas apenas a produtos mais grosseiros, como as telas e tranças referidas, para o fabrico de calçado.

A redução do número de operários, já de si pequena, revela-nos um processo de declínio da fábrica, mas ainda assim inaugural do processo de criação da comunidade operária que viria a caracterizar a Riba de Ave contemporânea.

No mesmo inquérito, a saúde financeira da fábrica também é percecionada. As lãs, com um custo de dois contos de réis anuais (quatro toneladas de lã) e uma produção de apenas 3 contos³⁸⁹, indicam-nos uma tendência negativa do volume de produção, muito baixo face aos custos (os 2 contos de matéria prima, mais os salários³⁹⁰ e outros encargos dificilmente seriam cobertos pelos 3 contos de volume, não deixando muito espaço para margem de lucro).

De facto, ainda em vida do barão da Trovisqueira, a fábrica acabaria por ser alvo de processo de penhora por parte de credores. Neste caso Domingos Augusto de Oliveira e Silva que, em nome da mãe, Maria José d'Assunção Oliveira e Silva, acabaria por, a partir de Lisboa, interpor um processo contra os barões da Trovisqueira. A execução dos bens em favor dos credores viria a ser decretada em 1899, já após a morte de José Francisco,

³⁸⁶ Os valores refletem a prática nacional de baixos salários. Em 1885, por exemplo, meia dúzia de pães custava cerca de 180 réis, o valor máximo da jorna de uma mulher.

³⁸⁷ *Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, Volume III (Inquerito de Gabinete)*, 1891: 158.

³⁸⁸ *Ibidem*: 190.

³⁸⁹ *Ibidem*: 1890: 229, 239 e 250; (Alves 1999b:11).

³⁹⁰ Calculamos que os encargos anuais em salários orçariam entre os 450.000 e os 500.000 réis.

num total de 5:222\$030 (5 contos e 222 mil e 30 réis), mais juros³⁹¹. Este volume significou a entrega da fábrica aos credores de Lisboa.

Foi na sequência deste processo que um recém interveniente no palco industrial de Riba de Ave, Narciso Ferreira, viria a adquirir a fábrica do barão da Trovisqueira, em 9 de dezembro de 1900. A inscrição da antiga fábrica de lanifícios na nova *Sampaio, Ferreira e Cia.* foi executada a 13 de agosto de 1901, conforme nos atesta o seu registo predial:

«N.º 5:407. Fica inscripta a favor da firma commercial Sampaio, Ferreira e Companhia, da freguezia de Riba d’Ave, d’esta Comarca a transmissão do predio descripto no livro B 43, à fl 117 sob n.º 13:918, por o haver arrematado em hasta publica, celebrada no tribunal judicial d’esta villa em 9 de dezembro de 1900, pelo preço de quatro contos e seis mil reis, de que pagou a respetiva contribuição de registo.

Carta de arrematação para titulo e posse passada a favor da firma requerente, em data de 5 de junho de 1901, pelo escrivão d’esta comarca Antonio Angelo Pinheiro da Gama, e por elle extrahida da carta precatoria vinda da primeira vara civil da comarca de Lisboa, a requerimento dos herdeiros de D. Maria José d’Assumpção Oliveira e Silva, da cidade de Lisboa, contra a viuva e filhos do Barão da Trovisqueira, morador que foi n’esta villa. O requerimento fica archivado no maço n.º 8 do corrente anno de 1901.

Índice pessoal n.º 1 da letra S à fl. 8

O ajudante do conservador - Henrique Garcia Per.º Martins»³⁹²

No mesmo dia, o cadastro descritivo da fábrica, tal como se encontrava em 1901, era anotado na folha 117, do livro B, n.º 43:

«N.º 1. Pelos documentos mencionados na inscrição n.º5:407, à fl 70 do livro G 14, verifiquei que o predio n.º 13:918 é atualmente formado por uma casa sobradada, construida de pedra e tijolo, coberta de lousa e uma casa terrea ou barraco, construida de pedra e coberta de telha, com uma ramada ao lado norte, de madeira e arame, e, junto um terreno inculto com alguns

³⁹¹ *Gazeta da Relação de Lisboa*, vol. 18, 1905: 315.

³⁹² Livro G 14, f. 70, CRPCVNF.

pinheiros e carvalhos e fruteiras, tapado por uma parede, achando-se montada na casa sobradada a fabrica de fiação e tecidos de lã e algodão, denominada de Santa Anna, com um açude no Rio Ave; que o logar da sua situação também se chama da Ponte de Santa Anna; que confronta agora do nascente com Manuel Ribeiro Pimenta e João Ribeiro Pimenta, do norte com Anna Maria da Silva, do sul com Manuel Alves de Oliveira e do norte consta da sua primitiva descrição, e que tem presentemente o valor venal de 4:006\$000 reis (quatro contos e seis mil réis). H. Gouveia»

Destas novas informações, verificamos que a fábrica, ainda que denominada agora por *Fábrica de Santa Anna* (a, agora velha, *Ponte Nova* adquirira essa designação, ainda que Santana seja na margem oposta de Riba de Ave), continuava a laborar, mantendo-se a estrutura vertical, que é a casa sobrada, em pedra e tijolo. A produção era agora não só de lã, mas também de algodão, todavia, o valor declarado (e foi aquele que Narciso Ferreira e sócios pagaram) era apenas de pouco mais do que 4 contos -

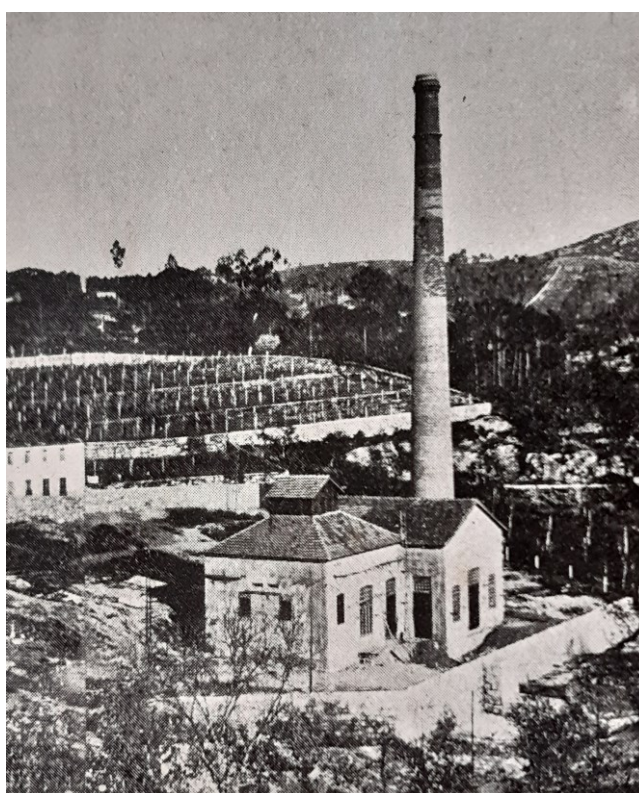


Fig. 106 - A antiga fábrica do barão da Trovisqueira, (*Álbum das Fábricas*, 1913, BMP).

apenas um quarto (e sem contar a inflação acentuada da década de 1890) dos 16 contos com que o barão avaliara o seu empreendimento, 20 anos antes, em 1881.

A fotografia mais antiga que localizamos da fábrica, foi publicada no *Comércio do Porto Ilustrado*, no caderno *Álbum das Fábricas* de 1913 (fig. 106). A fotografia pode ser datada entre 1911 (data da construção da chaminé e caldeira adjacente) e o ano da publicação. Vemos os dois corpos originais, com o primeiro, com lanternim de madeira sobre o

telhado, e o segundo, um pouco adiantado. São visíveis também as ramadas de vinha, a norte, referidas no documento de 1901. Com a exceção da chaminé, cremos que a configuração geral da fábrica original seria muito próxima da que existia no início do século XX. Esta fotografia revela-nos ainda algo adicional, é que são as várias terras revolvidas em torno da fábrica, significando que estão a realizar obras, provavelmente de aterro para a construção do terceiro bloco, já no contexto da *Sampaio, Ferreira, Lda*.

À parte alguns teares para tecer lã e algodão, não sabemos se, no momento da compra de 1900, a totalidade das máquinas ainda se encontrava no edifício, no entanto, a hipótese de a maquinaria original, ou parte dela, ter sido vendida anteriormente não está fora de questão.

Para todos os efeitos, a venda da fábrica não representa o seu encerramento, ou desaparecimento na paisagem. Revela-nos é a formação de mais uma camada de transformação. Uma nova etapa que simboliza, simultaneamente, um novo processo de alterações de dinâmicas sociais e políticas e de alterações na paisagem. A própria morte do barão, em 1898 ilustra o fim de uma era e o começo de outra.

5.5.4.2. Memória material da fábrica do barão da Trovisqueira

A localização exata da estrutura vertical da antiga lanifícia foi, durante décadas, um tema pouco explorado, havendo até, de certo modo, uma aceitação generalizada de que não existiam já quaisquer remanescentes da fábrica. As suas estruturas, consideravelmente alteradas ao longo dos últimos 120 anos, foram assim passando despercebidas. Contudo, a partir das descrições prediais, depois da aquisição da *Sampaio, Ferreira*, permite-nos repensar todo o terreno da área original junto à ponte, e recuperar alguma informação que nos permite localizar a estrutura original.

A descrição predial de 1881 traça-nos as delimitações que o terreno e o edificado tinham aquando da compra, em 1873 - a ponte confrontava com o rio e a nascente com terras do Santíssimo Sacramento (na verdade seria o caminho correspondente hoje à estrada). O limite sul é-nos indicado como sendo junto à ponte e pertencendo a Joaquim Alves de Oliveira, proprietário, aliás, também dos terrenos a norte. O terreno e as azenhas estariam, portanto, num pequeno enclave na área mais a jusante da atual *Sampaio*,

Ferreira. É a área que corresponde, em termos orológicos, a um declive no terreno face à estrada (mapa 28).

Esta zona baixa é já identificada tanto na descrição de 1758, como na descrição de 1873, pelo facto de estar praticamente alagada pelo rio durante todo o ano, o que condicionava o trabalho das azenhas apenas aos meses de verão. Estas características lodosas do terreno (valiosas num contexto agrário) foram resolvidas com *as obras no Ave*³⁹³ levadas a cabo para a instalação da roda. É precisamente nessa área que a fábrica foi instalada, e cujos dois corpos originais, ainda que transformados, se mantêm atualmente, com o acrescento de um terceiro corpo (um armazém), já no contexto da *Sampaio, Ferreira, Lda*. (fig. 109).

³⁹³ Livro B, N.º 43, f. 117, CRPCVNF.



Mapa 28 - Georreferenciação de ortofotografias do Lugar da Ponte (Riba de Ave) e respetivas fábricas; em cima, voo SPLAL, 1948; ao centro USAF, 1958; em baixo vista em 2021.

As grandes obras registadas em 1881, ainda que não descritas, terão sido feitas no sentido de direccionar as águas para a caixa da roda e delimitar as margens do rio, através da construção de um paredão (fig. 107).



Fig. 107 - Fotografia de Alvão (cerca de 1934-1950) à esquerda (CPF) e vista atual da antiga fábrica do barão da Trovisqueira, com a saída de água da roda e respetiva comporta assinalados (©MBPastor).

Até às grandes obras de requalificação da *Sampaio, Ferreira*, em 1951, todo o espaço entre esta fábrica e a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, mantinha-se maninho, sem que as próprias margens do Ave tivessem sido levantadas com os paredões de contenção do rio (figs. 107 e 111).



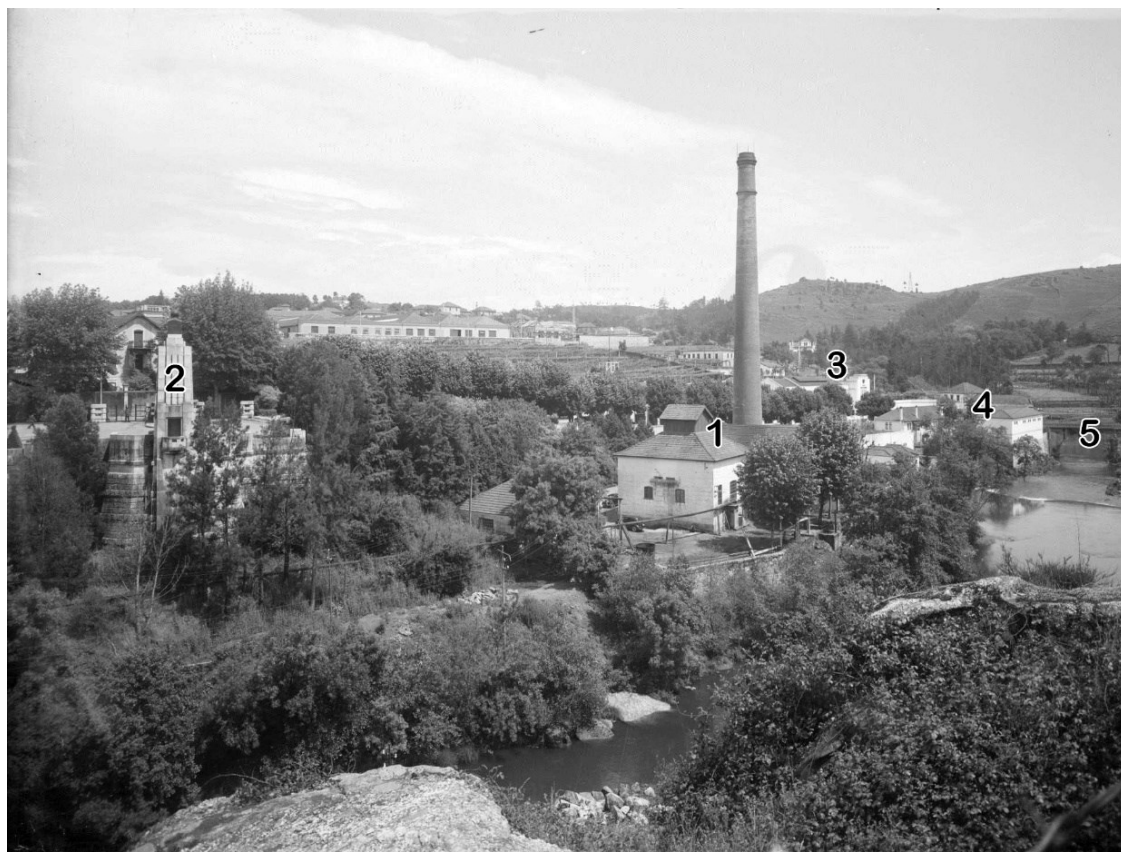
Fig. 108 - Fotografia de Alvão (c. de 1940). Ao centro, a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, ladeada à esquerda ainda por terreno maninho, vendo-se parte do átrio da entrada da *Sampaio, Ferreira*. A jusante, à direita, na foto, vê-se que ainda não havia sido construído o cineteatro, 1944, e o mercado, 1950 (CPF).

Deste modo, apesar de ser, desde 1900, propriedade da *Sampaio, Ferreira*, a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, a chamada *fábrica de Santa Anna*, não esteve englobada, por via de continuidade do terreno, no complexo total da fábrica de Narciso Ferreira. Ao mesmo tempo, no entanto, a estrutura da velha fábrica viu renovada as suas funções, com a adição, em 1911, de uma caldeira e respetiva chaminé (fig. 109).



1- Bloco principal da antiga fábrica do barão da Trovisqueira
2- Bloco e chaminé da caldeira construída em 1911

Fig. 109 - Vista atual do pavilhão da caldeira instalada em 1911, como anexo da antiga fábrica do barão da Trovisqueira (©MBPastor).



- | | |
|--|---------------------------|
| 1 - Antiga fábrica do barão da Trovisqueira | 4 - Mercado (1950) |
| 2 - Monumento a Narciso Ferreira (1934) | 5- Ponte |
| 3 - Cineteatro Narciso Ferreira (1944) | |

Fig. 110 - Fotografia de Alvão (c. de 1950). Nesta imagem, captada imediatamente antes das obras de 1951, é possível verificar que a antiga fábrica do barão da Trovisqueira ainda se mantinha isolada do restante conjunto industrial da *Sampaio, Ferreira* (CPF; ©MBPastor).

O pavilhão com a respetiva chaminé e caldeira foi construído de raiz para servir como *central de reserva de vapor*, isto é, como auxiliar energético da *Sampaio, Ferreira* (Pozzer 2020:28).

É ainda hoje possível verificar, na cave do bloco da fábrica original as calhas de assentamento da roda hidráulica.

A partir de 1951, o terreno maninho entre a fábrica do barão da Trovisqueira e a *Sampaio, Ferreira* tornaram-se contínuos, sendo, atualmente, ocupados por uma cadeia de supermercados e um pavilhão desportivo. No mapa 28 é visível, entre as ortofotografias da SPLAL, de 1948, e a da USAF, de 1958, a ocupação e urbanização do espaço intermédio entre a *Sampaio, Ferreira* e a fábrica do barão da Trovisqueira. Neste sentido, foram também as grandes reformulações urbanas (fig. 110), organizadas pela *Sampaio, Ferreira*

da década de 1950 que permitiram a edificação das estruturas como o mercado, os postos de correio e bombeiros, o *Café Riba d'Ave*, a estalagem, etc. (Matos, Correia, & Couto 2011:492-93) que permitiram uma continuidade no terreno.

Contudo, nos assentamentos dos paredões do rio, é possível verificar ainda os resquícios das obras começadas ainda pelo próprio barão da Trovisqueira, em meados da década de 1870. Com efeito, verifica-se, com uma leitura do aparelho dos paredões (silhares de granito mais ou menos de dimensão média e homogéneos) que se encontram sob o mercado, quartel dos bombeiros, *Café Riba d'Ave* e antigo posto dos correios (fig. 111), uma notória diferença de argamassas nos materiais ligantes. Isto é, a secção mais a sul, correspondendo ao assentamento do mercado, está ligada por cimento, de feição mais moderno. Por seu turno, o assentamento imediatamente a montante, correspondendo à base do quartel dos bombeiros, do café e dos correios tem os silhares ligados por uma argamassa de argila, com uma tonalidade, aliás, visivelmente barrenta, indicando-nos um aparelho mais antigo (fig. 112).



Fig. 111 - Vista poente do paredão onde assentam o posto dos correios (1); quartel dos bombeiros (2) e mercado (3). O aparelho do paredão sob os correios e o quartel corresponde a uma sedimentação mais antiga, provavelmente ainda das obras efetuadas pelo barão da Trovisqueira, logo após 1873 (©MBPastor).



Fig. 112- Pormenor do enchimento de abertura quadrangular imediatamente sob o edifício dos correios (©MBPastor).

Estes elementos permitem reconstituir um pouco o que foram as obras originais do barão da Trovisqueira aquando da edificação da sua fábrica, a primeira têxtil construída sobre o Rio Ave.

Em termos de inscrição predial, é interessante notar que, depois de 1951, a descrição da matrícula 13.918 já se apresenta do seguinte modo:

*«Edifício destinado a indústria de fiação e tecidos, tinturaria e acabamentos, com várias dependências destinadas a escritórios, armazéns, creche, cantina e habitações de empregados superiores, com terrenos anexos e jardim, sito no lugar da Fábrica da freguesia de Riba d’Ave e confronta de nascente com a estrada de Riba d’Ave, do norte com caminho público, do poente com o rio Ave e do sul com o mercado de Riba d’Ave, está inscrito na matriz sob os art.os 20, 25, 24, 26, 30, 31, 32, 33, 34, urbanos, 7, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 121, 169, 170 e 8, rústicos com o valor de trezentos mil escudos.»*³⁹⁴

Os limites a nascente (estrada) e a poente (rio) naturalmente são os mesmos, contudo, a limitação a sul é-nos apresentada como sendo o novo edifício do mercado (de notar que o quartel dos bombeiros, o café e os correios ainda não tinham sido construídos, foram-no pouco depois, em 1955), ao mesmo tempo, o limite a norte é muito mais prolongado, englobando toda a *Sampaio, Ferreira* até à antiga levada de *Pena Cabrão* (onde hoje se encontram os desativados pavilhões de estamperia da empresa), onde verificamos que ainda existia aí um caminho público. Foi a partir desse ponto, aliás, que a *Sampaio, Ferreira* se formou, era aí que Narciso Ferreira e a esposa tinham a sua residência e pequena oficina de fiação em 1896³⁹⁵.

Dez anos depois, a 30 de novembro de 1961, o 13.918 corresponde já a toda a área do que ainda é hoje a ruína da *Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.*:

«N.º3= Fica declarado que o prédio supra n.º 13918 tem atualmente os seguintes elementos de identificação: “Prédio urbano constituído por um conjunto industrial de fiação tecelagem, acabamentos e tinturaria, com vários pavilhões com a área total coberta de 18543 m² e terreno a logradouro

³⁹⁴ *Descrição predial 13.918*, Livro B, n.º 124, f. 67, de 29 de junho de 1951, CRPCVNF.

³⁹⁵ *Escrituras de Vila Nova de Famalicão*, not. José Joaquim Gomes, V594, Livro 85, f. 45, ADB.

e jardim com a área de 12688 m² situado no lugar da Fábrica, freguesia de Riba d'Ave, a confinar de nascente com a estrada nacional, norte com o rio Ave, bem como do poente, e do sul com o edifício dos correios e rio Ave.»³⁹⁶

Verificamos que, com a construção do posto dos correios, em 1955, este passou a ser a limitação a sul. A norte, onde ainda em 1951 existia um caminho público, deixou de haver qualquer acesso, fixando-se o limite no próprio rio, como resultado da construção dos pavilhões de estamperia da *Sampaio, Ferreira*, construídos sobre o referido caminho e com varandões sobre a levada (fig. 113).



Fig. 113 - Vista dos varandões da *Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.* sobre a antiga levada de *Pena Cabrão*. A fiação (e residência) original de Narciso Ferreira, identificada em 1896 no documento de escritura da empresa estava instalada nesta área, hoje prolongada com os pavilhões sobrepostos sobre o Ave (©MBPastor).

Sintetizando, verificamos que o terreno e prédios descritos originalmente na carta de arrematação de 1873 e reproduzida no registo predial de 1881 foram inscritos com o número 13.918. A sua delimitação a nascente, à época referida como sendo *terrenos do Santíssimo Sacramento*, provavelmente já com algum tipo de caminho de servidão, corresponde ao que é atualmente a Estrada Nacional 310 (Av. Narciso Ferreira). A ponte, o limite era, e naturalmente mantendo-se, o Rio Ave. Contudo, o limite original a sul seria

³⁹⁶ *Descrição predial*, Livro B, n.º 124, f. 67, de 30 de novembro de 1961, CRPCVNF.

um pouco aquém da ponte, em terrenos atribuídos a um proprietário identificado (Joaquim Alves de Oliveira), esse limite estaria sensivelmente onde hoje se encontra o mercado. A Norte, confinando também com terrenos do mesmo proprietário, o terreno acabaria na cota alta onde hoje se encontra a entrada da *Sampaio, Ferreira* (monumento a Narciso Ferreira e minimercado).

Em 1901, a mesma inscrição mantém-se com os mesmos limites, sendo os proprietários do terreno contíguo a sul identificado como Manuel Alves de Oliveira (talvez herdeiro de Joaquim Alves de Oliveira), a nascente com terrenos de Manuel e João Ribeiro Pimenta e a Norte com terrenos de Ana Maria da Silva. Não conhecemos quais os limites dos terrenos desta Ana Maria da Silva, todavia, a escritura da *Sampaio, Ferreira*, em 1896, refere-nos que a firma se junto à levada, onde veio a ser construída a estampanaria, ainda hoje existente. Esse ponto a norte pertencia já a Narciso Ferreira, a delimitação a Nascente é do mesmo João Ribeiro Pimenta que delimitava o registo 13.918 em 1901.

No entanto, a delimitação a sul da *Sampaio, Ferreira* em 1896 não era o 13.918, nem tampouco os terrenos da referida Ana Maria da Silva. Eram terrenos de um proprietário identificado como Manuel Pereira³⁹⁷. Ou seja, mesmo que estes terrenos (identificados em 1896, na escritura da *Sampaio, Ferreira*, e em 1901, na aquisição do 13.918) fossem apenas de um proprietário, mudando de mãos de Manuel Pereira (1896) para Ana Maria Silva (1901), ou quer se tratasse de dois terrenos distintos, verificamos que a *Sampaio, Ferreira* nunca foi contígua ao terreno e fábrica do barão da Trovisqueira. Houve, mesmo em 1901, aquando da aquisição, terrenos intermédios, mas que acabariam, de algum modo, a configurar, a partir do início do século XX (só visível predialmente nas descrições de 1951 e seguintes), toda uma só área contínua, abarcando aquilo que passou a ser a totalidade da *Sampaio, Ferreira*, inscrita com o 13.918, a matrícula original da compra do barão da Trovisqueira, por 1 conto, 721 mil réis (1:721\$000), no dia 15 de outubro de 1873, num leilão no Ministério da Fazenda.

Deste modo, a escritura de 1901 permitiu a Narciso Ferreira e sócios, a inscrição da *Sampaio, Ferreira e Cia.* dentro do mesmo registo que fora do barão da Trovisqueira. Ou seja, não conhecemos qualquer registo predial da *Sampaio, Ferreira* antes de 1901. A

³⁹⁷ *Escrituras de Vila Nova de Famalicão*, not. José Joaquim Gomes, V594, Livro 85, f. 46v., ADB.

compra da propriedade e inscrição da antiga lanifícia terá sido usada não só para adquirir o edifício e terrenos, mas também, e de forma pouco transparente, integrar predialmente os terrenos já construídos da *Sampaio, Ferreira* num registo predial anterior.

5.5.4.3. Fusão e esquecimento, a implantação da *Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.*

A nova fábrica e sociedade - *a Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.*³⁹⁸, escriturada em 24 de julho de 1896, começou a ser formada, como temos vindo a assinalar, a uns escassos 400 metros a norte da fábrica do barão da Trovisqueira. Os seus fundadores pertenciam, na sua maioria, a uma nova geração. Os sócios, quatro capitalistas portuenses - José Augusto Dias, Manuel Joaquim Oliveira, José Fernandes e o engenheiro Vasco Ortigão Sampaio³⁹⁹, mais o casal Narciso Ferreira e Eva Rosa de Oliveira, não só moradores em Riba de Ave, como já eles próprios detentores de teares manuais que tinham em sua casa (que incluía um açude no Ave, onde produziam alguns algodões riscados) pertenciam a uma geração de empreendedores muito mais jovem do que a geração do barão da Trovisqueira. Não viriam a usufruir do mesmo contexto da primeira emigração para o Brasil independente, do liberalismo monárquico português, das suas nobilitações e respetivas redes de influência. A geração de Narciso Ferreira representa, no fundo, o caminho de mudança que levaria, muito em breve, à implantação da República Portuguesa e consequente mudança de paradigma social e político.

Narciso Ferreira viria a ser o responsável, definido pelos estatutos do contrato de sociedade, pela gestão de toda a fábrica. Aliás, ele e a mulher eram os únicos sócios com a obrigação de residir na fábrica e assistir diariamente à sua organização. Rapidamente, toda o espaço da nova fábrica se transformou, distendendo-se ao longo do Ave e assimilando o a área envolvente. A compra da fábrica do barão da Trovisqueira é um exemplo dessa dinâmica do empório local.

Este movimento de modelação de Riba de Ave extravasou, naturalmente, os muros da fábrica. Os herdeiros de Narciso Ferreira, sobretudo Delfim Ferreira (1888-1960) e Raul

³⁹⁸ A firma passou a ser uma sociedade limitada apenas a partir de 1917.

³⁹⁹ Vasco Ortigão Sampaio era sobrinho de Ramalho Ortigão. Casado com uma irmã de Aurélia de Sousa, é o pai de Marta Ortigão Sampaio, figura da sociedade e mecenas da cidade do Porto, cuja casa é hoje um conhecido museu.

Ferreira (1895-1974), homens agora de uma geração que se afirmou depois da República, próximos até do regime do Estado Novo, modelaram a pequena freguesia à sua imagem: o mercado, o quartel dos bombeiros, o cineteatro, a escola primária, o hospital e até o posto da Guarda Nacional Republicana, tudo preserva o cunho da família Ferreira, tendo como epicentro a grande fábrica que, na sua fase mais produtiva, nas décadas de 1950 e 1960, chegou a empregar mais de 2000 operários e administrativos. Esta memória territorial, muito vincada ainda hoje, mesmo após a insolvência da empresa, em 2005, sobrepôs-se à memória inaugural da Riba de Ave industrial, a Riba de Ave que, com as devidas reservas, começou a ser moldada pelo barão da Trovisqueira e pelo seu empreendimento, hoje pouco conhecido, mas em todos os sentidos inaugural de todo um processo que parece ter chegado a um fim.

6. Análise de enquadramento: contextualização e tipologias da indústria lanifícia portuguesa

6.1. Contextualização histórica, económica e social

A leitura de enquadramento da indústria lanifícia em Portugal deve considerar que as suas raízes remontam ao processo de regulação regimental do final da Idade Média e inícios da Idade Moderna. Partindo desse enquadramento sumário, criamos condições de melhor perspetivar as primeiras iniciativas manufatureiras do século XVII e, sobretudo, o impulso pombalino e pré-liberal do século seguinte, onde se inserem os exemplos da *Martins*, *Arantes & Martins* e da fábrica de lanifícios de Plácido Lino, em Lordelo do Ouro.

Os restantes exemplares do nosso catálogo - Padronelo, Palmaz e Riba de Ave, são já todos empreendimentos do liberalismo, ainda que os seus destinos tenham cruzado outros momentos históricos até à desindustrialização. É no sentido de elaborar uma breve sinopse desses diferentes contextos histórico-económicos e sociais que traçamos o resumo seguinte:

6.1.1. Produção medieval

A produção lanígera e lanifícia em Portugal, num sentido lato do termo, isto é, em contexto pré e protoindustrial, reflete-se no *corpus* documental da administração portuguesa desde muito cedo, isto é, desde o início da nacionalidade. É neste contexto que, e aparentemente por influência da cultura islâmica, Portugal surge-nos como um dos primeiros países ocidentais a introduzir o processo de cardação de lãs, ainda no século XII, por oposição, por exemplo, das lãs penteadas do norte da Europa (Munro 2000:22-23). É precisamente ainda no século XII, concretamente no primeiro foral da Covilhã, outorgado por D. Sancho I, em 1186⁴⁰⁰ que encontramos algumas medidas de regulamentação das dinâmicas de transumância de gado ovino naquela região.

O quadro dos lanifícios medievais portugueses não se esgota, contudo, na região serrana da Covilhã. Pelo contrário, as referências às atividades inerentes à produção lanifícia,

⁴⁰⁰ O primeiro foral da Covilhã, por oposição ao foral manuelino, do século XVI, é um documento do início da nacionalidade. De facto, foi dos primeiros documentos outorgados por D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques, ainda durante o primeiro ano do seu reinado, em setembro de 1186 (Era de César de 1224 (Herculano 1863:459).

nomeadamente as atividades de criação de gado ovino e respetiva transumância, mostram-nos, no caso interno, os rebanhos portugueses a atravessarem não só a Cordilheira Central entre a Serra da Estrela e a Beira Baixa, mas também a dirigirem-se para o Alentejo, a sul, para o Alto Douro, a norte e até para o litoral, na Estremadura. Por seu turno, os rebanhos castelhanos e leoneses, nomeadamente de ovelhas merinas (particularmente protegidas pela legislação portuguesa⁴⁰¹) entrevam em Portugal, nos séculos XV e XVI, pelo Minho e Trás-os-Montes, na fronteira norte, e por toda a raia oriental, desde o nordeste até ao Alentejo. Aliada a uma política protecionista de impedimento de transumância no sentido inverso, bem como de proibição, nem sempre observada, bem entendido, de importação de panos de Castela, este fenómeno de dispersão de gados por todo o território, conduziu ao desenvolvimento de produção local de lanifícios, uma produção ainda que rudimentar e doméstica, mas que, em algumas regiões, já recorria a pisões mecânicos, referidos, pelo menos, desde o século XIII, no Alentejo e Algarve, muito mais difundidos no séculos seguintes (Sequeira 2014:40-44). Os pisões, acionados por engenhos hidráulicos, são, efetivamente, os primeiros equipamentos mecanizados na produção têxtil (Nevell 2008a:39). Em Portugal, o seu uso, referido, como vimos, desde o século XIII, foi contínuo até à segunda metade do século XX (Oliveira & Galhano 1960:65-75)

A localização desses engenhos permite-nos rastrear os núcleos nacionais de produção pré-industrial, nomeadamente no Alentejo, com o fabrico das célebres mantas; mas também na região da Guarda, onde, nos finais do século XV, se encontravam ativos três pisões utilizados na produção dos famosos *panos meirinhos* que, desde o início do século XV, pontuam a documentação tributária portuguesa. Para além dos buréis e *panos meirinhos*, a indústria tardo-medieval portuguesa produzia também feltros, almáfegas, saiais e as conhecidas *mantas da terra*, antecedentes diretos dos *cobertores de papa* (Sequeira 2014:44-49), no fundo, os produtos de base da primeira manufatura e, depois, indústria lanifícia portuguesa.

⁴⁰¹ É de notar, por exemplo, os privilégios concedidos por Afonso V, em 1462, aos pastores castelhanos que trouxessem para Portugal rebanhos de ovelhas *meirinhas*, muito cobiçadas pelos seus velos de grande qualidade (Sequeira 2014:42).

Deste modo, à entrada do século XVI, a legislação e regulamentação das atividades lanifícias encontravam-se dispersas pelas documentações avulsas de posturas, pragmáticas, índices tributários e, naturalmente, documentação foral, como o foral novo, precisamente também da Covilhã (Quintela 1899:67-69). Seria necessário chegar ao final do século XVI para que o *corpus* legislativo referente às atividades lanifícias fosse reunido num regimento geral.

6.1.2. A manufatura setecentista

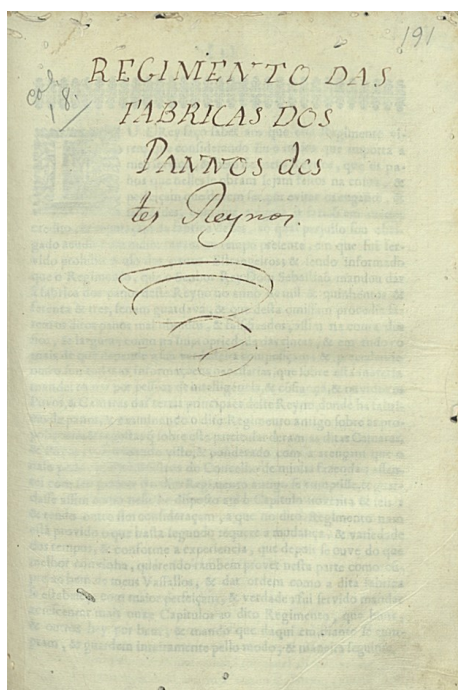


Fig. 114 - Frontispício do regimento de 1690 (BNP).

Em 1573, D. Sebastião mandou promulgar o primeiro regimento dos tecelões e demais mesteres associados aos lanifícios⁴⁰², regulamentando assim, nos seus 96 capítulos originais, as atividades de produção dos panos, desde a lavagem das lãs, até aos acabamentos e fiscalização dos tecidos. Este regimento viria a ser completado com mais 11 capítulos, já no século XVII, em 1690. Esses capítulos adicionais (XCVII a CVII) são, como tem vindo a ser notado, de natureza sobretudo fiscalizadora (Pereira 2017:139), desde a criação e definição do cargo de *Juiz Conservador* dos panos, isto é, o oficial responsável pela fiscalização, observação do regimento e coordenador dos vedores, à

obrigatoriedade de declaração, nas fazendas já acabadas, de referência aos defeitos do tecido (buracos e ruturas).

Tal como outros mesteres mecânicos, os tosadores, tintureiros e tecelões (juntamente com os vidraceiros e os esteireiros) saíam, na procissão do Corpo de Deus, sob o

⁴⁰² Um dos ofícios similares, os tapeceiros, que englobava não só os artífices que teciam tapetes, panos de tapeçaria e alcatifas, mas também aqueles que concertavam os mesmos panos de *tapecarya* e *alcatifas*, tinham já o seu ofício regimentado pelo *Regimento de Lisboa*, de 1558, com grémio próprio, juizes e examinadores, a partir de 1572, para fiscalizarem a qualidade do seu trabalho (Conde 2009:71-72).

estandarte de São Gonçalo, e eram representados nas Casas dos Vinte e Quatro, de Porto e Lisboa (Pereira 1900:XXVI).

A hierarquização dos ofícios integrantes da cadeia de produção lanifícia é visível nos próprios regimentos e na sua representatividade oficial nas corporações urbanas, ou seja, tal como vimos, só os tosadores, tintureiros e, naturalmente, os tecelões, é que tinham integravam a corporação. As tarefas periféricas, desde logo dos pastores, mas também dos escarduçadores, cardadores e das fiandeiras, referidas explicitamente no feminino⁴⁰³, bem como os pisoeiros, não tinham lugar na representação social e cultural nas corporações.

Seria, contudo, a implantação das manufaturas fabris, a partir do século XVII, que a produção lanifícia em Portugal começaria a se reorganizar no seu modelo doméstico e pontual, para uma estrutura de concentração pré-industrial. O passo inicial foi dado, não sem surpresa, na vila da Covilhã e, aparentemente, também em Portalegre, a partir de 1627, com a instalação das fábricas manufatureiras de John Miles, autorizadas a laborar, com mão de obra inglesa, se bem que católica, para produzir baetas. Não existe, contudo, muita informação sobre os resultados desta primeira experiência manufatureira inglesa em Portugal (Pinheiro 2008b:234-35).

Depois da Restauração da Independência e logo após a Paz de Lisboa, em 1668⁴⁰⁴, o governo português, a partir das iniciativas de D. Luís de Meneses, vedor da fazenda do rei⁴⁰⁵, empreendeu um conjunto de medidas protecionistas que procuraram fomentar a indústria manufatureira portuguesa, nomeadamente a indústria lanifícia. Assim, como

⁴⁰³ *Regimento*, cap. CI.

⁴⁰⁴ Mediado pelo rei de Inglaterra, Carlos II, o Tratado de Lisboa, de 1668, acordou o fim das Guerras da Restauração, que opuseram Portugal e Espanha entre dezembro de 1640 e fevereiro de 1668 (*Tratado de Paz, entre os Serenissimos e Poderosissimos Principes D. Carlos II, Rey Catholico, e D. Afonso VI, Rey de Portvgal, Feito e Concluso no Convento de Sancto Eloy da Cidade de Lisboa, aos 13 de Fevereiro de 1668*, 1668).

⁴⁰⁵ Luís de Meneses, terceiro conde da Ericeira, nasceu em Lisboa, em 1632 e aí morreu, em 1690. Foi, além de militar, conselheiro de Estado do rei, vedor da Fazenda, governador de armas de Trás-os-Montes e autor dos dois volumes da *Historia de Portugal Restaurado*. É considerado um dos executores do mercantilismo, introduzido em Portugal pelo seu contemporâneo Duarte Ribeiro de Macedo. Entre as suas medidas protecionistas, contam-se as pragmáticas de 1677 e 1686, que proibiam a importação de produtos de luxo fabricados no estrangeiro, nomeadamente panos, chapéus e cintos. É o responsável pela fundação das primeiras manufaturas de Estado em Portugal, nomeadamente as lanifícias da Covilhã, Fundão e Portalegre (Ferreira 1971:262-64).

estadista e cortesão, Luís de Meneses tinha acesso às ideias e ao debate que se desenvolvia na Europa do seu tempo. Um dos canais de conhecimento e discussão, era, sem dúvida, as informações e reflexões que Duarte Ribeiro de Macedo, enviado extraordinário do príncipe regente D. Pedro a França, fazia chegar, com detalhe e regularidade, a Lisboa.

O principal correspondente de Duarte Ribeiro era o secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda, que partilhava, com Luís de Meneses a mesa do conselho de Estado. E é precisamente a Lacerda que Duarte Ribeiro vai fazendo chegar a sua admiração pelas políticas de Colbert, e vai sugerindo a adoção, em Portugal, dos princípios autárquicos do mercantilismo. Entre as suas sugestões económicas sobre o comércio, interno e colonial, Duarte Ribeiro de Macedo acrescentava também a sua visão para a manufatura, numa carta de 17 de janeiro de 1670: *Há muitos anos que ando com o desejo de ver introduzidas nesse Reino (Portugal) 3 manufacturas ao menos, baetas, sarjas e meias de seda; o que isto nos custa é uma fazenda inestimável* (Rau 1968:18-19). Esta ideia de Duarte Ribeiro obteve, a avaliar pela resposta do secretário de Estado, uma receção positiva. Seria, no entanto, a partir dos seus ensaios de filosofia política e económica, nomeadamente o *Discurso sobre os interesses da introdução das artes ou fábricas no Reino de Portugal*⁴⁰⁶ que Macedo estruturaria o seu pensamento (Sérgio 1924:271-72).

É também a Duarte Ribeiro de Macedo que o príncipe regente mandava, ainda em 1669, *buscar mestres de toda a sorte de fábricas de seda e lã*, entre outros ofícios. Juntamente com os mestres e, também, mestras, Macedo procurou embarcar equipamento, nomeadamente teares, para Portugal. Os atrasos na correspondência, a constante falta de dinheiro fez com que alguns dos mestres tecelões recrutados acabassem por desistir de vir para Portugal, todavia, alguns acabariam por vir. É o caso do mestre Francisco

⁴⁰⁶ O *Discurso* de Duarte Ribeiro de Macedo foi redigido em Paris, a 30 de abril de 1675. Uma cópia manuscrita, aliás referida como sendo de 1673 (sic), encontra-se preservada no ANTT (PT/TT/MSLIV/0907). Foi impresso, como *inédito* em 1817, por António Lourenço Caminha (Macedo 1817). Em 1924, António Sérgio editou uma primeira edição crítica do texto, na sua *Antologia dos Economistas Portugueses (séc. XVII)*, onde reagrupou o texto de Ribeiro de Macedo, a partir de várias cópias da Biblioteca Nacional de Portugal (nomeadamente a de Caminha, que Sérgio considerou *péssima*) e uma da Universidade de Coimbra (Sérgio 1924:XXXVII).

Curtim que, embarcando em Ruão, com o seu tear, desembarcou no Porto, com outros profissionais (Rau 1968:34-48).

As ações do conde da Ericeira, nomeado vedor da Fazenda em 1675, não podem ser dissociadas destes esforços concertados entre o secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda e Duarte Ribeiro de Macedo. Seria, todavia, o D. Luís de Meneses a executar o projeto mercantilista, instalado, em 1677, a primeira Real Fábrica de lanifícios na Covilhã, a *Fábrica de Sarjas e Baetas da Covilhã*, posteriormente conhecida com *fábrica velha*. A manufatura, concessionada a André Nunes e Jorge Fróis (cristãos-novos) e Luís Romão Sinel foi pessoalmente acompanhada pelo conde da Ericeira que terá sido responsável pela contratação de um grupo de 11 mestres irlandeses e duas fiandeiras, recrutados para a nova fábrica manufatureira. O irlandês identificado como responsável pelo grupo era Francisco Cortim ou Courteen (Pinheiro 2008b:236-37). cremos que este mestre irlandês é o tecelão identificado por Virgínia Rau como Francisco Curtim, recrutado em Ruão por Duarte Ribeiro. Aliás, a folha de pagamentos, de 1680, publicada pela mesma autora, identifica os tecelões de lã *João Lourenço, Guilherme e Duarte Adeley, João Gaze* (mais mulher e filho), *João Lamberto*, mestre drapeiro, e *Nicolau Bolsson*, mestre de fazer sarjas e baetas (Rau 1968:48 I-III). Alguns destes operários, bem com a mulher de Gaze, poderão fazer parte do grupo que se laborou na *Real Fábrica de Sarjas e Baetas*, a partir de 1670.

Os primeiros anos de desenvolvimento das manufaturas lanifícias seiscentistas foram, de algum modo, bem sucedidos. Em 1680, Ericeira contava, em correspondência com o padre Bluteau, cinco manufaturas por ele instaladas ou fomentadas, incluindo a de Vila de Melo, na Guarda, a de Manteigas, e a de Tomar, ainda em construção. A produção, ainda que rudimentar e insuficiente, era rapidamente absorvida pelo mercado nacional, forçando, inclusivamente, os principais concorrentes da indústria, os ingleses, a procurarem, através de manobras de *dumping*, inundar o mercado português com lanifícios baratos. Nesses primeiros anos, os produtos da *Fábrica de Sarjas e Baetas da Covilhã* chegaram a esgotar em Lisboa. O melhor ano de produção da manufatura terá sido em 1682, com 2392 peças produzidas no ano, com um lucro estimado em 30% (Pinheiro 2008b:237-38).

O crescimento das manufaturas revelou dois aspetos a registar: o primeiro era a prova que um plano bem pensado, com a definição clara de objetivos e dos meios de o alcançar (desde a localização, equipamento, canais de distribuição e, naturalmente, mão de obra qualificada) era possível de executar num país empobrecido e algo embrutecido ao fim de 28 anos de guerra⁴⁰⁷; o segundo aspeto, é que um projeto dependente de um gabinete político ou, até mesmo, de um só agente político, dificilmente sobreviveria aos seus criadores.

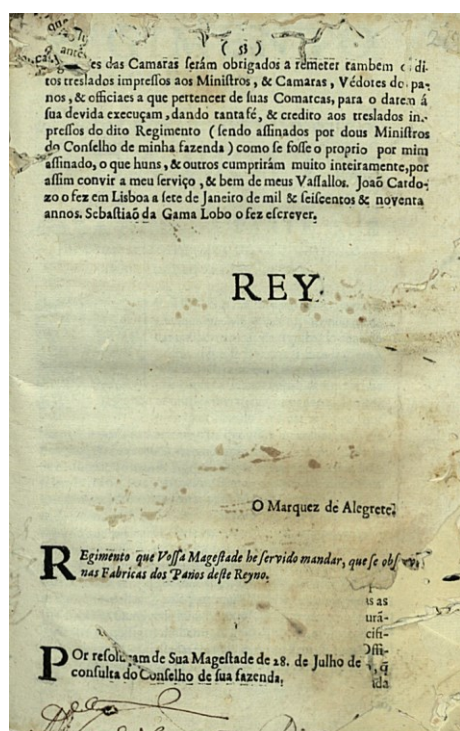


Fig. 115 - Última página do Regimento de 1690, com a firma do rei e do marquês de Alegrete (BNP).

Neste sentido, as mortes de Macedo, logo em 1680, e de Correia de Lacerda, em 1682, deixaram espaço para que outros homens ocupassem o conselho de Estado. O conde da Ericeira, ainda como vedor, viria a desenvolver a ideia de um novo regimento dos lanifícios, o célebre regimento de 1690 (fig. 114). Contudo, já não é ele quem assina este novo documento. Quem o faz é um novo burocrata, o marquês de Alegrete, D. Manuel Teles da Silva (fig. 115), um homem pouco mais novo que Ericeira, mas nascido já depois da Restauração. Seria ele quem viria, em 1703, a assinar com Inglaterra o danoso Tratado de Methuen, deixando assim clara a sua falta de perspicácia económica, bem como a visão medíocre que tinha para o país. Quanto a D. Luís

de Meneses, ainda no mesmo ano de 1690, suicidou-se, lançando-se de uma janela da sua casa em Lisboa.

A ascensão de novos atores políticos, como Alegrete, o desaparecimento de Ericeira, bem como, ainda antes, de Ribeiro de Macedo, em 1680, e de Correia de Lacerda, dois anos

⁴⁰⁷ Nem sempre é referido, mas cremos fazer notar que tanto o secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda, como Duarte Ribeiro de Macedo e o próprio conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, eram, antes do mais, oficiais militares, com uma experiência de estratégia nas campanhas da Guerra da Restauração muito longa e bem sucedida.

depois, representam, efetivamente, uma mudança da conjuntura que impulsionou o ímpeto manufatureiro das décadas de 1670-80. Outros fatores, contudo, contribuíram também para a transição que viria a deitar por terra o arranque da manufatura portuguesa, nomeadamente nos lanifícios. A nova conjuntura foi, de facto, mais do que política, foi também económica, diplomática, mas também, como tem vindo a ser apontado, religiosa, nomeadamente com o recrudescimento da Inquisição, no início do século XVIII.

Ainda nas Beiras e Alto Alentejo, no final do século XVII, novas manufaturas haviam sido instaladas, tal como uma em Alhandra, e outra, embora não confirmada, em Portalegre. Assim, em 1698, a *Fábrica de Panos Finos* de Alhandra⁴⁰⁸ fora concedida aos irmãos Henriques Ferreira, cristãos novos covilhanenses, que, em poucos anos, conseguiram reinstalar a sua manufatura no Fundão, primeiro, e na Covilhã, depois. Entrando em conflito direto com os concessionários da *Fábrica de Sarjas e Baetas* original, os Henriques Ferreira, dada a sua condição de cristãos novos, rapidamente se viram envolvidos numa trama de denúncias e queixas à Inquisição, tendo, Álvaro Henriques Ferreira, inclusivamente, sido preso pelo Santo Ofício. Não foi o único exemplo, porém. Entre 1700 e 1705, são registados nos autos de fé da Inquisição, só na Covilhã, 18 mercadores e trapeiros (Pinheiro 2008b:238-39).

Este libelo de perseguições e castigos religiosos arbitrários, mas particularmente incidente sobre os artífices e mestres das manufaturas (no fundo, aqueles que permitiriam o desenvolvimento da indústria), deve ser considerado como uma das principais causas internas para o declínio das primeiras manufaturas portuguesas do século XVII.

⁴⁰⁸ A *fábrica* é designada num sentido muito lato, os irmãos Álvaro e Francisco Henriques Ferreira operavam num sistema de subcontratações, desde as fiandeiras em regime doméstico, até às tinturarias do próprio Francisco Henriques Ferreira (Pinheiro 1998b:51).

Do ponto de vista diplomático, o Tratado de Methuen⁴⁰⁹, dada a sua incidência específica sobre o comércio dos lanifícios, neste caso, a sua importação, tem sido considerado o íncubo do declínio e falência do projeto de manufatura do conde da Ericeira. Caracterizado até de *vergonhoso tratado*⁴¹⁰, Methuen merece, no entanto, uma leitura mais analítica, aliás, já brilhantemente encetada e sintetizada por Jorge Borges de Macedo, há já mais de meio século, ainda que nem sempre bem recordada.

Nessa perspetiva, o Tratado de Methuen, mesmo que tenha promovido as importações de lanifícios ingleses, não teria causado grande impacto no mercado interno português, pois essas fazendas pouco ou nada teriam abalado o consumo nacional. Os efeitos das importações fizeram-se sentir, sobretudo, no litoral, onde as classes médias e altas optavam por comprar os panos ingleses. Enquanto, no interior, e era aí que as lanifícias portuguesas se tinham estabelecido, o produto nacional continuava a ser o mais (quando não o único) consumido. Esta realidade foi demonstrada a partir da leitura das várias pautas das alfândegas internas, durante a primeira metade do século XVIII, que revelam que os produtos lanifícios continuavam não só a ser produzidos, como também a ser escoados no mercado interno, no interior, mas não exclusivamente (Macedo 1963:284-91).

É com base nesta análise, que o mesmo Borges de Macedo considerou que a indústria lanifícia portuguesa, e a indústria no sentido lato, desde a manufatura às oficinas domésticas, experimentou, inclusivamente, entre Ericeira e Pombal, um *surto intermédio* de crescimento, entre 1720-40 (Serrão 1998:83). Nesta ótica, o desinvestimento público na manufatura lanifícia do interior é a consequência de um outro fenómeno paralelo a Methuen: a descoberta do ouro do Brasil.

⁴⁰⁹ Inicialmente designado como *Tratado da Rainha Ana*, o Tratado de Methuen foi assinado em Lisboa a 27 de dezembro de 1703, por John Methuen, embaixador extraordinário da Grã-Bretanha, e pelo ministro do Conselho de Estado do rei, D. Manuel Teles da Silva, marquês de Alegrete. O tratado acabaria por ser ratificado pelo Parlamento inglês, vigorando a partir daí. Em termos genéricos, o documento previa a livre entrada das lãs e lanifícios ingleses em Portugal *para sempre*. Em contrapartida, Portugal exportaria os seus vinhos para Inglaterra, e demais reinos adjacentes, com vantagem fiscal de menos um terço, face aos vinhos franceses. A 7 de agosto de 1705, um novo tratado, desta vez com a Holanda, alargou a liberalização das importações para Portugal de lanifícios holandeses. Mais tarde, alargou-se aos lanifícios franceses, o que, em termos práticos, veio regularizar aquilo que se tornara usual: a entrada de lanifícios franceses e holandeses em Portugal, mas com designação de origem inglesa falsificada.

⁴¹⁰ *Revista da Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro em 1879*, 1879: 300.

Considerando a lógica mercantilista, assente numa balança comercial positiva e baseada no acúmulo de metais preciosos, o ouro do Brasil, enquanto moeda de troca fácil e abundante da Coroa portuguesa, terá feito desconsiderar a necessidade de investimento numa mercadoria nacional manufaturada, num produto, neste caso os lanifícios, como moeda de pagamento externo, isto é, como solução de recurso para aumentar as exportações. A direção dos investimentos da Coroa para a exploração e transporte de ouro colonial rumo à corte, em Lisboa, rapidamente fez cair o interesse político, sempre precário, na indústria, ademais uma indústria manufatureira localizada, remotamente, no interior do país (Macedo 1963:288-91).

Em súmula, o primeiro impulso manufatureiro português, nomeadamente no setor lanifício, não foi exatamente travado por Methuen. A Inquisição, acicatada pela intriga dos novos poderes políticos, associada ao desinteresse que a Coroa votou a indústria do interior, assim que os primeiros galeões de ouro do Brasil começaram a aportar em Belém, condicionaram, irremediavelmente, o projeto manufatureiro do último quartel do século XVII.

6.1.3. Reflexos do fomento pombalino no setor lanifício

Importa, a título prévio, tecer algumas considerações críticas sobre a própria expressão, de certo modo, muito consolidada, *fomento industrial pombalino*. A chamada política de fomento pombalina, e muito concretamente no que concerne à indústria manufatureira, não foi tecnológica, nem o poderia ter sido, no sentido que precede, cronologicamente, as grandes inovações inglesas que ditaram o início da Revolução Industrial⁴¹¹. Isto significa que, e recorrendo novamente a Borges Coelho, o fomento pombalino não *tinha objetivos renovadores*, e foi assente numa *realidade industrial preexistente*, explorando o *rendimento técnico tradicional* do país. (Macedo 1989:150-52). Nesse sentido, a base das iniciativas pombalinas era aquilo que já existia: uma manufatura rara, praticamente ausente, desde o início do século XVIII; e uma rede desconectada e dispersa por todo o país de pequenas oficinas domésticas rurais e urbanas. A procura de reorganização desta estrutura produtiva foi uma iniciativa já da última etapa do governo de Pombal, da sua

⁴¹¹ Tal como as fiandeiras *Jenny*, a *water frame* ou a *mule*, já para não falar no vapor de Watt, propriamente dito.

terceira fase, como se tivesse surgido como uma solução de recurso face a novos desafios impostos pela crise do ouro do Brasil. Ou seja, o ouro, cuja abundância no início do século XVIII fizera os poderes voltarem as costas à indústria, obrigava agora, pela escassez, à tomada de novas medidas:

«Se o fomento industrial pombalino não nasceu no deserto industrial e não se constituiu uma revolução técnica de qualquer natureza, não foi também o resultado de uma visão antecipada, ou um esforço voluntário relacionado com as luzes da Europa. A raiz do fomento pombalino provém das dificuldades da crise do ouro e da produção colonial que obriga a produção industrial a tentar diminuir essas novas desvantagens da importação estrangeira.» (Macedo 1989:171)

É neste quadro de crise, a partir dos primeiros anos da década de 1760, que os investimentos pombalinos começam a ser realizados. Sem surpresa, dadas as pré-existências tecnológicas contextuais e a memória do fomento de Ericeira, a Covilhã e os lanifícios foram o primeiro setor a ser promovido, desde logo com as instruções para a criação da *Real Fábrica de Panos* da Covilhã, em 1761⁴¹².

Logo desde o início, a *Real Fábrica* contratou quatro mestres estrangeiros, dois ingleses, um irlandês e um espanhol. A partir de 1764, com a sua instituição oficial, a *Real Fábrica* da Covilhã começou a laborar, vendo as suas infraestruturas crescerem significativamente entre 1767-70, com a construção das dornas de tinturaria, os armazéns e pisões. Estas instalações refletem um processo produtivo misto, que se dispersava por toda a região, isto é, a unidade fabril era o polo coordenador, onde se faziam as ultimações e tintes, enquanto as lavagens, cardagem, fiação e tecelagem eram feitas por subcontratações domésticas. Esta iniciativa, em todo o caso, impulsionou novamente a manufatura e levou à instalação, em 1770-71 de uma nova *Real Fábrica* no Fundão (Pinheiro 2008b:247-52) e, logo no momento seguinte, outra *Real Fábrica* em Portalegre (Matos 1998:351-56).

⁴¹² Refira-se que, no contexto de ilustração do primeiro desinteresse pombalino na manufatura, as contratações dos panos do fardamento à Covilhã, elemento vital para a sobrevivência do setor, tinham sido cancelados em 1755, levando praticamente à paralisação da vila, da qual resultaram queixas, até 1759 (Macedo 1989:174-75).

Em Cascais, tal como acontecera no Porto, com a *Fábrica do Bacalhau* de Domingos Ferreira Pinto, a iniciativa de implantação de uma fábrica de lanifícios foi privada, no caso de Cascais, por pedido de Francisco Mailhol, em 1773, contudo, ao contrário da fábrica do Porto, a lanifícia de Mailhol obteve, ainda no mesmo ano do requerimento, um alvará com o privilégio de uso do nome *Real Fábrica*, podendo usar as armas reais no seu edifício (Goes 1964:45). Este estatuto de privilégio funcionou, no caso da fábrica de Cascais, como uma vantagem comercial considerável, face a outras manufaturas que não tinham as mesmas regalias (Madureira 1997:129).

A última fase do consulado de Pombal acabaria marcada pelo clientelismo, pela corrupção, traduzidos no que Nuno Luís Madureira classifica como *lucros privados, prejuízos públicos* (Madureira 1997:105-14). Isto é, os novos contratos públicos, e o clientelismo em torno deles, começara a redundar num autêntico assalto à Fazenda Real, a qual disponibilizava os meios, os empréstimos e até os investimentos na indústria (mas também nos monopólios comerciais). Contudo, os resultados dessas ações caíam nas mãos dos administradores nomeados pela Coroa, que mais não faziam do que recolher os proventos.

Após a queda de Pombal, esta situação viria a ter continuidade num sistema algo diferente, mas de essência semelhante: os contratos de exploração das Reais Fábricas, isto é, das fábricas da Coroa, foram privatizados. Os interessados ofereciam ao governo uma proposta de compra, e, sendo aceite, ficavam a deter as unidades produtivas. No entanto, as propostas continuavam a ser marcadas pelo clientelismo, e os proponentes nem sempre tinham visão de longo prazo para a indústria que adquiriam. É neste quadro que se insere o caso referido, a propósito da *Martins, Arantes & Martins*, quando a *Companhia do Porto*, em 1779, procurou, sem sucesso, comprar as Reais Fábricas da Covilhã e Fundão.

Como resultado desta trama de favores e clientelismo, precisamente na Covilhã, o final do século XVIII ficou marcado pelo agravamento de um processo de perda de mão de obra especializada, de abaixamento de salários e consequente queda de qualidade da produção, e redundou num autêntico processo de desindustrialização (Madureira 1997:432-39).

A par desta conjuntura interna, a indústria portuguesa no final do Antigo Regime assistiu ainda à provação que foram as Invasões Francesas, alternadas entre 1807-11, nomeadamente a destruição deliberada que provocaram sobre as fábricas portuguesas, nomeadamente na lanifícia de Lordelo do Ouro, na nossa amostragem, mas também em Portalegre, Redondo, Covilhã e Fundão⁴¹³.

A acrescentar a devastação provocada pelo Exército francês, é de referir os danosos tratados comerciais que Portugal se viu obrigado a firmar com os aliados ingleses, nomeadamente o Tratado de Comércio e Navegação de 1810, que, em termos sucintos, Portugal se viu na situação de ter que abrir os seus portos coloniais e metropolitanos à produção britânica, nomeadamente os tecidos lanifícios. Em termos efetivos, o Tratado de 1810 nutriu consequências semelhantes ao que Methuen gerou um século antes. Com o fim do protecionismo e a imposição de um mercado aberto a uma concorrência agressiva. Em termos ilustrativos, basta referir que logo em 1811 só Portugal Continental e as ilhas da Madeira e Açores recebiam 13,32% do total de todas as exportações do Reino Unido (Cordeiro 2017:26-31).

Assim, a situação da indústria portuguesa encontrava-se, nas vésperas da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, em profundo declínio. No caso concreto das lanifícias, em fevereiro de 1820, o próprio governo, a partir da Junta do Comércio convocava os principais capitalistas do país para *tomarem* as reais fábricas de lanifícios (Dias 1965:527-67)⁴¹⁴. A convocatória traduziu-se num fracasso total, com a recusa massiva dos empresários de Lisboa e Porto em se comprometerem na administração das fábricas públicas. Na Beira Interior, sob grandes protestos do empresariado nacional, a administração das Reais Fábricas da Covilhã e Fundão foram reatribuídas a António Pessoa de Amorim e a António de Almeida de Navarro de Andrade, num quadro de manutenção de velhos privilégios (Pinheiro 2008b:254-56).

⁴¹³ *O Governo Britânico e Portugal, julgados na presença dos acontecimentos contemporâneos*, por Um Português, 1843: 39).

⁴¹⁴ Encontramos nesta convocatória os nomes de industriais portugueses, como Plácido Lino ou Domingos Ferreira Pinto Basto, já relativamente idosos. Ambos faleceriam menos de um ano depois da convocatória da Junta do Comércio.

6.1.4. A industrialização liberal

A eclosão da revolução de 24 de Agosto de 1820 e consequente formação do Estado Liberal português, a partir da eleição e tomada de posse dos deputados às Cortes Constituintes, em 1820-21, e da promulgação da própria Constituição, em 1822 (Cordeiro 2020), imprimiram uma nova reflexão sobre a indústria lanifícia. Um exemplo dessa dinâmica é o *Breve bosquejo* de Joaquim Caetanos dos Santos Quintela, ao qual, aliás, já nos fomos referindo recorrentemente. Este documento, apresentado às constituintes ainda em 1821, procurou sensibilizar o novo parlamento liberal para a importância de reativação de uma indústria lanifícia em Portugal, setor que poderia ser, nas considerações da época, autossuficiente e, mais uma vez, nuclear no programa de industrialização portuguesa⁴¹⁵.

No entanto, as derivas dispersivas do primeiro liberalismo, as contrarrevoluções absolutistas e, sobretudo, o quadro de guerra civil que se instalou a partir de 1828 até 1834, condicionaram determinantemente qualquer ação de relançamento económico da indústria portuguesa de lanifícios. Na Covilhã, por exemplo, a reativação da legislação do Antigo Regime, por D. Miguel I, desincentivou o investimento na inovação tecnológica, como testemunha uma intimação de 1830, do governo miguelista a Pessoa de Amorim, administrador da Real Fábrica, na qual o governo obriga o industrial a tornar público o seu *invento de tingir* (Dias 1962:422-23), resultando numa nova estagnação do setor. Em Lordelo do Ouro, a ocupação militar e destruição da fábrica fundada por Plácido Lino ilustram também o impacto nefasto da instabilidade política e da guerra na indústria.

A derrota definitiva do miguelismo, em 1834, permitiu relançar as bases do liberalismo económico e político em Portugal, desde logo com a implementação do regime *Setembrista*, em 1836⁴¹⁶ e as novas medidas de proteção e fomento de Passos Manuel⁴¹⁷.

⁴¹⁵ Quintela, industrial de Portalegre, também apelou, no decurso do mesmo ano, para a reativação da Real Fábrica de Panos de Portalegre, mas a sua proposta foi chumbada (*Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, 1821: 2961).

⁴¹⁶ O *Setembrismo* foi um movimento político de facção liberal mais apurada, que chegou ao poder na sequência das eleições de junho de 1836 e consequente nomeação de Passos Manuel, para presidente do conselho de ministros (Bonifácio 1982:367-68).

⁴¹⁷ Lopes Cordeiro demonstra que Passos Manuel não era, intrinsecamente, um protecionista, pelo contrário, o seu pensamento vai de encontro ao liberalismo livre-cambista, não obstante, a sua pauta aduaneira de 1837 foi, objetivamente, protecionista, e foi a partir dessa proteção do mercado que a burguesia industrial pôde lançar os seus projetos (Cordeiro 2006b:123-26).

Efetivamente, este novo período de relançamento económico é considerado por José Manuel Lopes Cordeiro como *o nascimento da indústria moderna portuguesa*, isto é, uma industrialização burguesa com base na criação de grandes companhias fabris liberais (Cordeiro 2017:103-4). Na Covilhã, por exemplo, das 72 fábricas especificadas no *Inquerito de 1881*, 19 foram fundadas durante entre os finais dos anos de 1830 e 1852⁴¹⁸.

Seria, contudo, a partir de 1852, com a *Regeneração*, que a indústria liberal veria o seu grande desenvolvimento. Na nossa amostragem, apenas a fábrica de Lordelo do Ouro tem uma fundação prévia a este período de consolidação liberal, mas, ainda assim, o exemplo de Lordelo não pode ser inteiramente dissociado do período da *Regeneração*, pois foi precisamente em 1852, como referimos, que a fábrica foi reestruturada, e constituída como *Companhia de Lanifícios de Lordelo*, no ano seguinte.

Para além da referida situação de Lordelo do Ouro, os nossos restantes casos em apreço foram todos fundados durante o período da *Regeneração*: Padronelo, 1855; Palmaz, 1864; Riba de Ave, 1873, e Vale de Piedade, 1873-74.

A *Regeneração* e o *Fontismo*, constituem um sistema que integrava um liberalismo nominal, assente no parlamentarismo constitucional, onde o direito à propriedade privada e à autodeterminação individual conviviam simultaneamente com princípios protecionistas. Nesse sentido, a nova pauta aduaneira de Fontes Pereira de Melo, de 1852, permitiu condicionar, de um modo geral, as importações, e fomentar o crescimento da indústria, nomeadamente a lanifícia. De facto, Miriam Halpern Pereira considera que a indústria que mais cresceu em Portugal, na segunda metade do século XIX foi precisamente do setor dos lanifícios. Em termos demográficos, por exemplo, esse crescimento refletiu-se com a população da Covilhã a alcançar o mesmo número de habitantes do Porto (Pereira 1998:575-77).

Este modelo paradoxal, entre uma liberalização do mercado interno e uma proteção face ao exterior, assentou também no princípio de não intervenção direta do Estado no processo produtivo. Ao Estado, ainda assim, competia investir nas *condições* para a

⁴¹⁸ *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, Segunda Parte - Visita Às Fabricas dos Districtos Administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 186-194.

industrialização, tal como a abertura dos canais de transporte e comunicação, nomeadamente o caminho de ferro, mas também a criação, algo circunscrita, de instituições de ensino técnico e industrial (Medina 2004:145-46). O que fora o aparelho produtivo estatal, isto é, as velhas Reais Fábricas, há décadas em processo de concessão, foram sendo inteiramente privatizadas durante a segunda metade de oitocentos. Na Covilhã, por exemplo, prosseguiram, ainda em 1863, os Pessoa de Amorim como administradores da antiga Real Fábrica, ainda que a infraestruturas fossem arrendadas (Pereira 1998:582-83); em Portalegre, a situação era semelhante, e os Larcher mantinham, em meados do século XIX, a administração, mas também a propriedade da que também fora uma Real Fábrica (Matos 1998:405-45)⁴¹⁹.

A entrada no século XX e a transição do constitucionalismo monárquico para o republicano, a partir de 1910, não alterou substancialmente a superestrutura liberal, que prosseguiu, do ponto de vista interno, com as mesmas premissas, tenuemente reguladas por novas leis sociais e laborais, *arrancadas aos industriais a ferro e fogo* (Marques & Rollo 1991:123). Em termos gerais, em 1911, apenas 21% da população ativa trabalhava na indústria. Ainda assim, dentro desta percentagem, grande parte dos operários exteriores aos centros urbanos, trabalhavam na indústria como sistema complementar aos seus baixos rendimentos agrícolas (Rollo & Pires 2014:454). No nosso enquadramento concreto, com a exceção de Lordelo do Ouro, onde o contexto social de início do século era, efetivamente, já de urbanização crescente, os exemplos de Palmaz e Padronelo refletem a ruralização da mão de obra, que se perpetuou durante as primeiras décadas do século XX.

Ainda durante a I República, o apelo dos industriais à imposição de medidas protecionistas, por parte do Estado, não se distinguiu do que existira no período anterior, durante a Monarquia Constitucional. Já na fase final da República, o protecionismo foi, inclusivamente, acentuado, com a publicação da pauta aduaneira de António Maria da Silva, em 1923, considerada a mais protecionista até à data. A nova pauta resultou num favorecimento momentâneo da classe industrial portuguesa (Marques & Rollo

⁴¹⁹ Ao contrário da *Real Fábrica da Covilhã e Fundão*, a *Real Fábrica de Portalegre* chegou mesmo a ser adquirida pelos Larcher, nomeadamente pela matriarca da família, Rosa Jacinta Larcher, em 1822 (Matos 1998:426-27).

1991:120). No mesmo seguimento, as contingências económicas internacionais provocadas pela I Guerra Mundial, bem como pelo seu próprio rescaldo, fomentaram a produção, com fim à exportação, dos lanifícios portugueses, muito concretamente na Covilhã (Pinheiro 2008b:294-97). No norte do país, nomeadamente, as fábricas de Lordelo do Ouro e de Padronelo também beneficiaram com a mesma conjuntura. A expansão de ambas as lanifícias, nas décadas de 1910 e 1920, releva bem essa situação. Nomeadamente no investimento em melhoramentos tecnológicos, como a eletrificação do capital motriz dessas indústrias.

6.1.5. Condicionamento e monopólio

A revolução de 28 de maio de 1926 e a consolidação do Estado Novo, em 1933, implementaram um modelo autoritário que tinha, enquanto premissas teóricas económico-sociais, dois eixos principais: o ruralismo e o corporativismo.

No contexto corporativo, a Ditadura Militar, a partir de 1931, encetou um *corpus* legislativo de condicionamento industrial que viria a ser concluído já no Estado Novo, em 1937, afetando explicitamente os lanifícios (Rosas 1986:191). Sinteticamente, o *condicionamento* impunha um complexo aparato burocrático de licenciamentos sobre indústria. Um dos objetivos, expresso logo no Decreto 19:354, de janeiro de 1931, era *evitar as graves contingências a que se expõe a classe obreira quando liga a sua existência à vida precária de oficinas levemente instaladas*⁴²⁰. Isto é, entre outras condicionantes (a limitação de constituição de empresas de grupos estrangeiros, por exemplo), as leis de condicionamento atingiram especificamente a pequena indústria, incapaz de responder às novas exigências burocráticas de licenciamento, ou mesmo impedidas de aceder a mercados estrangeiros. Estas medidas redundaram num *desenvolvimento controlado* da indústria nacional, na cartelização e na formação de monopólios dos grandes grupos industriais (Rosas 1986:34-54; 184-210; 274-77).

No caso concreto dos lanifícios, setor visado desde os primeiros diplomas de condicionamento industrial, as pequenas oficinas de preparação ou acabamento com

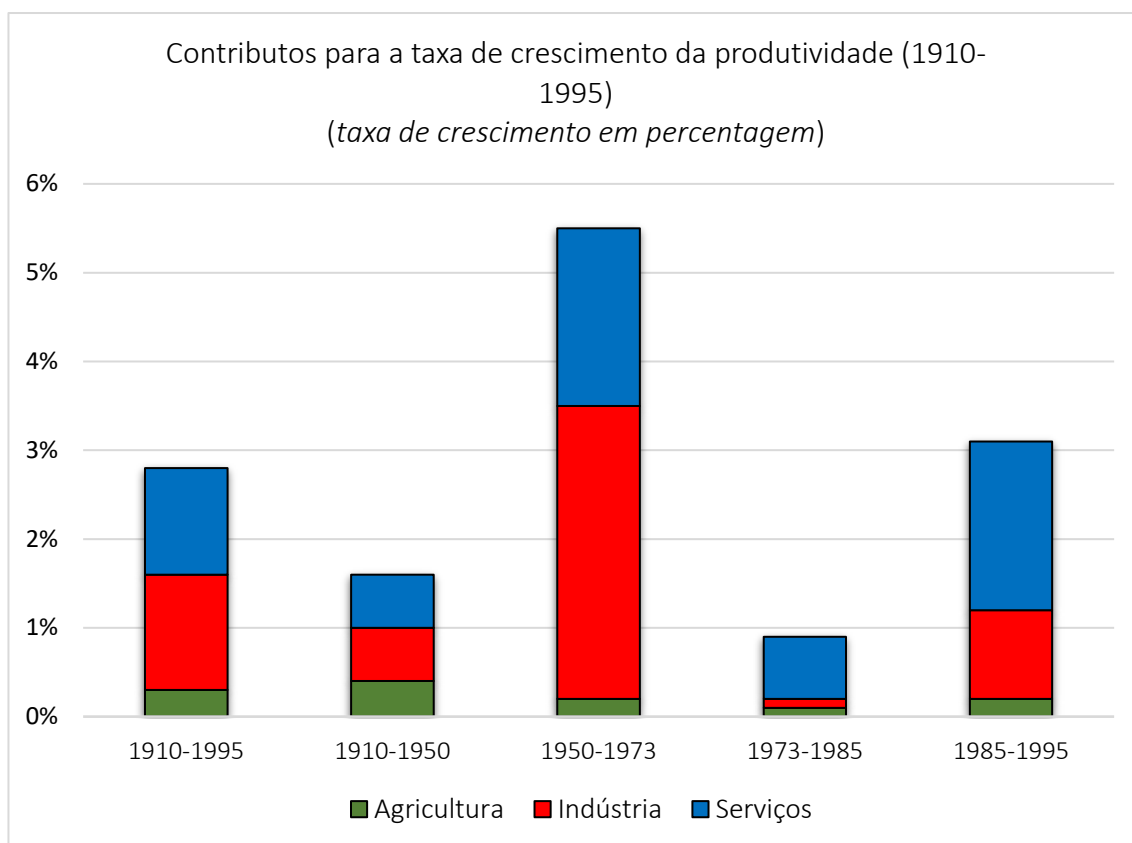
⁴²⁰ *Diário do Governo*, I Série, N.º 38: 311-312, Decreto N.º 19:354, de 3 de janeiro de 1931; *Diário do Governo*, I Série, N.º 52: 395-396, decreto n.º 19:409, de 4 de março de 1931; *Diário do Governo*, I Série, N.º 113: 488-489, Lei N.º 1:956, de 17 de maio de 1937.

mais de 5 operários, ou força motriz de mais de 5 cavalos vapor, ficaram logo obrigadas a procederem a uma série de registos e licenciamentos que, em termos práticos, obrigou ao seu encerramento, à sua *pulverização*, recorrendo à expressão de Fernando Rosas (Rosas 1998:69-73). Nos centros laneiros das Beiras, os grandes industriais do setor conseguiram autorização para criar a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, um órgão corporativo que abrangia apenas a grande indústria (Pinheiro 2008b:297-99). Na nossa amostragem, as lanifícias de Lordelo do Ouro e de Padronelo, enquanto indústrias de dimensão corporativa, prosseguiram a sua laboração, reforçando, inclusivamente, a sua posição no mercado interno. A lanifícia de Palmaz, por seu turno, não sobreviveu às primeiras imposições do condicionamento industrial.

6.1.6. O processo de desindustrialização

A partir da segunda metade do século XX, a consolidação do corporativismo e concentração industrial em alguns grupos monopolistas permitiu que o Estado Novo encetasse algumas políticas de abertura económica, nomeadamente no quadro da EFTA, em 1960, e no Acordo de Comércio Livre, em 1972 (Afonso & Aguiar 2005:305-37). Esta conjuntura permitiu uma aceleração do crescimento da indústria portuguesa em diversos setores, mas com particular incidência no setor têxtil, pelo menos entre 1950-73, até ao momento em que a crise petrolífera viria a comprometer o ritmo de crescimento anterior (Aguiar & Martins 2005:185-209). Um dos problemas de interpretação destes indicadores económicos é que os dados setoriais, ao contrário do que ocorria no século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, englobam os lanifícios no indicador geral dos têxteis, pelo que não nos é possível distinguir o peso concreto dos lanifícios, face às outras fibras, nomeadamente o algodão e os materiais sintéticos, cujo crescimento e progressão foi incomparavelmente maior face aos lanifícios (Pinheiro 2008b:299).

A terciarização da economia portuguesa e respetivo processo de desindustrialização acentuou-se, sobremaneira, entre 1985 e 1995 (quadro 29), com o setor têxtil, em geral, a ser particularmente afetado em 1993 (Aguiar & Martins 2005:198; 220-21).



Quadro 29 - Taxa de crescimento da produtividade em Portugal - 1910-1995 (ad. de Aguiar & Martins 2005:198).

No caso da Covilhã, o fenómeno de desindustrialização do setor dos lanifícios estendeu-se já pelo século XXI, entre 2001-10, com o agravamento do desemprego e encerramento de 23 empresas, entre as quais a emblemática *Campos Mello*. Todavia, estes encerramentos, não significaram uma diminuição da produção, sendo que o volume de produção, executado pelas fábricas sobreviventes ultrapassou as quantidades de meados do século XX, considerado o momento áureo dos lanifícios covilhanenses (Pinheiro 2008b:307-8). Esta situação resulta de uma maior, e mais eficaz, mecanização do aparelho produtivo, contudo, o processo de desindustrialização e consequente encerramento das fábricas, significa, na Covilhã, um desafio de gestão patrimonial de toda uma paisagem fabril em processo de reconversão.

No caso da nossa amostragem, apenas Lordelo do Ouro e Padronelo continuavam a laborar, enquanto lanifícias, depois de 1950. No entanto, a própria *Sociedade Industrial de Padronelo*, viria, ainda no decorrer da década de 1960, a abandonar a produção lanifícia, reconvertendo-se numa unidade de transformação de óleos alimentares, o que é um bom indicador da crise que atravessava o setor, sobretudo a partir da segunda

metade do século XX, num momento em que outras fibras têxteis experimentavam até um crescimento económico.

Em Lordelo do Ouro, a produção lanifícia mantinha-se ainda depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Tal como referimos, a fábrica de Lordelo foi, inclusivamente, nacionalizada em 1975, no contexto da nacionalização da banca, concretamente do *Grupo Borges & Irmão*, proprietário da lanifícia⁴²¹. Em todo o caso, durante ainda a década de 1980, a lanifícia de Lordelo do Ouro continuou a laborar, como uma das últimas grandes lanifícias nacionais e, mais concretamente, a última lanifícia do distrito do Porto. Ironicamente, era também, como vimos, a mais antiga, encerrando as portas em 1992, no quadro de agudização do processo de desindustrialização. Na verdade, toda a freguesia de Lordelo do Ouro, enquanto eixo multissetorial da industrialização do Porto nos séculos XIX e XX assistiu a uma intensa desindustrialização e reestruturação económica e social entre os anos 1980 e finais da década de 1990 (Fernandes 1998).

6.2. Tipologias de infraestruturas

No âmbito da nossa amostragem, as tipologias de construção das fábricas refletem a diversidade e consequente dificuldade em estabelecer modelos padrão. De facto, apesar de maioritariamente as fábricas da amostragem terem sido fundadas entre 1850 e 1875⁴²² e serem todas, originalmente, integradas em contexto rural ou periurbano, as suas diferentes dimensões, os seus percursos mais ou menos longos, condicionaram a sua evolução e reorganização espaciais. Ao mesmo tempo, a condição periférica do processo de industrialização português conduziu, a nível geral do país, a uma sobreposição tipológica das lanifícias. Esta situação é resultante de diferentes soluções tecnológicas, por vezes anacrónicas, mas que eram adotadas em simultâneo, entre unidades fabris vizinhas, e mesmo dentro das mesmas unidades. Assistimos, por exemplo, a equipamentos hidráulicos construídos de raiz, contemporâneos com instalações a vapor, ou mesmo elétricas, ou a manutenção de pavilhões produtivos em andares, simultaneamente com a construção anexa dos primeiros pisos térreos com

⁴²¹ *Decreto-lei N.º 132-A/75*, de 14 de março, *Diário do Governo* N.º 62/1975.

⁴²² A própria fábrica de Lordelo do Ouro, com estabelecimento a partir de 1803, foi reorganizada na década de 1850, não só com a constituição da Sociedade Anónima, mas sobretudo com a instalação do novo equipamento hidráulico.

cobertura em dente de serra ou *shed*. É o caso, por exemplo, de Lordelo, que manteve os pisos do início do século XIX, lado a lado com os complexos térreos do início do século XX, readaptando, desse modo, mais de 100 anos de modificações tecnológicas e organizacionais.

Neste tipo de contexto, as tipologias das lanifícias, bem como da indústria têxtil em geral, são muito diversificadas e complexas, o que torna difícil a sua sistematização. Em termos resumidos, a professora Heike Oevermann sintetizou dois tipos básicos de tipologia do edificado têxtil: o tipo básico 1, o mais antigo, de implementação rural, composto por blocos de pisos. Este tipo, tradicionalmente inglês, também é descrito como tendo estrutura normalmente em ferro e revestimento em tijolo. Soluções que não acontecem na nossa amostragem e que são muito raros na lanifícias portuguesas em geral. O tipo básico 2, mais recente, é caracterizado pelos complexos produtivos integrados, normalmente em pavilhões térreos dedicados a diferentes fases do processo produtivo (Oevermann 2021:13-15).

Estes dois tipos, apesar de refletirem sucintamente a razão base que conduziu a diferentes formas de organização, que é a mudança tecnológica, não nos permitem sistematizar claramente a realidade estrutural dos nossos exemplos, que, como referimos, são sobretudo pastiches de readaptações, quase sempre anacrónicos e mal planificados. Como tal, e mantendo as premissas tecnológicas básicas que regem a construção/readaptação de cada fábrica, ao longo das suas diferentes etapas de laboração, adotamos e adaptamos o quadro de tipologias da indústria têxtil proposto por Marylin Palmer e Peter Neaverson:

*«The buildings of the textile industry are a very complex class but it is possible to classify them in terms of technological change and the organization of production [...]. In all branches of the industry, **the earliest phase was one of domestic production, often as a secondary employment to agriculture. Cottages were adapted to house spinning and knitting machines and looms, their main characteristic being the insertion of long or large windows to allow maximum light into the working area. As machines became larger, they were grouped together in small purpose-built workshops with similar fenestration either on one floor of a house or in the back yard or garden. Changes in the***

organisation of capital investment, with the intervention of a middleman between the producer and the market, led to the grouping of machines in multi-storey, purpose-built workshops although the machines remained hand-powered. The final phase was the adoption of power, first water and then steam, gas and electricity, which resulted in the large multi-storey mills and factories which provide a rich collection of industrial buildings in many parts of the world. The sequence is in reality far more complex than this, since new technological developments took place at different times in various branches of the industry.» (Palmer & Neaverson 2001:62-63)

Resumidamente, teríamos três grupos básicos:

- I. Adaptação de estruturas prévias, no contexto de produção doméstica;
- II. Instalação de maquinaria nova (maior e mais difundida) em pequenas oficinas térreas construídas especificamente para esse efeito; posteriormente elevadas em estruturas em pisos;
- III. Instalação de centrais de energia (hidráulica, vapor, eletricidade) o que resultou numa tipologia de grandes edifícios de concentração de tarefas, em pisos, ou em amplos pavilhões fabris.

A transcrição deste quadro tipológico para a indústria lanifícia portuguesa tem que ter em particular atenção os seus diferentes ritmos de desenvolvimento, distribuição e aplicação de tecnologia/capital. Ou seja, como vimos, o desfasamento cronológico entre as diferentes soluções tipológicas é mais acentuado em países com uma industrialização lenta e regionalmente desigual. Isto significa que encontramos diferentes soluções energéticas dentro da mesma faixa cronológica.

Estas variantes refletem-se em diferentes tipologias construtivas, mais ou menos contemporâneas, pelo que acrescentamos às tipologias de base, as tipologias de reconversão do edificado original:

- [1] Readaptação de manufatura para indústria de energia hidráulica;
- [2] Readaptação de energia hidráulica para vapor;
- [3] Readaptação de energia hidráulica para hidroelétrica.

Contudo, o fenómeno de readaptação das estruturas não se articula apenas com as suas mudanças tecnológicas, mas também com a sua reconversão de função ou reutilização:

- [4] Reutilização em contexto histórico (mudança de setor industrial ou de função base);
- [5] Reutilização em contexto patrimonial (conservação e preservação).

Ao mesmo tempo, podemos considerar que, dentro da diversidade de tipologias da indústria lanifícia, nomeadamente as suas primeiras instalações, seja no contexto manufatureiro, ou mesmo já na motorização mecânica, a sua característica mais comum é a capacidade de adaptação e readaptação a novas utilizações. Neste contexto, cumpre recordar as palavras de Kenneth Hudson, a que aludimos logo no início do nosso trabalho, sobre a resiliência das estruturas fabris da indústria têxtil:

*«Such buildings [edifícios das indústrias têxteis] were expensive, but **they were built to last** and one of the most interesting features of eighteen and nineteenth-century textile mills is their **astonishing stamina**. They can, of course, be demolished, and many have suffered this fate, but, of those which have survived, **a considerable number have passed from one industry to another after their textile days had come to an end.**»* (Hudson 1979:162)

6.2.1. Primeiras tipologias: os exemplos das *Reais Fábricas* do século XVIII

No caso português, as Reais Fábricas de Lanifícios setecentistas, reutilizadas ao longo dos séculos sob as mais diversas ocupações, são um exemplo ilustrativo de diferentes tipologias, das suas readaptações, bem como da perceção patrimonial em torno das suas memórias.

A Real Fábrica da Covilhã, por exemplo, a primeira unidade das lanifícias estatais do pombalismo, foi construída de raiz e foi sendo ampliada desde 1767. A sua fase de laboração foi, com as contingências históricas que analisamos anteriormente, mais ou menos contínua até 1885, quando o edifício regressou à esfera pública (Câmara Municipal da Covilhã) e foi convertido em edifício militar, situação que durou até 1959, como quartel do Batalhão de Caçadores 2; depois de parte do edifício ter sido utilizado como repartição de Finanças, na década de 1970, todo o complexo foi adaptado para a instalação do Instituto Politécnico da Covilhã (hoje Universidade da Beira Interior). No contexto das obras de reconversão, a Real Fábrica foi classificada e é a partir desse momento, na década de 1980, que nasce o projeto do que é atualmente o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (Pinheiro 2009:638-40).

Trata-se, portanto, de um complexo setecentista reinventado ao longo de 250 anos, alocando diferentes funções, mas sem nunca ter perdido o seu referencial e memória enquanto fábrica lanifícia (fig. 116).



Fig. 116 - Museu de Lanifícios (secção de fição), Covilhã (©MBPastor).

A segunda Real Fábrica, a do Fundão, foi fundada em 1770, originalmente como filial de produção de baetas e camelões da Real Fábrica da Covilhã. O edifício não foi inteiramente construído de raiz, foi readaptado da velha cadeia e sede do município existentes no século XVIII. Tal como na Covilhã, a fábrica foi progressivamente sendo ocupada pela família dos antigos administradores, os Pessoa de Amorim. Em 1848, o município do Fundão conseguiu, ao fim de vários anos de contenda judicial, readquirir o edifício, que foi convertido em Câmara Municipal (Pinheiro 2009:720). O edifício foi ampliado em 1906, com a elevação de um piso adicional, um frontão com relógio e um pequeno campanário (Pinheiro 1998a:26-28), mantendo-se, até hoje como sede da autarquia do Fundão. Neste caso, a memória da Real Fábrica também foi sempre preservada e cultivada pelo poder e sociedade locais (fig. 117).



Fig. 117 - Antiga Real Fábrica de Lanifícios do Fundão [litografia de Francisco Pastor, c. 1890 (apud. Pinheiro, 1998a, p. 26) e vista atual ©MBPastor].

Tal como no caso anterior, a Real Fábrica de Portalegre também é atualmente utilizada como sede da autarquia. A manufatura não foi construída de raiz, sendo o resultado de um programa de 1772 de readaptação e reutilização do antigo Colégio de São Sebastião, da Companhia de Jesus. A partir de 1788 a Real Fábrica foi arrendada, tendo sido, tal

como referimos anteriormente, adquirida pelos Larcher em 1822, laborando nesse contexto durante todo o século XIX e início do século XX (Matos 1990:658-59, 1998:351-445). Com a devolução do edifício à esfera pública, o mesmo foi reconvertido em sede municipal e espaço cultural, onde é preservada e promovida a memória fabril do local.

No caso de Cascais, a fábrica de Francisco Mailhol, ainda que tendo sido, como vimos, um empreendimento privado, recebeu o privilégio de intitular-se *Real Fábrica*. Foi instalada em 1774, na antiga Quinta de Santa Clara, onde, entre outros cómodos periféricos, ocupou a casa grande ou Casa da Horta, e aí laborou até 1816 (Goes 1964:37-45; 155). Desmantelada e obliada logo no início do século XIX, a fábrica de Cascais perdeu, junto da comunidade, o seu referencial mnemónico, mas preservou parte da sua materialidade ao longo destes últimos 200 anos. Foi com base nessa materialidade, nomeadamente a Casa da Horta, que em 2019 a Câmara Municipal de Cascais recuperou o edifício e aí instalou a sua nova biblioteca municipal (figs. 118 e 119). No entanto, no processo de apresentação pública e promoção da nova infraestrutura cultural, a memória da antiga Real Fábrica de Cascais não foi lembrada, o que é paradigmático da necessidade de resgate patrimonial do legado das lanifícias e da sua industrialização fora da esfera geográfica da Beiras e Alto Alentejo.

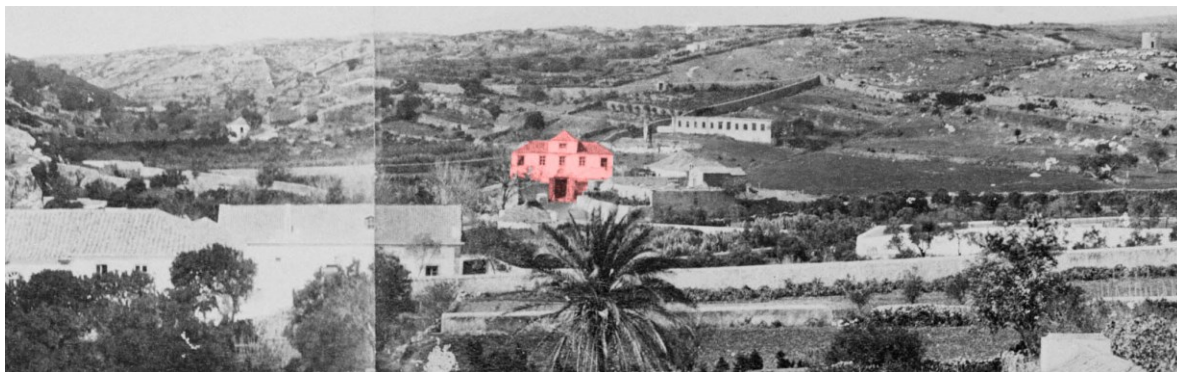


Fig. 118 - Vista geral de Cascais em 1890, Quinta de Santa Clara e Casa da Horta em destaque colorido, onde laborou a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais (AHMC.; ©MBPastor).



Fig. 119 - Vista da atual Biblioteca Municipal de Cascais na Casa da Horta da Quinta de Santa Clara (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/>).

6.2.2. Os casos das lanifícias da amostragem em apreço: Aveiro, Braga e Porto

É precisamente também no quadro de periferia da memória lanifícia que a nossa amostragem se insere. Os exemplos prévios a que aludimos, de lanifícias do período pombalino no Porto, a fábrica da *Quinta do Bacalhau*, de Domingos Ferreira Pinto Basto e a *Martins, Arantes & Martins* são, praticamente, desconhecidos. A sua memória histórica diluiu-se e desapareceu ainda no início do século XIX e, ao contrário da fábrica de Cascais, a localização original das lanifícias setecentistas portuenses não é conhecida.

Dos edifícios que compõem a nossa amostragem, dois deles, a fábrica de Vale de Piedade e a de Riba de Ave, eram considerados perdidos, nem tampouco a sua localização era clara. As estruturas da própria fábrica do Caima estavam (e assim se mantêm) mal conhecidas e confundidas com a memória da sua fábrica vizinha, a fábrica de papel. Assim, apenas Lordelo do Ouro e Padronelo tinham uma localização material referenciada e uma perceção espacial mais ou menos conhecida. No entanto, apenas após a localização e interpretação de todas as unidades, é que nos foi possível enquadrar cada um dos exemplos no quadro tipológico apresentado.

6.2.2.1. Costas & Carvalho, Palmaz, Oliveira de Azeméis

Construída de raiz, em 1864, a fábrica insere-se já na **tipologia III**, com unidade central de energia e oficinas de laboração anexas em pisos térreos; e subcategorias **[3] Readaptação de energia hidráulica para hidroelétrica**, em 1924 e **[4] Reutilização em contexto histórico (mudança de função base)** em 2011.

6.2.2.2. Companhia de Lanifícios de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia

A fábrica de Vale de Piedade, apesar de licenciada originalmente, em 1873, como sendo um edifício de dois pisos construído de raiz com instalação de uma máquina a vapor fixa, foi, na prática, uma fábrica que reaproveitou dependências arruinadas de um antigo convento, sobremontadas com dois pisos sobrados e equipada com um pequeno locomóvel. Posteriormente, a fábrica redistribuiu-se para um armazém próximo, também com instalação de uma máquina a vapor estacionária. Enquadra-se, como tal, na **tipologia I - Adaptação de estruturas prévias** e subcategoria **[4] Reutilização em contexto histórico (mudança de função base)** desde a sua dissolução, em 1884, estando atualmente em estado devoluto.

6.2.2.3. Fábrica de Lanifícios de Lordelo do Ouro, Porto

A lanifícia de Lordelo do Ouro, erguida originalmente em 1803, enquadra-se na **tipologia II - Instalação de maquinaria nova (maior e mais difundida)** em pequenas oficinas térreas construídas especificamente para esse efeito; posteriormente elevadas em estruturas em pisos e, depois de 1855 (instalação de máquina a vapor), 1857 (roda hidráulica) e 1918 (início da eletrificação), na **tipologia III - Instalação de centrais de energia (hidráulica, vapor, eletricidade)** o que resultou numa tipologia de grandes edifícios de concentração de tarefas, em pisos, ou em amplos pavilhões fabris. A fábrica nunca teve outras funções para além de indústria lanifícia. Depois da sua demolição, em 2016, o espaço foi ocupado por blocos apartamentos residenciais. Contudo, a preservação de alguns elementos (Portaria e cisterna) apontam residualmente para a subcategoria **[5] Reutilização em contexto patrimonial (conservação e preservação)**.

6.2.2.4. Fábrica de Lanifícios de Padronelo, Amarante

Construída de raiz em 1855 no contexto de **tipologia II - Instalação de maquinaria nova (maior e mais difundida)** em pequenas oficinas térreas construídas especificamente para

esse efeito; posteriormente elevadas em estruturas em pisos. Sofreu dois processos de readaptação energética: [2] **Readaptação de energia hidráulica para vapor** (em 1866, com a aquisição de um locomóvel) e [3] **Readaptação de energia hidráulica para hidroelétrica** (1934). E readaptação de funções [4] **Reutilização em contexto histórico (mudança de função base)**, para indústria transformadora de óleos e armazém industrial (década de 1960 até à atualidade).

6.2.2.5. Fábrica do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão

O edifício da lanifícia partiu de uma profunda readaptação de duas antigas azenhas, a partir de 1873. Em 1881 surge licenciado como uma pequena estrutura de tipo *mill* em andares. Assim, consideramos uma primeira fase de **tipologia I - Adaptação de estruturas prévias** e uma segunda fase **II Instalação de maquinaria nova (maior e mais difundida) em pequenas oficinas térreas construídas especificamente para esse efeito; posteriormente elevadas em estruturas em pisos**. Enquanto monobloco simples insere-se atualmente na subcategoria [4] **Reutilização em contexto histórico**, primeiro como unidade energética auxiliar da *Sampaio, Ferreira e Cia.* (em 1911) e atualmente como armazém industrial de produtos químicos.

7. Discussão - diálogo interdisciplinar: práticas e propostas de gestão do património industrial no terreno

7.1. Ciências patrimoniais: diferentes óticas e contributos

A definição elementar de património cultural definido pela *Convenção de Faro* de 2005 permite compreender que na síntese do património cultural existem dois princípios fundamentais, a sua simbiose com o conceito de memória e a multidimensionalidade do seu alcance:

*«o património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, com um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes, tradições em permanente evolução e inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através dos tempos.»*⁴²³

A relação do património com o conceito de memória assenta na sua capacidade de *operacionalizar o processo de memorização* (Mendes 2013:14). Ou seja, aquilo que elevamos ao conceito de património cultural tem como objetivo primário assinalar, relembrando-nos ou, melhor dizendo, reconstruindo-nos na memória, um espaço identitário, mais ou menos coletivo, com que desejamos preencher e ilustrar o nosso presente. Como consequência dessa urgência de conservação e reativação do passado, a seleção do património a preservar e a invocar corresponde, em termos práticos, a uma seleção do passado, valorizado pelos poderes que definem a patrimonialização deste ou daquele fragmento de memória (Choay 2014:17-18). Uma seleção, como temos vindo a discutir, que é cada vez mais ampla, mais inclusiva de diferentes dimensões, nomeadamente as dimensões que se relacionam com a industrialização, os seus agentes, as suas infraestruturas e a sua tecnologia. Integrando assim essas memórias no universo patrimonializável das sociedades.

⁴²³ *Convenção-Quadro do Concelho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, Faro, 27 de outubro de 2005, Título I, Artigo 2.º, alínea a).

Desta multidimensionalidade, resulta que o património cultural, tanto no seu espectro material, como nas suas dimensões intangíveis, apresenta um potencial de patrimonialização virtualmente ilimitado.

É, aliás, no enquadramento da negociação de definições de património, sobretudo no campo de uma visão mais desconstrutivista dos critérios tradicionais de patrimonialização que os novos valores podem ser conceptualizados⁴²⁴. Sob esta perspetiva mais abrangente e, como tal, mais complexa, a visão dos especialistas não deve ser entendida como determinante e vertical, mas sim como uma função de mediação entre o discurso de valorização patrimonial e as comunidades, abrindo assim o leque do discurso dos critérios de patrimonialização. Neste sentido, os elementos culturais associados aos processos de industrialização, mas também de desindustrialização, têm sido referenciados como exemplos de novas negociações patrimoniais, como o caso da comunidade mineira e oleira de Castleford, em West Yorkshire, Inglaterra, cuja redefinição identitária pós-industrial foi intrinsecamente autodefinida com a memória societal do seu passado laboral e da sua cultura operária (Smith 2006:237-75).

Simultaneamente, o alargamento do âmbito cronológico do objeto patrimonializável para a nossa época, também contribuiu para um maior acervo de elementos patrimonializáveis a ter em atenção. Aliás, a célebre metáfora da hiperpatrimonialização, condensada na expressão *complexo de Noé*, de Françoise Choay (e retomada por Michel Lacroix), é referida exatamente no contexto de reflexão sobre a inclusão dos elementos contemporâneos no conceito patrimonial (Choay 2014:224-25). O que na prática também significa a patrimonialização do legado da industrialização.

Todavia, esta abertura conceptual do elemento a patrimonializar, a acolher na grande arca mirífica de salvação, pressupõe uma necessidade adicional de criterização de valorização mais ampla, mas também mais rigorosa, tanto a nível conceptual, como a

⁴²⁴ Laurajane Smith considera que os valores do discurso patrimonial tradicional, tais como *o antigo, o belo, o identitário*, entre outros, consubstanciam uma visão ocidental elitista em torno da criação de património, identificada como visão *autorizada* (AHD *authorized heritage discourse*). Um discurso de desconstrução da narrativa tradicional implica, assim, a proposta de novas definições e novas inclusões patrimoniais (Smith 2006:11-16; 29-43).

nível mais imediato ou instrumental (Sobrinho Simal 2016:197). Um dos critérios de base deverá ser a consideração do património material, nomeadamente o edificado industrial, como sendo, antes de mais, um documento histórico (Kühl 2009:59-80).

Em contrapartida, a ausência de critério ou de fabricação *ad hoc* de critérios patrimoniais, com fim a salvaguardas pontuais, pode conduzir ao oposto da valorização pretendida, que é a banalização ou *fragmentação* da definição de património. O que resulta num exercício de acumulação permanente e indiscriminada de objetos identitários que possam, de algum modo, refletir uma construção de memória, mas que, em última análise, por carência de sustentação teórica, redundam em vazio, em *disneylândias* ou *património-pastiche*⁴²⁵, cujo único valor efetivo é um valor de entretenimento e de mercado (Jorge 2004:18-24).

É precisamente a partir desta redução do conceito de valor patrimonial ao conceito de valor económico, de mais-valia, que os problemas de salvaguarda do património, bem como dos critérios que a possam reger, se tornam mais urgentes. Um dos resultados desta transformação do património em produto económico passa, precisamente, pela prática do fachadismo ou, recorrendo novamente a Choay, da *encenação* patrimonial ou *modernização* do património (Choay 2014:227-33).

⁴²⁵ Repetimos os termos *disneylândias* e *património-pastiche* usados por Vítor Oliveira Jorge, referindo-se à tendência de patrimonialização artificial de tudo, com intuito de valorização económica do património (Jorge 2004:21). Um exemplo de *património-pastiche* absurdo é o caso do *Cadbury World*, em Bournville, Birmingham, uma fábula industrial construída pela própria empresa chocolateira, ao lado das ruínas dos seus pavilhões industriais efetivos (Alfrey and Putnam 1992:15-16).



Fig. 120 - Fachada e contrafachada da antiga *Fábrica de Fiação e Tecidos de Sá*, Ermesinde, Grande Porto. Exemplo de transformação de um documento industrial em *património-pastiche* (©MBPastor).

A título exemplificativo desta prática de encenação patrimonial, referimos as intervenções de 2020 sobre a antiga *Fábrica de Fiação e Tecidos de Sá*, em Ermesinde, na área do Grande Porto (fig. 120), cuja apresentação de marketing público da empresa que demoliu a fábrica, foi anunciada como sendo uma *recuperação* e, pela autarquia local, como um *investimento de salvaguarda do património histórico industrial*⁴²⁶.

Por outro lado, devemos acrescentar que a redução do valor de produto económico ao património não se limita ao negócio do turismo ou da promoção comercial. Um outro valor monetário, porventura talvez ainda mais pernicioso, porque explora o conceito patrimonial a partir de recursos públicos, é a captação de subsídios para *patrimonializações* pontuais e, não raras vezes, inconsequentes. Aliás, é dentro deste âmbito que assistimos a intervenções alegadamente de restauro ou reconversão sobre o património, nomeadamente o industrial, travestidas de *ações culturais*, mas que na prática *transformam a preservação e a cultura em paródias* (Kühl 2009:270).

⁴²⁶ *Jornal Novo Regional*, «Mercadona recupera Fábrica de Sá em Ermesinde», 23 de janeiro de 2020.

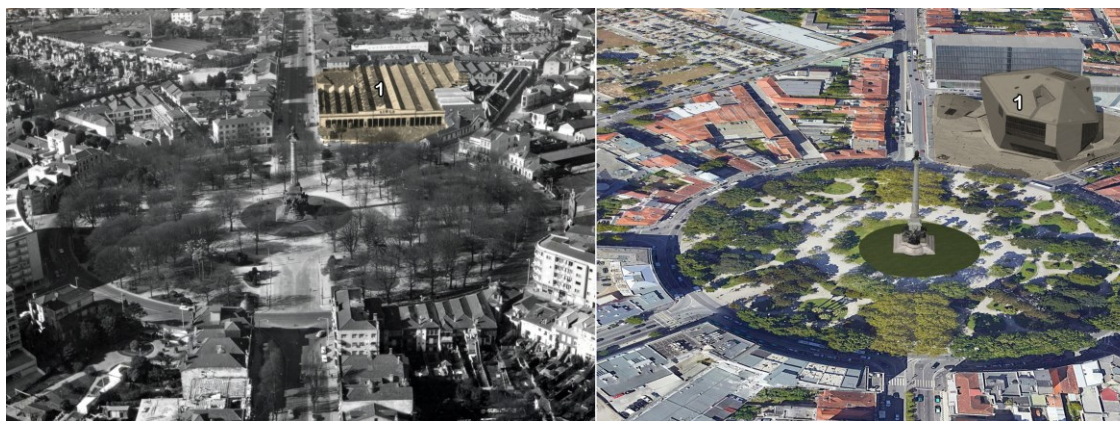


Fig. 121 - Rotunda da Boavista, Porto: à esquerda, 1964: 1 - instalações da *remise* dos carros elétricos (AHMP); à direita, 2022: 1 - Casa da Música (Google Earth/©MBPastor).

A demolição da antiga *remise* em 1999 foi apresentada como uma *reconversão* em Casa da Música⁴²⁷.

É precisamente no sentido de definição de práticas de salvaguarda, interpretação e intervenção sobre o património industrial que consideramos fundamental fincar um ponto de referência prioritário. Esse ponto é a necessidade de estabelecer um debate interdisciplinar em torno do estudo e conservação do património da industrialização. Ou seja, só abordando diferentes ângulos de interpretação e ação sobre o património é que é possível iniciar um diálogo onde os diferentes critérios de valorização estejam presentes.

O diálogo proposto não pressupõe uma cadeia hierárquica vertical entre as diferentes disciplinas. Pelo contrário, falamos de atuações conjuntas, em equipas equitativas. Isto não significa, contudo, que, mesmo numa dinâmica horizontal, não devamos considerar um eixo de rotação central que sirva de ponto de partida e, ao mesmo tempo, estação de coordenação do diálogo interdisciplinar. Esse pivô, no nosso ponto de vista, deverá ser a arqueologia da industrialização, enquanto ciência que aborda, também, a materialidade em torno das sociedades industriais e das suas concretizações. É no quadro do estudo dessa materialidade que o património industrial é selecionado

Assim, entendemos que a articulação entre o património industrial e a arqueologia da industrialização deverá ser realizada em diferentes sentidos. A base dessa relação deverá ter como ponto de partida o fim da arqueologia da industrialização, que é a compreensão do ser humano no contexto industrial, visto a partir dos remanescentes materiais. Isto é,

⁴²⁷ *Público*, 27 de maio de 1999, «Porto de Moda começa hoje».

os objetivos finais da arqueologia, que aborda integralmente os vestígios da industrialização, deverão preceder o processo de patrimonialização, que é, na prática, uma seleção dos mesmos vestígios (Alfrey & Putnam 1992:4; Santacreu Soler 1992:27-28).

Deste modo, a arqueologia da industrialização, ainda que não se restrinja apenas ao estudo dos vestígios patrimonializáveis, isto é, todos os elementos materiais e humanos são matéria de estudo da arqueologia, contribui com um papel central nos estudos do património industrial. Não apenas pela natureza do seu objeto conceptual e epistemológico, mas também porque a sua própria metodologia (prospecção, eventual escavação, recolha documental, inventariação e análise) constitui um ponto de partida para a abordagem e a própria definição/classificação do património industrial (fig. 122).



Fig. 122 - Dimensões da arqueologia industrial, (adaptado por ©MBPastor de Santacreu Soler, 1992, p. 26; e de R. A. R. da Silva & Cordeiro, 2017, p. 18).

Paralelamente, as diferentes linhas de investigação em torno do património industrial implicam um diálogo alargado com várias outras disciplinas. Entre essas disciplinas, a história, a etnografia, os estudos económicos, a geografia e processos de georreferenciação, a sociologia, a arquitetura e os estudos de conservação são exemplos (como fomos, aliás, demonstrando ao longo do catálogo monográfico das lanífcias) de disciplinas e respetivas metodologias convocadas para o estudo do património industrial.

Tradicionalmente, contudo, algumas destas disciplinas nem sempre estiveram particularmente atentas à cultura material. É o caso da própria historiografia, que, do ponto de vista do seu escopo, bem como dos seus agentes, não foi, ainda num passado mais recente, tão útil, como se esperaria, em relação ao património industrial, chegando, inclusivamente, a ser algo displicente (*contemptuous*, recorrendo ao termo usado por Judith Alfrey e Tim Putnam) face à materialidade dos vestígios da industrialização (Alfrey & Putnam 1992:4-8).

Esta realidade conduziu a um certo afastamento, não só metodológico, mas efetivo, entre a historiografia e a arqueologia da industrialização, cujo caminho de autonomização foi feito no sentido de se distanciar das correntes mais historiográficas. Esse hiato visou, numa primeira fase, a afirmação académica da disciplina por seu direito próprio, com a sua própria metodologia, tanto no que diz respeito aos seus recursos prospetivos, como também analíticos. Essa divisão, ainda que fundamental numa fase de afirmação epistemológica da ciência, também poderá ter contribuído, num sentido inverso, para algum afastamento dos arqueólogos dos próprios recursos tradicionais da historiografia, nomeadamente os documentos escritos. Muito concretamente, os documentos oficiais, como registos de propriedade, descrições prediais ou notariais.

No entanto, a abordagem arqueológica, nomeadamente numa ótica documental, tem a ganhar com esses recursos. São fontes importantes de indicadores materiais, como a descrição dos edifícios, da sua compleição e funcionalidade, e até da sua localização no terreno. Este último aspeto, a localização, revela-se de maior importância no contexto da arqueologia industrial, onde, como fomos verificando, a sua intrínseca característica de readaptação permanente, bem como a sua efemeridade, obrigam a um exercício metodológico muito abrangente para a sua identificação. É na síntese desse exercício interdisciplinar que podemos estabelecer o diálogo entre as várias ciências.

Por outro lado, na área da conservação, o trabalho de valorização do património industrial ocupa a primeira linha da frente de sensibilização social, científica e institucional face ao património. Uma valorização imprescindível para que a disponibilização de recursos, o comprometimento e interesse sociais, mas também dos

diferentes departamentos académicos, possam compreender e estimar o património industrial.

Esta valorização só é possível através do recurso a diferentes campos de conhecimento em torno do património. Campos de conhecimento que permitam alargar os critérios tradicionais de valorização patrimonial, como a *antiguidade*, *raridade*, *beleza*, *exemplaridade*, *genuinidade* e até a *espiritualidade* (Alfrey & Putnam 1992:2), e que relancem novos critérios de valorização especificamente pensados para o património industrial. Critérios que adotem uma ótica de aproximação entre diferentes tendências de valorização e até intervenção, como, por exemplo, a visão mais integralista da conservação e as visões mais dinâmicas e críticas (Kühl 2009:87-88).

Para que esses novos critérios se definam, acreditamos que é necessário considerar um ponto de partida abrangente em redor de cada caso de estudo. Um ponto de partida, e citando Mary C. Beaudry, de *abordagem holística* do património, que não separe os sítios industriais dos seus vários contextos, como a complexidade das suas paisagens de enquadramento, e as dinâmicas sociais, e até individuais, que levaram às diferentes configurações e ocupações do património (Beaudry 2005:303).

Foi nesta ótica que procuramos empreender um diálogo interdisciplinar alargado, recorrendo a uma multiplicidade e variedade de fontes aparentemente dispersas. Esta aproximação é, na verdade, uma das bases de valorização do património, da sua interpretação e, sobretudo, comunicação e partilha:

«Communicative function is inseparable from a process of giving meaning and value [ao património industrial] which involves not only detailed historical knowledge, but also ways of working that themselves foster shared commitment to the heritage resource.» (Alfrey & Putnam 1992:180)

Esta perceção global do conhecimento e sua interação permanente e interligada com os diferentes contextos que envolvem o património industrial em estudo, exige uma leitura transdisciplinar muito complexa, mas também, necessariamente, muito fundamentada. É um processo que se enquadra no conceito proposto por Julián Sobrino Simal, a *cliodiversidade*. Isto é, uma leitura englobalizadora, transgeográfica e diacrónica das diferentes vertentes da cultura e *das* culturas, passadas ou ainda ativas, que permita

estabelecer um elo de ligação ou agregação, entre a dispersão de fragmentos de conhecimento (Sobrinho Simal 2016:198-202). No nosso ponto de vista, a base dessa fundamentação de interligações terá na arqueologia documental um suporte teórico e metodológico apropriado, que servirá de cúpula agregadora dos vários contributos e perspectivas trazidos pelas diferentes disciplinas no terreno.

7.2. Gestão do património industrial - plataformas de diálogo e código de práticas comuns

Entendemos como plataformas de diálogo o conjunto de estratégias conceptuais e operacionais que permitam a convergência entre as diferentes disciplinas envolvidas no estudo do património industrial. Desta convergência deverá emergir um conjunto de guias de orientação para uma gestão abrangente e eficaz do património. Como gestão, consideramos todo o processo que engloba a seleção, valorização, interpretação, preservação, conservação e usufruição do património industrial.

Em termos sistemáticos, recuperamos, adaptando, os princípios elementares de gestão do património industrial propostos por Judith Alfrey e Tim Putnam (Alfrey & Putnam 1992:1):

- **Recolha e organização dos vestígios industriais** antigos (ou menos antigos), de modo a compreender como funcionavam;
- **Proteção e manutenção dos edifícios, locais e maquinaria**, em função do seu interesse técnico, histórico e estético;
- **Procura de novos usos para os elementos desativados**, mas insubstituíveis, das paisagens industriais;
- **Recuperação de maquinaria e práticas de trabalho** em desuso;
- **Registo do conhecimento**, competências e experiência de populações industriais;
- Utilizar os resultados obtidos de modo a **mostrar como viviam e trabalhavam as gerações anteriores**.

A estas linhas iniciais, devemos acrescentar os pontos de critério definidos especificamente para a elaboração dos planos de conservação (Alfrey & Putnam 1992:26-28):

- **Adoção de um sistema de valorização formulado especificamente para o património industrial**, que não seja importado de outras áreas, como da história ou da arquitetura.

- **Orçamentação criteriosa e detalhada do programa de conservação.** Muitos dos pontos fracos dos planos de conservação existentes são centrados em critérios muito específicos e rígidos de orçamentação, incapazes de compreender outros valores acrescentados, diferentes do registo tradicional. **O conhecimento inadequado conduz a más decisões sobre o que conservar e como o fazer.** Uma **perceção clara das razões para que a conservação seja desejável**, pode servir de base para uma estratégia patrimonial mais detalhada, incluindo documentação, registo e programas interpretativos complementares dos bens a preservar.
- **Planificação integrada de todos os tipos de recursos** (edifícios, paisagem, envolvente social), com uma visão consciente do inter-relacionamento entre eles.
- **Flexibilidade na aplicação do projeto** de conservação - deve ser abordado como um compromisso geral **integrado com o restante planeamento local**, e não apenas como um ponto de intervenção isolado.
- **Colaboração com outros agentes de gestão patrimonial**, numa estratégia de planificação partilhada, com museus, por exemplo. A conservação, mesmo a preservação literal, não é capaz de registar todas as possíveis histórias, ou conteúdos, de um sítio ou edifício.

Tratam-se, portanto, de orientações de gestão de património industrial já consolidadas teoricamente, tendo sido, inclusivamente revistas e alargadas a partir de criterizações analíticas mais recentes, dentre as quais destacamos as estratégias de convergência interdisciplinar para o património industrial, como as Cartas Patrimoniais de Nizhny Tagil/ICOMOS-TICCIH ou Monterrey (Cordeiro 2009a:73-97), bem como novas propostas nelas inspiradas, como as linhas de sugestão de Julián Sobrino Simal e que também adaptamos aqui, enquanto base de trabalho (Sobrino Simal 2016:194-95):

- **Pensar o património industrial no território:** consideramos que o caráter do património industrial deve ser expresso no desenvolvimento do território, **articulado com as estratégias de planeamento urbano e com as políticas territoriais de grande escala**, que afetam as diferentes populações.
- **Turismo cultural industrial:** definir formas de lidar com o impacto das novas práticas culturais em relação às novas estruturas tipológicas de oferta (parques culturais, rotas e museus) e considerar ao mesmo tempo **a formação de técnicos neste setor**, bem como a criação de maior oferta turística.
- **Desenvolvimento sustentável e património industrial:** estabelecer um diálogo com os projetos estratégicos dos órgãos de administração do território e inserir esses resultados nos programas europeus de desenvolvimento local.
- **Cultura do trabalho:** aprofundamento das potencialidades do património histórico industrial das empresas e do legado intangível da memória histórica do trabalho, através da **conservação de documentação**, tal como os arquivos empresariais, sindicais, da administração pública ou de entidades privadas relacionadas com o mundo laboral.
- **Estabelecer sistemas de proteção, gestão e divulgação do património industrial:** partindo do conhecimento (pesquisa e inventariação) dos bens patrimoniais e

realizar a sua conservação ativa (proteção e reabilitação), estabelecendo assim as ferramentas necessárias para sua gestão e divulgação.

- As **implicações ambientais** da conservação do património industrial deverão estar em **articulação com os planos diretores de áreas naturais**, bem como deverão ser conscientes dos impactos ambientais das práticas culturais.
- **Definir linhas prioritárias de pesquisa e formação na área do património industrial**: é recomendável **incluir esta formação nos planos de investigação e investimento científico, bem como nos programas académicos e de formação profissional**, sem esquecer as estratégias de inserção profissional.
- Arquiteturas de reconversão: procurar **definir um quadro de critérios para a prática de reabilitação de antigos espaços industriais**, através de uma carta de possíveis novos usos para o património.

Vários dos pontos que reproduzimos podem ser considerados intermutáveis ou complementares. Deverão ser entendidos como uma plataforma de diálogo interdisciplinar, a entrar em ação desde o primeiro momento do processo de gestão do património industrial. Isto é, não se trata ainda de um código de boas práticas a utilizar numa fase de conservação e restauro, mas sim de um programa de procedimento para ser aplicado logo desde o primeiro momento de predefinição do próprio inventário.

7.3. Análise de práticas no contexto da amostragem

Do ponto de vista de aplicação no terreno, estas linhas orientadoras nem sempre têm sido observadas. Nos casos respeitantes à nossa amostragem, não parecem tampouco terem sido conhecidas, visto nunca ter existido qualquer projeto de gestão patrimonial coesamente estruturado para as lanifícias que estudamos. Contudo, cada uma delas sofreu, de diferentes modos, várias interações e intervenções ao longo dos tempos. Nessa perspetiva, interessa-nos analisar, à luz das linhas orientadoras referidas, os vários processos de intervenção em torno de cada um dos casos da amostragem:

7.3.1. *Costas & Carvalho*, Palmaz, Oliveira de Azeméis

A reconversão mais intensiva do edificado das lanifícias que abordamos foi exatamente a primeira: a *Costas & Carvalho*.

Tal como referimos no catálogo monográfico, o complexo e respetiva envolvente da fábrica do século XIX foram incorporados num empreendimento de turismo rural. O sistema hidráulico, desde as levadas, comportas e turbina, até à própria unidade de energia da fábrica, convertida em hidroelétrica, foi recuperado e reativado, do ponto de

vista funcional. Contudo, nenhum dos elementos fora alvo de qualquer processo de inventariação prévia. Consequentemente, também não havia qualquer tipo de estatuto de proteção dos elementos industriais. O processo redundou, portanto, numa intervenção profunda de cariz exclusivamente arquitetónico e de engenharia. Como resultado, todos os agentes envolvidos, desde proprietários, aos próprios licenciadores autárquicos, desconheciam totalmente o passado histórico da fábrica, confundido, inclusivamente, a sua identidade como lanifícia, com a Fábrica de Papel do Caima, sua vizinha.

Esta situação de anulação mnemónica resulta, tal como já debatemos, de uma ausência de abordagem interdisciplinar prévia em todo o processo de gestão. Cientistas, como arqueólogos e historiadores, não foram convocados para a elaboração do projeto de reconversão. Como tal, a leitura histórica e patrimonial de todo o edificado e restante complexo foi perdida, porque nunca chegou a ser reconhecida. Destacamos, em todo o caso, que os elementos preservados, nomeadamente da hidroelétrica, poderão ainda ser reinterpretados e devolvidos ao seu significado original no contexto da fábrica de lanifícios.

7.3.2. Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade, Vila Nova de Gaia

O exemplar seguinte, a *Companhia de Lanifícios de Santo António de Vale de Piedade*, nunca foi objeto de qualquer sinalização patrimonial. O antigo armazém onde laborou a segunda unidade da fábrica encontra-se atualmente num processo de ruína acelerado, tal como os remanescentes do complexo do convento onde a primeira unidade da fábrica foi instalada.

Ao contrário de Palmaz, onde a memória fabril, ainda que equivocada e trocada, permitiu entender o espaço como um vestígio de cariz industrial, as instalações e localização da fábrica de Vale de Piedade não eram conhecidas, como tal, nunca houve qualquer tipo de entendimento do edificado como sendo património industrial. Não obstante, a área envolvente, enquanto proto complexo industrial dos séculos XVIII e XIX (Fábrica da Loiça, Destilaria, Armazém do Carvão, etc.) é reconhecida como tal e tem sido relativamente

estudada, ainda que não existam projetos de gestão patrimonial industrial para aquele espaço.

7.3.3. Lanifícia de Lordelo do Ouro, Porto

O primeiro exemplo de intervenção e gestão patrimonial, ainda que pouco estruturado, levado a cabo num exemplar da nossa amostragem é a lanifícia de Lordelo do Ouro. Desativada no início dos anos de 1990, a fábrica de Lordelo do Ouro foi, logo nesse momento, contactada pelo, então, Museu da Ciência e Indústria do Porto, para que alguma da sua maquinaria pudesse ser preservada. Efetivamente, tal como referimos, foram conservados dois teares da fábrica. Contudo, o restante equipamento e as estruturas em si, ficaram devolutas.

A pressão imobiliária sobre a área da antiga fábrica conduziu a um processo de licenciamento para construção de habitação que acionou a necessidade de realização de pareceres técnicos patrimoniais sobre o local⁴²⁸. Nesse sentido, foram realizadas, ainda em 2007, escavações arqueológicas no terreno da fábrica. Como consequência destes procedimentos, o, à época, Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a nível nacional, e o Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto (GAU) autorizaram a reconversão do espaço⁴²⁹. Em termos de práticas de gestão patrimonial, contudo, todo o processo foi fragmentado e nunca teve uma equipa interdisciplinar ativa. Reflexo dessa situação foi a condução das escavações arqueológicas, cuja falta até de orientação historiográfica comprometeu os resultados e conclusões. Mesmo do ponto de vista arqueológico, o processo não adotou especificidades da arqueologia da industrialização, cingindo-se a abertura de valas de sondagem tradicionais, sem compreensão prévia ou enquadramento, por exemplo, dos diferentes espaços da fábrica, desde a hidroelétrica, à instalação hídrica e casa da roda⁴³⁰ propriamente dita, bem como as levadas de água. Como resultado, o que poderia ter sido uma oportunidade de análise espacial da lanifícia bicentenária foi perdida em duas frentes: no processo de escavação, que é, intrinsecamente destrutivo, e no processo de reconversão de parte do edificado,

⁴²⁸ O licenciamento acabaria aprovado a 14 de agosto de 2008 (*Processo 24025/03/CMP*, Direção Municipal de Urbanismo CMP, 12 de agosto de 2008).

⁴²⁹ É de referir que a Divisão do Património Cultural municipal (DPC) deu um parecer negativo ao projeto.

⁴³⁰ Tal como referimos na secção monográfica, a roda de ferro de Lordelo encontrava-se subterrada *in loco* no início do século XXI. Tanto quanto conseguimos apurar, ainda se encontra no mesmo local.

que ficou, deste modo, sem leitura entre si, porque essa leitura nunca chegou a ser realizada.

7.3.4. Lanifícia de Padronelo, Amarante

Ao contrário dos exemplos anteriores, a memória industrial de Padronelo continua presente e é reconhecida localmente. A fábrica mantém atividade de cariz industrial, como mini-hídrica, mas também como complexo de armazéns. Desta forma, todas as alterações da configuração espacial do complexo foram feitas, e continuam a ser feitas, em contexto industrial, nomeadamente as intervenções nas levadas e comportas de água. Como resultado, o complexo industrial representa 170 anos de reconfigurações espaciais, desde novos acrescentos, a demolições.

Do ponto de vista patrimonial, a fábrica nunca foi alvo de qualquer programa de gestão e classificação, apesar de ter integrado, ainda em 1997, o inventário de património sob proposta de estudo e classificação. O resultado prático, no entanto, tem sido inconsequente. Simultaneamente, o único estudo monográfico e interpretativo da fábrica é o que aqui apresentamos, pelo que poderá servir de ponto de partida para a elaboração de um projeto futuro de gestão patrimonial integrada do espaço, compreendendo todo o conjunto envolvente, desde o antigo bairro operário, até ao seu enquadramento natural e rural.

7.3.5. Fábrica do barão da Trovisqueira, Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão

Tal como em Padronelo, a lanifícia de Riba de Ave mantém, desde a sua fundação, em meados da década de 1870, uma ocupação industrial. Enquanto lanifícia propriamente dita, teve uma ocupação relativamente breve, ainda que essa tenha sido a sua raiz. Contudo, a sua integração na *Sampaio, Ferreira, Lda.* em 1900, permitiu a reconversão do edifício em central energética auxiliar, primeiro, e em complexo de armazéns, depois. Situação que se mantém atualmente.

Do ponto de vista historiográfico, a fábrica do barão da Trovisqueira fora conhecida e referenciada, contudo, ao contrário de Padronelo, a sua memória material encontrava-se totalmente ausente. O próprio edificado era considerado desaparecido, em grande medida porque fora absorvido pela *Sampaio, Ferreira* o que também significou, precisamente, uma absorção e diluição da sua própria memória material.

7.3.5.1. O concurso *Desafios Urbanos '16* - análise de projetos de reconversão de património industrial entre a *Sampaio, Ferreira e a fábrica do barão da Trovisqueira*

O encerramento definitivo da *Sampaio, Ferreira, Lda.*, já em 2005, onde a velha lanifícia permanecia anonimamente, lançou um debate de gestão patrimonial em torno das ruínas da mesma *Sampaio, Ferreira*. No enquadramento desse debate, foi lançado, em 2016, um concurso de projetos experimentais para a reabilitação urbana da antiga *Sampaio, Ferreira* e sua envolvente (fig. 123). Trata-se de uma área que abrange o edificado da antiga fábrica do barão da Trovisqueira, o que, indiretamente, faz deste concurso o único programa de reconfiguração patrimonial a afetar diretamente um exemplar das lanifícias da nossa amostragem.

O concurso, designado como *Desafios Urbanos '16* (DU16), foi impulsionado pelo portal <https://espacodearquitetura.com/>, a maior plataforma portuguesa de confluência, divulgação e diálogo da comunidade de arquitetura em Portugal, e patrocinado por várias entidades, nomeadamente, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Inserindo-se num projeto de base experimental, as propostas apresentadas não vinculavam qualquer tipo de aplicação prática de resultados. Contudo, tratando-se de um concurso de arquitetura com impacto direto na remodelação de património industrial, os projetos e respetivas memórias descritivas constituem uma fonte importante de análise interpretativa dos conceitos e perceções sobre o tema, pugnados pelos agentes envolvidos na ação.

O objetivo do exercício levado a concurso foi a seleção de três propostas de concorrentes na categoria *Arquitetos* e duas propostas na categoria *Estudantes* (nesta categoria incluem-se arquitetos licenciados, mas ainda não inscritos na Ordem dos Arquitetos)⁴³¹. Serão estes cinco resultados que abordaremos sucintamente (figs. 124 a 128). Como orientador básico de análise espacial, recorreremos à figura 123, onde a legenda 1 representa a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, e a legenda 2 representa o núcleo central da *Sampaio, Ferreira, e Cia. Lda.*

⁴³¹ *Desafios Urbanos '16*, Relatório Final do Júri: 1-6.

O júri do concurso foi constituído por três elementos, dois dos quais com formação e experiência em arquitetura, e um terceiro elemento da área da geografia urbana, mas também com experiência académica docente em arquitetura. Nenhuma outra disciplina relacionada com os estudos de património foi considerada.

O regulamento do DU16 apresentava cinco pontos obrigatórios para a execução dos projetos⁴³²:

1. Integração do Museu da Indústria Têxtil (MIT);
2. Construção de uma cafetaria e de um restaurante;
3. Abertura de uma praça;
4. Construção de uma passagem pedonal e ciclável sobre o Ave;
5. Criação de um parque de estacionamento.

O concurso decorreu em 2016 e os resultados foram apresentados em fevereiro de 2017⁴³³. Da análise de cada um dos cinco projetos, procuramos inferir quais os critérios adotados em cada um, no que diz respeito às opções tomadas sobre as infraestruturas industriais. O que entendemos como critérios não se resume apenas à definição clara das opções por parte dos proponentes, o pensamento criterial pode ser também inferido a partir do recurso lexical utilizado nas memórias descritivas. É de referir ainda que o primeiro prémio na categoria *Estudante*, de Joana Francisco Tomaz, constitui também o projeto da tese de dissertação da autora no mestrado integrado em arquitetura, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, o que permite complementar a análise conceptual do projeto (Tomaz 2017).

Na categoria *Arquitetos*, o projeto vencedor, de João Oliveira e Rafael Ramalho (fig. 124), com o título *Memória Aberta*, procurou sintetizar a abordagem de reconversão em quatro pontos específicos: 1) quebra do edificado, com fim a abrir o conjunto para sul/Rio Ave; 2) revestimento das fachadas com painéis espelhados, com vista a *elogiar a memória e as pré-existências*; 3) pintar de branco as paredes exteriores, com recuperação da

⁴³² *Desafios Urbanos '16*, Regulamento: 3-6.

⁴³³ Devemos referir que a localização da fábrica do barão da Trovisqueira só foi apresentada por nós, em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em maio de 2017, pelo que durante o decorrer do concurso a lanífcia não era conhecida (Pastor, Vieira & Cano Sanchiz 2017).

imagem da *Sampaio, Ferreira* (efetivamente preponderantemente branca) e 4) criação de estruturas de circulação (rampas, escadas, praças, espaços verdes, etc.)⁴³⁴.

Em termos práticos, o projeto, apesar de preservar os pavilhões de fiação e tecelagem e parte da própria tinturaria, não estabelece qualquer distinção entre as diferentes unidades produtivas, regendo-se apenas por uma percepção volumétrica. A própria praça central, elemento chave da *abertura* do espaço, preserva, isoladamente, a chaminé de 1899, mas implica a demolição do núcleo original da *Sampaio, Ferreira*, que compunha a fiação, tecelagem, caldeira e tinturaria, tal como foi nos seus primeiros anos, entre 1896 e 1900 (Pozzer 2020:15-18). A fábrica do barão da Trovisqueira não é contemplada no projeto.

Assim, sem conceção histórico-arqueológica do espaço, o projeto vencedor não revela nenhum tipo de critério sobre os blocos a preservar ou demolir. A própria composição espelhada das fachadas, criando simetrias artificiais no espaço, anula qualquer percepção de camadas evolutivas do espaço fabril, não permitindo a sua leitura diacrónica.

Por seu turno, o projeto que ganhou o segundo lugar na categoria *Arquitetos*, do gabinete FMVS - Arquitetos, é, no contexto do DU16, a proposta mais integralista. Isto é, preserva um maior volume do edificado, contemplando, ainda que sem qualquer tipo de critério, ou mesmo de percepção, a antiga fábrica do barão da Trovisqueira, que é envolvida por um complexo novo de blocos que estendem a tinturaria da *Sampaio, Ferreira* e são projetados como armazéns de reservas do MIT (fig. 125). Tal como no projeto vencedor, a criação de uma *praça central* faz-se a partir da demolição do núcleo original da *Sampaio, Ferreira*, preservando-se apenas a chaminé de 1899. O projeto, contudo, tem em conta a articulação do espaço com as unidades cívicas em torno da fábrica, construídas por Narciso Ferreira e os seus filhos: o café, mercado, cineteatro, bombeiros e correios. Na memória descritiva do projeto, não se deteta qualquer referência à memória concreta histórica espacial da fábrica, apenas a uma dimensão abstrata do lugar, e à evocação do

⁴³⁴ *Memória Descritiva* - CA.DU16.010.

seu cariz produtivo, que é *preservado* a partir da inclusão de uma *Incubadora de Empresas* no espaço da antiga estampagem da *Sampaio, Ferreira*⁴³⁵.

O terceiro e último classificado na categoria *Arquitetos* do DU16 é o projeto *Entre Muros*, de Marcelo M. Silva. Trata-se, nas palavras do próprio júri, da proposta *mais polémica e mais “demolidora”*⁴³⁶, no sentido em que envolve uma maior demolição do edificado (fig. 126). A lógica criterial apresentada na memória descritiva tem como ponto de partida a compreensão do terreno e do seu declive socalcado até ao rio. A sua premissa é, como tal, remover os aterros e muros de contenção que sustentam e organizam o edificado original fabril, e abrir o espaço até às margens do Ave. Nesse sentido, é um projeto de cariz mais naturalista do que conservacionista, até porque a lógica fabril de construção diacrónica, por camadas, ao longo das décadas, não é considerada, sendo referido até a *inexistência de uma lógica de organização e métrica estrutural*⁴³⁷. O espaço da antiga lanifícia do barão da Trovisqueira é terraplenado para dar origem aos acessos ao parque de estacionamento do museu.

Na categoria *Estudantes*, o concurso DU16 selecionou duas propostas. A primeira classificada, de autoria de Joana Francisco Tomaz constitui, tal como referido, o tema e conteúdo da dissertação de mestrado da autora. O projeto intitula-se *MIT - Museu da Indústria Têxtil*, e constitui, efetivamente, um programa de reconversão espacial com primeiro enfoque na adaptação dos antigos pavilhões de fiação da *Sampaio, Ferreira, Lda.* em espaço museológico. A segunda premissa, dentro dos parâmetros do DU16, é a devolução do espaço ribeirinho ao espaço urbano e à comunidade de Riba de Ave (fig. 127). Contudo, a abordagem conceptual e a sua manifestação arquitetónica parte de uma interpretação meramente volumétrica do edificado industrial⁴³⁸. Não há, aliás, qualquer perceção das funções anteriores do espaço, da sua cronologia ou da sua organização interna. Esta carência conduz a uma proposta criterial desprovida de objetividade patrimonial. Ainda que seja evocado, sem desenvolvimento, o valor de *maior relevância patrimonial*, o critério adotado é assumido como apenas a *garantia de*

⁴³⁵ *Memória Descritiva* - CA.DU16.017.

⁴³⁶ *Desafios Urbanos '16*, Relatório Final do Júri: 4.

⁴³⁷ *Memória Descritiva* - CA.DU16.016.

⁴³⁸ *Memória Descritiva* - CE.DU16.002.

geometria mais regular do complexo (Tomaz 2017:72-73). Mesmo no que poderia concernir a uma lógica mais fachadista do edificado industrial, o projeto opta por uma abordagem minimalista de emparedamento de todas as fachadas da antiga fiação, respeitando apenas o perímetro do edificado e a sua cobertura *shed*. A chaminé da caldeira de 1899 é preservada isoladamente numa praça central, resultante da demolição da primeira tinturaria e central hidroelétrica da *Sampaio, Ferreira*, solução, aliás, recorrente nos outros projetos. O espaço a jusante onde se instalou a fábrica do barão da Trovisqueira é demolido para dar lugar a um parque de estacionamento vertical (fig. 127).

O quinto e último projeto a analisar é o segundo classificado na categoria *Estudantes*, proposta de Rafael Monteiro (fig. 128). Trata-se de uma sugestão de reconversão do espaço bastante integralista. É a única proposta que adota um critério coerente com os princípios elementares de valorização patrimonial, que são a compreensão da dinâmica interna do edificado e a sua articulação com o espaço envolvente, conceitos expressos na própria memória descritiva do autor:

*«[...] é entendido **que a intervenção pode beneficiar de um pensamento global**, tendo em conta que a questão do património quando aplicado a um espaço fabril não deve nem pode ser limitado apenas a questões do construído. **Torna-se pertinente a compreensão do funcionamento da fábrica, que em certa medida explica a sucessão e consequente implantação dos volumes [...].***

É neste sentido que imergem dois conceitos preponderantes. Em primeiro o “percurso da fábrica”, espaço resultante de anos de sucessivas fases de apropriação do território, que deixam a descoberto uma teia de ligações e relações espaciais e funcionais que ganham sentido quando vistas como um todo. E em segundo o “percurso da água” entendido como a concretização da implantação da fábrica sobre as margens do Rio Ave.»⁴³⁹

Esta perceção da dinâmica construtiva industrial como uma cadência de adaptações constantes, definidas pela lógica produtiva, é, no enquadramento de todos os projetos

⁴³⁹ *Memória Descritiva* - CE.DU16.003.

analisados, excepcional. Contudo, o ponto essencial desta leitura teria que estar articulado com um conhecimento interdisciplinar do espaço fabril, isto é, teria que abranger contributos arqueológicos e historiográficos, entre outros, que esclarecessem a *compreensão do funcionamento da fábrica*. A falta desta abordagem dialogante não permitiu, por exemplo, integrar no projeto o espaço industrial da fábrica do barão da Trovisqueira, embora não tenha sido prevista a sua demolição.

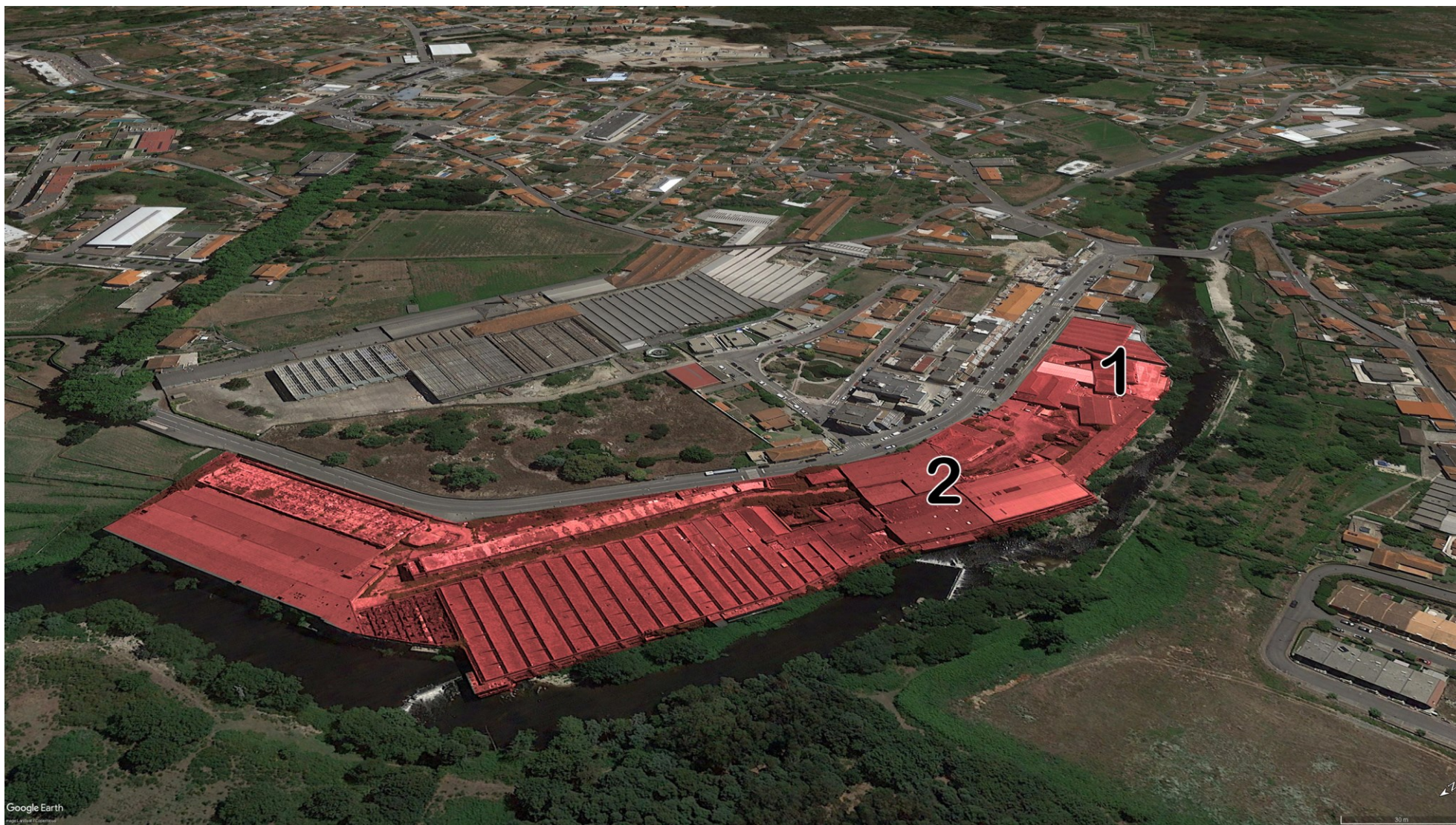


Fig. 123 - Vista atual de Riba de Ave, com destaque a vermelho da área de implantação da *Sampaio, Ferreira, Lda.* (Google Earth 2022).
Legenda: 1 - Fábrica do barão da Trovisqueira; 2 - núcleo central da *Sampaio, Ferreira, Lda.* (©MBPastor).

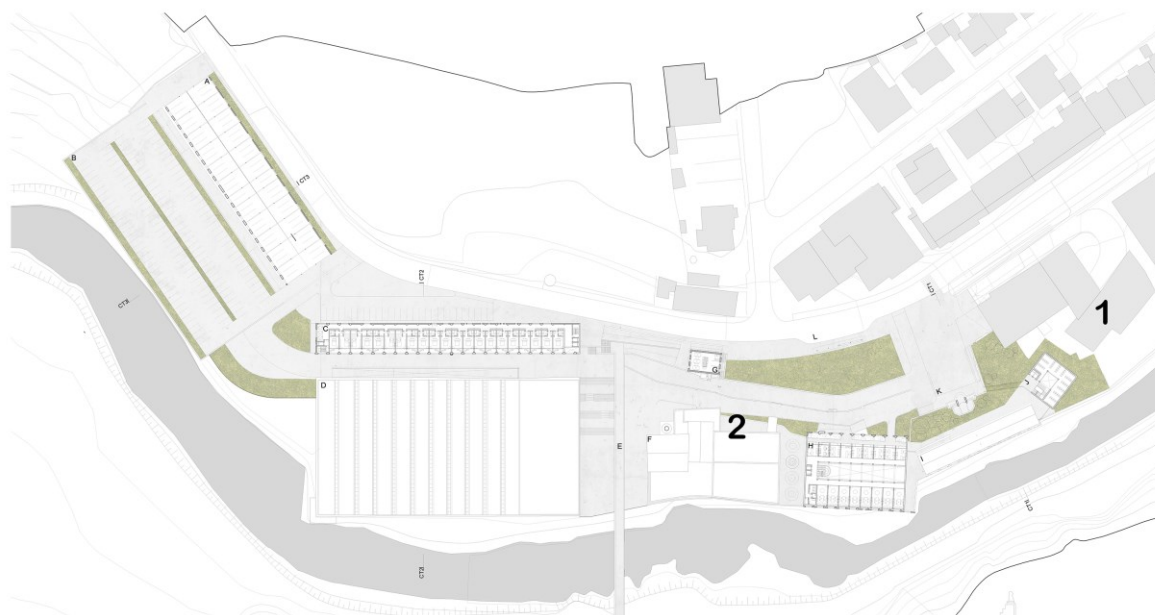
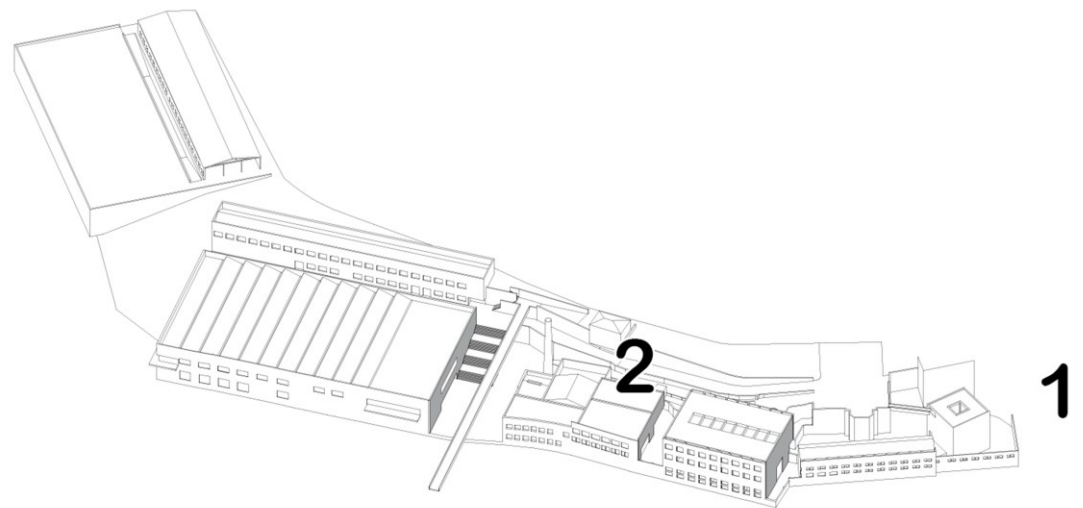


Fig. 124 - DU16 - Primeiro Prémio - Arquitetos: perspetiva isométrica e planta geral (DU16.010 ©João Oliveira e Rafael Ramalho, Arquiteto).

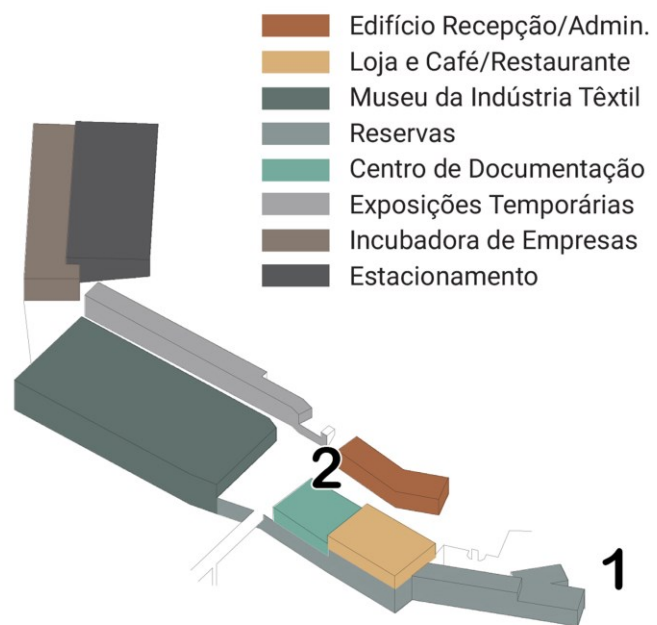


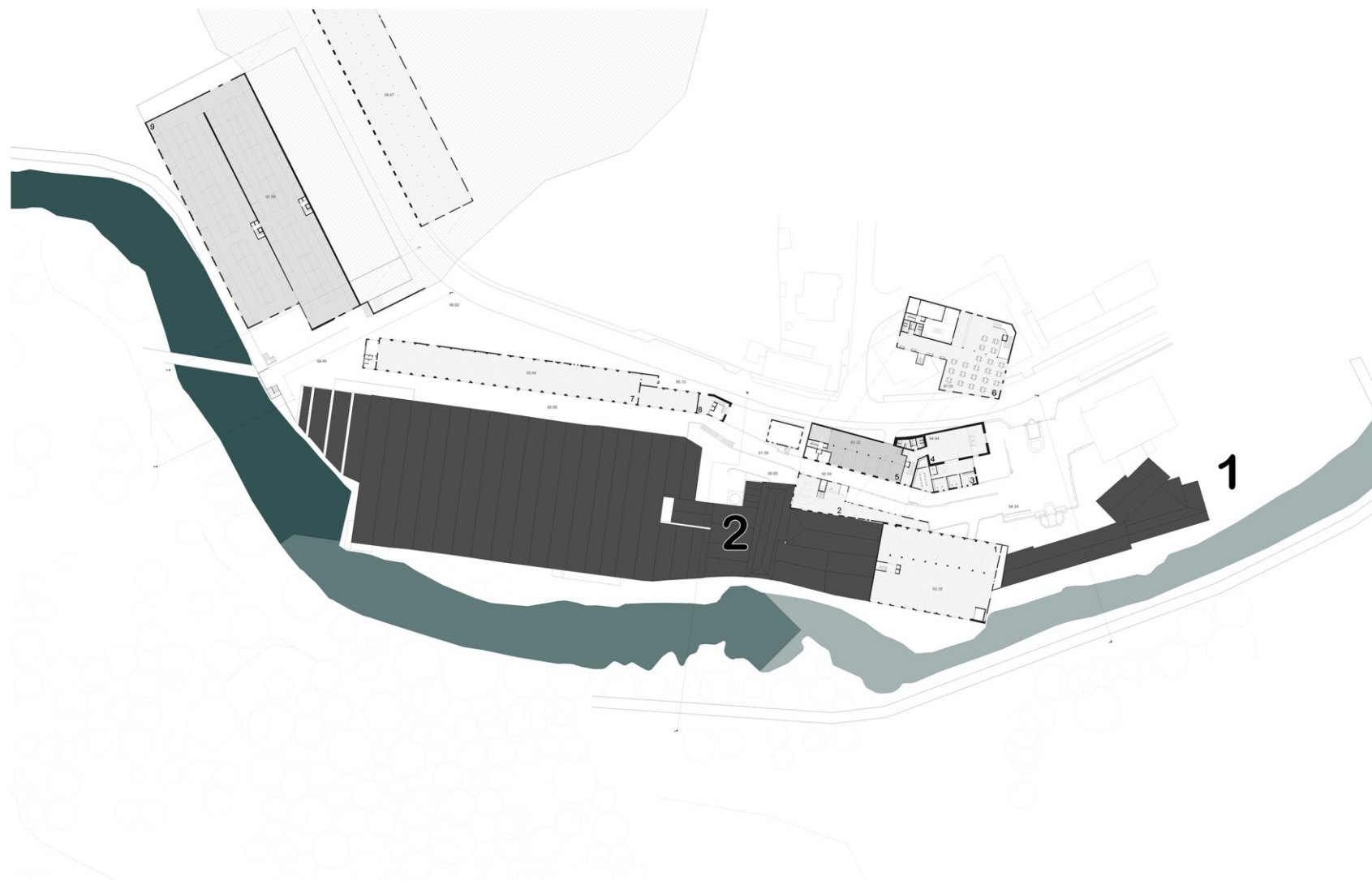
Fig. 125 - DU16 - Segundo Prémio - Arquitetos: perspectiva isométrica de organização do espaço e vista geral em colagem sobre fotografia aérea (DU16.017 ©FMVS - Arquitetos).



Fig. 126 - DU16 - Terceiro Prémio - Arquitetos: organização geral do espaço (DU16.016 ©Marcelo M. Silva - Arquiteto).



Fig. 127 - DU16 - Primeiro Prémio - Estudantes: axonometria do projeto e fotomontagem de vista exterior (DU16.002 ©Joana Francisco Tomaz).



Planta de Piso à cota 93 e 97 | 1: 100

Fig. 128 - DU16 -Segundo Prémio - Estudantes: planta de organização do espaço (DU16.003 ©Rafael Monteiro).

7.4. Critérios de boas práticas na conservação e reconversão

A análise dos destinos de reconversão, quando aplicável, das lanifícias do nosso catálogo de amostragem, permite-nos compreender o ponto de situação em que se encontra algum do discurso e da prática de conservação e reconversão do património industrial em Portugal. O caso particular dos exercícios experimentais inseridos no concurso DU16 revelou-se particularmente esclarecedor, não só pela forma organizacional do próprio concurso, que dispensou qualquer tipo de abordagem interdisciplinar, mas também pela forma como os concorrentes expressaram, tantos nos projetos, como nas memórias descritivas, as suas conceções em torno da reabilitação industrial.

Deste modo, verificamos que nenhuma das abordagens assumiu aquele que consideramos ser o primeiro critério de gestão do património industrial: o reconhecimento do espaço industrial, edificado e respetiva contextualização, como algo que constitui, antes de mais, um documento histórico inserido num contexto alargado. Também está presente a perceção que qualquer intervenção sobre esse documento conduz a perdas irreparáveis:

*«Existe, ademais, uma grande **dificuldade, por parte de muitos arquitetos, em apreender o monumento histórico como documento histórico e formal de relevância e que, como tal, deveria ser tratado. Essa perceção deveria levar à tomada de consciência, pelo fato de **qualquer intervenção**, de modo forçoso, alterar o bem, que uma mudança não-controlada **gera perdas irreparáveis, lembrando-se de que organismos históricos são delicados.**»***

(Kühl 2009:272)

Estas premissas interpretativas não deveriam ser desconhecidas, são, aliás, estruturantes logo das primeiras diretrizes das Cartas Patrimoniais em vigor, nomeadamente Nizhny Tagil/ICOMOS-TICCIH (2003-07) e Monterrey, de 2006. No entanto, verificamos que os próprios projetos analisados não incorporaram nenhuma dessas diretrizes básicas de gestão de património industrial. Tal significa que ainda não existe uma sensibilização e formação de fundo, que permita pôr em prática (ou pelo menos ter em consideração) compromissos elementares de abordagem ao património industrial. Portanto, a primeira das boas práticas de conservação e reconversão do património industrial terá que ser a

interdisciplinaridade e o seu inerente princípio de partilha, discussão e integração de diferentes resultados.

Enquanto princípio base de boas práticas, a visão interdisciplinar conduz a uma visão de conjunto do complexo patrimonial a intervir. Tanto do seu edificado, como dos seus componentes, como a maquinaria ou outros elementos tecnológicos integrados. Esse conhecimento não só permite definir critérios de seleção dos elementos a patrimonializar, mas também quais os elementos que devem ser preservados integralmente, bem como os que podem ser readaptados e devolvidos, sob outras formas, a usos presentes e futuros, para as comunidades ou para o público em geral:

*«This **interdisciplinary understanding of heritage conservation** - which is important to avoid arbitrary changes and loss - **is based on precise knowledge of the specific historical artefacts**. This knowledge provides orientation for the general question of what we want to pass on, and **assists careful decision making about which elements will be more strictly maintained and which others might be adapted and changed in order to meet present and future needs** [...]*

*Good practice in conservation and conversion needs a profound understanding of the sites, buildings, machinery, and infrastructure. Conservationists, historians, and other experts must highlight, discuss, and mediate the intrinsic and testimonial values with old and new users, locals, and the general public. **The concept of the industrial complex as an ensemble contributes to an official acknowledgement not only of the buildings, constructions and technical equipment, if existent, but also integrates the industrial heritage conservation into a longer tradition of the conservationist theory.**» (Oevermann 2021:182-83; 237)*

No que diz respeito à definição de uma chave de critérios de boas práticas na conservação e reconversão de estruturas fabris, recorreremos novamente a Heike Oevermann, sintetizando sete linhas de orientação desenhadas especificamente para as fábricas

têxteis em contexto urbano, mas que podem também direcionar intervenções noutros enquadramentos (Oevermann 2021:23-24):

- **Preservação das características urbanas, estruturais e de design** do complexo industrial;
- **Manutenção da legibilidade do documento**, da sua estratigrafia temporal e alterações históricas;
- **Reflexão da diversidade**, aspetos de globalização patentes na estrutura e de património sensível ou difícil;
- **Criação de acessibilidades** para o público em geral;
- **Desenho de qualidade** através de intervenções e novas arquiteturas;
- **Evitar demolições radicais**;
- Assegurar a **longevidade dos novos usos**.

Assim, como complemento a uma leitura patrimonial meramente arquitetónica dos espaços industriais, é importante, no processo de salvaguarda e readaptação do património da industrialização, integrar a leitura arqueológica, de natureza material, de compreensão do sítio industrial e da sua paisagem, no sentido de lhe devolver uma compreensão organizativa. Essa leitura refletirá a sua lógica interna de produção do monumento industrial em causa, tanto ao nível da organização das cadeias produtivas que ocorreram em certo momento, como das suas continuidades e/ou ruturas diacrónicas, plasmadas na complexidade do edificado e restante sítio arqueológico.

Ao mesmo tempo, a leitura sociocultural e historiográfica do espaço, dos seus agentes, dos seus percursos, vivências e transferências para o espaço industrial, também deve ser compreendida e assinalada e interpretada no processo de intervenção patrimonial, na sua gestão e reutilização. Reutilização essa que não deve ser pensada apenas em termos correntes, mas também em termos de longo prazo, com uma versatilidade que permita conciliar a leitura patrimonial com readaptações futuras dos mesmos espaços intervencionados.

8. Conclusão

Como primeiro objetivo geral, propusemo-nos definir um conjunto de premissas metodológicas de registo, análise e interpretação do edificado industrial. Foi nesse sentido que procuramos desenvolver, desde o primeiro momento, uma ferramenta metodológica que nos permitisse, em primeiro lugar, identificar as próprias infraestruturas de cuja existência não havia inicialmente evidências. Para tal, compreendemos que a primeira abordagem para o registo era determinar a localização das fábricas, ou, pelo menos, localizar a área onde eventualmente elas pudessem ter existido, e a partir daí efetuar a sua inscrição nas fichas modelo do KIT03-IGESPAR, com as devidas adaptações necessárias.

A solução de localização passaria pela utilização de sistemas digitais de deteção e utilização de plataformas SIG de georreferenciação, no caso, em ambiente QGIS 3, para escrutinar, a partir dos dados pré-existentes: referencial geográfico passivo ou informal, como moradas e descrições prediais colhidas na documentação histórica; e referencial geográfico ativo, como plantas, mapas e ortofotografia. No fundo, este primeiro processo de registo material combina já uma abordagem analítica de documentação histórica, a partir das fontes pré-selecionadas. O processo foi desenvolvido e ensaiado no âmbito concreto desta investigação, mas, entretanto, foi já aplicado e publicado para outros casos de estudo, também no contexto da indústria lanifícia, mas em outro escopo geográfico. Referimo-lo como HOPHGeo - *Historic Orthophotography Georeference* (Pastor, Vieira & Cano Sanchiz 2021).

Também como resultado deste processo, apresentamos no Anexo II - *Localização georreferenciada das lanifícias portuguesas em 1881-1890* - os mapas que elaboramos com a localização de todas as lanifícias e centros lanifícios em Portugal, em 1881 e 1890, um exercício de síntese que fomos produzindo ao longo do trabalho e que agora disponibilizamos.

A partir do processo de recolha, interpretação e tratamento de imagem, conseguimos identificar as unidades desconhecidas, nomeadamente Palmaz, Vale de Piedade e Riba de Ave. Com a confrontação dos dados documentais e de deteção remota, tornou-se

possível verificar no terreno não só a localização da área de implantação das antigas lanifícias, mas constatar que em todos os casos ainda existiam remanescentes estruturais visíveis, ainda que alterados face às suas descrições mais antigas.

Da comprovação e consequente registo, o processo analítico envolve a compreensão e interpretação no edificado, mas também da sua envolvente. O exercício de interpretação material baseia-se sobretudo na compreensão técnica da cadeia produtiva da fábrica em análise. Para tal, a consulta de manuais ou monografias históricas do setor revela-se uma importante ferramenta interpretativa. No caso dos lanifícios, a literatura oitocentista, (mas não exclusivamente) é particularmente detalhada sobre os processos, etapas e maquinaria industriais envolvidas. Concretamente, consideramos que não é possível analisar as fábricas lanifícias sem recorrer a Fradesso da Silveira (Silveira 1863), Esteves Pereira (Pereira 1900) ou Campos Melo (Campos Melo 1907), cujas obras são bastante esclarecedoras e descritivas da complexidade da produção lanifícia. Grande parte desta leitura técnica está expressa ao longo de todo o estudo das lanifícias, contudo, referimos que no Anexo I - *Glossário de produtos, processos e equipamentos da indústria de lanifícios* - elaboramos um catálogo descritivo exaustivo dos produtos, técnicas e processos da indústria lanifícia.

Em simultâneo com esta leitura técnica, o processo interpretativo passa pelo cruzamento entre fontes gráficas, verbais e prospeção no terreno. Dentro dessas fontes, destacamos a utilização comparativa de fotografia histórica, sempre que ela exista, efetuando o seu tratamento, de modo a assinalar as dinâmicas organizacionais das fábricas.

Ainda no âmbito deste primeiro objetivo geral, cremos que conseguimos demonstrá-lo ao longo das várias monografias, mas mais detalhadamente nas fábricas de Lordelo do Ouro e Padronelo, onde a dimensão da própria fábrica, a longevidade e, sobretudo, a quantidade de documentação recolhida e disponível é consideravelmente maior. Em Padronelo, ainda que o seu estado de conservação seja crítico, as visitas no terreno permitiram verificar que, mesmo em contexto arqueológico de cota positiva (Custódio 1991:19), a organização do espaço continua a ter uma leitura que podemos fazer remontar até à sua fase inicial, na década de 1850-60.

No segundo objetivo geral, comprometemo-nos a fixar parâmetros de valorização e de intervenção patrimonial para os casos de estudo. Os parâmetros de valorização são sempre subjetivos. O apreço e significado patrimonial que determinado setor ou mesmo uma fábrica possa incorporar, variam, no nosso entender, com o grau de conhecimento que se tem sobre ele. E o grau de conhecimento não tem, virtualmente, limites.

Como estratégia ativa de valorização, definimos uma abordagem não só interdisciplinar, mas sobretudo *holística*, proposta por teóricos da arqueologia documental, a começar pela própria Mary C. Beaudry, de quem tomamos o termo (Beaudry 2005:303), mas também outras referências, como Laurie Wilkie que compreende que a integração de fontes documentais de natureza variada só faz sentido se forem articuladas em *meaningful narratives about the past* (Wilkie 2014:33). No fundo, entendemos a valorização do património como o resultado de um processo comunicativo eficaz. Nada, na verdade, que não tenha sido já observado, e até concretamente em relação ao património industrial (Alfrey & Putnam 1992:180). Ao mesmo tempo, o processo comunicativo necessita de conteúdo, caso contrário, a comunicação deixa de ser narrativa para se tornar exclusivamente analítica, o que a faz desligar-se do objeto que procuramos valorizar.

A questão que fomos levantando é a definição do que podemos considerar significativo/*meaningful*? A nossa resposta está na dimensão humana. O significado do património que aqui analisamos está precisamente aí. A própria arqueologia procura essa perspectiva humana:

«el objeto de la arqueología industrial no puede ser outro que el estudio del ser humano durante el período de la industrialización a través de su cultura material. El ser humano y, por tanto, todas sus manifestaciones, todo lo producido por él, sin excepción alguna.» (Cerdà 2008:199)

Contudo, essa dimensionalidade humana não é abstrata. No caso da nossa amostragem, tal como procuramos patentear nas monografias, a memória humana concretiza-se no esforço de elaboração de microbiografias que procuramos fazer. Tanto no caso daqueles que deixaram nome, os privilegiados, mas também no caso dos anónimos, refletidos apenas em números, em valores de salário, em páginas esquecidas de jornal.

Em relação ao segundo ponto do segundo objetivo geral: fixar parâmetros de intervenção patrimonial, sintetizamos um conjunto de critérios de intervenção e gestão que, ainda que já tendo sido refletidos anteriormente e até atualizados regularmente, não têm tido representação nas intervenções, ou propostas de intervenção, no edificado industrial da nossa amostragem. O primeiro parâmetro é, desde logo, a abordagem interdisciplinar. A visão do património industrial feita a partir de vários ângulos, para não se reduzir, como vimos e continuamos a ver, ao ângulo de visão da arquitetura. E interdisciplinaridade quer dizer uma aproximação ao complexo industrial como sendo um documento e a intervenção sobre ele como sendo um ato cultural (Kühl 2009:59; 64), o que só é possível com a participação no terreno dos arqueólogos e dos historiadores, aqueles que poderão contribuir para a leitura dinâmica da complexidade da organização do espaço fabril, do seu significado.

Ainda no âmbito da fixação de parâmetros de intervenção patrimonial, destacamos a sistematização de um código sintético de critérios de boas práticas, e que teve por base as orientações guia das Cartas Patrimoniais, mas que também beneficiou, em boa hora, do trabalho da professora Heike Oevermann *Urban Textile Mills - Conservation and Conversion* (Oevermann 2021), ao qual só tivemos acesso já numa fase muito adiantada da investigação, mas que se revelou determinante para alicerçar algumas ideias já concebidas, mas também relançar novas perspetivas que transferimos aqui para o contexto português.

O nosso terceiro objetivo geral - divulgar e valorizar o património da industrialização - articula-se com a própria produção da dissertação e apresentação dos seus resultados. O trabalho que desenvolvemos aqui foi sendo, pontualmente, apresentado publicamente em congressos e seminários de debate e na publicação de alguns artigos e atas que foram, entretanto, publicados ou estão em processo de edição. No fundo, este objetivo geral complementa-se com o percurso e defesa do estudo.

No que diz respeito aos objetivos específicos, na produção de fichas arqueológicas e historiográficas das fábricas, apresentamos um conjunto de cinco fichas que sintetizam o conhecimento que produzimos sobre cada uma das lanifícias.

Não só a localização das fábricas desaparecidas foi identificada e cartografada. As estruturas foram estudadas e, na medida do possível, o conteúdo informativo que comportam foi registado e salvaguardado. O mesmo, infelizmente, não podemos dizer do próprio edificado e conteúdo material, que, em nenhum dos casos, tem estatuto de proteção. Ao mesmo tempo, as fichas contêm dados como o referencial cronológico de cada fábrica, que foi atualizado, desde os momentos de fundação de cada uma, as suas reestruturações e falências, informações que se encontravam, em todas elas, envoltas em equívocos e omissões que conseguimos colmatar com fundamentação documental.

O segundo objetivo específico: sistematizar a recolha de informação num catálogo detalhado é precisamente o conteúdo monográfico que apresentamos como sendo o eixo nuclear de todo o trabalho. Cada uma das fábricas tem agora um dossier disponível e exaustivo, que permitirá esclarecer as várias dúvidas pré-existentes em torno dos seus destinos, configurações e fundadores. O conjunto das monografias é, neste momento, a mais completa relação das lanifícias de Aveiro, Braga e Porto. Acrescentamos, inclusivamente, às cinco unidades da nossa amostragem, uma implantação prévia, em Lordelo do Ouro, a *Martins, Arantes & Martins* de cujo percurso e fundadores praticamente nada se sabia.

O terceiro objetivo específico implica várias camadas de leitura. Numa primeira concretização - relevar e compreender as dinâmicas de articulação material das fábricas com as suas envolventes - o eixo comum e de fundo a todas as unidades, menos Vale de Piedade, foi compreender e demonstrar a relação das fábricas com o rio, as suas soluções energéticas em torno dessa simbiose, bem como identificar os próprios equipamentos de geração motriz e as suas fontes de alimentação (rodas, turbinas, represas, levadas e comportas de água). Mapeamos também as redes de distribuição e abastecimento das fábricas.

Noutra camada de leitura, o terceiro objetivo específico visava compreender as dinâmicas de mobilidade espacial da mão de obra, bem como de transferências de conhecimento tecnológico. Neste aspeto, conseguimos perceber e rastrear várias transferências que se encontravam, até ao momento, ocultas. Destacamos, por exemplo, a presença e articulação recorrente de operariado e mestres beirões nas lanifícias da

amostragem, uma realidade que conseguimos demonstrar e identificar em todas as fábricas. No caso de Padronelo, por exemplo, não só a mão de obra beirã foi revelada, como a própria naturalidade dos principais sócios fundadores também ficou esclarecida, no caso os também beirões Garcia Ribeiro e António Lopes da Costa. Desse jogo de relações familiares e migrações, demonstramos também que a própria fábrica de Padronelo tem uma articulação de influência estrutural com duas outras lanifícias, ainda existentes, em Gouveia (*Fábrica Rainha*) e Moimenta da Beira (*Fábrica António Augusto Lopes da Costa*). Ainda nas transmissões tecnológicas e de mão de obra, a presença de técnicos estrangeiros também é recorrente e foi exaustivamente estudada também em Padronelo e, sobretudo, em Lordelo, onde conseguimos identificar o mestre de cardas Jonathan Mallalow e toda a complexa envolvência entre ele e a instalação da primeira carda mecânica em Portugal, em 1808, que, como sugerimos, terá origem muito provável nos Estados Unidos da América.

Por fim, o último objetivo específico - definir subcategorias tipológicas para os casos em estudo, também foi realizado e apresentado no capítulo 6. As tipologias que predefinimos, foram adaptadas das premissas gerais baseadas nas diferentes soluções energéticas e tecnológicas das fábricas definidas anteriormente e que sistematizamos em três grupos tipológicos principais, três grupos de reconversão para fontes energéticas e dois grupos de reconversão de função.

Em sùmula, o estudo das cinco lanifícias dos distritos de Aveiro, Braga e Porto permitiu-nos reunir um acervo documental exaustivo, de cujo tratamento resultou um catálogo monográfico completo de cada uma das fábricas, e respetivas memórias, das quais, pouco, em alguns casos nada, se sabia até ao momento. Simultaneamente, tomando a amostragem como modelo exemplificativo, procuramos analisar as intervenções e conceptualizações de que foram alvo, direta ou indiretamente, e de como isso reflete o estado da abordagem ao património industrial em Portugal. Como resultado, verificamos que nenhuma das lanifícias fora alvo de qualquer plano de gestão patrimonial, não obstante, duas delas (Palmaz e Lordelo do Ouro) terem sido intervencionadas arquitetonicamente no contexto de reutilização funcional.

No caso onde houve precisamente um concurso de renovação urbanística, promovido como defesa do património industrial, o DU16, em Riba de Ave, as propostas de intervenção foram feitas sobre uma outra fábrica, mas envolviam, por inerência a lanifícia da nossa amostragem. Este exemplo revelou ser paradigmático dos conceitos que ainda se perpetuam sobre a gestão e as intervenções no património industrial, pois nenhum dos intervenientes, desde júri a projetos selecionadas teve qualquer tipo de abordagem disciplinar que não fosse de arquitetura. Todas as recomendações de boas práticas, de definição de criterização comum, de trabalho arqueológico de campo, de recolha documental, de compreensão no terreno, pura e simplesmente não existiram. Sem que com isso, e é esta a questão que procuramos analisar em termos de proposta de reflexão, o discurso explícito dos projetos não deixasse de usar jargões como *memória*, *património* ou *legado industrial*.

Ou seja, de certo modo, verificamos que a falta de criterização nas intervenções não advém de um desconhecimento em torno da necessidade de valorização do património industrial. Essa valorização é introduzida no discurso descritivo, o problema é que parece ser introduzida de forma mecânica ou até decorativa. As expressões são inconsequentes com as práticas, porque não são compreendidas, o que revela que o problema não está exatamente nos agentes interventores, que procuram usar a terminologia que lhes é exigida. O problema estará mais a montante, quando na formação e seleção desses agentes, os responsáveis finais também não foram capazes de transmitir os conteúdos e estimular a sua reflexão, replicando apenas o mesmo tipo de terminologia aparentemente com carga patrimonial, mas vazia de verdadeiro propósito.

O que entendemos é que para haver conteúdo nos conceitos, tem que haver, antes de tudo, conhecimento. O conhecimento resulta precisamente da investigação, da análise e da discussão sobre os objetos e os temas sob intervenção, e é um conhecimento que só pode fazer sentido no âmbito de várias ciências e várias perspetivas. Isto é, num âmbito interdisciplinar. Sem essa condição essencial, o destino do património industrial, e retomando o exemplo destas cinco lanifícias que procuramos dar a conhecer, é o desaparecimento. Seja a perda pelo abandono e ruína, seja a perda pela descaracterização e demolição acrítica ilustrada com boas intenções.

9. Fontes

9.1. Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Aveiro

Escrituras 1.º Arquivo Notarial de Oliveira de Azeméis, 14 de fevereiro de 1866, fs. 86v-87v, NOT/1CNOAZ/001/0040, ADA.

Registo de batismos de Oliveira de Azeméis, 13 de abril de 1816, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

Registo de batismos de Oliveira de Azeméis, 16 de setembro de 1808, f. 103v, PT/ADAVR-POAZ09/1/7, ADA.

Registo de batismos de Oliveira de Azeméis, 3 de outubro de 1818, f. 8, PT/ADAVR-POAZ09/1/8, ADA.

Registo de batismos de Oliveira de Azeméis, 9 de outubro de 1823, f. 40v, PT/ADAVR-POAZ09/1/8

Registo de casamentos de Oliveira de Azeméis, 7 de fevereiro de 1851, f. 157v, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

Registo de óbitos de Oliveira de Azeméis, N.º 19, 13 de junho de 1882, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

Registo de óbitos de Oliveira de Azeméis, N.º 22, 2 de junho de 1898, PT/ADAVR-POAZ09, ADA.

Arquivo Distrital de Braga

Escrituras de Vila Nova de Famalicão, notário José Joaquim Gomes, V594 , Livro 85), fl. 44, ADB

Registo de batismos de Abadim, Cabeceiras de Basto, 5 de maio de 1741, f. 44, PT/UM-ADB/PRQ/PCBC01/001/0004, ADB.

Registos de óbitos, Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão, 1 de novembro de 1898, N.º 71, f. 117v e f. 118, PT/UM-ADB/PRQ/PVNF48/003/0023, ADB.

Testamento de Custódio Pereira, 7 e 9 de março de 1802, aberto a 16 de julho do mesmo ano, PT/UM-ADB/AC/PRVBRG/002/02615, ADB.

Arquivo Distrital da Guarda

Ação de falência, 26 de junho a 22 de novembro de 1898, PT/ADGR/JUD/TJGRD/B012/00032, ADG.

Registo de batismos de Moimenta da Serra, Gouveia, 28 de março de 1840, f. 19, PT/ADGRD/PRQ/PGVA11/001/00001, ADG.

Registo de batismos de Pinhanços, 20 de maio de 1818, f. 38, PT/TT/PRQ/PSEI10/001/B2, ADG.

Registo de batismos de Vila Nova de Tadem, Gouveia, 29 de novembro de 1839, f. 22v, PT-ADLSB-PRQ-PGVA21-001, ADG.

Arquivo Distrital do Porto

Companhia de Carril Americano do Porto à Foz de Matosinhos, 25 de agosto de 1870, PT/ADPRT/EMP/CCAPFM, ADP.

Constituição de Sociedade Têxteis, 22 de outubro de 1914, f. 94, PT/ADPRT/NOT/CNPRT/001/0850/01651, ADP.

Constituição de Sociedade Têxteis, 6 de abril de 1874, CNP, 1.º ofício, ADP.

Constituição de Sociedade Têxteis, de 7 e 10 de outubro de 1914, CNP, 1.º ofício, ADP.

Contracto de sociedade entre Manoel Pereira da Silva, d'esta cidade, Francisco Borges Garcia Ribeiro, da Villa de Amarante e outros, 7 de junho de 1857, CNPNF., 2.º ofício, ADP.

Contracto social da Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello, em 3 de Outubro de 1853 e Venda que fazem Garcia & Barbedo à Comp.^a da Fabrica de Lanifícios de Lordello, em 4 de Outubro de 1854, PT/ADPRT/NOT/CNPRT01/001/0473/00296. ADP

Memorandum, Registo de óbitos de Lordelo do Ouro, 29 de março de 1809, PT/ADPRT/PRQ/PPRT06/003/0006, ADP.

Outorga de emissão de obrigações, 21 de março de 1908, I/31/2-111, ADP.

Processo de licenciamento, 14 e 15 de maio de 1878, fs. 19-20, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

Processo de licenciamento, 17 de junho de 1873 – 18 de novembro de 1873, f.2-20, PT/ADPRT/AC/GVPRT/J-D/180/00003, ADP.

Registo de batismos da Vitória, Porto, 22 de maio de 1756, f. 133, PT/ADPRT/PRQ/PPRT15/001/0010, ADP.

Registo de batismos de Fregim, Amarante, 25 de agosto de 1816, f. 57, PT/ADPRT/PRQ/PAMT12/001/0006, ADP.

Registo de batismos de Padronelo, Amarante, 11 de abril de 1891, N.º 11, PT/ADPRT/PRQ/PAMT26/001/0011, ADP.

Registo de Batismos de São Nicolau, Porto, 27 de janeiro de 1825, f. 213, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0021, ADP.

Registo de casamentos de São Nicolau, Porto, 30 de novembro de 1773, f. 220-220v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/002/0034, ADP.

Registo de escrituras diversas, tabelião. João Teixeira Barbosa (Cartório Notarial de Penafiel), Livro 61, PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/005/0889, ADP.

Registo de óbitos de Cedofeita, Porto, 26 de abril de 1810, f.220v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT04/003/0007, ADP.

Registo de óbitos de Santo Ildefonso, Porto, 15 de agosto de 1820, f. 21, PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0017, ADP.

Registo de óbitos de Santo Ildefonso, Porto, 15 de fevereiro de 1821, f. 27v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0017, ADP.

Registo de óbitos de Santo Ildefonso, Porto, N.º 237, 14 de julho de 1882, f. 61v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0046, ADP.

Registo de óbitos de São Nicolau, Porto, 2 de junho de 1793, f.215v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0006, ADP.

Registo de óbitos de São Nicolau, Porto, assento de justificativa de 2 de maio de 1828, f. 63, PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0006, ADP.

Registos de Óbitos de São João da Foz do Douro, N.º 126, 27 de outubro de 1886, f. 44v, PT/ADPRT/PRQ/PPRT05/003/0027, ADP.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Licença de obra 139/1940, de 21 de fevereiro de 1940, D-CMP/12(139/1940, AHMP.

Livro de Registo de Obras Públicas e Termos, 20 de dezembro de 1803 e 3 de agosto de 1805, f. 23v, A-PUB/5729, AHMP.

Livro de Registo de Obras Públicas e Termos, 3 de agosto de 1805 (cópia da provisão de 1803), fs. 37-38, A-PUB/5729, AHMP.

Registo de Testamento com que faleceu Diogo Hernandez Barbot, 29 de agosto de 1893, aberto a 14 de fevereiro de 1921, PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT10751, AHMP.

Registo do testamento com que faleceu Florindo José Teixeira de Carvalho, negociante e proprietário, 7 de julho de 1882, PT/CMP/AM/PUB/ABOR/8RT11172, AHMP.

Testamento de Domingos Ferreira Pinto Basto, aberto a 15 de agosto de 1820, A-PUB/2291, AHMP.

Testamento de Domingos Ferreira Pinto Basto, aberto a 15 de agosto de 1820, A-PUB/2291, fs. 333v-335v, AHMP.

Testamento de Domingos Martins Gonçalves, 20 de abril de 1807, aberto a 10 de julho de 1811, A-PUB/2275, AHMP.

Testamento de João Baptista Fontana, aberto a 11 de maio de 1805, A-PUB/2260, AHMP.

Testamento de Maria Rosa Arantes, 16 de agosto de 1811, assinado a 29 de agosto e aberto a 20 de julho de 1812, fs. 166v-168v, A-PUB/2277, AHMP.

Arquivo Histórico Parlamentar

Breve bosquejo da antiguidade dos lanifícios em Portugal, seu progresso, decadência, ou as causas e dedução das providências que precisam, 21 de abril de 1821, PT-AHP/CD/CAMCP/S5/DC1, AHP.

Eleições de 1868, CE15, Vila Nova de Famalicão, Acta de apuramento definitivo para Eleição de hum Deputado pelo circulo quinze. / Villa Nova de Famalicão, PT-AHP/CD/CVPoderes/S34/UI8, AHP.

Arquivo Municipal de Amarante

AMA Fabrica de lanifícios na margem direita do rio Mendes: seo fundador, 6 de setembro de 1857, Livro de Anais da Câmara Municipal de Amarante, 1856-57, Livro 0356, AMA.

Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

Ofício municipal, PT/MVNF/AHBVF/A-A/001/0005/000005, AMASVNF.

Termo de mudança de residência, 2 de Abril de 1859, PT/MVNF/CMVNF/C-A/001/0001/000004, AMASVNF.

Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis

Prorrogação do contrato de distribuição de energia elétrica, 28 de setembro de 1938, PT/AMOA/APUB/CMOA/074/074.2/005A/009, AMOA.

Requerimento de Costas & Carvalho para a instalação de uma linha telefónica entre a fábrica e a sua casa, 15 de outubro de 1890, f. 36, PT/AMOA APUB/CMOA/004/004.1/019/018, AMOA.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Vila Nova de Gaia)

Esriptura de venda que faz a Illustrissima Camara Municipal de Gaya ao Illustrissimo Senhor Antonio José de Castro Silva, 3 de outubro de 1845, livros de notas 2202, Lv2., fls. 132-133v, AMSMB.

Processos, pasta n.º 35, doc. n.º 64, 602/1918, AMSMB.

Arquivo Municipal de Vila Real

Escritura de Caução, 5 de maio de 1893, PT/AMVR/FAM/ACB/D/B/002-009, doc. 002, AMVR.

Nota do ativo da fábrica de Bernardo José da Costa, 13 de abril de 1891, PT/AMVR/FAM/ACB/D/B/002-011, AMVR.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Conselho da Fazenda, Registo de Decretos, Livro 5, PT/TT/CFZ/A-A/02/0005, ANTT.

Diligência de habilitação para a ordem de Cristo de Plácido Lino dos Santos Teixeira, 12 de julho de 1803, PT/TT/MCO/A-C/002-013/0009/00052, ANTT.

Junta do Comércio, Livro 17.º de Registo, 1780, fs. 3-4; 5 e 17v-31, PT/TT/JC/005/0017, ANTT.

Junta do Comércio, Registo das Cartas que a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, fez escrever pelo Seu Secretario aos Executores, e Administradores das diferentes Fabricas, espalhadas pelo Reino, Livro 83.º de Registo, 1772, PT/TT/JC/A-C/1/4, ANTT.

Junta do Comércio, Livro 9.º de Registo, 1769, PT/TT/JC/A/005/0009, ANTT.

Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto, 1814, PT/TT/JC/A-C/3/1, ANTT.

Memoriais Parochiaes, Palmaz, 30 de maio de 1758, Vol. 27, PT/TT/MPRQ/27/38, ANTT.

Memorias Parochiaes, Lordello do Ouro, 25 de abril de 1758, vol. 21, PT/TT/MPRQ/21/122, ANTT.

Memorias Parochiaes, Padernello, 19 de novembro de 1758, Vol. 27, PT/TT/MPRQ/27/17, ANTT.

Memorias Parochiaes, Ramalde, 22 de abril de 1758, vol. 31, PT/TT/MPRQ/31/6, ANTT.

Memorias Parochiaes, Riba d'Ave, 3 de maio de 1758, vol. 31, PT/TT/MPRQ/31/80, ANTT.

Memorias Parochiaes, Sta. Marinha de Villa Nova de Gaya, abril de 1758, vol. 40, PT/TT/MPRQ/40/239, ANTT.

Registo Geral de Mercês de D. Luís I, livro 8, f. 227v, 16 de janeiro de 1864, PT/TT/RGM/J/0008/269833, ANTT.

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Luís I, livro 26, f. 96, 17 de setembro de 1872, PT/TT/RGM/J/0026/196109, ANTT.

Registos Paroquiais, Freguesia de Santa Engrácia, Lisboa, casamentos, 1842-1859, f. 214v., ANTT.

Requerimento de Plácido Lino dos Santos Teixeira, morador na cidade do Porto, armador, alferes da Ordenança do Concelho de Santa Cruz de Cima Tâmega, sobre as questões

relativas ao seu casamento com Teresa Mafalda e obstáculos criados pelos pais, 11 de março a 6 de maio de 1780, Ministério do Reino, mç. 899, proc. 17, PT/TT/MR/EXP/051/0256/00017, ANTT.

Requerimento de Plácido Lino dos Santos Teixeira, negociante do Porto, solicitando licença para uma lotaria a favor do teatro do Porto, 16 de novembro de 1815 – 2 de janeiro de 1816, Ministério do Reino, mç. 899, proc. 18, PT/TT/MR/EXP/051/0256/00018, ANTT.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

Registros Paroquiais de Terras, liv. 33, Nossa Senhora da Piedade de Inhomerim, f. 38v, APERJ.

Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Amarante

Registo de óbitos de Padronelo, N.º 197, 23 de agosto de 1912, RCPCA.

Conservatória do Registo Predial e Comercial de Vila Nova de Famalicão

Descrição predial 13.918, Livro B, N.º 43: f. 117, e respetivos apensos, CRPCVNF.

Livro 14, inscrição 5.407, f. 70, ACRPCVNF.

Livro B/124, inscrição 13.918, f. 67, ACRPCVNF.

Livro B/148, inscrição 13.918, f. 144, ACRPCVNF.

Livro B/153, inscrição 13.918, f. 30, ACRPCVNF.

Livro B/43, inscrição 13.918, f. 117, ACRPCVNF.

Livro Diário N.º 2, inscrição 1.877, ACRPCVNF.

Conservatória do Registo Predial do Porto

Descrição predial do artigo com matrícula 7.877, 23 de dezembro de 1871, Livro B-37, CRPP.

Descrição predial do artigo com matrícula N.º 31892, 2 de abril de 1908, Livro B-100, CRPP.

Descrição predial e averbamento, 26 de setembro de 1925, Livro B-127, CRPP.

9.1. Fontes impressas: dicionários, memórias e monografias

AA.VV. 1830. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tom. X-II.*

Vols. X-II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Autor anónimo. 1857. *Annaes do Parlamento Brasileiro da Camara dos Srs. Deputados, Tomo 5.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

Autor anónimo (*Um Flaviense*). 1852. *Diccionario Geographico abreviado de Portugal e suas Possessões Ultramarinas (dado ao prelo por António Fernandes Pereira)*, Porto: Typographia de Sebastião José Pereira.

Autor anónimo (*Um Português*). 1843. *O Governo Britanico e Portugal, julgados na presença dos acontecimentos contemporaneos.* Lisboa: Imprensa de C. A. da Silva Carvalho.

Autor anónimo. 1668. *Tratado de Pazes, Entre os Serenissimos e Poderosissimos Principes D. Carlos II, Rey Catholico, e D. Afonso VI, Rey de Portvgal, Feito e Concluso no Convento de Sancto Eloy da Cidade de Lisboa, Aos 13 de Fevereiro de 1668.* Lisboa: Impressao de Antonio Craesbeeck de Mello.

Autor anónimo. 1776. *Exposição das Festividades Celebradas na Reedificada Villa Real de Santo Antonio no Mez de Maio no Presente Anno de 1776.* Lisboa: Regia Officina Typografica.

Autores anónimos (*Um Grupo de Oliveirenses*). 1909. *Annaes Do Municipio de Oliveira de Azemeis.* Porto: Lello & Irmão.

Azevedo, João António Monteiro de. 1881. *Descrição Topographica, e Historica de Villa Nova de Gaya.* Porto: Imprensa Real.

Bishop, J. Leander. 1868. *A History of American Manufactures, from 1608 to 1860, Vol. II.* Vol. II. Philadelphia: Edward Young & Co.

Bollaert, William. 1870. *The Wars of Succession of Portugal and Spain, from 1826 to 1840: With Résumé of the Political History of Portugal and Spain to the Present Time.* Vol. I.

London: Edward Stanford.

Constâncio, Francisco Solano. 1836. *Novo Diccionario Critico e Etymologico Da Lingua Portugueza*. Paris: Officina Typographica de Casimir.

Guerner, Christovão. 1827. *Discurso Historico e Analytico Sobre o Estabelecimento Da Companhia Geral Da Agricultura Das Vinhas Do Alto Douro*. Lisboa: Impressão Régia.

Herculano, Alexandre. 1863. *Portvgaliae Monvmenta Historica - a Saecvlo Octavo Post Christvm Vsque Ad Qvintvmdecimvm - Leges et Consuetvdines - Vol. I Fasc. III. Vol. Leges I-*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Leal, Pinho. 1873-90. *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villa e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia e Tavares Moreira & Irmão.

Macedo, Duarte Ribeiro de. 1817. *Obras Ineditas*. Editado por A. L. Caminha. Lisboa: Impressão Régia.

Matos, Raimundo José da Cunha. 1836. *Memorias Da Campanha do Senhor D. Pedro d'Alcantara, Ex-Imperador Do Brazil, no Reino de Portugal, Tomo II. Vol. II*. Rio de Janeiro.

Morais da Silva, António de. 1789. *Diccionario Da Lingua Portugueza - Tomo I - A-K. Vol. I*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Morais da Silva, António de. 1831. *Diccionario Da Lingua Portugueza Tomo I A-E. Vol. I*. Lisboa: Impressão Régia.

Oriol Ronquillo, José. 1851. *Diccionario de Materia Mercantil, Industrial y Agrícola, Tomo I. Vol. I*. Barcelona: Imprenta de Don Agustin Gaspar.

Pechan, Josef. 1890. *Leitfaden Des Maschinenbaues: Für Vorträge Sowie Zum Selbststudium, Für Angehende Techniker, Maschinenzeichner, Constructeurs Und*

Technische Beamte Industrieller Etablissements. Vol. II. Reichenberg: Berlag von F. Fritsche.

Pimentel, Alberto. 1877. *Guia do Viajante na Cidade do Porto e seus Arrabaldes*. Porto: J. E. da Costa Mesquita.

Pinto, Albano da Silveira. 1883. *Resenha Das Famílias Titulares e Grandes de Portugal, Tomo I*. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva.

Quintela, Artur de Moura. 1899. *Subsidios Para a Monographia da Covilhan*. Covilhã: Typografia d' «O Rebate».

Rebelo, Agostinho Rebelo da. 2001 (segundo o original de 1788). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto: Frenesi.

Shaw, Charles. 1837. *Personal Memoirs and Correspondence of Colonel Charles Shaw, Comprising a Narrative of the War for Constitutional Liberty in Portugal and Spain*. Vol. II. London: Henry Colburn.

Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da. 1863. *As Fabricas da Covilhã*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da. 1864. *As Fábricas de Portugal - Indagações Relativas aos Tecidos de Lã*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Soares de Luna, João Pedro. 1837. *Memorias para Servirem á Historia dos Factos de Patriotismo e Valor Praticados pelo Distincto e Bravo Corpo Academico que fez Parte Exercito Libertador*. Lisboa: Typographia Lisbonense.

Soriano, Simão José da Luz. 1849. *História do Cerco do Porto*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Taft, Royal C. 1882. *Some Notes upon the Introduction of the Woolen Manufacture into the United States*. Providence: Sidney S. Rider.

Veloso, Pedro da Fonseca Serrão. 1833. *Collecção de Listas que contem os nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas devassas, e sumarios, a que mandou proceder*

o Governo usurpador etc. Porto: Viúva Alvares Ribeiro & Filho.

Vieira, José Augusto - *O Minho Pittoresco* (Vols. I e II). 1887. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, Editor.

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa. 1798. *Elucidario das Palavras, Termos e Frases*. Vol. I e II. editado por S. T. Ferreira. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

9.2. Compilações de legislação, regimentos e alvarás

AA.VV. 1905. *Gazeta da Relação de Lisboa – Revista Judicial*, vol. 18. Lisboa: Empresa Litteraria de Lisboa.

AA.VV. 1908. *Collecção Official de Legislação Portuguesa - Anno de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Alvara dos Fabricantes de pannos das tres Comarcas, da Guarda, Castello-Branco e Pinhel, 1759

Aviso n.º 14332/2021, 1.ª alteração ao Plano Diretor Municipal do Porto, Anexo I-A

Regimento das Fabricas dos Pannos deste Reyno, 1690, RES.1518/18 V., BNP

Ribeiro, João Pedro. 1830. *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Codigo Filippino, com hum Appendice, Parte VI*. Segunda Ed. Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Silva, António Delgado da. 1826. *Collecção da Legislação Portuguesa - 1802 a 1810*. Lisboa: Typografia Maigrense.

Silva, António Delgado da. 1828. *Collecção da Legislação Portuguesa - 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense.

Silva, António Delgado da. 1829. *Collecção da Legislação Portuguesa (1763-1774)*. Lisboa: Typografia Maigrense.

Silva, António Delgado da. 1838. *Collecção da Legislação Portuguesa - 1835 a 1836*.

Lisboa: Typographia de Luiz Correa da Cunha.

Vasconcelos, José Máximo Castro Neto Leite e. 1853. *Collecção Official da Legislação Portuguesa - Anno de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Máximo Castro Neto Leite e. 1865. *Collecção Official da Legislação Portuguesa - Anno de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.

9.3. Imprensa

Portuguesa

A Flor do Tamega, Amarante (1900-07).

A Opinião, Oliveira de Azeméis (1907).

A Voz do Operário, Lisboa (1881).

Archivo Pittoresco, Lisboa (1864-65).

Chronica Constitucional do Porto, Porto (1833-34).

Comércio do Porto Ilustrado - Álbum das Fábricas e Álbum da Indústria, Porto (1894 - 1925).

Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Lisboa (1821).

Diario Illustrado, Lisboa (1873).

Gazeta das Fabricas, Lisboa (1865).

Jornal Novo Comercial, Ermesinde (2020).

O Commercio do Porto, Porto (1864-1901).

O Interior, diário das Beiras e Serra da Estrela, Guarda (2020).

O Jornal do Povo, Oliveira de Azeméis (1907-10).

O Panorama, Jornal Litterario e Instructivo, Lisboa (1853).

Público, Lisboa-Porto (1999-2011).

Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, Lisboa (1861).

Revista Litteraria. Periodico de Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias, e Bellas-Artes, Porto (1838).

Revista de Obras Publicas e Minas, Publicação Mensal da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, Lisboa (1909 e 1910).

Revista Peninsular, Lisboa (1856).

Internacional

Brasil

A Actualidade, Rio de Janeiro (1863).

Diario de Noticias, Rio de Janeiro (1887).

Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (1864-73).

Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro (1876).

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro (1828-98).

Mercantil, Petrópolis (1879-88).

Publicador Maranhense, São Luís do Maranhão (1862-63).

Revista da Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro em 1879, Rio de Janeiro (1879).

Reino Unido

The Guardian, Londres (1835).

The Mechanics' Magazine, Museum, Register, Journal and Gazette, Londres (1839).

Alemanha

Zeitschrift des Vereines Deutscher Ingenieure, Berlim (1894).

9.4. Inquéritos industriais e fontes estatísticas

Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade no Porto em 18 de Setembro de 1865. 1865. Lisboa: Imprensa Nacional.

Boletim do Trabalho Industrial. 1907-1944. Lisboa: Imprensa Nacional.

Documentos sobre o Inquerito Industrial de 1881. 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - Visita às Fabricas do Districto Administrativo de Lisboa. (Segunda Parte, Livro I). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - Visita às Fabricas do Districto Administrativo do Porto. (Segunda Parte, Livro II). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real. (Segunda Parte, Livro III). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Resumo do Inquerito Industrial de 1881. 1883. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete). 1891. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume IV (Inquerito de Gabinete). 1891. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquérito Industrial de 1957-1959. 1959. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Inquérito Industrial de 1964. 1964. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Actas das Sessões da Comissão de Inquérito Constituída por Decisão do Conselho Geral das Alfandegas Encarregada de Estudar a Exposição Internacional Aberta na Cidade no Porto em 18 de Setembro de 1865. 1865. Lisboa: Imprensa Nacional.

Boletim do Trabalho Industrial. 1907-1944. Lisboa: Imprensa Nacional.

Documentos sobre o Inquerito Industrial de 1881. 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - Visita às Fabricas do Districto Administrativo de Lisboa. (Segunda Parte, Livro I). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - Visita às Fabricas do Districto Administrativo do Porto. (Segunda Parte, Livro II). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real. (Segunda Parte, Livro III). 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Resumo do Inquerito Industrial de 1881. 1883. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume III (Inquerito de Gabinete). 1891. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufactureiras, volume IV (Inquerito de Gabinete). 1891. Lisboa: Imprensa Nacional.

Inquérito Industrial de 1957-1959. 1959. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Bertrand (Irmãos), Lda.

Inquérito Industrial de 1964. 1964. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Estatística de Portugal: População, Censo no 1.º de Janeiro de 1864. 1868. Lisboa: Imprensa Nacional.

Estatística de Portugal: População, Censo no 1.º de Janeiro de 1878. 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.

Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1890. 1896. Lisboa: Imprensa Nacional.

Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900. 1905. Lisboa: Imprensa Nacional

Censo da População de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1911. 1913. Lisboa: Imprensa Nacional.

Censos 2011, Resultados Definitivos - Região Norte. 2012. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

NUTS 2013/As Novas Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos. 2015. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

9.5. Anuários e almanaques

Almanach Commercial de Lisboa para 1887 ou Annuario Portuguez, 1886. Lisboa: Companhia Typographica

Almanach para o anno de 1788. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias

Almanach para o anno de 1800. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo

Almanach para o anno de 1805. Lisboa: Impressão Regia

Almanach para o anno de 1807. Lisboa: Impressão Regia

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro (Laemmert). Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert (edições de 1846 a 1871).

Annuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar (1896-1911)

Anuário Comercial (1911-1935)

9.6. Catálogos de exposições

Catalogo Official da Exposição Internacional do Porto em 1865. Porto: Typographia do Commercio.

Catalogue Spécial de la Section Portugaise a l'Exposition Universelle de Paris en 1867.

Paris: E. Dentu. Libraire-Éditeur de la Commission Impériale.

Catalogue Spécial de La Section Portugaise a l'Exposition Universelle de Paris en 1878.

Paris: Typographique de A. Pougin.

Exposition Universelle Internationale de 1889 a Paris - Catalogue Général Officiel - Tomes

III et IV. Paris: Imprimerie L. Daniel.

Gardner, Dorsey, ed. 1876. *Grounds and Buildings of the Centennial Exhibition - Philadelphia, 1876.* Philadelphia: J. B. Lippincott & Co.

International Exhibition 1876 - Official Catalogue. Philadelphia: Centennial Catalogue Company.

International Exhibition, 1876 Philadelphia Catalogue Portuguese Special Catalogue. Departments I., II., III., IV., V. Philadelphia: International Exhibition of Philadelphia.

Orellana, Francisco José - *La Exposicion Universal de Paris en 1867.* Barcelona: Libreria de Manero, Editor, 1867.

Walker, F. A. 1877. *International Exhibition 1876 - Reports and Awards.* Philadelphia: J. B. Lippincott & Co.

Welt-Ausstellung 1873 in Wien - Officieller General-Catalog. Wien: Druckerei des Journals "Die Presse."

9.7. Fontes pictóricas (fotografias e gravuras)

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

Quinta de Santa Clara e Casa da Horta, Cascais, 1890, PT/CMCSC AHMCS/AFTG/CAM/A/01106, AHMC.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Igreja do convento de Vale de Piedade, desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, 1833, F-NV/FG-M/7/17, AHMP.

Fábrica de lanifícios de Lordelo do Ouro, 1918-21, D-PST/2572, AHMP.

Fabrica de Lanifícios do Dr. Joaquim Borges, PT-CMP-AM/PRI/FGD/F.NV:FG.M:9:620 e 9:760, AHMP.

Licença de obra 666/1918, de 7 de dezembro de 1918, (D-CMP/9(267), AHMP.

Projeto de alçado para Barbot & Meireles, Rua D. Pedro V, Porto, 1888, PT-CMP-AM/PUB/JOP/203/11-1888, AHMP.

Rotunda da Boavista, Porto, 1964, F- NP/CMP/5/500; F-NP/CMP/7/502, AHMP.

Vale de Piedade a partir do Palácio de Cristal, Alberto Ferreira, cartão postal 66, c. de 1900, PT-CMP-AM/COL/PST/D.PST:462, AHMP.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Vila Nova de Gaia)

Convento de Santo António de Vale de Piedade, litografia de G. Childs, sobre desenho de Joseph James Forrester, 1835, 298703, AMSMB.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Alfândega velha do Rio de Janeiro, na Praia dos Mineiros, c. 1856, litografia de Pieter Godfred Bertichem, BDL-B.

Biblioteca Nacional de Portugal

Gaudêncio Fontana, ilustração de Fonseca Portuense, litografia de Manuel Luís da Costa, c. de 1842, e-19-a, BNP.

Primeira Exposição de Arqueologia Industrial, Tomar, 1978, cartaz, 902 (084.5), BNP.

Centro Português de Fotografia

Amarante – fabrica de Padornello, Antero Frederico da Mota e Silva, c. 1860, PT/CPF/CNF-CALVB/0033/000097, CPF.

Fabrica de Papel do Caima, Emílio Biel & Cia., 1908, PT/CPF/CNF-CALVB/0009/10, CPF.

Lanifícia Lopes da Costa, c. de 1891-1898, PT/CPF/JOC/000190, CPF.

Mouteira e Vale de Mata-Sete, em Lordelo Ouro, 1963, PT/CPF/TAV/VA/0047/000153, CPF.

Sampaio, Ferreira, Lda., Alvão c. 1934-1950, PT/CPF/ALV/004416, 004417 e 004423, CPF.

Library of Congress, Stereographs Cards Collection, EUA

(<https://www.loc.gov/pictures/collection/stereo/>)

Estereografias 88 e 93 de John J. Killelea & Co., 1907, ed. de H. C. White Co., 2021640955 e 2021640949, Library of Congress, EUA.

The Library Company of Philadelphia, Centennial Photographic Company Collection, EUA

(<https://digital.librarycompany.org/islandora/object/Islandora%3ACPCC1>)

Portugal section, main building, 1876, Filadélfia, *Centennial Photographic Company Collection*.

Rede Nacional de Bibliotecas

Biblioteca Municipal de Cascais, na Casa da Horta, 2019, Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Espólio de Vasco Carvalho (Vila Nova de Famalicão)

Barão da Trovisqueira em uniforme de deputado, c. 1868, negativo do Espólio Vasco de Carvalho - VC 2985.

Barão da Trovisqueira, c. 1895, espólio Vasco de Carvalho, VC 2978.

Barões da Trovisqueira, c. de 1864, espólio Vasco de Carvalho, VC 2977 e VC 2980.

10. Bibliografia

- Afonso, Óscar, & Álvaro Aguiar. 2005. "A Internacionalização da Economia." Pp. 305-42 in *História Económica de Portugal , 1700-2000, Vol. III*, editado por P. Lains & Á. F. da Silva. Lisboa.
- Aguiar, Álvaro, & Manuel M. F. Martins. 2005. "A Indústria." Pp. 185-226 in *História Económica de Portugal , 1700-2000, Vol. III*, editado por P. Lains & Á. F. da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alfrey, Judith, & Tim Putnam. 1992. *The Industrial Heritage - Managing Resources and Uses*. London and New York: Routledge.
- Almeida, Pedro Tavares de. 1988. "Nos bastidores da eleição de 1881, a correspondência de José Luciano de Castro." *Revista de História Económica e Social* (23): 65-113.
- Alves, Daniel Ribeiro, Sofia Lucas Martins, & Teresa Rodrigues. 2001. *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849, Vol. I*. Vol. I. editado por L. N. E. da Silveira. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Alves, Jorge Fernandes. 1994. *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos.
- Alves, Jorge Fernandes. 1999a. *Fiar e Tecer, Uma Perspectiva Histórica da Indústria Têxtil a Partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão.
- Alves, Jorge Fernandes. 1999b. "Riba d'Ave na Memória da Indústria Algodoeira":1-28.
- Alves, Jorge Fernandes. 2001. "De Relance - O Barão de Trovisqueira." in *Catálogo da Exposição "Barão da Trovisqueira - Reencontro"*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Museu Bernardino Machado.
- Alves, Jorge Fernandes. 2002. "A Indústria Têxtil do Vale do Ave." *Património e Indústria no Vale do Ave*:372-89.
- Alves, Jorge Fernandes. 2005. "A Indústria em Vila Nova de Famalicão, Uma Perspectiva Histórica." Pp. 443-86 in *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão:

Quasi Edições.

Alves, Jorge Fernandes, & Silvestre Lacerda. 1995. "Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela: As Origens." *O Tripeiro* 7ª série(1-3):41-46, 84-88.

Amaro, Paula, & Décio R. Martins. 2021. "As centrais hidroelétricas do distrito da Guarda na primeira metade do Século XX." *Arqueologia Industrial* III(1-2):4-51.

Amorim, Maria Adelina. 2003. "A Real Fabrica de Ferro de Nova Oeiras. Angola, Séc. XVIII." *CLIO* 9:189-216.

Argüello Menéndez, José Jorge, & Sara Alexandra Mendes Peixoto. 2007. *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos na Fábrica de Lanifícios de Serralves*. Porto.

Aron, Raymond. 2021. *Ensaio Sobre as Liberdades*. Lisboa: BookBuilders.

Barber, Elizabeth Wayland. 1991. *Prehistoric Textiles - The Development of Cloth in the Neolithic and Bronze Ages*. West Sussex: Princeton University Press.

Barber, Elizabeth Wayland. 1995. *Women's Work: The First 20,000 Years: Women, Cloth, and Society in Early Times*. New York: Norton & Company, Inc.

Barblan, Marc. 1991. "A Exposição da Central Tejo: Etapa Importante Na Valorização Do Património Industrial Português e Realização de Alcance Universal." Pp. 105-8 in *Museologia e Arqueologia Industrial - Estudos e Projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

Batalha, Fernando. 1972. *Nova Oeiras Fábrica do Ferro*. Luanda: Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes - Monumentos Nacionais.

Beaudry, Mary C. 1993. *Documentary Archaeology of the New World*. edited by M. C. Beaudry. Boston: Cambridge University Press.

Beaudry, Mary C. 2005. "Revolutionizing Industrial Archaeology." Pp. 301-14 in *Industrial Archaeology: Future Directions*, edited by E. C. Casella & J. Symonds. New York: Springer.

- Bonifácio, Maria de Fátima. 1982. "A Revolução de 9 de Setembro de 1836: A Lógica dos Acontecimentos." *Análise Social* XVIII(71):331-70.
- Branco, Amélia, & Pedro Neves. 2018. "From Backward to Modern: The Adoption of Technology by the Pulp Industry in Portugal, 1891-2015." Pp. 111-32 in *Technological Transformation in the Global Pulp and Paper Industry 1800-2018. World Forests, vol. 23*, edited by T. Särkkä, M. Gutiérrez-Poch, & M. Kuhlberg. Cham: Springer.
- Brito, Joaquim Pais de. 2006. "O Fado: Etnografia na Cidade." Pp. 24-42 in *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, editado por G. Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bruno, Sampaio. 1907. *Portuenses Illustres*. Vol. I. Porto: Livraria Magalhães & Moniz.
- Buchanan, Robert Angus. 1972. *Industrial Archaeology in Britain*. Suffolk: Pelican.
- Buckley, Mike. 2012. "Origins of the Saddleworth Mallalieu Family." *Bulletin of the Saddleworth Historical Society* 42(1):12-27.
- Budig, Benedikt. 2018. *Extracting Spatial Information from Historical Maps. Algorithms and Interaction*. Würzburg: Würzburg University Press.
- Caetano, Lucília. 1986. "A Classificação Estatística das Indústrias - Elementos para a sua Caracterização." *Finisterra* XXI(42):311-27.
- Campos Melo, José Maria de. 1907. *Lans e Lanifícios*. Coimbra: França Amado.
- Campos, Nélson. 2010. "A Odisseia do Ferro de Moncorvo até à Ferrominas." *Colégio Campos Monteiro*.
- Cano Sanchiz, Juan Manuel. 2007. "Arqueólogos en la Fábrica. Breve Recorrido por la Historigrafía de la Arqueología Industrial." *SPAL* 16:53-67.
- Cano Sanchiz, Juan Manuel. 2019. "Metodologias de Registro Em Arqueologia Da Industrialização" editado por E. R. de Oliveira. *Memória Ferroviária e Cultura Do Trabalho* (1):241-76.

- Carreira, António. 1988. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Vol. 2: Documentos*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Catling, Harold. 1970. *The Spinning Mule*. Newton Abbot: David & Charles.
- Cerdà, Manuel. 2008. *Arqueología Industrial - Teoría y Practica*. València: PUV.
- Choay, Françoise. 2014. *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Coelho, Sérgio Veludo. 2010. "O Arsenal Real do Exército do Porto 1802/1812." Pp. 273-309 in *O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*. Lisboa: Tribuna da História.
- Coelho, Sérgio Veludo. 2018. "Sistemas Defensivos da Cidade do Porto 1809-1833."
- Conde, Antónia Fialho. 2009. "O Restauro do Património Móvel em Évora no Contexto de Quinhentos: Os Panos de Armar de D. Mariana de Castro, Condessa de Tentúgal." *Conservar Património* 9:67-76.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 1995. "A Utilização de Turbinas Hidráulicas no Início da Industrialização Portuguesa." *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense* X.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2000. "A Arqueologia Industrial como Arqueologia da Industrialização." Pp. 403-20 in *"Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2002. "Fontes para a História da Indústria Portuense: I o Mapa das Fábricas de 1813." *Cadernos do Noroeste* 19((1-2)):201-42.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2003. "Fontes para a História da Indústria Portuense: O Mapa das Fábricas de 1820." *Cadernos do Noroeste* 20((1-2)):649-711.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2006a. "A Indústria Portuense No Século XIX." Universidade do Minho.
- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2006b. "A Indústria Portuense No Século XIX." Universidade

do Minho.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2007. "O Património Industrial em Portugal. Situação Actual e Perspectivas de Futuro." *Arqueologia Industrial* III(1-2):41-50.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2009a. "O Património Industrial e as Novas Cartas Patrimoniais: Nizhny Tagil, Riga, Monterrey e El Bierzo." *Arqueologia Industrial* V(1-2):73-97.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2009b. "Recensão Crítica de Rota da Lã - Translana: Percursos e Marcas de Fronteira." *Arqueologia Industrial* V(1-2):137-42.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2012a. "Nova Oeiras: An Eighteenth Century Ironworks in Angola, its History and Preservation in the Post-Colonial Era." P. 76 in *TICCIH Congress Proceedings of the XVth International Congress of the International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*. Taiwan.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2012b. "Rota da Lã - Translana: Uma Obra de Referência Sobre o Património Da Indústria de Lanifícios." *Ubimuseum-Revista Online do Museu de Lanifícios* (01):1-10.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2017. *História da Indústria Portuense 1. Dos Finais do Século XVIII a 1852*. Porto: Afrontamento.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 2020. *1820 - Revolução Liberal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Costa, Francisco da Silva. 2010. "O Património Industrial no Vale do Ave: O têxtil como chave de leitura territorial." Pp. 349-68 in *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*. Maia: ISMAI e CEDTUR-CETRAD.

Costa, Francisco da Silva, & José Manuel Lopes Cordeiro. 2013. "Património Hidráulico e Arqueologia Industrial : O Caso do Rio Ave no Noroeste de Portugal." Pp. 482-93 in *II Congreso Internacional de Ingeniería Civil y Territorio "Agua, Cultura e Sociedad."*

Costa, Manuela Pinto da. 2004. "Glossário de Termos Têxteis e Afins." *Revista da*

Faculdade de Letras 3:137-61.

Coutinho, Bernardo Xavier. 1972. *História Documental da Ordem da Trindade. I - Das Origens ao Século XIX*. Vol. I. Porto: Ordem da Trindade.

Cumming, Valerie, C. W. Cunningham, & P. E. Cunningham. 2010. *The Dictionary of Fashion History*. Oxford and New York: Berg.

Currier, John J. 1902. *History of Newbury, Massachusetts*. Boston: Damrell & Upham.

Custódio, Jorge. 1991. "Os Museus Industriais e a Arqueologia Industrial." Pp. 7-69 in *Museologia e Arqueologia Industrial - Estudos e Projectos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

Custódio, Jorge. 1998. "Da Tinturaria Antiga ao Séc. XIX." Pp. 85-102 in *Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*, editado por E. C. Pinheiro. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

Custódio, Jorge. 2009. "O Ferro como Património Industrial de Moncorvo: História , Mineração e Indústria." *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade* 34.

Custódio, Jorge. 2020. "Projeto e Programa de Requalificação e Valorização Da Estação Arqueológica de Coima." *Revista Fundação* (9):24-29.

Custódio, Jorge, & Luísa Santos. 1990. "A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a 1.^a Geração Europeia e Americana de Fábrica Hidráulicas." in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial - Coimbra, Guimarães, Lisboa - Actas e Comunicações*. Vol. II, editado por Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

Delgado Torres, Manuel, & Juan Manuel Cano Sanchiz. 2010. "El agua como motor en la industria: historia y tecnología. El Caso de 'La Alianza' de Puente Genil (Córdoba)." *Anales de Arqueología Cordobesa* 22(21-22):253-78. doi: 10.21071/aac.v0i0.6462.

Dias, Luís Fernando Carvalho. 1954. "A Relação das Fábricas de 1788." *Boletim de Ciências Económicas* III(3):188-261.

- Dias, Luís Fernando Carvalho. 1958. *História dos Lanifícios (1750-1834) - Documentos (I, II e III)*. Vol. I. Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.
- Dias, Luís Fernando Carvalho. 1962. *História dos Lanifícios (1750-1834)*. Vol. II. Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.
- Dias, Luís Fernando Carvalho. 1965. *História dos Lanifícios (1750-1834)*. Vol. III. Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.
- Dias, Luís Fernando Carvalho. 1968. *História dos Lanifícios (1750-1834) - Documentos* (Vols. IV e V). Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.
- Dias, Ondemar. 2003. "Remanescentes Histórico-Arqueológicos da cultura do anil na cidade do Rio de Janeiro." *Revista Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (419):9-57.
- Farge, Arlette. 1999. *Lugares para a História*. Lisboa: Teorema.
- Faria, Fernando. 2008a. "Electrificação do Concelho de Amarante, 1928-1950 - Distrito do Porto". Fundação EDP
- Faria, Fernando. 2008b. "Electrificação do Concelho do Porto, 1928-1950 - Distrito do Porto". Fundação EDP.
- Fernandes, José Alberto V. Rio. 1998. "Desindustrialização, terciarização e reestruturação territorial: o caso do Porto." Pp. 445-57 in *A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica: actas do colóquio, 1997*, editado por J. F. Alves. Porto: CLC-FLUP.
- Fernando, Aurélio. 1994. *Riba d'Ave em Terras de Entre Ambas as Aves*. Vol. II. Externato Delfim Ferreira.
- Ferreira, Carlos Augusto Pinto. 1868. *Guia de Mechanica Practica - Precedida de Noções Elementares de Arithmetica, Algebra e Geometria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ferreira, Maria Emília Cordeiro. 1971. "Meneses, D. Luís de." *Dicionário de História de Portugal*:262-64.

- Filipe, Maria da Graça. 2019. "Desindustrialização, patrimonialização e uso sustentável de património industrial. Perspectivas sobre estratégia e método, selecção de valores e modalidade de salvaguarda." *Arqueologia Industrial* 1(1-2):96-117.
- Goes, Maria das Dores Jorge de, ed. 1964. *A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Harpring, Patricia. 2010. *Introduction to Controlled Vocabularies, terminology for Art, Architecture, and Other Cultural Works*. Los Angeles: Getty Research Institute.
- Hill, Linda L. 2006. *Georeferencing: The Geographical Associations of Information*. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press.
- Horn, Jeff. 2016. *The Industrial Revolution: History, Documents, and Key Questions*. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC.
- Hudson, Kenneth. 1963. *Industrial Archaeology, an Introduction*. London and New York: Routledge.
- Hudson, Kenneth. 1971. *A Guide to the Industrial Archaeology of Europe*. Bath: Adams and Dart.
- Hudson, Kenneth. 1979. *World Industrial Archaeology*. London: Cambridge University Press.
- Humphreys, David. 1804. *The Miscellaneous Works of David Humphreys*. New York: T. and J. Swords.
- Humphreys, Frank Landon. 1917. *Life and Times of David Humphreys, Vol. II*. Vol. II. New York and London: G. P. Putnam's Sons.
- Isidoro de Sevilha. 2004. *Etimologías*. editado por J. Oroz-Reta, M. A. Marcos-Casquero, & M. C. Diaz y Diaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Jeremy, David J. 1977. "Damming the Flood British Government Efforts to Check the Outflow of Technicians and Machinery, 1780-1843." *The Business History Review* 51(1):1-34. doi: <https://doi.org/10.2307/3112919>.

Jones, William. 2006. *Dictionary of Industrial Archaeology*. 2nd ed. Gloucestershire: Sutton Publishing.

Jorge, Vítor Oliveira. 2004. "Património, Neurose Contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na idade da fragmentação." Pp. 13-25 in *Conservar para quê?*, editado por V. O. Jorge. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto - FCT.

Király, Géza, Ulrich Walz, Tomaž Podobnikar, Kornel Czimber, Marco Neubert, & Žiga Kokalj. 2008. "Georeferencing of Historical Maps - Methods and Experiences." Pp. 53-63 in *Spatial Information Systems for Transnational Environmental Management of Protected Areas and Regions in the Central European Space*. Dresden.

Kühl, Beatriz Mugayar. 2009. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Labadi, Sophia. 2001. "Industrial Archaeology as Historical Archaeology and Cultural Anthropology." *Papers from the Institute of Archaeology* 12:77-85. doi: 10.5334/pia.162.

Leal, Manuel M. Cardoso. 2012. "A Questão Religiosa em José Luciano de Castro: A Lógica do Estado Liberal nas Relações com a Igreja." *Lusitânia Sacra* 026:103-32.

Leone, Mark P., & Jocelyn E. Knauf. 2015. "Introduction to Historical Archaeologies of Capitalism" edited by M. P. Leone & J. E. Knauf. *Historical Archaeologies of Capitalism*: 3-22.

Lünen, Alexander von, & Charles Travis. 2013. *History and GIS, Epistemologies, Considerations and Reflections*. edited by A. von Lünen and C. Travis. New York and London: Springer.

Macedo, Jorge Borges de. 1963. "Methuen, Tratado de." *Dicionário de História de Portugal*:284-91.

Macedo, Jorge Borges de. 1989. *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. 3.^a Edição.

Lisboa: Gradiva.

Madureira, Nuno Luís. 1997. *Mercado e Privilégios - A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa.

Madureira, Nuno Luís, ed. 2001. *História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I A Indústria Têxtil*. Lisboa: Editorial Celta.

Magalhães, Maria Madalena Allegro de. 1988. "A Indústria do Porto na Primeira Metade do Séc. XIX." *Revista Da Faculdade de Letras - Geografia* IV:111-54.

Mantoux, Paul. 1906. *La Révolution Industrielle au XVIIIe Siècle. Essai Sur Les Commencements de La Grande Industrie Moderne en Angleterre*. Paris: Société Nouvelle de Librairie et D'Éditions.

Marques, A. H. de Oliveira, & Maria Fernanda Rollo. 1991. "O Surto Industrial." Pp. 115-45 in *Nova História de Portugal, da Monarquia para a República. XI*, editado por J. Serrão & A. H. de O. Marques. Lisboa: Editorial Presença.

Martins, Luís Filipe Correia. 2010. "Rota do Papel do Vale do Ceira e Serra da Lousã: A Fábrica de Papel Do Boque, Vol. I." Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Marx, Karl. 1875. *Le Capital*. Editado por J. Roy. Paris: Maurice Lachatre et C.ie.

Matos, Ana Maria Cardoso de. 1990. "A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (1772-1788)." Pp. 659-79 in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial - Coimbra, Guimarães, Lisboa - Actas e Comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

Matos, Ana Maria Cardoso de. 1998. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista - O Caso dos Lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa.

Matos, Ana Maria Cardoso de. 2001. "A Indústria dos Lanifícios no Alentejo (Finais do Século XVIII a Finais do Século XIX)." *Ler História* (40):95-125.

Matos, Fátima Loureiro de. 1994. "Os Bairros Sociais no Espaço Urbano do Porto: 1901-1956." *Análise Social* XXIX(127):677-95. doi: 10.2307/41011026.

- Matos, Rogério Bruno Guimarães, Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia, & Joana Teresa Ribeiro Couto. 2011. "Reflexão para um Itinerário Cultural de Arquitectura, (Made in)Dústria, Riba d'Ave e Oliveira de S. Mateus." *Boletim Cultural Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* III(6/7):489-93.
- Medina, João. 2004. "A Regeneração." Pp. 113-256 in *História de Portugal XI. Portugal Liberal (II); Monarquia Constitucional (I)*, editado por J. Medina. Lisboa: Ediclube.
- Mendes, José Amado. 2000. "Uma Nova Perspectiva Sobre o Património Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais." *Gestão e Desenvolvimento* 9(9):197-212. doi: 10.7559/gestaoedesenvolvimento.2000.12.
- Mendes, José Amado. 2013. *Estudos do Património: Museus e Educação*. Segunda Ed. editado pela I. da Universidade de Coimbra.
- Mendonça, Maria Joana de Sousa Pinto Guimarães de Castro. 2003. "A Linguagem Específica dos Lanifícios (Tecelagem) Portugueses até Inícios do Século XX - Um Estudo na Perspectiva da Linguística de Texto." Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mónica, Maria Filomena. 1987. "Capitalistas e Industriais (1870-1914)." *Análise Social* XXIII(99):819-63. doi: 10.2307/41010657.
- Munro, John. 2000. *Wool and Wool-Based Textiles in the West European Economy, c.800 - 1500: Innovations and Traditions in Textile Products, Technology, and Industrial Organisation*. No.5. Toronto.
- Nevell, Michael. 2006. "The 2005 Rolt Memorial Lecture Industrial Archaeology or the Archaeology of the Industrial Period? Models, Methodology and the Future of Industrial Archaeology." *Industrial Archaeology Review* 28(1):3-15. doi: 10.1179/174581906X106570.
- Nevell, Michael. 2008a. "The Archaeology of Industrialisation and the Textile Industry: The Example of Manchester and the South-Western Pennine Uplands During the 18th Century (Part 1)." *Industrial Archaeology Review* 30(1):33-48. doi:

10.1179/174581908x347300.

Nevell, Michael. 2008b. "The Archaeology of Industrialisation and the Textile Industry: The Example of Manchester and the South-Western Pennine Uplands During the 18th Century (Part 2)." *Industrial Archaeology Review* 30(2):97-100. doi: 10.1179/174581908X347300.

Oevermann, Heike. 2021. *Urban Textile Mills: Conservation and Conversion*. Berlin: be.bra.

Oliveira, Ernesto Veiga de & Fernando Galhano. 1960. *Pisões Portugueses*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Oliveira, Joaquim Morais. 1997. "A Fábrica de Lanifícios de Lordelo." Pp. 81-94 in *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: actas do colóquio, 1997*, editado por J. F. Alves. Porto: CLC-FLUP.

Palmer, Marilyn. 1994. "The Rolt Memorial Lecture, 1993 Industrial Archaeology: Continuity and Change." *Industrial Archaeology Review* 16(2):135-56.

Palmer, Marilyn. 2004. "The Archaeology of Industrialization: Introduction." Pp. 1-4 in *The Archaeology of Industrialization*, edited by D. Barker & D. Cranstone. Leeds: Maney.

Palmer, Marilyn. 2005. "Understanding the Workplace: A Research Framework for Industrial Archaeology in Britain." *Industrial Archaeology Review* 27(1):9-17. doi: 10.1179/030907205x50441.

Palmer, Marilyn. 2008. "Industrial Archaeology." *Encyclopedia of Archaeology*: 1511-21.

Palmer, Marilyn, & Peter Neaverson. 1994. *Industry in the Landscape, 1700-1900*. London: Routledge.

Palmer, Marilyn, & Peter Neaverson. 2001. *Industrial Archaeology, Principles and Practice*. London and New York: Routledge.

Pastor, Mário Bruno, & Eduarda Vieira. 2016. "Reutilização, Neoutilização e Não Utilização da Fábrica. Três exemplos paradigmáticos de destinos em curso para

- espaço industrial.” Pp. 47-48 in *III Congresso Internacional sobre Património Industrial, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2016 - Book of Abstracts*. Lisboa: APPI; TICCIH; UL; CITAD.
- Pastor, Mário Bruno, Eduarda Vieira & Juan Manuel Cano Sanchiz. 2017. “Baron’s of Trovisqueira Woollen Mill at Riba d’Ave - First Layer on a Oblivion Stratigraphy.” Pp. 97-105 in *Intangibility Matters International Conference on the values of tangible heritage*, edited by M. Menezes, D. R. Costa, & J. D. Rodrigues. Lisboa: LNEC.
- Pastor, Mário Bruno, Eduarda Vieira & Juan Manuel Cano Sanchiz. 2021. “Labour and Technology Migrations in the Iberian Peninsula-The Case of the Spanish Millano Family’s Woollen Mills in Portugal (Late 19th-Early 20th Century).” *Industrial Archaeology Review* 44(2). doi: 10.1080/03090728.2021.1955500.
- Peixoto, Sara Alexandra Mendes. 2011. “Relatório de Acompanhamento de Escavação.” *Portal do Arqueólogo*. Acedido em 28 de setembro de 2021 (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=3184860>).
- Pereira, António dos Santos. 2012. “História e Imaginário: dos Emigrantes, através d’ A Selva, até a Lã e a Neve.” *Ubimuseum-Revista Online do Museu de Lanifícios*(01):31-43.
- Pereira, António dos Santos. 2013. “Bibliografia Portuguesa dos Lanifícios.” *Ubimuseum-Revista Online do Museu de Lanifícios* 02:5-18.
- Pereira, António dos Santos. 2017. “Produzir na Covilhã: da Feitoria Mercantil do Século XVII à Real Fábrica de Panos do Século XVIII e à Presença Local de Estrangeiros e de Representantes do Poder Central.” *Ubimuseum-Revista Online Do Museu de Lanifícios* 04:30-41.
- Pereira, J. M. Esteves. 1900. *A Industria Portuguesa (Seculos XII a XIX) Com Uma Introdução Sobre as Corporações Operarias em Portugal*. Lisboa: Empresa do Occidente.

- Pereira, Miriam Halpern. 1998. "Os Lanifícios da Covilhã e da Região Serrana: Uma Discreta Expansão Oitocentista." in *Actas das III Jornandas de Arqueologia Industrial, A Indústria Têxtil Europeia - Os fios do passado a tecer o futuro - uma abordagem pluridisciplinar*, editado por E. C. Pinheiro. Covilhã: Universidade da Beira Interior - Museu dos Lanifícios.
- Pinheiro, Elisa Calado. 1998a. "1. Da Real Fábrica de Panos ao Museu de Lanifícios." Pp. 16-38 in *Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado. 1998b. "1.1 A Covilhã, Centro Histórico dos Lanifícios Portugueses." Pp. 43-53 in *Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos*. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado. 2008a. "A História dos Lanifícios Peninsular. Algumas notas para o seu Estudo." Pp. 201-16 in *Rota da Lã Translana/Ruta de la Lana, Vol. I - Reconhecimento e valorização patrimonial*, editado por E. C. Pinheiro. Covilhã: Museu de Lanifícios/Rota da Lã.
- Pinheiro, Elisa Calado. 2008b. "Evolução Histórica da Indústria de Lanifícios em Portugal. O Caso da Beira Interior - Abordagem Genérica." Pp. 217-309 in *Rota da Lã Translana/Ruta de la Lana, Vol. I - Reconhecimento e valorização patrimonial*, editado por E. C. Pinheiro. Covilhã: Museu de Lanifícios/Rota da Lã.
- Pinheiro, Elisa Calado, ed. 2008c. *Rota da Lã Translana / Ruta de La Lana - Reconhecimento e Valorização Patrimonial*. Vol. I. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado, ed. 2009. *Rota Da Lã Translana / Ruta de La Lana - Inventário Das Vias Agro-Pecuárias e do Património Edificado Associado à Indústria de Lanifícios*. Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.
- Pirenne, Henri. 1969. *Histoire Économique et Sociale Du Moyen Age*. Presses Universitaires de France.

- Pozzer, Guilherme Pinheiro. 2020. "A Sampaio, Ferreira & Cia. No Processo de Industrialização Da Bacia Do Ave (1896-1917)." *Arqueologia Industrial* II(1-2):4-47.
- Queiroz, Francisco, & Marcelina das Graças de Almeida. 2008. "Teatro Baquet: Ruína e Memórias." *Associação Cultural Dos Amigos Do Porto* 3.^a Série(26).
- Ramos, Francisco Pinto. 1970. *Resumo Sinóptico de Legislação da Província de Angola*. Viseu: Tipografia Guerra.
- Ramos, Paulo Oliveira. 2014. "A Expressão 'Arqueologia Industrial': Um tema para uma viagem no espaço e no Tempo." Pp. 19-28 in *II Congresso Internacional sobre Património Industrial*, editado por E. Vieira & J. M. L. Cordeiro. Porto: UCP - CITAR - TICCIH - APPI - FCT.
- Ramsay, George Daniel. 1982. *The English Woollen Industry, 1500-1750*. London: The Macmillan Press Ltd.
- Rau, Virgínia. 1965. "Para a História da População Portuguesa dos Séculos XV e XVI (Resultados e Problemas de Métodos)." *Do Tempo e Da História* I(1):7-46.
- Rau, Virgínia. 1968. "Política Económica e Mercantilismo na Correspondência de Duarte Ribeiro de Macedo (1668-1676)." *Do Tempo e Da História* II:3-48.
- Rau, Virgínia. 1984. *Estudos Sobre História Económica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença.
- Reis, Graça Cristina Pinto dos. 2020. "Património Industrial Portuense: O Caso do Museu Da Indústria Do Porto." Universidade do Minho.
- Reis, Maria Cecília B. N. Rodrigues S. 2013. "O Porto e o Comércio na Segunda Metade do Século XVIII. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os Negócios do Vinho." Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Reyes-Téllez, Francisco. 2004. "El Patrimonio Arqueológico Industrial en la Ciudad Histórica." *Anales de Arqueología Cordobesa* 15:83-99.
- Ribeiro, Isabel. 1998. "Espécies Tintureiras Orgânicas." Pp. 103-5 in *Núcleo da Tinturaria*

- da Real Fábrica de Panos*, editado por E. C. Pinheiro. Covilhã: Universidade da Beira Interior - Museu dos Lanifícios.
- Ribeiro, Jorge Manuel Martins. 1997. "Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas." FLUP, Porto.
- Rix, Michael. 1955. "Industrial Archaeology." *The Amateur Historian* 2(8):225-29.
- Rogers, Grace L. 1959. "The Scholfield Wool-Carding Machines." *Contributions from the Museum of History and Technology* (218).
- Rollo, Maria Fernanda, & Ana Paula Pires. 2014. "Inquérito Industrial de 1917." *Dicionário de História Da I República e Do Republicanismo (Vol. II: F-M)*:453-57.
- Rosas, Fernando. 1986. *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando. 1998. "Portugal, Um Mundo de Coisas Pequenas: A Sociedade e a Economia dos Anos 30." Pp. 21-137 in *História de Portugal - 7 - O Estado Novo*, editado por J. Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosen, William. 2012. *The Most Powerful Idea in the World - a Story of Steam, Industry and Invention*. New York: Random House.
- Sá, Victor de & Gaspar Martins Pereira. 1990. "Do Porto ao Báltico, 1780: Achegas para a História das Relações entre Portugal e a Rússia." *Revista Da Faculdade de Letras. História* (VII):219-54.
- Santacreu Soler, J. M. 1992. "Una Vision Global de la Arqueologia Industrial en Europa. Casos Concretos en Regiones Concretas." *Ábaco, Revista de Cultura e Ciências Sociales* (1):13-28.
- Santos, Maciel Morais. 2000. "A Substituição de Motores na Indústria Portuguesa (1850-1950)." *Revista Da Faculdade de Letras. História* 1(1):229-51.
- Sauer, Carl Ortwin. 1996. "The Morphology of Landscape." Pp. 296-315 in *Human Geography: An Essential Anthology*, edited by J. Agnew, D. N. Livingstone, & A.

Rogers. Blackwell.

Sequeira, Joana. 2014. *O Pano Da Terra: Produção Têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: U.Porto.

Serén, Maria do Carmo & Silvestre Lacerda. 2001. *Lordelo do Ouro: Monografia*. Porto: Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro.

Sérgio, António. 1924. *Antologia dos Economistas Portugueses - Século XVII*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

Serra, João B. 1988. "As Reformas da Administração Local de 1872 a 1910." *Análise Social* 24(104):1037-66. doi: 10.2307/41010807.

Serrão, José Vicente. 1998. "O Quadro Económico - A Indústria." Pp. 83-105 in *História de Portugal - 4 - O Antigo Regime*, editado por J. Mattoso & A. M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa.

Silva, Luisa Vieira & João Carlos Garcia. 1981. "O Inquérito Industrial de 1881." *Finisterra* 16(32):318-29. doi: 10.18055/finis2179.

Silva, Ronaldo André Rodrigues da. 2020. "A Arqueologia Industrial no Brasil: Uma Breve Historiografia." *Arqueologia Industrial* 11(1-2):48-69.

Silva, Ronaldo André Rodrigues da & José Manuel Lopes Cordeiro. 2017. "Reflexões Acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia." *Faces Da História* 4(1):07-29.

Smith, Laura Jane. 2006. *Uses of Heritage*. New York: Routledge.

Sobrino Simal, Julián. 2016. "Vers Le Renouvellement Conceptuel Du Patrimoine Industriel et Ses Stratégies de Gestion." Pp. 193-205 in *L'ingénieur et le patrimoine - Savoirs techniques, aménagement du territoire et mutation du paysage*, editado por A. M. C. de Matos, G. L. Fontana, & A.-F. Garçon. Belfort: Université de Technologie de Belfort-Montbéliard / Université Paris 1 Panthéon Sorbonne.

Soeiro, Teresa. 2000. "El Lino En Penafiel (Norte de Portugal): De La Producción

- Doméstica Para El Mercado a La Desilusión Industrial.” Pp. 341-58 in *Actes de les V Jornades d’Arqueologia Industrial de Catalunya*, editado por L. J. de Cisneros. Manresa: Enginyers Industrials de Catalunya / Marcombo Boixareu Editores.
- Soeiro, Teresa. 2004. “As Fábricas de Tecido Do Estreito No Porto Segundo o Inquérito de 1814.” *Portugalia : Revista de Arqueologia Do Departamento de Ciências e Técnicas Do Património Da FLUP* 25:205-24.
- Sousa, Ana Madalena Trigo de. 2007. “Uma Tentativa de Fomento Industrial na Angola Setecentista: A ‘Fábrica do Ferro’ de Nova Oeiras (1766-1772).” *Africana Studia* 10:291-308.
- Sousa, Fernando de, Francisco Vieira & Joana Dias. 2003. “A Administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1852).” Pp. 299-340 in *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*, editado por F. de Sousa. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- Sousa, Laura Cristina Peixoto de. 2013. “A Fábrica de Louça de Santo António de Vale de Piedade, em Gaia: Arquitetura, Espaços e Produção Semi-Industrial Oitocentista.” Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tavares, João Tiago. 2010. *Presidentes da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis - 1800-2009*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.
- Teixeira, Maria de Fátima. 2015. “A Indústria Têxtil em Mafamude, entre 1850 e 1950.” *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia* 14(81):50-59.
- Teixeira, Maria de Fátima. 2017. “Companhia de Fiação de Crestuma, do Fio ao Pavio.” Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tomás, Ana & Nuno Valério. 2019. *O Decreto de 6 de Novembro de 1836*. 62. Lisboa.
- Tomaz, Joana Francisco. 2017. “Projecto Fábrica Sampaio Ferreira, Resposta ao Concurso Desafios Urbanos’16, seguido de uma reflexão sobre intervenções em edifícios industriais.” Universidade do Porto.

- Ure, Andrew. 1835. *The Philosophy of Manufactures: Or, an Exposition of the Scientific, Moral, and Commercial Economy of the Factory System of Great Britain*. 2nd ed. London: Charles Knight.
- Valente, Vasco. 1938. "Uma Dinastia de Ceramistas." *Prisma - Revista de Filosofia, Ciência e Arte*, February:7-24.
- Valente, Vasco. 1945. "Gaudêncio Fontana." *O Tripeiro* V-I(8):185-86.
- Valente, Vasco. 1949. *Cerâmica Artística Portuguesa dos Séculos XVIII e XIX*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa. 1896. "Archeologia Industrial Portuguesa - Os Moinhos." *O Archeologo Português* II(8 e 9):193-204.
- Wilkie, Laurie A. 2014. "Documentary Archaeology." in *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*, edited by D. Hicks & M. C. Beaudry. Cambridge: Cambridge University Press.

Apêndices

Apêndice I - Glossário de produtos, processos e equipamentos da indústria de lanifícios

Abrir - processo mecânico de bater, abrir e amaciar (rasgar) as mechas de lã antes de entrada na carda. A máquina de abrir as lãs é composta por um cilindro giratório pontuado por dentes, que atua dentro de um caixilho fechado, em madeira ou metal. Essa máquina é designada por *lobo* ou *diabo* (Campos Melo 1907:261-62).

Almáfega - burel branco de lã churra, sem qualquer tipo de tintura; era usado na Idade Média como indumentária de luto ou para fazer sacaria (Costa 2004:138). Os monges de Cister usavam hábitos de almáfega. Viterbo regista as variantes *alma'fegga*, *almafarga* ou *almafegua* (Viterbo 1798:6).

Anil - tal como o pastel, o anil é um corante vegetal azul. Contudo, ao contrário do pastel, cuja base é a *Isactis Tinctoria*, o anil é extraído da *Indigofera Tinctoria*, original do Oriente, mas plantada também na América do Sul, nomeadamente no Brasil. É do nome desta planta que advém também a designação índigo, um tipo de azul anil. Ainda que tradicionalmente o tinte de azul português comum fosse o pastel, a partir de meados do século XVIII, a Real Fábrica de Panos da Covilhã começou a privilegiar a tintura em banho de anil, o que acabou por criar o padrão de cor dos uniformes do Exército Português reformado pelo conde de Lippe (Custódio 1998:93-97; Ribeiro 1998:103-5).

Aninhos - nome popular dado à lã dos cordeiros (Silveira 1863:27).

Apisoamento - o mesmo que pisoamento.

Argueiradeira - máquina composta por três cilindros: dois lisos, que prensam e transportam a lã para ser *argueirada* por um terceiro cilindro dentado (Silveira 1863:29).

Argueiramento - processo preparatório das lãs, que consiste em limpar os velos de pó e restantes corpos estranhos; é executado na *argueiradeira*.

Azeitamento - processo de lubrificação das lãs, já limpas e abertas, para que possam ir à carda. Esta lubrificação foi, originalmente, feita com azeite de oliveira, contudo, já em meados do século XIX, eram usados óleos minerais para o mesmo efeito, não obstante, o verbo continuou a usar a referência original ao azeite (Silveira 1863:31).

Baeta - de *baietta*, em italiano, *bayette* / *baïette*, francês e *bay*, em inglês; tecido de lã, usado originalmente para vestuário, mas acabaria por ser mais utilizado na confecção de cobertores e cobertas de cama, chamadas de *colcha* em português. Apesar de, por vezes, o étimo de *colcha* ser associado à palavra latina para travesseiro, *culcitra* ou *culcita* (Constâncio 1836:272), levantamos a hipótese de *colcha* derivar de Colchester, cidade inglesa do condado de Essex, famosa pela sua indústria medieval e moderna de baetas de lã (Ramsay 1982:16).

Baetão - tipo de baeta mais tapada ou espessa; cobertor pesado (Constâncio 1836:152).

Baetilha - tipo de baeta fina, à semelhança de flanela (Costa 2004:139).

Barbim - o mesmo que urdidura; fio de estrutura vertical, no tear, por onde é lançada e tecida a trama.

Barragana - tecido forte de lã (Carreira 1988:326).

Batano - pisão industrial metálico, acionado por motor. Pode ser de maços ou cilindros (Madureira 2001:136).

Bataneiro - operário que opera o batano.

Briche - pano grosso, do tipo saragoça, mas especificamente português (Moraes da Silva 1789:197). Por vezes considerado um termo pejorativo para designar algo de origem britânica - *british* (Constâncio 1836:189).

Burel - tecido grosseiro de lã escura, sem tintura; geralmente é castanho ou mesmo preto. Comum nos hábitos de algumas ordens religiosas, como os franciscanos (burel pardo) ou os beneditinos (burel negro).

Burelina / burlina - pano menos grosso do que o burel (Costa 2004:141).

Cachemira - forma tradicional de referência aos tecidos feitos com lãs de Caxemira; tecido leve e muito macio de alta qualidade (Costa 2004:141).

Calandra - prensa de cilindros aquecidos usada para *calandrar* os tecidos.

Calandrar - um dos processos de ultimação. Consiste em passar os tecidos pela *calandra*, uma prensa contínua de cilindros aquecidos com vapor. O objetivo é acelerar, ou mesmo substituir, o processo de prensagem, nivelando o tecido e imprimindo-lhe algum brilho (Campos Melo 1907:404-5).

Canela - instrumento cónico ou cilíndrico onde se enrola o fio ou estambre; bobina.

Caneleiro - pequeno instrumento de rodízio, normalmente vertical, que é usado para enrolar o fio nas canelas. Alguns caneleiros domésticos são semelhantes a pequenas rodas de fiar de manivela, podendo, efetivamente, ser usados como máquinas para fiar as mechas. Por essa razão, as fiandeiras mecânicas em Portugal são por vezes chamadas de *caneleiras*. Por inerência, era também a designação dos operários, normalmente crianças, que enrolavam o fio manualmente.

Carda - equipamento, manual, ou mecânico, usado para estriar e alinhar paralelamente as fibras têxteis. As cardas originais recorriam ao uso de flores de cardo (de onde advém a sua designação), cujos espinhos característicos serviam para escovar as mechas de lã ou a rama de algodão.

Cardagem - ato de cardar. Processo preparatório de desembaraçamento e alinhamento das fibras para a fiação. A cardagem de algodão ou da lã diferem bastante em termos de densidade. O algodão, por exemplo, na América Pré-Colombiana, era cardado, pelos incas, simplesmente com os dedos. Assim, se no início da mecanização da indústria têxtil, em meados do século XVIII, os primeiros engenhos de cardar algodão já eram relativamente eficazes, no caso da cardagem da lã, apenas no início do século XIX, com os engenhos dos irmãos Scholfield, nos EUA, ou de William Cockerill, em Liège, é que a cardagem de lã se começou a mecanizar com sucesso (Rogers 1959:5-9).

Carduça - o mesmo que escarduça; máquina de escarduçar ou abrir as lãs. O regimento sebástico de 1573, bem como o seu complemento de 1690, proibia o azeitamento das lãs na carduça, bem como o uso de picos que pudessem cortar as lãs⁴⁴⁰.

⁴⁴⁰ *Regimento das Fabricas dos Pannos destes Reynos*, 1690, capítulos III e IV, B.N.P., RES. 1518//18 v.

Carmear - ato de deslaçar as fibras de lã.

Casimira - Tecido de lã fina, usado na confecção de indumentária tradicionalmente masculina de primavera ou verão (Costa 2004:142). Não deve ser confundida com o tecido de cachemira, propriamente dito. A casimira foi, aliás, patenteada em Inglaterra, em 1766, por Francis Yerbury como *cassimere*, cerca de 25 anos depois, em Yorkeshire, foi registado um novo tecido, *kerseymere*, feito a partir de lãs locais, mais grosso e mais barato, mas cuja designação por vezes é confundida com a casimira (Jones 2006:59, 212). A casimira foi originalmente tecida apenas com lã merina espanhola, daí a sua leveza e qualidade. A partir do bloqueio napoleónico, a casimira inglesa passou a ser produzida com outras lãs, até mesclas de algodão. Cerca de 1820, era já produzida com lãs da Saxónia e Silésia, até serem substituídas por lãs australianas, depois de 1850. Com esta nova matéria prima, a casimira e a *kerseymere* deixaram, praticamente, de se distinguir (Cumming, Cunningham & Cunningham 2010:238). Além das casimiras inglesas, as francesas de Sedan e as alemãs de Achen, mais baratas, eram particularmente consumidas em Espanha, no século XIX. Em 1838, o industrial catalão Jacint Barrau i Cortès começou a produzir casimiras de merino em Barcelona (Oriol Ronquillo 1851:626-27). Em Portugal, há referência a ensaios para produção de casimiras em Portalegre, ainda durante o governo de Passos Manuel, da década de 1830. Todavia, a má qualidade das lãs nacionais e as pressões da concorrência externa, acabaram por não permitir o desenvolvimento, nesse momento, da confecção de casimiras portuguesas⁴⁴¹. Na segunda metade do século XIX, contudo, já se produziam boas casimiras em Portugal, a ponto de serem por vezes vendidas no mercado português como sendo importadas⁴⁴². A trama das casimiras é diagonal, o que lhe confere grande elasticidade e permite formar padrões diagonais simples, cruzados, ou em espinha.

⁴⁴¹ *Actas das sessões da Comissão de Inquérito constituída por decisão do conselho geral das alfandegas encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto em 18 de Setembro de 1865*, 1865: 49.

⁴⁴² *Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita ás fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881: 38.

Castor - tecido pesado, mas suave, de lã, com toque semelhante ao pelo de castor. Pode, eventualmente, incluir mescla de pelo desse animal. Termo também usado para designar a felpa de pelo de castor usada para fazer chapéus.

Castorina - tecido de lã fino e felpudo, originalmente com mescla de pelo de castor. Foi particularmente utilizado para a confecção de xales.

Chamalote - tecido de lã de camelo (Carreira 1988:327).

Cheviote - do inglês *cheviot*; raça caprina de origem britânica, cujo velo de lã curta, branca e brilhante é muito apreciado na produção de tecidos de qualidade designados pelo mesmo nome, geralmente com padrão em *tweed* ou espinha (Cumming et al. 2010:239). Em Portugal, os rebanhos cheviotes eram criados no Alentejo, sobretudo em Nisa e Alpalhão (Campos Melo 1907:72-73; 122).

Cobertor de papa - é o descendente moderno e contemporâneo da medieval *manta da terra* (Sequeira 2014:238-41). O cobertor de papa é originário do Alentejo, mas com expansão um pouco por todo o país, mais especificamente no interior beirão e transmontano. É tecido em lã grossa cardada.

Desazeitar - remover o azeite (ou óleos lubrificantes semelhantes) da xerga, assim que sai do tear. O processo, ainda no final do século XIX, recorria a urina, estrume de porco e sabão (Silveira 1863:34).

Desengrosso - ato final da cardação que prepara a lã para a fiação; pré-fiação executada na carda (Silveira 1863:32).

Diabo - ver *lobo* ou *escarduça*; máquina de abrir as lãs.

Droquete - estofo ou tecido de lã. Também pode ser referido a tecidos de outras fibras (Costa 2004:145).

Duraque - tecido grosso de lã; tela ou sarja, usado sobretudo na indústria do calçado, como opção mais barata ao cordovão (couro de cabra curtido).

Durante - tecido de lã lustroso e acetinado (Carreira 1988:327).

Escarduça, carduça ou batedor - máquina de cilindros dentados e de movimento rápido. Serve para abrir as lãs no processo preparatório posterior ao argueiramento, Depois de abertas, as lãs são azeitadas para se subterem à cardagem (Silveira 1863:29). A escarduça é por vezes confundida com o *lobo* ou *diabo*. A escarduça ou carduça comprime as lãs entre o cilindro dentado e as paredes da própria máquina. No *lobo* ou *diabo* as lãs são abertas sobre um tapete rolante que passa por baixo os cilindros dentados (Campos Melo 1907:260-62).

Enfortir - o mesmo que pisoar.

Espinçar - (anteriormente *espinzar*) retirar com pinça os nós da xerga (Silveira 1863:34). O Regimento de 1690, no seu capítulo CIII definia que se não usassem pinças, por furar os tecidos, mas que se socorresse ao uso de tesouras. A multa prevista para quem usasse as *espinzas* era considerável: 2 mil réis.

Estambre - fio de lã usado na tecelagem. É obtido a partir da cardagem das mechas e posterior torção do fio.

Enxerga - o mesmo que xerga.

Feltro - Mistura prensada de fibras de lã ou outros pelos de animal (lebre, coelho, castores, etc.). O feltro é esmagado com colas e água, de forma a criar uma tela moldável, não tecida. Muito usada para fabrico de chapéus e calçado. Aparentemente, o feltro foi introduzido na Grã-Bretanha no século XVI, como produto originário da Flandres e França (Jones 2006:135). Contudo, existem referências a feltros portugueses anteriores ao século XVI (Sequeira 2014:49).

Fiação - ato de fiar, transformar a fibra de matéria prima, neste caso a lã cardada ou penteada, em fio. As fiandeiras podem ser manuais (rocas e rodas), ou mecânicas. A primeira descrição de uma fiandeira manual contínua, com bobinadeira, data de 1519 e foi feita por Leonardo da Vinci. Em 1733, John Wyatt, em Sutton Coldfield, Inglaterra, desenvolveu um primeiro processo de fiação mecânica a partir de um mecanismo rotativo ativado por dois muares. Apesar ter sido patenteado em 1738, o sistema de Wyatt não obteve grande sucesso, embora a sua invenção tenha servido de base para a

fiandeira hidráulica de Richard Arkwright, a *water frame*, patenteada em 1769. A primeira fiandeira mecânica eficaz e amplamente difundida, é também inglesa e foi patenteada em 1770, por James Hargreaves, a famosa *spinning Jenny* (posteriormente designada por *simple Jenny*). Poucos anos depois, ainda em 1774, Samuel Crompton começou a desenvolver a sua própria máquina de fiar, a *spinning Mule*, revelada apenas no final de 1779⁴⁴³. A *Mule*, assim designada por combinar o sistema de cilindros e carruagem de Arkwright e as bobinas rotativas de Hargreaves, fiava, em 1780, 52 fusos simultaneamente (Catling 1970:14, 19-40).

Flanela - do inglês *flannel* ou *gladden*. Tecido leve, de diferentes espessuras, produzido originalmente apenas em lã, e, posteriormente, também em algodão. O nome poderá provir do gaélico *gwlanen*, que significa simplesmente lã (Jones 2006:140). É usado para a confeção de peças flexíveis (sem forro) de vestuário interior ou lençóis de cama; opõe-se, por exemplo, a fazendas de confeção de vestuário estruturado externo, sejam leves, como as casimiras, ou densos, como os montanhaques ou moletões.

Gorgorão - Tecido encorpado de lã ou seda (Carreira 1988:327).

Lançadeira - instrumento de transporte do fio de trama do tear; as lançadeiras manuais mais simples têm o fio simplesmente enfiado por um orifício, que vai puxando o fio de um novelo exterior. As lançadeiras modernas têm já no seu interior a canela com o fio, que gira sobre um eixo próprio. Nos teares industriais contemporâneos, a lançadeira também se chama de *portatrama*.

Lavagem - processo de limpeza e preparação dos velos para a cardagem.

Liço - cada um dos guias que conduz os fios da urdidura. Nos teares manuais, os liços podem ser de pente, ou verticais, de fio esticado por pesos (cossoiros) e puxados pelo tecelão, através de pedais. Do controlo dos diferentes fios de cada liço fazem-se os padrões no tecido ou *debuxo*.

⁴⁴³ Em 1779 ocorreram em Inglaterra os grandes motins de cariz pré-ludita que destruíram várias máquinas (*the machine-breaking riots*), o que obrigou Crompton a desmontar e esconder a sua fiandeira durante vários meses. Nos primeiros meses de laboração, Crompton não revelou a sua máquina, fazia apenas trabalho de fiação secretamente em casa, para si, enquanto tecelão, mas também por encomenda de tecelões externos (Catling 1970:34-35).

Liçarol - estrutura que segura os liços. Nos teares mecânicos de tipo *Jacquard*, o liçarol é substituído pela maquinaeta.

Lobo - aparelho equipado com um cilindro denteado, usado no processo de preparatório de abrir as lãs (pré-cardagem). O mesmo que *diabo* ou *escarduça*.

Manta da Terra - ver *Cobertor de papa*

Maquinaeta - aparelho automático de puxar fios no tear, de modo a poder a este poder estabelecer padrões diferentes mecanicamente. A maquinaeta funcional mais antiga é ainda do século XVIII, inventada por Jacques de Vaucanson, em 1745. A maquinaeta, instalada em cima do tear, era comandada por um cilindro dentado que lia cartões perfurados. Em cada furo, a maquinaeta acionava um liço específico que puxava o seu fio. A maquinaeta de Vaucanson foi o modelo que serviu de base para Joseph Marie Jacquard desenvolver entre 1798 e 1801 o seu próprio sistema automático e mais completo de maquinaeta guiada por cartões perfurados (Campos Melo 1907:319-20; Jones 2006:206-7).

Merino / Meirinho - lã produzida pelos ovinos de raça Merina. Os carneiros merinos produzem um tipo de lã fina. São tradicionalmente conhecidos como originários de Espanha e Sul de Portugal, mas terão sido introduzidos Península Ibérica e Sul de França através de intercâmbios fenícios e gregos, ainda Antiguidade Pré-Clássica. Em Portugal, nas Beiras, designava-se *pano meirinho* aos tecidos de merino (Sequeira 2014:41-43; 268).

Moletão - do francês *molleton*. Tecido denso e compacto de lã, tradicionalmente usado na confeção dos uniformes militares; por extensão, designa a própria casaca ou jaqueta militar.

Montanhaque ou *montagnac* - tecido espesso de lã, usado normalmente em casacos e sobretudos; o nome advém da cidade francesa de Montagnac. Aquilino Ribeiro refere-se à jaqueta de Malhadinhas, o almocreve, com sendo feita de montanhaque.

Panos - termo genérico usado nas várias regiões de Portugal, para definir os lanifícios locais, ex. *Pano de Leiria, de Alcobaça, Santarém*, etc. (Sequeira 2014:253, 259, 263).

Papa - Lã felpuda, usada para fazer cobertores grossos. Ver *cobertor de papa*.

Pastel - corante azul extraído da *Isatis Tinctoria*. Foi, durante séculos, usado maioritariamente nos azuis portugueses, nomeadamente na Covilhã. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, o pastel foi maioritariamente substituído pelo anil, nomeadamente na tintura do negócio dos fardamentos (Custódio 1998:96-102).

Penteação / Penteiar - processo de alisamento e limpeza dos fios de lãs cardadas. No processo de penteação, separam-se as lãs longas e de melhor qualidade, das lãs curtas, o que faz com que o produto final seja, além de mais suave, também mais caro (Sequeira 2014:83-84). Ainda que tanto a lãs penteadas, como a lãs cardadas, tenham, ambas, passado pela carda, distinguem-se as lãs penteadas pela sua delicadeza e utilização na confeção de tecidos de maior qualidade. A lã apenas cardada é usada para flanelas e panos mais grossos, como cobertores e mantas.

Percha - equipamento rotativo que escova e levanta o pelo dos tecidos, mantendo as fibras paralelas; usado na produção de cobertores e de flanelas (Costa 2004:154). Ainda no século XIX, as perchas mecânicas usavam cardos naturais colocados nas réguas metálicas da máquina, que corriam assim a superfície dos tecidos (Silveira 1863:37-38)

Perchagem - ato de perchar o pano.

Picote / Picoto - tipo de burel grosseiro, feito de lã de ovelha ou de cabra (Costa 2004:154).

Picotilho - tipo de picote mais fino.

Pisão - engenho mecânico de origem medieval, usado para pisoar as enxergas. O pisão tradicional é em madeira, composto por uma roda motriz com duas palas opostas que, ao girar, fazem levantar e deixar cair, alternadamente, dois maços pesados, também em madeira, que batem, ou pisam, os tecidos; os pisões industriais são chamados batanos e são metálicos, podendo ser de maços ou cilindros, os cilindros dos batanos são tradicionalmente designados também por *maços* (Oliveira & Galhano 1960:64-65).

Pisoagem / Pisoamento - quando sai do tear, a enxerga ou xerga, tem uma consistência muito leve e frouxa. De modo a fortalecer, encorpar as fibras e comprimi-las, numa espécie de feltragem, as enxergas de lã têm que ser batidas numa solução normalmente adstringente, como água e sabão. O pisoamento original era feito por humanos que, em lagares, calcavam repetidamente os panos. Os pisões humanos são também designados *pisões de sangue*. Este processo, lento e pouco eficaz, foi sendo substituído, na Idade Média, pelos pisões hidráulicos, de acionamento mecânico e contínuo. O pisoamento mecânico permitia, entre outras, a vantagem de imprimir maior força aos impactos dos maços sobre os tecidos e a possibilidade de usar água a ferver durante o processo, o que acelerava a compactação das fibras. Em termos gerais, depois de pisoados, os tecidos encolhem cerca de 1/3 do seu volume (Madureira 2001:130; Oliveira & Galhano 1960:64).

Pregagem - é o último processo de acabamento dos tecidos, antes de serem comercializados. Na prática, é o ato de dobragem das fazendas. Quando executada manualmente, a pregagem é feita sobre uma mesa com quatro varões de ferro dispostos verticalmente (daí o termo *pregar*), em forma de retângulo (Campos Melo 1907:407-8). Os tecidos são então enrolados à volta desses quatro ângulos. No final o tecido é selado com quatro pontos de fita de algodão sobre os vincos da dobragem, e montado sobre cartão ou tábua.

Pregar - execução da pregagem; dobragem das fazendas.

Prensagem - acabamento dos tecidos sobre a prensa, de modo a lustrá-los e dar-lhes um toque brilhante. A prensagem pode ser feita a quente, em máquinas com chapas aquecidas ou a frio. Os tecidos entram nas prensas dobrados com folhas de cartão entre as dobras (Campos Melo 1907:401-3).

Râmbola/ Râmbra ou Râmola - equipamento de secagem dos panos; tradicionalmente, as râmbolas são simples estendais. Também designados por *enxugadouros* e *secadouros*⁴⁴⁴.

⁴⁴⁴ *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas do districto administrativo do Porto*, 1881: 106-109.

Ramolagem - secagem; ato de fazer passar o pano pelas râmbolas.

Ratinadeira - máquina usada para *ratinar* os tecidos, isto é, levantar e pentear os pelos onduladamente dos tecidos em diferentes direções. Em meados do século XIX, as *ratinas* eram tecidos muito apreciados, contudo, no início do século XX já não eram procuradas. Campos Melo, aliás, refere que as máquinas de ratinar eram já, por volta de 1907, *consideradas como objectos archeologicos* (Campos Melo 1907:400-1).

Ratinar - processo de acabamento específico, executado na ratinadeira, e que consistia em pentear o pelo dos tecidos em ondulos simultaneamente grossos e finos (Campos Melo 1907:400-1).

Saial - pano grosseiro com uma das faces lisa e a outra felpuda (Constâncio 1836:868). Peça de vestuário da Idade Média e Moderna feita com esse tecido.

Sarjel - tecido grosso de lã entrançado; tela (Constâncio 1836:875).

Sarja - tipo de sarjel leve e ligeiro. Tradicionalmente, a trama das sarjas era tecida em lã crua, enquanto a urdidura em estambre de lã fina (Cumming et al. 2010:270). Por outro lado, a sarja de Nimes, em França, era tradicionalmente feita em algodão, e está na origem do termo *denim*, abreviatura de *Serge de Nim* (Jones 2006:107-8). Nesta sarja de algodão de Nimes, apenas o fio da urdidura era tingido, no caso, de anil. O resultado final era um tecido grosso de azul mesclado, base do que hoje designamos por *jeans*.

Saragoça - tecido grosso de lã, normalmente tingido de cores escuras, como castanhos ou até negro.

Serafina - estofa de lã, geralmente decorado, usado sobretudo para os forros (Carreira 1988:327).

Silésia - tecido de lã leve, normalmente listrado, usado no vestuário masculino do século XVIII e inícios do século XIX. É o antepassado das fazendas, como as casimiras, usadas para indumentárias dos fatos masculinos.

Sugarda / Suarda - gordura dos ovinos que embebe as lãs, para os proteger do frio e humidade; a suarda tem que ser lavada ainda nos velos, após a tosquia, com uma espécie

de sabão ou adstringente, misturado com urina putrefacta e água quente, mas não ultrapassando os 60 °C. A limpeza e neutralização completa da suarda chama-se *desensugo* e é finalizada com lixívia alcalinas (Silveira 1863:28).

Tecelagem - processo de fabricação de tecidos mediante o uso de tear; secção fabril onde os teares estavam instalados.

Tinte - banho onde se faz a coloração dos tecidos ou do fio; o mesmo tinturaria.

Tosagem - ato de cortar o velo ou tosão dos ovinos; o mesmo que tosa ou tosquia.

Trama - fio de preenchimento da urdidura, é lançado percorrendo toda a largura do tear, tecendo, assim, o pano ou tecido.

Urdidura - fio de estrutura vertical montado no tear, é intercalado pela trama, formando assim o tecido.

Varejo - ato de limpar, sacudir e agitar as lãs, de modo a retirar impurezas, depois destas terem sido lavadas nas tulhas. Os varejadores (*vareadores*, na região de Portalegre) usavam varas de pau para sacudir a lã. O processo manual foi substituído pelas escarduças e pelos *diabos* e *lobos* (Madureira 2001:41)

Xerga - teia leve de lã à saída do tear (Costa 2004:160); base de tecelagem antes dos acabamentos de pisoagem, tosagem, perchagem. O mesmo que *enxerga*.

Apêndice II - Distribuição da indústria lanifícia portuguesa continental nos inquéritos industriais de 1881 e 1890

Inquérito Industrial de 1881

<i>Inquérito Direto Segunda Parte Visita às Fábricas Livro Primeiro</i>	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Lisboa	Lisboa (3)	<i>Fábrica de José António Teixeira</i> (Arroios, Lisboa)
			<i>Bernardo Daupias & Cia.</i> (Calvário, Lisboa)
			<i>Fábrica do Campo Grande</i> (Rua Oriental do Campo Grande, Lisboa)
		Oeiras (2)	<i>Fábrica de José Diogo da Silva</i> (Areeiro, Oeiras)
			<i>Januário José Martins e Cia.</i> (Oeiras)
		Alenquer (2)	<i>Fábrica da Romeira</i> (Romeira)
			<i>Cia. de Lanifícios de Alenquer</i> (antiga Laufarie) (Alenquer)
	Setúbal ⁴⁴⁵	Seixal (1)	<i>Cia. de Lanifícios da Arrentela</i> (Arrentela, Alenquer)

<i>Inquérito Direto Segunda Parte Visita às Fábricas Livro Segundo</i>	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Porto	Porto (1)	<i>Cia. de Lanifícios de Lordelo do Ouro</i> (Lordelo do Ouro)
		Vila Nova de Gaia (1)	<i>Cia. de Lanifícios de Vale de Piedade</i> (Cais do Ivens)
		Amarante (1)	<i>Cia. de Lanifícios de Padronelo</i> (Padronelo/Lomba)

⁴⁴⁵ O distrito de Setúbal surge englobado em Lisboa, só se autonomizou em 1926.

<i>Inquérito Direto</i> <i>Segunda Parte</i> <i>Visita às Fábricas</i> Livro Terceiro	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Aveiro	Oliveira de Azeméis (1)	<i>Costas & Carvalho</i> (Palmaz)
	Beja	n/a	n/a
	Braga	n/a	n/a
	Bragança	Torre de Moncorvo (1)	<i>Fábrica de Manuel Milhano</i> (Torre de Moncorvo)
	Castelo Branco	Covilhã ⁴⁴⁶ (72)	<i>Cia. Nacional de Lanifícios</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>José Gomes Barata</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>António Alves Baptista & Irmão</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Paulo de Almeida Santo</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Veiga & Guimarães</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>João Pereira Presunto</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>José Mendes Veiga</i> ⁴⁴⁷ (São Martinho, Degoldra)
			<i>Joaquim Guilherme da Cunha</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>António da Fonseca Charato & Irmão</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Teixeira & Sassetti</i> (São Pedro, Degoldra)
			<i>Inocêncio Pereira Presunto & Cia.</i> (São Pedro, Degoldra)
			<i>António Joaquim Henrique da Silva & Sócios</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>João Nunes</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>António Ramos Giraldes & Sócio</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Henrique Tavares & Paiva</i> (Conceição, Carpinteira)

⁴⁴⁶ Seguimos a organização apresentada no mapa das fábricas da Covilhã no *Inquerito* de 1881, que é a ordem de visita dos delegados, não recorrendo sempre a um critério de sequência geográfico-administrativo (*Inquerito Industrial de 1881 - Inquerito Directo, segunda parte - visita às fabricas dos districtos administrativos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real*, 1881:186; 194).

⁴⁴⁷ A fábrica *Mendes Veiga* constituiu atualmente parte das instalações da UBI e do Museu de Lanifícios; o complexo principal da antiga Real Fábrica de Panos da Covilhã, apesar de se encontrar sob gestão da família Amorim Pessoa, não estava ativo em 1881, pelo que não integrou a listagem do *Inquerito Industrial* (Pinheiro 2009:638-43).

			<i>Tavares & Cia.</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Inácio da Silva Fiadeiro</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>José Rodrigues Rogero</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>João Caetano Rato</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>António Esteves Lima & António Carlos Berrincha</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Francisco da Cruz</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Trenas & Cia.</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Freneto & Cardoso</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Dr. José Mendes Alçada e Dr. Valério</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Manuel Gomes Freneto</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Alçada & Mousaco</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Manuel Mendes Alçada & Irmãos</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Campos Melo & Irmão</i> (antiga <i>Fábrica Velha</i> , manufatura do programas do conde da Ericeira) (Conceição, Carpinteira)
			<i>João de Almeida Francês</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>José da Silva Ranito</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Costa Eufémio & Filhos</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>António Nunes de Sousa & Filhos</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Ramito Mesquita & Cia.</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Silva & Paiva</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Gruis, Viana & Outros</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Eufémio Graça & Cia.</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Guimarães, Silva & Rato</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Ordaz, Rato & Monteiro</i> (Conceição, Carpinteira)
			<i>Manuel Tavares Barreto</i> (Conceição, Carpinteira)

			<i>Pedroso e Rebelo</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>António Vicente Peixeiro & Filho</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>Francisco Charato & Irmão</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>José Maria Barata</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>António Joaquim Afonso & Cia.</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>José Nunes & Barata</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>Augusto Barata & Cia.</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>António Nunes da Silva</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>José da Silva Lanzinha</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>António da Cruz</i> (São Martinho, Água d'Alta)
			<i>Almeida Campos & Filho</i> (Santa Maria, Cidade)
			<i>Credores de João Nunes da Costa</i> (Aldeia do Carvalho, Aldeia)
			<i>João de Barros</i> (Aldeia do Carvalho, Aldeia)
			<i>Custódio & Silva</i> (Aldeia do Carvalho, Aldeia)
			<i>Espiga Barata & Cia.</i> (Aldeia do Carvalho, Aldeia)
			<i>João Pedro Dias & Cia.</i> (Teixoso)
			<i>Joaquim José Fernandes do Amaral</i> (Unhais)
			<i>Planas & Arderius</i> (Unhais)
			<i>António Nunes de Sousa</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Alçada & Cia.</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Boaventura Doria & Borell</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Barata & Rogero</i> (São Martinho, Degoldra)
			<i>Gruis & Viana</i> (Conceição, Santa Marinha)
			<i>Luís Cândido da Costa</i> (Conceição, Santa Marinha)
			<i>Francisco Mosca</i> (São Martinho, Cidade)

			<i>Manuel Teixeira Sénior & Filho</i> (São Pedro, Cidade)
			<i>Porfírio António Nunes de Sousa</i> (Conceição, Cidade)
			<i>Inácio da Silva Fiadeiro</i> (Conceição, Cidade)
			<i>Aires César de Almeida Penha</i> (São Pedro, Chapa)
			<i>José Nunes Lopes Pito</i> (São Pedro, Cidade)
			<i>Manuel da Costa Ruivo</i> (São Martinho, Cidade)
			<i>Vicente da Costa Ruivo</i> (São Martinho, Cidade)
	Coimbra	n/a	n/a
	Évora	n/a	n/a
	Faro	Monchique (1)	<i>Fábrica de Francisco do Carmo</i> (Ribeira de Mata Porcas)
	Guarda	Guarda (1)	<i>Fábrica de José da Fonseca Corsino</i> (Trinta)
		Manteigas (5)	<i>António Martins Ramos & Cia.</i> (Ponte dos Frades)
			<i>Joaquim Pereira Matos e Cunha</i> (São Gabriel)
			<i>Manuel Cunha Júnior</i> (Outeiro)
			<i>Manuel Francisco Serra & Cia.</i> (Engenho do Rei)
			<i>Manuel Pereira Matos & Sócios</i> (Ponte dos Frades)
		Gouveia (20)	<i>António Mendes da Costa e Silva</i> (Gouveia, Toural)
			<i>Fábrica do Conde de Caria</i> (Gouveia, Lameiras)
			<i>Conde de Caria & Cia.</i> (Gouveia, Lages)
			<i>Herdeiros de Manuel Albuquerque Amaral Cardos</i> (Gouveia, Rasa)
			<i>Joaquim de Almeida Rainha (Fábrica Rainha)</i> (Gouveia, Ladeira de Santo Amaro)
			<i>Joaquim de Almeida Rebelo</i> (Gouveia, Ribeira)
			<i>José Bernardo de Sousa Oliveira</i> (Gouveia, Cerca)
			<i>José Brás & Irmão</i> (Gouveia, São Mamede)
			<i>Manuel da Cunha</i> (Gouveia, Ponte)

			<i>Esteban Ubeque</i> (Sampaio)
			<i>Francisco Estanislau Perez</i> (Sampaio)
			<i>Joaquim José Cabral & Cia.</i> (Melo, Saborida)
			<i>António Augusto Ferreira</i> (Freixo da Serra)
			<i>Olívia Pires & Cia.</i> (Figueiró da Serra)
			<i>José Homem de Moura Portugal</i> (Rio Torto, Vale de Cavalos)
			<i>António Augusto Lopes da Costa</i> (Moimenta da Serra)
			<i>José Augusto Lopes da Costa & Irmão</i> (Moimenta da Serra, Parabos)
			<i>Manuel Inácio Delgado & Cia.</i> (Paços da Serra, Rocha)
			<i>Manuel de Jesus Serra & Filho</i> (Paços da Serra, Rocha)
			<i>Manuel de Serpa & Cia.</i> (Paços da Serra, Regateira)
		Seia (15)	<i>António de Miranda Brandão</i> (Seia, Vales)
			<i>Dias & Pereira</i> (Seia, Vodra)
			<i>António Alves da Rocha</i> (São Romão, Cabeço da Senhora da Estrela)
			<i>Francisco Marques Guimarães & Pinas</i> (São Romão, Cabecinho)
			<i>Manuel Francisco Camelo & Cia.</i> (São Romão, Vale do Regato)
			<i>Abílio Luís de Brito Freire</i> (Loriga)
			<i>António Luís Amado de Brito Monteiro & Sócios</i> (Loriga)
			<i>Augusto Luís Mendes & Sócios</i> (Loriga)
			<i>Emílio Mendes dos Reis</i> (Loriga)
			<i>João Marques Guimarães</i> (Loriga)
			<i>Plácido Luís de Brito & Cia.</i> (Loriga)
			<i>Sebastião de Almeida Soriano & Sócios</i> (Loriga)
			<i>António Luís Monteiro e Pina</i> (Alvoco da Serra)
			<i>Joaquim Monteiro Pina</i> (Alvoco da Serra)

			<i>Viúva de João José de Brito</i> (Alvoco da Serra)
	Leiria	Pedrógão Grande (no atual concelho de Castanheira de Pera) (11)	<i>António Alves Bebiano & Filho (Fábrica dos Esconhais)</i> (Esconhais)
			<i>Adrião Álvaro de Carvalho Morais</i> (Fábrica de Safrujo) (Safrujo)
			<i>Domingos Correia de Carvalho & Cia.</i> (Retorta)
			<i>José da Silva Júnior & Vicente Correia</i> (Abelheira de Baixo)
			<i>Manuel Henriques dos Santos</i> (Abelheira de Cima)
			<i>José Antão</i> (Abelheira)
			<i>Jacinto Baeta Neves</i> (Foz do Funtão)
			<i>António Alves Bebiano & Cia.</i> (Rapos)
			<i>Joaquim José de Carvalho</i> (Ribeira de Pena, Bolo)
			<i>Caetano Henriques Serrano & Sócios</i> (Torgal)
			<i>Jacinto Baeta Neves & Sócios</i> (Pereiros)
	Portalegre	Portalegre (3)	<i>Fábrica Nacional de Lanifícios</i> (antiga Real Fábrica e <i>Fábrica Larcher & Cunhados</i>)
			<i>Fábrica de R. Marçal & Cia.</i> (antiga <i>Andrade & Larcher</i>) (São Lourenço)
			<i>Manuel de Castro de Jesus Costa</i>
	Santarém	Tomar	<i>Joaquim António Nunes</i> (Convento de Santa Iria)
			<i>Cia. da Real Fiação e Tecidos de Tomar</i> ⁴⁴⁸ (Tomar, Santa Maria dos Olivais)
	Viana do Castelo	n/a	n/a
	Vila Real	n/a	n/a
	Viseu	n/a	n/a

⁴⁴⁸ A antiga *Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Tomar* funcionou sobretudo como algodoeira, está, aliás, inscrita como tal no *Inquerito* de 1881. Todavia, produziu, desde a sua fundação em 1772, a tecelagem de meias de lã e algodão, foi, aliás, para tecer as lãs que Noël Le Maître foi contratado por Pombal para instalar a fábrica e os teares (Custódio & Santos 1990:553; 567-69). O próprio *Almanach* para 1887 distingue as duas secções da *Cia. da Real Fiação de Tomar*: como lanifícia e como algodoeira (*Almanach Commercial de Lisboa para o 1887*: 153-54).

Inquérito Industrial de 1890

Volume III <i>Indústrias Fabris e Manufatureiras (Inquérito de Gabinete)</i>	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Aveiro	Oliveira de Azeméis (1)	<i>Costas & Carvalho</i> (Palmaz)
	Beja	Almodôvar (1)	<i>Maria Luísa Dâmaso (Fábrica das Mantas)</i> (Almodôvar)
	Braga	Vila Nova de Famalicão (1)	<i>Baronesa da Trovisqueira</i> (Riba de Ave)
	Bragança	Torre de Moncorvo (1)	<i>Fábrica de Cobertores Milhano</i> (Felgar)
	Castelo Branco Covilhã ⁴⁴⁹ (93)		<i>Gregorio Balthazar</i> (Largo de Santa Marinha)
			<i>Paulo de Almeida Santos</i> (Ribeira da Degoldra)
			<i>Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos</i> (Ribeira da Degoldra)
			<i>Guimarães Silva & Ratto</i> (Poldras)
			<i>José da Costa Eufemio</i> (Ribeira da Carpinteira)
			<i>Gregorio Antunes Paes</i> (Ribeira da Carpinteira)
			<i>João Baptista Faiel</i> (Calçada do Serrado)
			<i>Campos Mello e José Paiva Catharro</i> (Califórnia)
			<i>Campos Mello & Irmão</i> (Fábrica Velha)
			<i>Innocencio Pereira Presunto</i> (Rua Marquês de Ávila e Bolama)
			<i>Antonio Anaquim</i> (Calçada do Serrado)
			<i>Frenetico & Cardoso</i> (Ribeira da Carpinteira)
			<i>Francisco Pereira Espiga</i> (Rua de São Paulo)
			<i>Francisco Antonio Pereira Espiga & Comp.^g</i> (Aldeia de Carvalho)
			<i>José Fonseca Charatto Junior</i> (Rua de Santa Marinha)

⁴⁴⁹ Seguimos o mesmo critério do *Inquerito* de 1881. Com a indicação de *pequena indústria*, é apontado o número de 577, o que perfaria um total de 670 indústrias. As 93 discriminadas são apenas as que apresentam os processos de fiação e tecelagem (*Inquerito Industrial de 1890 - Industrias Fabris e Manufatureiras, volume III (Inquerito de Gabinete)*. 1891:305-09).

		<i>Paiva, Silva & Balthazar</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Miguel Ferreira Bicho & Comp.ª</i> (Calçada do Serrado)
		<i>José Alves da Silva Junior</i> (Rua de São João da Mata)
		<i>Manuel Gomes Frenetico</i> (Rua dos Tanoeiros)
		<i>Manuel da Silva Fiandeiro</i> (Beco da Alegria)
		<i>Antonio Nunes de Sousa & Filhos</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Jeronymo Nave Catalão</i> (Travessa do Peso da Lã)
		<i>Sasseti</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Eduardo Candido Serra</i> (Rua Carreira Ancha)
		<i>José Rodrigues Rogeiro</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Manuel de Jesus Rato</i> (Travessa da Alegria)
		<i>Manuel Rodrigues Pintasilgo</i> (Rua de São Paulo)
		<i>Ferreira Baptista & Comp.ª</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Ranito & Mesquita</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>José da Paiva Catharro</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Lopes & Padão</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Sassetti & Pinto</i> (Cruz da Rata)
		<i>Campos Mello & José Alves da Silva</i> (California)
		<i>Alçada e Monzaco</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Antonio Joaquim Agostinho</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Ayres Cesar de Almeida Penha</i> (Rua da Carreirancha)
		<i>Anaquim Ratto & C.ª</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>José Maria Nogueira & Spinhagem</i> (Fiães, Boidobra, Água Alta)
		<i>Lourinhã e C.ª</i> (Boidobra, Rua do Saca)
		<i>José Alfredo Ferreira Dias & C.ª</i> (Unhais da Serra, Ponte Velha)
		<i>Joaquim Fernandes do Amaral</i> (Unhais da Serra, sítio do Lagar)

		<i>Augusto Affonso Barata de Mattos</i> (Tortosendo, lugar da Cruz)
		<i>Custodio José Gonçalves</i> (Aldeia do Carvalho, Canhosa)
		<i>Manuel Ferreira Bicho & C.^a</i> (Aldeia do Carvalho, Canhosa)
		<i>José Dias Ascensão</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>José Fonseca Charato</i> (Benibau)
		<i>José Gomes Cardorio Barata</i> (Rua de São João Mártir)
		<i>José Antonio Pereira Espiga</i> (Bairro do Quarqua)
		<i>Maria Rita Marques & Filhos</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>José Dias da Assumpção</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>José Nave Catalão</i> (Largo de Santa Marinha)
		<i>Francisco Farias Bichinho</i> (Largo de D. Maria Pia)
		<i>Joaquim Rodrigues Miguel</i> (Rua de Santa Marinha)
		<i>José Maria Ferreira Bicho</i> (Largo de Santa Marinha)
		<i>Alexandre Antonio Pereira Espiga</i> (Rua Senhora da Paciência)
		<i>Ambrozio Pinto da Fonseca</i> (Rua Marquês de Ávila e Bolama)
		<i>Antonio Carlos Berrincha</i> (Rua dos Tanoeiros)
		<i>Ignacio da Silva Fiandeiro</i> (Ribeira da Carpinteira)
		<i>Fortunato dos Santos</i> (Rua do Marquês de Ávila e Bolama)
		<i>José Mendes Veiga</i> (Unhais da Serra)
		<i>Raphael Esteves</i> (Rua dos Tanoeiros)
		<i>José Alves da Silva Junior</i> (Rua de São João, 19)
		<i>José Mendes da Veiga</i> (Refúgio)
		<i>Francisco Maria Assis de Carvalho</i> (Rua do Açougue)
		<i>José Mendes da Veiga</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Francisco Rodrigues Charatto</i> (Água Alta)
		<i>Antonio Vicente Peixeiro & Filhos</i>

		(Água Alta)
		<i>Gregorio Vidigal</i> (Rua de Santa Maria)
		<i>Francisco Lopes Fazendeiro & Filhos</i> (Rua de São Martinho)
		<i>Manuel Ferreira Bicho</i> (Rua da Fonte Nova)
		<i>Manuel da Costa</i> (Rua da Senhora da Paciência)
		<i>José Paulo Affonso</i> (Ribeira da Água Alta)
		<i>José Pereira Presunto</i> (Rua de São Martinho)
		<i>Januario da Costa Ratto</i> (Rua do Castelo)
		<i>Carlos Elias da Costa</i> (Rua de São João)
		<i>José Tavares da Cruz</i> (Bairro da Saudade)
		<i>Antonio da Fonseca Charato</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Antonio da Costa Ruivo</i> (Fonte de São João)
		<i>Francisco Joaquim Henriques da Silva</i> (Rua da Estrela)
		<i>Antonio Paiva Nolia</i> (Rua das Portas do Sol)
		<i>Antonio Pessoa de Amorim</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Almeida Campos & Filho</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Companhia Nacional de Lanifícios</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Manuel Mendes Alçada</i> (Rua de São João)
		<i>José Mendes Veiga</i> (Paul, Peso)
		<i>José Fonseca Charatto Junior</i> (Paul, Ribeira da Degoldra)
		<i>Antonio Ressurreição de Paiva</i> (Paul, Santo Agostinho)
		<i>José Santos Almeida</i> (Rua da Boa Vista)
		<i>José Telles Grillo</i> (Água Alta)
		<i>Francisco Cruz Tavares</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>Fonseca Bicho & C.^a</i> (Ribeira da Degoldra)
		<i>José Lopes Rainha</i> (Rua de São Vicente)
		<i>Manuel Costa Ruivo</i> (Fonte da Boa Vista)

	Coimbra	Coimbra (1)	<i>Peig, Planas & Cia.</i> (Coimbra, Mosteiro de São Francisco da Ponte)
		Góis (2)	<i>José das Neves Dinis & Cia. (Fábrica do Moinho Velho)</i> (Foz do Moinho Velho)
			<i>Cia. Perseverança</i> (Fonte do Souto)
		Lousã (1)	<i>Paul Périe & Cia.</i> (Lousã)
		Miranda do Corvo (1)	<i>Domingos Fernandes</i> ⁴⁵⁰ (Serra da Lousã, Espinho)
	Évora	Reguengos (1)	Fiações de Reguengos
	Faro	Monchique (1)	<i>Ana da Luz Marreiro</i> (Alferce, Ribeira)
	Guarda	Almeida (1)	<i>Joaquim António Simões de Carvalho & Cia.</i> (São Caetano)
		Gouveia (16)	<i>António Augusto Ferreira Girão</i> (Jardim, Freixo da Serra)
			<i>Olívia Pires & Cia.</i> (Figueiró da Serra)
			<i>Francisco Estanislau Perez</i> (Sampaio)
			<i>Estêvão Ulbach (Esteban Ubeque, em 1881)</i> (Sampaio)
			<i>Joaquim José Cabral & Cia.</i> (Saborida, Nabainha, Melo)
			<i>Joaquim Homem de Moura Portugal</i> (Logarinhos)
			<i>Fábrica Industrial de Lanifícios de José Augusto Lopes da Costa, Herdeiros</i> (Moimenta da Serra)
			<i>João de Almeida Roque Júnior Rocha</i> (Aldeias)
			<i>Manuel de Jesus Serra & Cia.</i> (Mangualde da Serra, Rocha, em 1881)
			<i>António Brás</i> (Gouveia, São Mamede)
			<i>Belo & Belliao</i> (Gouveia)
			<i>Fábrica do Conde de Caria</i> (Gouveia, Lameiras)

⁴⁵⁰ A lanifícia de Domingos Fernandes foi transformada posteriormente numa papelreira, memória pela qual é recordada atualmente (Martins 2010:23; 34); ocorre uma situação análoga com a sua vizinha, a *Fábrica do Espinhal*, já em Penela, que foi também uma lanifícia convertida em papelreira, mas cuja atividade original não é recordada (Leal 1876:173; Martins 2010:23-34).

			<i>Conde de Caria & Cia.</i> (Gouveia, Lages)
			<i>Correia & Jerónimo</i> (Gouveia)
			<i>Joaquim de Almeida Rainha (Fábrica Rainha - Fábrica do Dr. Borges)</i> (Gouveia, Ladeira de Santo Amaro)
			<i>José Augusto Belo</i> (Gouveia)
		Guarda (29)	<i>António Neves</i> (Guarda, Cruzeiro)
			<i>Viúva Ângela da Costa Pacheco</i> (Pateiro, Trinta)
			<i>José da Costa Tavares</i> (Trinta)
			<i>António Silvério</i> (Trinta)
			<i>Francisco Morais Manso</i> (Trinta)
			<i>Francisco Aguiar da Cunha</i> (Trinta)
			<i>Joaquim da Costa Tavares</i> (Trinta)
			<i>Manuel de Almeida</i> (Trinta)
			<i>Joaquim Ramos</i> (Trinta)
			<i>José Freire Morgado</i> (Trinta)
			<i>João da Cunha Aguiar</i> (Trinta)
			<i>José da Cunha Aguiar</i> (Trinta)
			<i>António de Almeida Serrano</i> (Trinta)
			<i>Viúva Ângela da Costa Pacheco</i> (Trinta)
			<i>José Bernardo Frade</i> (Trinta)
			<i>Manuel da Costa Pilão</i> (Trinta)
			<i>Joaquim Nunes Direito Sénior</i> (Trinta)
			<i>António Gomes Fanico</i> (Trinta)
			<i>Manuel Nunes Pacheco</i> (Trinta)
			<i>Ângela da Fonseca, viúva de Manuel Joaquim de Almeida</i> (Trinta)
			<i>João Rodrigues Tavares</i> (Trinta)

			<i>Joaquim José de Figueiredo</i> (Trinta)
			<i>Francisco Pilão Júnior</i> (Trinta)
			<i>António Francisco Paulo</i> (Trinta)
			<i>José Pilão Júnior</i> (Trinta)
			<i>João Tavares de Deus</i> (Trinta)
			<i>José Inácio</i> (Trinta)
			<i>Alexandre Gonçalves Ribas & Irmão</i> (Fojo, Vido-Monte)
			<i>António Sá</i> (Melos, Nossa Senhora da Assunção)
		Manteigas (16)	<i>Joaquim Pereira Matos e Cunha</i> (Santa Maria)
			<i>António Craveiro Rabaça</i> (Santa Maria)
			<i>José Duarte Quaresma</i> (Santa Maria)
			<i>João Abrantes Martins da Cunha</i> (Santa Maria)
			<i>António de Oliveira</i> (Santa Maria)
			<i>Luís da Costa Momanto</i> (Praça de Camões, Santa Maria)
			<i>Caetano Lopes Espinho</i> (Santa Maria)
			<i>Manuel da Cruz Filipe</i> (São Pedro)
			<i>Manuel Francisco Serra</i> (São Pedro, Engenho de Rei, em 1881))
			<i>Manuel Pereira Matos</i> (Santa Maria, Ponte dos Frades, em 1881)
			<i>Joaquim Ramos dos Santos Júnior</i> (Rua do Fundo da Vila, São Pedro)
			<i>José Esteves de Carvalho</i> (São Pedro)
			<i>António Martins Botelho</i> (São Pedro)
			<i>João Lucas Coelho Isabel</i> (Largo da Batalha, São Pedro)
			<i>António Abrantes Pereira Júnior</i> (Rua de Santo António, São Pedro)
			<i>António Craveiro Grilo Ramos</i> (Beco da Quinta)
		Sabugal	<i>Manuel Martins da Engrácia</i> (Vila Boa)

		(2)	<i>António Borges e Maria da Engrácia</i> (Rua dos Teares, Vila Boa)
		Seia (17)	<i>António de Miranda Brandão</i> (Seia, Quinta dos Vales)
			<i>João Dias & Sócio</i> (Alpendurada)
			<i>António Alves da Rocha</i> (São Romão, Cabeço da Senhora da Estrela)
			<i>Francisco Marques Guimarães & Pinas</i> (Senhora do Desterro; em 1881, São Romão, Cabecinho)
			<i>José Moura</i> (Outeiro)
			<i>Carlos Augusto Guimarães</i> (Fandega)
			<i>Abílio Luís de Brito Freire</i> (Fonte Nova; em 1881, Loriga)
			<i>Augusto Luís Mendes</i> (Redondinha)
			<i>José Mendes Gouveia Cabral</i> (Tapada)
			<i>Joaquim Monteiro de Pina</i> (Levadinha)
			<i>Joaquim Monteiro de Pina (Fábrica do Porto)</i>
			<i>António Luís Monteiro de Pina</i> (Estrela)
			<i>Joaquim Monteiro de Brito</i> (Quinta do Alva)
			<i>António Marques Ré</i> (Largo da Ponte, Seia)
			<i>António Almeida de Oliveira</i> (Rua da Ponte, Seia)
			<i>José Boto Ribeiro</i> (Cimo de Vila, Seia)
			<i>Agostinho da Ressurreição</i> (Cimo de Vila, Seia)
	Leiria	Pedrógão Grande (no atual concelho de Castanheira de Pera) (10)	<i>António Alves Bebiano & Filho (Fábrica dos Esconhais)</i> (Esconhais)
			<i>Visconde de Castanheira de Pera</i> (Castanheira de Pera)
			<i>José Alves Pereira</i> (Castanheira de Pera)
			<i>Domingos Correia de Carvalho & Cia.</i> (Retorta)
			<i>Carvalhos & Cia.</i> (São Domingos, Ribeira de Pena)
			<i>Manuel Henrique dos Santos</i> (Abelheira de Cima)

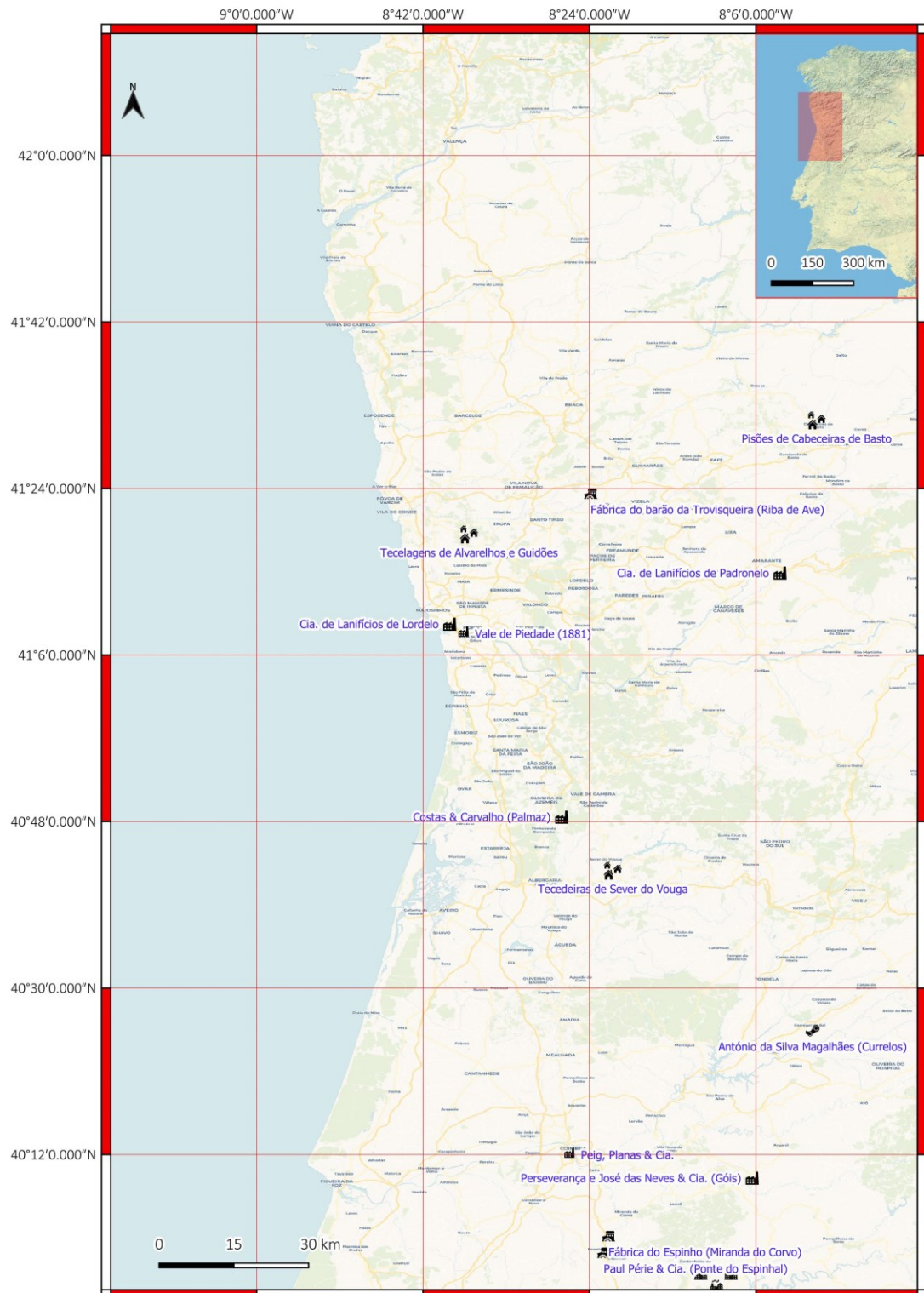
			<i>José Antão</i> (Castanheira de Pera)
			<i>José da Silva & Cia.</i> (em 1881 em Abelheira de Baixo)
			<i>Albano Baeta Busaya</i> (sic) <i>Barreto</i> (em 1881 era em Pereiros)
			<i>Domingos Alexandre & Sócios</i> (Castanheira de Pera)
		Porto de Mós (1)	<i>Empresa Industrial Mindense, de João Guedes e Joaquim Neves Júnior</i> (Minde)

Volume IV <i>Indústrias Fabris e Manufatureiras</i> (<i>Inquérito de Gabinete</i>)	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Lisboa	Alenquer (3)	<i>Fábrica Nova da Romeira de Francisco José Lopes</i> (Romeira)
			<i>Cia. de Lanifícios de Alenquer</i> (antiga <i>Laufarie</i>) (Alenquer)
			<i>Fábrica de Lanifícios da Chemina</i> (Chemina)
		Lisboa (4)	<i>Francisco Garcia & Matos</i> (Estrada de Chelas, Chelas)
			<i>Cia. De Lanifícios de Arroios</i> (Arroios)
			<i>Fábrica de Lanifícios do Campo Grande</i> (Rua Oriental do Campo Grande)
			<i>Bernardo Daupias & Cia.</i> (Rua de Santo António)
		Oeiras (1)	<i>Fábrica de Lanifícios do Areeiro, de José Diogo da Silva</i> (Quinta de São Pedro, Areeiro)
	Portalegre	Portalegre (3)	<i>Neves, Gomes & Ribeiro</i> (Rua dos Canastreiros, Portalegre)
			<i>Joaquim Ribeiro da Silva</i> (Monte de Santo António, Portalegre)
			<i>Cia. de Lanifícios de Portalegre</i> (Rua da Cancela, Portalegre)
	Porto	Porto (1)	<i>Cia. de Lanifícios de Lordelo do Ouro</i> (Lordelo do Ouro)
		Amarante (1)	<i>Cia. de Lanifícios de Padronelo</i> (Padronelo/Lomba)

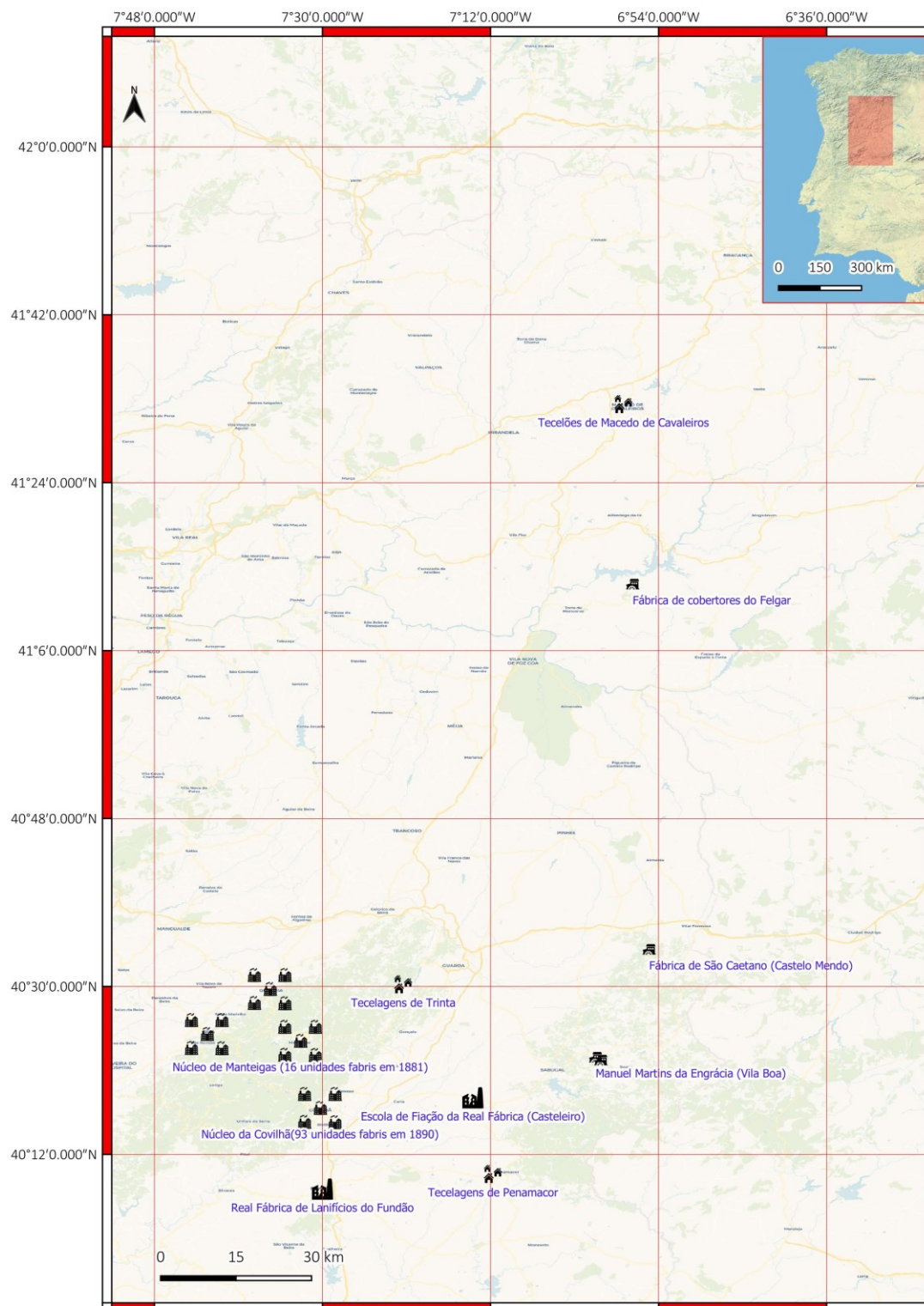
Volume V <i>Indústrias Fabris e Manufatureiras</i> (<i>Inquérito de Gabinete</i>)	Distrito	Concelho	Lanifícias
	Santarém	Mação (1)	<i>Hermenegildo Belo Neto</i> (Fonte do Forno, Mação)
		Tomar	<i>Joaquim António Nunes</i> (Convento de Santa Iria)

		(2)	<i>Cia. da Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Tomar</i> (Tomar, Santa Maria dos Olivais)
	Viana do Castelo	n/a	n/a
	Vila Real	n/a	n/a
	Viseu	Carregal (1)	<i>Fábrica de Fiação de Lã de António da Silva Magalhães</i> (Currelos)

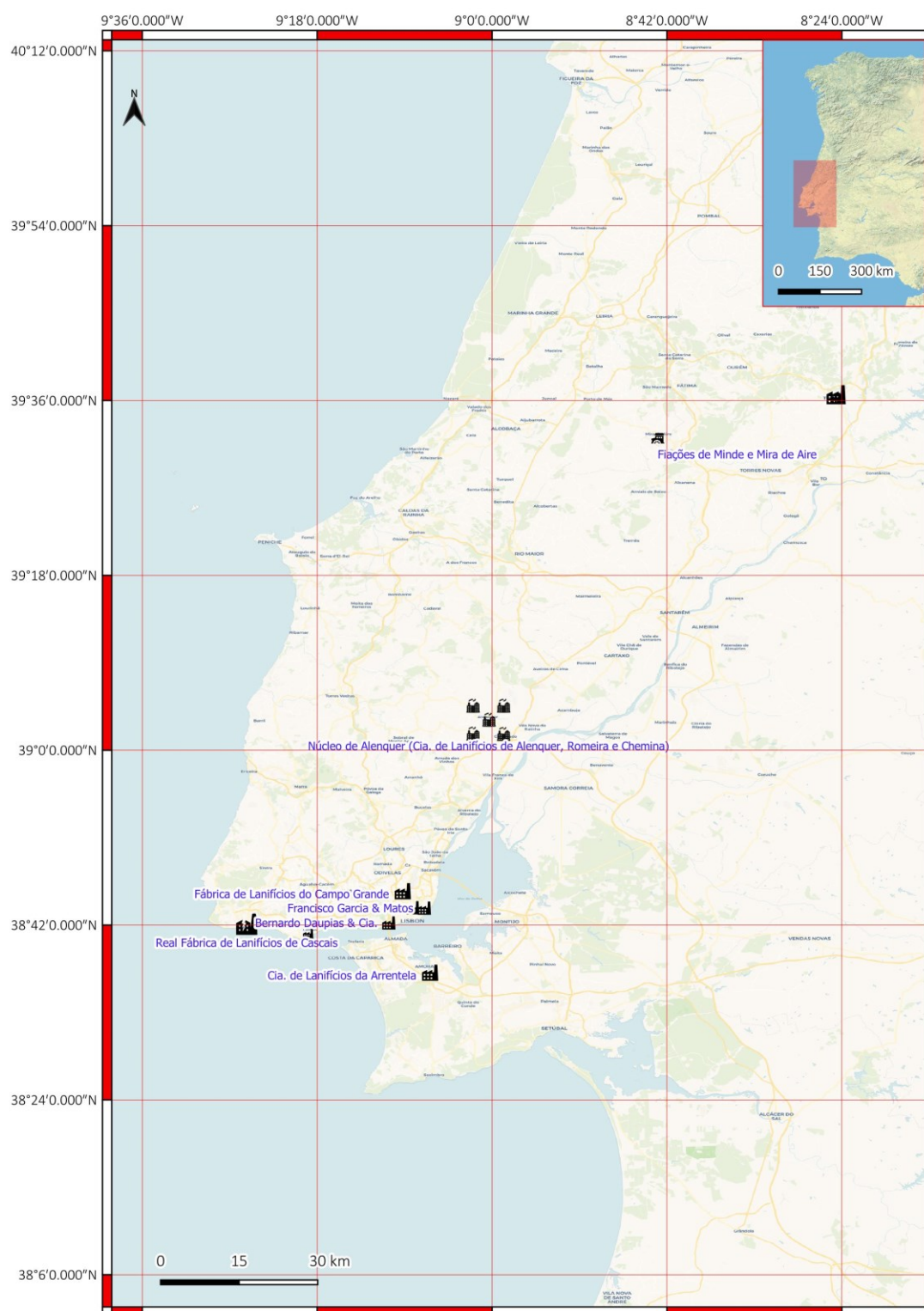
Apêndice III - Localização georreferenciada das lanifícias portuguesas em 1881 - 1890



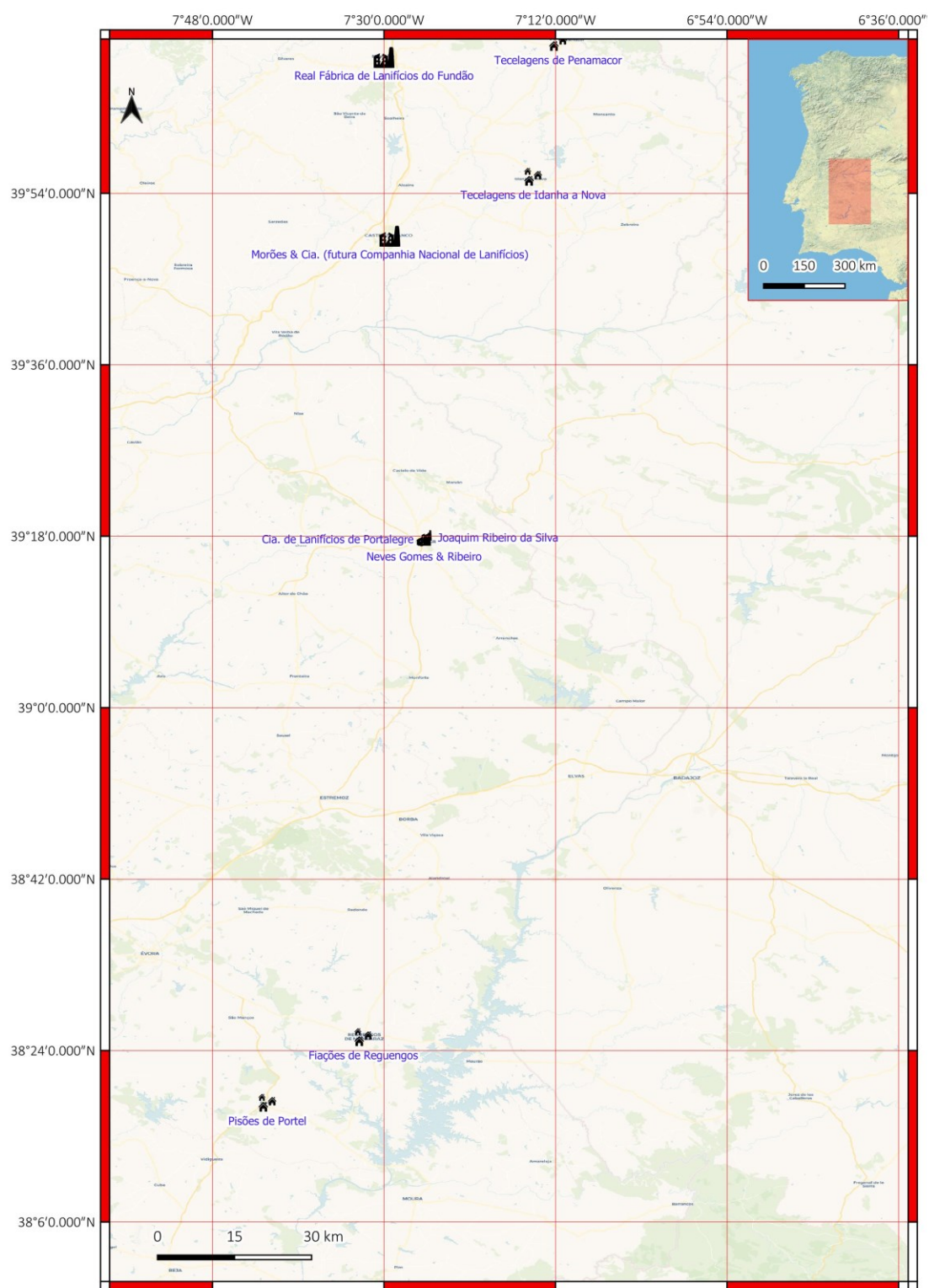
Mapa 29 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 1 - Norte e Beira Litoral (©MBPastor)



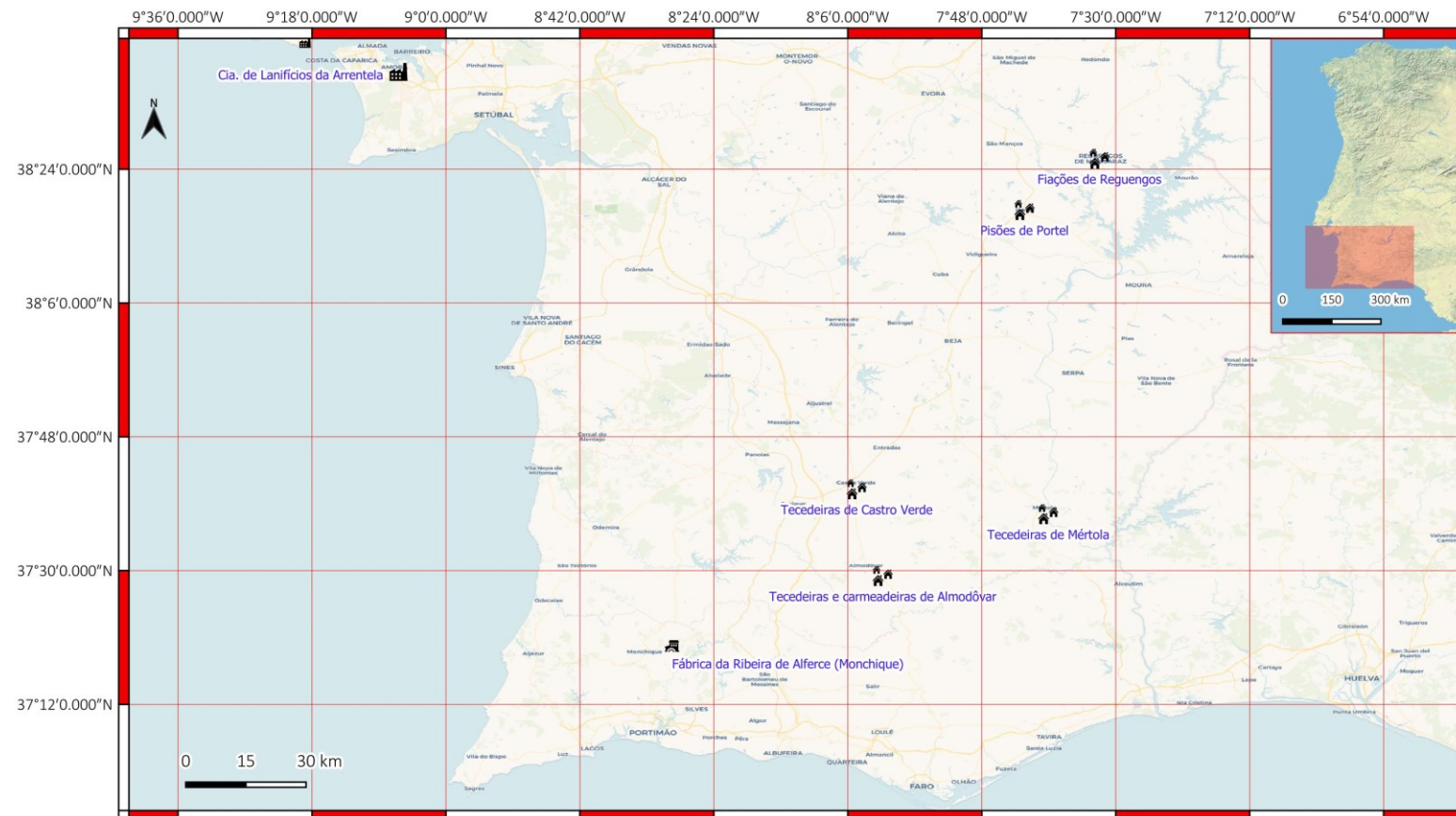
Mapa 30 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 2 - Trás-os-Montes e Beira Alta (©MBPastor)



Mapa 31 - Georreferenciação da indústria lanifícia portuguesa (1881-1890); 3 - Estremadura, Ribatejo e Setúbal (©MBPastor)



Mapa 32 - Georreferenciação da indústria lanífrica portuguesa (1881-1890); 4 - Beira Baixa e Alto Alentejo
(©MBPastor)



Legenda

- | | | |
|--------------------------------|---|------------------------------------|
| Unidades desativadas em 1881 | Núcleos de produção rural proto-industrial | Unidades com 100 a 200 operários |
| Núcleos de concentração fabril | Pequenas unidades a vapor (fixo ou locomóvel) com menos de 20 operários | Unidades com 200 a 500 operários |
| | Pequenas unidades hidráulicas com menos de 20 operários | Unidades com mais de 500 operários |
| | Unidades com 20 a 100 operários | |

Fontes:
 Inquérito Industrial de 1881
 Mapa de inspeções de selagem, fábricas e teares, 1888
 Inquérito Industrial de 1890
 Rota da Lã- Translana, Vol. II, Inventário do património edificado, 2009

Mapa 33 - Georreferenciação da indústria laníficia portuguesa (1881-1890); 5 - Setúbal, Alentejo e Algarve (©MBPastor).

Apêndice IV - Ficha de inventariação adaptada de KIT03 - IGESPAR

CATEGORIA	
TIPO	
DESIGNAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO	
GEORREFERENCIAÇÃO	
ACESSO	
PROTEÇÃO	
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	
IMAGEM	
ENQUADRAMENTO	
DESCRIÇÃO	
CRONOLOGIA	

TIPOLOGIA	
BENS MÓVEIS	
UTILIZAÇÃO INICIAL	
UTILIZAÇÃO ATUAL	
PROPRIETÁRIO	
UTENTE	
CONSERVAÇÃO GERAL	
DOCUMENTAÇÃO	
OBSERVAÇÕES	
AUTOR	
DATA	
TIPO DE REGISTO	

